**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
FILOLOGIA E LÍNGUA PORTUGUESA**

**A CONSTRUÇÃO DO SENTIDO DE EXPRESSÕES IDIOMÁTICAS NO
CONTEXTO DISCURSIVO: VARIAÇÕES, RELAÇÕES E IMPLICAÇÕES**

(versão corrigida)

Fabiane de Oliveira Alves

**SÃO PAULO
2021**

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
FILOLOGIA E LÍNGUA PORTUGUESA**

**A CONSTRUÇÃO DO SENTIDO DE EXPRESSÕES IDIOMÁTICAS NO
CONTEXTO DISCURSIVO: VARIAÇÕES, RELAÇÕES E IMPLICAÇÕES**

(versão corrigida)

Fabiane de Oliveira Alves

Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo sob orientação da **Prof^a. Dr^a. Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira Andrade.**

**São Paulo
2021**

Nome: ALVES, Fabiane de Oliveira

Título: A construção do sentido de expressões idiomáticas no contexto discursivo: variações, relações e implicações

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH da Universidade de São Paulo – USP para obtenção do título de Doutora em Letras.

Aprovada em: 03/09/2021

Banca examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, unicamente para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

A474c Alves, Fabiane de Oliveira
A construção do sentido de expressões idiomáticas
no contexto discursivo: variações, relações e
implicações / Fabiane de Oliveira Alves; orientadora
Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira Andrade -
São Paulo, 2021.
350 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Área
de concentração: Filologia e Língua Portuguesa.

1. Linguística. 2. Léxico. 3. Semântica. 4.
Discurso. 5. Expressões idiomáticas. I. Andrade,
Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira , orient.
II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Anuência do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Fabiane de Oliveira Alves

Data da defesa: 03/09/2021

Nome do Prof. (a) orientador (a): Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira Andrade

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 17 de outubro de 2021

(Assinatura do (a) orientador (a))

*Ao professor doutor Hudinilson Urbano,
mentor acadêmico e estimado amigo*

AGRADECIMENTOS

Minha orientadora, Maria Lúcia da Cunha Victorio de Oliveira Andrade, muito obrigada por compartilhar seu conhecimento e me apoiar em todos os passos. Seu encorajamento foi fundamental. Sua disponibilidade, delicadeza, serenidade e sabedoria me inspiram.

Agradeço às professoras doutoras Ana Rosa Dias e Beatriz Daruj Gil, que compuseram a banca para meu exame para qualificação: suas orientações e sugestões certamente fizeram deste um trabalho melhor. Mesmo realizada remotamente, foi uma troca muito rica e importante.

Agradeço a minhas amigas e meus amigos que me apoiaram e compreenderam minhas ausências ao longo desta jornada porque sabem o quão importantes a educação, a formação e o conhecimento são para mim. Em especial, Samara Gerardini, agradeço pelo apoio e por estar sempre ao meu lado; Sandra Gomes Rasquel, obrigada por todas nossas conversas, por seu incentivo e apoio fundamentais; e Cátia Truppel, obrigada por tudo, desde o ingresso até aqui.

Também agradeço às amigas e aos amigos da Universidade Federal do ABC (UFABC), meu lar profissional e confirmação diária de que a Educação é o caminho para a transformação social e pessoal. Em especial, Fabiana Vallini, minha amiga com quem tanto pude contar: muito obrigada pelo apoio, incentivo e torcida! Kátia Tonello e Jeanderson Silva, agradeço pelo apoio e parceria! Ao professor doutor Daniel Pansarelli, agradeço pelo apoio.

Por fim, um agradecimento muito especial: ao Juca, meu gato, parceiro fiel e ronronante, obrigada por estar sempre a meu lado, por forçar intervalos deitando no teclado do computador e, especialmente, por ajudar a me manter sã (!) durante a pandemia.

“[...] não tem um, tem dois,
não tem dois, tem três,
não tem lei, tem leis,
não tem vez, tem vezes,
não tem Deus, tem deuses,
não ter cor, tem cores
não há sol a sós [...]

(trecho de “Inclassificáveis” – Arnaldo Antunes, do álbum “O Silêncio”)

RESUMO

ALVES, F. de O. A construção do sentido de expressões idiomáticas no contexto discursivo: variações, relações e implicações. 350 f. *Tese (Doutorado em Letras)* – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

A presente tese tem como objetivo investigar a construção do sentido das Expressões Idiomáticas (EI) e as eventuais relações e implicações que decorrem da aplicação dessas estruturas complexas no contexto discursivo. Assim, considerando um constructo teórico, apresentado na primeira parte da pesquisa, apoiado especialmente na Lexicologia, Semântica e Teorias do Discurso, será analisado um *corpus* composto por 6 (seis) grupos de EI, desdobrados em 4 (quatro) ocorrências, totalizando 24 (vinte e quatro) registros de EI em textos escritos, publicados na internet e pertencentes a diferentes gêneros discursivos. Desse modo, todas as EI puderam ser examinadas em uso, isto é, aplicadas em um contexto discursivo. Tendo em vista o objetivo, propõe-se um modelo experimental de análise que (co)relaciona as partes, o todo não composicional, as (possíveis) variantes decorrentes do discurso, o entorno discursivo e as implicações desse processo na formulação do sentido que se constitui no e pelo contexto discursivo. A concepção que norteia esta pesquisa centra-se na hipótese de que, embora as EI sejam estruturas (relativamente) fixas, a flexibilidade a que são passíveis – ainda que limitadas a parâmetros de difícil delimitação – não se relacionam meramente às adequações número-pessoais, modo-temporais, mas também – e de modo bastante determinante – às circunstâncias impostas pelo contexto discursivo que, a seu turno, contribuem com e atribuem uma penúltima camada na estrutura de significação e de sentido desse tipo de composição fraseológica complexa. Com base nas investigações, pôde-se identificar e propor a classificação de três tipos principais de ocorrências de EI em uso: EI referência, variante frequente e variante ocasional. Ademais, a despeito da premissa de que o significado de uma EI não decorre da soma dos significados individuais das partes que a constituem, é possível estabelecer graus de ligação entre as partes e o todo em um *continuum* que vai da maior à menor proximidade entre o sentido literal das partes e o sentido figurado da EI.

Palavras-chave: Léxico. Semântica. Discurso. Significado e sentido. Expressões idiomáticas.

ABSTRACT

ALVES, F. de O. The construction of the sense of idioms in the discursive context: variations, relations and implications. 350 f. *Thesis (Doctoral)* – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

This research aims to investigate the construction of the meaning of Idioms and the possible relations and implications that result from the application of these complex structures in the discursive context. Therefore, considering a theoretical construct, presented in the first part of the research, supported especially in Lexicology, Semantics and Discourse Theories, we will analyze a corpus composed of 6 (six) groups of Idioms, divided into 4 (four) occurrences, totaling 24 (twenty-four) registrations of Idioms in written texts, published on the internet and belonging to different discursive genders. In this way, all Idioms could be examined in use, in other words, Idioms applied in a discursive context. In view of the objective, we propose an experimental model of analysis that (co)relates the parts, the non-compositional whole, the (possible) variants resulting from the discourse, the discursive environment and the implications of this process in the formulation of the meaning that is constituted in and by the discursive context. The conception that guides this research centers on the hypothesis that, although the Idioms are (relatively) fixed structures, the flexibility to which they are susceptible - even if limited to parameters of difficult delimitation - they are not related merely to the number-personal, temporal-modes adjustments, but also - and in a very determinant way - to the circumstances imposed by the discursive context that, for its part, contribute and attribute to the penultimate layer in the meaning and sense structure of this complex phraseological. Based on the investigations, we could identify and propose the classification of three main types of occurrences of Idioms in use: idioms reference, frequent variant and occasional variant. Furthermore, despite the premise that the meaning of an Idioms does not derive from the sum of the individual meanings of the parts that constitute it, it is possible to establish degrees of connection between the parts and the whole in a continuum ranging from the largest to the smallest proximity between the literal sense of the parts and the figurative sense of the Idiom.

Keywords: *Lexicon. Semantics. Discourse. Meaning and sense. Idiom.*

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Organização da terminologia da pesquisa no campo lexicológico.	32
Figura 2	Uso do lexema <i>prafrentex</i>	44
Figura 3	Pé rapado	46
Figura 4	Algumas acepções da unidade lexical <i>telhado</i>	51
Figura 5	<i>Continuum</i> dinâmico dos sinônimos	76
Figura 6	Triângulo de Ogden e Richards	87
Figura 7	Limites inferior e superior das unidades fraseológicas	105
Figura 8	Fluxo de construção de forma e sentido de EI variante	134
Figura 9	Relações e ligações entre os três tipos de EI	138
Figura 10	<i>Continuum</i> transparência e opacidade	210
Figura 11	Fuça de paisagem	228
Figura 12	<i>Continuum</i> transparência x opacidade – verbo + pedra no sapato .	287

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Modelo de análise de EI com detalhamento dos componentes	172
Quadro 2	Tirou o cavalo da chuva	176
Quadro 3	Nem pensar em colocar o cavalo na chuva para poupar de tirar depois	180
Quadro 4	Tirar o potrinho da chuva	185
Quadro 5	Ficar com o cavalinho na chuva	190
Quadro 6	A vaca já foi para o brejo	195
Quadro 7	A vaca continua no brejo	199
Quadro 8	A vaca saiu do brejo	203
Quadro 9	A vaca voltou do brejo	207
Quadro 10	Cara de paisagem	214
Quadro 11	Face de paisagem	219
Quadro 12	Fuça de paisagem	223
Quadro 13	Cara de horizonte	229
Quadro 14	Dar colher de chá	233
Quadro 15	Deu uma concha de chá	238
Quadro 16	Dar colher de sopa, de café, de chá	241
Quadro 17	Ø colherão de chá	246
Quadro 18	Bateu as botas	252
Quadro 19	Bateu as botinhas nipônicas	257
Quadro 20	Bateu os scarpins	260
Quadro 21	Bateu as botas	263
Quadro 22	Tornou-se uma pedra no sapato	279
Quadro 23	Virar uma pedra na sandália	273
Quadro 24	Representava – e ainda representa – um pedregulho no sapato	277
Quadro 25	Andava com a pedra no sapato	282

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Significado e sentido do lexema gelo aplicado em textos	94
Tabela 2	Levantamento sinóptico de características das EI	117

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
Justificativa e contribuições da pesquisa.....	22
Objetivos gerais e específicos.....	25
Situações-problema e hipóteses	26
1 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DA PESQUISA	31
1.1 Termos fundamentais à pesquisa e seus conceitos.....	31
2 LEXICOLOGIA	35
2.1 Léxico	35
2.1.1 Léxico e gramática.....	36
2.1.2 Competência léxico-gramatical	37
2.1.3 Uso e desuso de unidades lexicais	42
2.1.4 Classificação tipológica das unidades lexicais	47
2.1.5 Vocabulário	49
3 SEMÂNTICA.....	55
3.1 Semântica do léxico e do discurso	58
3.2 Mudança semântica	63
3.2.1 Homonímia e polissemia	65
4 RELAÇÕES LÉXICO-SEMÂNTICAS	68
4.1 Campo lexical e campo semântico	68
4.2 Sinônimos e antônimos	72
4.2.1 Sinônimos	72
4.2.2 Antônimos	77
4.3 Significado e sentido	81
4.3.1 Significado	82
4.3.2 Sentido	88
4.4 Sentido literal e sentido não literal	94
5 EXPRESSÕES IDIOMÁTICAS	100
5.1 Características das expressões idiomáticas	106
5.2 Figuracidade em expressões idiomáticas: metáfora e metonímia	118
5.3 Funcionalidade e efeitos de uso das expressões idiomáticas	124
5.4 Variação: a (relativa) fixidez das expressões idiomáticas	131

5.4.1	Tipos de expressões idiomáticas quanto à relativa fixidez da forma	135
6	DISCURSO E CONTEXTO DISCURSIVO	139
6.1	Escolhas lexicais, discurso e contexto discursivo: relações	144
6.1.1	Expressões idiomáticas em uso: relações e implicações com o discurso e o contexto discursivo	151
6.2	Compreensão, interpretação textual e expressões idiomáticas	158
7	APRESENTAÇÃO DO <i>CORPUS</i>	170
7.1	Descrição geral do <i>corpus</i>	170
7.2	Proposta de modelo para análise de expressões idiomáticas	172
	Quadro 1 - Modelo de análise de ei com detalhamento dos componentes.....	172
8	METODOLOGIA, APLICAÇÃO E ANÁLISE DO <i>CORPUS</i>	174
8.1	Grupo I – Tirar o cavalo da chuva	175
	Quadro 2 – tirou o cavalo da chuva	176
	Quadro 3 - nem pensar em colocar o cavalo na chuva para poupar de tirar depois	180
	Quadro 4 – tirar o potrinho da chuva.....	185
	Quadro 5 - ficar com o cavalinho na chuva.....	190
8.2	Grupo II – A vaca ir para o brejo	194
	Quadro 6 – a vaca já foi para o brejo.....	195
	Quadro 7 – a vaca continua no brejo	199
	Quadro 8 – a vaca saiu do brejo	203
	Quadro 9 – a vaca voltou do brejo.....	207
8.3	Grupo III – Fazer cara de paisagem	213
	Quadro 10 – fazer cara de paisagem.....	214
	Quadro 11 – fazer a típica face de paisagem	219
	Quadro 12 – faz fuça de paisagem	223
	Quadro 13 – fiz cara de horizonte	229
8.4	Grupo IV – Dar uma colher de chá.....	232
	Quadro 14 – dar colher de chá.....	233
	Quadro 15 – deu uma concha de chá.....	238
	Quadro 16 – dar colher de sopa, de café, de chá	241
	Quadro 17 – colherão de chá	246
8.5	Grupo V – Bater as botas	251
	Quadro 18– bateu as botas.....	252
	Quadro 19 – bateu as botinhas nipônicas	257

Quadro 20 – bateu os scarpins.....	260
Quadro 21 – bateu as botas.....	263
8.6 Grupo VI – [...] pedra no sapato.....	267
Quadro 22 – se tornou uma pedra no sapato	269
Quadro 23 – virar uma pedra na sandália	273
Quadro 24 – representava – e ainda representa – um pedregulho no sapato.....	277
Quadro 25 – andava com a pedra no sapato	282
9 ANÁLISE-GERAL.....	288
9.1 Levantamento de fenômenos/ocorrências.....	289
CONCLUSÕES.....	298
REFERÊNCIAS	308
ANEXOS	328
Grupo I – EI referência: “tirar o cavalo da chuva”	328
Texto 1 – tirou o cavalo da chuva.....	328
Texto 2 – nem pensar em colocar o cavalo na chuva para poupar de tirar depois	328
Texto 3 – tirar o potrinho da chuva	329
Texto 4 – ficar com o cavalinho na chuva	330
Grupo II – EI referência: “a vaca ir para o brejo”	331
Texto 5 – a vaca já foi para o brejo.....	331
Texto 6 – a vaca continua no brejo	331
Texto 7 – a vaca saiu do brejo	332
Texto 8 – a vaca voltou do brejo.....	332
Grupo III – EI referência: “fazer cara de paisagem”	333
Texto 9 – fazer cara de paisagem	333
Texto 10 – fazer a típica face de paisagem	334
Texto 11 – faz fuça de paisagem.....	335
Texto 12 – fiz cara de horizonte	336
Grupo IV – EI referência: “dar uma colher de chá”	337
Texto 13 – dar uma colher de chá	337
Texto 14 – deu uma concha de chá.....	337
Texto 15 – dar colher de sopa, de café, de chá	338
Texto 16 – colherão de chá.....	340
Grupo V – EI referência “bater a(s) bota(s)”	342

Texto 17 – bateu as botas	342
Texto 18 – bateu as botinhas nipônicas	343
Texto 19 – bateu os <i>scarpins</i>	344
Texto 20 – bateu as botas	344
Grupo VI – EI referência: “[...] pedra no sapato”	345
Texto 21 – se tornou a pedra no sapato	345
Texto 22 – virar uma pedra na sandália.....	346
Texto 23 – representava – e ainda representa – um pedregulho no sapato	347
Texto 24 – andava com a pedra no sapato	348

__introdução__

INTRODUÇÃO

As expressões idiomáticas (doravante EI) fazem parte da fraseologia de uma língua e atuam como um vocabulário figurado complementar na linguagem do dia a dia, que dizem pelo não dito, valendo-se de metáforas, eufemismos, disfemismos, metonímias, entre outros, aquilo que, na verdade, reflete no discurso a visão de mundo do usuário da língua em relação às pessoas e à sociedade (URBANO, 2018) por meio de combinações de palavras que são um tipo de “pré-fabricado linguístico” (ERMAN; WARREN, 2000).

Conforme assevera Lapa (1984, p. 72), “O nosso pensamento não se faz tanto por palavras como por frases; e como o homem tende a economizar o seu esforço, acha vantagem em que as palavras lhe ocorram por grupos, para as suas necessidades de expressão”. As EI cumprem essa função de atuar em grupo e, além de conferir expressividade ao texto, falado ou escrito, por serem combinações relativamente prontas, operam como condensadoras de ideias, carregando em si não apenas seu significado (primeiro), mas também um sentido que se constrói no e pelo contexto discursivo no qual se insere. Funcionam para conceitualizar e categorizar as mais diversas experiências humanas por meio de um modo particular, rico e criativo de ver o mundo.

Esta tese tem como propósito primeiro contribuir para o estudo dessas estruturas que integram a fraseologia da língua, não apenas como elemento lexical em si, isolado, mas como parte do discurso, portanto, de uma perspectiva léxico-discursiva, considerando sua aplicação no contexto discursivo, de modo a observar as implicações e relações que disso decorrem, partindo da premissa segundo a qual o sentido de uma EI não é algo pronto e encerrado em si mesmo, mas algo que se constrói no e pelo discurso. Ademais, por se tratar de uma estrutura complexa e (relativamente) fixa, a aplicação no discurso pode implicar variações de forma e/ou conteúdo, além de seu uso também acarretar consequências ao próprio discurso.

Pretende-se, ainda, explorar questões e conceitos que permeiam EI sob a perspectiva da oralidade, posto que tais expressões são, notadamente, componentes lexicais típicos da oralidade, presentes tanto na fala, quanto na escrita de concepção oral quando se visa a um efeito de informalidade, proximidade, entre outros. De maneira mais específica, portanto, a pesquisa enfocará os aspectos concernentes à construção do sentido (não literal) dessas expressões de modo que se possa analisar os caminhos por elas percorridos.

As EI representam um vasto campo de investigação que possibilita inúmeras abordagens, por diversas perspectivas teóricas. A fim de estabelecer um recorte que delimite a pesquisa, propõe-se a investigação dos aspectos alusivos ao percurso da construção do sentido de EI, considerando as relações e implicações do contexto discursivo não apenas no conteúdo, mas também na forma dessas estruturas ao percorrer essa trajetória. Para isso, a pesquisa vale-se de uma análise prioritariamente qualitativa, com viés descritivo, analítico e argumentativo do grupo amostral que compõe o *corpus*.

Ainda que, em se tratando de EI, *o céu seja o limite*, estabelecem-se algumas fronteiras de alcance desta pesquisa. Assim, diferentemente de grande parte dos estudos que tem as EI como objeto e adota uma perspectiva lexicológica e/ou lexicográfica de análise, analisando-as em si mesmas, pretende-se investigar essas estruturas lexicais em uso, no contexto discursivo, que, a seu turno, são: (i) uma penúltima camada de significação da EI e (ii) um fator gerador de variação de EI. Pretende-se enfocar os efeitos, relações e implicações da aplicação de uma EI no discurso, isto é, o que o contexto discursivo provoca em uma EI e o que esta pode provocar no contexto discursivo.

Cumprir mencionar que não há consenso quanto a uma conceituação precisa do objeto a ser analisado. Diversos autores (URBANO, 2008; 2018; TABOSSI; ZARDON, 1993; XATARA, 1997; VILELA, 2002; ALVAREZ, 2018) compartilham do pensamento acerca das dificuldades para definições precisas dos diversos componentes da fraseologia: EI, provérbios, frases feitas, ditos populares. Isso porque se tratam de fenômenos que muitas vezes (con)fundem-se uns com os outros. O que alguns estudiosos tomam como EI, outros entendem como sendo provérbio e vice-versa. Entretanto, considerando o recorte desta pesquisa, não se busca a conceituação de EI, mas tão somente se fará um levantamento de aspectos e características desse tipo fraseológico, deixando perenes e permeáveis seus limites.

Ainda no bojo da terminologia, em vista da abundância de termos utilizados para tratar das fraseologias de um modo geral e de os linguistas não se porem “[...] de acordo sobre qual deve ser o termo geral que abarque tais fenômenos [fraseológicos], e muito menos ainda sobre a classificação que se deve empregar em suas análises” (CORPAS PASTOR, 1996, p. 16), adota-se como hiperônimo o termo “expressão idiomática” (EI) para denominar tais unidades fraseológicas.

No tocante ao discurso, toma-se o termo de uma perspectiva geral como sendo a língua em uso e cujo ponto de interesse para a discussão será o contexto discursivo, tendo em vista que se

buscará justamente averiguar, como dito, os efeitos, relações e implicações entre este e a EI em uso. Assim, realizar uma análise do discurso crítica, com base no uso de EI – bem como outras fraseologias – é uma sugestão de ponto de partida para outras pesquisas no campo da Linguística Textual e Teorias do Discurso.

Em virtude do imensurável universo que compõe o inventário – em aberto – de EI de uma língua, somada à abordagem proposta, entende-se ser mais adequado e proveitoso um aprofundamento da compreensão de um grupo amostral limitado – embora extensível – capaz de ilustrar e comprovar as hipóteses aventadas, por isso a adoção do tratamento qualitativo dos resultados, por meio da observação, descrição, compreensão e explicação dos fenômenos identificados. Estabelece-se, como critério de seleção, EI de uso abrangente e de significado relativamente conhecido. Depois, passa-se a pesquisar o uso dessas expressões aplicadas nos mais diversos gêneros discursivos, não apenas em suas formas usualmente conhecidas, mas também em variações que possibilitariam corroborar algumas hipóteses e formular outras.

Comporá a amostragem um conjunto total de 24 EI, sendo que se parte de um grupo de seis expressões cuja forma é a mais comumente registrada em dicionários e as demais 18 são variantes de forma e/ou conteúdo dessas seis. Todas as ocorrências foram observadas em uso, ou seja, aplicadas em um texto – escrito –, de modo que houvesse um contexto discursivo capaz de oferecer elementos que apoiassem a construção do sentido e, no caso das variantes, que pudessem justificar as alterações de forma e/ou conteúdo. Os textos foram extraídos da internet e pertencem a gêneros discursivos variados. Essa diversidade demonstra alguns aspectos relevantes. O primeiro deles diz respeito à presença de EI em textos escritos, embora, em maior ou menor escala, para emprestar-lhes efeitos de oralidade. Também indica que não é o gênero que determina ou influencia a ocorrência de variações na forma e/ou conteúdo das EI, mas que as alterações estão muito mais ligadas e vinculadas às necessidades e objetivos comunicacionais pretendidos pelo discurso.

Dada a complexidade do objeto, mostrou-se necessária a formulação de instrumental capaz de apoiar a análise. Assim, propõe-se um modelo experimental de análise¹, que sistematiza os elementos a serem analisados, de modo a estruturar o estudo de uma trajetória de construção do sentido da EI em análise desde as partes que compõem até seu sentido no contexto discursivo.

¹ O referido modelo será apresentado e descrito na Seção 7.2.

No tocante à linha pesquisa, esta tese insere-se na Linguística Textual e Teorias do Discurso no Português como grande área. Contudo, considerando a perspectiva e o recorte adotados, o quadro teórico também será constituído pela Lexicologia, Semântica e Pragmática, de modo que se possa, por meio de uma abordagem multidisciplinar, analisar esse complexo e multifacetado objeto de pesquisa.

Os estudos da frase – estrutura linguística a qual pertencem as EI – possibilitam inúmeras abordagens. Esta tese adotará uma perspectiva léxico-discursiva. Isso porque, como dito, grande parte dos estudos tomam as EI de modo isolado em relação a sua aplicação no discurso. Parte-se dessa lacuna epistemológica para delinear o plano de investigação: ao inserir essas estruturas no contexto discursivo, quais seriam as consequências tanto para elas próprias quanto para o discurso?

Ademais, percebe-se que, por se tratar de elemento linguístico tão complexo, sua observação em uso poderia revelar os efeitos provocados no discurso, alterando ou conduzindo, inclusive sua construção argumentativa. Por outro lado, o uso e a consequente necessidade de atendimento às necessidades das situações comunicacionais² poderiam provocar alterações na forma que, como será verificado, vão além das adequações número-pessoais e/ou modo-temporais. Daí o cerne desta pesquisa: a construção do sentido das EI no contexto discursivo: variações, relações e implicações.

A seguir, apresentam-se, mais detalhadamente, alguns aspectos concernentes ao projeto de pesquisa que resultou na presente tese.

Justificativa e contribuições da pesquisa

O grande número de dicionários especializados, os quais se centram nas EI, com novos lançamentos e reedições, é um indicativo do perene interesse no levantamento e estudo dessas fraseologias. No Brasil, historicamente, *O tesouro da fraseologia brasileira*, de Antenor Nascentes, cuja primeira edição data de 1945, e *Frases Feitas*, de João Ribeiro, reeditado recentemente pela Academia Brasileira de Letras, são duas das mais importantes obras de

² Situações comunicacionais, conforme Urbano (2011, p. 44): “[...] são os possíveis palcos, cenas ou cenários das mensagens. Compreendem as pessoas que falam ou escrevem, os parceiros que ouvem ou leem, o lugar ‘onde’ e o tempo ‘quando’ acontecem esses eventos, os objetos neles envolvidos, com que finalidade ocorrem esses eventos, seus temas, quais as demais circunstâncias”.

referência na área. Na outra ponta da linha do tempo, em 2018, Hudinilson Urbano, finaliza seu *Dicionário brasileiro de expressões idiomáticas e ditos populares: desatando nós*. Há, ainda, as investigações científicas focalizadas nesse tema: artigos científicos, teses de doutorado e dissertações de mestrado voltadas ao estudo das fraseologias de um modo geral. Tudo isso sinaliza tratar-se de uma temática de interesse aos estudos e às investigações acadêmico-científicas.

As EI compõem, juntamente com outros elementos da fraseologia de uma língua, um conjunto que desempenha importante função comunicativa por serem instrumentos de interpretação e organização das visões de mundo, um modo de representação e transmissão de parte da cultura de um povo. Sua complexidade permite inúmeras abordagens, o que seria uma primeira justificativa para realização desta pesquisa. Ademais, o elemento contextual-discursivo é trazido ao bojo das discussões.

De um modo geral, grande parte das pesquisas que toma as EI como objeto adota uma perspectiva lexicológica e/ou lexicográfica que abordam sua origem, significado e etimologia, entretanto, esse tipo de construção complexa revela aspectos capazes de abranger, além da Lexicologia, também a Semântica e o Discurso, não de modo dissociáveis, mas complementares. Nessa abordagem multifocal e integrada, reside a relevância desta pesquisa.

De modo mais específico, verificou-se a ausência de estudos que considerem e analisem a construção do sentido das EI, partindo de sua estrutura, mas as considerando em uso, investigando os efeitos e implicações para o discurso decorrentes da aplicação no texto. Ora, se pela sanção do uso estabelecem-se as EI, por que não as considerar e observar justamente em uso? Afinal, se a variação, de modo abrangente, tem sua origem no uso, por que não analisar os efeitos que o uso provoca nas EI?

A pesquisa, cuja relevância vincula-se à universalidade do fenômeno fraseológico e à importância de seu estudo científico e metodológico, apoia-se em aspectos relativos à Lexicologia, todavia, o viés orientador traz o discurso – enquanto “língua em uso” e construção discursiva – para compor as discussões, ou seja, a EI em contexto de uso, (co)relacionada com o discurso. Isso porque é possível perceber um percurso de mão dupla no qual há uma relação de influência do discurso e do (co)texto na estrutura e na construção do sentido da EI, ao passo que o uso da EI também promove efeitos no discurso.

No tocante às possíveis contribuições desta pesquisa, primeiramente destaque-se que o enfoque adotado acrescenta dados e elementos até então pouco explorados por pesquisas as quais têm como objeto as EI. Assim, esta tese pode ser o ponto de partida para o aprofundamento do enfoque dado, bem como de outros que dele sejam decorrentes. Ademais, acredita-se que os resultados alcançados e as análises produzidas podem auxiliar para elaboração de materiais didáticos de Língua Portuguesa, tanto como língua materna, quanto como língua estrangeira.

No primeiro caso, porque investiga um tipo de estrutura lexical cujo sentido ultrapassa a superfície do sentido literal das unidades lexicais e permite, portanto, que se apure o olhar para além do plano textual, chegando-se a uma compreensão mais global do texto em si e do discurso. Além disso, do ponto de vista da gramática aplicada, as abordagens desta tese podem contribuir para que os professores de Língua Portuguesa demonstrem de que forma certas estruturas sintáticas podem alterar o sentido de construções consagradas como EI. Esse exame tem a finalidade de demonstrar os efeitos das relações sintáticas e seu papel fundamental na constituição das próprias unidades lexicais.

No segundo caso, porque pode fornecer elementos para a utilização das EI como etapa no aprendizado da Língua Portuguesa por estrangeiros, uma vez que constituem um importante componente da língua e cujo sentido, como será abordado na pesquisa, muito comumente ultrapassa o “estado de dicionário”, ou seja, nem sempre apenas o dicionário será capaz de esclarecer o significado de uma EI em um texto.

Por fim, entende-se que esta pesquisa poderá contribuir também para os estudos do léxico, do discurso e do texto em Língua Portuguesa em suas modalidades e práticas discursivas ao sistematizar a compreensão de alguns processos que fazem desses blocos segmentais idiomáticos arcabouço complementar do vocabulário e de fundamental importância à comunicabilidade, de um modo geral. Em vista disso, e considerando que as EI refletem certo modo de pensar e representam parte da cultura de um povo, estudá-las é também estudar a língua em uso, na aplicação de suas funcionalidades em favor da comunicação. Espera-se, assim, que seja essa a mais importante contribuição da pesquisa.

Objetivos gerais e específicos

O propósito mais amplo da pesquisa é contribuir para o estudo das EI, não apenas como elemento lexical em si (isolado), mas como parte do discurso. A pesquisa, assim, tem como objetivo geral averiguar os percursos que levam à construção do sentido de uma EI quando em uso, não apenas considerando a influência que o contexto discursivo pode exercer em sua estrutura relativamente fixa e na significação como penúltimo estágio desse percurso, mas também observando o modo como o discurso pode ser influenciado por essa escolha lexical em lugar de outras unidades lexicais.

Com base nesses pressupostos, por meio da revisão da literatura concernente, serão retomados alguns fundamentos teóricos que apoiarão os argumentos e hipóteses da pesquisa, para, em seguida, buscar comprovações com amparo no *corpus*.

De modo específico, pretende-se averiguar, com base no desmembramento e análise das partes que compõem a EI, a proximidade/distanciamento entre os sentidos literais dessas partes e os eventuais sentidos não literais produzidos quando postas em conjunto, em um bloco segmental idiomático, a fim de verificar uma possível relação entre os graus de lexicalização de uma EI e a proximidade/distância com sentido literal das partes.

Também intenciona-se analisar as EI quanto à relativa fixidez, de modo a averiguar as relações e implicações entre as variações – de forma e/ou conteúdo – e o contexto discursivo que, a seu turno, atua, ao mesmo tempo, como um fator determinante à variação da EI, mas também como elemento modificado pela escolha lexical de uma EI em lugar de outro modo de dizer.

Busca-se traçar o percurso de construção do sentido das EI por meio de um mapeamento que tem início na análise de suas partes até o todo idiomático aplicado no contexto discursivo, ainda que sabidamente sejam blocos segmentais cujo significado não resulta da simples soma das partes que a compõem.

Com base nisso, será examinada uma possível (co)relação decorrente da proximidade/distanciamento do significado literal das partes com o todo figurado, que em maior ou menor grau, liga-se ao maior ou menor índice de lexicalização (transparência/opacidade) da EI e com mais ou menos pistas que contribuem para a construção de seu sentido. Para tanto, propõe-se um modelo de análise cujos objetivos são sistematizar o estudo e viabilizar o cotejo

com possíveis variantes que emergem do uso da EI no discurso. Ademais, o referido modelo pode servir a outros estudos que tomem as EI como objeto.

Desse modo, com respaldo no arcabouço teórico e nas averiguações práticas, objetiva-se comprovar a tese de que, embora as EI sejam utilizadas com relativa facilidade e com grande frequência nas mais diversas situações comunicacionais, a construção de seu sentido é o produto de um complexo processo que tem origem em sua estrutura lexical (morfológica), passa pelo emprego no texto – que apoia e orienta textual e contextualmente a significação –, pelas possíveis adequações e variações de forma e conteúdo semântico – decorrentes da aplicação e das intenções no e do discurso – e se finda na (pretendida) compreensão pelo receptor do discurso, última etapa desse processo. Para isso, adota-se uma perspectiva de análise que considera as EI não apenas em si, mas como um dos elementos que compõe o discurso o qual integra, influenciando e sendo influenciado por esse.

Situações-problema e hipóteses

Elencados os objetivos, pretende-se resolver algumas situações-problema que orientam esta pesquisa. A primeira delas seria que, embora as EI, assim como as demais palavras, sejam dotadas de alguma carga semântica quando tomadas isoladamente (*langue*), é em uso (*parole*), no discurso propriamente dito, que ganham seu sentido. Desse modo, entende-se ser relevante considerar o contexto discursivo como um estágio na construção do sentido das EI que, por sua vez, exerceriam influência na construção argumentativa ao atuarem como direcionadores discursivos. Dessa relação de dupla influência decorre o ponto de partida desta pesquisa.

Outro ponto que desperta atenção seria a necessidade de investigação dos mecanismos linguístico-cognitivos e/ou linguístico-discursivos os quais permitem que se compreenda de maneira eficaz nas diversas situações comunicacionais ora o sentido literal, ora o sentido não-literal de uma unidade lexical, seja ela simples, composta ou complexa (caso este das EI), tendo em vista a possibilidade de uma mesma unidade lexical ter um sentido literal e um sentido não literal.

Se entender-se que o sentido não literal de uma EI não é algo pronto e acabado em si, mas algo que se constrói *no e com* o texto, como penúltima etapa rumo ao sentido, qual seria a primeira camada? Primeiramente, vale dizer que se considera a ideia de o contexto discursivo ser um

penúltimo estágio na construção do sentido das EI porque se adota a perspectiva dialógica do discurso (BAKHTIN, 1997; 2002), que, portanto, incluiria a compreensão do interlocutor da mensagem como o estágio dessa construção, sendo, portanto, essa a etapa final. Assim, uma vez que o pensamento não literal não apenas nasce com o ser humano, mas resulta de suas vivências e experiências, sendo um produto que, por vezes, avança à lógica do sentido literal (primeiramente apreendida), pode-se considerar que uma EI – uma unidade lexical nova e única, fruto de uma combinação lexical relativamente fixa – seria a primeira camada de seu sentido, constituída na e pela não composicionalidade.

Ainda que a dita fixidez de sua estrutura seja um dos aspectos que caracteriza as EI, logo nos levantamentos iniciais para esta pesquisa, verificou-se a ocorrência de diversos tipos de variações quando essas estruturas lexicais deixam os dicionários e passam a integrar os textos. Seria o uso, então, o motivo da variação? Defende-se que a fixidez a que se referem diversos autores é relativa e as alterações as quais as EI estão sujeitas podem ir (muito) além das adequações número-pessoais e/ou modo-temporais relacionadas a sua inserção no texto e ocorrem em favor das demandas e intenções discursivas que acabam por exercer influência na forma e/ou no conteúdo semântico dessas expressões.

Tendo em mente a propriedade não composicional das EI, também se questiona se os diferentes graus de cristalização (lexicalização, fixidez, congelamento) estão de algum modo ligados à/ao proximidade/distanciamento entre o sentido literal das partes (tomadas separadamente) que as compõem e seu sentido não literal (quando tomadas no conjunto idiomático). Isso porque, embora aparentemente pareçam, as combinações e arranjos podem não ser aleatórios, mantendo maior ou menor grau de ligação com uma realidade mais lógica. Assim, partindo da “base enciclopédica” ou do “estado de dicionário”, comparando-as com as construções fraseológicas registradas, seria possível notar quantos (se todos, apenas parte ou nenhum) dos elementos perderam o significado literal e convergiram para a construção do novo significado (não literal). Considerando esses aspectos, a hipótese seria que quanto mais elementos afastam-se do sentido literal, maior será o grau de lexicalização da expressão e vice-versa.

De modo geral, pode-se dizer que tanto o sentido literal quanto o não literal de quaisquer unidades lexicais (simples, compostas ou complexas) apenas se constitui, de fato, quando empregados no discurso. Apesar de, no sistema - nos termos de Saussure (2006) -, todas as unidades lexicais terem uma base semântica que não permite que sejam completamente

esvaziadas de significado, é apenas em uso e, portanto, considerados no contexto discursivo, que seu sentido irá se constituir, podendo, inclusive definir-se com sentido literal ou não literal.

No caso das EI, a relação de interdependência com o contexto discursivo torna-se ainda mais relevante no caso de variações, tendo em vista que dele depende a constituição do sentido dessa estrutura decorrente. Ademais, pode-se, em princípio, inferir que uma EI, seja em sua forma mais convencional seja em uma variante, vincula-se a dois contextos: (i) um interno, dela própria, posto ser um bloco segmental idiomático, mesmo que variável em certa medida; e (ii) um externo, o contexto discursivo (co-texto, ambiente linguístico) no qual se insere.

Do ponto de vista da relativa fixidez e, portanto, das possíveis variações, estas são restritas a certos parâmetros que encontram sua fronteira na perda do acesso a sua raiz de origem. Desse modo, entende-se que as alterações não se limitam, como dito, a adaptações número-pessoais e/ou modo-temporais quando em uso, podendo ir desde a substituição de partes por sinônimos – sendo que, em alguns casos, a recorrência de uso acaba por incorporar e aceitar variações permitindo sua coexistência – ou antônimos até uma readequação mais acentuada, ocorrida a fim de atender a intenções e propósitos do discurso. Nesses casos, as alterações ultrapassam o previsível e geram um produto bastante diferente da EI “original”, contudo, não ao ponto de perder seu caráter idiomático. Parte-se da seguinte inferência: o contexto discursivo ao mesmo tempo em que atua como uma força motivadora/geradora/produtora de variações de EI, também se constitui como uma das camadas na construção do sentido dessas expressões.

De modo mais sistematizado, serão arroladas a seguir algumas hipóteses que se investiga na presente pesquisa:

- (i) o todo idiomático de uma EI guarda relação de significado, em maior ou menor grau, com o significado das partes que compõem;
- (ii) o maior ou menor grau nessa relação determina o nível de cristalização (lexicalização) de uma EI;
- (iii) embora sejam estruturas relativamente fixas, as EI podem sofrer alterações em sua estrutura para além das adequações número-pessoais e/ou modo-temporais exigidas pelo contexto discursivo;
- (iv) tais alterações, promovidas ou provocadas pelo contexto discursivo, em favor das intencionalidades e dos propósitos discursivos, podem ser graduais, indo desde a substituição de partes da EI por sinônimos ou antônimos até outras mais acentuadas, até o limite de não se perder a ligação com a EI “original”;

- (v) algumas variações de EI, graças à constância de uso, são adotadas como variantes “frequentes”, ao passo que outras, criadas (ou geradas/produzidas) para atender apenas a uma necessidade do contexto discursivo no qual se inserem, são variantes “ocasionais”³ e que, portanto, só podem ser compreendidas (ou mais bem compreendidas) no contexto discursivo no qual se insere;
- (vi) as então chamadas EI variantes “ocasionais” mantêm um maior grau de dependência com o contexto discursivo para sua compreensão, porém, seu sentido idiomático guarda relação com a EI “original”, canônica;
- (vii) embora as EI variantes “ocasionais” possam apresentar alterações mais acentuadas em relação às “originais”, tais alterações devem encontrar seu limite na manutenção léxico-morfológica ou semântica com estas últimas;
- (viii) a escolha pelo uso de uma EI em um determinado texto, em lugar de seus equivalentes não idiomáticos, pode implicar não apenas possíveis alterações na estrutura da expressão, mas também na estrutura discursiva como um todo, dados os efeitos produzidos por essa escolha lexical;
- (ix) o sentido de uma EI é construído por camadas que têm origem na própria base semântica da expressão, em “estado de dicionário”, e que vai se complementando (e mesmo alterando) conforme o uso, assim, o contexto discursivo torna-se parte dessa construção e atua como uma penúltima camada de sentido, sendo o “último” estágio atribuído ao interlocutor (leitor/ouvinte) do texto por meio de sua compreensão/interpretação;

Após esta introdução, a pesquisa divide-se em duas partes. A primeira, teórica, traz as bases nas quais se sustentam a pesquisa e subdivide-se em seis seções. A primeira seção trata dos pressupostos teóricos e apresenta um quadro terminológico com alguns dos principais termos utilizados na pesquisa. A partir da segunda seção, passa-se a abordar as grandes teorias de base: a seção dois traz a Lexicologia; a três, a Semântica; a quatro traz as interfaces destas duas teorias e subtemas que correlacionam aspectos de ambas. A seção cinco dedica-se às EI propriamente, apresentando algumas definições, características, funcionalidades e efeitos de uso e, ainda, propõe uma tipologia com base nas ocorrências arroladas. A seção seis, última da parte teórica, aborda o discurso e o contexto discursivo, completando as três linhas teóricas que apoiam esta pesquisa. A segunda parte, prática, aplica as teorias por meio da observação e análise do *corpus*. Assim, a seção sete, apresenta o *corpus* e a proposta de modelo de análise para o estudo de EI, descreve a metodologia adotada. Finalmente, a seção oito, a mais extensa, dedica-se à aplicação e análise das 24 ocorrências de EI que compõem o *corpus*. Findas essas análises específicas, a

³ Esses termos serão apresentados e tratados na Seção 5.4.1.

seção nove visa a uma análise-geral das ocorrências estudadas. Por fim, traçam-se algumas conclusões a que se pôde chegar, sem, no entanto, a pretensão de que se tenha esgotado tão complexo e fértil tema de pesquisa.

____panorama teórico____

1 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DA PESQUISA

A primeira parte da pesquisa é dedicada à revisitação e revisão dos pressupostos teóricos sobre os quais se sustenta a análise na segunda parte – tese. Para isso, estabelece-se um percurso que tem início no estudo da palavra, enquanto ente de nomeação da realidade, considerando facetas como significação e sentido, desde as palavras simples até as EI, um ente complexo que não apenas nomeia, mas interpreta essa realidade. Após, a atenção volta-se à aplicação da palavra – mais precisamente, da EI – no contexto discursivo, de modo que seja possível averiguar quais os efeitos que disso decorrem, tanto à EI em si, quanto ao discurso.

Antes de passar ao tratamento das teorias, entende-se necessária uma discussão acerca da terminologia adotada nesta pesquisa. Assim, a seguir serão apresentados alguns termos fundamentais a esta tese e seus respectivos conceitos.

1.1 Termos fundamentais à pesquisa e seus conceitos

Tendo em vista o aspecto lexicológico que permeia esta pesquisa e a grande diversidade de termos, por vezes conflitantes entre si, é preciso estabelecer com clareza a terminologia que corporifica os conceitos necessários à compreensão das bases que a fundamentam, pois conforme lembra Polguère (2018, p. 17), a “[...] associação conceito-termo é a condição primeira para a construção de um saber científico”.

Não se pretende, entretanto, resolver aqui os conflitos terminológicos existentes na seara da lexicologia em suas diversas correntes (DUBOIS *et al.*, 2002; BIDERMAN, 1996), mas tão somente apresentar, de modo objetivo, o elenco dos principais termos que serão utilizados, juntamente com os conceitos convergentes elaborados e adotados por autores que embasam esta pesquisa.

A figura a seguir sintetiza um elenco básico de termos da Lexicologia cujos conceitos refletem aquilo que de comum foi encontrado em estudos de autores renomados da área (VILELA, 1995b; CORPAS PASTOR, 1996; BIDERMAN, 1996; 2001a; NIKLAS-SALMINEN, 1997; RIO-TORTO, 2006), mas que também convergem com os propósitos da presente pesquisa.

Cumprido, contudo, ressaltar que este não é um levantamento exaustivo sobre termos e conceitos, não contemplando, por conseguinte, desdobramentos possíveis. Além disso, apresenta as *opções* terminológicas desta pesquisa, não trazendo ao bojo das discussões as diferentes visões sobre um termo ou diferentes termos para a mesma visão.

Figura 1 – Organização da terminologia da pesquisa no campo lexicológico

Fonte: elaboração própria com base em Niklas-Salminen (1997), Vilela (1995b; 2002); Biderman (1996; 2001a) e Rio-Torto (2006)

Intencionalmente, a conceituação de palavra ficou de fora do esquema apresentado porque se trata de um termo mais genérico da linguagem comum – um termo pré-científico (BIDERMAN,

2001a) –, além de sua definição ser tema de interminável discussão entre os linguistas para se referir aos itens lexicais de uma língua. Dentre esses linguistas, B. L. Whorf (1965⁴ *apud* BIDERMAN, 2001a, p. 112) advoga que: “Se cada língua recorta a realidade diferentemente e molda essa realidade em categorias linguísticas e mentais que lhe são exclusivas, então o conceito de palavra não pode ter um valor absoluto”. A fim de afastar polêmicas envolvendo as definições do termo, *palavra* é usada ao longo da pesquisa justamente quando for prescindível a precisão de especificações para análise, ou seja, quando se referir “[...] a um elemento linguístico significativo composto de um ou mais fonemas [...]” (DUBOIS *et al.*, 2002, p. 342).

Dentre os termos técnicos, tem-se: o Léxico, repositório global, subsistema da língua que reúne toda a gama de elementos lexicais disponíveis aos usuários dessa língua. Para Vilela (1995b, p. 13), “[...] o léxico é o conjunto das palavras fundamentais, das palavras ideais duma língua”, em oposição, “[...] o vocabulário é o conjunto dos vocábulos realmente existentes num determinado lugar [ocupado por uma comunidade linguística] e num determinado tempo”. Para esse autor, o léxico é o geral, o social e o essencial, ao passo que o vocabulário é o particular, o individual e o acessório. Cada um dos elementos que compõem o léxico, ainda no plano do sistema – a *langue* de Saussure (2006) – são os lexemas. O léxico e, por conseguinte, os lexemas que o compõe, são acessados pelos usuários por meio do Vocabulário, que seria o conjunto composto pelas unidades lexicais (ou lexias) e pelas unidades funcionais, que nada mais são do que os lexemas realizados no discurso, ou seja, em usos, nas diversas realizações comunicacionais, orais ou escritas. O vocabulário⁵ pode ser dividido entre *ativo*, *passivo* e *virtual*. Segundo Rey-Debove (1984, p. 59), “vocabulário ativo é o que se tem o costume de empregar; o vocabulário passivo é o que compreendemos quando empregado por outras pessoas, mas nós mesmos não temos o costume de empregar”. Já o vocabulário virtual seria aquele que, embora composto por lexemas desconhecido e, por conseguinte, não utilizados, podem ser presumíveis pela compreensão da estrutura de formação das palavras da língua. Quanto à divisão das unidades lexicais, são as também chamadas palavras lexicais ou plenas, aquelas dotadas de conteúdo semântico, tais como substantivos, adjetivos, verbos; enquanto as funcionais ou gramaticais são aquelas unidades dotadas de pouca e nenhuma carga semântica, caso dos artigos, preposições, interjeições.

⁴ WHORF, B. L. *Language, thought and reality*. Selected writings of Benjamin Whorf [ed. J. Carroll], Cambridge, Mass, 1965.

⁵ Esse tema será retomado e explorado mais detalhadamente na Seção 2.1.5.

No tocante à fraseologia, campo no qual se inserem as EI, a terminologia também não é consensual. Moon (1998, p. 2) ressalta que uma das problemáticas é que “[...] termos diferentes são usados para descrever tipos idênticos ou muito semelhantes de unidade; ao mesmo tempo, um único termo pode ser usado para denotar fenômenos muito diferentes”. Sendo as EI o objeto desta pesquisa, dedica-se mais atenção à explanação dos termos a elas relacionados na Seção 5 que se presta a tal, detalhando seus aspectos e termos concernentes. Por ora, apenas se reforça a opção pelo termo EI para designar unidades fraseológicas constituídas de dois ou mais lexemas, de forma e conteúdo convencionalizados, cujo sentido global, de caráter idiomático e, portanto, figurado, é não composicional, isto é, seu sentido não decorre da soma do significado de seus elementos.

À semelhança, a Seção 6 é dedicada ao estudo do discurso e do contexto discursivo para explorar sua terminologia.

Longe da pretensão de encerrar as divergências consoantes à terminologia, buscou-se tão somente apresentar um elenco básico de termos utilizados nesta tese com seus respectivos conceitos de validade ao menos local para esta pesquisa. A partir da próxima seção, passa-se ao desdobramento das teorias.

2 LEXICOLOGIA

A Lexicologia, cuja emancipação como disciplina teórica ocorreu em 1950, é a parte da Linguística que se dedica ao estudo e à descrição do léxico de uma língua, de suas propriedades e de seus fenômenos, e pode ser compreendida como “[...] uma rede de noções coerente e logicamente organizadas que permite compreender melhor a natureza do léxico” (POLGUÈRE, 2018, p. 18), incluindo, entre outros, aspectos concernentes à etimologia, formação de palavras, morfologia, fonologia, sintaxe e semântica, com esta última, estabelece especial relação.

Dentre suas atribuições, a Lexicologia busca apresentar as informações sobre os lexemas/unidades lexicais necessários à produção do discurso, além de caracterizar a estrutura interna no tocante a sua forma e a seu conteúdo. Estuda “[...] o relacionamento do léxico com os restantes sistemas da língua, incidindo sobretudo na análise da estrutura interna do léxico, nas suas relações e inter-relações” (VILELA, 1995b, p. 9). O objeto da Lexicologia situa-se entre o sistema, a norma e o discurso.

2.1 Léxico

O léxico, objeto de estudo da Lexicologia, corresponde ao eixo paradigmático da língua, um repositório de idiossincrasias, que permanece em aberto e em permanente expansão. Opõe-se ao eixo gramatical, cujo inventário é relativamente fechado e limitado e refere-se ao domínio das regularidades de uma língua. Dessa natureza irrefreável do léxico resulta justamente em um de seus principais problemas, tendo em vista a impossibilidade de precisá-lo, diferentemente do que ocorre com a estabilidade da Gramática.

O léxico de uma língua constitui-se de seu inventário vocabular, sem fronteiras que delimitem sua amplitude, uma vez que se presta a atender à necessidade humana de nomear as coisas do mundo e, por conseguinte, vincula-se à criatividade humana que atua como força motriz da expansão desse sistema. Segundo Biderman (2001a, p. 13),

O léxico se relaciona com o processo de nomeação e com a cognição da realidade. O léxico de uma língua natural constitui uma forma de registrar o conhecimento do universo. Ao dar nome aos seres e objetos, o homem os classifica simultaneamente. Assim, a nomeação da realidade pode ser

considerada como a etapa primeira no percurso científico do espírito humano de conhecimento do universo.

O léxico é o subsistema mais dinâmico de uma língua, ou seja, trata-se de uma realidade que não pode ser descrita em extensão, uma vez que “[...] é o elemento mais diretamente chamado a configurar linguisticamente o que há de novo [...]” (VILELA, 1995b, p. 74), ampliando-se na mesma velocidade das inovações, das mudanças e da criatividade humana que precisa nomear o novo ou criar novos modos para nomear aquilo que já existe por uma perspectiva diferente. Além disso, novos significados para um mesmo lexema podem ser criados por meio da combinação léxica no discurso, produzindo novas conotações estilísticas que emprestam novos matizes aos já existentes, produzindo, a partir disso, uma ampliação do halo de significação (BIDERMAN, 2001a).

O léxico busca organizar o mundo extralinguístico e a problemática em torno da palavra e há muito tempo é objeto de controvérsias filosóficas. Por exemplo, na Antiguidade, as palavras eram tidas como instrumentos conceituais – na visão aristotélica – e como reflexo possível do mundo das ideias – na visão platônica. Já na Idade Média, conviveram as ideias que, de um lado, colocavam as palavras ligadas a coisas individuais – nominalismo – e, de outro, ligadas a conceitos universais – realismo.

Independentemente do momento histórico, é possível afirmar que o léxico de uma língua reúne o modo de conceitualização da realidade de seus usuários e, por conseguinte, reflete aspectos de sua cultura (*imago-mundi*), sendo, portanto, a somatória das experiências acumuladas de uma sociedade (BIDERMAN, 2001a), podendo ser classificado como riqueza vocabular de uma comunidade linguística ao longo de sua existência, “[...] um tesouro cultural abstrato, ou seja, uma herança de signos lexicais herdados e de uma série de modelos categoriais para gerar novas palavras.” (BIDERMAN, 2001b, p. 14).

2.1.1 Léxico e Gramática

O estudo do léxico, atualmente, considera esse sistema não apenas da perspectiva que o toma como um acervo vocabular isolado dos demais sistemas, do qual se lança mão para construção do discurso, mas toma-o como parte não dissociada da gramática. Dessa vinculação e (co)operação emergiriam as competências necessárias ao conhecimento pluridimensional da palavra, em sua “[...] estrutura morfossintática e nas relações de sentido com outros itens

lexicais constituintes da língua” (FERRAZ, 2008. p. 146). Isso quer dizer que, embora se conheçam os lexemas *cadeira*, *bola*, *não*, *lindo*, *dinheiro* e *escorregar*, é a competência lexical que permitirá escolher, do grupo citado, *cadeira* como complemento mais adequado de *sentar* na construção “*Ela sentou na _____*”, em lugar das demais opções que não apenas sintática, mas também semanticamente não resultariam em um texto coerente.

A competência lexical envolve não apenas o conhecimento vocabular e a capacidade de compreendê-los em si, mas também a habilidade de empregá-los, tendo em conta sua estrutura morfossintática, bem como suas relações de sentido com outros itens lexicais e suas funções no discurso. O domínio dessa competência permite que se reconheçam as melhores escolhas lexicais para cada propósito comunicacional ou, ainda, quais efeitos se podem produzir a partir de tais escolhas.

Ainda em relação à sintaxe, Brito (2010, p. 34) recorda que na atualidade muitas teorias a reconhecem “[...] como componente quem estuda não só a condições de combinação das palavras, mas também as condições formais da significação”. Assim, se por um lado as propriedades gramaticais das unidades lexicais e a sintaxe condicionam o comportamento discursivo, por outro, as propriedades gramaticais e a sintaxe são determinadas e motivadas pelas propriedades léxico-semânticas das unidades lexicais, havendo uma relação de influência umas nas outras. Ademais, conforme lembra Ullmann (1979, p. 13), “[...] o uso das palavras e as colocações nas quais aparecem são consequências e manifestações de seu significado”. Desse modo, o léxico e a gramática “[...] são como que duas faces da mesma realidade, contribuindo de forma complementar para a chamada competência léxico-gramatical dos falantes” (RIO-TORTO, 2006, p. 1). Não basta, portanto, conhecer um lexema e seu significado, mas é preciso saber operá-lo no discurso de modo coerente. A seguir, essas ideias serão exploradas mais detalhadamente.

2.1.2 Competência léxico-gramatical

O emprego de uma unidade lexical de modo competente envolve compreender não somente a forma de estruturação do conhecimento lexical, apreendido e compreendido cognitivamente, mas também o comportamento dessa unidade lexical aplicada ao discurso de modo a produzir uma comunicação eficaz a seus propósitos. A competência léxico-gramatical compreende uma combinatória de diversos conhecimentos que engloba, e ultrapassa, o mero conhecimento do

significado de um lexema, abrangendo aspectos linguísticos, psicolinguísticos, sociolinguísticos e discursivos. Richards (1976, p. 78-83) arrola oito pressupostos à natureza da competência léxico-gramatical:

- (i) **Pressuposto 1** – O falante nativo de uma língua continua a expandir seu vocabulário na idade adulta; por outro lado, há relativamente pouco desenvolvimento da sintaxe.
- (ii) **Pressuposto 2** – Conhecer uma palavra significa conhecer o grau de probabilidade de encontrar essa palavra na fala ou na escrita. Para muitas, também se sabe o tipo de palavra com maior probabilidade de ser encontrada associada a ela.
- (iii) **Pressuposto 3** – Conhecer uma palavra implica conhecer as limitações impostas a seu uso, de acordo com variações de função e situação.
- (iv) **Pressuposto 4** – Conhecer uma palavra significa conhecer o comportamento sintático associado a ela.
- (v) **Pressuposto 5** – Conhecer uma palavra implica conhecimento de sua forma subjacente e das derivações que dela podem ser feitas.
- (vi) **Pressuposto 6** – Conhecer uma palavra implica conhecimento da rede de associações entre essa e outras palavras na língua.
- (vii) **Pressuposto 7** – Conhecer uma palavra significa conhecer seu valor semântico.
- (viii) **Pressuposto 8** – Conhecer uma palavra significa conhecer muitos dos diferentes significados associados à palavra

A contínua expansão do vocabulário pessoal implica que o falante não apenas conheça uma nova unidade lexical ou um novo significado para uma unidade lexical já conhecida, mas, sobretudo, que saiba aplicá-la em suas comunicações de modo proficiente. Já a regularidade da gramática faz com “o período de desenvolvimento máximo parece ser de cerca de 2 a 12 anos, com apenas pequenas mudanças de acordo com o papel social e o modo de discurso ocorrendo na idade adulta” (RICHARDS, 1976, p. 78).

Segundo Richards (1976), um falante é capaz de saber quais e com que frequência certas unidades lexicais podem figurar na fala ou na escrita. Acerca disso, acrescenta-se que tais probabilidades estariam mais associadas ao tipo de situação comunicacional e, por conseguinte, ao gênero discursivo por meio do qual essas se realizam. Daí o entendimento de que os Pressupostos 2 e 3 estão diretamente ligados, tendo em vista que, dependendo da situação comunicacional, um falante seria capaz de reconhecer as restrições de função e de situação quando da escolha de um lexema, de modo que se adequa o “vocabulário para atender às demandas da situação” (RICHARDS, 1976, p. 79). Assim, conhecer uma palavra implica

conhecer as limitações impostas a seu uso, de acordo com variações de função e situação. Desse modo, independentemente de ser uma conversa informal entre amigos e acontecer oralmente, no caso de uma interação face a face, ou por escrito, por meio de um aplicativo de troca de mensagens como o *WhatsApp*, por exemplo, um falante pode utilizar os lexemas *truta* ou *parça* para se referir a seus amigos. Contudo, em uma conversa entre esse mesmo falante e seu chefe, talvez o termo escolhido fosse *amigo* ou mesmo, em um e-mail escrito por esse falante, dependendo a quem fosse destinado, utilizaria *truta*, *parça* ou *amigo*.

Com isso, intenta-se dizer que a competência lexical envolve, além do conhecimento da probabilidade de ocorrência de determinados lexemas, também a capacidade de operar as adequações de vocabulário necessárias à expressão dos diversos gêneros orais ou escritos. Ademais, um falante também teria noção de quais lexemas poderiam, mais comumente, ser associados a cada formulação do enunciado. Há, portanto, certo grau de previsibilidade de ocorrência de combinações de unidades lexicais, de modo que ao se pensar em *maçã*, associam-se *madura*, *doce*, *vermelha*, *verde*, *torta*, entre outras. Ou ainda, com o verbo *chover*, associam-se *forte*, *muito*, *torrencialmente*, *pouco*, *ontem*, *hoje* etc. Neste ponto, o objeto desta pesquisa pode ser trazido ao bojo da discussão. Ressalte-se o fato de que as EI subvertem essa previsibilidade, pois quebram a expectativa de associação. Observe-se o excerto a seguir:

Em seu voto, o Ministro mais uma vez demonstrou serenidade ao sustentar o cabimento dos Embargos Infringentes na Ação Penal 470, não podendo cercear dos acusados o direito de usufruírem deste recurso.

A reação da sociedade em relação ao voto proferido pelo Eminentíssimo Ministro foi de frustração, afinal de contas, em meio a tantos escândalos nas últimas décadas, o povo brasileiro acreditava que o voto do Ministro pudesse levar ao Plenário do Supremo a indignação de toda uma Nação.

Mas, será que o Ministro Celso de Mello realmente *estava com a faca e o queijo na mão* em relação ao voto que decidiria pelo cabimento ou não dos Embargos Infringentes?

Os Embargos Infringentes, disciplinado a partir do artigo 609 p. único do Código de Processo Penal, é um recurso cabível quando não há unanimidade em uma decisão de segunda instância que seja desfavorável ao réu. (RODRIGUES, 2013, s/p, *grifo nosso*)

O gênero discursivo *post* permite a adoção dos mais variados conteúdos temáticos, porém, dentro de seu propósito há certa estabilidade no estilo adotado – seleção lexical, frasal, gramatical –, bem como na construção composicional – estruturação e acabamento do texto, levando em conta os participantes. O excerto foi extraído de um blog de conteúdo jurídico. No que tange às escolhas lexicais, nota-se certa uniformidade quanto ao padrão culto e adoção da

linguagem jurídica doutrinária⁶, exceto pelo uso da EI *estar com a faca e o queijo na mão*. Neste momento, não serão analisados em profundidade os efeitos que disso decorrem, apenas se destaque que a escolha da EI em lugar de um modo outro modo de dizer mais ou menos a mesma coisa é imprevisível, considerando o enunciado como um todo. Justamente por contrariar o pressuposto da previsibilidade combinatória, esse tipo de estratégia chama atenção de quem lê o texto. A expressão, que significa “em situação favorável para executar algo com êxito; com poder amplo; ter algo inteiramente à disposição” (MELLO, 2009, p. 132), opera como um ponto de atenção ao estabelecer esse desvio de expectativa.

Ainda que se trate de um enunciado com temática jurídica e que grande parte dele apresente opções por escolhas lexicais dessa esfera, a presença da EI justifica-se por ser um texto (*post*) de um *blog* e não o de uma lei, cujas restrições do gênero imporiam escolhas lexicais mais formais. Nesse sentido, é a competência lexical que permite que o falante seja capaz de reconhecer restrições de registro com base na *variação temporal*: o falante reconhece que alguns lexemas são mais antiquados do que outros: *ornar* é um modo mais antiquado de dizer *combinar*; *variação geográfica*: os falantes sabem que a mexerica de São Paulo, é a bergamota no Rio Grande do Sul; *variação social*: o falante sabe que certos lexemas adequam-se ao grupo social no qual e pelo qual são utilizados, assim, jogadores de futebol utilizam *bater* (um pênalti, uma falta) com um significado diverso ao que usam os marceneiros (*bater* um prego) ou os vendedores (*bater* a meta de vendas); *papel social*: o falante sabe que os papéis sociais determinam a escolha de tratamento, por exemplo: na presença de uma juíza, no tribunal, deve tratá-la por *meritíssima*, mas que se essa juíza estiver fora do tribunal, em conversa com seu porteiro, pode ser tratada por *dona/senhora* ou mesmo, *você*; *área do discurso*: o falante sabe que a finalidade do discurso influencia em estrutura, assim, um texto científico deve privilegiar o uso da primeira pessoa do plural ou a terceira do singular indeterminando o sujeito, já uma carta comporta a primeira pessoa do singular; *modo do discurso* – o falante sabe que o meio de expressão influencia a escolha (CHIU, 1972⁷ *apud* RICHARDS, 1976). A isso, acrescente-se que a competência léxico-gramatical é acionada não apenas para adequações quanto ao modo/meio (gráfico/escrito ou fônico/falado) de produção do discurso, mas também à

⁶ Segundo Petri (2008, p. 35), “linguagem doutrinária – é a linguagem dos mestres, dos doutrinadores, cuja finalidade é explicar os direitos institutos jurídicos, é ensinar o direito;”

⁷ Chiu, R. K. Measuring register characteristics: a prerequisite for preparing advanced level TESOL programmes. *TESOL Quarterly*. v. 6, n. 2, 1972, p. 129-141.

concepção⁸ de produção, com mais ou menos aspectos da oralidade ou escrituralidade e o suporte por intermédio do qual o discurso será realizado.

As unidades lexicais não operam isoladamente no discurso, mas se ligam sintática e semanticamente para estruturar ideias. Quando recorre ao léxico, o falante, dotado de competência léxico-gramatical, não faz escolhas aleatórias dentre as opções disponíveis. Isso porque, quando se conhece um lexema ocorre o armazenamento de seu conceito e também de suas propriedades estruturais, gramaticais e discursivas específicas. Destaque-se, portanto, o caráter pluridimensional do léxico, já que traz para o bojo do emprego de uma unidade lexical diversos saberes linguísticos: seus traços semânticos, morfossintáticos (gramaticais) e discursivos, os quais são determinantes na constituição do sentido (GIL, 2017). Daí ser possível inferir que o sentido advém das (inter)relações estabelecidas no uso. Do ponto de vista sintático, o lexema *um* somente poderá ser distinguido entre numeral e artigo indefinido, se analisado no discurso. Assim, será numeral em “Não sei se ela tem *um* ou dois carros” e artigo indefinido em “Ela saiu em *um* carro, mas não sei qual é o modelo”.

Do ponto de vista semântico, Richards (1976) lembra que os significados das unidades lexicais, em uso, são definidos por meio das relações com outras e é por intermédio da compreensão de tais relações que o falante chega a seu entendimento. Evidentemente, um mesmo lexema pode ligar-se a diversas redes associativas, tendo em vista que esse “[...] pode adquirir um sentido novo ou um grande número de sentidos novos, sem perder o seu significado original” (ULLMAN, 1964, p. 405) e é a competência léxico-gramatical do falante que permitirá que ele estabeleça associações distintas, por exemplo, para *linha* → carretel → agulha → costura → roupa; *linha* → caderno → lápis → borracha → caneta; *linha* → da vida → do amor → quirologia → quiromancia → sorte; *linha* → telefone → ligação → chamada → conversa, dentre outras possibilidades. Desse modo, conhecer uma unidade lexical, pressupõe o conhecimento de seu valor semântico dentro de um determinado contexto. Inclusive, pressupõe a distinção entre um valor denotativo da unidade lexical – “Meu marido tinha 2 linhas na Nextel porém não conseguimos pagar e perdemos a *linha*” (sic) (RECLAME AQUI, 2020, s/p) – ou conotativo da unidade lexical – “De fato, todos já perdemos a *linha* alguma vez no meio de uma discussão, enterrando com ela a mensagem que queríamos transmitir.” (A MENTE, 2020, s/p).

⁸ Sobre o modelo de meio e concepção proposto por Peter Koch e Wulf Oesterreicher, ver Oesterreicher (1996), Koch e Oesterreicher (1985; 2013), Urbano (2006), Marcuschi (2010). Sobre a influência do suporte relacionado ao modelo do meio e concepção ver Dürscheid (2003).

Ademais, a competência léxico-gramatical permite acesso ao conhecimento de aspectos implícitos dos lexemas e aos processos de formação e derivações aos quais estão sujeitos. Mesmo quando um novo lexema surge, ele segue os paradigmas já existentes. Por exemplo, o verbo *deletar*, adaptado do verbo inglês *to delete*, difundido na língua portuguesa inicialmente como um termo da informática e, posteriormente, estendendo seu halo de significados para outras esperas de uso que não apenas o da informática, significando “suprimir (texto, arquivo etc.); apagar; fazer desaparecer, fazer sumir; eliminar ‘Disse que iria deletá-lo do coração’, matar; dar cabo de; assassinar” (AULETE, 2021, s/p). Quando houve o aportuguesamento do termo, ao ser transformado em um verbo, adotou-se o produtivo paradigma da primeira conjugação, mesmo que para isso fosse preciso adequar a forma, suprimindo-se o “e” final para comportar a vogal temática dessa conjugação.

Por meio da exploração desses pressupostos, de análises e dos exemplos utilizados para ilustrar tais ideias, é possível afirmar que conhecer um lexema envolve o acionamento de diversos conhecimentos linguísticos de ordem semântica, morfossintática e discursiva. Evidentemente, nem todos eles ao mesmo tempo, por todos os falantes, os quais podem apresentar diferentes estágios de domínio de cada um desses níveis de conhecimento.

Um mesmo lexema pode ter e/ou ganhar diversos significados, sendo que alguns desses surgem, passam a ser usados e caem em desuso de forma tão dinâmica que, por vezes, nem mesmo os dicionários são capazes de acompanhar tal fluxo. Essas ideias serão mais bem exploradas na seção a seguir.

2.1.3 Uso e desuso de unidades lexicais

Os usuários da língua atuam como sujeitos-agentes no processo de perpetuação e reelaboração contínua do léxico de uma língua, decorrentes de aspectos sociais, culturais, entre outros (BIDERMAN, 2001a). Se por um lado, novas palavras nascem da necessidade de nomear novas coisas no mundo e novos significados são atribuídos a palavras já existentes quando se muda a visão de mundo sobre as coisas, por outro lado, palavras deixam de ser usadas por inúmeras razões como, por exemplo, quando o objeto de mundo ao qual nomeava deixa de existir ou de ser utilizado ou quando uma nova palavra, mais adequada ou mais aceita, passa a substituir outra. Não obstante, “a memória do léxico testemunha sua estabilidade graças ao compartilhamento semântico dos itens lexicais de cada comunidade linguística” (BERTONHA;

ZAVAGLIA, 2017, p. 410), aquilo que fica e aquilo que se vai do léxico de uma língua é ditado por leis muitas vezes intangíveis de modo tal que “é tão pouco possível prevermos o nascimento e o destino de uma palavra quanto de um indivíduo” (GUIRAUD, 1976, p. 83).

Essa constante movimentação do léxico pode ocorrer por meio de: (i) trânsitos ou mudanças semânticas que atribuem significados diferentes a lexemas já existentes, isto é, atribuição de novas acepções que se incorporam ao campo semasiológico (campo dos significados possíveis de um determinado significante), caso de *bicho* – qualquer animal, gíria para amigo, dentre outras; (ii) empréstimo de formas já existentes em outras línguas que podem ser adaptadas fonética e morfológicamente, como abajur do francês *abat-jour*, ou conservarem sua forma original⁹, como *facebook* – embora seja bastante recorrente a adaptação fonética, assim, em português, a rede social permanece sendo escrita tal como a designação estadunidense, mas pronunciada muito comumente como /fei.si.'bu:.ki/; (iii) formação de novas palavras, considerando os processos de justaposição, aglutinação, prefixação, sufixação, caso de pé de moleque, aguardente, desfazer; mas também de elaborações complexas, caso das expressões idiomáticas, como *chove não molha*; (VILELA, 1995b; BIDERMAN, 2001a); e por (iv) reativação de uso de lexemas que estavam em estado letárgico de atividade, trazendo novamente ao vocabulário corrente lexemas que há muito não eram utilizados, caso, de *prafrentex*, de grande circulação na década de 60 para designar *moderno*, desusada com o tempo, e que parece ter ganhado novo fôlego, aparecendo em textos do século XXI, como nome de produto – esmalte de unhas da marca Dailus “prafrentex” lançado em 2019 – ou ainda, na propaganda da marca brasileira de roupas femininas Shoulder, em junho de 2020, como sinônimo de *ousada*, conforme se pode verificar no recorte da página da marca, demonstrando a permanente movimentação e recategorização da estrutura lexical:

⁹ Embora ainda seja vista com reserva, a força da adaptação fonética do português do Brasil é tamanha que acabou virando estratégia de marketing da rede de *fast food* Mc Donald's para criar uma relação afetiva com seus consumidores, adotando para sua grafia o modo de falar brasileiro. “Méqui” substituiu ‘McDonald’s’ nos avatares dos perfis oficiais da marca no *Twitter*, *Facebook* e *Instagram*” (ROGENSKI, 2019, s/p), além de ter sido incorporado à logomarca nas fachadas de dois de seus restaurantes. Segundo o CMO da rede: “Fomos descobrindo os apelidos, e essa é uma prática cultural do brasileiro. [...] E também não é sobre não falar bem o inglês ou abrigar expressões, é sobre a forma carinhosa como as pessoas nos tratam e que agora está sendo celebrada em nossa comunicação”. (ROGENSKI, 2019, s/p)

Figura 2 – Prafrentex

Fonte: Shoulder (2020)

Tais movimentos de criação e/ou de recategorizações estão sujeitos a inúmeros fatores e processos, que cada um a seu tempo, fazem com que novas unidades lexicais (re)emerjam ao uso ou caiam em desuso, por força da necessidade, por meio da criação de um novo lexema ou pela adoção de novos significados para lexemas já existentes. Segundo Viaro (2012, p. 274),

Nem todas as palavras criadas e usadas num século serão herdadas pelo século seguinte: algumas simplesmente são abandonadas. [...] Os fatores que participam da integração da palavra ao léxico da língua são parcialmente compreendidos, de modo que a aceitação/abandono dos neologismos parece – no atual estado das pesquisas – mera obra do acaso.

Isso demonstra a permanente mobilidade na qual se encontra o léxico de uma língua. Ademais, é preciso levar em conta que seu estudo deve também considerar sua aplicação e os efeitos relacionados à aplicação dos lexemas ao discurso. Em consonância com tais ideias, Rio-Torto (2006, p. 11-12) destaca que:

Em função da sua natureza, que é pluridimensional, o léxico — e, por conseguinte, o seu estudo —, não se confina a abordagens monodimensionais, envolvendo antes a morfologia das unidades lexicais que o integram, a semântica e a sintaxe interna e externa destas, o funcionamento discursivo-pragmático que os falantes delas fazem.

Assim, pode-se inferir que o léxico não opera em movimento apenas interno ou apenas externo, mas em ambos e ao mesmo tempo, em função do uso e do sujeito que irá determinar quais serão esses movimentos, seja para criar e/ou conservar um lexema, seja para abandoná-lo (mesmo

que temporariamente). Acerca desta última opção, é importante ressaltar que, dadas as inúmeras acepções que um mesmo lexema pode ter, seu desuso pode ocorrer não por completo, mas apenas uma ou algumas de suas significações, restando apenas uma ou mais. Conforme Ribeiro e Paula (2014, p. 34): “Unidades lexicais caem em desuso à medida que referentes por ela nomeados deixam de fazer parte do cotidiano ou da memória cultural dos que as usavam”. Isso não implica, por conseguinte, que todo o campo de significação de um lexema deixe de ser usado, mas um ou alguns significados.

Para ilustrar esses conceitos, tome-se como exemplo o caso de *ficha telefônica*. Até as décadas finais do século XX, antes da popularização dos telefones celulares, eram comuns os telefônicos públicos (popularmente chamado de orelhões) espalhados pelas cidades do Brasil e cujo modo para realizar ligações era depositar fichas próprias para esse fim, por isso o termo *ficha telefônica*. Posteriormente, no fim do século XX e início do XXI, as fichas foram substituídas por cartões telefônicos, que eram cartões eletrônicos específicos dotados de créditos que permitiam realizar ligações. Atualmente, são raros os lugares que ainda mantêm telefônicos públicos, mas todos eles utilizam esses cartões para efetivação de chamadas. Portanto, o objeto *ficha telefônica* deixou de ser existir no mundo material e, ao menos em parte, no mundo lexical corrente, qual seja, na acepção de material para realizar chamadas telefônicas (sentido literal). A versão *on-line* do dicionário Michaelis (2021, s/d) nem mesmo faz a menção desse conjunto lexical em seu verbete *ficha*. Já o Aulete, também *on-line*, menciona apenas como exemplo de uso: “Qualquer peça semelhante à ficha (1) de material variado (papel, plástico, metal etc.), us. para diversas coisas (*ficha telefônica*)” (AULETE, *grifo nosso*).

Entretanto, embora esse referente tenha deixado de existir no mundo concreto, por assim dizer, seu uso mantém-se corrente em uma acepção abstrata, na EI *cair a ficha*. A expressão, que significa “entender/não entender um fato” (URBANO, 2018, p. 153) é uma alusão ao processo de funcionamento da ficha telefônica, em que a ligação apenas se completava quando a ficha caía de um compartimento anterior do orelhão para um depósito – se a ligação não se completava, por algum motivo, a ficha caía por outro compartimento para devolução ao usuário do orelhão. O uso da EI é frequente e atual, como se verifica no exemplo a seguir: “‘Foi cena de terror; *a ficha ainda não caiu*’, diz morador de Brumadinho” (G1, 2019, s/p, *grifo nosso*).

Não se trata de um processo lógico, nem mesmo disciplinado por um conjunto de regras, conforme advogam Molon e Vianna (2012, p. 150), considerando o pensamento bakhtiniano: “O signo reflete a realidade, por meio da sua propriedade de referenciar-se, de adquirir sentido

que ultrapasse suas próprias particularidades”, eis o porquê ser possível que mesmo as fichas telefônicas não existam mais, a expressão à qual se vincula, mantém-se vigente.

Nesse sentido, Guiraud (1976, p. 69) assevera que “em cada coletividade existem temas preferidos, ‘esferas de pensamento’, ligados ao meio, à atividade e às circunstâncias e que, sempre presentes no fundo da consciência coletiva, matizam seus pensamentos”. Talvez isso possa contribuir para uma explicação do porquê da perpetuação de algumas EI, a despeito de sua motivação ter, de algum ou de certo modo, deixado de existir, estar tão obscurecida ou mesmo ter sido apagada pelo tempo. Tome-se como exemplo *ser um pé rapado* – “ser pobre, malvestido, mal calçado, sem expressão, a mais humilde categoria” (URBANO, 2018, p. 238) –, cuja origem é controversa, mas associa-se a pessoas pobres que ao chegarem a pé às igrejas precisavam raspar o barro de seus calçados ou da sola de seus pés, em instrumentos como o da Figura 3, antes de adentrar o recinto sagrado, diferentemente dos abastados que chegavam a cavalo ou de charrete e, por isso, mantinham limpos seus calçados.

Figura 3 - Pé rapado

Fonte: Arquivo Público de Uberaba (2018)

Atualmente praticamente não há mais ruas de terra em cidades urbanizadas, embora ainda haja uma prevalente desigualdade social e, por conseguinte, o preconceito de classe. Assim, até hoje se utiliza a referida expressão para aludir aos pobres, como se fossem aqueles a pé, que devem raspar o barro (real ou metafórico) de seus pés antes de adentrar os ambientes – limpos, abastados. A motivação da expressão tornou-se opaca, mas, claramente, permanece no inconsciente coletivo revelando um aspecto de sua valoração moral e social. Embora os meios de transporte no século XXI difiram-se daqueles dos séculos XVII – época a que remonta a origem da expressão –, mesmo que os pés não estejam mais sujos de barro, que precisam ser limpos, ainda persiste a divisão de classe, por isso, a manutenção do uso da EI até os dias correntes.

Não é possível definir os critérios, nem mesmo os motivos que fazem com que uma unidade lexical venha a ser utilizada em lugar de outra – a menos que venha nomear um novo ente do mundo – ou caia em desuso – a menos que o ente do mundo tenha deixado de existir. Talvez, o máximo que se possa dizer é que o uso ou o desuso de um lexema ocorre pela escolha (na maioria das vezes) inconsciente dos falantes de uma comunidade linguística. Contiero e Ferraz (2014, p. 46) ressaltam que

[...] [a] renovação no código de comunicação de uma determinada comunidade linguística está alicerçada no pressuposto de que as línguas se renovam permanentemente, se inovando com a inclusão de novas palavras que surgem na língua em virtude de uma necessidade específica de nomeação, ou ainda, introduzindo uma nova maneira mais expressiva de exprimir uma ideia já existente, certa visão de mundo diante da obsolescência de outras palavras que caem em desuso, quando a realidade que nomeavam foi alterada, substituída ou talvez já não exista mais.

Essa constante e permanente movimentação do léxico ganhou mais aceleração com os avanços tecnológicos, especialmente por meio das redes sociais, cujos usuários, falantes de diversas línguas de diversas partes do mundo, conectam-se, criam e replicam novas unidades lexicais para novos objetos do mundo, ou, atribuem novos significados a unidades lexicais já existentes de modo que atenda a um novo modo de ver esse mundo. Em meio a esse ambiente dinâmico e veloz, os dicionários tentam dar conta dos registros estabelecendo, cada um, seus critérios para dicionarizar uma palavra. De modo geral, a consagração do uso de uma palavra certifica sua relevância, levando-a às páginas, físicas ou virtuais, dos dicionários. Bertonha e Zavaglia (2017, p. 410) ponderam que as palavras “[...] lembradas são palavras dicionarizadas, ou seja, a frequência de uso serve para atestar seu registro no dicionário; portanto, somando-se a frequência de uso à memória coletiva, tem-se como resultado unidades lexicais dicionarizadas”. Entretanto, os dicionários, tal como uma fotografia, captam apenas um recorte de uma paisagem, não sendo capaz de fazê-lo de modo completo. Assim, ficam de fora palavras cujo nascimento, vida e morte se deram sem que houvesse registro.

2.1.4 Classificação tipológica das unidades lexicais

No tocante à classificação das unidades lexicais, Pottier (1974, p. 266-267) propõe a existência de quatro tipos:

- (i) **simples** – são as unidades lexicais ditas tradicionais, como: cadeira, para, comeu;
- (ii) **compostas** – são o resultado da integração semântica manifestada formalmente (em geral pela presença do hífen, mas não somente) formando um novo lexema, como: saca-rolhas, matéria-prima;
- (iii) **complexas** – são aquelas sequências compostas em vias de lexicalização em graus variados, como: sinal vermelho, de fato, cachorro quente;
- (iv) **textuais** – são lexias complexas que atingiram o nível de afirmação ou texto, caso dos provérbios, das orações, dos hinos nacionais.

Embora a concepção de Pottier centre-se especialmente no grau de liberdade combinatória de seus elementos, no tocante ao objeto desta pesquisa, tendo em vista não haver uma estrutura morfossintática única no qual se enquadram as EI, seria possível encontrar exemplos para ao menos três¹⁰ dos tipos de lexias: compostas (*pé-rapado*), complexas (*arregaçar as mangas*), textuais (*andar com a cabeça nas nuvens*). Contudo, pensando não apenas no grau de liberdade combinatória das partes, mas levando em consideração, sobretudo, a própria definição oferecida por Pottier, quando menciona os graus de lexicalização, tende-se a adotar a tipologia “complexa” para se referir às EI, posto que estas carregam uma informação própria que não resulta do produto cartesiano do conteúdo semântico de cada uma das partes e em consonância com outros autores que também assim classificam esse tipo fraseológico (XATARA, 1997; RIVA; RIOS, 2002; BIDERMAN, 2005; URBANO, 2018).

Nesse sentido, Biderman (1996, p. 33) define lexias complexas como “[...] aquelas unidades lexicais que, no plano da escrita, são grafadas como uma sequência de unidades, embora correspondam a um único referente no plano da língua”. Há, desse modo, uma integração semântica das partes que, no caso das EI, ocorrem em favor de um sentido figurado e novo que se descola (em maior ou menor escala) das unidades lexicais que as compõem. Ademais, o caráter complexo dessas lexias reside no fato de seu significado depender dessa estrutura (relativamente) fixa, que opera em conjunto. Por esta razão, diz-se que as lexias complexas são lexicalizadas ou estão em vias de lexicalização.

¹⁰ Descarta-se a lexia simples como possível tipologia porque, embora unidades lexicais isoladas possam ter um sentido figurado, entende-se que é apenas quando acompanhadas de outros elementos lexicais que elas se tornam expressões. Assim, por exemplo, *brastemp*, poderia dar a entender que seria um EI de lexia simples quando seu sentido fosse tomado figurativamente, contudo, esse lexema somente ganha um sentido figurado quando acompanhado do verbo *ser* e ocasionalmente do artigo *uma*, do advérbio de modo *assim* e do de negação *não*: Meu antigo carro *não era assim uma brastemp*, mas dava pro gasto. O mesmo sentido não poderia ser encontrado em outro arranjo: Fiquei tão *brastemp* que comprei chocolate. Os exemplos demonstram que, embora nem todas as EI sejam formadas por mais de uma unidade lexical, as unidades gramaticais que a compõem são parte necessária a seu sentido idiomático, ainda que possa haver variações como se verá mais adiante.

2.1.5 Vocabulário

É bastante improvável que qualquer falante, de qualquer língua, seja capaz de deter todo o léxico de uma língua, dada a imensurável extensão e permanente ampliação do sistema lexical. Segundo Silva (2006, p. 16-17), “[...] o vocabulário é um subconjunto do léxico de uma língua. É composto de todas as unidades semânticas, graficamente simples e compostas, e locuções indecomponíveis que se atualizam no discurso [...]” (SILVA, 2006, p. 167). Por essa perspectiva, o léxico seria o todo e o vocabulário, as palavras acessadas por um indivíduo (vocabulário individual ou pessoal) ou por uma comunidade linguística (vocabulário coletivo). Krieger (2012), em sua definição de vocabulário engloba outros recortes. Assim, para a autora, vocabulário:

[É o] Conjunto ou repertório de palavras e expressões características de uma determinada região, época, autor, grupo social, cultura, área do conhecimento, campo profissional etc. São exemplos: o vocabulário de Machado de Assis, o vocabulário infantil, o vocabulário do futebol, o vocabulário dos economistas, entre outros. (KRIEGER, 2012, p. 88).

Há outra possível subdivisão entre vocabulário comum em oposição ao vocabulário de especialidade. Este comporta os termos de uma dada área de especialidade, enquanto aquele, as palavras sem acepções específicas. Assim, *água* no vocabulário de especialidade da Química, seria um “líquido sem cor, cheiro ou sabor, essencial à vida, composto de hidrogênio e oxigênio” (AULETE, 2021, s/p) e poderia ser traduzida pela fórmula H_2O , ao passo que no comum, seria simplesmente o líquido que sai das torneiras das casas. Além desses, também o vocabulário fundamental, o comum, o específico, o de determinado autor (VILELA, 1995a).

Biderman (1998, p. 178-179) afirma que “[...] por enorme que seja o léxico de uma língua, é reduzido o repertório efetivamente utilizado pelos falantes, até mesmo na língua escrita, que é a variante da língua que se serve de um vocabulário mais rico e mais variado”. Assim, cada um detém um vocabulário pessoal, ou seja, um repositório próprio constituído por um dado conjunto de lexemas, diferente para cada indivíduo – embora contenha elementos comuns a toda comunidade linguística a qual pertence (vocabulário coletivo) – do qual se lança mão para formulação de seus enunciados. Tal repositório é alimentado e ampliado ao longo de toda vida à medida que o indivíduo toma contato com novos lexemas e seus significados, ainda que pouco se saiba “sobre como o léxico é aprendido e como é estocado na memória” (BIDERMAN, 1996,

p. 28), em outras palavras, não há um protocolo que defina como cada um compõe e acessa, pela memória, de forma instantânea, seu vocabulário.

Mais especificamente acerca do vocabulário pessoal, este pode ser dividido em pelo menos três grupos:

- (i) **ativo** – vocabulário da vida cotidiana, relativamente pequeno – em relação ao sistema léxico – e composto por unidades lexicais disponíveis de conhecimento abrangente e uso frequente pelo sujeito, que conhece suas acepções e possibilidades de aplicação nos diversos contextos discursivos; essas unidades lexicais são memorizadas e ativadas espontaneamente na transação de ideias (GARCIA, 1986);
- (ii) **passivo** – vocabulário de leitura que permite a compreensão de enunciados diversos, mesmo que nem todas as unidades lexicais sejam de uso corrente; é composto por unidades lexicais conhecidas e compreendidas, mas não utilizadas com frequência ou apenas ocasionalmente seja porque não estão em consonância com as experiências seja porque não fazem parte da cultura do sujeito (GARCIA, 1986);
- (iii) **virtual** – vocabulário de contato, hipotético, que abrange as unidades lexicais ouvidas ou lidas em diversas situações, mas cujo significado preciso não se tem acesso com facilidade (GARCIA, 1986); é composto por unidades lexicais desconhecidas pelo sujeito, mas que podem ser compreendidas por meio dos processos de formação da palavra (BARBOSA, 1991).

Desse modo, considerando o objeto desta pesquisa, vale dizer que as EI – mas também quaisquer outras unidades lexicais – podem compor cada um dos vocabulários. No caso de estar no vocabulário ativo, o sujeito não apenas conhece dada EI como também é capaz de utilizá-la de forma proficiente em suas enunciações. Se essa EI estiver no vocabulário passivo desse sujeito, quer dizer que ele não a emprega em suas enunciações, mas de algum modo acessa seu significado por já tê-la ouvido ou lido em outros textos. Nessa situação, o contexto no qual a EI se insere contribui para que essa ligação se confirme. Se, por outro lado, uma EI nunca tenha sido utilizada pelo sujeito, nem mesmo lida ou ouvida anteriormente, ele terá de, primeiramente, perceber que se trata de uso inesperado dos itens lexicais que, porventura, componham seu vocabulário ativo – por exemplo, *casa* em *a casa caiu* –, para, a partir disso, buscar quaisquer outros elementos que o leve à compressão do emprego dessa unidade lexical em uma acepção com a qual não está familiarizado. Disso, pode-se confirmar que o caráter não composicional das EI faz com que o conhecimento do significado de suas partes, que podem compor o vocabulário ativo, não implica o acesso direto ao significado da expressão, mas podem fornecer algum tipo de pista dependendo de seu nível de idiomatidade. Assim, mesmo que se conheça

e se utilize a unidade lexical *telhado*, não quer dizer que o sujeito conheça todas suas acepções, esteja esta em sentido literal, não literal. Ademais, uma mesma unidade lexical pode compor os três tipos de vocabulários de um mesmo sujeito, tomados os diferentes significados, conforme ilustra a figura a seguir:

Figura 4 – Algumas acepções da unidade lexical *telhado*

Fonte: elaboração própria com base em Aulete (2020)

Ter a unidade lexical *telhado* no vocabulário ativo quer dizer que se tem acesso a algumas de suas acepções, não necessariamente todas. Considere-se o excerto a seguir:

[...] É bom lembrar que ela e o irmão faliram os cofres públicos quando administraram a cidade. Deixaram dívidas imensas. A contabilidade a tudo registra. Mas, se ela *tem telhado de vidro*, é notório que cinismo e descaramento protagonizam todos os ataques ao governo atual; esse mesmo governo que trabalhou duro para cobrir as dívidas que ela e o irmão deixaram. Essa é a realidade. [...] (FERREIRA, 2020, s/p, *grifo nosso*)

Mesmo que o sujeito conheça a unidade lexical *telhado* e a tenha em seu vocabulário ativo, porque sabe que pode ser cobertura exterior das casas ou gíria para cabelo, não implica que ele seja capaz de compreender a EI *ter telhado de vidro*. Para isso, terá de tentar compreender a expressão considerando o contexto discursivo ou de recorrer a um dicionário. Após esse primeiro contato, essa nova acepção deixa de compor o vocabulário virtual do sujeito e pode passar a compor o passivo, para futuras referências, ou ativo, para futuros usos, ou seja, além de estar em permanente expansão, pode-se dizer que o vocabulário também está em permanente movimentação.

Não obstante as classificações e categorizações, os usuários da língua acionam naturalmente seus vocabulários pessoais para as mais diversas produções comunicacionais cotidianas. Acerca disso, Abrahão (2018, p. 56) recorda que “nenhuma pessoa é considerada uma individualidade completa, pois cada qual é constituída, em suas atitudes, em seus desejos, em sua linguagem, por uma história coletiva”. Isso quer dizer que, vivendo em sociedade, o sujeito está submetido ao contexto social constituído, dentre outros, das normas, da cultura e da língua. Dessa inserção, decorre que cada membro de uma comunidade possui um vocabulário coletivo e, desse, um vocabulário pessoal, sendo que ambos podem expandir-se, graças às movimentações dos sujeitos, ao contato com outras comunidades linguísticas, dentre outras situações que possibilitam a integração de novas unidades lexicais aos vocabulários, seja por meios formais como pela educação escolar, seja pela simples vivência em outros ambientes e realidades, no mundo concreto ou no virtual.

Há diversos estudos na área de cognição que buscam identificar os mecanismos e os modos como esses elementos do vocabulário são acionados. Segundo Biderman (1996, p. 28),

As entradas lexicais são, de fato, entradas da memória. Os problemas de registro, armazenamento e recuperação das palavras na codificação e decodificação da mensagem linguística constituem uma das questões mais intrigantes da memória. Com certeza, uma das propriedades constitutivas da unidade lexical e que possibilitam a sua recuperação no acervo da memória, é a frequência da palavra.

Provavelmente, aquelas unidades lexicais que compõem o vocabulário ativo e que, por conseguinte, são empregadas habitualmente nos discursos cotidianos, estão mais acessíveis à memória e são aplicadas com relativa facilidade nas estruturas discursivas; já aquelas do vocabulário passivo exigem um pouco mais de esforço cognitivo para acionamento, recuperação e utilização, tendo em vista que, embora conhecidas pelo sujeito, não são unidades lexicais utilizadas ativamente por este. Já o acesso ao vocabulário virtual exigiria, portanto, o acionamento de várias outras habilidades que não apenas a da memória, tendo em vista que teria de estabelecer associações com outras unidades lexicais dos outros vocabulários de modo a tentar formular um significado aproximado.

Pelo prisma da cognição, Calvin e Bickerton (2001) lembram que os lexemas são a imagem da realidade que o indivíduo leva consigo, em seu cérebro, e cuja representação deve incluir, de alguma forma, além de seu significado, também suas propriedades de modo que, ao recorrer a seu vocabulário pessoal, sejam acionados os lexemas apropriados àquela situação discursiva do ponto de vista da forma e do conteúdo semântico, pois seria inútil uma linguagem que se

limitasse unicamente à expressão de lexemas isolados. Para esses autores, dentre as tarefas de um idioma estão as incontáveis novas combinações de que são capazes de operar. Embora não existam objetos no cérebro, como os dos compartimentos de uma maleta executiva, existem conjuntos de neurônios que representam efetivamente objetos do mundo, analogias e a outras atividades da vida mental. Desse modo, uma palavra que evoca coisas diferentes seria entendida pelos indivíduos num processo cognitivo de inter-relação das várias modalidades sensoriais. À representação mental de *maçã*, que seria apenas uma coleção de neurônios, todos os quais também são usados para outros fins, formam uma organização que funciona muito bem para reconhecer maçãs, comer maçãs, pronunciar maçã e assim por diante, mesmo quando há camadas sobre camadas de abstrações como ocorre no caso das metáforas.

Em vista disso, ao se deparar com o seguinte excerto “‘Felipe Melo era o pior dos piores. Não aguento as pessoas que não têm respeito e que sempre vão contra tudo. Com ele, estava sempre no limite da briga. Falei para a diretoria que ele *era uma maçã podre*’, disse Chiellini, em trecho divulgado pelo jornal italiano La Repubblica” (ISTOÉ, 2020), os neurônios são ativados para processar a informação articulada como um todo e identifica que, nesse caso, a referida *maçã*, no conjunto *era uma maçã podre* não se trata da fruta em estado de putrefação, tendo em vista o contexto no qual se insere, mas de uma metáfora utilizada para designar o efeito danoso que a presença de Felipe Melo causava no restante do grupo, em alusão ao fato concreto de que uma maçã podre em uma fruteira acaba por apodrecer as demais.

De algum modo, as atividades mentais são capazes de realizar essa distinção, o que indica que, além de armazenar as diversas significações de uma palavra, o cérebro também é competente para selecionar quase sempre de modo eficaz o sentido mais apropriado à determinada situação comunicacional. Ressalte-se “quase sempre” porque são possíveis as eventualidades quando o cérebro, por assim dizer, devolve um significado diferente daquele esperado pelo emissor de uma mensagem, seja por falha na comunicação, seja por um momento de distração ou quaisquer outros motivos.

Para estabelecimento de uma comunicação eficaz, contudo, é preciso que os interlocutores compartilhem do mesmo vocabulário coletivo, mesmo que parcialmente, do qual fazem parte não apenas os elementos lexicais (léxico), mas também a combinatória de regras que os organizam (sintaxe). Esse vocabulário, que se constitui num código de comunicação, constitui-se, além de um aspecto geral, que seria a língua padrão, também de um código parcial – vocabulário pessoal de cada um dos interlocutores participantes da comunicação –, que seria o

conjunto de diferentes registros que se aplicam a cada situação. Numa condição ideal, tudo aquilo que o locutor elaborasse e comunicasse, seria compreendido pelo interlocutor, o que, se sabe, nem sempre acontece. Para que um ato de linguagem, oral ou escrito, seja bem sucedido – não necessariamente verdadeiro ou falso (MAINGUENEAU, 1996) –, não apenas os códigos geral e parcial precisam ser compartilhados entre ambos (BIDERMAN, 2001a), ainda que apenas em partes, também é preciso que a compreensão que se tem acerca dos códigos utilizados seja compartilhada sócio-culturalmente.

A próxima seção tratará mais especificamente da significação das palavras, para isso, apoia-se na Semântica.

3 SEMÂNTICA

A Semântica, estrutura que a língua usa para organização de seus significados e, portanto, tradicionalmente tida como “ciência das significações linguísticas” (BRÉAL, 1992) é “uma disciplina linguística que tem por objeto a descrição e a organização teórica das significações próprias das línguas” (TAMBA-MECZ, 2004, p. 8). O conceito de significado, segundo Ullmann (1964), é um dos conceitos mais controversos e ambíguos da teoria da linguagem para o qual não há uma única e definitiva resposta. Daí ter-se que a Semântica se funda em solo movediço, cujo objeto se define mais em favor dos propósitos do que em si mesmo.

Assim, no tocante aos campos de atuação, a Semântica “[...] apresenta uma diversificação ampla em termos de qualificações, em razão de idiossincrasias associadas a uma percepção do significado, de perspectivas teóricas distintas e da origem das abordagens” (ABRAHÃO, 2018, p. 10), indo da semântica lexical, à semântica do discurso, passando pela funcional, cognitiva, sentencial, diacrônica, dentre outras. Embora perpassasse por várias dessas abordagens, esta pesquisa privilegia, em virtude de seus objetivos, a semântica lexical e a do discurso.

De acordo com Tamba-Mecz (2004), há ao menos dois enfoques semânticos distintos. O primeiro centra-se na compreensão e formulação de significações no marco da “palavra” e da “frase”. De acordo com a autora, a semântica léxica limita o significado aos lexemas, considerados como unidades de significação sobre as quais repousam o sentido das línguas. Significação, para ela, refere-se às representações conceituais evocadas pelos lexemas. O segundo enfoque, exclusivamente interpretativo, investiga os dispositivos linguísticos de encadeamento, progressão e coerência que permitem compreender enunciados estruturados. Essa semântica global abarca todos os fenômenos de sentido relacionados aos sistemas e usos das línguas em todos seus níveis de análise: fonológico, lexical, gramatical, enunciativo, lógico, pragmático, diacrônico, sincrônico etc.

No início do século XIX, quando estavam em plena ebulição o novo conceito de evolução, de Herbert Spencer e Charles Darwin, os semanticistas desse período, de modo geral, organizaram os estudos e correntes concernentes à Semântica em três grupos, cujos enfoques eram: (i) o estudo da evolução das significações nas línguas; (ii) as leis gerais que regiam tal evolução; (iii) a observação de fatos significativos que distinguem tais leis próprias dos fenômenos semânticos. Esse seria o período da Semântica Histórica. A partir desse momento, houve a

mudança de uma concepção até então estática, lógico-racionalista, de sentido linguístico, para uma concepção dinâmica, evolucionista. Substitui-se a ideia de “regra” por de “lei” – a relação constante que se descobre em uma série de fenômenos (BRÉAL, 1992). Ademais, o conceito de evolução contribuiu para fazer da Semântica uma ciência autônoma ao dar-lhe um objeto próprio: a história de suas transformações internas, ainda que, ao descobrir regularidades contínuas, essa perspectiva evolucionista tenha mostrado que a história nada mais seria do que um meio para a linguística, não um fim (TAMBA-MECZ, 2004).

Já no século XX, coexistiram duas perspectivas: a evolucionista e a sincrônica. Esta última no bojo do estruturalismo trazido por Saussure (2006), segundo a qual a língua seria um sistema que somente conheceria sua própria ordem. Embora a ruptura não tenha sido absoluta, posto que conviveram diversas correntes complementares ou mesmo divergentes, ocorreu nesse período uma mudança significativa na perspectiva que antes considerava a significação uma propriedade inerente aos lexemas e suas combinações e passou a vislumbrar que origem e propósito seriam encontrados na atividade intelectual humana, sendo o sentido identificado nas relações do sistema que ligam os diferentes elementos. Assim, opõe-se o significado e o sentido ou conceito de coisa, que inaugurou um enfoque sincrônico do sentido entre os elementos inter-relacionados em uma totalidade funcional, sem desconsiderar a perspectiva evolucionista que considera os lexemas e sua história. Como efeito, a corrente estruturalista contribuiu para delimitar o léxico como objeto da semântica – uma rede de relações de sentido autorregulados – além de pôr em evidência a dificuldade de encerrar em si mesmas as estruturas léxicas, articuladas com os conhecimentos extralinguísticos (TAMBA-MECZ, 2004).

Embora a ruptura não tenha sido absoluta, uma vez que diversas correntes complementares ou mesmo divergentes conviveram, ocorreu, nesse período, uma mudança relevante na perspectiva. Até então, a significação era considerada como uma propriedade inerente aos lexemas e suas combinações. Nessa perspectiva, “os significados lexicais orientam-se pelo mundo que parece fugir da estrutura da língua” (ROTH, 1998, p. 64). Com a mudança concepcional, passou-se a vislumbrar que origem e propósito da significação seriam encontrados na atividade intelectual humana, portanto, desloca-se do lexema para o ser, sendo o significado identificado uma construção da linguagem, estabelecido nas e pelas relações do sistema, que ligam os diferentes elementos, e não um objeto do mundo. Assim, opõe-se o significado e o conceito de coisa, que inaugurou um enfoque sincrônico do sentido entre os elementos inter-relacionados em uma totalidade funcional, sem desconsiderar a perspectiva evolucionista que considera os lexemas e sua história.

Como efeito, cumpre mencionar que a corrente estruturalista contribuiu para delimitar o léxico como objeto da semântica – uma rede de relações de sentido autorregulada – além de pôr em evidência a dificuldade de encerrarem-se em si mesmas as estruturas léxicas, articuladas com os conhecimentos extralinguísticos (TAMBA-MECZ, 2004). Nesse momento, a Semântica tomava como base a correlação refere-realidade, ou seja, os conceitos estavam circunscritos a uma realidade extralinguística limitada ao contexto histórico-cultural e discursivo (ROTH, 1998).

O período que vai dos anos 60 aos 90 foi marcado pelas teorias linguísticas e pela aplicação da informática nos estudos linguísticos. As pesquisas nesse campo têm como característica comum não colocar significados linguísticos em sistemas fechados e autônomos (lexical ou frases fora de contexto), mas integrar em seus modelos certas determinações que vêm das condições de uso das línguas, reunindo três correntes de origem diferente: a pragmática lógica, o pragmatismo dos atos de fala e a semântica enunciativa. Diversas linhas desenvolveram-se a partir dessas bases, dentre as quais, a semântica textual que desenvolve a análise do discurso e a semântica hermenêutica, que, ao distinguir uma micro-semântica, uma semântica-meio e uma macro-semântica, propõe um enfoque unificado que suprime diferenças, referências e inferências próprias de regras sistêmicas internas e fatores externos, sócio-históricos (TAMBA-MECZ, 2004).

No início dos anos 80 até os 90, com advento da informática, houve uma reorientação da semântica formal, chegando a um tratamento lógico-simbólico unificado e flexível de conhecimentos de todos os tipos, o que facilitou a articulação entre sintaxe, semântica e pragmática, multiplicando-se os estudos empíricos quantitativos, por meio de estudos de *corpus*.

Atualmente, a semântica, consoante Tamba-Mecz (2004, p. 47-48),

não se apresenta como uma disciplina com caráter teórico e metodológico bem definido e unificado, mas como um agregado de proposições e práticas heteróclitas, cujos tratados semânticos recentes se limitam a inventariar sob diferentes títulos: lexical, gramatical, referencial, pragmático, sistemático, contextual, estrutural, funcional, generativo, diacrônico, sentido sincrônico etc. com o objetivo principal de manter este catálogo atualizado e garantir, com sua apresentação, a difusão de novas hipóteses.

Embora o panorama apresentado não traga elucidações às grandes questões que persistem sem repostas, pode-se destacar, dentre os avanços à ubiquidade do sentido, que implica a rejeição de uma semântica exclusivamente lexical, isto é, uma semântica que não considera o lexema

em uso, isolado de seu contexto, portanto. Desse modo, ganha importância o nível de observação adotado: palavra/léxico, frase/enunciado, discurso/texto para determinar o objeto e os limites da semântica linguística. Tamba-Mecz (2004) ressalta que a variabilidade de orientações permite a compreensão dos significados de uma língua ou a explicação dos significados de uma língua. Eis a importância da determinação do objetivo atribuído à disciplina, ainda que seja reconhecida a impossibilidade de definição de um sentido linguístico de forma absoluta e uniforme, é impensável descrever as línguas sem levar em conta o sentido, considerando as propriedades e o funcionamento semântico dessas línguas, captando a diversidade, a especificidade, a coerência global e, se possível, o fundamento.

3.1 Semântica do léxico e do discurso

Desde sua origem como disciplina, até os estudos mais atuais, pode-se destacar os avanços da área à ubiquidade do sentido, que implica a rejeição de uma semântica exclusivamente lexical, isto é, uma semântica que não considera a unidade lexical em uso. Assim, outras unidades do nível dos significantes ganharam interesse da Linguística. Desse modo, ganha importância o nível de observação adotado: palavra/léxico, frase/enunciado, discurso/texto para determinar o objeto e os limites da semântica linguística.

Essa variabilidade de orientações permite a compreensão dos significados de uma língua ou a explicação dos significados de uma língua. Assim, ainda que seja reconhecida a impossibilidade de definição de um sentido linguístico de forma absoluta e uniforme, é impensável descrever as línguas sem levar em conta o significado e, por extensão, o sentido, considerando as propriedades e o funcionamento semântico dessas línguas, captando a diversidade, a especificidade, a coerência global e, se possível, o fundamento.

Tomando-se o lexema como ponto de partida, seria possível conceber que o referente se encontra no mundo e, por conseguinte, seria um elemento externo à linguagem ao qual o falante tem acesso direto, sem que, sobre tais elementos, recaiam os efeitos de quaisquer aspectos socioculturais e/ou históricos. Por essa perspectiva, os lexemas seriam detentores de significado e remeter-se-iam a conceitos (universais) os quais, por sua vez, representariam as coisas do mundo. Por outro lado, ao deslocar o referente para o falante e sua compreensão acerca do mundo, sujeita-se o significado às diferentes visões de mundo dos falantes, colocando em evidência o ponto de vista e não o objeto, conseqüentemente, dois falantes pertencentes a duas

comunidades linguísticas diferentes não veem e não entendem o mundo da mesma forma (PIETROFORTE; LOPES, 2010).

Para Abrahão (2018), o campo da Semântica, tendo em vista as características associadas à percepção do significado, apresenta inúmeras qualificações, dentre as quais: semântica lexical, estrutural, sentencial, funcional, cognitiva, do discurso, da enunciação etc., estando as investigações sujeitas aos recortes adotados. Da óptica que considera a semântica como fato interdisciplinar, algo que se vincula e se apoia em diversas áreas do saber humano, pode-se dizer que “a linguagem é entendida como constituidora de saberes e sujeitos. Trata-se de uma perspectiva que considera o sentido como sendo de natureza conjuntural, dependente de fatores variados para se constituir” (ABRAHÃO, 2018, p. 45).

Contudo, mesmo que se desloque o eixo de produção do sentido para o falante e seus modos relativamente particulares de ver o mundo, a referência deve ser preexistente no universo social, a fim de que haja uma comunicação eficiente. Além disso, é preciso ter em mente que “a referência é impenetrável, no sentido de que não se pode determinar ‘com toda certeza’ o alcance da expressão referencial no mundo [...]” (PINTO, 2012, p. 62), de tal forma que as discrepâncias semânticas só poderiam ser desfeitas com base na análise do lexema em uso. Passa-se, assim, de uma semântica do léxico (relação da palavra signo com as coisas e com o sistema semiótico) a uma semântica da frase (combinatória de significados estruturais e gramaticais e significados léxicos) e, por extensão, a uma semântica do discurso.

Para Ullmann (1963), o discurso conectado pode ser analisado do ponto de vista semântico, uma vez que se constitui de segmentos significativos compostos por unidades significativas: os lexemas que, a seu turno, são engramas¹¹ correspondentes às unidades semânticas da língua atualizadas no uso. Desse modo, a “semântica lexical examinará os significados das palavras - essa é sua função por excelência [...]” (ULLMANN, 1963, p. 33-34), ao passo que a semântica do discurso parte do exame das unidades lexicais, mas não apenas a fim de analisar seu significado encerrado em si, mas também o sentido e os efeitos que essas unidades lexicais, sob a égide da sintaxe, produzem quando arranjados na enunciação para produzir o discurso, a fim de operar no processo de compreensão do texto desse discurso. A esse respeito, o mesmo autor afirma que as “unidades significativas não ocorrem isoladamente em discurso conectado. Elas

¹¹ Engramas seriam traços residuais deixados na memória social dos membros de uma comunidade linguística, resultado de estímulos recebidos: “[...] experiências ativas e passivas de fala, sons, palavras e frases pronunciadas e ouvidas - ou mesmo escritas e lidas [...]” (ULLMANN, 1963, p. 28).

são organizadas em certos padrões que transmitem algum tipo de relação entre as coisas que representam” (ULLMANN, 1963, p. 30), isto é, ao integrar um discurso, as unidades lexicais passam a significar na relação que estabelecem com seus vizinhos e com o conjunto.

Uma das implicações disso é que a semântica está presente na vida do dia a dia, uma vez que é preciso compreender o significado e o sentido das mais variadas produções comunicacionais que ocorrem a todo momento. Além disso, os “indivíduos geram semântica ao atribuírem novas conotações particulares aos lexemas nos usos discursivos” (BIDERMAN, 2001a, p. 179), em um processo constante de transformações e ressignificações, mas, ao mesmo tempo, de manutenção e perpetuação, em um equilíbrio fino que permite que os falantes de uma comunidade linguística consigam continuar inovando e comunicando-se com clareza. A Semântica do léxico e a do discurso são aliadas na busca pela compreensão das formulações do pensamento humano, acompanhando o dinamismo sociocultural, bem como os diferentes modos de representação desse pensamento e de sua ação no mundo. Dessa forma, a significação parte do lexema, considerando o potencial semântico que possui no sistema léxico, e ganha força de sentido no contexto discursivo. Para Abrahão (2008, p. 45),

[...] questões relativas à significação, ou, mais propriamente, à produção de sentidos, perpassam diferentes áreas do conhecimento humano, pois a reflexão sobre os diversos sentidos produzidos em uma sociedade leva, sem dúvida, a uma melhor compreensão dessa mesma sociedade, bem como dos sujeitos que dela participam.

Desse modo, a significação complementa-se com a função que a unidade lexical exerce no uso, a forma que ganha para adequar-se aos propósitos do texto, além de envolver-se com inúmeros fatores que se entrelaçam no fazer discursivo, levando em consideração locutor, interlocutor e os contextos situacional e discursivo, tendo em vista que “[...] uma linguagem é um todo, um organismo onde o valor de cada elemento depende não apenas de sua natureza e de sua forma, mas também de seu lugar e de suas relações no todo” (GUIRAUD, 1976, p. 84). Os significados e sentidos não estão apenas nas unidades lexicais, mas em suas combinações e articulações, nos efeitos que produzem a partir do entendimento de determinada comunidade linguística. Para ilustrar, tome-se como exemplo a unidade lexical *invadir*. Notem-se as diferenças de extensão semântica atingida: em (i) “Muitas terras indígenas são *invadidas* e têm seus recursos naturais explorados ilegalmente.” (SOUZA, s/d, s/p, *grifo nosso*); e em (ii) “MST *invade* terra produtiva no TO e pressiona Incra a comprar área” (G1, 2014, s/p, *grifo nosso*). Embora as unidades lexicais *invadidas* e *invade* partam da mesma origem lexical, em cada uma das manchetes, revestem-se de contornos semânticos que fazem com que seu sentido extrapole o significado

de “entrar pela força num lugar e ocupá-lo” (AULETE, 2021, s/p) ao deixar o sujeito implícito em (i) e explícito em (ii). Ao encontro dessas ideias, Mari (1991, p. 62) advoga que os “signos são também produto de todo itinerário histórico que eles cumprem: a cada instante de uso, a saber, a cada circunstância política própria, ele se deixa contaminar por aquilo que é circunstancial e momentâneo”. Uma mesma unidade lexical pode, considerados todos os fatores do contexto discursivo e circunstancial no qual se aplica, manter parte ou grande parte de seu significado, mas adquirir sentidos¹² que o matizam de ideologias e o modificam na dinâmica de uso.

Ao fazer as escolhas lexicais, a passagem do sistema para o discurso implica ao menos duas transformações: (i) uma mobilização desigual das unidades mínimas de significação constituidoras das unidades lexicais, pois a aplicação no discurso corresponde a uma seleção dos significados mínimos que ganharão destaque no texto; e (ii) acréscimo de significações contextuais ao núcleo de significação – base semântica (PIETROFORTE; LOPES, 2010). Isso quer dizer que ao pensar no lexema *risco*, ainda no sistema, sabe-se que seus significados remetem a:

- (1) traço ou sulco feito numa superfície; esboço de desenho de um quadro, um bordado etc.; esboço de desenho de planta arquitetônica; cada traço de uma folha pautada; golpe com arma cortante (faca, navalha etc.); linha do horizonte visual;
- (2) possibilidade de passar por perigo ger. físico à saúde ou à integridade; possibilidade de insucesso; condição em que se pode perder ou ganhar; situação que gera indenização por parte de uma seguradora; responsabilidade pela perda ou dano ocasionado em uma situação de risco que se assumiu. (AULETE, 2021, s/p)

Trata-se de lexema que possui um grande número de acepções já no sistema, ou seja, tomada isoladamente, fora de qualquer contexto de uso. Agora, observe-se o excerto a seguir:

[...]- Alô, mãe? Que bom que tu atendeu esse telefone, criatura! Já liguei umas quantas vezes e só me dava caixa de mensagem. Escuta, eu preciso de ajuda.

[...]

Nem sinal de ônibus, um *risquinho* de bateria do celular. O corpo inteiro gelado. Crise de asma começando. Que zica. Vem um rapaz ali da esquina na minha direção. Abro o vidro? Não tem jeito de bandido, aliás tem pinta de mecânico, aliás tem cara de prestativo, aliás é franzino e se precisar dou conta de fugir, mesmo com essas botinas. [...] (PIRES, 2014, s/p, *grifo nosso*)

A qual dos significados elencados pelo dicionário o lexema destacado se refere? Nenhum. Primeiramente, é preciso dizer que “o dicionário é considerado como paradigma linguístico dos

¹² A Seção 4.2 tratará das nuances entre significado e sentido.

usos e sentidos das palavras e expressões de um sistema” (KRIEGER, 2006, p. 165), sendo que essas ferramentas têm como missão oferecer alguns dos significados dos lexemas, muitas vezes colocando-os em contexto para que, no caso de haver mais de um significado, o consulente tenha parâmetros para sua seleção. No entanto, existe um limite para o elenco de significados que um dicionário é capaz de apresentar, seja por limite de espaço – no caso de dicionários impressos –, seja por critérios lexicográficos da equipe que o elabora e atualiza. Além disso, há significados que emergem do contexto discursivo e que podem funcionar apenas para aquele caso específico ou aqueles de uso relativamente corrente, mas que ainda não foram – e podem nem vir a ser – registrados por dicionários.

No caso da ocorrência destacada no excerto, nem mesmo os dicionários virtuais, oficiais como Aulete e Michaelis ou não oficiais como Dicionário inFormal e Significados.com, cuja velocidade de atualização, tendo em vista o suporte, é ou pode ser de mais alta frequência, registram *risco* com alusão à quantificação da carga de baterias de telefones celulares. Levando-se em consideração o contexto, mas também o conhecimento de mundo, é possível inferir que se trata de uma referência ao demonstrativo de carga de bateria que aparece nos telefones celulares, sendo que um “risquinho” ganhou acepção de indicador quantitativo da capacidade da bateria do telefone celular. O uso do sufixo –inho deixa claro que o risco – o traço indicativo – era ainda menor, acentuando a iminência do fim da carga. Isso posto, fica evidente que as transformações sofridas pela unidade lexical não foram apenas de ordem morfossintática, mas também, e sobretudo, semânticas, considerando a acepção que ganhou quando inserido no contexto, além do efeito que essa escolha provocou no texto.

Conforme mencionado, há ao menos dois enfoques semânticos distintos a serem considerados: (i) aquele que se centra na compreensão e formulação de significações no marco da “palavra” e da “frase” e (ii) aquele exclusivamente interpretativo, que investiga os dispositivos linguísticos de encadeamento, progressão e coerência que permitem compreender enunciados estruturados (TAMBA-MECZ, 2004). No caso das EI e, mais especificamente, levando em conta os propósitos desta pesquisa, parece conveniente conjugar uma análise semântica que considere tais estruturas lexicais tanto do ponto de vista do léxico quanto do discurso.

Da perspectiva da semântica lexical, as EI são uma única unidade de semântica que atuam em um conjunto não composicional, ou seja, seu significado global não decorre da soma dos significados das partes que as compõem o que, por si, já lhes confere caráter excepcional nos quadros lexicais das línguas. Além disso, em maior ou menor grau, o significado das unidades

lexicais que compõem as EI distanciam-se de suas bases semânticas, ganhando, por vezes, acepções inéditas ou mesmo inusitadas nos segmentos que constituem. Já da perspectiva da semântica discursiva, uma interpretação semântica dessas estruturas “[...] reúne as informações fornecidas pelo contexto comunicacional e o significado atribuído para aquela expressão, e juntas, irão fornecer o significado implícito da expressão idiomática” (ALVAREZ, 2014, p. 24). Além disso, essas estruturas provocam e sofrem os efeitos da atualização no discurso. Provocam, em suma, efeitos de expressividade ao discurso, mas também uma ruptura no encadeamento semântico ao romper com a previsibilidade combinatória das escolhas lexicais do texto. Também sofrem efeitos ao serem aplicadas no discurso, seja no que tange às adequações número-pessoais ou modo-temporais de suas partes; seja em sua estrutura relativamente cristalizada, por meio de substituição lexical de uma ou mais partes ou mesmo de modo mais acentuado, na ordem de suas partes, ou em seu sentido global, tendo em vista o todo discursivo.

3.2 Mudança semântica

Conforme exposto nas seções anteriores, o Léxico é dinâmico e acompanha a permanente movimentação das comunidades linguísticas. Sendo a língua um produto histórico e mutável, nada é estático, “[...] cada palavra, cada elemento gramatical, cada locução, cada som e sotaque é uma configuração que muda lentamente, moldada pela tendência invisível e impessoal que é a vida da linguagem” (SAPIR, 1921, p. 83). A velocidade dessas mudanças varia de acordo com circunstâncias de difícil definição. Em meio a tantas mudanças, as quais os elementos da língua estão sujeitos, nesta seção destaca-se a mudança semântica, que consiste, grosso modo, na atribuição de novo significado a lexemas já existentes.

De acordo com Biderman (2001a, p. 179), os membros da sociedade “[...] funcionam como sujeitos-agentes, no processo de perpetuação e reelaboração contínua do Léxico da sua língua”. Nesse processo, o Léxico está sujeito às mudanças sociais e culturais, que, por sua vez, acarretam alterações nos usos vocabulares (BIDERMAN, 2001a) que podem passar a corresponder a outros referentes no mundo, seja por meio da extensão do sentido, seja pela restrição ou especialização da palavra. Ullmann (1964, p. 218-221) elenca os seguintes fatores que facilitam as mudanças semânticas:

- (i) **transmissão descontínua** – considerando que língua é transmitida de maneira descontínua de uma geração para outra, cada criança deve aprendê-la do zero. Não raramente, as crianças entendem mal o significado das palavras, o qual é corrigido antes que possa se estabilizar, mas se, por um motivo ou outro, isso não acontecer, ocorre uma mudança semântica no uso da nova geração. Embora seja um fator de alguma importância e seja difícil demonstrar que qualquer mudança particular poderia ter se originado exclusivamente na linguagem infantil;
- (ii) **vagueza do significado** – a imprecisão contida na natureza genérica das palavras, a multiplicidade de seus aspectos, a falta de familiaridade e a ausência de limites claros conspiram para facilitar alterações em uso. O mesmo não ocorre no tocante aos aspectos fonéticos, morfológicos e sintáticos das palavras, uma vez que esses são mais bem definidos e delimitados e, portanto, estão menos suscetíveis a alterações;
- (iii) **perda de motivação** – uma palavra conserva seu significado dentro de certos limites específicos enquanto permanecer firmemente vinculada a sua raiz e a outros membros da mesma família. Uma vez perdidos esses laços, o significado pode evoluir sem ser perturbado e abandonar suas origens;
- (iv) **polissemia** – tendo em vista não haver nada definitivo no tocante à mudança semântica, uma palavra pode adquirir um novo significado sem perder seu significado original. A polissemia, assim, traz um elemento de ductilidade à linguagem;
- (v) **contextos ambíguos** – muitas mudanças surgem primeiramente em contextos ambíguos em que uma palavra particular pode ser entendida em dois sentidos diferentes, sem mudar o significado da expressão como um todo;
- (vi) **estrutura do léxico** – o Léxico é um conjunto fluido composto por um número infinito de unidades; é, portanto, muito mais instável e passível de mobilidade. Novos elementos – palavras e significados – podem ser incorporados com mais liberdade, assim como aqueles já existentes podem cair em desuso com a mesma facilidade.

No que se refere às causas, há inúmeras que podem levar à mudança semântica, dentre as quais: linguísticas, históricas e sociais. Já no que tange aos processos que podem,

mais comumente, ser verificados, mencionam-se: extensão, restrição ou especialização, generalização do significado, homonímia, polissemia. A extensão de significado seria o deslocamento de significação que ocorre de modo lento e gradual por motivações históricas, seja em decorrência do uso da palavra ao longo do tempo, seja em virtude de fatos históricos propriamente ditos (BRÉAL, 1992). A restrição ou especialização referem-se ao processo pelo qual uma palavra é adotada por uma área de especialização – embora, não necessariamente,

abandone o significado não especializado; podem ocorrer também por truncamento – supermercado > super; fotografia > foto; motocicleta > moto – ou por elipse ou omissão de um dos termos de uma expressão composta – ficha telefônica > ficha; companhia telefônica > telefônica; macaco hidráulico > macaco (GUIRAUD, 1976). A generalização, a seu turno, seria o processo inverso: uma palavra originada na linguagem de especialização passa a designar um ou mais referentes da linguagem geral. Um exemplo disso seria o lexema *recalque*, que deixou de ser empregado apenas na linguagem de especialização da psicologia e ganhou popularidade depois de empregada em uma letra de funk. Em vista dos propósitos e do enfoque desta pesquisa, serão exploradas com mais detalhes a homonímia e a polissemia.

Por fim, cumpre mencionar o que Tamba-Mecz (2004), com base em Bréal, anota sobre a manutenção semântica. Para a autora, o motivo da regularidade observável na conservação e na transformação de significações linguísticas tem por única e verdadeira causa a vontade humana, “vontade obscura, mas perseverante” (TAMBA-MECZ, 2004, p. 25), que, longe de ser um fenômeno puramente instintivo, mobiliza-se constantemente pela finalidade constitutiva da linguagem: compreender e ser compreendido. A força dessa finalidade também atua sobre a mudança semântica: “o pensamento humano forja pacientemente o instrumento do qual necessita” (BRÉAL, 1992, p. 145), de modo que regule as direções e os movimentos que seguem, não de maneira aparente, mas em favor da manutenção da comunicabilidade.

3.2.1 Homonímia e polissemia

Segundo Mel’cuk (2015), a homonímia ocorre quando os significados dos dois signos não possuem uma ponte semântica que os liga de alguma maneira, isto é, quando há ao menos um componente semântico relevante compartilhado entre eles. O autor ainda afirma que se trata de um fenômeno aleatório e não sistemático, que torna praticamente impossível o mapeamento das causas e motivações que levaram a essa mudança.

Na homonímia, os lexemas coincidem quanto à forma (homografia) – venda “A casa está à venda” e “Tirou a venda dos olhos” – e/ou quanto ao som (homofonia) – cassa e caça “TRE

cassa prefeitos condenados” e “A *caça* esportiva é uma prática proibida” – e distinguem-se quanto ao significado, de modo que não haja nenhuma relação de sentido entre uma e outra. Segundo Polguère (2018, p. 167), dois lexemas são homônimos “se expressam por meio dos mesmos significantes, mas sem possuir nenhuma interseção significativa de sentidos”, ou seja, embora possuam a mesma forma, nenhum dos dois compartilha aspectos semânticos. Outro aspecto que caracteriza a ocorrência de homonímia é que se refere a lexemas de origem, significação e função diversas, embora nem sempre todos esses critérios ocorram simultaneamente. Ademais, a diferença de significado apenas é distinguível quando inseridas em um contexto discursivo. Por fim, pode-se dizer que a homonímia é um fenômeno mais ou menos comum na língua e muito menos complexo do que a polissemia (ULLMANN, 1964).

A polissemia, por sua vez, é a propriedade de um lexema que permite que ele contenha mais de um significado, relacionáveis entre si (CORREIA, 2000), contudo, diferentemente do que ocorre na homonímia, há uma ponte semântica entre esses significados (MEL’CUK, 2015). Conforme mencionado nos fatores elencados por Ullmann (1964), a polissemia permite que significados inovadores convivam, sem que o original tenha de ser extinto. Portanto, convivem, sem prevalência de importância, por exemplo: *linha* (i) fio de costura, (ii) traço contínuo, (iii) disposição em série, (iv) traços da palma da mão, (v) fio de pesca, (vi) trilho, (vii) itinerário de trem, metrô, ônibus, (viii) conexão telefônica, (ix) conjunto de palavras dispostas em linha em um texto, (x) design, estilo, (xi) classe, conduta elegante, (xii) no futebol, jogadores de ataque que atuam em linha (AULETE, 2021, s/p), dentre outras, além de combinações como *linha de frente*, ou significados que emergem da necessidade e no uso, sendo que

[...] algumas das inovações são acidentais de curta vida, reduzidas a somente um autor ou talvez até a um único contexto; outras passaram da fala para a língua e perduraram em mudanças permanentes, dando lugar a uma das formas de polissemia [...]: a mudança na aplicação, a especialização em um meio social, as expressões figuradas etc. (ULLMANN, 1964, p. 220)

Outro aspecto que, de certo modo, difere a polissemia da homonímia é que a primeira não depende de semelhanças de forma ou som entre lexemas (ILARI, 2002), uma vez que se ligam a significações diferentes de uma mesma unidade lexical, cujo sentido preciso apenas se obtém no contexto no qual se insere. Não obstante, Ilari (2002, p. 151) destaca que há “continuidade entre os vários sentidos que assume uma palavra ou construção polissêmica entre os sentidos próprios de palavras homônimas, há descontinuidade”. Garcia (1986) atribui à polissemia a principal causa da mudança semântica, em que certa palavra altera seu significado, adquirindo um novo, além de seu sentido original. É evidente que essa nova acepção está relacionada com

diversos fatores extralinguísticos, como a sociedade, a cultura e a própria fala que convencionam muitos termos de uma língua, sendo que os processos mais comuns que levam a essa variação são a metonímia e a metáfora.

De uma perspectiva mais ampla, Di Fanti e Brandão (2018, p. 127) asseveram que “toda palavra é polissêmica por natureza, ou seja, toda palavra pode adquirir vários sentidos (poli = vários; sema = sentidos), conforme o uso que dela é feito, na língua”. Isso quer dizer que todas as unidades lexicais têm a potencialidade da mudança semântica em uso. Outra decorrência dessa inferência é que, “mesmo sendo homônimas, as palavras são polissêmicas, já que essa é uma propriedade de todas as palavras da língua. Uma propriedade não exclui a outra” (ABRAHÃO, 2018, p. 129). Uma vez que se trata de resultados assemelhados – com significados diversos –, muitas vezes é difícil o estabelecimento estrito da distinção entre uma e outra, embora, no limite, se possa admitir que mesmo as homônimas são polissemias de uma unidade lexical. Guiraud (1976, p. 70), por exemplo, considera a homonímia e a sinonímia sob o “guarda-chuva” da polissemia de modo que “a comunicação se acomoda a essa polissemia porque, no discurso, a palavra está sempre inserida em um determinado contexto que especifica seu significado”.

Seguindo essa linha de raciocínio, as partes que compõem as EI – ao menos as mais nucleares e lexicais – poderiam ser assumidas como mais um significado, nesse caso, figurado, dessas unidades lexicais. Assim, *telhado*, além de significar “parte superior e exterior que cobre uma casa” (AULETE, 2021, s/p), também significa “morte” se e quando no conjunto *subir no telhado*, mas também, significa “condição de quem é atacável em sua reputação, de quem comete ou cometeu erros, faltas mais ou menos graves” (AULETE, 2021, s/p) se e quando no conjunto *ter telhado de vidro*. Mel’Cuk (2015), citando as ideias de Y. Bar-Hillel¹³ (1955), afirma que este último estabeleceu um fato muito importante sobre expressões idiomáticas, considerando que, formalmente, a idiomaticidade poderia ser, de modo geral, sempre reduzida à polissemia, uma vez que o conjunto de lexemas que compõe uma expressão idiomática constituam sentidos adicionais de vocábulos já existentes.

¹³ BAR-HILLEL, Y. Idioms. In: LOCKE, W; BOOTH, A. (eds.). *Machine Translation of Languages*. Technology Press/Wiley, New York/London, 1955.

4 RELAÇÕES LÉXICO-SEMÂNTICAS

Há uma relação mútua entre os estudos do léxico – experiência de mundo – e da semântica – cognição – na tentativa de retratar a realidade. Em outras palavras, trata-se de uma relação sócio-histórica culturalmente marcada (BERTONHA; ZAVAGLIA, 2017). Por isso ser difícil e até mesmo inviável dissociar completamente o estudo léxico do da semântica. Por uma questão de organização desta pesquisa, apresentou-se nas duas seções principais anteriores alguns pontos concernentes a uma e outra área e, nesta seção, busca-se trazer pontos de interface.

4.1 Campo lexical e campo semântico

É da natureza humana a necessidade de nomear e organizar “[...] os objetos em grupos, identificando semelhanças e, inversamente, discriminando os traços distintivos que individualizam esses seres e objetos em entidades diferentes [...]” (BIDERMANN, 2001b, p. 13). Jost Trier, em 1931, foi um dos precursores no estudo da teoria dos “campos linguísticos”. Segundo esse estudioso, as palavras organizam-se em uma cadeia estruturada e interdependente, isto é, de algum modo, nesse conjunto organizado, cada palavra está sob dependência da outra, de modo que a alteração do conceito de uma interfere na estrutura conceitual das demais as quais se avizinha. Seus estudos, assim, visam ao setor conceitual das palavras e concebem que “nossos conceitos abrangem todo o campo da realidade, como as peças de um quebra-cabeça, sem deixar lacunas e sem sobreposições” (GUIRAUD, 1976, p. 88). Tendo em vista essa concepção, as palavras “[...] formam um ‘campo linguístico’ que abrange um campo conceitual e expressa uma visão de mundo, que eles permitem reconstruir” (GUIRAUD, 1976, p. 90).

Embora as ideias de Trier tenham angariado seguidores e embasado diversos estudos, não foi e ainda não é uma unanimidade. Dentre as principais ressalvas que se faz, está o alerta para que não se valorize sobremaneira a teoria dos campos, uma vez que, especialmente no tocante aos campos lexicais e semânticos, que lidam com objeto tão volátil, seria quase improvável conseguir encerrá-los em uma estrutura organizada final, tendo em vista a inexistência de limites. Longe de buscar pacificar esses conflitos, esta pesquisa tão somente se fundamentará

nas ideias mais gerais a fim de encontrar apoio às hipóteses aqui aventadas, especialmente para explicar, por exemplo, porque mesmo uma EI sendo uma estrutura cristalizada – especialmente no que concerne à forma, mas também ao conteúdo – mesmo assim, permite que, após mudanças em sua forma acesse seu sentido ou, após mudanças morfológicas, permite que se acesse o conceito original a partir do qual se formula o novo conceito. Parte da explicação funda-se na ideia das cadeias que se interligam e, portanto, fornecem um percurso cujo caminho leva a associações que permitem a compreensão propriamente dita.

Segundo Ilari (2002, p. 39), “constituem um campo lexical as palavras que nomeiam um conjunto de experiências em algum sentido análogas”. Desse modo, compõe um campo lexical aqueles lexemas que compartilham de um ou mais traços de significado, mas que se diferenciam entre eles pela presença ou ausência de determinados traços mínimos de significação (semas). Desse modo, banco, cadeira e banqueta constituem o mesmo campo lexical, posto que compartilham do traço de significação “serve para sentar”. O campo lexical é um paradigma lexical semanticamente estabelecido composto por unidades lexicais que devem atender aos seguintes requisitos: (i) pertencer à mesma categoria gramatical; (ii) abarcar em seu conjunto a totalidade do âmbito de significação relevante; (iii) possuir contrastes definíveis.

A partir da relação paradigmática existente entre os componentes de um mesmo campo lexical, é possível compreender o significado de uma EI, mesmo quando esta não se apresenta em sua forma canônica: “Temos muitas conquistas [...] e isso que nos conforta nas horas de difíceis viagens. Com o deputado nós *não tomamos chá de banco* e nem porta na cara” (ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO, 2010, s/p). O sentido se constrói nas relações estabelecidas no sintagma e no paradigma. Por isso, embora a EI registrada em dicionários seja *tomar chá de cadeira*, a substituição de *cadeira* por *banco*, em razão de ambos os lexemas pertencerem ao mesmo campo lexical – dos objetos que servem para sentar –, é possível compreender o sentido global da informação e sem prejuízo de acesso ao significado que se mantém sendo “esperar, geralmente sentado, por algo ou alguém durante muito tempo” (AULETE, 2021, s/p).

No entendimento de Saussure (2006, p. 146) “um termo dado é como o centro de uma constelação, o ponto para o qual convergem outros termos coordenados cuja soma é indefinida”. Do que se pode depreender que os campos lexicais seriam o sistema paradigmático organizado e estruturado – embora, considerando a infinitude do sistema Léxico, não se possa findá-lo –, do qual se lança mão para os usos.

Campos semânticos, a seu turno, são as redes de significações dos lexemas, são os conjuntos de lexemas que possuem traços de significados elementares (GUIRAUD, 1976) e ganham diferentes sentidos quando inseridos em contextos diferentes. O campo semântico corresponde a uma unidade conceitual ou área nocional que permite precisar as relações de sentido entre os vocábulos que o cobrem.

Desse modo, o campo semântico relaciona-se às possibilidades conceituais que um determinado lexema oferece, ao conjunto de possíveis significações (GENOUVRIER; PEYTARD, 1974; BIDERMAN, 2001a). Assim, *peça*, por exemplo, abarca: “cada elemento ou unidade de um conjunto; parte ou pedaço de um todo (peça de carne); porção inteira de tecido; objeto manufaturado; objeto de metal precioso (joia); engano, logro (pregar uma peça); composição musical; texto ou representação teatral; pessoa incomum, divertida; qualquer elemento que faz parte de uma campanha publicitária [...]; documento que integra um processo [...]” (AULETE, 2021, s/p), dentre outras. Note-se que os campos semânticos se relacionam com as propriedades de polissemia (ou homonímia) das palavras e, portanto, o sentido apenas poderá ser estabelecido levando-se em conta o contexto no qual se insere.

Segundo Polguère (2018), há, na concepção saussuriana, dois tipos de relações entre os lexemas/unidades lexicais: paradigmáticas e sintagmáticas, sendo que

- (i) as relações paradigmáticas interligam as lexias no interior do léxico através de relações semânticas, eventualmente acompanhadas de relações morfológicas. Por exemplo, a lexia *barba* está relacionada paradigmaticamente às lexias *barbicha*, *barba de bode*, *pelo*, *barbudo*, *barbaçudo*, *cavanhaque*, *suíça*, *costeleta*, *barbalhada*, *barbalhote*, *barbalhoste*, *imberbe*, *glabro*, *barbeiro*, *barbearia*, *barbeador*, *barbeiragem* etc.
- (ii) as relações sintagmáticas interligam as lexias no interior da frase de acordo com afinidades combinatórias. Por exemplo, a lexia *barba* é a base das seguintes colocações: *barba grande*, *longa*, *espessa*, *grossa*, *curta*, *rasa*; ...; *cortar*, *aparar*, *raspar*, *desbastar*, *fazer...* a *barba*; *exibir*, *deixar crescer* a *barba* etc.

Assim, de certo modo, pode-se entender que, guardadas ressalvas, os campos lexicais associam-se às relações paradigmáticas, enquanto os campos semânticos, às relações sintagmáticas. Não se ocupará, nesta pesquisa, de retomar detalhadamente, assumir a totalidade das diretrizes, nem tampouco propor ajustes à teoria dos campos linguísticos, de base estruturalista (GUIRAUD, 1976), mas tão somente se apoia em suas propostas gerais para auxiliar na construção das explicações aos fenômenos verificados principalmente nos casos de variação das EI. Assim como ocorre com outras áreas, não há um consenso no tocante às demarcações e definições que

separem o campo semântico do campo lexical. Tanto que autores como Mounin (1972¹⁴ apud GUIRAUD, 1796), ao tratar de campos semânticos, o faz de modo a aproximá-los dos campos lexicais. Nesse sentido, tende-se à solução dada por Ferreira (2009, p. 39) ao impasse teórico-terminológico, ao assumir o termo campo léxico-semântico “porque consideramos o léxico a materialidade do domínio semântico e, de fato, não é possível pensar e conceber um campo semântico sem o suporte do léxico”. Apesar da falta de consenso, entende-se que considerar que a língua, de algum modo, se (inter)liga por de meio de campos léxico-semânticos os quais podem ser acessados não apenas para elaborar enunciados, mas também para compreendê-los, ajudaria a explicar (e entender) porque uma construção como a seguinte pode ser inteligível, mesmo que corrompa a estrutura previsível da EI:

[...] Naquele mesmo ano de 1955, Nicholas Ray fez e lançou *Rebel Without a Cause*, no Brasil *Juventude Transviada*, e George Stevens filmou *Giant*, aqui Assim Caminha a Humanidade, que só seria lançado em 1956, meses após a morte de James Byron Dean em um acidente de carro na Califórnia, em 30 de setembro de 1955, aos 24 anos de idade. E mais não é necessário falar. Seria *chover no encharcado* – como se fosse necessário falar sobre Elvis, Marilyn, os Beatles – os únicos nomes capazes de rivalizar com o dele em importância na cultura popular do século XX. Um jovem de rosto muito belo segue pelas ruas uma senhora de preto. [...] (VAZ, s/d, *grifo nosso*)

Embora a EI canônica seja *chover no molhado*, a substituição do molhado por outro lexema do mesmo campo lexical mantém um elo lexical, mas também acrescenta um traço semântico que intensifica a ideia geral de “revelar, informar ou explicar coisa já sabida” (AULETE, 2021, s/p), sem que houvesse sido inserida uma partícula gramatical de intensidade como “muito” ou “bastante”, sem alteração sintática, portanto. O avizinhamento de *molhado* com *encharcado*, no mesmo campo lexical, bem como o compartilhamento de traços semânticos que os ligam por contiguidade permitem que sejam mantidas as ligações conceituais que levam à construção do sentido da EI variante, que ganha intensidade passando a algo como “revelar, informar ou explicar coisa extremamente óbvia, de conhecimento evidente”. Uma busca nos dicionários gerais ou especializados não retornarão a EI *chover no encharcado*, mas as redes que ligam os campos léxicos-semânticos podem fornecer as informações necessárias para preencher as lacunas.

¹⁴ MOUNIN, G. *Clefs pour la sémantique*. 1972.

4.2 Sinônimos e antônimos

Conforme foi possível verificar, “toda palavra abrange uma rede de significações” (BIDERMAN, 2001a, p. 193) que se (inter)liga por diversos tipos de relações. Duas dessas relações são a de sinonímia e de antonímia, que, embora aparentemente se oponham uma à outra, mantém conexões semânticas.

4.2.1 Sinônimos

Sinônimos são conceitos que possuem vários nomes (GUIRAUD, 1976), ou seja, lexemas cujos significados se sobrepõem (NIDA, 1979). Entretanto, é relativamente pacífica a ideia de não haver sinônimos absolutos (BRÉAL, 1992; NIDA, 1979). Assim, mais próximo da realidade seria considerar que há unidades lexicais cujos significados são equivalentes, em maior ou menor grau, e que podem ser substituídos por outros, em certos contextos, sem grandes impactos no sentido global. Isso porque cada lexema carrega uma carga semântica que dificilmente pode ser plenamente igualada por outro, podendo haver, tão somente, uma relação de equivalência conceitual entre um lexema e seus sinônimos.

Além da carga semântica, os lexemas podem também carregar traços sociais, políticos, regionais, etários, dentre outros, os quais imprimem no discurso outras informações que não apenas aquela trazida pelo traço principal de significação desse lexema. Assim, embora *mandioca* e *macaxeira* designem o mesmo referente sem quaisquer alterações de significado, ao optar por uma ou outra forma, acrescenta-se o dado de origem daquele que fala, acrescentando um dado regional ao discurso, ainda que seu sentido global não sofra qualquer alteração. De outro modo, *calendário* e *folhinha* equivalem-se, apesar de quem opta pelo segundo lexema informa, indiretamente, a que geração a que pertence. A opção por *a presidente* ou *a presidenta* para referir-se a uma chefe (ou chefe) de Estado, conselho, comissão etc., mais do que a simples marcação do gênero feminino carrega em si muito mais informação do que apenas a morfológica.

Nida (1979, p. 98) recorda que “na maioria das discussões sobre significado, os sinônimos são tratados como se os termos se sobrepusessem, enquanto, na realidade, o que está envolvido é a

sobreposição de significados específicos de tais termos”. Desse modo, quando se diz que *alegria* e *felicidade* são sinônimos, na verdade, está-se referindo a aspectos coincidentes desses dois lexemas que, em contexto como “Ela adorou a festa surpresa, estava explodindo de alegria/felicidade” são intercambiáveis sem prejuízos do entendimento. Porém, o mesmo não se pode dizer no caso de “Após a cerimônia, os convidados desejaram alegria ao casal”.

A escolha por um ou outro lexema envolve uma série de fatores, dentre os quais: a especificidade do contexto – por exemplo, espera-se encontrar *corola* em livros de botânica e *pétalas* com textos da língua geral; o nível de formalidade/informalidade da manifestação comunicacional – encontra-se *faleceu* em uma nota oficial que informa acerca da morte de alguém e *subiu no telhado* em conversas informais com certo distanciamento afetivo em relação ao falecido; localidade/região na qual o enunciado é elaborado ou para o qual se destina – *papagaio*, *pandorga*, *quadrado*, *pipa* designam o mesmo brinquedo feito com papel, varetas e linha, mas dependendo da região e da escolha lexical, o locutor pode ter mais ou menos sucesso na comunicação; a intenção em manter ou corromper a previsibilidade combinatória visando a objetivos diversos – “a candidata *subiu* ao púlpito para seu pronunciamento”, de modo mais objetivo, ou “a candidata *elevou-se* ao púlpito para seu pronunciamento”, de modo mais expressivo. A esse respeito, Nida (1979, p. 99) ressalta que “os componentes suplementares relacionados ao nível do discurso são um aspecto importante do uso da linguagem e se essas diferenças também adquirem valores emotivos depende muito de se as instâncias de tal termo se ajustam ao nível do discurso”, de modo que o uso inapropriado de um lexema em lugar de outro poderia provocar efeitos prejudiciais ao discurso, seja para sua compreensão, seja por não refletir o nível consistente ao objetivo pretendido pelo discurso. Assim, embora *morrer* e *abotoar o paletó de madeira* equivalham-se semanticamente, não podem ser substituídas uma por outra em toda e qualquer situação.

Se por um lado, a polissemia e a homonímia tratam de significados diferentes que um mesmo lexema, os sinônimos, por outro lado, dizem respeito a significados assemelhados que diferentes lexemas podem ter. Nida (1979) ressalta que esses significados são geralmente muito mais intimamente relacionados do que os diferentes significados de um único lexema e elenca quatro tipos de relações existentes entre significados relacionados de termos diferentes:

- (i) **inclusão** – ocorre quando o significado de uma palavra está incluído no significado de outra, assim, todos os *poodles* são *cães*, todos os *cães* são *animais*, todos os *animais* são *seres vivos*;

- (ii) **sobreposição** – há uma tendência para a sobreposição de significados em pares, sendo que esses não são idênticos, mas podem ser substituídos um pelo outro em pelo menos certos contextos, sem mudanças significativas no conteúdo conceitual de certos enunciados, embora implique em nuances estilísticas;
- (iii) **complementação** – significados complementares entre si envolvem uma série de características de significado, embora mostrem certos contrastes marcantes e, muitas vezes, significados opostos. Em geral, existem três tipos de relações complementares: (1) opostos – contrastes polares que envolvem antíteses de qualidade, quantidade, tempo, espaço –, (2) reversivos – amarrar/desamarrar, montar/desmontar – e (3) conversivos – comprar/vender, entrar/sair;
- (iv) **contiguidade** – representa as relações entre significados intimamente relacionados, ocupando um domínio semântico restrito e bem definido e exibindo certos contrastes bem marcados, de modo que, cada significado é distintamente destacado de outros significados relacionados por pelo menos uma característica importante: andar, correr, pular e rastejar compartilham as características de movimento de um ser animado, usando os membros; mas o número de membros, a ordem do movimento e a relação dos membros com a superfície de apoio envolvem contrastes claramente definíveis. (NIDA, 1979, p. 15-20)

Em termos de uso, a existência de lexemas, no sistema – na *langue* – que compartilham seu significado ou, ao menos, intersecções de significados, não implica que as substituições possam ocorrer sem que sejam levados em consideração os inúmeros fatores ligados às produções discursivas e aos objetivos da comunicação, de modo que substituições implicam consequências de efeito no discurso, em maior ou menor escala.

Considerando o objeto desta pesquisa, pode-se destacar ao menos dois aspectos quando se trata de sinonímia. O primeiro deles diz respeito ao conceito geral carregado pela EI que encontra correspondência em outros lexemas. Assim, *ser um(a) mala sem alça* corresponde a uma pessoa *inoportuna, chata, impertinente, maçante, mala*, de modo que, guardadas os efeitos provocados no discursivos, haveria equivalência em dizer: “Ele bebeu muito e acabou sendo *inoportuno/chato/impertinente/um mala sem alça*”. O segundo aspecto diz respeito aos efeitos provocados pela sinonímia aplicada aos elementos que constituem a própria EI. Assim como outras fraseologias, as EI são caracterizadas, dentre outras, por sua estrutura relativamente fixa, ou seja, seu conceito é transmitido por uma dada combinação de lexemas em uma dada ordem e, em tese, não estão plenamente livres para reorganizações. Contudo, como será possível verificar mais detalhadamente a partir da Seção 5, as necessidades de uso – somadas à criatividade humana – interferem até mesmo nessas estruturas, ainda que de uma maneira tal que sejam mantidas as ligações com a estrutura consagrada. Uma das estratégias para isso dá-se por meio da substituição de parte dos lexemas que compõem a EI por sinônimos, mantendo

as conexões léxico-semânticas entre a forma inovadora e a original. Assim, embora a forma (*ser um*) *amigo da onça* seja aquela consagrada e perpetuada, é possível compreender uma construção como:

Fico triste em ver este tipo de procedimento, de mais a mais que médico burro de contestar na cara dura as avaliações de seus colegas, isso é quebra do juramento hipocrático e eu acredito que os médicos que deram o parecer favorável para a professora deveriam entrar com uma ação contra este “*colega da onça*” por fazer isso!!! (VAZ, 2014)

Evidentemente, a substituição não ocorre sem implicações no sentido, mas, observando-se o texto, nota-se que a substituição é motivada pelo contexto e produz efeito de humor ao estabelecer a contiguidade do lexema *colega* tanto como sinônimo de *amigo* quanto como modo para se referir à pessoa que exerce a mesma profissão.

Bem como o uso de um sinônimo em lugar de outro(s) lexema(s) resulta em efeitos diversos no discurso, essa prática traz ao menos duas consequências quando se trata de EI: (i) a alteração, em maior ou menor escala, do sentido da EI em si e (ii) a alteração do efeito provocado no discurso. Ademais, a compreensão do sentido da forma inovadora da EI torna-se mais ou menos dependente de sua aplicação no contexto discursivo. Tais fatos corroboram o argumento de que não há sinônimos absolutos, aplicáveis em todas as situações, sem consequências discursivas.

No tocante à função, talvez a mais importante desempenhada pelos sinônimos seja a criação de redes sinonímicas de associação que permitem que mesmo que um lexema específico não seja lembrado, outros, próximos, sejam instantaneamente acionados permitindo que seja mantida a comunicação (BRÉAL, 1992). De algum modo, a mente organiza as palavras que se assemelham, assim, quando se aprende uma nova, busca-se encaixá-la no grupo de assemelhadas, para que se possa recuperá-la no momento do uso, considerando a que melhor se adequa à determinada situação. Consoante a tais ideias, Bréal (1992, p. 35) afirma:

Para tomar lugar em nosso espírito, as palavras novas têm necessidade serem associadas a alguma palavra de sentido próximo. O povo possui, portanto, seus sinônimos que ele dispõe e subordina segundo suas ideias. À medida que ele aprende palavras novas, ele as insere entre as palavras que já conhece.

Desse modo, os sinônimos também atuam como uma forma de organização mental dos assemelhados. Além disso, esse mecanismo permite que o vocabulário pessoal, ativo e passivo, expanda-se e seja funcional, tendo em vista que um novo lexema aprendido – juntamente com seu significado – não ficará “solto”, mas passará a compor a rede sinonímica e poderá ser acionada de acordo com as necessidades de expressão.

Finegan (2013, p. 201), lembra que “[...] existem muito poucos sinônimos verdadeiros no léxico. Na maioria das vezes, os termos que parecem sinônimos têm diferentes conotações sociais e afetivas”. Tendo em vista a impossibilidade de haver equivalência absoluta, alguns autores adotam o termo parassinônimo que, segundo Xavier e Mateus (1992, p. 288), designa “termos que têm o mesmo significado, mas não têm distribuições exactamente equivalentes, i.e., que não são comutáveis em todos os contextos”. Note-se que essa definição coincide com aquela adotada por outros autores para referir-se a sinônimos de modo geral. Galisson e Coste (1976, p. 399) acrescentam que, “[...] por vezes, o desvio distribucional não é devido à especialização em domínios da experiência diversa, mas observa-se em registros de discurso diferentes”, de modo que a parassinonímia configura-se no uso e não no sistema.

Entende-se que lexemas de significados assemelhados se organizam em uma rede sinonímica que se distribuem ao longo de um *continuum* cujos polos vão da equivalência conceitual máxima (sinônimo absoluto) à equivalência conceitual mínima até a equivalência conceitual nula. Todavia, considerando a ideia de que as distinções são, em grande parte das vezes, apenas percebidas no uso, esse *continuum* não é estático e rearranja-se dinamicamente em função do contexto. A figura a seguir ilustra tais ideias:

Figura 5 – *Continuum* dinâmico dos sinônimos

Fonte: elaboração própria

A linha contínua ao centro da figura simboliza o *continuum* cujos polos localizam à esquerda a equivalência conceitual máxima e, portanto, os sinônimos mais próximos da sinonímia absoluta, ao passo que, à direita estariam os sinônimos com baixa a nenhuma relação equivalência conceitual, ou seja, sinonímia nula. Evidentemente, a sinonímia nula abrange um número incontável de ocorrências, tendo em vista que abarca todos aqueles lexemas que não mantêm relação conceitual alguma com outra. Contudo, entende-se ser relevante esse destaque para demonstrar a ideia do dinamismo das relações sinonímicas. Isso fica claro quando, no primeiro texto *morreu* e *quebrou* são sinônimos absolutos nesse contexto, enquanto no segundo texto, *quebrou* mantém uma relação nula de sinonímia com *morrer*. Com base nesses exemplos, é possível que sejam feitos aprofundamentos que levem em consideração aspectos de estilo e efeitos discursivos que influenciariam a posição de cada sinônimo mais ao polo da sinonímia absoluta ou da nula. As EI podem ser mais ou menos sinônimas a depender, por exemplo, dos efeitos provocados no discurso, embora, neste caso, também se aplique a afirmação de Ullmann (1964, p. 160) quando diz que “muito poucas palavras são completamente sinônimas no sentido de ser intercambiáveis em qualquer contexto sem a mais leve alteração do significado objetivo, no tom sentimental ou no valor evocativo”.

Desde quando Ullmann (1964, p. 298) afirmou que “as distinções entre sinônimos são um grande desafio ao engenho do lexicógrafo”, ainda se mantêm os desafios para decifrar de modo definitivo os conceitos e limites acerca desse tipo de ocorrência. Aqui, busca-se tão somente o registro de alguns aspectos que contribuem para o embasamento das hipóteses arroladas no tocante às EI e suas variações.

4.2.2 Antônimos

A antonímia, bem como a sinonímia, é fenômeno presente e recorrente em todas as línguas naturais. Embora haja grande heterogeneidade de conceitos e tipologias, de modo geral, há um consenso de que a antonímia se refere à ideia de oposição de significados. Conforme lembra Polguère (2018, p. 164), “embora a antonímia se oponha naturalmente à sinonímia, esses dois tipos de relação estão, no fim das contas, muito próximos entre si, pois ligam lexias que apresentam um forte parentesco semântico”. Nem todos os antônimos de um dado lexema são aplicáveis em todos os contextos, sendo que a escolha pelo mais adequado depende tanto do contexto textual-discursivo quanto do situacional (OLANO, 2004). Antonímia, assim, é a

relação que se estabelece entre dois lexemas, pertencentes à mesma categoria sintática, cujo significado é, de algum modo, oposto ou contrário um ao outro no mesmo contexto.

Segundo Dubois *et al.* (2002, p. 41), “esta noção de ‘contrário’ é geralmente definida em relação aos termos vizinhos, aqueles que se complementam”. Ademais, as redes antonímicas constituem-se por elementos além de opostos na significação, diferentes na forma. Distinguem-se por meio de traços semânticos diferentes em sua constituição para além do que têm em comum e pode, segundo Cruse (2000), apresentar marcas: (i) morfológica, por meio de prefixos – *útil x inútil, armado x desarmado, legal x ilegal* – ou pelo emprego do advérbio de negação *não*, embora esse recurso não seja universal e nem sempre resultará em uma construção gramatical – *confirmar x não confirmar, quente x não quente (morno, frio, gelado)*; (ii) distribucional, sendo que o termo não marcado é utilizado em uma gama maior de contextos ou tipos de contextos e, por conseguinte, mais aceitos – *pardal x pardola* (a fêmea do pardal); (iii) semântica, sendo que a oposição normal entre os termos é neutralizada, ou não operacional; o significado do termo é o comum aos dois termos da oposição – *leão x leoa* → dois *leões*.

No tocante aos tipos, Polguère (2018) destaca dois: (i) antonímias que se dão por pares de lexemas *reversivos* – *abotoar x desabotoar, construir x destruir*; (ii) lexemas que denotam valores opostos em uma escala de valores e, por isso, ditos *escalares* – *quente x frio, grande x pequeno*. O autor ressalva que a contrastividade – oposição contrastiva – não é essencialmente um tipo de antonímia, mas tão somente uma relação lexical semântica que “[...] não repousa inteiramente sobre uma comparação semântica direta das lexias em causa” (POLGUÈRE, 2018, p. 165). Se por um lado, as antonímias permitem a decomposição do significado de modo a alcançar-se a negação ou a oposição de sentido, a oposição contrastiva não pode ser demonstrada por meio da análise de seus traços semânticos, tendo em vista que, na maior parte das vezes, dá-se por convenção. O que implica que algo preto não é algo menos branco, mas que algo comprovadamente quente é algo comprovadamente menos frio.

Para Greimas e Coutrés (1979), a antonímia permite agrupar termos apesar (e por causa) de suas diferenças e opõem-se tradicionalmente às relações de sinonímia, reconhecíveis entre dois ou mais lexemas. Os autores propõem uma classificação que divide os antônimos em: (i) **polares** – categóricos, ou seja, ocupam as extremidades do polo semântico e não comportam termos intermediários: *esposo* → ∅ → *esposa*; (ii) **escalares** – a relação de oposição admite gradação e, muitas vezes, comunicam-se por meio de procedimentos de comparação: *grande* → *médio* → *pequeno* (GREIMAS; COUTRÉS, 1979). Neste último caso, há, além de traços

semânticos comuns, a presença opositiva para mais ou para menos são mensuráveis de algum modo – comprimento, altura, largura etc. No primeiro caso, no entanto, a oposição é taxativa, de modo que a negação de uma unidade lexical implica a afirmação da outra, isto é, o significado de uma elimina o da outra. A antonímia relaciona-se a noções de contrariedade semântica, de negação, de oposição binária, de graduação e de propriedade (OLANO, 2004).

Com base nas relações lógicas, alguns tipos podem ser elencados: (i) **contraditórios ou complementares** – há uma relação de complementaridade de termos, assim, “a afirmação de uma propriedade representada por um termo de um par de opostos frequentemente implica na lógica comum a negação da propriedade oposta” (DUBOIS *et al.*, 2002, p. 41): se Maria é *casada*, logo não é *solteira*; (ii) **recíprocos** – há uma relação de oposição gradual de termos contrários, de modo que a proposição de um, implica a proposição de outro: comprar x vender; (iii) **contrários ou opostos** – a relação de oposição entre os lexemas: subir x descer; (iv) **correlatos** – há uma relação não tão evidente de oposição, mas antes uma correlação entre os lexemas: irmão x irmã (GREIMAS; COUTÉS, 1979; DUBOIS *et al.*, 2002; COELHO, 2006;).

Independentemente da relação, a antonímia entre dois lexemas apenas se confirma no discurso e, assim como se verifica na seção que tratou da sinonímia, esta é uma relação dinâmica. O antônimo do lexema *homem* poderá ser *mulher*, quando se tratar de gênero; *criança*, quando se opor a adulto; *animal*, em oposição à espécie humana; e *cotovía*, em alusão intertextual ao texto shakespeariano *Romeu e Julieta* (MARTINET, 1976¹⁵ apud COELHO, 2006). Além dessas, outras combinações são possíveis, levando em conta o contexto no qual se considere. Isso para reforçar que, apesar de haver certa previsibilidade no sistema, o uso amplia a gama de possibilidades em favor das necessidades, desde que sejam mantidas ligações lógicas que garantam a manutenção da compreensão. Nesse sentido, Coelho (2006, p. 60) ressalta que

os valores semânticos dos termos antônimos são relativos e não absolutos, os termos não representam nem apresentam qualificações independentes e contraditórias como na relação de complementaridade, e isso é uma exigência do caráter da gradação que, por sua vez, implica necessariamente uma relação de comparatividade. Por isso uma frase como *Um elefante pequeno é um animal grande* é possível de ser formulada, aceita, não estranhável e não contraditória, embora entre as unidades léxicas, pequeno e grande, haja relação de oposição e ambas estejam se referindo a um mesmo ser colocado em comparação aparentemente consigo mesmo, o que não ocorre com a frase *Um elefante macho é um animal fêmea*, vez que o par macho/fêmea são termos

¹⁵ MARTINET, A. *Conceitos Fundamentais da Linguística*. Lisboa: Editorial Presença; Brasil: Martins Fontes, 1976.

complementares, com valores absolutos e não relativos, por isso mesmo não sujeitos à gradação.

No tocante às EI, seria possível pensar em construções de significações antônimas uma em relação à outra como *nascer com o umbigo/cu virado pra lua* (ter sorte) x *ser/estar cagado de arara* (ter azar). Contudo, a substituição de suas partes por antônimos, não implicaria necessariamente conversão de significado. Uma construção como *morrer com o umbigo/cu virado pra lua* não conservaria, em primeira instância, seu sentido idiomático, assim como a construção de um sentido de valor antonímico seria demasiadamente subjetiva, posto que não haveria uma ligação semântica entre *morrer* e *azar*. O mesmo verificar-se-ia em *desabotoar o paletó de madeira* caso se pensasse no par *morrer* (*abotoar o paletó de madeira*) x *nascer*, entretanto, observe-se o excerto a seguir:

- É esse o plano. - Se é que tínhamos alguma chance.
O ar estava sombrio e as luzes do teto do Exílio pareciam escurecer em vez de iluminar. Eu não culpava Ridley por querer nos levar lá. Era o primeiro lugar para onde ela sempre queria ir quando era das Trevas.
Mas se não fosse das Trevas, não era o lugar mais relaxante do mundo. Você passava metade da noite tomando cuidado para não olhar nos olhos de ninguém sem querer e para não sorrir na direção errada.
- E você acha que levar o O Livro das Luas pro Palitinho vai ajudá-lo a [1] *desabotoar o paletó de madeira*?
Link gemeu do assento ao lado. Ele assentiu em ir conosco por questão de segurança, mas dava pra ver que ele odiava o lugar ainda mais do que eu.
- Cuidado, Rid. Ethan [2] *não abotoou o paletó de madeira*. Ele só... experimentou.
Sorri. Pelo visto, Link podia me dizer que Ethan morreu tanto quanto quisesse, mas não era o mesmo quando outra pessoa falava. (GARCIA.; STOHL, 2013, p. 173)

O excerto pertence a uma obra literária de aspecto fantástico que conta a saga de Ethan que, “[...] após ter se sacrificado para restabelecer a Ordem das coisas e salvar o mundo de um apocalipse iminente, [...] precisa encontrar uma forma de retornar do mundo dos mortos” (SÁ, 2013). Nesse cenário, é plausível a possibilidade de renascer, de voltar do mundo dos mortos e, por conseguinte, se *abotoar o paletó de madeira* significa morrer, a construção verificada em [1] – *desabotoar o paletó de madeira* – significaria, no contexto, *renascer*. Note-se, assim que, apesar da relação entre o lexema original da EI e aquele que o substitui estarem ligados semanticamente pela relação de antonímia, a variação da EI depende do contexto para sua compreensão, tendo em vista que, tomada isoladamente, conduziria a um contrassenso.

Além disso, vale a observação da segunda construção variante produzida pela negativa, verificada em [2] – *não abotoou o paletó de madeira*. Se considerar-se que a relação de complementaridade pode ser testada confirmando-se que a afirmação de A implica a negação

de seu par oposto B, poder-se-ia supor que o par *abotoar* x *desabotoar* equivaleria ao par *abotoar* x *não abotoar*, já que se a camisa *está abotoada*, logo *não está desabotoada* e, portanto, *se está abotoada, não está não abotoada*. Ao transpor tal raciocínio à EI, entretanto, ter-se-ia: *abotoar o paletó de madeira* x *não abotoar o paletó de madeira*, assim, *morrer* x *não morrer* equivalendo a *morrer* x *viver* e não *morrer* x *nascer*, tendo em vista que não morrer é continuar vivendo e não *nascer*. No contexto do excerto, a negação da EI produziu o sentido de que a personagem não chegou a morrer, apenas “experimentou” a morte.

Em certos casos, o antônimo de uma EI dá-se justamente pela simples negação: *Ele é um maria vai com as outras* (influenciável) x *Ela não é uma maria vai com as outras* (opinião própria). Não sendo possível, neste caso, a construção do oposto por meio da substituição pelo outro constituinte do par *ir* x *ficar*, uma vez que o resultado *maria fica com as outras* não deixa explícita a ideia de que há uma firmeza de opinião, mas, ao contrário, mantém-se a ideia de que o sujeito partilha do “movimento” de outras pessoas: *Ela é uma maria fica com as outras*.

Bem como ocorre com a sinonímia, o estudo da antonímia é perpassado por contradições e conflitos os quais não se teve a pretensão de resolver. Nos limites desta pesquisa, interessa a ideia da construção da antonímica e de que modo isso pode se dar nas EI e de que modo tal recurso interfere na construção de seu sentido.

4.3 Significado e sentido

Ambos os termos, sentido e significado, são essenciais ao estudo da significação, como ato de significar, e, por conseguinte, à Semântica e à Pragmática. Em alguns textos, nota-se o intercâmbio de usos sem que haja uma distinção entre um e outro. Entretanto, em vista da abordagem desta pesquisa, mapear-se-ão possíveis diferenças de modo que um e outro sejam tratados não como intercambiáveis entre si, mas como termos que carregam conceitos diversos.

Em seu verbete “sentido”, o Dicionário Terminológico do Ministério da Educação e Ciência do Governo Português registra:

Alguns linguistas utilizam os termos significado e sentido como sinónimos. Outros linguistas, porém, estabelecem uma distinção, que se afigura pertinente e que aqui se adopta, entre os dois termos: o significado pertence à língua (*langue*), ao sistema linguístico, e conhece-se mediante o dicionário e a gramática da língua; o sentido pertence ao plano do discurso, do enunciado e

do texto e, portanto, pressupõe necessariamente o significado, mas congloba os factores pragmáticos que condicionam e orientam o uso da língua. (DT, s/d, s/p)

Se considerar-se que os lexemas significam por convenção, não por natureza, a ideia de significado estaria ligada a esse sistema de vinculações e acordos sociais tácitos, enquanto o sentido partiria da base de significação, mas se constituiria, em última instância, no uso e pelo uso, levando em conta o ambiente linguístico no qual determinado lexema está sendo aplicado, a ponto de, em certos casos, o sentido produzido distanciar-se do significado, chegando a produzir um novo, como ocorre com as gírias e mesmo EI. Esta distinção entre significado e sentido, sendo o primeiro ligado ao sistema e o segundo ao uso, parece apropriada, considerando os propósitos desta pesquisa e tendo em vista que, como será demonstrado por meio do *corpus*, a aplicação de EI no discurso nem sempre se dá sem impactos no próprio significado que ela teria se tomada isoladamente. Ademais, ao considerar as possibilidades polissêmicas que algumas dessas construções podem carregar, é apenas o contexto discursivo no qual a EI está inserida que irá determinar qual das opções de significado mais se adequa àquele arranjo textual-discursivo.

Trazendo os conceitos de significado e sentido para o âmbito da comunicação, concebida de forma muito ampla, Cruse (2000, p. 5), entende que “o significado faz pouco sentido, exceto no contexto da comunicação: a noção de comunicação, portanto, fornece um lugar tão bom quanto qualquer outro para iniciar uma exploração do significado”. Nessa perspectiva, a própria noção de significado estaria sujeita à utilização, à aplicação propriamente dita, de modo que o sentido seria parte do significado. Nas próximas seções, serão abordados os conceitos, separadamente, de significado e sentido, a fim de reforçar e corroborar as ideias introduzidas.

4.3.1 Significado

À pergunta “o que é significado?”, a resposta, segundo Katz (1972, p. 1): “É [...] uma teoria inteira”. A seção que tratou de aspectos da semântica já trouxe algumas noções acerca do significado que, de modo abrangente, é o conteúdo semântico expresso desde unidades mínimas – semas – até unidades máximas de significação – textos. É, por assim dizer, o conceito que cada unidade de significado carrega e permite que a um dado significante, chegue-se a um significado. De acordo com Biderman (2001b, p. 13), “os conceitos, ou significados, são modos de ordenar os dados sensoriais da experiência”, ou seja, é por meio de um processo criativo de

organização, acionado por mecanismos cognitivos, que os usuários de uma língua organizam e categorizam seu léxico, de modo que se desenvolveu “uma estratégia engenhosa ao associar palavras a conceitos, que simbolizam os referentes” (BIDERMAN, 2001b, p. 14), isto é, os lexemas são atribuídos a um universo referencial que lhes retornam um ou mais significados.

A própria noção de verdade sempre esteve vinculada à definição de significado, tendo em vista que este se relaciona com a correspondência entre o mundo e a palavra. Desde Platão, a verdade era tida como algo suscetível de ser encontrada e confirmada no mundo. Era, pois, um conceito que se encontra fora das pessoas, sendo verdadeiro aquilo que estivesse em conformidade com o mundo e com a palavra. As ideias pragmáticas de William James, desde o fim do século XIX e ao longo do século XX, trouxeram para o bojo das discussões aquele que fala como elemento central da definição de verdade ao propor que verdadeiro é aquilo que é melhor para cada um acreditar. Desse modo, a pessoa que fala detém o próprio significado e, por conseguinte, a verdade que, a seu turno, passa a ser aquilo que cada pessoa, inserida numa comunidade, quer que seja e que espelhe seus significados. Ao relativizar a verdade, considerando as pessoas sociais como possuidoras da verdade, James considera o imprevisível (PINTO, 2012) e, ao fazê-lo, entendendo que a significação não é universal, declara que a verdade não é única, uma vez que os significados não são únicos. Essa concepção leva em consideração a possibilidade de que pessoas diferentes acessem a compreensão de mundo e, conseqüentemente, seus significados, de modo diferente.

De volta ao âmbito da linguagem, considerando os princípios saussureanos, o significado de uma palavra seria a relação entre duas grandezas linguísticas: a imagem acústica, de ordem fonológica – significante –, e um conceito, de ordem semântica – significado (PIETROFORTE; LOPES, 2010). Assim, ao ouvir (ou ler) uma palavra, o cérebro processa sua imagem acústica e o associa a seu respectivo conceito que fora apreendido anteriormente.

Para Ullmann (1979), as definições de significado parecem acomodar-se em dois tipos principais. O primeiro seria o analítico, de acordo com o qual os significados são referenciais ou denotacionais. Diz respeito ao signo e àquilo a que se refere por meio de traços semânticos distintivos que compõem o significado e, em contexto, como se verá, o sentido. Nessa concepção, o significado é uma entidade mental intangível, abstrata, somente acessível através da introspecção que a acessa, de modo recíproco e reversível: o nome evoca o significado, assim como o significado evoca o nome. O segundo tipo seria o operacional, que considera que o significado de um lexema é o uso na linguagem. Por essa perspectiva, o significado de uma

expressão não é uma entidade denotada por ela, mas um estilo de operação executada com ela. Não se trata de um nomeado, mas de um papel operado por ela. Além disso, o objeto torna-se passível de observação e análise objetivas. De acordo com a visão operacionalista, o “verdadeiro significado de uma palavra deve ser encontrado observando o uso que um indivíduo faz dele, não o que ele diz sobre ele” (ULLMANN, 1964, p. 73). Tal definição vincula o significado ao uso – mesmo que considere haver algo além de seu uso, esse algo não poderia ser proveitosamente captado – e, por conseguinte, fora de aplicação, no sistema, definir-se-ia que uma palavra seria destituída de significado.

Entende-se, porém, que toda palavra dispõe de uma base semântica ainda no sistema de modo que, mesmo tomada isoladamente, uma palavra não é apenas um grupo de letras e sons, mas um ente linguístico que possui uma espécie de *anima* semântica, que se reveste de um corpo quando em uso. A palavra, assim, existe fora do uso e parte dessa existência constitui-se de um (ou mais) significado(s) primordial(is) que acessado(s) em diferentes ordens a depender de quem acessa. Desse modo, adota-se a definição analítica de significado, inferindo que, as camadas de significação adicionadas pelo uso constituem o sentido.

Alguns autores, dentre os quais Hjelmslev (1961), afirmam que as palavras apenas significam quando em uso, portanto, no sistema, seriam esvaziadas de sentido. Outros, como Ullmann (1964), partem do princípio de que as palavras possuem uma base semântica, mesmo no sistema. Seria o caso daquelas que atuam de modo totalmente independente, sem qualquer suporte contextual, mas que, apesar disso, comunicam. Como exemplos, os títulos de livros como *Ressurreição*, de Tolstoy, e *Persuasão*, de Jane Austen, palavras isoladas, mas carregadas de significado. O mesmo entendimento poderia ser estendido para placas nas quais consta palavras únicas: pare, entrada, saída, puxe, empurre. Evidentemente, o contexto – nesses casos, situacional – contribui para que o significado amplo seja acessado. Suponha-se que uma pessoa acaba de adentrar uma sala onde outras duas pessoas conversam, no exato instante que uma delas diz *ressurreição*, querendo inteirar-se da conversa, os processos cognitivos daquela que chega são acionados e entregam dois significados: o título de um livro, um milagre da mitologia cristã. Outros desdobramentos irão confirmar a qual deles se referia, mas, neste momento, apenas interessa que essa devolutiva confirma a potencialidade semântica das palavras. Nesse sentido, a autonomia semântica das palavras justificaria construções holofrásticas, cujo contexto, verbal e não verbal, desempenha um papel mais vital do que em outros lugares.

Por outro lado, mesmo que não haja qualquer tipo de contexto, as palavras significam e Ullmann (1963) lembra que o exemplo mais claro disso é a existência dos dicionários que apresentam as palavras e seus significados, ainda que, em alguns casos, essas palavras sejam colocadas em contexto por meio de exemplos de uso. A esse respeito, o autor defende que “há em cada palavra um sólido núcleo de significação que é relativamente estável e que somente pode ser modificado pelo contexto dentro de certos limites” (ULLMANN, 1964, p. 57), mas também reconhece a importância do que chama de “contexto verbal” na determinação do significado das palavras ao afirmar que “o significado de uma palavra só pode ser estabelecido estudando seu uso” (ULLMANN, 1964, p. 77). Disso, pode-se inferir que o lexema, no sistema, possui traços mais suaves de significação, os quais vão se reforçando até ganhar linhas mais fortes no contexto e definitivas para aquele contexto, quando ganha um sentido que pode estender-se para outros contextos.

Outro ponto referente à significação no sistema diz respeito a uma falsa ideia de que esse significado de base ou primitivo poderia trazer consigo a noção de que esse prevaleceria aos possíveis demais significados que comporiam o campo conceitual de um lexema. Entende-se ser esta uma problemática relativa. Tome-se como exemplo o lexema *casa*. Trata-se de palavra polissêmica, cuja significação primária – no sentido de primeira significação acessada –, descolada de qualquer contexto discursivo, remete a algo. Se não todos, certamente grande parte dos falantes de língua portuguesa, ao ouvirem ou lerem essa palavra estabelecerão uma relação imediata com um significante que variará de indivíduo para indivíduo, de comunidade linguística para comunidade linguística. Para um grupo de corretores imobiliários, em uma conversa no escritório, talvez o primeiro significado que lhes ocorra seja aquele ligado a imóveis, construções; para uma família, talvez se relacione com o lugar onde residem; para costureiras e alfaiates, no dever do ofício, talvez casa se relacione automaticamente com a fenda no vestuário por onde passa o botão; lojistas talvez relacionem com seus estabelecimentos.

Perceba-se, contudo, que a costureira apenas pensaria em casa significando fenda num contexto situacional relacionado a isso (que, não necessariamente precisaria envolver um contexto discursivo). Se essa mesma costureira estivesse em uma interação com a filha que diz “Encontrei uma casa”, muito provavelmente, o significado mais rapidamente acionado não seria o de fenda, mas de imóvel, ainda que em seu dia a dia, aquele seja mais recorrente do que este. Ou, em uma conversa entre amigas, uma delas diz “... mas sabe o que dizem, ‘em casa de ferreiro...’”, essa casa remete a outro significado, diverso de todos os demais citados. Pretende-se com esses exemplos dizer que a primazia de significados no sistema não existe desvinculada

do falante, mesmo porque sendo o Léxico um sistema dinâmico, esses significados também estariam sujeitos a realocações de falante para falante e mesmo considerando um único falante, a essa realocação ocorreria em função dos contextos situacionais.

Para reforçar essa ideia, pense-se que, em 2020 e 2021, considerando a pandemia do Covid-19, o lexema *vírus* certamente aciona, para a grande maioria dos brasileiros (no caso da palavra em Língua Portuguesa), o significado de “[...]organismos diminutos causadores de várias doenças” (AULETE, 2021, s/p) em virtude do contexto situacional prevalente, mas não quer dizer que em uma conversa entre duas técnicas de informática durante o expediente de serviço, esse significado teria prevalência permanente em suas mentes ao de “programa que se instala de maneira sub-reptícia em computadores, causando danos de vários tipos”. (AULETE, 2021, s/p). O sistema, embora seja abstrato na concepção, não existe desvinculado dos indivíduos que fazem uso da língua, tendo em vista que esta depende daqueles para existir. Todavia, concorda-se com Salomão¹⁶ (2013, *apud* VEREZA, 2013, p. 17) quando afirma que: “Qualquer processo de significação assenta sobre uma situação fundante, ou seja, sobre um suporte conceitual estruturado, que a expressão perfila de modo específico”, de modo que, quando nesse suporte, no sistema Léxico, os elementos que o compõem não são entes meramente fonéticos ou morfológicos completamente desprovidos de significado porque desse modo tanto *casa* quanto *vírus* estariam flutuando numa espécie de vácuo semântico, sem qualquer tipo de organização.

Pode-se aventar que não haveria uma prevalência entre os diversos significados de um mesmo lexema na *langue*, porque essa prevalência ou primazia de um significado sobre o outro se relacionaria aos sujeitos, seus viveres e saberes que elegeriam um significado como primeiro em um dado momento de sua vida. Não se crê que os lexemas não signifiquem fora do uso, mas que eles não existam sem o sujeito que acessará esse lexema. Desse modo, todos os significados coexistiriam no sistema, cessando a condição de prevalência em favor da coexistência, sendo que a prevalência somente viria a existir na *parole*, nas práticas discursivas. Nessa perspectiva, pode-se considerar que:

[...] o significado é um conceito muito mais rico do que geralmente assumimos e isso se reflete no fato de que as entradas de dicionário para palavras geralmente listam uma grande variedade de significados diferentes ou relacionados para cada palavra, mostrando como a palavra tira seu significado do contexto em que é usada. (RICHARDS, 1976, p. 82-83)

¹⁶ SALOMÃO, M. M. A perspectiva sociocognitiva da linguagem e o fenômeno interacional. *Palestra plenária apresentada no I Colóquio Linguagem e Cognição em Interação*. Campinas: Unicamp, nov. 2013.

Com base nesse excerto, entende-se que, na verdade, o que o contexto determina é o significado, dentre as possibilidades que dada palavra pode oferecer, e contribui no processo de constituição do sentido das palavras naquele contexto discursivo e situacional. Perceba-se, portanto, que, quanto ao significado, o contexto opera como um seletor, não acrescentando significação, mas escolhendo dentre a gama de possíveis significados oferecidos.

Para Polguère (2018), o significado designa o conteúdo semântico de um lexema, não como propriedade de uma entidade linguística (como no caso do sentido), mas como informação exprimível por meio de uma entidade linguística. Dentre as muitas concepções que o controverso e ambíguo (ULLMANN, 1964) termo “significado” pode ter, Ogden e Richards propõem duas interpretações: (i) um conceito mental; (ii) uma referência a um elemento do mundo - modelo analítico (referencial) do significado. Com base neste último, funda-se o modelo clássico de significado conhecido como “Triângulo Básico de Ogden e Richards”:

Figura 6 – Triângulo de Ogden e Richards

Fonte: Ogden e Richards¹⁷ (1923 *apud* ULLMANN, 1964, p. 64)

Por esse ponto de vista, o significado se constitui de três componentes: o símbolo, a referência (ou pensamento) e o referente. De acordo com essa concepção, não há relação direta entre as palavras e as coisas as quais representam, de modo que a palavra simboliza um pensamento ou referência, que, por sua vez, refere-se à característica ou acontecimento sobre o qual se fala,

¹⁷ OGDEN, C. K.; RICHARDS, I. A. *The meaning of meaning: a study of the influence of language upon thought and of the science of symbolism*, 1923.

assim, as palavras significam mediante os conceitos (ULLMANN, 1964). Acerca desse modelo, Ullmann (1964) faz a ressalva de que os referentes podem mudar ou mesmo a percepção sobre determinado referente pode mudar, sem que a palavra e seu significado mudem. Cita como exemplo a palavra átomo que, segundo sua etimologia e entendimento à época da nomeação da partícula, era a menor partícula da matéria e, mesmo depois de novas descobertas, a palavra mantém seu significado, mas ganhou novas acepções. Com isso, o autor ressalta que se deve manter atenção à conexão entre o símbolo e o pensamento ou referência, mais do que na relação entre o referente e o pensamento ou referência, embora compreenda que haja inúmeros modelos e esquemas que tentem organizar esses elementos, destaca a seguinte ressalva:

[...] qualquer que seja o esquema que adotemos, e todos eles são complementares, não mutuamente exclusivos, há uma espécie de círculo interno dentro da situação semântica. Orador e ouvinte são contingentes, únicos; eles pertencem a “la parole”. O símbolo e tudo o que ele simboliza fazem parte do sistema gráfico, de “la langue”. Nenhuma comunicação inteligível seria possível se eles não estivessem presentes nas mentes do orador e do ouvinte, e de milhões de outros oradores e ouvintes em potencial. (ULLMANN, 1963, p. 68)

Em vista de tantas definições e visões sobre o que seja o significado, adota-se, para esta pesquisa, a noção de que significado é o resultado – ou resultados – semântico que o aparato cognitivo retorna quando acionado ao ouvir/ler uma palavra. Vincula-se ao sistema – *langue* –, embora se valha do contexto e, portanto, da aplicação/uso – *parole* –, para selecionar aquele significado, dentre as opções possíveis, que seja mais compatível para aquela situação.

4.3.2 Sentido

O sentido, uma construção da subjetividade, não se vincula ao estático, portanto, está ligado a uma pragmática contextual, componente linguístico específico (BRÉAL, 1992), é um dado “[...] imediato e fundamental em nossa experiência cotidiana da linguagem [...]” (TAMBA-MECZ, 2004, p. 7), é o conteúdo veiculado por um enunciado (POLGUÈRE, 2018). Desse modo, pode-se assumir que o sentido é adquirido no discurso, considerando não apenas o significado, mas também as intenções que envolvem o discurso como “quem disse”, “para quem se disse”, “com qual intenção se disse”, entre outros. Greimas e Courtes (1979, p. 417) estabelecem que o sentido “[...] fundamenta a atividade humana enquanto intencionalidade”.

Os signos linguísticos mantêm relação com o mundo extralinguístico, em primeira instância, por meio de seu significado, uma vez que nomeiam uma realidade, mas é por intermédio do sentido que esse signo se revela de fato o modo como se percebe esse mundo e essa realidade. Bakhtin (1997, p. 100) considera que “a palavra da língua é uma palavra semialheia. Ela só se torna ‘própria’ quando o falante a povoa com sua intenção, com seu acento, quando a domina através do discurso, torna-a familiar com sua orientação semântica e expressiva” (BAKHTIN, 1997, p. 100). Assim sendo, se o lexema *leão* evoca o significado de animal, de “mamífero carnívoro da família dos felídeos” (AULETE, 2021, s/p), o sentido adquirido no excerto a seguir preenche esse significado com outros contornos:

O artilheiro disse que “jogou como um *leão*” quando foi comandado pelo treinador no Internazionale [...] “Mourinho trouxe à tona coisas minhas que nenhum outro treinador tinha feito antes. Quando eu jogava me sentia muito confiante sob a direção dele [...]” afirmou Ibrahimovic à “BBC” (GLOBOESPORTE.COM, 2013, s/p)

Ao estabelecer a comparação do modo de jogar com um leão, traz para o discurso conteúdos informacionais do lexema *leão*, associados à agilidade, bravura, destreza. Estabelece-se uma ponte que liga as habilidades do jogador de futebol em campo às habilidades do leão em seu *habitat*, de modo que o sentido é percebido e assim considerado nesse contexto discursivo. Se pensados fora desse contexto, dificilmente se pensaria, em um mesmo campo semântico, os lexemas *jogador* (de futebol) e *leão*. O sentido é a instância da língua que se constitui no discurso, vinculando-se a ele para elaboração de um sentido mais universal ou mais específico, centrado em um determinado contexto discursivo.

Considerando o mesmo lexema, observe-se o trecho a seguir: “[...] Mas quando a gente cresce e entende o que é um leão de verdade, nos damos conta do real significado de ‘acertar as contas com o Leão’, e quanto isto pode ser apavorante.” (ANDRADE, 2016). Primeiramente, vale destacar que *significado*, neste caso, seria o que nesta pesquisa se considera *sentido*, mas que, na linguagem comum – não especializada – acabam sendo parassinônimos. O texto, por meio de metalinguagem, faz alusão aos significados implícitos do lexema para então chegar ao sentido de “acertar as contas com o Leão”, sendo leão grafado com letra maiúscula, deixando graficamente explícito que se trata de um leão em particular, no caso: “órgão que arrecada o imposto de renda” (AULETE, 2021, s/p). O sentido produzido tenta, inclusive, subverter seu significado de base que o vincula ao animal quando registra que o “leão *de verdade*” refere-se àquele com o qual, na vida adulta, se deve acertar as contas, em alusão à metáfora para Receita Federal, responsável pelo recebimento das declarações de Imposto de Renda Pessoa Física, de

modo que se sobressaíam os traços semânticos vinculados à ferocidade do animal, ao carnivorismo, e não à coragem, agilidade, liderança, dentre outros aspectos. Ademais, note-se que se cria uma prevalência de significado para *leão* na vida adulta.

O sentido adquirido pela unidade lexical alimenta o sentido do discurso, ao mesmo tempo em que se alimenta do discurso para sua construção. Para Abrahão (2018, p. 22), “O sentido faz parte da estrutura da linguagem, ou seja, sem sentido a enunciação não se faz, tal como ocorre com a estruturação das formas (morfologia das palavras), a estruturação dos sons (fonologia) e a estruturação dos enunciados (sintaxe)”. Cada lexema contribui para constituição do sentido do discurso tendo em vista as escolhas, combinações, posições etc. Dizer *esta é uma casa bonita* difere-se de *esta é uma bela casa* que se difere de *esta é uma bela choupana*. O sentido reveste-se de intenções, de implícitos que ultrapassam a mera significação e produz efeitos que direcionam os propósitos discursivos. Seguindo essa linha, Polguère (2018, p. 135) advoga:

[...] o sentido está para a expressão linguística, como o significado está para o signo linguístico. Nada obsta a que levemos em conta o sentido de uma expressão linguística e o significado de um signo, mas ambas essas noções remetem a um tipo único de entidade: um conteúdo informacional linguístico.

Diferentemente do significado que, como visto, vale-se do contexto para dar suporte à escolha das opções de significações disponíveis, o sentido estabelece-se por meio da (inter)relação com o contexto. Perceba-se, portanto, que, para o significado, o contexto opera como um seletor, não acrescentando significação, mas escolhendo dentre a gama de possíveis significados oferecidos. Já para o sentido, o contexto discursivo (e, em certa medida o situacional) acrescenta outros dados que orientam e dão tom ao sentido não apenas à unidade lexical em si, mas ao discurso como um todo. O sentido, diferentemente do significado, vincula-se àquilo a seu redor: o sentido da palavra vincula-se ao (con)texto, o sentido do enunciado vincula-se ao contexto discursivo e situacional, o contexto discursivo vincula-se à ideologia prevalente e assim por diante.

Abrahão (2018, p. 51) afirma que “[...] as palavras não significam em si, mas nos homens, na sua relação com a história”. Para a autora, apesar de as unidades lexicais assegurarem parte da significação, tendo em vista as possibilidades semânticas que trazem do sistema, firmadas pelas convenções de um modo geral, elas permitem aberturas e rearranjos conceituais que permitem a rearticulação de uma parcela de seu sentido em função das intenções do sujeito produtor dos discursos. Significado e sentido conectam-se no uso, de modo que o sentido se alimenta do

significado para sua elaboração, ao mesmo tempo em que o significado se alimenta do sentido ou mesmo de novos sentidos para sua manutenção ou mudança.

Pode-se depreender que as unidades lexicais ganham sentido no uso, considerando o contexto discursivo no qual se insere, mas também o contexto situacional de produção e recepção desse discurso contribui para essa complexa construção. Pietroforte e Lopes (2010, p. 125) entendem que, “se é da linguagem que emana o sentido, é a partir de mecanismos da linguagem que se constroem efeitos de sentido tanto de denotação quanto de conotação. Assim, a linguagem produz efeitos de sentido e não é reflexo das coisas”. Em outras palavras, as nuances de sentido são produzidas e percebidas no discurso por meio dos usos e arranjos criativos. Nessa mesma perspectiva, Polguère (2018) acrescenta que, dentre todos os aspectos do conhecimento linguístico, o de mais difícil estudo é o sentido linguístico, não porque para isso é preciso lançar mão de grandes aparatos, mas justamente porque parece óbvio e “tende-se a esquecer de que ele nos remete a uma abstração total, ligada, evidentemente, ao mundo ‘real’, mas que projeta sobre esse mundo uma grade de análise altamente arbitrária” (POLGUÈRE, 2018, p. 131). Assim, a produção do sentido resulta de uma complexa rede de relações internas e externas ao Léxico, ao discurso e à própria língua.

Mari (1991) propõe haver ao menos três dimensões do sentido: (i) aquele que se constrói no sistema; (ii) aquele que se constrói pelo sujeito; e (iii) aquele que se constrói na história. Entende-se que o sentido se constitui pela conjugação dessas dimensões e, portanto, constroem-se pelas significações disponíveis no sistema, pelas vivências e conhecimentos pessoais que levam à compreensão do sujeito – que pode variar em maior ou menor escala de um sujeito para outro –, mas também tendo em conta toda a cultura e ancestralidade de fatos que antecederam esse sujeito e a comunidade na qual está inserido. Aqui, poder-se-ia propor uma quarta dimensão do sentido que seria aquele que se constrói no discurso, valendo-se das significações do sistema, mas levando em consideração as nuances adquiridas na aplicação concreta que pode conservar a significação acrescentando traços semânticos e estilísticos ou até mesmo alterar-se em virtude do entorno discursivos e das intenções de uso. A partir dessas ideias, pode-se admitir que o sentido não existe por si só, mas decorre da conjunção de fatores e pode não ser compreendido exatamente do mesmo modo de um sujeito para outro, tendo em vista a lacuna existente o sentido concebido – aquele pretendido pelo locutor – e o sentido percebido – aquele de fato compreendido (ou não compreendido), interpretado pelo interlocutor. Isso porque, conforme registram Heiderman e Weininger (2006, p. 99): “A língua em si não é uma obra

acabada (*Ergon*), mas sim uma atividade (*Energia*)” e, consequentemente, está sujeita aos diversos agentes que operam nessa e circundam essa atividade.

Embora haja teorias que defendam que o sentido decorra da manipulação do código, apresentando aspectos distintos que levam a dimensões referenciais também distintas, Abrahão (2018, p. 49) recorda que “[...] algumas teorias discursivas afirmam que o sujeito produtor de discursos não joga com a linguagem de modo consciente, já que se encontra nela imerso”. Entende-se, contudo, embora não haja consciência, sempre há intencionalidade na comunicação. E essa intencionalidade, sim, seria mais ou menos consciente, embora recorrentemente presente em razão do aspecto dialógico da linguagem. Talvez a destreza em jogar com a linguagem varie de acordo com o sujeito, seus objetivos, suas vivências e experiências, também a quem se destina.

Note-se que a questão não se centra apenas na produção do sentido em si, mas em quem o produz e recebe (ou percebe). O sentido cria um mundo que desvincula o referente a uma coisa no mundo, tendo em vista que cria um mundo de possibilidades inumeráveis (PIETROFORTE; LOPES, 2010). O sentido não está apenas no texto, mas em todos os modelos mentais (VAN DIJK, 2012), vivências, riqueza vocabular do sujeito que recebe e decodifica e interpreta esse texto. Mari (1991, p. 51-52) advoga que a produção do sentido “[...] não tem como objeto a significação ‘*in natura*’ como o faz o cálculo do significado, mas a sua forma desnaturada, degenerada, contaminada pelas práticas de linguagem correntes”. Pode-se pensar na produção do sentido não somente como a conjugação de fatores que incluem as convenções, as intenções, as determinações históricas e sociais, mas também como todos esses fatores influenciados pela bagagem linguística e vivencial do sujeito que recebe o texto. Nessa perspectiva, o sentido não seria concebido como um produto pronto ou pré-determinado, mas como uma produção dependente das condições de produção, de circulação e de consumo/recepção. Daí defender-se que o sentido seja uma instância da *parole*, do uso e daquilo que dele decorre.

Isso quer dizer que o elemento intelectual, regulador das intencionalidades, baliza e direciona os pensamentos em favor da comunicabilidade e, com base nisso, faz as escolhas e arranjos discursivos. O sentido de uma unidade lexical é concebido a partir da relação que mantém, na rede lexical da língua, com outras unidades lexicais que possuam significado mais ou menos equivalente. Assim, o sentido se estabelece não de modo autônomo, mas conjugado a seus equivalentes e seu entorno. Ao dizer “Ela estacionou seu *veículo* na rua”, o uso de *veículo* – em lugar de *carro*, *moto*, *caminhão*, embora todos estes sejam equivalentes para o primeiro –,

marca a intenção de indefinir aquilo a que se refere. Assim, o entendimento do sentido de *veículo*, em contexto, não é tomado de modo autônomo, mas em relação às outras opções disponíveis (POLGUÈRE, 2018).

Cumprir registrar que é preciso estabelecer a diferença entre sentido lógico, ligado à Lógica Formal, mas não do sentido linguístico. Isso porque opera sob os valores de verdade: verdadeiro ou falso. O sentido lógico implica uma proposição ter o mesmo valor de verdade de outra proposição. Assim, “Ele *morreu*” e “Ele *deixou de viver* por vinte segundos” possuem o mesmo sentido lógico, tendo em vista que ambos os enunciados são verdadeiros. Por outro lado, o sentido linguístico diz respeito ao conteúdo veiculado por um enunciado, que podem ou não ser verdadeiros. Desse modo, “Ele *morreu*” teria o mesmo sentido linguístico de “Ele *abotoou o paletó de madeira*”. No entanto, só teria o mesmo sentido linguístico de “Ele *subiu no telhado*” se *subir no telhado* fosse utilizado em sentido idiomático. Nessa perspectiva, não há sentido lógico entre esses enunciados, mas há sentido linguístico.

No caso das EI, defende-se, como um dos elementos centrais desta tese, que seu sentido se constrói no e pelo discurso à medida que o contexto discursivo oferece elementos que, primeiramente, confirmam que aquele arranjo se refere a uma expressão de sentido figurado e, depois, que alimentam seu sentido. Pode-se ainda dizer que o sentido das unidades lexicais que constituem uma EI tem seu sentido estabelecido no conjunto de modo não composicional, ou seja, naquele arranjo específico, aquelas unidades lexicais ganham um sentido que pode ser exclusivo àquele conjunto. Tome-se a unidade lexical *gelo* como exemplo nas seguintes aplicações: (i) “Pedi uma limonada com *gelo*”; (ii) “Escolheu tinta *gelo* para as paredes internas”; (iii) “É preciso sanar os problemas de modo efetivo, do contrário, ficaremos *enxugando gelo*”; (iv) “Contei uma piada leve para *quebrar o gelo* na entrevista”; (v) “Já havíamos brigado antes, então sabia que *estava andando em gelo fino* nessa conversa”; (vi) “Depois do que ele disse, ela deu um *gelo* nele”. Essencialmente, alguns dos significados de *gelo* são acessados nas cinco ocorrências – “estado de água, ou qualquer líquido, quando passa ao estado sólido pela ação do frio; pedaço pequeno dessa massa solidificada; temperatura muito baixa [...]” (AULETE, 2021, s/p) –, contudo, o sentido que se constitui em cada uma das ocorrências é diferente. Os dois primeiros literais, os quatro seguintes, figurados, em EI:

Tabela 1 – Significado e sentido do lexema *gelo* aplicado em textos

	Registro	Significado de <i>gelo</i> ¹⁸ acessado	Sentido construído no texto
i	Pediu uma limonada com <i>gelo</i> .	cubo de água congelada	cubo gelado
ii	Escolheu tinta <i>gelo</i> para as paredes internas.	cor	cor assemelhada a de gelo
iii	É preciso sanar os problemas de modo efetivo, do contrário, ficaremos enxugando <i>gelo</i> .	cubo de água congelada	como componente não composicional da EI: executar tarefa inútil
iv	Contei uma piada leve para quebrar o <i>gelo</i> na entrevista.	frieza	como componente não composicional da EI: promover a cordialidade
v	Já havíamos brigado antes, então sabia que estava andando em <i>gelo</i> fino nessa conversa.	superfície de água congelada	como componente não composicional da EI: lidar com/estar em situação delicada
vi	Depois do que ele disse, ela deu um <i>gelo</i> nele.	frieza	ignorar

Fonte: elaboração própria

Note-se que, aplicada no discurso, a unidade lexical acessa um dos possíveis significados que adquire uma camada de sentido que pode aproximar-se ou distanciar-se do significado e, no caso de o lexema integrar uma EI, esse significado pode guardar apenas traços essenciais do significado isolado, mas acaba por obter uma nova significação no bloco segmental e seu sentido no contexto também pode aproximar-se dessa significação ou distanciar, ganhando novos traços de sentido. Ademais, tomado como parte de EI, gelo ganha um sentido figurado e, portanto, não literal. Disso, decorrem outros aspectos que merecem ser explorados: o sentido literal e o sentido figurado das palavras, que serão tratados na seção a seguir.

Por fim, vale reafirmar que se entende o sentido como uma instância do discurso, e constrói-se a partir do significado e alimenta-se de dados do discurso, ao mesmo tempo em que participa da construção do sentido global do texto.

4.4 Sentido literal e sentido não literal

O sentido literal ou denotativo é constituído pelo significado concebido objetivamente apenas como tal. É o significado referencial dos lexemas, aquele que corresponde a um objeto, evento ou estado real aos quais o lexema faz referência e que pode ser decodificado com mais facilidade. Já o sentido não literal, figurado ou conotativo é a expressão de valores subjetivos

¹⁸ Embora se saiba que o significado de uma EI não resulta da soma dos significados de suas partes, aqui apenas se intenta estabelecer uma ligação semântica entre o lexema e o significado acessado dentre as opções oferecidas pelo sistema.

ligados ao signo, decorrentes de sua forma e função. É um significado construído socialmente – informação e aspectos sociais do contexto de produção, representado por ações, estados, processos mentais e identidade da pessoa que as pronunciou – ou afetivamente – informação sobre aspectos emocionais do contexto de produção, expresso por sentimentos, atitudes e opiniões do falante (FINEGAN, 2013; URBANO, 2018; 2020). O sentido não literal não acessa a coisa no mundo – nos termos de Richards e Ogden (1923¹⁹ apud ULLMANN, 1964) –, mas um modo subjetivo, figurativo, uma interpretação sobre a coisa no mundo.

De modo mais elementar, Ilari (2001, p. 41) define que a “conotação é o efeito de sentido pelo qual a escolha de uma determinada palavra ou expressão dá informações sobre o falante, sobre a maneira como ele representa o ouvinte, o assunto e os propósitos da fala em que ambos estão engajados etc.” e opõe-se à denotação “que é o efeito de sentido pelo qual as palavras falam ‘neutramente’ do mundo” (ILARI, 2001, p. 41). O sentido não literal, portanto, reveste-se de informações que trazem à tona não apenas significações, mas um sentido ligado ao modo de ver o mundo do próprio falante. Para Polguère (2018, p. 140), “a conotação de uma lexia é o conteúdo informacional associado a essa lexia que, contrariamente ao seu sentido, não é necessariamente expresso quando essa lexia é utilizada”, isso quer dizer que o sentido não literal se reveste de subjetividade para significar e evoca outras informações cujo acesso a seu conteúdo semântico depende da interpretação dessa subjetividade.

Desse modo, para compreender que *um beco sem saída* não se refere ao sentido literal “uma rua pequena, estreita sem saída”, mas a uma “dificuldade insuperável, caso sem solução, situação desesperada” (URBANO, 2018, p. 71), é preciso que a expressão esteja em contexto: “O empresário entrou num *beco sem saída* quando descobriram suas falcatruas”. Nesse caso, há indícios textuais que conduzam à conclusão de que se trata do emprego não literal. Diferentemente do que ocorre em: “O GPS estava com sinal fraco e, por isso, ficamos andando sem rumo, até que entramos num *beco sem saída* e ele finalmente pediu por informações”.

Como visto, o sentido é uma instância do discurso. Em consonância, Fiorin (2008, p. 72) afirma que a “conotação não é um fenômeno da palavra isolada, mas um fato discursivo. É sempre no texto que se percebe o acréscimo de um sentido segundo ao sentido primeiro”. Tendo esse pressuposto como ponto de partida, é possível admitir que para acessar o sentido literal ou não literal de um lexema, é preciso que essa análise seja feita considerando o contexto discursivo (ou situacional) no qual se encontra, isto é, em uso. Por isso se defende que a terminologia mais

¹⁹ Ver nota 16.

adequada seja *sentido* literal e não literal ao invés de *significado* literal e não literal, posto que somente em contexto é possível determinar qual o sentido acessado.

A produção de sentidos figurados (não literais) decorre da propriedade polissêmica ou homonímica dos lexemas, promovidas pela perda de motivação semântica (ULLMANN, 1964), que, se relaciona ao distanciamento de um ou mais significados que inicialmente se vinculavam ao lexema quando de sua origem. As causas para essas transformações podem se relacionar a fatores sociais, históricos e culturais, tendo como agente os próprios falantes. Embora, conforme observam Saussure (2006) e Ullmann (1964), o significado de lexemas em sentido literal, geralmente, seja arbitrário, não havendo qualquer relação entre som e sentido – com exceção, por exemplo, das onomatopeias –, espera-se que o sentido não literal “[...] tenha um mínimo de vinculação lógica, ainda que aparente [...]” (URBANO, 2018, p. 15) com o sentido literal.

Fiorin (2008, p. 71), entende que “para criar um signo conotado é preciso que haja uma relação entre o significado que se acrescenta e o significado já presente no signo denotado”. Contudo, a vinculação pode se dar em maior ou menor grau, podendo a discernibilidade ir da transparência à opacidade. O primeiro tipo estaria relacionado àquelas palavras cujo sentido figurado mantém alto grau de relação lógica com o sentido literal e o segundo, àquelas cujo sentido figurado mantém baixo grau de relação lógica com o sentido literal. Todavia, Urbano (2018, p. 15) advoga que “é condição *sine qua non* que o sentido literal e o sentido não literal se ‘amarrem’, graças a si próprios ou às diversas circunstâncias contextuais”. Além disso, o sentido não literal decorre do sentido literal, havendo, desse modo, uma relação de derivação semântica a partir deste último para se chegar àquele. Embora, nem sempre seja fácil e evidente a identificação do sentido literal, tendo em vista que, por vezes, a frequência de uso do sentido não literal pode ser maior em relação ao literal, fazendo com que a leitura padrão – aquela que primeiro vem à mente – seja do sentido figurado. Isso faz com que o percurso da mudança seja traçado a partir de um ponto de partida plausível determinado intuitivamente. Isso porque muitas categorias conceituais são de natureza metafórica e extensões da experiência básica, o que acrescenta o fator individual ao estabelecimento desse ponto de partida (CRUSE, 2000).

Para Ilari (2001) a linguagem figurada é usada toda vez que se visa a uma interpretação não literal, não convencional. Esse efeito pode ser atingido quando se acessam as conotações das palavras “quer de uma escolha subjetiva, quer de uma convenção de tipo social” (GREIMAS; COURTÉS, 1979, p. 77). O perpassar pelos sentidos literal e figurado é bastante comum na

linguagem do dia a dia e ocorre de modo natural, ainda que o falante não tenha clareza acerca dos mecanismos semântico-cognitivos acionados nesse processo. Para Cruse (2000, p. 199),

A maioria das pessoas está ciente de que, se alguém disser que *Os olhos de Jane quase saltaram de sua cara*, uma verdade *literal* não foi expressa, os olhos de Jane não estavam, na verdade, a ponto de serem projetados de sua cara; a mensagem é que Jane ficou muito surpresa. No nível cotidiano, o contraste entre o uso literal e figurativo não parece problemático.

Em muitas situações, especialmente em interações mais informais, é comum que certos usos sejam acompanhados da palavra “mesmo” (no nível mais popular) ou da oração “literalmente falando” (no nível mais culto) (URBANO, 2009) na tentativa de explicitar o uso em sentido literal. Por exemplo, quando alguém declara “Chego em *um minuto*”, pode ser apenas um modo eufemístico de dizer que irá se atrasar ou pode ser de fato uma informação precisa. Neste caso, dependendo do histórico de impontualidade de quem declara, sendo a fala verdadeira, é comum que a declaração seja “Chego em *um minuto, literalmente*”, marcando o sentido literal daquilo que se fala. Em um contexto mais amplo, talvez essa marcação não fosse necessária, sendo que outras informações evidenciariam o sentido a declaração: literal ou não literal.

No tocante ao significado idiomático, Vilela (2002, p. 182) entende que “[...] é o resultado de um processo histórico em que o significado literal e o figurado se foram afastando progressivamente” até o ponto que podem perder completamente a motivação e seu sentido figurado global passa a significar como uma estrutura única “[...] como uma unidade léxica terminada” (VILELA, 2002, p. 182). As EI têm o sentido figurado como uma de suas características mais aparentes. Ao arranjam-se no conjunto idiomático, os lexemas afastam-se, em maior ou menor escala, de seu sentido literal para produzir um sentido figurado próprio daquele arranjo. Isso quer dizer que, mesmo um lexema possuindo um sentido não literal, se tomado isoladamente, é provável que, ao compor uma EI, ganhe um novo sentido figurado que pode ser completamente diferente daquele. Tome-se *telhado* nas cinco ocorrências a seguir:

- (i) A ventania levou o *telhado* de várias casas.
- (ii) Pedro é aquele senhor com *telhado* grisalho.
- (iii) Considerando esse *telhado de vidro*, você não tem moral para acusar ninguém.
- (iv) Depois de tanto sofrimento, seu Pedro *subiu no telhado* esta noite, deixando a família e amigos em prantos.
- (v) Meu celular *subiu no telhado* de vez.

Em (i) o sentido é literal e refere-se à cobertura superior e exterior de uma casa. De (ii) a (v) o sentido é figurado, porém, apenas em (ii) a unidade lexical não compõe um conjunto idiomático,

sendo um sentido figurado para cabelo, que, por extensão do sentido literal, seria a cobertura superior externa da cabeça. Note-se, porém, que em (iii), (iv) e (v) os sentidos produzidos nas EI, além de figurados, não têm relação com o sentido figurado de (iii), mas, de modo indireto, mantém relação com o sentido literal para produzir novos sentido figurados. Em (iii), “condição de quem é atacável em sua reputação, de quem comete ou cometeu erros, faltas mais ou menos graves” (AULETE, 2021, s/p), pode-se entender que, se por um lado, o telhado seria a cobertura de proteção de uma casa, tê-lo feito de vidro tornaria essa proteção frágil e sujeita a intempéries. Em (iv), considerando o contexto, a EI ganha o sentido de *morrer*; já em (v), a mesma EI, toma de empréstimo o eufemismo para indicar que o aparelho celular parou de funcionar definitivamente, *quebrar*. Segundo Biderman (2001a, p. 179), “ao atribuírem conotações particulares aos lexemas, nos usos do discurso, os indivíduos podem agir sobre a estrutura do Léxico, alterando as áreas de significação das palavras”. Isso quer dizer que por meio do uso criativo – influenciado por fatores diversos tais como sociais –, os falantes produzem conotações que podem, considerando a recorrência, ser incorporado como um novo significado para lexemas existentes ou produzindo novos lexemas conjuntos lexicais (caso das EI), contribuindo para o movimento perpétuo do sistema Léxico.

Todavia, apesar de parecerem dicotomias estanques, prefere-se adotar a concepção de que os sentidos literal e não literal são os polos de um *continuum* ao longo do qual se situam unidades lexicais com mais ou menos carga de literalidade ou de figuratividade (CACCIARI, 1993), incluindo as EI que, apesar de figurativas, podem ter significados mais opacos ou mais transparentes em relação a sua estrutura. Essa classificação também não é precisa ao longo desse gradiente, pois tal compreensão é mais ou menos pessoal e subjetiva, dentro dos quadros vocabulares de cada um, mesmo que em grande parte esteja ligada a acordos tácitos coletivos. Cruse (1986²⁰ *apud* CACCIARI, 1993) propõe dois critérios: (i) deve-se observar até que ponto os constituintes de uma expressão opaca são “completos indicadores semânticos”, o quanto seu significado contribui para o sentido global da EI – o quanto *água (fria)* em *levar um balde de água fria* contribui para o significado “causa de desânimo” e em *tirar água do joelho*, “urinar” (URBANO, 2018, p. 51 e 65); e (ii) deve-se estabelecer a discrepância entre a semântica combinada das partes e o significado geral da EI – o quanto sentido literal das partes e figurado da EI, no conjunto, se aproximam.

²⁰ CRUSE, D. A. *Lexical semantics*. New York, Cambridge University Press, 1986.

Após perpassar por todos esses conceitos de base, já há condições de tratar do objeto central desta pesquisa, as expressões idiomáticas, de modo mais específico, retomando, sempre que necessário, os fundamentos teóricos até aqui revisitados.

5 EXPRESSÕES IDIOMÁTICAS

Cada língua traduz a visão de mundo e da realidade social de seu povo de acordo com seus modelos lexicais, semânticos e gramaticais. Se “o Léxico é o repertório do saber linguístico e é ainda a janela através da qual um povo vê o mundo” (VILELA, 1997, p. 6), as fraseologias seriam, dentro do Léxico, óculos de lentes coloridas os quais os falantes de uma língua usariam para olhar o mundo e expressá-lo de outros modos. As unidades fraseológicas de, de uma perspectiva geral, trazem não apenas um conteúdo informacional, mas junta a este também um conteúdo social, cultural e afetivo. Essas unidades fraseológicas ou sintagmas fraseológicos são estruturas que expressam determinados significados e cujos elementos que as compõem não estão completamente livres para escolha dos usuários, ou seja, seus constituintes mantêm interdependência com maior ou menor grau de coesão, sendo mais ou menos lexicalizadas (POLGUÈRE, 2018).

A Fraseologia é a “disciplina que tem como objeto as combinações fixas (diria mesmo, congeladas) de uma língua, combinações que, no sistema e na frase, podem assumir a função e o significado de palavras individuais (ou lexemas)” (VILELA, 2002, p. 160). Deixou de ser uma subárea da Lexicologia e passou a ser considerada disciplina autônoma em meados do século XX, na então União Soviética. Dentre as diversas construções estudadas pela disciplina, sob o termo hiperônimo fraseologia (ou fraseologismo) – “conjuntos lexicais consagrados pelo uso numa comunidade linguística” (STREHLER, 2009, p. 9) –, estão locuções, adágios, parêmsias, provérbios, ditos e ditados populares, idiomatismos e as expressões idiomáticas (EI).

Tendo em vista a abundância terminológica para tratar das fraseologias e do fato de que “os linguistas não se põem de acordo sobre qual deve ser o termo geral que abarque tais fenômenos [fraseológicos], e muito menos ainda sobre a classificação que se deve empregar em suas análises” (CORPAS PASTOR, 1996, p. 16), adota-se o termo expressão idiomática (EI) para denominar as unidades fraseológicas constituídas por duas ou mais unidades lexicais, cujo conjunto, relativamente fixo, tem sentido conotativo diverso ao sentido denotativo das partes que a compõem, além de serem estruturas do vocabulário corrente utilizadas em abundância na linguagem corrente (XATARA, 1997) e serem de suma importância na aquisição e processamento da língua materna e da segunda língua (CORPAS PASTOR, 1996). Vale reforçar que se adota o termo EI sem a pretensão de tentar encerrar a discussão acerca de seus limites e das estruturas que podem ser consideradas ou não como uma EI – ao invés de uma frase feita,

um dito popular ou outras –, isso porque a falta de precisão terminológica não prejudica os objetivos desta pesquisa diante da perspectiva adotada.

Ainda no tocante à terminologia, prefere-se *idiomáticas* (em lugar de, por exemplo, pluriverbais), porque destaca o aspecto conotativo particular da expressão. Entende-se que o componente idiomático dessas expressões, que, portanto, as fazem próprias de um idioma, é uma importante chave não apenas para sua manutenção no tempo, mas também por habilitar os falantes de uma língua a utilizá-los com uma propriedade inerente, própria de seu idioma. Além disso, englobam-se os chamados “sintagmas” sob o termo EI porque mesmo que se possa considerar que esses se distingam “das expressões pela ausência de verbo a ser atualizado” (STREHLER, 2009, p. 10), defende-se que os verbos, em maior ou menor intensidade, contribuem para o caráter idiomático das EI. Aliás, a dificuldade para identificar e determinar exatamente os elementos que devem ser considerados como parte de sua estrutura é outro aspecto que não encontra consenso entre pesquisadores do tema (MOON, 1998).

A despeito de alguns verbos não serem considerados partes integrantes de certas EI – (*ser*) *um cara de pau* –, que seriam o que Vilela (2002) chama de “verbos suportes”, ou mesmo que seu valor semântico seja insipiente, acrescentando apenas valor aspectual ou que traga pouca ou quase nenhuma informação semântica à EI – caso dos verbos de ligação *ser*, *estar*, *permanecer* em, por exemplo, (*ser*) *advogado de porta de cadeia/xadrez* – entende-se que o verbo, sendo elemento que exprime os valores aspectual e temporal, contribui para determinar se um conjunto pode/deve ser tomado em sentido idiomático ou não. Considerando o conjunto *maçã podre*: (i) “Luiza *encontrou* uma maçã podre na fruteira”; (ii) “Sem perceber, Pedro *mordeu* uma maçã podre”; (iii) “Sem perceber, Pedro *comprou* uma maçã podre”; (iv) “Dentre todas aquelas pessoas, uma *foi* a maçã podre que vazou detalhes do projeto”; (v) “Depois de tantos anos convivendo com pessoas de má índole, *tornou-se* uma maçã podre, afinal”; (vi) “Bastou observar para *identificar* a maçã podre”. Esses seis exemplos demonstram que o verbo interfere na produção do sentido literal ou não literal do referido conjunto de lexemas: *ser* uma maçã podre é diferente de *comer* uma maçã podre, sendo o verbo responsável pela expressão do processo, permitindo uma primeira distinção, cuja confirmação decorre dos demais elementos do discurso. Em (vi), o verbo e o contexto discursivo apresentado não são suficientes para a distinção, criando-se uma ambiguidade que, talvez, fosse o objetivo. Com isso, pretende-se dizer que, mesmo sendo *ser* um verbo de ligação, essa função ganha importância semântica ao estabelecer a ponte entre um sujeito que, a princípio, não seria vinculado a um predicado cujo caráter idiomático vem à tona.

Diante disso, pode-se inferir que a questão não é o tipo de verbo, mas a relação semântica que se estabelece entre ele e os demais elementos da EI, no quanto e de que maneira aquele verbo contribui para o sentido idiomático de uma determinada estrutura: (i) um animal *ser* um gato é diferente de (ii) um homem *ser* gato, que, por sua vez, é diferente de (iii) *fazer* um gato. Ainda que em nenhuma das três ocorrências os verbos estivessem carregados de informação semântica, é justamente o uso, a escolha deles – especialmente em (iii) – que constrói o sentido literal de (i) e os sentidos figurados de (ii) e (iii). Entretanto, há casos em que a presença ou não do verbo de ligação, não altera o caráter idiomático da expressão. É o que acontece, por exemplo, com (*ser*) (*um/uma*) *maria vai com as outras*: (i) “Com sua já conhecida postura de *maria vai com as outras*, o deputado votou com a maioria, aprovando a polêmica emenda à Constituição”; (ii) “O deputado, conhecido por *ser um maria vai com as outras*, votou com a maioria”. Em ambos os casos, manteve-se o sentido de “pessoa sem personalidade”.

Há ainda aquelas EI cujo verbo que acompanha ou, mais claramente compõe a EI, traz mais informação semântica e, por conseguinte, sua não menção interferiria na estrutura nuclear da expressão – aquela com mais carga semântica. É o caso de *engolir (o) sapo* que, se suprimido ou substituído o verbo por um com menos carga semântico, perderia o sentido idiomático, podendo tão somente conservar um sentido figurado que deixa de ter relação com aquele da EI: (i) “Depois de um relacionamento abusivo, ela jurou que nunca mais *engoliria sapos*”; (ii) “Ela pensou que ele era um príncipe, mas era um *sapo*” – sentido figurado em alusão ao conto de fadas “A Princesa e o sapo” em que, por causa de um feitiço, um príncipe fora transformado em sapo e somente seria liberto da maldição após um beijo de amor. Assim ter-se-ia ao menos dois tipos mais evidentes, quanto à estrutura: um cujo verbo integra o núcleo semântico da EI e outro cujo verbo se liga ao núcleo semântico da EI. Para Vilela (2002, p. 162):

[EI são] combinações de palavras (ou grupos de palavras) relativamente estáveis cujo significado global interno de uso difere do significado global externo de uso dos constituintes individuais em combinações livres. No interior das fraseologias as palavras perdem o seu significado individual e constituem em conjunto um significado fraseológico novo, transposto, idiomatizado, isto é, um semema fraseológico (ou mesmo vários sememas fraseológicos). No processo de fraseologização abstrai-se de uma situação concreta por meio da transposição/transferência metafórica, metonímica, entre outras, do significado: a metáfora (estar em maus lençóis) através de um traço comum entre os sememas de dois denotados (ou classe de denotados), que é designado tradicionalmente como conceito de base e conceito transposto ou como esfera de base e esfera imagética; a metonímia (dar o braço a torcer) baseada numa relação de contacto ou contiguidade entre sememas de dois denotados ou de duas classes de denotados.

Independentemente de sua estrutura, as EI são um fenômeno universal, presente em todas as línguas (POLGUÈRE, 2018) e um modo subjetivo de interpretar o mundo. Se, conforme defende Borba (2003, p. 81), “o léxico fisionomiza a cultura”, as EI são o resultado de taxionomias de cada língua, das elaborações próprias de cada cultura, reinterpretadas segundo uma visão mais criativa e original, emprestando significações novas a significantes já existentes. Tais estruturas resultam de processos históricos e sua cristalização é o produto da correlação tempo-uso, ou seja, é o uso ao longo do tempo estabelece e perpetua as EI. Contudo, embora se possa assumir tal correlação, não é possível precisar, senão apenas especular, como nasce grande parte das EI ou mesmo quais processos linguísticos, cognitivos, sociais e culturais levam um determinado conjunto de lexemas a significar de modo particular. Tampouco, salvo exceções, dificilmente se pode atribuir sua autoria, pois se tratam de aspectos, no discurso, de elementos discursivos produzidos anteriormente, e cujo enunciador não se tem mais acesso. O congelamento de determinadas combinações lexicais pode ter uma origem externa e ligarem-se a acontecimentos históricos que se tornaram paradigmáticos, bem como a referências mitológicas ou religiosas, até mesmo constituir reminiscências literárias (VILELA, 2002). Seria possível conjecturar que construções idiomáticas surgem a todo instante, mas perduram apenas entre amigos, em situações específicas, desaparecendo sem que cheguem a ser consagradas pela repetição de uso ao longo do tempo até seu registro em dicionários, enquanto outras, espalham-se por grupos sociais diversos àqueles no qual surgiu e acabam por perpetuarem-se.

Ainda que seja praticamente impossível registrar o momento preciso em que nascem, seria plausível afirmar ao menos que não nascem *ex nihilo*, tendo em vista que se vinculam e se associam de algum modo a um elemento do mundo que já existia. Strehler (2009, p. 14) defende que, “a aparição de um idiomatismo está, no início, sempre ligada a um ato de fala individual. Seu sucesso na comunidade linguística é imprescindível para se tornar um fraseologismo consagrado, para passar da fala para a língua”. As EI nascem em situações comunicativas convencionais e, por algum motivo, à medida que passa a ser repetida, pode ultrapassar os limites do grupo de origem e primeiras repetições até que o percurso de origem vai se apagando, permanecendo somente a EI. Assim, “pela sanção do uso, as EI são estabelecidas. Em uso, seu sentido ganha densidade. Em função do uso, variam” (ALVES, 2020b, p. 72).

Nessa perspectiva, a transmissão de construções peculiares como EI entre os falantes de uma língua, ao longo do tempo, explicaria o porquê da preservação de umas em detrimento de outras, que se perdem na história. As gerações sucessoras convivem com suas predecessoras e, por conseguinte, convive com a língua e seu vocabulário que “une todas as gerações e todas elas

estão representadas na língua” (HEIDERMAN; WEININGER, 2006, p. 203). Desse modo, sendo o Léxico parte constitutiva de uma língua e que as EI são parte desse sistema, pode-se inferir que sua transmissão ocorre pela convivência entre as gerações.

Por mais peculiares que algumas EI possam parecer, há sempre uma linha que liga essa construção figurada a uma coisa no mundo, revelando uma visão sobre essa coisa no mundo, desenhada por traços caricatos, carregados em certos aspectos, acentuados por certas cores. Conforme destaca Strehler (2009, p. 10), os fraseologismos, de um modo geral, herdam o “‘conteúdo cultural’ das unidades lexicais”, ou seja, eles se constituem com traços semânticos inerentes e/ou aferentes das partes que a constituem. Aqui, fala-se de traços semânticos e não de significados propriamente ditos. No caso das EI, mesmo que seu significado global não resulte da soma dos significados de suas partes, há certos resquícios semânticos que ligam o sentido literal dessas partes ao sentido figurado total. Para Heiderman e Weininger (2006, p. 237), “o ser humano sempre se vincula a algo que já existe”, do que se pode apreender, por extensão, que as EI baseiam-se em associações (por meio de figuras de linguagem como metáfora e metonímia) a aspectos já existentes no mundo, porém revisitados e reorganizados semanticamente por novas perspectivas que guardam maior ou menor ligação com aquilo que já existia. Ademais, Cacciari (1993, p. 35) advoga que o “significado idiomático é derivado do significado literal das palavras constituintes de maneiras convencionais e não totalmente arbitrárias por meio de mecanismos de transferência de significado que eles não especificam totalmente”.

Sendo o significado das EI figurado e não composicional, em “Fiz aquele curso para ver se aprendia o *pulo do gato* do ofício”, *pulo do gato*, cujo significado é “recurso que consiste em fugir com destreza de uma situação desvantajosa, aquilo que o mestre não ensina ao discípulo” (URBANO, 2018, p. 258), considerando o verbo que antecede a EI, ganha o sentido de algo como “aprender os truques/macetes do ofício/ da profissão”. Fica evidente que os significados individuais de *pulo* – “ação ou resultado de pular, impulsionar o corpo com o auxílio das pernas, projetando-o para cima, para a frente ou para trás” (AULETE, 2021, s/p) – e de *gato* – “pequeno mamífero carnívoro, doméstico, da fam. dos felídeos (*Felis catus*), criado como animal de estimação; fig. homem bonito, charmoso; fig. ligação elétrica clandestina” (AULETE, 2021, s/p) –, se somados, não atingem o sentido global da EI. Embora, o *pulo dos gatos* seja ação de reconhecida destreza, o máximo que se pode extrair disso é a linha de raciocínio que produziu a metáfora. Ademais, Ilari (2001, p. 78) entende que as EI opõem-se às expressões composicionais, cujas “palavras mantêm seu sentido corrente, e são analisadas uma a uma, de

modo que é possível entender o sentido do todo como uma ‘composição’ ou ‘montagem’, a partir do sentido das partes”.

Há uma reconhecida dificuldade em estabelecer uma conceitualização estanque para cada tipo de fraseologia. Ilari (2001, p. 79), por exemplo, entende que “entre as expressões idiomáticas que valem por orações inteiras, estão os provérbios, que geralmente encerram uma ‘moral’”. Copas Pastor (1996), a seu turno, toma o termo “unidades fraseológicas” como o mais genérico para tratar das fraseologias de modo amplo e estabelece como limite inferior para caracterizar essas ocorrências a presença de pelo menos dois lexemas gráficos, ou conforme explicam Griffo e Costa Val (s/d), dois lexemas delimitados “por espaços em branco e/ou por sinais de pontuação” já o limite superior estaria situado nas orações compostas. Com base nesses parâmetros pode-se estabelecer o seguinte esquema gráfico:

Figura 7- Limites inferior e superior das unidades fraseológicas

Fonte: elaboração própria com base em Copas Pastor (1996)

Às ideias de Copas Pastor, acrescente-se a ideia de as fraseologias organizarem-se em um *continuum* em cujos polos estariam, de um lado, o limite inferior (ou mínimo), dentre as quais, fraseologias (a,b, ...) e EI, do outro lado, o limite superior (ou máximo), onde estariam localizadas as construções fraseológicas como provérbios (além de x, y, ...). Esse *continuum* talvez seja um bom modo de ilustrar a falta de precisão, própria dessas estruturas fraseológicas, no que se refere ao estabelecimento de limites conceituais. Para Vilela (2002), a importância das EI para uma língua centra no fato de que essas estruturas não podem ser explicadas pela anomalia, pelo desvio, nem tampouco pela derivação a um significado lexical originário. Para

o autor, postas “perante a sua constituição, a sua frequência e a sua riqueza, não pode tratar-se de um elemento linguístico marginal e secundário” (VILELA, 2002, p. 160).

Diante disso, entende-se que mais importante do que buscar uma definição precisa e conclusa acerca desse objeto, mais proveitosa seja sua investigação. Assim, para este estudo, adota-se o seguinte conceito geral de base, elaborado com base em ideias de diversos estudiosos (GUIRAUD, 1961; 1976; TABOSSI; ZARDON, 1993; VILELA, 1995a,; 1995b; 2002; CORPAS-PASTOR, 1996; XATARA, 1997; 1998; TAGNIN, 2013; URBANO, 2018), passível de revisões futuras, mas suficiente por ora: EI são um fenômeno fundamentalmente léxico-semântico que se materializa por meio de elaborações fraseológicas não composicionais de sentido figurado, compostas por pelo menos dois lexemas, cuja forma e conteúdo são relativamente estáveis – embora possam sofrer alterações desde que guardem elementos morfológicos ou semânticos que permitam estabelecer relação com forma e/ou conteúdo da EI consagrada – e cujo significado global não resulta diretamente da soma dos significados individuais das partes que compõem, embora haja traços que os liguem.

A seguir, passa-se ao levantamento de algumas características das EI que podem contribuir para as análises e inferências desta pesquisa.

5.1 Características das expressões idiomáticas

As EI, como visto, são um tipo de fenômeno linguístico de imbricadas definições, tendo em vista entrecruzar-se com outros tipos de fraseologias. Não haveria, portanto, explicação unificada que pudesse descrever as EI, o que há é um complexo de características que interagem de várias maneiras e representam um amplo *continuum* entre grupos de unidades lexicais complexas não composicionais (ou idiomáticas) (MOON, 1998).

De modo geral, as EI “apresentam certo grau de lexicalização” (CORPAS PASTOR, 1996, p. 18) à medida que “[...] são concebidas como unidade léxicas equivalentes a palavras simples, derivadas ou compostas” (VILELA, 2002, p. 181) e constituem o léxico de uma língua. Assim, EI, em outras palavras, são unidades sintáticas constituídas por pelo menos duas unidades lexicais convencionalizadas e institucionalizadas com significado figurado próprio no conjunto. Algumas EI mantêm mais densas suas relações semânticas, lexicais, morfossintáticas e pragmáticas, havendo certo grau de estabilidade que permite aos membros da comunidade

linguística reconhecê-las, reutilizá-las ou, mesmo, modificá-las em certos aspectos. Entretanto, pode-se afirmar que as EI são heterogêneas em termos de tamanho, estabilidade, composição semântica, disseminação e durabilidade. Ademais, a despeito de seu tamanho, são unidades semânticas únicas: são, em sua totalidade, um item lexical de sentido idiomático (PULMAN, 1993; SCHMALE, 2013). A seu turno, o idiomatismo é um fenômeno fundamentalmente semântico por natureza, embora esse caráter emergja essencialmente das funções discursivas e retóricas (NUNBERG; SAG; WASOW, 1994). Para Biderman (2001a, p. 173):

[EI] são combinatórias de lexemas que o uso consagrou numa determinada sequência e cujo significado não é a somatória das suas partes. Nesses casos, não se pode chegar ao significado da expressão completa, somando-se os significados de cada um dos seus elementos constituintes. Esse tipo de sintagma léxico é indecomponível e, frequentemente, possui uma significação metafórica.

Do ponto de vista da morfologia, as EI são sintagmas lexicalizados de estrutura polilexical. Compõem-se de pelo menos dois lexemas inter-relacionados, sejam esses *autossemânticos* – aqueles que têm base semântica própria e estabelecem relações semânticas com outros lexemas: mulher → forte, inteligente; cair → da cadeira, das nuvens, do cavalo – ou *sinsemânticos* – aqueles lexemas que estabelecem apenas relações gramaticais, ou seja, unidades funcionais ou palavras gramaticais (CORPAS PASTOR, 1996; VILELA, 2002; SCHMALE, 2013).

Segundo Schmale (2013), as EI possuem estabilidade estrutural/lexical, embora admitam certas modificações e/ou transformações desde que ainda sejam reconhecíveis como tal. Os lexemas que compõem as EI significam em conjunto, mas não por meio da soma dos significados de suas partes. Contudo, autores como Nunberg, Sag e Wasow (1994, p. 491) defendem que, “há razões convincentes para acreditar que a maioria dos idiomatismos frasais são de fato semanticamente composicionais”. Há, desse modo, uma linha de pesquisa que entende que a compreensão do todo passa pela compreensão das partes. Dentre os pesquisadores que defendem que a não composicionalidade não é condição *sine qua non* para identificação de uma EI está Cacciari (1993), que advoga que tal característica axiomática não daria conta de explicar: (i) a possibilidade de modificação de EI por meio de adjetivos de modo que não a abranja totalmente, mas apenas localmente – “Você está se precipitando demais, não *coloque o carro forte na frente dos bois*”; (ii) a quantificação – “Ela *deu duas colheres de chá* antes de expulsá-lo de casa” – e efeitos de foco – “Ele *arrasta um bondinho* por você” – funcionam da mesma forma que para a linguagem literal; e (iii) partes de EI podem ser omitidas em construções elípticas – “Deixe de ser parcial! Você *está puxando a brasa* [para sua sardinha]”.

EI são de uso corrente por falantes de uma comunidade linguística, sendo parte de seu vocabulário geral. No tocante à semântica, são de sentido figurado, além de serem idiomáticas, próprias de um idioma e acessíveis aos falantes nativos ou fluentes (SCHMALE, 2013). A idiomaticidade é um fenômeno linguístico universal em idiomas naturais (MOON, 1998) e talvez seja a característica inerente às EI, embora ainda que gradual (VILELA, 2002), determinado por sua composicionalidade semântica, de modo que o maior e o menor grau formam os pontos finais de um *continuum* sobre o qual se localizam as diversas construções pré-fabricadas de uma língua, dentre as quais as próprias EI. O idiomatismo seria o aspecto que não permite que uma EI possa ser traduzida palavra a palavra para outra língua (VILELA, 2002), mesmo que duas línguas diferentes possam ter estruturas figuradas que se equivalham.

Acerca do modo como os elementos de uma EI se unem, Moon (1998) pondera que há ocorrências nas quais sobressai a não composicionalidade enquanto em outras haveria uma composicionalidade parcial. Segundo a autora, o significado resultante da interpretação palavra por palavra da sequência não produz o significado unitário, institucionalizado e aceito. Para ela, a não composicionalidade é tipicamente considerada como um critério semântico e pode ser classificada como essencialmente idioletal e sincrônica. Tomadas as EI, entende-se que tal classificação somente seria válida na origem, já que, à medida que um dado arranjo figurado consagra-se como EI, desprende-se da auralidade – idioletal –, passa a pertencer a um grupo e, posteriormente, dissemina-se para além desse grupo até que passa a compor o léxico da língua. Por conseguinte, ainda que na origem as EI sejam sincrônicas – apenas aquela geração é capaz de compreender o significado da EI –, algumas, aquelas que se perpetuam no tempo, passam à diacronia. Assim, mesmo que a geração de adolescentes da segunda década do século XXI nunca tenha usado um telefone público (muito menos um com fichas), não é improvável que conheçam, entendam e usem a EI *cair a ficha*, fato que confirmaria que não é preciso conhecer a origem de uma EI para usá-la adequadamente. Schmale (2013) lembra que a propagação e sustentabilidade de uma EI estão vinculadas a sua capacidade de ser conhecida, usada e divulgada no nível da mesma comunidade linguística, no nível nacional, regional, socioletal, familiar, individual e ter uma vida útil mais ou menos prolongada.

Por outro lado, Moon (1998) registra que, em alguns casos, as EI podem ser parcialmente composicionais em relação à estrutura sintática e à metaforicidade, de modo que seja possível entender e apreciar a relevância da imagem, isto é, aquela linha que liga o sentido literal ao sentido idiomático resultante do conjunto é mais perceptível. Seria o caso, por exemplo, de *enxugar gelo*, uma vez que a ação literal de enxugar uma pedra de gelo demonstra-se inútil,

sem chance de sucesso. A autora completa que, embora não haja consenso de a não composicionalidade monolítica ser um critério para identificação de EI, ela deve ser interpretada como um indicador de que os itens lexicais dos componentes podem ter características especiais nos contextos discursivos. Isso quer dizer que o fato de um lexema compor a estrutura de uma EI interfere em seu significado que deixa de ser literal ou simplesmente figurado e passa a ter um tipo de uma figuratividade diversa daquela que poderia ter se tomada sem as ligações com as demais partes do bloco idiomático.

Desse modo, mesmo que possam ser encontrados em outras colocações, *leão* terá sentidos diversos: (i) O *leão* corre livremente pela savana $\neq$ (ii) Depois de anos sonhando impostos, foi pego pelo *leão* $\neq$ (iii) Ele foi um *leão* defendendo o filho $\neq$ (iv) A desigualdade faz com que apenas alguns tenham de *matar um leão por dia*, enquanto outros lidam com filhotes de gatos. Apenas (i) traz o sentido literal de *leão* e, embora de (ii) a (iv) o sentido seja figurado, apenas em (iv) o sentido produzido, em virtude de compor o bloco idiomático, desvincula-se parcialmente do animal e passa a significar “trabalhar intensa e sistemática e controladamente” (URBANO, 2018, p. 182). O dicionário Aulete lista os seguintes significados para *leão*:

1. zoo. mamífero carnívoro da família dos felídeos (*Panthera leo*), cujo macho pesa até 200kg e mede até 2,20m, sem a cauda, e ostenta uma juba espessa característica [...]; 2. fig. homem vigoroso, corajoso, valente, determinado em seus objetivos: Ele é um leão no trabalho; 3. fig. homem de mau gênio, áspero, intratável; 4. fig. indivíduo dado a conquistas amorosas; 5. fig. pessoa que é o alvo das atenções. 6. brasileirismo. pejorativo. órgão que arrecada o imposto de renda; 7. membro da International Association of Lions Clubs. [Nesta acp., fem.: domadora.]; 8. brasileirismo. ludologia. o grupo 6 no jogo do bicho, formado pelas dezenas 61, 62, 63 e 64; 9. astronomia. quinta constelação do zodíaco, situada entre Câncer e Virgem. [Com inicial maiúsc. nesta acp.]; 10. astrologia. signo (do zodíaco) das pessoas nascidas entre 23 de julho e 22 de agosto. [Com inicial maiúsc. nesta acp.]. (AULETE, 2021, s/p)

Note-se que em nenhum dos significados, dentre o literal e os figurados, existe uma menção a trabalho intenso, sistemático e/ou controlado, isso quer dizer que o sentido figurado adquirido por *leão* no conjunto *matar um leão por dia* ganha esse sentido porque está nesse conjunto e somente tem esse sentido nesse conjunto. Assim, a não composicionalidade das EI faz com que o grupo de lexemas, naquela construção, tenha o comportamento semântico das partes operando em função do todo, de forma “especial” – utilizando o termo de Moon (1998) – e, assim, signifiquem de forma inovadora em relação às possibilidades porque estão naquele grupo.

Considerando haver argumentos que justifiquem a não composicionalidade, a não composicionalidade parcial e, até mesmo a composicionalidade das EI, prefere-se, adotar a

seguinte ideia: embora não resultem da soma dos significados individuais, as partes das EI não abandonam por completo sua genealogia semântica, sendo mantida alguma relação que liga o sentido figurado do conjunto da EI e disso haveria: (i) alguma correlação com o sentido literal das partes; ou (ii) um sentido figurado que não aquele inovador produzido pela EI. Desse modo, uma segunda característica das EI seria sua natureza (relativamente) não composicional.

Nunberg, Sag e Wasow (1994) entendem que quando se diz que uma dada expressão como *chutar o balde* é uma EI prototípica, possivelmente se está fazendo com base na identificação de uma série de propriedades ortogonais, dentre as quais destaca: convencionalidade, inflexibilidade, figuração, proverbialidade, informalidade e afetividade. Segundo os autores, as EI são convencionalizadas, ou seja, seu significado ou uso não pode ser previsto ou, pelo menos, totalmente previsto, com base no conhecimento das convenções independentes que determinam o uso de seus constituintes quando aparecem isolados uns dos outros. Nessa perspectiva, a convencionalidade poderia ser entendida como a relação entre regularidade linguística (uma situação de uso) e a aceitação desta por uma comunidade que, tacitamente, concordou em adotar um segmento como veículo idiomático, como um referente figurativo para regularidade de uma situação, em vista da preferência pela uniformidade geral e não porque existiria qualquer razão óbvia e convincente para tal, em lugar de qualquer outra. Isso implica admitir que as convenções são arbitrárias em algum grau (CACCIARI, 1993; NUNBERG; SAG; WASOW, 1994). A esse respeito, Leme (2008, p. 35) entende:

O grau de convencionalização das expressões é determinado pela discrepância entre o significado idiomático da expressão e o sentido que o falante poderia prever para a expressão se ele fosse consultar somente as regras que determinam os significados dos constituintes isolados e as operações da composicionalidade semântica.

Ou seja, o nível de convencionalidade das EI estaria relacionada a seu nível de não composicionalidade: as EI significam por meio da convenção do conjunto e não pela soma dos significados individuais, assim, convencionou-se que *chutar o balde*, em sentido idiomático, seria “revoltar-se; desistir” (URBANO, 2018, p. 65). Além disso, a despeito de significarem por convenção, não quer dizer que esta seja absolutamente arbitrária, uma vez que, conforme se defende nesta pesquisa, existe um fio que liga o sentido figurado ao literal, ainda que esta seja mais ou menos perceptível, relacionando-se ao grau de transparência ou opacidade das EI.

Embora todas as EI signifiquem por convenção, nem todas expressões convencionais são idiomáticas. Segundo Tagnin (2013, p. 13), “a convencionalidade abrange tudo o que é convencional”, isto é, aquilo que se consolidou por praxe, pelo uso. No caso das EI, a

convencionalidade aplica-se à forma e ao significado, já que, além de um determinado grupo de lexemas estar combinado em uma determinada ordem, que se perpetua, desse grupo, nessa forma, resulta um significado próprio que, por sua vez, não decorre da composicionalidade. Há, por outro lado, formas convencionalizadas que não são idiomáticas, mas tão somente fórmulas de fala como *uma vez que*, *feliz aniversário* e *bom dia*, que são “maneiras convencionais de dizer as coisas” (FILLMORE, 1978, p. 170), sem que seu significado seja imprevisível ou figurado, como ocorre com as EI.

Moon (1998) destaca a institucionalização como uma característica das EI. Esse seria um processo diacrônico pelo qual uma linha ou formulação é reconhecida e aceita como um item lexical da linguagem. Para a autora, essa é uma condição necessária, mas não suficiente, para que um conjunto de lexemas seja classificável como EI e relaciona-se à frequência com que a sequência se repete. Corpas Pastor (1996) também destaca a frequência de coaparição na língua como característica relevante das EI. Desse modo, do que caracterizá-las, a frequência contribui para a propagação e perpetuação dessas estruturas de modo que atravessem gerações. Para Moon (1998), certas estruturas linguísticas podem ser restritas a um grupo familiar, por exemplo – um modo que aquelas pessoas têm de denominar um dado fato ou elemento do mundo que são particulares a elas –, sendo apenas estruturas localmente institucionalizadas. Assim, entende-se que a institucionalização seria a chancela fornecida pelo uso que permite que aquela estrutura inovadora com aquele significado passe, de modo convencionalizado, a compor o vocabulário de uma comunidade linguística e o léxico de uma língua.

Do ponto de vista da origem, todas as línguas têm palavras motivadas (transparentes) e desmotivadas (opacas). Para Guiraud (1976, p. 36), “todas as palavras são etimologicamente motivadas, mas [...] esta motivação não é nem determinada nem determinante”. Não é inteiramente determinada, segundo o autor, porque a relação permanece livre, dentro de certos limites e não é determinante porque não é necessária para seu significado o que, por conseguinte, resulta em uma associação convencional e a motivação, em muitos casos, termine por ser esquecida. É esse obscurecimento da motivação, sua desmotivação, que permite que haja uma restrição à mudança de significado de certos lexemas, de modo que a arbitrariedade dos signos acaba por contribuir para o bom funcionamento da língua. Sendo assim, transparentes são as palavras cujo rastreo de origem (motivação) é ou permanece evidente ou mesmo de possível de recuperação. Já as opacas são aquelas palavras cuja motivação inicial não se tem mais acesso, ou seja, o percurso até sua criação ou seu primeiro significado não pode ser feita, ao menos não rápida ou intuitivamente. Para Ullmann (1964), seriam transparentes

aquelas palavras que apresentam relação com os referentes que nomeiam, ou seja, entre o nome (significante) e o conceito (significado) e seriam opacas aquelas que não apresentam correlação entre o som e o significado. No caso das EI, essas características estariam, portanto, associadas ao grau de motivação e desmotivação do significado do conjunto e, em outro nível, de suas partes em relação ao todo, bem como à metáfora fundadora que inspirou a convenção. Assim, segundo Urbano (2018, p. 15), “*ser do peru; ser biruta; ver passarinho verde*, evidentemente, são mais opacas do que *cair do cavalo; beco sem saída* ou *ver pelas costas*”.

Outra característica arrolada por Nunberg, Sag e Wasow (1994) diz respeito à inflexibilidade das EI. Isso porque as EI normalmente aparecem apenas em um número limitado de quadros ou construções sintáticas, ao contrário de expressões compostas livremente. Assim, a inflexibilidade não permitiria, a princípio, que *mundos e fundos* fosse convertida em *fundos e mundos* sem que houvesse alteração do significado. Essa característica também pode ser relacionada à gramaticalidade: propriedade de certas construções que impossibilitam a inserção de outras unidades lexicais naquela construção (POLGUÈRE, 2018). Em construções como “uma vez que” nota-se um alto grau de coesão interna, pois, não seria gramatical uma construção como “uma vez portanto que”. Todavia, embora as EI gozem de coesão interna, nota-se a possível de inserção de elementos lexicais ou funcionais em sua estrutura, em favor do objetivo pretendido. Disso resulta construções como: “[...] pokémon é anime também [...], te peguei no *pulo acrobático do gato manco* [...]” (ANIME HUNTER, s/d, s/p). De modo geral, manteve-se a gramaticalidade da EI, seu significado essencial, ainda que as inserções tenham trazido novas nuances de sentido. Portanto, a inflexibilidade seria apenas relativa ao sistema.

Uma vez que a inflexibilidade relacionar-se-ia à ideia de limitação de alterações sintáticas das EI, que, por exemplo, não comportariam inversões ou mesmo a adoção de voz passiva: (i) “Pensou que conseguiria o cargo, mas *caiu do cavalo* quando recebeu a notícia de sua demissão” → (ii) “Pensou que conseguiria o cargo, mas *foi derrubado pelo cavalo* quando recebeu a notícia de sua demissão”. Note-se que, diferentemente do sentido de (i): “uma grande e inesperada surpresa de cunho negativo” (URBANO, 2018, p. 105), em (ii) não se pode dizer que o sentido se manteve, muito embora seja possível uma reinterpretação com base no significado da EI em sua estrutura convencional que passaria a ser, nessa forma e contexto: “ser traído/surpreendido, sofrer ato de deslealdade”. Desse modo, mesmo que a inflexibilidade seja uma importante característica para identificação das EI, quando em uso, até mesmo esse aspecto pode ser contornado, ao menos no português do Brasil – recorte sobre o qual se concentra a presente pesquisa –, que registra ocorrências como a seguir:

Aí, nossa síntese da façanha dos personagens do PDT fica assim: eram três movimentos que poderiam ser seis e que acabou sendo nenhum movimento. A casa brizolina na Terra da Palmeiras está dividida e luta contra si mesma. Eu, heim. Agora é descobrir quem é o feitiço para vê se a gente pode dizer que *o feitiço virou contra o feitiço*, ou que o olho da gente no refresco dos outros é pimenta... sei lá, alguma coisa assim. (BALAIO BURITISENSE, 2020, s/p)

Nesse caso, parte-se da estrutura e do significado originalmente consagrados para estabelecer um jogo de sentido. Pode-se alegar que a construção *o feitiço virou contra o feitiço* não seja uma EI, mas como negar a ligação dessa estrutura com *o feitiço virou contra o feitiço*? Ademais, para que se compreenda o sentido dessa estrutura inovadora, é preciso estabelecer uma conexão com a estrutura consagrada e, por conseguinte, seu significado:

Ao se caracterizar a sequência das expressões idiomáticas como “relativamente fixas” ou de “fixidez relativa”, tem-se em mente a queda ou a quebra de alguns mitos ou dogmas sobre as expressões idiomáticas, como a “intraduzibilidade, a indecomponibilidade, a irreversibilidade da ordem, a impossibilidade de substituição sinonímica”, e outros, que, naturalmente, só estudos e testes específicos e aprofundados podem delimitar precisamente (URBANO, 2018, p. 19).

Admite-se que exista, de fato, certa estabilidade na estrutura morfossintática das EI que pode, inclusive, ser um dos fatores que contribuem para sua conservação e perpetuação ao longo do tempo. Entretanto, também se defende que essa estabilidade – inflexibilidade, fixidez, rigidez – é relativa quando se as coloca a serviço do uso, sujeitas à criatividade humana, desde que restem marcas na forma e/ou no conteúdo que capaz de estabelecer uma genealogia entre a EI consagrada e a variante. Na direção, Moon (1998) destaca que a rigidez formal está relacionada a padrões, preferências e restrições das EI, embora, a variação seja mais comum do que alguns modelos sugerem. A concordância com esse fato fundamenta esta pesquisa. Essa discussão será retomada mais adiante, na seção que trata dos tipos de EI quanto à relativa fixidez da forma.

Nunberg, Sag e Wasow (1994) elencam aquilo que chamam de “figuração” como outro aspecto que caracteriza as EI. As EI normalmente envolvem metáforas (*pegar o touro pelos chifres*), metonímias (*dar uma mão, contar cabeças*), hipérboles (*não vale o feijão que come*) ou outros tipos de figuração. Para eles, os falantes nem sempre percebem a figura envolvida, mas geralmente percebem que alguma forma de figuração está envolvida pelo menos a ponto de ser capaz de atribuir à EI um “significado não literal”. Tal atribuição é importante, embora por vezes seja esquecida. Ainda que grande parte das EI sejam percebidas como sendo figurativas, mesmo que não saibam o porquê de determinadas metáforas terem sido adotadas para expressar aqueles significados. Percebe-se, mais uma vez, a bem sucedida atuação da convencionalidade:

por convecção, acordou-se que *ser uma mão na roda*, por meio da figuratividade da metonímia, significa “ser algo [ou alguém] que resolve oportunamente um problema ou que traz grande ajuda, num momento de necessidade” (AULETE, 2021, s/p). Este é mais um ponto que será retomado, na seção que trata da impressão de figuracidade.

Para explicar a proverbialidade, Nunberg, Sag e Wasow (1994) pontuam que as EI são normalmente usadas para descrever – e implicitamente, para explicar – uma situação socialmente recorrente, em virtude de sua semelhança ou relação com um cenário envolvendo coisas caseiras, concretas e relações – *subir pelas paredes*, *subir nas tamancas*, *chorar pelo leite derramado* –, essas EI descrevem um fato corriqueiro da vida que se assemelha ao fato a que se refere. Os autores destacam que a mesma situação é frequentemente descrita de maneiras diferentes, não apenas para dar ares de novidade, mas também a fim de fornecer diferentes avaliações ou interpretações sobre a mesma situação. Nesse sentido, evidencia-se o caráter da língua e, por conseguinte, das EI como instrumento de atividade social, que se adequa e reformula em favor da melhor expressão daquilo que se deseja. Ademais, quando se pontua a proverbialidade como característica de EI, está-se, na verdade, tratando de seu caráter notório, aquilo que é sabido/conhecido por muitos.

Quanto à informalidade, assim como ocorre com outras expressões proverbiais, as EI são tipicamente associadas a registros relativamente informais ou coloquiais e ao discurso popular e à cultura oral (NUNBERG; SAG; WASOW, 1994). As EI geralmente nascem da necessidade de dar expressividade à linguagem falada, de modo que, mais do que ser informal, essas estruturas conferem efeitos de oralidade ao discurso no qual se emprega, seja ele oral ou escrito. Isso quer dizer que a escolha de uma EI em lugar de outro modo de dizer traz consigo alguns desses efeitos típicos da oralidade, dentre os quais, afetividade. Esta última, a afetividade, também compõe o elenco de Nunberg, Sag e Wasow (1994) como característica das EI. Os autores lembram que as EI são normalmente usadas para sugerir certa avaliação ou postura afetiva, com significado social, em relação às coisas que denotam. As EI, desse modo, conferem ao discurso um peso afetivo, sentimental. Embora nenhuma escolha discursiva, dentre elas a lexical, seja neutra – sempre há uma intenção no que se diz a fim de impactar aquele para quem se diz –, entende-se que optar por uma EI em lugar de outro modo de dizer mais ou menos a mesma coisa, de modo literal, por exemplo, implica que se empresta mais expressividade ao discurso, deixando claras essas marcas afetivas: “Ele descontrolou-se com a notícia” x “Ele *chutou o pau da barraca* com a notícia”.

Por sua vez, Guiraud (1961) elenca três aspectos essenciais que caracterizam as locuções, e, por extensão, as EI: (i) unidade de forma e significado; (ii) desvio da norma gramatical e lexical; (iii) sentido metafórico. O autor entende que uma EI constitui um grupo sintático, uma unidade que não poderia ser decomposta sem que houvesse alteração de significado que, a seu turno, não deriva do significado individual dos termos que o compõem. Desse ponto de vista, qualquer diferença formal implicaria uma diferença de significado. As variações de forma, portanto, acarretam mudança, em maior ou menor escala, do significado. A integridade sintática, de acordo com Moon (1998), garante que as EI sejam não apenas unidade léxico-semânticas, mas também unidades sintáticas, além de poderem ser enunciados completos como *(não) contar com o ovo na barriga/coacla/cu da galinha*.

Para Guiraud (1976), quase todas as EI constituem-se por termos arcaicos ou marginais, tendo em vista que, de algum modo, ao fazerem parte dessas expressões, tanto sintaxe como léxico cristalizam-se. Assim, por serem uma herança do passado, essas construções podem conter arcaísmos de vocabulário e/ou de construção, os quais, fora das fraseologias, não são mais utilizados. Por exemplo, *ser um pé rapado*, alude, como mencionado na seção que tratou de uso e desuso de unidades lexicais²¹, a uma ação que se perdeu no tempo, embora, como EI, ainda seja empregada para referir-se a pessoa de poucas posses. Essa característica está ligada à convencionalidade das EI e a seu grau de opacidade, tendo em vista que, mesmo não conhecendo o significado de certas partes, mantém-se seu uso no conjunto idiomático.

Para Burger *et al.*²² (1982 apud SCHMALE, 2013) duas características básicas identificam fraseologias. A primeira delas é que os lexemas constituem um conjunto que não pode ser totalmente explicado pelas regularidades sintáticas e semânticas gerais de combinação. Embora haja possibilidade de variação de seus elementos integrantes, seja como variantes lexicalizadas na linguagem ou como modificações ocasionais no contexto (CORPAS PASTOR, 1996). Em uso, as EI produzem uma quebra na expectativa lexical, causando uma estranheza dentro da relativa regularidade do restante do discurso. Para um falante não nativo ou não fluente em um idioma, é improvável que se espere determinadas associações²³ e combinações. Por outro lado, um falante nativo ou fluente utiliza com regularidade EI em seus discursos de tal maneira que se tornam naturais tanto para o locutor quanto para o interlocutor. Esse uso regular é a segunda característica destacada pelos autores, bem como por outros autores como Corpas Pastor (1996),

²¹ Ver Seção 2.1.3

²² BURGER H.; BUHOFER A.; SIALM A. *Handbuch der Phraseologie*, Berlin/New York: de Gruyter, 1982.

²³ Ver Seção 2.1.2 – Competência léxico-gramatical.

Moon (1998) e Vilela (2002): um conjunto lexical é uma fraseologia se for comumente usada na comunidade linguística como uma unidade lexical, de modo que possa ocorrer reproduzibilidade e cuja aplicação possa acontecer de maneira corrente e estável, atualizada como uma unidade lexical pelos usuários competentes de uma língua.

Ainda a respeito do aspecto idiomático, Biderman (2001a, p. 174) destaca que “as EI são geralmente intraduzíveis de uma língua para outra, ou seja, não se pode fazer uma tradução literal de um idiomatismo, pois o resultado seria absurdo e não corresponderia ao significado global da expressão”, disso decorre a característica de serem de difícil aquisição como componente de uma segunda língua (POLGUÈRE, 2018). Uma tradução literal dos componentes de uma EI resultaria em sequências as quais não fariam sentido ao falante de uma língua traduzida, mas apenas produziriam material de humor como o caso do livro de Millôr Fernandes *The cow went to the swamp = A vaca foi pro brejo*, de 2014, que se dedica a fazer traduções literais de EI e ditos populares da língua portuguesa para a língua inglesa, com intuito humorístico. Semelhante trabalho tem o perfil Greengo Dictionary, com seus atuais 1,5 milhão de seguidores no Instagram, que se descreve “por pura diversão” ser o “*father of the donkeys*”, traduzindo não apenas EI consagradas da Língua Portuguesa, mas toda sorte de ditos, expressões e memes que emergem diariamente nesse idioma, como “*fire in the little park - /fogo no parquinho/ (exp.) 1 analogy for heated conflicts, also known as ‘treta’ in Brazil*”.

À parte essas produções que servem tão somente ao divertimento dos próprios falantes da língua traduzida, há, evidentemente, muitos casos de equivalentes ou mesmo correspondentes de EI de uma língua para outra, como, por exemplo, *chover canivetes* do português ser o *rain cats and dogs* do inglês ou, *il pleut des cordes* do francês. Note-se que em cada um dos exemplos, cada língua apreendeu sua visão de mundo para metaforizar uma tempestade: pontas afiadas, animais de pequeno/médio porte, cordas. Do que se pode dizer que não é possível uma tradução lexema a lexema, posto que nas EI esses perderam grande parte de seus significados literais ao compor a lexia complexa, mas, muito provavelmente, cada língua tem seu modo figurado para referirem-se a aspectos arquetípicos comuns em todas as sociedades.

Por fim, o sentido metafórico parece ser uma das características mais elencadas quando se trata de EI, ainda que essa figuracidade não seja notada ou mesmo percebida, seja porque se tornou corriqueira, seja porque se tornou opaca. Em vista da relevância dessa característica, a seção seguinte retomará e aprofundará o assunto.

Na tabela a seguir busca-se reunir as características arroladas de modo sinóptico:

Tabela 2 – Levantamento sinóptico de características das EI

característica	descrição
universalidade	EI existem em todas as línguas como um modo figurado de registrar e apreender fatos e coisas do mundo
polilexicalidade	EI possuem ao menos dois lexemas
não composicionalidade	o significado de uma EI não resulta da soma dos significados de suas partes
convencionalidade	por convenção, um arranjo lexical (EI) ganha um dado significado, que passa a ser usado, reproduzido e perpetuado daquela forma com aquele significado
institucionalidade	um dado arranjo lexical figurado (EI) deixa de ser utilizado pelo grupo de origem e passa a compor o vocabulário de uma comunidade linguística e o léxico de uma língua a partir do uso regular, reprodução e perpetuação por essa comunidade
inflexibilidade / fixidez /coesão interna/ unidade sintática	EI possuem estruturas relativamente estáveis, embora possam ocorrer variações em uso, desde que sejam mantidos traços semânticos e/ou morfológicos que remetam à EI originalmente consagrada
unidade léxico-semântica	embora sejam polilexicais, EI condensam uma ideia, atuam como uma unidade lexical de significado
figuração (figuratividade) / sentido figurado	EI têm sentido não literal e grande parte constrói-se por meio de figuras de linguagem como metáforas, metonímias, hipérboles que encapsulam um modo de ver o mundo de maneira alegórica, simbólica, figurada
opacidade/ desmotivação x transparência/motivação	os fatos que motivaram a associação de um arranjo lexical a uma situação/coisa do mundo podem ir se apagando gradualmente até que se apague completa ou quase completamente, fazendo com a ligação entre a EI e seu significado seja mais ou menos opaco ou transparente, mais ou menos desmotivado ou motivado em relação aos fatos/imagens/situações que deram origem
proverbialidade	EI têm caráter notório e são utilizadas para descrever, qualificar, quantificar situações recorrentes do cotidiano
uso corrente	as EI consagram-se como tal por meio de sua repetição pelos membros da comunidade linguística que acaba por institucionalizá-la, incorporando-as ao vocabulário e ao léxico
reproduzibilidade	EI são reproduzíveis, têm estruturas léxico-semânticas que podem ser aprendidas e repetidas
propagação e sustentabilidade	o uso consagra as EI, de modo que sua reprodução extrapola as comunidades de origem propagando-se para outros grupos, o que garante sua perenidade ao longo do tempo
informalidade / afetividade / efeito de oralidade	EI são geralmente associadas a registros mais informais ou coloquiais, ao discurso popular, à cultura oral e à linguagem falada, embora sejam comumente verificadas também em textos escritos quando se visa a efeitos de oralidade, dentre os quais afetividade, informalidade, proximidade
idiomaticidade	processo progressivo de aquisição de aspectos e características próprias de um idioma, de uma comunidade linguística e de sua cultura, não sendo absoluta, mas gradual

Fonte: elaboração própria

Nem todas as características descritas ocorrem concomitantemente em todas as EI, sendo a convencionalidade e a figuracidade talvez aquelas que sejam unânimes, associadas a outra ou outras, considerando que “as expressões são tão internamente heterogêneas que a generalização de uma característica (por exemplo, não composicionalidade ou congelamento sintático) para toda a classe de expressões pode ser altamente problemático” (CACCIARI, 1996, p. 34).

Por fim, destaca-se que o levantamento realizado não foi exaustivo, sendo que se buscou tão somente destacar aquelas que mais são registradas na literatura a fim de traçar um perfil um pouco mais específico já que sua definição escapa a esses limites.

5.2 Figuracidade em expressões idiomáticas: metáfora e metonímia

Conforme abordado na seção anterior, um dos aspectos que caracteriza as EI é a figuracidade (ou figuratividade). Isso significa que a criação de grande parte dessas unidades lexicais complexas dá-se por intermédio de figuras de linguagem usadas para capturar um ponto de vista sobre uma coisa no mundo, sendo fatores importantes na motivação e nas tonalidades emotivas, as quais também atuam como um mecanismo de mudança semântica (ULLMANN, 1964). De modo geral, contém figuras de palavra e de pensamento (metáforas, hipérboles, dentre outras) e figuras de construção (metonímias), sendo as metáforas o tipo mais produtivo, visto que são uma maneira de conceitualizar as experiências humanas da vida cotidiana (LAKOFF; JOHNSON, 2002). Para Xatara (1997, p. 148), “[...] o mundo das EI revela uma espessura simbólica, em que aflora o inconsciente, acionando transferências semânticas regulares, do concreto ao abstrato, do físico ao psíquico, exprimindo julgamentos sociais e compartilhando das mais diversas sensações e emoções”. A figuracidade revela um modo indireto e subjetivo de registro que ilustra a natureza figurativa, interpretativa, não convencional do pensamento cotidiano (CACCIARI, 1993; ILARI, 2001).

No que tange às metáforas, estas são um processo de comparação implícita, indireta e condensada que “[...] afirma uma identidade intuitiva e concreta” (ULLMANN, 1964, p. 241) cuja essência “[...] é compreender e experimentar um tipo de coisa em termos de outra” (LAKOFF; JOHNSON, 2002, p. 5). Segundo Ullmann (1964), as metáforas têm um fundo psicológico que se materializa na linguagem, cuja estrutura básica é simples, conformando-se em dois termos: (i) a coisa sobre a qual se fala (tema) e (ii) aquela com a qual se compara

(veículo), sendo que o traço ou traços em comum constituem o fundamento da metáfora. Para esse autor,

A metáfora está tão estreitamente entrelaçado com a mesma textura da fala humana que já a temos encontrado sob vários aspectos: como um fator capital da motivação, como um artifício expressivo, como uma fonte de sinonímia e de polissemia, como um escape para as emoções intensas, como um meio de preencher lacunas no vocabulário e em outras diversas funções. Bastará, então, dar aqui uma breve informação sobre o fundo psicológico da metáfora e descrever algumas das formas características que assume na linguagem. (ULLMANN, 1964, p. 240)

Uma forma de classificar as metáforas as divide em: (i) **conceitual** – a metáfora está inserida na dimensão do sistema de conceitos socialmente compartilhados, fazendo parte do discurso visto como organizador e estruturador da experiência do ponto de vista sociocognitivo – ou (ii) **situada** – também chamada de episódica, criativa e deliberada, sendo criada localmente no e para o discurso no qual se insere, por vezes, contrariando conceitos universalizados, embora possa ser compreendida pelo contexto ou mesmo sociocognitivamente encontrando de algum modo certa coerência discursivo-cultural (VEREZA, 2013). Ilari (2001, p. 109) explica:

Temos metáfora toda vez que, indo além da simples apresentação de propriedades comuns, pensamos uma realidade nos termos de uma outra. O exercício de pensar uma realidade em termos do que ela não é nos leva sempre a alguma descoberta, por isso mesmo, a metáfora é uma poderosa fonte de novos conhecimentos e novos comportamentos. Pensar uma realidade em termos de outras proporciona também um prazer estético.

Assim, EI que se valem de metáforas para sua construção, descrevem uma ação, um estado, uma situação por analogia: *matar um leão por dia, pegar o touro pelos chifres, chutar o balde, chutar o pau da barraca, ficar em cima do muro*. Gibbs (1994) considera que as EI são a melhor evidência da natureza metafórica do pensamento. Por estarem ligadas a sistemas conceituais metafóricos de pensamento que, por sua vez, estão ligados a conceitos metafóricos é que muitas vezes a tradução de EI de um idioma para outro torna-se impraticável, uma vez que os sistemas de metáforas, comumente, diferem-se. Assim, para referir-se a uma chuva torrencial, em português, a metáfora adotada é que os pingos são canivetes (*chover canivetes*), em inglês são gatos e cachorros – *rain cats and dogs* –, em francês cordas – *il pleut des cordes*. Cada uma dessas ocorrências é um equivalente idiomático que descreve a mesma situação concreta por meio de visões metafóricas diferentes. Por outro lado, também há expressões que coincidem na captura da imagem metafórica em diferentes idiomas: *dançar conforme a música* → *to dance to the music* → *bailar al son que tocan*.

Do ponto de vista da pragmática, a perspectiva que se adota é a da relação existente entre a linguagem e a realidade, mais especificamente entre a linguagem e a ação. Segundo Mendes (1998, p. 136), a semântica-pragmática orienta-se “[...] em função de se formular um conjunto de princípios lógicos que delimitam, de um ponto de vista enunciativo, certas condições que possibilitam a interpretação de determinados atos de fala como sendo metafóricos”. Nesse sentido, as metáforas constroem-se e constituem-se linguisticamente por meio das relações de significado e sentido das próprias palavras. Por outro lado, para a semântica-cognitiva, a metáfora “[...] é entendida como um mapeamento ou correspondência entre dois domínios conceituais, onde propriedades de um domínio, a fonte, são transferidas para outro domínio, o alvo” (IBARRETXE-ANTUÑANO, 2008, p. 15), sendo domínio fonte os elementos acionados na projeção *on-line* que correspondam aos aspectos positivos ou negativos desse domínio e que podem realçar, positiva ou negativamente as qualidades ou defeitos do domínio alvo. Cacciari (1993) lembra que uma visão mais tradicional que entendia que as EI de origem metafórica perderam essa propriedade com o tempo e passaram a ser expressões fixas estipuladas diretamente no léxico sem possível uso da semântica das palavras que os compõem, deu lugar a estudos que entendem:

[que] os falantes têm intuições confiáveis sobre a analisabilidade de expressões idiomáticas, e que essas intuições funcionam um papel importante na determinação de certos comportamentos sintáticos de expressões idiomáticas, sua facilidade de compreensão e até que ponto as expressões idiomáticas podem ser semanticamente produtivas. (CACCIARI, 1993, p. 32)

Todavia, nem todas as metáforas criativas cristalizam-se como EI. Disso decorre que grande parte das EI constituem-se por meio de metáforas que fixam sua vinculação ao um significado, mas nem todas as metáforas tornam-se EI. Segundo Cacciari (1993, p. 33), “na melhor das hipóteses, as expressões idiomáticas podem ser concebidas como metáforas congeladas ou mortas”. Segundo essa visão tradicional, a metáfora que motivou a EI não estaria mais acessível, não restando qualquer relação entre esta e a metáfora subjacente, uma vez que a ligação arbitrária com os seus significados figurados é demasiadamente convencional.

Tal noção, que estabelece que as EI são metáforas mortas com significados que não podem ser decompostos e cujos significados figurados são arbitrariamente estipulados, é contestada por meio do ponto de vista da psicolinguística. Gibbs (1993, p. 57) advoga que “muitas expressões idiomáticas estão metaforicamente muito vivas e [...] os falantes dão sentido às expressões por causa do conhecimento metafórico que motiva os significados figurativos dessas frases”. Para esse autor, EI são na verdade metáforas que se distanciaram de sua motivação, mas cujo rastreo

em busca da origem é possível fazer, embora não seja fácil. Assim, a “má interpretação sobre o desenvolvimento do significado idiomático ilustra quão difícil é para os falantes que usam a linguagem em circunstâncias normais” (GIBBS, 1993, p. 59). Nem sempre os falantes têm intuições automáticas sobre a metaforicidade em processos diacrônicos, mas o fato de o pensamento humano ser essencialmente metafórico permite que se compreendam os significados de EI. Entretanto, isso não faz com que a metáfora desapareça, mas apenas que torne mais opaca em relação àquelas que podem ser acessadas mais facilmente (transparentes).

Cacciari (1993, p. 36) considera que a motivação metafórica de expressões idiomáticas está enraizada no nível das estruturas conceituais e “não em uma correlação entre os significados das palavras: a motivação está, portanto, no nível conceitual, não no lexical”. Entretanto, entende-se que se trata de uma complexa combinação dos vários níveis, afinal, mesmo o nível lexical não pode ser desvinculado do conceitual, do semântico e assim por diante. Desse modo, mesmo que uma EI tenha origem metafórica, essa metáfora construiu-se na língua por meio do léxico, cujos elementos têm significados arbitrários e que no arranjo idiomático ganham outros significados que se nutrem da metaforicidade para significar. Não é uma coisa ou outra, são todas cuja parcela em evidência ora é de um nível, ora é de outro, mas possivelmente nunca de apenas um. EI são um fenômeno léxico-semântico e também conceitual.

Nesse sentido, Xatara (1997, p. 148) pontua que “[...] o mundo das EI revela uma espessura simbólica, em que aflora o inconsciente, acionando transferências semânticas regulares, do concreto ao abstrato, do físico ao psíquico, exprimindo julgamentos sociais e compartilhando das mais diversas sensações e emoções”. Entende-se que as metáforas emergem justamente desse ir e vir entre o físico e o psíquico de seres invariavelmente inseridos em um meio social e cultural que permeia inerentemente suas ações e pensamentos. Metáforas seriam, assim, a ligação entre aspectos socioculturais e cognitivos.

Por conseguinte, as EI que se alicerçam em metáforas que carregam em si esses aspectos, além de sua vinculação ao conceito metafórico que as motivaram. Além disso, também podem ser dispostas em um *continuum* cujos extremos contêm EI com metáforas mais (i) opacas (desmotivadas) de um lado – *mover céus e terras* – aquelas cuja decodificação e interpretação da imagem são de difícil acesso sem o conhecimento das origens históricas da expressão; e mais (ii) transparentes (motivadas) de outro – *patinar/andar em gelo fino* – aquelas que, embora institucionalizadas, a imagem ou veículo da metáfora é passível de decodificação por meio do conhecimento do mundo real. Os falantes enxergam a realidade cada um a seu modo e sendo a

linguagem o meio de expressão dessa realidade, “[...] reinauguram a linguagem com novas metáforas, sendo a metáfora própria da condição da linguagem e não um lugar a ser construído por um sujeito a partir das suas escolhas conscientes” (ABRAHÃO, 2018, p. 49).

Segundo Hobbs (1979²⁴ apud CACCIARI, 1993), o percurso de vida de uma metáfora até uma EI começa com uma metáfora criativa em que um termo pertencente a um domínio conceitual é estendido a outro domínio e caminhos inferenciais permitem que ele seja interpretado. Ao longo do tempo, a metáfora ganha familiaridade e o caminho interpretativo começa a ser estabelecido. Em uso, a metáfora desgasta-se e o caminho interpretativo deixa de ser necessário, sendo que a metáfora suscita um significado direto. Por fim, o rastreio de origem da metáfora torna-se difícil de estabelecer, sendo considerada “morta” pela visão tradicional. Desse modo, a EI passa a ser concebida como uma forma de denotar o objeto, ação, evento que antes era conotado apenas metaforicamente.

Outro mecanismo produtor de EI é a metonímia, figura de linguagem que “[...] aproveita a associação entre duas representações contíguas, uma contiguidade conceitual (vela por navio, mortal por homem) na qual se retêm os caracteres (o campo sêmico) e, dos dois termos, se substitui um pelo outro mediante a relevância de um dos semas” (GIMATE-WELSH, 1993, p. 224). A metonímia, assim como a metáfora, é de natureza conceitual e um tipo de mudança de sentido que ocorre pela transferência de sentido (GUIRAUD, 1976; LAKOFF; JOHNSON, 2002). É possível dizer que, em certa medida, toda metáfora contém traços de metonímia e toda metonímia contém traços de metáfora, uma vez a primeira constrói-se pela apreensão de parte daquilo com o que se estabelece a comparação e a segunda, por sua vez, pela comparação com a parte que apreende. Enquanto a metáfora vale-se da similaridade de significados, a metonímia envolve a contiguidade de significados, destacando um traço distintivo daquilo a que se refere.

A metonímia ocorre quando “estamos usando uma entidade para nos referirmos a outra que é relacionada a ela” (LAKOFF; JOHNSON, 2002, p. 92), mais especificamente, quando se captura apenas um recorte do todo – a parte pelo todo, o autor pela obra, o lugar pela instituição, a instituição pelo seu responsável, o objeto pelo usuário –, tendo em vista a relação semântica extrínseca existente entre ambos, como referência, como forma de destacar a parte mencionada em relação ao todo, com a função estilística ou argumentativa de promover o entendimento. Ullmann (1964) assere que a metonímia é, intrinsecamente, “menos interessante” do que a

²⁴ Hobbs, J. *Metaphor, metaphor schemata and selective inferencing*. Technical Note n. 204 SRI International, Menlo Park, CA, 1979.

metáfora, uma vez que não descobre novas relações entre palavras, mas tão somente traz à tona palavras já relacionadas entre si. Ademais, a parte destacada pela metonímia não é arbitrária, mas é escolhida com intuito de determinar qual aspecto do todo se quer focar. Essa parte traz consigo a função tipicamente desempenhada, bem como os atributos a ela conectados. Assim, em *dar uma mãozinha*, *mãozinha* traz a ideia do membro do corpo que executa tarefas, ainda que essas independam de mãos, como em: “Por fim, meu desejo de ajudar as pessoas me *deu uma mãozinha* para *empreender*” (FRANCO, s/d). Segundo Lakoff e Johnson (2002, p. 93)

[a metonímia] tem principalmente uma função referencial, isto é, permite-nos usar uma entidade para representar outra. Mas metonímia não é meramente um recurso referencial. Ela também tem a função de propiciar o entendimento. [...] A parte selecionada determina que aspectos do todo estamos enfatizando.

Diferentemente da metáfora, que faz o mapeamento entre dois domínios – origem e alvo, a metonímia faz o mapeamento baseado em um único domínio, cujos conceitos são estruturados a partir dos esquemas de imagens e da categorização. Entretanto, ambas estão intrinsecamente vinculadas à cultura da qual emerge. Disso decorre que sua interpretação demanda conhecimento acerca das maneiras como essa cultura recorta os conceitos subjacentes às metáforas e metonímias.

Há um tipo especial de metonímia denominado sinédoque que, de modo geral, consiste no empréstimo a uma palavra de significado particular um significado geral e vice-versa, de modo que se toma mais por menos ou menos por mais. Segundo Du Marsais (1988),

em sinédoque fazemos a mente conceber mais ou menos do que a palavra que usamos significa no sentido adequado. [...] A sinédoque é, portanto, uma espécie de metonímia, pela qual damos um significado particular a uma palavra, que no sentido próprio tem um significado mais geral; ou, pelo contrário, damos um significado geral a uma palavra que, no sentido próprio, tem apenas um significado particular.

Um bom exemplo de sinédoque em EI seria *o homem faz e Deus desfaz*, sendo *homem* sinédoque de humanidade ou ações humanas. Note-se que também seria possível entender o conjunto *homem* → *humanidade* como sendo uma metonímia do tipo parte pelo todo/conjunto/espécie, por isso a sinédoque é considerada muitas vezes como uma variação daquela. Alguns tipos de metonímia são: causa pelo efeito; marca pelo produto; autor pela obra; conteúdos pelo conteúdo; possuidor pelo possuído; matéria pelo objeto; abstrato pelo concreto; instituição pelo que representa; inventor pelo invento, dentre outros.

Não apenas a metáforas e a metonímia, mas vários outros tipos de linguagem não literal – hipérbole, ironia, sarcasmo etc. – estruturam os sistemas conceituais que podem ser acionados

para elaboração de EI, a partir das quais se vale para compreender o mundo. Segundo Biderman (2001a, p. 198), “são sobretudo os usos metafóricos e metonímicos que contribuem grandemente para essa oscilação e imprecisão de qualquer microssistema léxico. E eis que tudo é metáfora nos usos linguísticos, exceção feita das linguagens técnica e científica”. Não à toa, a metáfora é justamente o mecanismo mais acionado para produção de EI, não de forma exatamente consciente, mas, sendo a metáfora tão natural à comunicação humana, seu acesso é acionado para dar sentido ao que se vê, fala, ouve, sente, percebe, afinal, “o Léxico engloba todo o universo de significação, o que inclui toda a nomenclatura e interpretação da Realidade” (BIDERMAN, 2001a, p. 198). Nesse sentido, a figuracidade ou figuratividade é um aspecto típico do pensamento humano, sendo uma das maneiras utilizadas para processamento e compreensão das ideias. Por conseguinte, aquelas associações e criações figurativas que se consagram em arranjos estáveis acabam por tornarem-se EI, cujos aspectos metafóricos e metonímicos, dentre outros, podem se manter facilmente acessíveis ou tornarem-se opacos. No limite, é possível afirmar que a figuracidade agrega o componente cognitivo ao linguístico, por extensão, as EI de cunho metafórico e metonímico são, além de unidades linguísticas, também cognitivas, tendo em vista que acessam um sistema conceitual de valores e conhecimentos social e historicamente compartilhados.

5.3 Funcionalidade e efeitos de uso das expressões idiomáticas

As EI poderiam ser classificadas como um tipo de denominação expressiva, tendo em vista que, segundo Guiraud (1976, p. 67), “[...] designa[m] em relação com aquele que fala e expressa o valor afetivo, desiderativo, estético, moral, que o locutor lhe atribui. Não se trata apenas de identificar o objeto, mas de expressar ao mesmo tempo os valores extranocionais que matizam seu sentido”, ao passo que se opõem à denominação cognitiva, que descreve as coisas atualizando suas características objetivas como forma, função, relações etc., as quais definem seu ser (GUIRAUD, 1976). As EI não apenas nomeiam um elemento do mundo, mas o fazem carregadas de intenções, de informações subjetivas que subjazem à superfície lexical, não apenas porque utilizam o sentido figurado das unidades lexicais, mas também porque isso ocorre por meio de um arranjo que revela um modo particular de ver o elemento nomeado.

O emprego de uma EI traz consigo uma carga de complexidade que não pode ser entendida simplesmente como um sinônimo de seus equivalentes. Para Biderman (2001a, p. 179), “ao

atribuírem conotações particulares aos lexemas, nos usos do discurso, os indivíduos podem agir sobre a estrutura do Léxico, alterando as áreas de significação das palavras. É por isso que se pode afirmar que o indivíduo gera a Semântica da sua língua”. Note-se que o uso e as necessidades discursivas operam diretamente nos processos de alteração do Léxico e das mudanças semânticas. Desse modo, as EI, com seus arranjos inovadores, já ressignificam unidades lexicais ao atribuir novos significados (figurados) a esses conjuntos, mas também podem ganhar novos sentidos quando atualizadas no discurso. Para Cacciari (1993, p. 37):

Embora EI possuam significados estabelecidos que são fáceis de conceber em termos de conceitos semânticos armazenados, exploram simultaneamente os sentidos das palavras, a estrutura subjacente ao seu agrupamento em um idioma e, possivelmente, também modelos conceituais

Um dos efeitos de uso, portanto, diz respeito às informações que ultrapassam o significado. As escolhas lexicais concretizam a relação emotivo-valorativa que, de modo geral, atendem à “[...] necessidade de expressividade do locutor ante o objeto de seu enunciado” (BAKHTIN, 1997, p. 308). Tais escolhas evidenciam ou ajudam a evidenciar a dimensão avaliativa do discurso, deixando explícita ou implicitamente um posicionamento social valorativo diante dos fatos da vida e do mundo. Todo discurso revela a visão de mundo daquele que o produz, ainda que simule ou dissimule essa visão.

Dentre suas funcionalidades, as EI nomeiam de forma expressiva ou de modo a reforçar a expressividade: qualificam, desqualificam, hiperbolizam, eufemizam. No entanto, o fazem de maneira codificada e sistematizada por meio de conotados (ou classe de conotados), os quais representam esquemas mentais de objetos ou de estados de coisas, especialmente o chamado léxico mental – emoções, atitudes, interpretações subjetivas, comportamentos frequentemente com pendor negativo.

As fraseologias, de um modo geral, dentre as quais as EI, nomeiam de modo secundário, uma vez que, a princípio, já há um modo primário – e denotativo – de nomear aquilo que essas estruturas complexas complementam o quadro denominativo, embora sejam revestidas por novas propriedades e apontem para a esfera da expressividade, da descontração, da proximidade, da oralidade (VILELA, 2002). Ilari (2001, p. 41) explica que o “uso de determinadas palavras e expressões, além de descrever as realidades de que se fala, cria uma representação do falante, do ouvinte e da interação verbal, que pode ser mais ou menos adequada ao momento”. Desse modo, além de sua função expressiva no texto, também revela o modo como o locutor enxerga o mundo ou como quer que o interlocutor interprete o mundo.

Conforme assevera Bréal (1992, p. 88), “seria difícil enumerar todas as causas que podem assegurar a uma certa palavra a vantagem sobre seus sinônimos”. Dentre essas causas, destaca-se que os efeitos produzidos por EI estaria como uma das principais. Isso quer dizer que, ao optar-se por uma EI em lugar de outro modo de dizer mais ou menos a mesma coisa, faz-se também uso de sua função subjetiva de dizer. As EI informam de modo indireto e dependem de conhecimento prévio de seu significado ou de sua interpretação, mas também conferem ao discurso um caráter natural e informal (NUNBERG; SAG; WASOW, 1994).

Embora sejam um elemento típico da oralidade, as EI são amplamente utilizadas em textos escritos quando se visa aos efeitos de oralidade. Assim, podem aparecer de algumas formas no texto, o que também produz efeitos no discurso. Quando a EI figura destacada por meio de recursos gráficos como negrito, itálico ou entre aspas, nota-se uma intenção em avisar ao leitor que há ali um elemento para prestar atenção. Bechara (2009, p. 613) menciona que, dentre outros usos, “as aspas também são empregadas para dar a certa expressão sentido particular (na linguagem falada é em geral proferida com entoação especial) para ressaltar uma expressão dentro do contexto ou para apontar uma palavra como estrangeirismo ou gíria”. Na escrita, o autor também menciona o emprego de sublinhado ou de tipo diferente para essa função. Além de marcar o destaque, haveria uma função discursiva, além da gráfica. Aquilo que na linguagem falada pode ser marcado e percebido como uma mudança de entonação, no enunciado escrito, ao deparar-se com um grupo destacado – seja por aspas, negrito, itálico ou sublinhado –, ocorre uma quebra no fluxo de leitura que detém o olhar por milissegundos para processamento daquilo que, de algum modo, escapa à regularidade gráfica do texto (RAYNER, 1998). Cunha e Cintra (2008, p. 677) ensinam que as aspas são utilizadas:

para fazer sobressair termos ou expressões, geralmente não peculiares à linguagem normal de quem escreve (estrangeirismos, arcaísmos, neologismos, vulgarismo etc.); para acentuar o valor significativo de uma palavra ou expressão; para realçar ironicamente uma palavra ou uma expressão [...].

Note-se que as mencionadas “expressões” não se tratam especificamente das idiomáticas, portanto, nesse sentido, pode-se entender que o destaque por meio de aspas ocorreria para chamar atenção à estrutura que deve receber atenção diferenciada do leitor. Por outro lado, as aspas podem também marcar a não autoralidade daquilo que se registra. A esse respeito, Kock (2012, p. 65) menciona que “o uso de aspas é frequentemente um modo de manter distância do que se diz, colocando ‘na boca’ de outros”. Isso pode ocorrer pela referência a discurso de outrem, de modo explicitamente indicado – autoria – ou sem indicação de autoria. Como função

discursiva, as aspas transferem a responsabilidade por aquilo que foi dito, mesmo que de modo não explicitamente expresso, para outro, que não o locutor. Importante ressaltar que esse “outro” não especificado, seria uma alusão àquilo que é popular e amplamente conhecido, algo como “não sou (só) eu quem diz, mas todos sabem disso”. Assim, mesmo quando não há alguma marca que destaque a EI graficamente do restante do texto, seu uso faz com que o autor ponha “o leitor na posição de um membro da comunidade que partilha de um mesmo *Thesaurus*” (MAINGUENEAU, 2011, p. 45), ficando subentendido que o significado daquela EI – ou qualquer fraseologia popular –, cujo uso estabelece uma ruptura da construção lógica no texto, seja de conhecimento do leitor, uma vez que é parte daqueles que detêm o saber popular.

No tocante aos efeitos que a adoção de EI provocam no discurso, pode-se dizer, primeiramente, que, por se tratar de elemento típico da linguagem falada, seu emprego em textos escritos produz efeitos da oralidade. Em Alves (2020a, p. 327), registra-se:

Embora sejam amplamente utilizadas nas diversas situações comunicacionais do dia a dia, as EI nascem da necessidade de dar expressividade à linguagem falada. Por isso, associam-se a essa modalidade da língua, podendo ser encontradas com mais frequências naquelas situações comunicacionais de concepção mais ao polo da oralidade (imediatez) discursiva, em ambos os meios de produção – fônico ou gráfico. Disso decorre que a aplicação dessas estruturas, evidentemente associada a outros recursos, empresta, aos mais diversos textos, efeitos de oralidade.

Esses efeitos vão além da informalidade e da afetividade e podem ser de: “[...] aproximação, envolvimento, intimidade, descontração, reciprocidade, subjetividade, dentre outros” (ALVES, 2020a, p. 312). Os aspectos da oralidade podem ter valoração positiva – sinceridade, franqueza, cumplicidade, atualidade, novidade, “tudo pode ser dito, que não compromete” – ou negativa – excesso de envolvimento, incompletude, falta de elaboração, efemeridade que não se conserva (URBANO, 2006). Evidentemente, uma avaliação acerca da valoração deve ocorrer considerando-se o discurso como um todo e não apenas uma parte das escolhas lexicais. Entretanto, ao trazer, por exemplo, para um enunciado escrito mais formal, uma EI como *chutar o pau da barraca*, fica clara uma ruptura e alguns efeitos obtidos são “[...] a descontração da fala, em oposição à formalidade da escrita, e a cumplicidade” (URBANO, 2006, p. 61).

Diferentemente dos provérbios, constituídos de prótase e apótase (ou apódose)²⁵, que concentram em si argumentos relativamente prontos, verdades gerais formuladas e certificadas

²⁵ Os termos prótase e apótase são comumente associados à estrutura dos provérbios e, na correlação, supõem-se mutuamente: “(i) Deus ajuda, (ii) quem cedo madruga”, onde (i) é a prótase e (ii) a apódose. Prótese é a parte de

pela “Sabedoria Popular”, as EI atuam como direcionadores argumentativos, operam como parte do argumento: um modalizador, uma das peças na construção argumentativa, mas não, necessariamente, como o argumento propriamente dito. Por serem estruturas reproduzidas ao longo do tempo, as EI também são parte da “Sabedoria Popular” e, por isso, emprestam esse tom ao argumento e ao discurso como um todo.

Acerca da ruptura na lógica da construção textual, produzida pelo uso de EI, pode-se asserir que ocorre um aparente deslocamento das relações entre os termos, o que chama a atenção daquele que ouve ou lê esse texto. Coelho (2006, p. 75) assevera que “[...] para existência da significação, condição de exigência necessária para existência das línguas naturais, os elementos linguísticos (signos) necessitam também entrar em relações típicas e apropriadas aos efeitos que se buscam”. As EI parecem, a princípio, transgredir essa relação típica tanto em sua própria estrutura, quanto na estrutura textual global. Para Johnson-Laird (1993, p. 7), “[EI] são um aspecto do discurso que frustra qualquer relato lógico simples sobre como o significado de enunciados depende do significado de suas partes e da relação sintática entre estas partes”. EI, por si, são estruturas tipificadas pelo uso e, portanto, renova-se, por meio da recorrência de uso, seu significado e, por conseguinte, sua relação de sentido com o todo textual. Note-se que o emprego desse tipo de lexema provoca o acionamento de relações alternativas àsquelas regulares, o que, por sua vez, direciona o foco de atenção do leitor ou ouvinte para aquele ponto.

Ao adotar uma EI com função de referente, passa-se não apenas a selecionar um elemento do mundo e/ou do discurso, mas também incluir o ponto de vista do locutor sobre esse elemento. É importante observar que o processo de referenciação não é apenas discursivo, mas também social porque os objetos do discurso recriam os objetos de mundo ao mesmo tempo em que os objetos de mundo influenciam a criação dos objetos de discurso. As estratégias de referenciação contribuem, também, para a construção de efeitos de sentido do texto. Nessa perspectiva, Alves Filho (2010) observa que as noções de sentido e referência são interdependentes, uma vez que as palavras carregam em si também as possibilidades de referências que pode realizar habitualmente ao longo do tempo, de modo que essa “[...] recorrência estabilizadora que permite fazer com que o sentido possa ser previsto, suposto e demonstrado, independentemente de uma enunciação particular” (ALVES FILHO, 2010, p. 211).

um período cujo sentido carrega uma consequência ou conclusão natural, que, a seu turno, seria a apótese ou apódose (JOTA, 1976, p. 275).

Quando uma EI é utilizada como referência a um objeto do discurso, está-se valendo de seu significado figurado consagrado, juntamente com o sentido que essa construção confere ao discurso. Note-se a diferença de efeito nas seguintes sequências: (i) “O *prefeito* disse em seu discurso que melhoraria a merenda das escolas. *Ele* chegou a se emocionar ao falar da importância da boa alimentação para o aprendizado” e (ii) O *prefeito* disse em seu discurso que melhoraria a merenda das escolas. O *cara de pau* chegou a se emocionar ao falar da importância da boa alimentação para o aprendizado”. Em (i) a referenciação do segundo período utiliza o dêitico *ele* para recuperar *prefeito*, não ficando evidente o posicionamento valorativo em relação a esse sujeito. Já em (ii), ao utilizar a EI *cara de pau* para recuperar *prefeito*, fica evidente a valoração negativa dessa referenciação, ainda que não haja outros desdobramentos textuais que ratifiquem esse posicionamento. Nesse caso, a EI exerce dupla função: a referenciação e o acréscimo de uma nova informação, já que há uma complementação da designação de um objeto do discurso. Essa progressão referencial arquiteta ao discurso e conduz, intencionalmente, o interlocutor a uma interpretação.

Outra funcionalidade das EI que merece destaque é sua ampla utilização em manchetes, títulos e aforizações, de modo geral, em textos majoritariamente comunicativos tendo em vista o efeito expressivo que produzem. De acordo com Dias (1996, p. 106): “A manchete contém a macroinformação, cuja função é despertar o interesse do leitor para certos pontos que, espera-se, sejam desenvolvidos no corpo da notícia”.

Quando uma EI aparece no título de um texto ou como manchete de uma notícia, visa-se a chamar a atenção do interlocutor, uma vez que o caráter muitas vezes inusitado dessas construções oferece um dado a mais àquilo que segue. Por vezes, é a EI que aparece destacada como aforização do corpo do texto. Além disso, considerando que algumas construções têm estruturas idênticas a EI tendo, além do sentido idiomático, também um sentido literal, a ambiguidade produzida pelo uso dessas estruturas é uma funcionalidade muito utilizada, por exemplo, em propagandas como ferramenta de persuasão (ALVES, 2020a). Nesses casos de polissemia, apenas o contexto é capaz de fornecer os elementos necessários à distinção: “a ventania desta noite *quebrou o galho* da árvore que ficava na minha janela” x “um dos pneus furou e o estepe estava meio murcho, mas *quebrou o galho* até chegar à borracharia”. Ademais, conforme lembra Vilela (2002, p. 185), o jogo paralelo entre significados literal e figurado de expressões homônimas e homófonas “[...] permite um dimensionamento discursivo intensamente vivo e cheio de apelos ao subentendido, ao aparentemente ocultado, mas sem o rabo de fora” o que, para o autor, faz com a língua adquira “[...] uma força criadora e instaladora

que não seria possível na simples combinatória dentro da técnica livre do discurso”. Essa propriedade pode ser explorada, por exemplo, para produzir certos efeitos no discurso:

Hoje no blog vamos falar dos incríveis revestimentos de pedras naturais que são uma paixão dos designers e arquitetos do mundo todo.

[...]

Existe uma variedade imensa de pedras naturais. Os cortes das peças podem ser retos ou curvos, formando vários desenhos. Em alguns casos, as peças são cortadas e depois quebradas, para formar os relevos e encaixes dos mosaicos de pedras, como podemos ver nos belíssimos MPDP 3003 e MPDP 3013 Porto Design.

Lindos, não é mesmo? Se você também é um *Louco De Pedra* vai adorar conhecer a linha completa de pedras naturais Porto Design clicando aqui. (PORTO DESIGN, 2013)

O excerto trata de revestimentos de pedras naturais, de como o material pode ser utilizado na decoração de maneira versátil e termina convidando a audiência a conhecer os produtos, mas para isso, vale-se do efeito ambíguo produzido pelo uso de *louco de pedra* que alude tanto à popular EI que significa “que perdeu totalmente a razão, o juízo; muitíssimo doido” (MELLO, 2009, p. 192 e 300) quanto ao sentido que remeteria a alguém que é um aficionado por pedras.

Embora o sentido pretendido não seja o da EI, utiliza-se sua forma com intuito de chamar atenção e provocar certo humor, pois, se o intuito fosse se referir objetivamente àqueles que são muito fãs desse tipo de revestimento, a regência nominal deveria ter sido respeitada: louco *por* pedras, sendo mantido apenas o sentido de *louco* que remete àquilo “que não é razoável, que contraria a razão, sendo, por isso, surpreendente, ou absurdo, ou arriscado; insensato; que se comporta de maneira extravagante, exagerada” (AULETE, 2021, s/p). Neste caso, a aparente incorreção sintática foi empregada de maneira intencional, visando à ambiguidade também intencional. A esse respeito, cabe o que pensa Cacciari (1993) a respeito da necessidade de ultrapassar o nível unidimensional das EI, como aquele representado pela dicotomia sentido literal *versus* sentido figurado, uma vez que “a dimensão literal-metafórica é apenas uma entre muitas, e também bastante controversa” (CACCIARI, 1993, p. 31).

É possível asserir que o uso de EI decorre de uma intenção e sempre produzirá efeitos mais ou menos perceptíveis no discurso, em favor das intenções daquele que o elabora.

5.4 Variação: a (relativa) fixidez das expressões idiomáticas

A fixidez (cristalização ou congelamento) da estrutura formal é um dos aspectos recorrentemente abordado como característica das EI (GROSS, 1988; MARTÍNEZ, 1999; ILARI, 2001; DUARTE, 2006; VILELA, 2002; ALVAREZ, 2018). Contudo, com base em observação e análise de EI em uso, defende-se que essa fixidez é relativa e vai além das adequações meramente número-pessoais e/ou modo-temporais. Ademais, conforme advoga Corpas Pastor (1996, p. 18), “[a fixidez] [...] apresenta-se em diversos graus nos diferentes tipos [de fraseologias], já que somente em alguns casos excepcionais essas expressões são totalmente fixas”. Já Vilela (2002) destaca que a “invariabilidade total das fraseologias tem sido posta em causa: trata-se de uma invariabilidade relativa, como se prova por uma certa variabilidade visível sobretudo no discurso”. Anscombre (2011), a seu turno, pondera que o fato de uma construção estar limitada a certas alterações, não implica necessariamente que sejam fixas, mas sim restritas, de modo que a fixidez de uma EI não deveria ser assumida como ponto estático porque podem mudar com o tempo, sem qualquer padrão preditivo ou mesmo de permanência.

Há, certamente, algo que perpetua uma EI, disso decorre a ideia de fixidez, estabilidade, cristalização, congelamento. No entanto, assim como Xatara e Santos (2014, p. 414), defende-se que as EI são “abundantemente empregadas com variações”. Desse modo, a fixidez está muito mais ligada a um aspecto conceitual essencial do que necessariamente à forma. Por conseguinte, a estrutura formal encontrar-se-ia disposta em *continuum* cujos polos compreendem máxima ligação com a forma “original” e mínima ligação com a forma “original”, no limite de manter acessível o elo. Já o significado e, por extensão, o sentido teriam maior ou menor relação com o significado “original”, mas também estaria sujeito ao contexto no qual a forma estaria inserida.

Pesa a favor desse entendimento primeiramente o fato de os próprios dicionários regulares e especializados registrarem possíveis variações, como ocorre, por exemplo, em Urbano (2018, p. 184): “Botar/Colocar/Pôr (mais) fogo/lenha na fogueira: alimentar uma animosidade, atizar uma discussão. O Banco Central está jogando mais lenha na fogueira. Além do possível uso dos verbos que encabeçam o verbete, aparecem também os verbos atear, deitar, jogar, lançar.” e em Aulete (2019) “Carregar água em cesto/peneira - Empenhar-se em algo que não tem possibilidade de ter êxito, esforçar-se inutilmente”. No primeiro exemplo, além de verbos equivalentes “botar/colocar/pôr”, há também o registro das opções “fogo” e “lenha” que não

são sinônimos, mas pertencem ao mesmo campo lexical, considerando os lexemas em sentido literal. Além disso, há uma versão que considera o advérbio “mais”. Sejam quais forem as opções, as formas resultantes mantêm o significado essencial, com maior ou menor intensidade. Já no segundo exemplo, “cesto” e “peneira”, embora não sejam sinônimos, podem pertencer ao mesmo campo lexical de objetos permeáveis, o que conserva a metáfora e, portanto, o significado da EI seja qual for a opção. Isso quer dizer que, para chegarem a ser registradas em dicionários, essas formas variantes co-existem, provando que os falantes, ao selecionarem EI para uso, podem realizar adaptações, em concordância com as intenções.

Assim, mesmo que, hipoteticamente, a EI tenha se originado como *pôr as barbas de molho*, em uso, para alguns *pôr*, *colocar* e *botar*, equivalem-se, sendo que um determinado falante ou grupo de falantes usa mais habitualmente *botar*, assim, ao acionar aquela EI, é natural a adoção de *botar* em lugar de *pôr*: *botar as barbas de molho*. A partir da recorrência de uso, a variante ou as variantes tornam-se elegíveis aos critérios de dicionarização. Contudo, o dicionário apenas chancela e registra uma variante, mas não a cria. Há variantes que nascem e morrem para uma única ocasião, sem que chegue a ser recorrentemente utilizada. Para ilustrar, observe-se o excerto a seguir:

Um quarto dos ativos bancários das maiores economias latino-americanas, em média, está nas mãos de bancos da zona do euro, e muitos desses bancos não estão concedendo empréstimos ou renovando as linhas de crédito existentes, na tentativa de reforçar seus balanços.” Ora, se os ativos podres que assustam estão na Europa, e não na América Latina, os bancos de lá tendem a reforçar as operações por aqui, onde as perspectivas são muito melhores. E o financiamento dessas filiais, como ele mesmo admite no artigo, é em sua maior parte feito com dinheiro local, ou seja, não irá desaparecer se a crise de crédito na Europa se agravar. Para que, então, ser alarmista e *jogar lenha verde na fogueira* das expectativas pessimistas? Se o objetivo era levantar fumaça, Eyzaguirre conseguiu. (DINHEIRO DA REDAÇÃO, 2016, *grifo nosso*)

A variante *jogar lenha verde na fogueira* não possui registro em dicionários, entretanto, considerando o sentido de *botar/colocar/pôr (mais) lenha na fogueira* como “alimentar uma animosidade, atizar uma discussão” (URBANO, 2018, p. 184) e senso comum/conhecimento de mundo de que lenha verde não alimenta o fogo, mas apenas produz fumaça, pode-se concluir que o sentido dessa variante, considerando o contexto, seria “frustrar expectativas, criar boatos”. Além disso, o verbo *jogar* empresta o sentido de colocar de qualquer jeito, sem cuidado, reforçando a ideia de que as notícias alarmistas, os boatos foram feitos de modo descuidado. Note-se que essa variante apresenta variação de forma – ao acrescentar unidade lexical não prevista (embora pertença ao mesmo campo lexical do lexema tomado em sentido

literal “lenha”) e alterar o verbo – e de conteúdo, tendo em vista que passa a ter um sentido diferente em relação à versão comumente registrada nos dicionários, em virtude das alterações da forma e do contexto. Ainda assim, é possível perceber que há uma ligação de forma, além de manter um sentido metafórico que se vincula em algum nível com a EI dicionarizada.

Disso, pode-se depreender que, embora muitos estudos classifiquem as EI, de modo abrangente, como estruturas que foram fixadas, congeladas e cristalizadas de uma determinada forma a qual não pode ser alterada, ao observá-las em uso, é preciso rever qualquer conceito estanque que limite as potencialidades de ajustes, adequações, reformulações em favor do contexto, das intenções, da expressividade e da criatividade, esta sendo, segundo Azeredo (2000, p. 49) “[...]o fundamento da contribuição circunstancial, ordinariamente particularizadora e frequentemente expressiva, que os falantes adicionam ao significado das formas criadas pelos mecanismos regulares que constituem a produtividade”. Por outro lado, ainda que estejam sujeitas a esses fatores de alteração, as EI variantes conservam algum tipo de ligação, de modo que não seja uma estrutura absolutamente inédita, do contrário, não poderia ser compreendida.

Segundo Urbano (2018, p. 29), “variáveis são configurações mais ou menos diferentes entre si ou aditadas com equivalência, total ou quase total, do sentido não literal, que representam alternativas opcionais na expressão das falas, dentro do mesmo contexto de uso ou em contextos próximos”. Tais ideias dão conta dos dois primeiros exemplos acima mencionados. Entretanto, não explica a ocorrência registrada no terceiro exemplo. Variantes como *jogar lenha verde na fogueira* talvez não tenham tido ocorrência suficiente para figurar em um dicionário e podem mesmo não ter outro registro além do texto do qual se extrai o excerto. Todavia, é patente seu sentido figurado, idiomático, além de derivar, quanto à forma, de outra EI. Assim, para além das possibilidades registradas nos dicionários, há ao menos outro tipo de variante existente, os quais extrapolam as possibilidades comumente registradas pela literatura concernente.

Diante das formas inesperadas ou mesmo imprevisíveis de variações de EI, do ponto de vista daquelas mais costumazes, percebe-se haver um princípio norteador comum às ocorrências verificadas: EI consagradas em sua forma e conteúdo, podem motivar a reestruturação de forma e/ou conteúdo, tendo em vista que a EI base está arraigada ao léxico da língua a ponto de ser acessada no estágio de construção do sentido. A figura a seguir esquematiza essas noções:

Figura 8 – Fluxo de construção de forma e sentido de EI variante

Fonte: elaboração própria

De acordo com o fluxo proposto, a forma da EI variante baseia-se na forma da EI referência consagrada. Já o sentido da variante constrói-se por meio de informações e traços fornecidos (i) pela EI referência, (ii) pelo sentido literal (e/ou figurado) de partes inseridas e/ou alteradas e (iii) pelo contexto no qual se insere.

Com base nessas ideias, propõe-se, para esta tese, uma classificação que leva em consideração a fixidez e a desafixação e agrupa as EI em três tipos: (i) EI referência; (ii) EI variante frequente; e (iii) EI variante ocasional. Tal classificação não pretende esgotar todas as possibilidades de ocorrência, principalmente no tocante às variantes, mas tão somente organiza e distingue algumas ocorrências verificadas. Ao mesmo tempo, contribui para uma possível mudança de paradigma sobre EI, a partir da revisão e relativização dos conceitos de fixação, congelamento, cristalização. A seção a seguir dedica-se a explicação dessa proposta de tipologia.

5.4.1 Tipos de expressões idiomáticas quanto à relativa fixidez da forma

A tipologia proposta agrupa as EI em ao menos três grupos, sendo possível a constituição de subgrupos, os quais não serão tratados nesta pesquisa, atendo-se, assim, aos principais: (i) EI referência, (ii) EI variante frequente e (iii) EI variante ocasional.

A EI referência é aquela cuja forma foi consagrada, é mais canônica e comumente utilizada e, por isso, registrada em dicionários. É a EI que se toma como ponto de partida para cotejo e análise. A partir deste ponto, adota-se o termo referência em lugar de outras possibilidades como padrão, original ou primitiva porque seria inexequível uma averiguação histórica capaz de constar, por exemplo, se a EI original seria *espichar* ou *esticar* as canelas, andar *na linha* ou *nos eixos* ou *nos trilhos*. Referência, assim, dá a impressão mais clara de um ponto de partida elegível e não de algo pétreo. É justamente pela dificuldade de verificação histórica de grande parte das EI que esse e o próximo tipo são os mais difíceis de diferenciar porque é comum os dicionários trazerem ambos os registros sem distinguir qual seria a mais usualmente verificada, nem tampouco qual seria aquela que primeiro foi verificada, sendo a(s) outra(s) decorrentes.

De qualquer modo, a despeito dessa falta de precisão, em termos desta tipologia, entende-se que a EI variante frequente é aquela cuja forma, graças à constância de uso, passou a coexistir com a EI referência e cuja alteração ou alterações de forma traz(em) alguma nuance de sentido. Essas seriam aquilo que Xatara (2014, p. 414) denomina como EI sinônimas:

[cuja existência] não é rara dentro de uma língua, revelando uma necessidade do usuário de se referir a situações utilizando criações figuradas e pitorescas. Essas expressões similares não possuem a mesma intersecção, pois não são intercambiáveis em todos os contextos, sob as mesmas condições de uso, com o valor expressivo (intensivo, melhorativo, pejorativo etc.) e o nível de linguagem (coloquial, culto, vulgar etc.). Em razão disso, o termo mais adequado para classificar essas expressões seria “parassinônimo”, mas o mesmo não será utilizado, uma vez que o termo mais amplamente empregado nos estudos linguísticos é “sinônimo”, apesar de haver a possibilidade de variação.

Assim, embora (URBANO, 2018, p. 184) registre *colocar lenha na fogueira* e *colocar fogo na fogueira* no mesmo verbete e, portanto, dividindo o mesmo significado – “alimentar uma animosidade, atizar uma discussão” –, cada uma das ocorrências produz um efeito de sentido um pouco diverso um do outro. A primeira parece acrescentar um elemento a uma polêmica ou discussão, dando continuidade a uma situação, alimentando-a. A segunda, a seu turno, poderia significar, dependendo do contexto discursivo, um elemento redundante à discussão, algo que

reforça, ou um elemento que só piora o que já era ruim, acrescentando “mais do mesmo”. Evidentemente, o sentido mais preciso só será atribuído pelo contexto discursivo, porém, as ocorrências em si, considerando que cada lexema traz uma carga semântica que contém alguma significação, por conseguinte, qualquer alteração na forma implica alguma alteração de sentido. Contudo, no caso da tipologia aqui estabelecida, há uma relação de coexistência entre as opções registradas, sem prevalência de uma sobre a outra.

Prefere-se enfatizar, neste momento, os aspectos concernentes à forma para o estabelecimento dessa tipologia porque o sentido depende e vincula-se a muitas variáveis que não apenas a forma, o que, aliás, é questão central nesta pesquisa, cujo tratamento será dado caso a caso nas análises mais adiante, posto que a definição de sentido, conforme discorrido na Seção 4.3 e seguintes, relaciona-se com o contexto discursivo. Ademais, considerando a impossibilidade de determinar historicamente a precedência de uma forma em relação às demais registradas nos dicionários, adota-se, como metodologia, a opção por eleger uma como EI referência, sendo as demais EI variantes frequentes.

Por fim, EI variante ocasional é aquela cuja forma (variante) decorre de uma necessidade específica, para atender a intenções e efeitos locais em um determinado discurso, e elabora-se com base em uma EI referência ou EI variante frequente, mantendo evidente a(s) marca(s) dessa ligação e cuja existência dependa do e, possivelmente, perdure apenas no discurso no qual se originou. Por vezes, dependendo das alterações, a variante ocasional somente pode ser compreendida no contexto discursivo ao qual pertence. Mantém, portanto, grande relação de dependência com o contexto discursivo para construção de seu sentido, embora haja relação, em maior ou menor nível, com a forma e/ou conteúdo da EI referência. Desse modo, a existência e análise desse tipo torna praticamente indispensável sua observação em situação concreta de uso, uma vez que, caso seu uso torne-se recorrente, passando a uma significação independente, passaria de EI variante ocasional para frequente. Além disso, considerando sua forma, seu sentido constitui-se não apenas pelo significado da EI referência, mas também por elementos fornecidos pelo contexto discursivo e por elementos da própria variante ²⁶.

Embora este último tipo não encontre classificação específica, nem tampouco tenha sido objeto de estudo de pesquisas anteriores, é recorrente seu uso na linguagem dos mais diversos gêneros discursivos. Ademais, encontra-se apoio para elaboração desta proposta de tipologia – os três tipos, mas mais especificamente o terceiro – nas palavras de Corpas Pastor (1996) – apoiada

²⁶ Ver Figura 8.

em autores como Gläser, Gross, Sypnicki e Wotjak –, quando a autora advoga que, dentre as características linguísticas das unidades fraseológicas está justamente a “possibilidade de variação de seus elementos integrantes, seja como variantes lexicalizadas na linguagem ou como modificações ocasionais no contexto” (CORPAS PASTOR, 1996, p. 20).

A fim de ilustrar essa ocorrência para assimilação do novo conceito, pode-se retomar o exemplo citado na seção anterior: *jogar lenha verde na fogueira*. Considerando a proximidade de forma com a EI referência, é possível especular que o significado da variante esteja de algum modo vinculado à expressão consagrada. Não obstante, somente se pode compreendê-la, de fato, e formular seu sentido ao considerá-la associada ao contexto discursivo da qual emerge. Além disso, para compreender o efeito de sentido produzido pela unidade lexical inserida – *verde* –, é preciso acessar o conhecimento de mundo que diferencia a eficácia da lenha seca em oposição à lenha verde, sendo a primeira tão mais comumente utilizada que ao referir-se a ela, apenas menciona-se *lenha*, estando seu qualificativo dispensado, a menos que seja para referir-se ao outro tipo, verde. Ressalte-se que esse tipo de EI ocorre em função de necessidades comunicacionais específicas impostas pelas intenções discursivas, seja para atribuir ainda mais expressividade, um efeito contrário, simplesmente diverso ou para produzir outro sentido a partir do significado da EI referência.

Entende-se, todavia, que, embora por vezes a EI variante ocasional pareça uma estrutura completamente nova, o que contrariaria absolutamente o princípio da fixidez, defende-se que se tratam de expressões *variantes*, ou seja, que derivam, ou melhor, que descendem de outra, guardando ligações de forma e/ou conteúdo com sua ascendente. Isso porque existe essa relação indissociável entre a variante ocasional e a referência como uma das etapas para sua elaboração e mesmo para construção de seu sentido, conforme verificado na seção anterior.

Importante ter em mente que as EI não estão estáticas em cada um desses tipos, podendo, em função da frequência de uso, deixar de ser uma EI variante ocasional e passar a ser variante frequente, por exemplo. Isso quer dizer que uma EI variante frequente pode ter sido uma variante ocasional que caiu nas graças da frequência de uso e passou a co-ocorrer com a EI referência até tornar-se uma variante frequente. Não há, portanto, posição marcada, determinada e perpétua: assim como os demais itens do léxico de uma língua, as EI também estão sujeitas aos efeitos de uso e desuso. Partindo-se desse pressuposto, é possível inferir que, assim como o uso é responsável por estabelecer uma EI, é também o uso que estabelecerá sua tipologia em um determinado recorte temporal. A figura abaixo busca organizar essas ideias:

Figura 9 - Relações e ligações entre os três tipos de EI

Fonte: elaboração própria

Essa proposta de tipologia apoia-se especialmente no cotejo dos registros em dicionários para eleger qual, dentre as opções dicionarizadas, seria a referência e qual seria a variante frequente. Já o estabelecimento da variante ocasional considera o oposto: a falta de registro em dicionário que irá determinar sua ocasionalidade, sua existência em razão de um contexto específico. Mais importante é ressaltar que essa tipologia não é imóvel e mais do que estabelecer compartimentos estanques, pensa-se em um *continuum* (ver Figura 2) sobre o qual as EI movimentam-se tendo a sanção do uso como fiel dessa balança que penderá para um lado ou para o outro.

Não se pretende que essa tipologia encerre discussões em torno das variantes. Ao contrário, espera-se lançar os primeiros facho de luz especialmente sobre as ocorrências as quais aqui se chama de EI variantes ocasionais, cujo uso é recorrente – conforme foi possível constatar no levantamento do *corpus* para esta pesquisa –, muito embora, até o momento, não se tenha verificado outro estudo que registre, descreva e explique esse fenômeno, na língua portuguesa falada no Brasil.

6 DISCURSO E CONTEXTO DISCURSIVO

Assim como outros termos adotados nesta tese, discurso e contexto também são polissêmicos e podem ganhar diferentes perspectivas, dependendo da linha teórica admitida. Para Maingueneau (2015, p. 23) a polivalência do termo permite que ele funcione “ao mesmo tempo, como referindo objetos empíricos (‘há discursos’) e como algo que transcende todo ato de comunicação particular (‘o homem é submetido ao discurso’)”. De modo geral, adota-se o termo discurso como a instância de realização da língua. A partir disso, pode-se asserir que todo discurso é situado, por conseguinte, emana de um contexto histórico e social, além de considerar *quem* o elabora e *a quem* se destina. O discurso é a língua em uso, sendo aderente à realidade dos usuários, visando a alcançar as intenções e objetivos comunicacionais.

O discurso depende de um sujeito para existir. Assim sendo, “o discurso só pode existir de fato na forma de enunciações concretas de determinados falantes, sujeitos do discurso. O discurso sempre está fundido em forma de enunciado pertencente a um determinado sujeito do discurso, e fora dessa forma não pode existir” (BAKHTIN, 1997, p. 274). Além disso, todo discurso destina-se a alguém, ainda que se trate de um diário pessoal, o sujeito do presente escreve para um sujeito “ele mesmo” do futuro. Em consonância com a perspectiva bakhtiniana, todo discurso decorre de um enunciado concreto, sendo uma manifestação social que se dá por meio da interação verbal, valendo-se de signos ideológicos e estabelece-se por intermédio de relações dialógicas, sendo o dialogismo o modo pelo qual a linguagem se realiza, o fundamento do enunciado, “[...] as relações de sentidos que se instauram entre enunciados” (FIORIN, 2011, p. 19), permitindo a existência concreta da enunciação e da interação. Para Bakhtin (2018, p. 210),

[...] o enfoque dialógico é possível a qualquer parte significativa do enunciado, inclusive a uma palavra isolada, caso esta não seja interpretada como palavra impessoal da língua, mas como signo da posição semântica de um outro, como representante do enunciado de um outro, ou seja, se ouvirmos nela a voz do outro.

Isso porque a língua é um fenômeno socialmente construído por meio da interação verbal, o que implica que todo discurso está necessariamente impregnado por aquele que o produz e pelas intenções que pretende que cheguem ao outro. Somando-se a esses pressupostos, Maingueneau (2015, p. 24-30) explica que o termo “discurso” ativa um conjunto aberto de *leitmotiven* (termo alemão que significa algo como “motivos condutores”) ou ideias-força, quais sejam:

- (i) **o discurso é uma organização para além da frase** – mobiliza estruturas de outra ordem, ainda que, por exemplo, um provérbio possa ser considerado um discurso, uma unidade completa;
- (ii) **o discurso é uma forma de ação** – toda enunciação constitui um ato que visa a modificar uma situação;
- (iii) **o discurso é interativo** – embora sejam produzidos na ausência dos destinatários (interactantes, colocutores, coenunciadores) ou que eles sejam passivos, toda atividade verbal envolve dois ou mais parceiros;
- (iv) **o discurso é contextualizado** – fora de contexto não se atribui sentido a um enunciado;
- (v) **o discurso é assumido por um sujeito** – um discurso só é discurso se estiver relacionado a um sujeito que não apenas atua como fonte referências pessoais, temporais, espaciais (eu-aqui-agora), mas também assume como verdade aquilo que enuncia, ainda que possa modalizar seu grau de adesão, a responsabilidade (podendo delegá-lo a outro sujeito), entre outras;
- (vi) **o discurso é regido por normas** – cada ato implica normas particulares, sendo que cada gênero discursivo suscita expectativas nos sujeitos engajados;
- (vii) **o discurso é assumido no bojo de um interdiscurso** – existe uma relação dialógica consciente ou não que interliga os discursos produzidos anteriormente, de modo que o discurso só adquire sentido no interior de um imenso interdiscurso;
- (viii) **o discurso constrói socialmente o sentido** – o sentido é construído e reconstruído socialmente no interior de práticas sociais determinadas por obra de indivíduos inseridos em diferentes configurações sociais.

Note-se que a própria noção de discurso engloba uma série de outros conceitos que faz dessa uma noção complexa. Assim, quando se assume que, nesta pesquisa, o referido termo pode ser tomado como “língua em uso”, entenda-se que o uso carrega consigo também as ideias-força elencadas, já que o uso implica a existência de um sujeito que, invariável e inevitavelmente, está inserido em um universo social que o afeta e é afetado por ele, por suas ações e, por conseguinte, por seu discurso. Ademais, “o discurso diz respeito à própria materialização do texto em seu aspecto enunciativo e é o texto em seu funcionamento sócio-histórico. [...] É uma materialidade de sentido [...]” (MARCUSCHI, 2003, p. 15). Além disso, para esta pesquisa, o discurso e, por conseguinte, o contexto discursivo, também atuam como agentes motivadores de alterações das EI, ao mesmo tempo em que operam como fonte de informações para construção do sentido e também como perpetuadores dessas estruturas complexas, uma vez que o uso é justamente o responsável por sua manutenção no léxico de uma língua.

O contexto, de modo amplo, segundo Van Dijk (2012, p. 7), seria “uma noção que é de importância crucial para explicar como o discurso se insere na sociedade”. Há diferentes tipos de contexto, dentre os quais se dá enfoque primordial ao contexto discursivo e de modo adjacente, ao situacional. Nos termos de Dubois *et al.* (2002, p. 116), “chamamos de contexto ou contexto verbal todo o texto no qual uma determinada unidade está localizada, ou seja, os elementos que precedem ou seguem essa unidade, seu ambiente”. Por outro lado, toda enunciação, além do contexto do próprio discurso – contexto discursivo – também se insere em um contexto mais amplo, externo ao discurso, que é o chamado contexto situacional que é “[...] o conjunto de condições sociais e culturais naturais em que um enunciado ou discurso está situado. Estes são os dados comuns ao emissor e ao receptor sobre a situação cultural e psicológica, experiências e conhecimentos de cada um dos dois” (DUBOIS *et al.*, 2002, p. 116). Nesse sentido, a enunciação insere-se em um contexto discursivo e está envolta por um contexto situacional que atua sobre as condições de produção que resulta em aspectos daquele contexto discursivo. Note-se que, de modo estrito, seria muito difícil desvincular um do outro, muito embora seja possível considerar apenas um ou outro (ou ambos) em uma análise do discurso, especialmente se o acesso às condições situacionais for limitado. É importante ter em mente que “se os contextos fossem condições ou restrições sociais objetivas, todas as pessoas que estão na mesma situação social falariam do mesmo modo” (VAN DIJK, 2012, p. 11), indicando a necessidade de considerar os processamentos e interpretações pessoais subjetivos de cada um, ainda que os contextos exerçam algum controle sobre o estilo do discurso (VAN DIJK, 2012).

Conforme mencionado, toma-se como pressuposto a ideia de que os lexemas não são destituídos de significado quando considerados no sistema, assim, adota-se o princípio de Ullmann (1963, p. 64) de que há “[...] um elemento de permanência e estabilidade, uma espécie de núcleo duro ou ‘fortaleza interna’ dentro da área de significado”, se não para absolutamente todos os lexemas, ao menos para grande parte do léxico de uma língua. Entretanto, a partir desse núcleo, um lexema adquirirá outras camadas de sentido em função de sua aplicação em um determinado contexto discursivo. Daí poder-se afirmar que “a teoria do contexto é talvez o fator individual mais influente no crescimento da semântica do século XX” (ULLMANN, 1963, p. 65), tendo em vista que o contexto discursivo seria uma força de confirmação, negação, amenização, ampliação, modificação etc. do significado básico, trazido pelos lexemas, até que se integre em um todo semântico-discursivo, passível de interpretação e compreensão. Mais do que oferecer recuperadores textuais, o contexto discursivo age como uma força integradora que faz com que

as unidades lexicais deixem de apenas significar individualmente e passem a fazer sentido na totalidade, considerando a função que adquirem no texto. Ullmann (1963, p. 62) explica:

Como todos os outros membros do sistema gráfico, os símbolos de palavras são armazenados em nossas mentes em um estado virtual. Eles são atualizados apenas em “*la parole*”, ou seja, em contextos; é em contextos que adquirem a determinidade que é um atributo do estado atualizado. “Homem” e “o homem agora batendo à porta” ilustram esse contraste entre as duas fases, as duas formas de subsistência. Mas - e este é o cerne do problema - a lacuna semântica entre a palavra engrama e a atualizada, ou seja, a palavra contextualizada é incomparavelmente maior do que a lacuna entre fonemas virtuais e atualizados, elementos morfológicos ou arranjos sintáticos. A natureza do significado da palavra é tal que, muitas vezes, ela não pode nem mesmo ser concebida adequadamente, quanto mais definida, sem o apoio do contexto.

O mesmo entendimento pode ser estendido às EI: dotadas de significado quando no sistema, mas nutridas de sentido quando em contexto. A diferença aqui destacada é que, diferentemente de lexemas simples (ou compostos), as EI, lexemas complexos, podem sofrer alterações mais significativas, de forma e/ou conteúdo, para além das adequações número-pessoais, modo-temporais quando inseridas em um contexto discursivo. O contexto, assim, pode ser compreendido como parte indispensável para a construção do sentido do discurso como um todo. Ullmann (1963) concebe haver um *continuum* no qual as várias maneiras contribuem nessa construção e que pode ser dividido em cinco tipos principais, organizados de acordo com o papel cada vez mais vital desempenhado pelo contexto (verbal ou situacional):

- (i) **valor emocional**²⁷ – isso pode ou não fazer parte da estrutura semântica tradicional de uma palavra, mas apenas a situação mostrará até que ponto ela entrará em jogo. “*Coração*” é usado sem emoção por uma cardiologista em uma consulta, mas emocionalmente quando ela canta uma canção de amor que contenha esse lexema. Mesmo uma palavra como “*isto*”, que pareceria não ter nada de potencialmente afetivo, pode adquirir conotações sentimentais poderosas em situações como na poesia de “*ou isto ou aquilo*” de *Cecília Meireles*. Em ambos os casos, a medida da emotividade dependerá inteiramente do contexto;
- (ii) **alcance semântico** – as fronteiras dos significados verbais são frequentemente fluidas, embora o núcleo possa ser perfeitamente claro e inconfundível. “Homem” tem uma área de significado mais ampla quando se opõe a “animal” ou “Deus” do que em oposição à “mulher”. O adjetivo “inglês” aplicado à linguagem cobre uma área infinitamente maior do que no sentido étnico.
- (iii) **mudanças na aplicação** – qualquer dicionário mostrará os vários matizes de significado que muitas palavras podem adquirir por

²⁷ Nesta sequência de cinco tipos, as adequações de exemplos feitas na tradução do texto original para o português constam em itálico.

especialização, reticências ou outros processos. As ramificações semânticas de um grande termo geral como “trabalho” são um bom exemplo disso. Mesmo os termos mais rigidamente definidos do discurso científico não são totalmente imunes a essas pequenas mudanças, que são completamente dependentes do contexto.

- (iv) **polissemia** – por desenvolvimento semântico divergente, essas mudanças menores podem se cristalizar em mudanças maiores. A palavra será então dita como possuindo “vários significados” cuja inter-relação é totalmente compreendida, mas que são tão distantes um do outro que tornam o símbolo inutilizável isoladamente. Por exemplo, “*banco*” significa uma coisa para o *marceneiro*, outra para o *bancário* e outra para o *médico* [banco de sangue].
- (v) **homonímia** – nenhuma conexão é sentida aqui entre dois ou mais homófonos, digamos “*morro* [elevação] – *morro* [primeira pessoa do singular do presente do indicativo do verbo morrer]” ou “*leve* [que tem pouco peso] – *leve* [terceira pessoa do singular do imperativo]”. Sem um contexto, não se pode nem mesmo dar aos pensamentos a direção geral, ainda que possível, considerando alternativas polissemânticas. Em situações mais patológicas, até mesmo contextos comuns podem ser insuficientes para manter os homônimos separados: então, um “confronto homonímico” ocorre e deve ser resolvido por remédios especiais que transcendem os limites usuais de contextualização.

Ademais, vale lembrar que é a partir do contexto, principalmente discursivo, mas também o situacional, que se pode ter ideia se uma palavra está sendo empregada em sentido literal ou não literal. Do que se pode confirmar que o sentido emerge do contexto discursivo – embora, cumpre ressaltar, também pode receber contribuições do contexto situacional. No caso das EI, considerando os três tipos apresentados na Seção 5.4.1, é possível asserir que as do tipo variante ocasional mantêm uma relação de estrita dependência com o contexto discursivo para construção de seu sentido que pode se distanciar sobremaneira do significado da EI referência. Isso porque as EI referência, bem como a variante frequente, podem contar com o registro de sua ocorrência e significado em dicionários, de modo que sua aplicação no contexto discursivo irá acrescentar camadas de sentido. Já para as EI variantes ocasionais, o contexto discursivo exerceria, concomitantemente, o papel de força motivadora das alterações e de mapa para sua compreensão, juntamente com o significado da referência a partir da qual surgiu a variação. Em virtude de serem ocorrências ocasionais decorrentes de um contexto específico, é natural haver essa relação de grande dependência com seu entorno textual para formulação do sentido.

Por fim, uma vez que qualquer discurso – instância de efetivação da enunciação (DUCROT, 1987; BENVENISTE, 1989; BAKHTIN, 2002) – é de natureza social, portanto, dialógica, orientado para o outro (MAINGUENEAU, 1996) e situado (expressão marcada na

temporalidade como evento único e irrepetível), que se vincula a um contexto de produção (MAINGUENEAU, 2000; FIORIN, 2011) ou inter-relacionado com fatos e dados externos ao texto (subentendidos, presumidos, ideologias), decorre que toda e qualquer enunciação, ao converter-se em enunciado, materializa-se linguisticamente e torna-se uma realidade, não da língua, mas do discurso que se dirige a alguém, considerando os aspectos de realização. Toma-se o termo discurso, portanto, como uma forma de uso linguístico, um tipo de interação social condicionada pela cognição e socialmente contextualizada (VAN DIJK, 1980; 2012). Por conseguinte, contexto situacional designa as circunstâncias externas ao texto, já que contexto discursivo se refere às circunstâncias internas, textuais, nas quais se inscreve o discurso – co-texto, entorno discursivo, ambiente linguístico. Acerca de todos esses conceitos linguístico-textuais, pode-se acrescentar que exercem influência na forma e/ou no sentido das EI, em maior ou menor intensidade, por isso serem indispensáveis no processo da construção do sentido.

6.1 Escolhas lexicais, discurso e contexto discursivo: relações

Conforme registrado em outras seções, não se partilha da ideia de que o lexema sem contexto não significa. Ao contrário, advoga-se que, ao dispor de um lexema para compor um discurso, ele é tomado justamente porque tem um potencial primeiro de significação que se reveste de sentido naquele conjunto contextual. Essa escolha, contudo, geralmente não ocorre diretamente do sistema, mas acontece com base em outros usos já realizados pelo próprio sujeito ou ouvida/lida anteriormente, seu vocabulário ativo ou passivo. Ademais, outros fatores condicionam a escolha lexical. Conforme Bakhtin (1976, p. 104):

Quando escolhemos uma palavra, durante o processo de elaboração de um enunciado, nem sempre a tiramos, pelo contrário, do sistema da língua, da neutralidade lexicográfica. Costumamos tirá-la de outros enunciados e, acima de tudo, de enunciados que são aparentados ao nosso pelo gênero, isto é, pelo tema composição e estilo: selecionamos as palavras segundo as especificidades de um gênero.

As escolhas lexicais, portanto, não são aleatórias, são feitas a partir de um repertório – um sistema próprio –, levando em consideração não apenas experiências e vivências, mas também a adequação à situação e ao gênero pelo qual o discurso será expresso. De certa maneira, esses fatores não são exatamente determinantes, mas muito mais uma constante que se segue de modo intuitivo. Assim, é possível que as escolhas lexicais subvertam às expectativas do gênero, por exemplo, como ocorre na poesia modernista de Augusto do Anjos, quando se visa a diferentes

efeitos e estilos. A constante, entretanto, é que nas realizações comunicacionais do dia a dia, os parâmetros de escopo e modelo sejam mantidos. Acerca disso, Andrade (2003, p. 108) entende que “todo texto apresenta uma determinada orientação de conteúdo comunicativo e, conseqüentemente, uma seleção lexical convertida em vocabulário do falante, enviesada pelo tópico discursivo, ou seja, o foco informativo”. Nesse sentido, as escolhas lexicais são feitas em prol da informação, mas também do modo como se pretende que essa informação seja registrada, ou seja, nas palavras de Bakhtin (1997, p. 312-313)

As palavras da língua não são de ninguém, porém, ao mesmo tempo, só as ouvimos em forma de enunciados individuais, só as lemos em obras individuais, e elas possuem uma expressividade que deixou de ser apenas típica e tornou-se também individualizada (segundo o gênero a que pertence), em função do contexto individual, irreproduzível, do enunciado.

Embora uma mesma coisa no mundo possa ter diferentes lexemas que a expresse, cada um tem seu vocabulário pessoal que é acionado com mais frequência para determinadas situações. Por exemplo, é a cena social que determinará a escolha mais adequada dentre um repertório lexical que oferece: *morrer, falecer, vir a óbito, bater as botas, subir no telhado, abotoar o paletó de madeira, deixar essa vida, fazer a passagem, dormir o sono eterno*. Se por um lado, a escolha do gênero que estrutura as enunciações ocorre, grosso modo, de maneira inconsciente, dentre o farto repertório os quais são acessados e operados com destreza, ainda que não se conheça sua existência teórica, uma vez que a operacionalização não depende do entendimento de sua estrutura, sendo sua aplicação relativamente intuitiva (BAKHTIN, 1997). Por outro lado, as escolhas lexicais que irão materializar essa enunciação parecem ocorrer em harmonia com o gênero, respeitando seu estilo. Sendo assim, é aparentemente consciente a escolha de *falecer* para o registro necrológico na seção de obituários de um jornal, ao invés de *bater as botas* ou mesmo *subir no telhado*: “A esposa S. P²⁸., os filhos J. e E. O. comunicam com pesar o *falecimento* do amado E. R., ocorrido no último dia 13, nesta capital” (FOLHA DE S. PAULO, 2021, s/p). Quer-se com isso dizer que a seleção dos lexemas a serem empregados estão não apenas atreladas às intenções, mas também condicionadas ao gênero. Quaisquer subversões dessa fórmula relativamente estável visariam a uma intenção outra que não aquela esperada, como, no caso do informe a seguir, registrado como obituário:

Nota de Falecimento

Faleceu hoje neste estabelecimento o **Dr Fiado**, deixando viúva **D. Conta** e seus três filhos: **Calote, Pindura aí e depois eu pago**.
A família enlutada e chocada com o doloso acontecimento pede aos amigos

²⁸ Os nomes foram suprimidos, sendo mantidas apenas suas iniciais.

que gostam do **Fiado**, que não mandem flores e sim **Dinheiro**. (VRS?, 2013, s/p)

Nesse caso, a escolha de um gênero inusitado e de grande parte dos lexemas que seriam esperados em um obituário – faleceu, deixando, viúva, filhos, família enlutada, doloroso – emprestam efeito de humor ao texto, uma vez que o sujeito sobre quem se dá notícia da morte não é uma pessoa, mas a personificação de um comportamento cuja prática nos comércios é indesejada. Embora possa parecer de mal gosto, o resultado, que já chama a atenção dos leitores pelo título, acaba por amenizar uma atitude antipática de abolição da prática do “fiado” – venda feita em confiança, para pagamento futuro, que quase nunca resulta no saldo da dívida. Em contrapartida, o exemplo a seguir registra que a mudança do gênero de obituário para notícia permite escolhas lexicais que produzem efeito eufemístico e informal, embora o tema seja a morte: “O intérprete de Próximo gostava de *encher o caneco* e *bateu as botas* após um *pileque* em um *pub* na ilha de Malta, onde o filme foi rodado” (LOPES, 2018, s/p).

Destaque-se que os três exemplos envolvem textos escritos, o que implica que as escolhas lexicais foram planejadas, estando o interlocutor ausente/distante. No caso de uma interação face a face, isto é, em que estão presentes locutor e interlocutor, Andrade (2003, p. 108) destaca que a seleção, que não aquela precisamente imposta pelo sistema linguístico, adquire notável importância ao ser a de uso, feita “a partir das necessidades do locutor para desenvolver o tópico discursivo instaurado naquele momento enunciativo”. Se as escolhas feitas pelo locutor, na ausência do interlocutor, fazem com que a seleção produza um tipo de resultado, em contrapartida, a presença do interlocutor ou co-locutor em uma interação face a face resulta em “[...] uma sintomática seleção normalizada em um grupo sociolinguístico [...]” (ANDRADE, 2003, p. 108). Disso, pode-se depreender que as escolhas lexicais estão sempre, de algum modo, condicionadas por fatores como o gênero que a enunciação será organizada, a presença ou ausência do interlocutor, as intenções e objetivos comunicacionais, os efeitos de sentido que se pretende produzir. Em suma, os contextos situacional e discursivo atuam de modo determinante nas escolhas lexicais. Na visão de Contiero e Ferraz (2014, p. 45), as relações biossociais acontecem majoritariamente por meio de realizações dos discursos, orais e escritos, assim:

[...] levar em conta a realização dos discursos é, primordialmente, levar em conta o léxico de uma língua, visto que visões de mundo, construções de ideologias e todos os nomes dados ao universo dos seres, das coisas, das modalidades e do pensamento conhecidos numa determinada comunidade linguística se consubstanciam pelo léxico.

Desse modo, léxico, discurso e contexto são elementos indissociáveis da realidade social que se interrelacionam e interagem entre si. Ademais, consoante abordado na Seção 4.3 e suas

subseções, o contexto discursivo – embora também o situacional, em certa medida – fornece os dados necessários à construção do sentido daqueles lexemas que já significam de algum modo – considerando o núcleo sólido de significado (ULLMANN, 1964) –, mas apenas passam a, de fato, revestir-se de sentido quando inseridos em um contexto. Ainda, nessa linha de pensamento, com base na perspectiva bakhtiniana, Faraco (2009, p. 22) asseve que se vive e age “[...] num mundo saturado de valores, no interior do qual cada um dos nossos atos é um gesto axiologicamente responsivo num processo incessante e contínuo”, o que reforça o entendimento de que a expressão verbal não pode ocorrer desvinculada dos fatores que a determinam.

Segundo Biderman (2001a, p. 198), “nos contextos, a combinatória de elementos léxicos sempre introduz novos matizes de significação”, uma vez que as práticas discursivas não são isentas de escolhas, estando submetidas às ideologias, às visões de mundo, às relações de poder, aos discursos anteriores, à expectativa (consciente ou inconsciente) pela responsividade, atitudes valorativas dentre tantas outras forças sociais, culturais e históricas que geram diferentes efeitos no mundo social e, por conseguinte, no discurso. Tendo em vista todos esses fatores, as escolhas lexicais determinam a expressão da orientação dos valores apreciativos para onde se aponta o discurso, uma vez que

[...] em todo signo ideológico confrontam-se índices de valor contraditórios. O signo se torna a arena onde se desenvolve a luta de classes. Esta pluralidade social do signo ideológico é um traço da maior importância. Na verdade, é este entrecruzamento dos índices de valor que torna o signo vivo e móvel, capaz de evoluir (BAKHTIN, 2002, p. 47)

A fim de ilustrar tais ideias, tome-se o lexema *presidenta*. Embora a literatura, ainda no século XIX, já houvesse registrado a forma feminina – “[...] Na verdade, um presidente, uma presidenta, um secretário, era resolver as coisas de um modo administrativo” (ASSIS, [1880] 1994, p. 108) – foi a partir de 2011, com a posse da primeira presidenta brasileira, Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), que a palavra passou a ser utilizada com mais frequência e, desde o início, suscitou contrariedades. À parte as questões linguísticas, que ratificam a correção de sua origem, formação e uso, ganharam mais relevância os aspectos políticos e ideológicos incrustados no lexema os quais, à medida que se acirraram as tensões políticas no país – especialmente ao longo do interrompido segundo mandato de Dilma (2015-2016) –, mais a escolha desse lexema para integrar os discursos marcavam o posicionamento do enunciador em relação aos referidos aspectos. Em suma, a questão ganhou a seguinte polarização simplista: se alguém usasse *presidenta* seria favorável ao governo então em vigor/interrompido, se usasse *presidente* seria contrário. Esse caso é bastante simbólico para

demonstrar como a escolha lexical traz consigo outras informações, para além de seu significado, sendo capaz de revelar, em certa medida, o posicionamento do enunciador, que carrega um acento valorativo frente a um enunciado e à vida.

Ademais, as escolhas lexicais ocorrem não apenas em função do discurso que se produz naquele momento, mas também considera e se vincula a discursos anteriores. Molon e Vianna (2012, p. 151) lembram que “[...] se um enunciado concreto sempre é resposta a outro anterior e abre-se para respostas de outros enunciados futuros, ele, como resposta, sempre está marcado por uma atitude valorativa do enunciador” que irá concordar ou discordar, mais ou menos explicitamente com essas ocorrências, marcando aquilo que se entende por posicionamento, que, a seu turno é compulsório, seja ele consciente ou não, tendo em vista que um enunciado absolutamente neutro seria impossível. A relação valorativa do falante com o objeto do seu discurso é outro fator que determina a escolha dos recursos lexicais, gramaticais e composicionais do enunciado (BAKHTIN, 1997). Disso resulta a impossibilidade de silenciar os posicionamentos inerentes para manifestar-se acerca de algo. Nesse sentido, os autores compreendem que os valores apreciativos são intrínsecos ao enunciado concreto, portanto, os participantes da comunicação posicionam-se ativamente frente à linguagem:

Toda compreensão da fala viva, do enunciado vivo é de natureza ativamente responsiva (concordar, discordar, aceitar, refutar, ponderar, ignorar etc.), todo ouvinte se torna falante, e essa atividade responsiva é permeada, por sua vez, de uma visão de mundo, de uma atitude frente à própria vida real, vivida (MOLON; VIANNA, 2012, p. 151)

Mesmo quando não há uma interação face a face ou ativa, quem escreve para um interlocutor relativamente desconhecido ou ausente não o faz passivamente em relação à valoração: sempre há intencionalidade no discurso. Da mesma maneira, quem lê um texto ou assiste a uma palestra não o faz desprovido de julgamentos quanto àquilo que é enunciado: não concordar e não discordar, também é um posicionamento, que não é neutro ou isento de valoração, mas denota tão somente a escolha por não manifestar um posicionamento ou mesmo que o sujeito, afetado inconscientemente pela ideologia, não é capaz de recuperar a origem daquilo que diz (esquecimento ideológico), tomando como sua a gênese da opinião, não estando consciente que apenas retoma outros discursos, ainda que inconscientemente. O discurso não tem início em sua primeira palavra e não se encerra no ponto final (ou na suspensão da voz), emenda-se às ideias, conceitos, noções e informações anteriores e continuará no sujeito, influenciando a valoração e responsividade de discursos ulteriores por meio de interdiscursos. Molon e Vianna (2012, p. 151) ressaltam que “[...] a interação verbal não pode ser idealizada. Indivíduos não interagem

ao léu ou livres de qualquer tipo de coerção: a enunciação/enunciado concreto”. A comunicação implica escolhas, que passam por os filtros culturais, sociais, situacionais, seja nas interações orais ou escritas, presenciais ou não, com interlocutores conhecidos ou desconhecidos.

Além disso, é importante lembrar que os processos de referenciação também são dialógicos: de um lado, a visão individual de quem escolhe, dentre duas opções pessoais, *a* em lugar de *b*; de outro, a visão coletiva, ideológica, que conduziu o indivíduo para que suas escolhas fossem *a* e *b*, dentre *a*, *b*, *c*, *d* etc. Conforme destaca Alves Filho (2010, p. 213):

Embora possam usar uma expressão referencial um tanto imprevista num dado discurso, ainda assim o processo de referenciação é marcadamente socioideológico. Ou seja, os indivíduos não referem sozinhos, porque fabricam os referentes segundo ‘óculos sociais’, para usar aqui expressão de Blikstein (1990), mesmo quando dão a entender que o fazem de modo individual.

Assim a referenciação não é feita por um *eu*, mas por um *nós* coletivo, histórico, inconsciente. Essa lógica explicaria as concordâncias, as coincidências e as divergências entre os modos que diferentes falantes utilizam para referenciar os mesmos objetos de mundo (ALVES FILHO, 2010). Ademais, explicaria a existência de tantos referentes diferentes para nomear o mesmo objeto no mundo: *morrer, falecer, subir no telhado, abotoar o paletó de madeira*, dentre outras.

Tendo-se uma EI como escolha, considerando o princípio desenvolvido por Sinclair²⁹ (1987 *apud* MOON, 1998, p. 28), haveria duas possibilidades diametralmente opostas de escolha lexical: o princípio da escolha aberta e o princípio da EI. Na primeira, o texto resulta de um incontável número de escolhas complexas, sendo a gramaticalidade a única restrição. Na segunda, à disposição do usuário da língua há um grande número de construções “semi-pré-construídas” que constituem escolhas únicas, mesmo que pareçam ser analisáveis em segmentos, de modo que em um ponto no texto em que o modelo de escolha aberta sugeriria uma grande variedade de opções possíveis, o princípio da EI o restringe sobremaneira, além de haver restrições semânticas previsíveis resultantes do tópico ou do contexto situacional. Entende-se, porém, que, embora em número muito menor, a escolha de EI não é exatamente única, tendo em vista que diversas construções se equivalem conceitualmente. A escolha, portanto, estaria restrita apenas à nuance pretendida pelo usuário. Além disso, as restrições referentes ao tópico e ao contexto discursivo não implicam uma necessidade de regularidade, se o que se pretende for justamente uma ruptura da expectativa produzida pela estranheza

²⁹ SINCLAIR, J. M., Collocation: a progress report. In: STEELE, R.; THREADGOLD, T. (eds.). *Language Topics: Essays in Honour of Michael Halliday*, II, Amsterdam: John Benjamins, 1987. p. 319-331.

lexical trazida pela EI, mesmo que sejam mantidas a regularidade sintática e semântica. Isso porque, conforme se verifica na Seção 5.4.1, as EI estão sujeitas a variações mais significativas do que aquelas convencionalmente esperadas. É o que ocorre nos diversos exemplos já arrolados até aqui, mas também em:

[...] Enquanto todos olhavam para o fogo na floresta ao Norte, as águas do Nordeste clamavam por atenção. Ainda em agosto, os primeiros aglomerados de petróleo cru chegavam ao litoral da Paraíba.
A demora em abrir investigações sobre os desastres socioambientais virou praxe. Não adianta *chorar pelo óleo derramado*. É preciso agir rápido. De acordo com o Ibama, as manchas já chegaram à foz do Rio São Francisco, no limite entre Sergipe e Alagoas. (UMA GOTA NO OCEANO, 2019, *grifo nosso*)

Embora a EI seja *chorar sobre o leite derramado*, cujo significado é “lastimar-se, lamentar um acontecimento irremediável” (URBANO, 2018, p. 183), o texto trata do derramamento de petróleo ocorrido no litoral brasileiro em 2019. Assim, a troca de *leite* por *óleo* não apenas se ajusta ao contexto, mas também acrescenta expressividade, evidenciando a gravidade do ocorrido. Molon e Vianna (2012, p. 152) advogam que, sendo o sujeito sócio-historicamente situado, “[...] a enunciação concreta carrega consigo visões de mundo, acentos valorativos, orientações apreciativas que constroem o significado das palavras, já que sentido e apreciação estão intrinsecamente articulados na linguagem da vida real”. Tais aspectos, concernentes ao sujeito produtor do discurso, possibilitam que mesmo uma EI, cuja estrutura é relativamente estável, também possa ser atualizada no discurso, não somente quanto ao conteúdo, mas também quanto à forma, para que ela própria contribua para reforçar os traços valorativos do discurso que integra. No entanto, essa alteração ocorre em consonância com o tema abordado, tornando, a EI – que opera como uma quebra na constância e previsibilidade lexical – ainda mais pertinente àquele contexto, mesmo que conserve o traço de subjetividade da expressão.

A esse respeito, Bakhtin (1997, p. 313) lembra que “as significações lexicográficas das palavras da língua garantem sua utilização comum e a compreensão mútua de todos os usuários da língua, mas a utilização da palavra na comunicação verbal ativa é sempre marcada pela individualidade e pelo contexto”. Assim, considerando o exemplo, mesmo que o interlocutor não conheça exatamente o significado da EI referência, parece que fica mais acessível o significado da EI variante ocasional, a metáfora fica mais interpretável naquele contexto discursivo. Esse exemplo também ajuda a demonstrar que existe um movimento cíclico de influência: as escolhas lexicais são motivadas pelos contextos discursivos e situacionais, ao mesmo tempo em que tais escolhas motivam e estruturam o discurso. Se se pretende que a

valoração discursiva seja alterada, terão de ser alteradas as escolhas lexicais, ou seja, determinadas mudanças lexicais podem implicar a mudança do discurso como um todo, pois:

o léxico de uma língua não é um conjunto “plano”, uma simples lista de lexias. Cada lexia adquire seu *valor* na língua graças às múltiplas relações de oposição, de similaridade, de compatibilidade, de incompatibilidade etc. que a unem às demais lexias. [...] O léxico é, assim, uma vasta rede lexical: um sistema extremamente rico e complexo de unidades lexicais conectadas umas com as outras. (POLGUÈRE, 2018, p. 116)

A partir do momento que alguém pretende dizer algo, têm início um processo de escolhas, as quais estão sempre atreladas às intenções e atreladas umas às outras. Assim, a escolha do gênero está condicionada ao *quê* e ao *como* se pretende dizer, ou seja, “[...] essa escolha é determinada em função da especificidade de uma dada esfera da comunicação verbal, das necessidades de uma temática (do objeto do sentido), do conjunto constituído dos parceiros, etc.” (BAKHTIN, 1997, p. 301). Daí em diante, as escolhas dos recursos lexicais e os arranjos morfossintáticos que expressarão o discurso em si ocorrem em consonância com o gênero – seja para atender às expectativas de conteúdo e forma, seja para subvertê-las. Com base nisso, pode-se inferir que a seleção lexical, bem como a constituição do contexto discursivo e do próprio discurso são permeados por traços determinados pelo gênero. Tais escolhas são feitas a partir de usos anteriores, uma espécie de memória discursiva, que retoma combinatórias possíveis: aquele gênero para aquela situação, com aquelas palavras, naquele arranjo, para aquele público. Contudo, assim como tantas outras atividades humanas, essas também estão sujeitas à inovação, à criatividade em busca da produção de diferentes efeitos, mas que, de modo geral, submete-se à certa regularidade que permite a comunicação ao longo dos tempos, entre diferentes gerações.

A subseção a seguir tratará mais especificamente as EI como escolha lexical visando a discutir as relações e implicações entre EI e contexto discursivo.

6.1.1 Expressões idiomáticas em uso: relações e implicações com o discurso e o contexto discursivo

As EI são unidades léxico-semânticas que foram constituídas e estabilizadas anteriormente ao discurso, isto é, são elementos complexos não composicionais portadores de significado preexistentes. Desse modo, mesmo quando se trata de uma EI do tipo variante ocasional, essa só ocorre e pode ser compreendida porque se apoia nessa preexistência e nas marcas que evidenciam essa preexistência. Naturalmente, há modos de referir que decorrem de grupos da

própria interação e pode ser limitado àquele grupo ou àquela interação, mas isso não ocorreria sem que os membros desse grupo compartilhassem aquele modo de ver o mundo, do contrário não haveria uma comunicação efetiva.

Segundo Vilela (2002, p. 163), no discurso, as EI são caracterizadas por uma “alta capacidade textualizadora (capacidade criativa de ligação, de associação e modificação) e por uma capacidade comunicativa rica”. Embora na superfície não haja ligação, na profundidade do implícito o sentido constitui-se à medida que o significado deixa de ser identificado como arbitrário das partes individuais e torna-se convencional no conjunto composto, não apenas em si, mas na ligação com o todo discursivo. Pawley e Syder (1983, p. 191) definem como “seleção nativa” a capacidade de falantes nativos de uma língua natural de selecionar e transmitir significado por meio de uma EI, ao mesmo tempo gramatical e idiomática. Ao mesmo tempo, aqueles que recebem uma mensagem da qual consta essa seleção, acionam uma espécie de quebra-cabeças para decodificar e compreender o texto. Tudo isso, antecipadamente ou enquanto falam ou, no caso de textos escritos, à medida que os olhos percorrem as linhas, porque seus elementos relativamente estáveis formam um “rótulo padrão” para um conceito culturalmente reconhecido, um termo no idioma.

Embora o significado das EI possa ser relativamente previsto, considerando que são estruturas pertencentes ao repertório popular de uma língua e que esse conhecimento de mundo é compartilhado por grande número dos integrantes de uma comunidade de falantes, o sentido, adquirido no contexto no qual se aplica é flutuante e pode coincidir com o significado ou alterar-se em maior ou menor grau, chegando mesmo a ganhar um sentido novo muito diferente do significado. Um exemplo que ilustra essa ideia é o que ocorre com a EI *maria vai com as outras* “pessoa fraca, sem personalidade” (URBANO, 2018, p. 198) aplicada em diferentes contextos: (i) “[...] uma das maiores causas das constantes epidemias de burrice que passamos todos os dias, o efeito *Maria Vai Com as Outras* [...]. Quando pessoas não são capazes de pensar por si mesmas e começam a acreditar em tudo que ouvem [...]” (TEIXEIRA, s/d); (ii) “*Maria vai com as outras*: Podcast de entrevistas da Revista Piauí que discute a relação da mulher com o trabalho, vida afetiva, família e muito mais. Apresentado por Branca Vianna.” (PIAÚÍ, s/d).

Nesse cotejo, note-se que a forma da EI não se altera, mas é o contexto no qual se inserem que irá determinar o nível de aderência ao significado que são, em certa medida, opostos um em relação ao outro. Em (i), o sentido conserva a linha semântica do significado, funcionando como um sinônimo – mais popular e acessível ao grande público – de “efeito manada”, termo da

psicologia utilizado para explicar o comportamento humano “(também conhecido como conformidade social ou comportamento de manada), [que] diferentemente do senso de comunidade, é definida por elementos de hostilidade e medo: se você está dentro da manada, é melhor seguir as regras ou correr o risco de expulsão” (RIGBY, 2019, s/p). Já em (ii), a EI é utilizada para dar nome a um *podcast* – um tipo de arquivo digital de áudio transmitido pela internet, de conteúdo variado, com o intuito de divulgação de informações. Embora a forma seja mantida, considerando o contexto, é possível concluir que a EI metonímica aproxima-se do literal – mulher (metonimizada por Maria) que segue junto de, caminha e compartilha (vai) com outras –, tendo em vista o propósito de discussão de assuntos de interesse a muitas mulheres. Não há indícios que conotem um sentido de que o podcast tenha o intuito de condicionar as ouvintes, mas, ao contrário, visa a motivar discussões. A construção ganha um sentido de coletividade, de compartilhamento positivo e construtivo, o que se distancia do significado pejorativo da EI. Por meio dessas ocorrências, verifica-se quão determinante o contexto é para a construção do sentido de EI. Ademais, deixa evidente a ideia de que a variação de conteúdo nem sempre se vincula à variação de forma.

Há, por outro lado, contextos discursivos – mas também situacionais – que interferem na forma da EI a fim de atender às condições que mais se adequam às situações comunicacionais, implicando alteração no sentido global, da expressão e do próprio discurso. Sobre isso, Vilela (2002, p. 167) lembra que há “[...] variantes e variações em que o nível de língua (a situação) condiciona a escolha e em que há quase sinonímia estrutural, existindo assim variação diastrática”. Assim, dependendo do grupo social no qual ocorre ou a quem se destina o discurso, pode ocorrer variação na EI: *dar (a maior) merda, dar bosta, dar titica, dar m.(eme), dar ruim*. Ainda que se trate de expressão tida como chula que significa “dar uma grande confusão; dar tudo errado; dar problema” (MELLO, 2009, p. 150) é possível modalizá-la, mesmo que teoricamente, não seria utilizada em situações comunicacionais que exigem mais formalidade. Para ilustrar, utiliza-se o excerto de uma crônica esportiva, publicada na Folha de S. Paulo: um gênero mais informal, publicado em um jornal de grande circulação, cujo leitor típico, segundo levantamento realizado pelo próprio jornal, “tem 40 anos e um alto padrão de renda e de escolaridade” e “para o diretor de Redação da Folha, Otavio Frias Filho, o fato de o leitor estar ficando mais velho e mais instruído reflete a inserção do jornal no *establishment*³⁰ da opinião pública brasileira. ‘É a realização de um objetivo antigo da Folha’” (MOTA, s/d).

³⁰ *Establishment* “1. Ordem ideológica, econômica, política e social que determina o caráter de uma sociedade, de um Estado. 2. O grupo que representa a classe social e política de poder em um país. 3. Grupo de pessoas com maior poder de decisão em qualquer campo de atividade” (AULETE, 2021, s/p).

Teoricamente, não se espera encontrar certas escolhas lexicais, tidas como chulas, em uma publicação destinada a um público conservador. Observe-se como possivelmente tal contexto situacional influenciou o discurso de Suzuki Jr. (1995, s/p, grifos nossos):

Lá em Quito, *deu a maior Eme... lec-a* [título da publicação]
Meus amigos, meus inimigos, e o Edmundo ein?
Deu a maior Eme...lec-a.
Já que o Vítor é o melhor amigo do cartão vermelho, o Mário Sérgio vai de Tupã na lateral. Aliás, Tupã 2, a missão.
A teenbolada avisa lá que vai. [...]

O lexema *merda* da EI referência foi substituído por um lexema atenuado *meleca*, mas sua grafia foi realizada remetendo à oralidade – pausa (...) e um tipo de silabação (*Eme... lec-a*), não considerando as “pausas potenciais” (AZEREDO, 2000, p. 13), simulando um balbuciar –, evidenciando a intenção do autor de registrar um titubear, uma reformulação da expressão ao chegar na parte que poderia ser sensível ao interlocutor. Assim, ao invés de *merda*, primeiramente, registra-se *eme*, deixando subentendida para inferências do leitor a palavra cuja inicial se refere. Após uma pausa, reformula-se o registro, complementando com *leca*, por meio de uma silabação que não é dita em sílabas gramaticais, mas em conjuntos que marcam hesitação e cuidado. Por fim, o que se tem é EI *deu a maior merda* modalizada para *deu a maior eme...lec-a (meleca)*. De uma perspectiva mais pragmática, pode-se inferir que, mesmo o gênero permitindo registros informais, aparentemente, o contexto situacional, produziu um discurso, embora informal, modalizado pela EI variante ocasional *deu a maior eme...lec-a*, (re)formulada em função dos contextos a fim de produzir um discurso que, ao mesmo tempo, conservasse a informalidade, mas mantivesse o nível esperado pelos leitores da Folha de S. Paulo.

É possível verificar que contexto discursivo e/ou situacional são responsáveis pelo processo de desafixação ou descongelamento da EI, considerando as necessidades impostas por esse, em favor da melhor representação de uma ideia. Pode-se, por exemplo, optar por *construir/erguer/arquitetar castelos de areia*, opções variantes frequentes, ou até mesmo *demolir/implodir castelos de areia*, variantes ocasionais, dependendo das intenções e demandas comunicacionais. Duarte (2006) destaca três aspectos que podem implicar adequações da EI ao contexto discursivo: (i) negação – Ele *não* pôde colocar as barbas de molho; (ii) antonímia – Ele *tirou* as barbas de molho; e (iii) diminutivo – Ele pôs as *barbichas* de molho. Além desses mecanismos, defende-se que tantas outras necessidades podem promover alterações em uma EI, seja para ajustar-se lexicalmente ao contexto, seja para conferir-lhe outros efeitos de sentido por meio da inovação de forma. Dentre esses, um dos efeitos decorrentes do uso de EI seria a

possibilidade de atribuir um valor perlocutivo àquilo que poderia ser dito de modo meramente declarativo ou (conotativamente) neutro. Desse modo, “ele perdeu todo seu dinheiro” e “ele ficou com uma mão na frente e a outra atrás” guardam certo grau de equivalência conceitual (CRUSE, 1995), entretanto, o efeito produzido por uma e outra declaração são diversos, pois trazem diferentes impactos, sendo que a segunda reforça, enfatiza, intensifica (de modo hiperbólico) a informação central do empobrecimento daquele de quem se fala.

Na concepção de Vilela (2002, p. 184), certas construções fixas servem como modelo a outras construções, que se daria por meio de um processo de “desafixação” ou “desconstrução de expressões idiomáticas” e que, nesta pesquisa, prefere-se adotar a ideia de variação, uma vez que se entende que se parte de uma forma *a* para criar outra *a'*, que mantém ligações de forma e/ou conteúdo com aquela. Para Schmale (2013), chama atenção o fato de as EI, construções (relativamente) estáveis, carregarem, além de uma impressão idiomática, também uma impressão pragmática – uma espécie de ancoragem pragmática, responsável pelos parâmetros situacionais e contextuais, sequenciais, estilísticos, da relação social entre os participantes –, de modo que seu uso esteja ligado aos contextos de uso e sua realização adequada requeira conformidade a aspectos muito específicos, como condições sequenciais, contextuais, sociais, estilísticas etc., conforme demonstrou o exemplo *deu a maior Eme...lec-a*: a EI ajuda a construir o discurso e, considerando os fatores contextuais, sofre adaptações para se enquadrar a estes.

Uma das consequências mais elementares da aplicação da EI no discurso é a necessidade de conjugação do verbo que a acompanha, esteja este verbo integrado ao núcleo semântico da EI ou apenas ligado ao núcleo semântico da EI – tratado na Seção 5. Se por um lado, o infinitivo, embora tenha a força transitiva, segundo destaca Bréal (1992, p. 64),

[...] representa a ideia verbal desembaraçada de todos os elementos acessórios e acidentais. Não conhece nem a pessoa nem o número. A ideia de voz (ativa, média, passiva) lhe é, no fundo, estranha. A própria ideia de tempo não entrou nele senão por uma espécie de redundância e graças a retorque tardios.

Por outro lado, a conjugação traz para os verbos e, por conseguinte à EI que integra, diversas informações que o ligam ao discurso no qual se insere, conferindo-lhes informações de modo, tempo, pessoa e número, as quais regem os argumentos obrigatórios (elementos actantes) e descrevem as circunstâncias do processo (elementos circundantes). Tais alterações decorrem da atualização de qualquer verbo no discurso, mas quando se trata de EI, a conjugação dará um direcionamento semântico à essa estrutura em si e ao discurso de um modo geral, ainda que se trate de verbos que não tenham semântica plena: não *seja* um maria vai com as outras; *seria* um

maria vai com as outras se não decidisse; se andar de moto sem capacete *baterá* as botas mais cedo ou mais tarde; quase *bati* as botas quando vi a fatura do cartão de crédito; *morreríamos* numa nota, não fosse o cupom de desconto; *teria dado* m., não fosse sua rápida intervenção; estava *colocando* as manguinhas de fora, quando se deu conta do ambiente que estava.

Ainda com relação a aspectos sintáticos, o uso de advérbios ou locuções adverbiais associados às ou mesmo inseridos nas EI produzem efeitos que resultam em nuances de sentido. Embora as EI coesão interna, tendo em vista seu aspecto estrutural estável, é possível e verificável a inserção de certos elementos lexicais ou funcionais em sua estrutura. Os advérbios, por exemplo, conferem noções de tempo, modo, intensidade etc. às ideias expressas pelas EI, a fim de ajustá-las às intenções discursivas. Assim, por exemplo, *ficar fulo da vida* ganha intensidade nas formas *ficar muito/ absolutamente fulo da vida*; *acordar com as galinhas* ganha um aspecto de modo nas formas *acordar rapidamente/prontamente com as galinhas*.

Além da inserção de elementos, a mudança de um dos componentes pode também implicar na alteração, acentuada do sentido da EI, como verifica-se no excerto a seguir: “Embora exista o braço escocês do Partido Trabalhista, a força está com o SNP e sua líder, a primeira-ministra escocesa Nicola Sturgeon, uma pequenina matadora que sonha em *apunhalar, pela frente*, os conservadores e os unionistas, contrários à independência” (GRYZINSKI, 2019), a EI de função adverbial modal *apunhalar pelas costas* – “trair a confiança de alguém imerecidamente” (MELLO, 2009) – ao ter mudado o modo pelo qual se daria a “apunhalada”, a EI confere ao ato de traição ares mais explícitos, tendo em vista que um ataque frontal deve considerar o risco de uma reação, de uma defesa – diferentemente da surpresa de um ataque pelas costas –, de modo que uma *punhalada pela frente*, considerando elementos do contexto como “pequenina matadora”, em sentido figurado, agrega essas informações na construção do sentido que acrescenta coragem, impetuosidade, destemor. Note-se que a variante ocasional é necessária à imagem que se delineia para a mencionada primeira-ministra, que não seria de uma líder traiçoeira – que *apunhalaria pelas costas* –, mas destemida, impetuosa, que não age pelas costas, senão pela frente. Sem as informações contextuais, a construção do sentido dessa forma derivada poderia não ser alcançada de maneira adequada.

Outra alteração sintática que implica variação de forma e/ou conteúdo decorreria da flexão de grau por meio da adoção de aumentativo – *tirar uma cascona/um cascão* –, diminutivo – *cãozinho que ladra não morde* – ou superlativo tanto sintético – *dar um duríssimo* – quanto analítico – *demasiadamente cara de pau* – com intuito de intensificar a EI. Evidentemente,

qualquer tipo de inserção, substituição ou alteração de elementos afeta o sentido da EI e, por conseguinte, do discurso como um todo, criando um contexto discursivo edificado pelas escolhas lexicais, sejam elas mais ou menos ortodoxas. Por exemplo, se ao invés de *dar uma colher de chá* utilizar-se *dar duas colheres de chá*, em sentido idiomático, ganharia um sentido de “dar mais de uma chance, facilitar além do esperado”: “Quando me pediu 1,5 ponto na média, o aluno me pediu logo *duas colheres de chá*”. Nesse caso, note-se que o numeral emprestou um atributo de intensidade, ao aumentar a quantidade, *duas* ganhou um sentido figurado nessa construção, que somente é percebido levando em consideração o contexto no qual se insere. Há, desse modo, uma relação de interdependência: do contexto discursivo – mas também do situacional – com as escolhas lexicais, das escolhas lexicais sobre o discurso, do discurso sobre o contexto discursivo – e, em certa medida, sobre o situacional.

Diferentemente dos provérbios, que têm valor de discurso completo e não dependem de adaptações para integrar um texto, as EI, de modo geral, devem ser ajustadas ao contexto discursivo (STREHLER, 2009). Os provérbios que, de modo geral, trazem uma estrutura argumentativa praticamente completa e, assim, encaixam-se no contexto discursivo que passam a pertencer, sem a necessidade de adequações, apenas o fazem quando existe uma intenção estilística ou argumentativa. As EI, a seu turno, ao serem incorporadas a um texto, podem se adequar apenas quanto ao número, pessoa, modo e tempo e também passar por alterações de outros tipos a fim de acomodar-se aos propósitos discursivos. Neste último caso, fica claro que o contexto discursivo imporá as mudanças, mas também apoiará a construção do sentido. Aliás, vale ressaltar que as alterações de forma ocorrem em função do contexto e, tendo em vista que qualquer operação de permuta resulta em perda semântica do significado original, a construção do sentido tem como pilar justamente o contexto que motivou a variação. No limite, é possível asserir que não há mudança sem impacto no sentido da EI e do discurso no qual se insere.

O contexto discursivo oferece as informações necessárias à construção do sentido de EI, ainda que não tenham sofrido nenhum tipo de alteração. É também o responsável por promover alterações nas EI, sejam essas mais sutis e previsíveis – como adequações flexionais: número-pessoais, modo-temporais – sejam essas mais acentuadas e inovadoras – com mudanças de forma e/ou conteúdo – visando a atender aos propósitos discursivos. Ao mesmo tempo em que atua como um agente de variação, o contexto também oferece o cenário de motivação que permite a formulação e compreensão do sentido de estruturas novas que, por vezes, não podem ser encontradas em dicionários. Contexto discursivo e EI correlacionam-se e colaboram na construção do sentido, tanto das EI em si, quanto do discurso como um todo.

6.2 Compreensão, interpretação textual e expressões idiomáticas

Para compreender um texto, é preciso decodificá-lo. Para interpretar um texto, é preciso acessar os sentidos pretendidos pelo falante/escritor e criá-los, os ouvintes/leitores, com base em seu próprio repertório. Para isso, além dos elementos do texto em sua materialidade linguística, é preciso considerar o conhecimento daquele a quem se destina esse texto, sendo esta uma condição fundamental para que haja interação (KOCK; ELIAS, 2012). A escolha de uma EI em lugar de outros modos de dizer envolve intenções e carrega consigo sentidos que reverberam sobre si e sobre o discurso. Assim, se por um lado, o uso de EI emprestam mais expressividade ao texto, por outro, nem sempre seu uso presta-se à clareza, isso porque essas construções podem atuar como um artífice quando “[...] o sujeito produtor dos discursos diz, muitas vezes, para não ser entendido, ou elabora discursos para simplesmente ser ouvido ou até para ocupar um lugar de destaque, ou para ser respeitado. Nesse sentido, ele joga com os subentendidos, com os ‘não ditos’” (MARI, 1991, p. 24). Em situações como essa, conta-se não apenas com um possível desconhecimento do interlocutor acerca do significado da EI, mas, para além disso, também com a imprecisão provocada pela polissemia ou mesmo pela homonímia entre o sentido literal e o não literal, deixando o sentido em aberto, a cargo das experiências do interlocutor. Segundo Andrade (2003, p. 108), no caso de interações face a face,

com certa frequência, os locutores fazem uso de um trabalho de busca do termo adequado para assegurar a intercompreensão, viabilizando, assim, a continuidade do processo interacional. Isso se deve ao fato de que no texto oral o planejamento e a formulação textual são processos simultâneos ou quase simultâneos e criam um trabalho de seleção lexical bem específica e porque não dizer peculiar, já que os interlocutores são co-participantes nessas escolhas e, quando um termo referido não é conhecido, o pedido de esclarecimento é o caminho para que a seleção lexical seja bem sucedida.

No caso de textos escritos, que, por natureza, carecem da interação local – característica da conversação –, mas gozam de planejamento prévio – característica da escrita –, é possível que mecanismos da língua possam ser utilizados para tentar antever e desfazer uma possível falta de entendimento de trechos, termos ou unidades lexicais. Evidentemente, tais recursos são acessados quando existe a intenção de que a compreensão seja atingida, uma vez que, como visto, há situações em que a ambiguidade ou ideias implícitas podem ser o objetivo pretendido. Tendo em vista a interação, e que “um ato de linguagem não é verdadeiro ou falso, mas ‘bem sucedido’ ou não” (MAINGUENEAU, 1996, p. 9), o contexto discursivo deve, em teoria, suprir

as informações para conduzir o interlocutor à compreensão do discurso. Ao pensar nas EI, um fator complicador para o sucesso do ato de linguagem seria a possibilidade de o interlocutor desconhecer por completo ao menos um significado da expressão presente em um dado texto falado ou escrito. Nesse caso, a análise do contexto discursivo seria um primeiro passo na busca por elementos capazes de oferecer contribuições para formulação de algumas hipóteses de sentido por parte do interlocutor, se não por completo, ao menos o habilitando a fazer a distinção entre a aplicação do sentido literal ou figurado naquela situação. Sobre isso, Tabossi e Zardon (1993, p. 147-148) advogam:

É certo que vários fatores podem acelerar a ativação de significados idiomáticos. Um contexto sentencial, por exemplo, pode direcionar a compreensão de um fragmento em direção à sua conclusão idiomática, tornando mais rápida a ativação de seu significado. Da mesma forma, a incongruência pragmática pode fornecer pistas importantes para a compreensão idiomática.

À parte os fatores cognitivos que contribuem para a compreensão de uma EI, vale ressaltar que o sentido não literal se constrói em bases não apenas discursivas, mas também por meio da associação a elementos conhecidos por meio de mecanismos da memória. Glucksberg (1990) defende que os significados literais das partes de uma EI, se não se vinculam de modo direto ao sentido idiomático, contribuem para isso. No caso de EI cuja motivação está mais aparente, é possível perceber com certa facilidade a ligação com o sentido literal de uma ou mais de suas partes e assim utilizar essa ligação como um primeiro passo para a compreensão da expressão. Já naquelas EI cuja motivação se tornou demasiado opaca, esse procedimento não contribuiria na compreensão e outros mecanismos teriam de ser acionados.

Embora as EI sejam estruturas de uso corrente na linguagem do dia a dia, nem todos os usuários de uma língua detêm seu significado. Assim, ao escolher uma EI em um discurso, o locutor deve ter em mente que sua comunicação pode não ser compreendida em sua completude. Se essa comunicação ocorrer em uma interação face a face, qualquer mal-entendido pode ser desfeito, seja por meio de uma expressão não verbal do interlocutor – um olhar, um aceno de cabeça –, seja por um pedido verbal de esclarecimento – “o que você quis dizer com...?”, “não entendi”. Todavia, em um enunciado escrito não interativo³¹, essa explicação ou esclarecimento deve ocorrer metalinguisticamente no próprio texto sinalizado por mecanismos de escolhas lexicais de metadiscursividade ou de prefaciadores (ANDRADE, 2003) para elaboração de

³¹ Em oposição a enunciados escritos interativos: mensagens de texto instantâneas mediadas, por exemplo, por aplicativos de conversação, cuja troca, embora ocorra por meio gráfico, acontece em tempo real.

paráfrase ou outro modo de explicar ou apresentar o significado da EI utilizada, ainda que seja por meio de outra EI de significado equivalente, como neste exemplo: “Elias se sente sozinho, humanamente falando. Só. Este é um dos piores sentimentos que um servo de Deus pode sentir - a terrível sensação de que está *malhando ferro frio*, dando ‘*murro em ponta de faca*’” (SILVA, 2007).

Qualquer processo de compreensão envolve o repertório experiencial daqueles que são receptores do discurso (ZWAAN, 2009). Esse repertório é construído com base em experiências prévias que se acumulam e devem ser recuperadas a fim de interpretar o significado e formular o sentido de EI, por meio de vivências culturais, sociais, pragmáticas. Para Kock e Elias (2012) a compressão envolve uma série de fatores complexos e inter-relacionados, dentre os quais os fatores atribuídos ao escritor/leitor – conhecimento dos elementos linguísticos (uso de determinadas expressões, léxico antigo etc.), esquemas cognitivos, bagagem cultural, circunstâncias em que o discurso é produzido – e ao texto em si, ligados a aspectos como legibilidade, que pode ser material – suporte de produção, fonte, caligrafia, disposição do texto etc. –, linguística – escolhas lexicais, estruturas sintáticas, adequação/inadequação do uso de sinais etc. – ou de conteúdo – complexidade/simplicidade dos assuntos.

Dessa perspectiva, que considera os aspectos cognitivos da comunicação, a compreensão não depende apenas do produtor do texto ou do receptor do texto, mas decorre de uma construção textual que vise ao entendimento, dispondo dos elementos necessários a isso, dispostos de modo adequado e ao nível do público a quem se destina que, a seu turno, buscará ativar em seu repertório mental os elementos experienciais – sintáticos, lexicais, pragmáticos, sensório-motores, afetivos etc. (BERGEN; CHANG, 2005) – necessários para decodificar e formular sentidos àquilo que lê/ouve. Por outro lado, deve-se considerar que o contexto tem papel primordial “[...] nos processos de constituição e de interpretação do texto, bem como distingue diferentes fases articuladas com várias concepções de contexto” (GUIMARÃES, 2014, p. 18). Disso, pode-se inferir que o texto em si oferece elementos contextuais que evocam os sentidos, os quais apenas se constituem de fato naqueles que leem/ouvem, à medida que os arranjos textuais acionam os acervos experienciais que retornarão modos de compreender e interpretar.

Zwaan (2009), de um ponto de vista geral, argumenta que os processos de compreensão são uma simulação mental de eventos que reativa traços de experiências anteriores. Isso quer dizer que compreender aciona, ativa e atualiza continuamente um conjunto de modelos mentais e de

situações (VAN DIJK, 2012; VAN DIJK, KINTSCH, 1983) construído à medida que o indivíduo acumula vivências. De outro ponto de vista, Biderman (2001a, p. 182) assevera que:

[...] os indivíduos estruturam mentalmente o seu repertório léxico, seguindo os modelos e os usos de sua comunidade linguística, através de um processo mental de categorização. Essa classificação categorial latente na memória do falante decorre de duas operações complementares: a) o conhecimento do mundo e da taxionomia que a sua língua e a sua cultura atribuem a essa mesma Realidade; b) o seu esforço cognitivo pessoal de armazenar e catalogar os denotadores léxicos, segundo o modelo semântico da sua língua e, eventualmente, de potencialidades linguísticas de cunho universal, de que ele seria dotado de seu nascimento.

De modo mais específico, a compreensão de uma EI, embora independa do conhecimento de sua origem, já que esta, “costuma despertar muita curiosidade, mas normalmente fica sem solução científica” (URBANO, 2008, p. 42), envolve o acionamento de uma gama de aspectos culturais, experienciais, linguísticos, pragmáticos etc. Para além disso, a construção do sentido dessas estruturas complexas, quando em uso, deve considerar não apenas seu significado “em estado de dicionário”, mas este em conjunto com o contexto discursivo no qual se insere, tendo em vista as influências e interferências que pode sofrer na produção do sentido final.

Andrade (2003, p. 76) ressalta que “[...] o texto deve ser observado não apenas em relação ao que está dito, mas também as formas da maneira de dizer, pois estas permitem uma leitura dos implícitos que se revelam e evidenciam a interatividade [...]”. Desse modo, a escolha do uso de uma EI traz ao texto esses implícitos, que, além dos efeitos e da expressividade, também deixam lacunas semânticas que podem ser preenchidas pelo interlocutor. Considerem-se os exemplos a seguir:

- (i) Ele deu o *último suspiro*; e
- (ii) [...] Doutor Poti já sem cor à cabeça no colo de dona Jandira. Doutor Romão com a calma de homem acostumado com a vida e com a morte, abriu a maleta, tirou a caneta, o bloco de notas, o termômetro, o fonidoscópio. Ia iniciar a examinar o morto-vivo e esse *deu o penúltimo suspiro*. Dona Maria Vendedora de Milho Assado na Estação do Timbó foi mais ligeira que rápida e empurrou o doutor médico, ajoelhou junto de doutor Poti, colocou a mão esquerda na testa dele e enfiou a mão direita na boca e puxou a meia laranja que estava trancada na goela. Doutor Poti respirou com a força de um touro. [...] (SOUZA, 2018, p. 8, *grifo nosso*)

Em (i), sem qualquer contexto adicional, não é possível afirmar se ele entregou a alguém o último “doce muito leve feito de clara de ovo batida com açúcar e que vai ao forno brando” (AULETE, 2021, s/p) ou se aquele foi “o momento derradeiro de vida, o exalar da última respiração, ao morrer” (AULETE, 2021, s/p). Do que se pode confirmar que o contexto,

discursivo ou situacional, oferece a base fundamental à compreensão do discurso, uma vez que permite que modelos mentais sejam acessados no processo de formulação da compreensão e da interpretação (VAN DIJK, 2012). Já (ii) oferece um claro exemplo da situação de dupla influência EI $\leftrightarrow$ contexto discursivo. Há notadamente uma relação entre a EI referência *dar o último suspiro* e a variável *dar o penúltimo suspiro*, produzida da necessidade imposta pelo contexto discursivo para expressar a ideia de alguém que *quase* morreu – recuperou-se antes de dar o último suspiro, antes de morrer. É por meio do contexto discursivo que se pode entender que, para aqueles que assistiam ao doutor Poti, “já sem cor na cabeça” (pálido), ele vivia seus últimos minutos neste mundo, porém, o narrador onisciente, sabia que o sujeito não morreria naquele momento, por isso não ser adequado o uso de *último suspiro*, tendo em vista que se tratava de um “morto-vivo” ainda vivo, salvo da morte por dona Maria Vendedora de Milho Assado na Estação do Timbó. A EI variante acessa os modelos mentais (VAN DIJK, 2012) que retornam aquilo que mais se aproximaria dessa estrutura e, com base nas informações trazidas pelo contexto discursivo, é possível depreender que *penúltimo suspiro* alude a uma situação de quase morte e súbita recuperação.

Ainda acerca de (ii), pode-se dizer que o contexto discursivo, além de apoiar a compreensão como um todo, também oferece subsídios à interpretação e formulação do sentido da variação da EI que ganha um matiz diferente, mais expressivo, embora eufemístico, já que traz uma unidade lexical mais subjetiva e indireta para referir-se a alguém que estava *à beira da morte*. Essa escolha relaciona-se ao argumento de Di Fanti e Brandão (2018, p. 11) ao mencionar que “o ser humano, ao expressar-se pela língua, nas relações interpessoais, sociais, faz escolhas lexicais, sintáticas, prosódicas, arma estratégias (afetivas, de persuasão, coerção...) para atuar sobre o outro, compreender o outro e com ele interagir”. Desse modo, a referida escolha é parte da estratégia discursiva, das intencionalidades comunicativas. Em vista dos demais elementos que compõem o excerto, o uso da EI variante ocasional agrega expressividade ao texto, mesmo que, para isso, fosse necessária uma mudança de forma (penúltimo em lugar de último), demonstrando que em uso, EI podem sofrer alterações a fim de “dar azo a múltiplas adequações por força do co(n)texto e da intencionalidade discursiva” (DUARTE, 2006, p. 14).

Neste ponto, já se pôde ratificar o entendimento de que as EI variam, bem como se pode asserir que qualquer alteração decorre de intenções e necessidades, respeitando limites que conservem ligações de forma e/ou conteúdo com a EI referência, isto é, aquela cuja frequência de uso consagrou a forma, e que qualquer alteração na forma implica alteração de conteúdo. Por serem estruturas consagradas (lexicalizadas), de uso comum entre os usuários de uma língua,

oferecerem condições para abrirem-se à possibilidade de derivações a partir delas, respeitando limites que preservem sua genealogia, mantendo a motivação suficientemente aparente, de modo que não criem estruturas indecifráveis que poderiam causar prejuízos à interação, ou seja, mesmo diversa da construção mais comumente verificada, a EI deve se manter inteligível para o interlocutor. O contexto discursivo constitui-se em parte determinante à construção do sentido oferecendo uma penúltima camada de sentido, isso porque, “[...] o interlocutor (real ou presumido) não é passivo. Ao perceber e compreender o significado (linguístico) do discurso, o interlocutor ocupa simultaneamente em relação ao locutor uma ativa posição responsiva [...]” (MOLON; VIANNA, 2012, p. 148). Em razão disso, cabe à interpretação dada pelo interlocutor a função de última camada na construção do sentido, uma vez que “[...] o sujeito [interlocutor] também tem participação na construção do sentido, reproduzindo o sistema ou confrontando-se com ele. Esse momento ativo do sujeito precisa ser, de alguma forma, preservado embora não possa implicar autonomia em relação ao sistema e à história” (MARI, 1991, p. 24).

Em consonância com Hall (2003), para quem não haveria discurso inteligível não fosse a operação de um código e a articulação da linguagem sobre o “real”, entende-se que, embora o sujeito seja a última camada na construção do discurso, de modo amplo, e das EI, de modo estrito, é preciso que se tenha em mente que aquele que escreve/fala doa significação ao discurso à medida que o produz, o que quer dizer que o sentido não nasce exclusivamente no outro, mas tão somente ganha ajustes finos de interpretação dentro daquela enunciação materializada em um discurso. Há, sem dúvida, casos de má interpretação, mas, em maior ou menor medida, dentro de um escopo resguardado pelo discurso e pelo contexto discursivo que o emoldura³². Porém, a efetiva interação apenas acontecerá se “os usuários da língua forem capazes de construir modelos mentais dos eventos ou fatos sobre os quais estão falando ou ouvindo e se forem capazes de relacionar entre si os eventos ou fatos que estão nesses modelos” (VAN DIJK, 2012, p. 90). Desse modo, para que *um peixe fora d’água* seja compreendido como “desambientado, fora do seu elemento, de seu meio natural” (URBANO, 2018, p. 240) e não como um ser aquático que se encontra fora da água, isto é, para que seja compreendido seu sentido figurado e não o literal, é preciso que os atores da interação não apenas compartilhem conhecimento, mas, em certa medida, possuam modelos mentais (que são únicos, pessoais e subjetivos) capazes de decodificar um e não outro sentido em determinada situação. Aliás, as diversas situações comunicacionais estão inseridas em contextos situacionais que não

³² Talvez aqui valha, para pesquisas futuras, pensar e desenvolver ideias em torno das *fake news*, que induz a interpretações com base em textos construídos com a finalidade de disseminar inverdades.

determinam, mas influenciam a construção discursiva em si que, por sua vez, está envolta por um contexto discursivo, um ambiente linguístico criado por escolhas lexicais, estruturas sintáticas, estilo, dentre outros aspectos que operam como força geradora das variações das EI.

De acordo com o exposto, pode-se afirmar que as unidades lexicais (simples e complexas) ganham densidade de sentido quando atualizadas no discurso. Conforme assevera Wilhelm von Humboldt, “somente no indivíduo a língua recebe a sua determinação final. Ninguém pensa numa palavra justa e exatamente do mesmo modo que o outro, e a mais ínfima diferença tremula como um círculo na água, até atravessar a língua inteira” (HEIDERMAN; WEININGER, 2006, p. 163). O discurso, a seu turno, está inserido em um contexto situacional que estabelece sobre ele, o discurso, um tipo de relação de causa e efeito. Todavia, segundo defende Van Dijk (2012, p. 11) “não é a situação social que influencia o discurso (ou é influenciada por ele), mas a maneira como os participantes definem essa situação”. Isso implica que os contextos não são um tipo de condição objetiva, mas são constructos (inter)subjetivos concebidos passo a passo e atualizados na interação pelos participantes enquanto membros de grupos e comunidades. Ademais, longe de atuar de modo positivista e determinista, o contexto situacional tão somente estabelece direções de encaminhamento do discurso, atuando, ou ao menos contribuindo, inclusive na construção do sentido em conjunto com o contexto discursivo (VAN DIJK, 2012, p. 11), ou seja, é o contexto situacional que permitirá que uma EI como *subir no telhado* pode ser utilizada de maneira adequada em lugar de *falecer*, por exemplo, mas não quer dizer que todos que participem da mesma situação comunicacional e que integrem em um mesmo grupo social utilizem essa mesma unidade lexical. Por outro lado, os contextos situacional e discursivo conjugam para o estabelecimento do sentido da EI: (i) “Você tem um carregador? A bateria do meu celular *subiu no telhado*”, com sentido de *acabar, esgotar, perder a carga*; (ii) “O pobre homem *subiu no telhado*, depois de quase um mês internado”, com sentido de *morrer*. Assim, locutor e interlocutor terão de acessar uma série de aspectos para que a comunicação se estabeleça de modo eficaz. De acordo com Gonçalves-Segundo (2017, p. 140):

a estrutura e a prática social interagem com os objetivos comunicativos de grupos e de atores sociais em uma dinâmica dialética complexa que, inevitavelmente, coloca a construção negociada de sentido como aspecto central para a reprodução social, tanto em termos da manutenção quanto da contestação de valores, representações, estilos, ações e relações interpessoais.

Isto é, a efetiva interação dar-se-á se, e somente se, “os usuários da língua forem capazes de construir modelos mentais dos eventos ou fatos sobre os quais estão falando ou ouvindo e se forem capazes de relacionar entre si os eventos ou fatos que estão nesses modelos” (VAN DIJK,

2012, p. 90). Para que haja comunicação, os participantes precisam compartilhar (ainda que minimamente) dos mesmos modelos mentais. Assim, para que *um peixe fora d'água* seja compreendido em sentido figurado e em sentido literal, é preciso que os atores da interação não apenas compartilhem conhecimento, mas possuam modelos mentais (que são únicos, pessoais e subjetivos) capazes de decodificar um e não outro sentido acerca da declaração.

Cumprе mencionar que, além de os contextos serem o produto do constructo dos participantes de uma dada interação, com base em modelos mentais que acabam por governar aspectos da construção e da compreensão discursiva, são também um processo dinâmico que gira em torno de produzir e compreender o texto à medida que é produzido (VAN DIJK, 2012). Ademais, pode-se, de um modo mais estrito, tomar o contexto como o ambiente linguístico-discursivo (contexto discursivo) no qual se constrói um texto. Entende-se que as EI possuam, ainda no sistema, uma base semântica, não é possível afirmar que tenham um sentido único, esgotado em si e por seu significado, posto que seu sentido, em uso, somente será determinado quando considerado o contexto, pois, conforme Lopes (1976, p. 257): “[...] o sentido das palavras depende do contexto frásico no qual elas se inserem, e o sentido das frases depende do contexto mais amplo do texto que as enclausura”. Desse modo, o processo de compreensão e, por conseguinte, de construção do sentido envolve o estabelecimento de ligações da menor até a maior estrutura, considerando aspectos internos e externos ao texto, passando pelas intenções pretendidas pelo produtor do discurso até a interpretação atingida pelo receptor desse discurso.

Mas o que acontece quando, no correr de olhos por um texto escrito, o leitor depara-se com uma EI? De acordo com Biderman (2001a, p. 181), embora a forma de armazenamento dos componentes do léxico na mente humana seja desconhecida, a memória é capaz de registrar de modo organizado o sistema lexical por meio de processos mnemônicos, estruturalmente ordenados de modo tal que quando precisa recuperar um vocábulo, “[...] desencadeia-se um processo que nos fornece, normalmente em série, várias palavras que integram um mesmo subsistema léxico ou então um determinado campo semântico”. Assim, ao deparar-se com uma EI no texto, talvez a primeira impressão seja a identificação de uma estrutura que se difere de alguma maneira do entorno linguístico no qual se insere. Então, ao leitor que traz em seu vocabulário ativo ou passivo o dado de significado daquela EI, cabe o resgate desse significado por meio do acionamento da memória e a interpretação do sentido da EI naquele contexto. Entretanto, àquele para quem a EI é uma completa novidade, ou seja, consultada a memória as devolutivas retornam apenas os significados literais de cada lexema, sem que com isso aquela construção faça algum sentido, resta-lhe averiguar no próprio texto as pistas para formulação

de um possível sentido daquela estrutura estranha a seu vocabulário. Por vezes, o locutor, prevendo a possibilidade de ruído na compreensão, pode acionar mecanismos textuais de explicação. No exemplo anteriormente mencionado para esse caso, uma EI foi utilizada para explicar outra, já no excerto a seguir o narrador de *O Alienista*, de Machado de Assis, dedica algumas linhas à explicação do significado da EI utilizada:

Quanto à ideia de ampliar o território da loucura, achou-a o boticário extravagante; mas a modéstia, principal adorno de seu espírito, não lhe sofreu confessar outra coisa além de um nobre entusiasmo; declarou-a sublime e verdadeira, e acrescentou que era “*caso de matraca*”. Esta expressão não tem equivalente no estilo moderno. Naquele tempo, Itaguaí que como as demais vilas, arraiais e povoações da colônia, não dispunha de imprensa, tinha dois modos de divulgar uma notícia; ou por meio de cartazes manuscritos e pregados na porta da Câmara e da matriz – ou por meio de matraca. Eis em que consistia este segundo uso. Contratava-se um homem, por um ou mais dias, para andar as ruas do povoado, com uma matraca na mão. De quando em quando tocava a matraca, reunia-se gente, e ele anunciava o que lhe incumbiam um remédio para infecções, umas terras lavradas, um soneto, um donativo eclesiástico, a melhor tesoura da vila, o mais belo discurso do ano etc. (ASSIS, 2017, p. 18-19, *grifo nosso*)

Note-se que no caso em questão, o próprio narrador explica que a expressão não possuía equivalente na linguagem corrente da época, o que justificaria a explicação. Contudo, outras ocorrências de EI figuram no texto, sem que o narrador siga o padrão de explicá-las: “Um desses chegou a dizer que o Mateus seria muito mais econômico, e estaria riquíssimo, se fabricasse as albardas para si mesmo; epigrama ininteligível, mas que *fazia rir às bandeiras despregadas*.” (ASSIS, 2017, p. 24, *grifo nosso*). Nesse caso, sem o bônus de uma explicação textual, cabe ao leitor consultar sua memória vocabular que, caso não lhe retorne resultado proveitoso, terá de recorrer a um dicionário e/ou ao contexto que pode conduzi-lo ao significado “gargalhar, rir em excesso, sonoramente, livremente” (MELLO, 2009, p. 427 e 193), pois teria dinheiro suficiente para viver sossegado. Evidentemente, o gênero literário permite explicações detalhadas, como a verificada, ao sabor da vontade do autor. Entretanto, nem todo gênero comporta extensas explicações o que implica escolhas lexicais as quais não deem margem a falhas na compreensão e a uma interpretação muito diferente da pretendida pelo interlocutor.

Quanto às EI variantes, especialmente as ocasionais, entende-se que o processo de compreensão ocorra de modo semelhante, sendo que uma primeira etapa nesse fluxo seria a recuperação da EI referência que deu origem à variação para recuperação de seu significado e formulação da compreensão. Acerca dessas ideias, Gibbs (1986) sugere que o processamento de variações não é dificultado desde que as metáforas originais sejam de algum modo mantidas, substituindo-se, por exemplo, alguns de seus lexemas por lexemas do mesmo campo semântico. No caso de

variações mais inovadoras, a construção do sentido terá de apoiar-se no contexto discursivo que poderá inclusive ajudar a compreender o porquê da adoção de uma variação em lugar da EI referência. Isto é, a partir da identificação de uma estrutura inovadora, o interlocutor irá buscar em seus modelos mentais algo que o ajude a compreendê-la. Possivelmente, um primeiro retorno trará a EI referência e seu significado que deverá ser remodelado com base na forma variante, mantido em certa medida ou totalmente reformulado, de modo tal que possa produzir um sentido no contexto discursivo no qual se insere.

A compreensão se processa de modos diferentes na leitura e na escuta, pois a primeira envolve o reconhecimento gráfico do que se comunica, permite pausas, retomadas e consultas, enquanto a segunda, desenvolve-se acusticamente e deve ser processada simultaneamente à produção. Já na leitura, o processo tem início com a identificação das palavras, que devem ser reconhecidas e decodificadas como tal para então ter acesso ao acervo mental de significados, os quais encadeiam-se semântica e sintaticamente formando encadeamentos frásicos com sentido interpretado. Nessa perspectiva, o nível de competência formulaica – capacidade de reconhecer expressões ou grupos de palavras que possuem uma identidade e significados característicos, que permite que sejam interpretados de modo não composicional (CELCE-MURCIA *et al.*, 1995) – para identificação e/ou reconhecimento de uma EI pode produzir diferentes resultados nesse processo, já que o conhecimento ou desconhecimento de uma EI e seu significado podem interferir na interpretação do sentido global de uma comunicação. Se o leitor não for capaz de identificar uma EI como tal, a interpretação do texto pode ser truncada. Se, por outro lado, o leitor reconhece a EI como tal, mas não conhece seu significado, deve buscar decodificações possíveis com base em seu acervo experiencial, em dicionários e em dados do contexto discursivo, que possam contribuir para a compreensão da estrutura de modo a conduzi-lo à interpretação do texto. Por fim, o fluxo da compreensão à interpretação ocorre de forma mais bem sucedida quando o leitor reconhece uma EI e conhece seu significado, o que faria com que o processo ocorresse fluentemente. Uma vez que o locutor, de modo geral, não tem acesso ao acervo experiencial de seus interlocutores, o texto em si, por meio de seu contexto discursivo pode ou deve, idealmente, oferecer suporte à compreensão. Assim, ao utilizar uma EI como escolha lexical ao mesmo tempo em que empresta expressividade e subjetividade ao texto, também pode provocar ruídos na interpretação do texto como um todo, sendo esse possível ruído empregado de maneira intencional ou não.

Com esta seção, encerra-se a etapa de revisão teórica desta pesquisa. Até aqui, além da revisão das bases teóricas que sustentam as hipóteses aventadas, buscou-se sempre fazê-la oferecendo

exemplos que trouxessem EI, de modo que desde então fosse estabelecida a relação entre teoria e prática. A partir da próxima seção, o enfoque principal será a verificação prática, à guisa de confirmações de hipótese, mas também de formulações de possíveis teorias.

____aplicação prática____

7 APRESENTAÇÃO DO *CORPUS*

Para aplicação das teorias visitadas na primeira parte desta pesquisa, passa-se, nesta etapa, à verificação prática no *corpus* levantado, o qual é composto por textos escritos, ou seja, produzidos na modalidade gráfica, ora de concepção oral, ora escrita, neste caso, visando a efeitos de oralidade (KOCK; OESTERREICHER, 1985, 2013; URBANO, 2006; MARCUSCHI, 2010; ALVES, 2015) – pertencentes a gêneros discursivos variados, capazes de ilustrar e demonstrar as relações e implicações existentes na trajetória da construção do sentido de EI em contexto discursivo.

Após a descrição da amostragem que compõe o *corpus*, serão expostos os procedimentos para aplicação e análise. Para tanto, propõe-se um modelo de análise de EI, o qual será apresentado e descrito antes de passar-se às análises propriamente ditas.

7.1 Descrição geral do *corpus*

Tendo em vista que o inventário das EI é constituído por um número incalculável de ocorrências e, assim como o léxico da língua, encontra-se em permanente expansão, a medida inicial para seleção do *corpus* foi o estabelecimento de critérios para recolha. Considerando os propósitos desta pesquisa, o primeiro deles foi que as EI deveriam ser observadas em uso, portanto, aplicadas em um contexto discursivo.

Por se tratar de recurso linguístico amplamente utilizado na linguagem do dia a dia, considera-se relevante a observação do uso em diversos gêneros discursivos. Isso porque se entende que, o gênero, por si só, não está diretamente ligado à presença ou não de EI. Ao contrário, nota-se que esse tipo de construção fraseológica é utilizado nos mais diversos gêneros quando se visa à expressividade. Portanto, trazer essa diversidade para a amostragem garante certa representatividade de ocorrência em alguns dos diversos modos de expressão textual. Além disso, os textos pertencem a autores diversos – o que pode demonstrar que o uso de EI não decorre necessariamente do estilo pessoal de um sujeito, mas da escolha lexical dentre as opções vocabulares de cada um, em prol dos objetivos comunicacionais. Ainda no tocante à diversidade de produções textuais, cumpre mencionar que a recolha provém de várias fontes diferentes, quase todas da internet – salvo exceções extraídas de livros –, localizadas por meio de página

de pesquisa, sendo a maioria de origem em páginas de notícias – no corpo da notícia ou em comentários –, em fóruns de discussão, em *blogs* de assuntos variados, dentre outros.

Outro critério utilizado para seleção do *corpus* foi que as EI deveriam ser de uso relativamente abrangente e, por conseguinte, de significado conhecido. Assim, em um primeiro momento, valendo-se do método da introspecção (POLGUÈRE, 2018), com base nas experiências linguísticas, sociais e na própria memória da pesquisadora, bem como observação do cotidiano, elencou-se um grande número de EI de uso recorrente e significado corriqueiro. Desse conjunto preliminar, selecionaram-se aquelas expressões que puderam ser encontradas em uso, dentre as quais, após nova seleção, chegou-se ao seguinte elenco de base:

- (i) *tirar o cavalo da chuva*
- (ii) *a vaca ir para o brejo*
- (iii) *ter/fazer cara de paisagem*
- (iv) *dar uma colher de chá*
- (v) *bater as botas*
- (vi) *[...] pedra no sapato*

Antes de aprofundar a pesquisa, o registro de cada uma delas foi verificado em dicionários gerais e/ou especializados, tendo em vista que “esse produto lexicográfico torna-se uma espécie de autoridade, exercendo o papel de obra de referência em relação ao que é dito e ao que é consagrado como significados socialmente compartilhados” (BERTONHA; ZAVAGLIA, 2017, p. 410). A partir dessas EI, passou-se a pesquisá-las não apenas em suas formas conhecidas – conforme comumente são registradas em dicionários, isto é, o que se convencionou denominar como EI referência (Seção 5.4.1) –, mas também em variações que possibilitariam corroborar algumas hipóteses aventadas e que, em muitos casos, ultrapassariam as adequações número-pessoais e/ou modo-temporais e cujas consequências poderiam abranger a forma e/ou o conteúdo da EI, bem como o efeito produzido no discurso – EI variante frequente e EI variante ocasional. Com suporte no material levantado, as EI de (i) a (vi) formam o *corpus* principal, que se desdobra em conjuntos formados por quatro ocorrências, cuja análise será pormenorizada, podendo contar com complementações de trechos de textos que apresentem ocorrências de outras EI – as quais também atendam aos critérios de recolha elencados anteriormente – que referendam ou corroborem hipóteses e argumentos.

Desse modo, a amostragem é composta por 24 textos, divididos em seis grupos. Cada grupo sendo formado por quatro ocorrências, encabeçado por uma EI referência, ou seja, aquela cuja

forma é mais comumente registrada em dicionários, seguido por outras três ocorrências, as quais podem ser variantes frequentes ou ocasionais – frequentes aquelas que coexistem às referências e ocasionais aquelas cuja forma e/ou conteúdo constitui-se para atender a uma demanda específica do texto no qual se insere.

7.2 Proposta de modelo para análise de expressões idiomáticas

De acordo com o que se pôde apresentar até aqui, é possível perceber que esta pesquisa traz uma proposta de abordagem inusual ao tratar de EI como objeto de investigação, analisando-as em uso, a fim de averiguar os efeitos da aplicação desse tipo de estrutura complexa em um contexto discursivo. Em vista disso, mostrou-se necessário um instrumental que fosse capaz de considerar não apenas a EI em si, mas toda sua estrutura, desde as partes que a formam até sua aplicação no discurso. Das peculiaridades da pesquisa, adveio, portanto, a necessidade de elaboração de um modelo experimental capaz de abarcar e sistematizar os elementos a serem analisados. Após algumas experimentações e aprimoramentos, chega-se ao que pode ser verificado a seguir:

Quadro 1 - Modelo de análise de EI com detalhamento dos componentes

[nº do Grupo/nº do texto e título do texto no qual consta a EI em análise]		Expressão Idiomática referência: [EI referência]				
		[parte 1]	[parte 2]	[part e 3]	[parte x]	[parte x+1]
	sentido literal	[sentido da parte 1]	[sentido da parte 2]	[senti do da parte 3]	[sentido da parte x]	[sentido da parte x+1]
	sentido não literal	significado da EI referência	[sentido não literal da EI referência]			
		campo semântico de associação/ hipótese de origem	[associações semânticas e/ou informações e possíveis hipóteses de origem]			
		em contexto discursivo	EI variante	[EI variante]		
			efeito de sentido da EI referência/variante	[efeito de sentido pretendido/produzido com a EI]		
			[excerto do texto no qual a EI se insere]			
			elementos do discurso	[elementos do discurso que contribuem para a construção do sentido]		
	sentido da EI no contexto discursivo	[sentido da EI (variante) considerando o contexto discursivo]				

Fonte: elaboração própria

O modelo apoia e estrutura o estudo de uma possível trajetória de construção do sentido das EI. Para isso, a primeira coluna apresenta o número do grupo ao qual a EI pertence, o de referência do texto e o título desse texto no qual figura a EI em análise – texto o qual se encontra na íntegra na Seção de Anexos. A primeira linha traz a EI referência, entendendo ser esta a forma mais comum e frequentemente utilizada e registrada em dicionários, sem as alterações e/ou adaptações provocadas pelo contexto discursivo. A segunda coluna divide o quadro entre sentido literal na parte superior – terceira linha, que traz a decomposição da EI nos lexemas que a compõem – e, a partir da quarta linha, sentido não literal. Nessa parte, na quarta linha, aparece o significado da EI referência registrado em dicionário(s). Logo abaixo, na quinta linha, são apresentados os dados concernentes ao campo semântico de associação, isto é, algumas associações de sentido as quais a EI pode se ligar, bem como as informações de possíveis hipóteses de origem da EI referência, quando houver. Combinados, estes dois últimos elementos relacionados aos sentidos literais podem oferecer indícios no tocante aos graus de transparência/opacidade, motivação/desmotivação da EI.

Passa-se, a seguir, a tratar da EI em contexto discursivo. A partir da sexta linha, estão as informações que relacionam EI e contexto discursivo. É nessa linha que figura, quando for o caso, a EI variante, destacada do texto. A linha seguinte traz o efeito de sentido pretendido e/ou produzido pela EI referência ou variante no discurso. Ali, ainda não se trata do sentido da EI em si, mas quais as implicações de efeitos que essa variante pode provocar no discurso de um modo geral. Em seguida, está o excerto no qual aparece a EI, suficiente para oferecer informações mínimas do contexto, seguida por elementos do discurso que podem contribuir para corroborar o que abaixo, na última linha, consta como sentido da EI no contexto discursivo. Reforça-se que, por questões de metodologia, embora o modelo apresente apenas um excerto do texto, o qual apresenta os elementos que sustentam a formulação do sentido da EI, a primeira coluna traz o nome e o número correspondente ao texto completo disponível na Seção de Anexos (cujas versão digital desta tese permite acesso pelo *hiperlink* no próprio quadro).

8 METODOLOGIA, APLICAÇÃO E ANÁLISE DO *CORPUS*

O modelo apresentado propõe um processamento das EI levando em consideração um estudo prévio do sentido literal das partes, ainda que este, várias vezes, não desempenhe um papel evidente para o sentido não literal, pode oferecer pistas relevantes à compreensão do significado idiomático. Assim, parte-se da identificação da EI referência, passa-se ao desmembramento das partes que a compõem para identificação dos sentidos literais dessas partes. Após, apresenta-se o sentido não literal com a citação do significado e das possíveis associação e/ou hipótese de origem da EI, a variante identificada no texto (quando houver) e do contexto discursivo em que se insere e, por fim, a apresentação do sentido da EI aplicada no contexto discursivo. Os sentidos literal e não literal serão pesquisados em dicionários gerais e de EI. Para levantamento dos campos semânticos de associação, bem como das hipóteses de origem, conta-se com pesquisas em dicionários e outras fontes que forneçam informações pertinentes. Por fim, apresenta-se o sentido da EI naquele contexto discursivo específico. Cumpre mencionar que a reprodução do texto ou do trecho do texto no qual se insere a EI será feita tal qual figura no meio de onde foi extraído, sem interferências e possíveis correções necessárias. Daí adotar-se o advérbio *sic* para os casos que apresentam quaisquer incorreções.

Diferentemente dos outros significados, pesquisáveis em dicionários, o significado e, acima de tudo, o sentido da EI variante pode ocorrer de duas formas. Se tratar-se de EI variante frequente, é possível que haja registro em dicionários. Por outro lado, no caso de ocorrência de EI variante ocasional que, por sua vez, é o resultado da relação entre o significado da EI referência (e/ou variante frequente) e o contexto discursivo, seu sentido final está intrinsecamente ligado ao contexto do qual emergiu.

Após preenchimento do modelo, será possível realizar uma primeira análise com base nessas informações de modo que seja possível verificar os graus de relação entre os sentidos literal e não literal, das partes e do todo. A seguir, considerando os dados, passa-se a uma análise mais pormenorizada e qualificada que lançará luz sobre as questões do contexto discursivo levando em conta: (i) as implicações para a estrutura da EI; (ii) as influências na construção do sentido da EI; e (iii) as consequências do uso da EI para o discurso. Para isso, a partir da Seção 8.1 até a 8.6 a referida metodologia será aplicada no *corpus*.

8.1 Grupo I – Tirar o cavalo da chuva

Este primeiro grupo toma “tirar o cavalo da chuva” como EI referência. Há o registro de duas formas, uma usando “cavalo” e a outra usando “cavalinho”, portanto “Tirar o cavalo/cavalinho da chuva” sendo ambas registradas em dicionários com significado equivalente e, portanto, EI variantes frequentes. Para fins metodológicos, elege-se a primeira como referência. Definido esse parâmetro como ponto de partida, o primeiro quadro do grupo apresenta a análise da EI referência a fim de reunir elementos para cotejo com as ocorrências seguintes: nem pensar em colocar o cavalo na chuva para poupar de tirar depois; tirar o potrinho da chuva; e ficar com o cavalinho na chuva.

Na linha que desmembra o sentido literal, as colunas do artigo “o” e da preposição “de” mais artigo “a” (da) não possuem conteúdo que os descrevam, mas apenas estão preenchidas com um asterisco (*). Isso porque, adicionalmente aos já elencados, adota-se como critério analisar apenas as palavras lexicais, exceto quando e se as palavras gramaticais contribuírem ou interferirem no significado.

Ainda quanto à informação de dados, no caso do modelo que descreve a EI referência, a linha correspondente à variante também não será descrita (*), mesmo que a ocorrência no contexto discursivo tenha sofrido alterações de forma, porém, sendo estas limitadas às adequações número-pessoais e/ou modo-temporais, visto que não configuram alterações que impliquem variação de forma, mas tão somente conferem um direcionamento semântico à essa estrutura em si e ao discurso de um modo geral, os quais serão abordados na análise.

Por fim, registre-se que as adequações número-pessoais e/ou modo-temporais não serão tratadas como variação neste e nos demais grupos.

Conforme mencionado, este quadro analisa aquela que foi tomada como EI referência, dado seu uso mais recorrente e o consequente registro em dicionário. Em relação às características-gerais elencadas anteriormente, pode-se identificar as seguintes nesta ocorrência:

- (i) **universalidade:** embora não utilizem a mesma imagem metafórica, a ideia de que há situações universais as quais dificilmente serão bem sucedidas e, por isso, é melhor desistir, possui equivalentes em outras línguas, dentre as quais: em inglês *don't hold your breath* – “usada para indicar que alguma coisa é muito improvável de acontecer” (SIEFRING, 2004, p. 38) – e, em francês, *ce n'est pas demain la veille* – “expressão coloquial usada para enfatizar que é improvável que uma eventualidade ocorra em um futuro próximo” (EXPRESSIO.FR, s/d);
- (ii) **polilexicalidade:** a expressão é composta por três palavras lexicais e duas gramaticais e, portanto, polilexical;
- (iii) **não composicionalidade:** o significado global da EI não conserva ligações diretamente aparentes com o significado das partes;
- (iv) **convencionalidade:** por convenção (e não por uma lógica aparente), passou-se a associar a ação de recolher o cavalo ao estábulo à ideia de que algo dificilmente se realizará ou mesmo não se realizará, por isso significar desistência de um intento;
- (v) **institucionalidade/ uso corrente:** a expressão é consagrada e compõe o vocabulário cotidiano do português (ao menos do falado no Brasil);
- (vi) **inflexibilidade / fixidez / gramaticalidade / coesão interna/ unidade sintática:** os dicionários registram apenas as variantes que usam *cavalo* ou *cavalinho*, contudo, os exemplos levantados nos Quadros 3, 4 e 5 demonstrarão que, em uso, isto é, aplicada em contextos, é possível a desafixação da EI referência, havendo certos graus de variação de sentido; portanto, pode-se apenas dizer que a EI referência mantém-se como uma estrutura fixa até sua consagração e, a partir daí, abre-se às possibilidades de variação porque já se tornou uma unidade léxico-semântica;
- (vii) **unidade léxico-semântica:** embora seja um conjunto polilexical, condensa um conceito que pode ser reduzido a *desistir*;
- (viii) **figuração (figuratividade) / sentido figurado:** a EI constrói-se por meio da metaforização de uma situação que passa a designar um conceito;
- (ix) **opacidade/ desmotivação x transparência/motivação:** embora possa ser retomada a motivação da metáfora, não é possível fazê-la facilmente; assim, quanto mais difícil o acesso à motivação, mais opaca a EI;
- (x) **proverbialidade:** a EI tem caráter notório e é utilizada para referir-se a uma situação do cotidiano;
- (xi) **reproduzibilidade:** a EI referência tem estrutura léxico-semântica que pode ser aprendida e repetida, sem que haja dependência restrita com o contexto discursivo;
- (xii) **propagação e sustentabilidade:** considerando a hipótese de origem, a EI ultrapassou a barreira do tempo e manteve-se em uso até os dias correntes;
- (xiii) **informalidade / afetividade / efeito de oralidade:** o uso da EI amenizou a ideia de “desistência”, utilizada no mesmo texto;

- (xiv) **idiomaticidade:** a expressão possui aspectos de idiomaticidade, tendo em vista que se constrói de maneira particular à língua portuguesa.

Tomando-se os sentidos literais das partes, *cavalo* seria um grande mamífero e *chuva* a manifestação climática. Em sentido figurado, *cavalo* evoca a ideia de meio de transporte e *chuva* o clima externo, aquilo que ocorre fora de qualquer abrigo, as intempéries climáticas. No tocante ao verbo *tirar*, mantém-se certa noção de movimentação de um lugar a outro: de uma ideia inicial à desistência dessa ideia. Neste ponto, é possível notar que se conservam certos indícios de motivação entre o sentido literal e o não literal das partes. Entretanto, quando se passa ao significado idiomático adquirido pelo conjunto, pode-se inferir que se trata de uma EI com certo grau de opacidade, tendo em vista que não se pode recuperar a motivação da metáfora com facilidade, pois a própria ideia do uso de cavalo como meio de transporte (ao menos nas regiões metropolitanas e cidades urbanizadas) perdeu-se no tempo. Isto é, não se pode estabelecer uma ligação direta entre “abrigar o cavalo das intempéries do tempo” e “desistir de um propósito”. Embora a “esfera de pensamento” (GUIRAUD, 1976) conserve a ideia de cavalos como meio de transporte e, portanto, seja mantida a ligação entre denotado e conotado, não é possível vislumbrar instantaneamente a metáfora que constitui a EI e seu significado, sem que haja a retomada de um contexto situacional histórico que preencha as lacunas semânticas entre os sentidos das partes (sejam eles literais ou figurados) e o todo não composicional.

Desse modo, pode-se traçar o seguinte percurso: a ação de *tirar o cavalo da chuva* evoca a ideia de que se levaria um longo tempo para concretização de seja lá o que for, tanto que seria melhor recolher o animal ao estábulo para que não ficasse exposto às intempéries. Esse tempo poderia ser tão prolongado que conduziria a uma ideia de espera muito longa e, por conseguinte, à diminuição das expectativas de conclusão, findando-se na desistência de que algo aconteça. Os lexemas *tirar*, *cavalo* e *chuva*, no conjunto *tirar o cavalo da chuva* passam a compor o mesmo campo semântico de *desistir*, *abandonar uma ideia*. Desconsiderados os diferentes efeitos produzidos por cada conjunto lexical, são conceitualmente equivalentes entre si.

Ao ser aplicada no discurso, a EI sofreu apenas adequações modo-temporais – indicativo do perfeito – e número-pessoais – terceira pessoa do singular – *tirou o cavalo da chuva*, indicando ação realizada e concluída no passado, uma desistência anterior que motivou a assunção do compromisso como sede dos jogos asiáticos pela Indonésia. Segundo Amado e Rodrigues (2010, p. 45), o modo indicativo “exprime atitude de certeza relativa do falante diante do processo que enuncia, nos tempos presente, passado e futuro”. Tal modo, combinado ao tempo passado, segundo esses autores, é usado muito raramente na linguagem coloquial, sendo mais

comum a adoção de formas compostas (ter/haver + particípio). Note-se que, embora as EI sejam estruturas típicas da linguagem cotidiana mais coloquial, o caso analisado adotou uma forma sintática inusual ao coloquialismo. Essa talvez seja uma maneira de amenizar minimamente o efeito de oralidade desse elemento típico da oralidade em um texto escrito: *tirou* ao invés de *tinha/havia tirado*, deixando mais aparente a intenção de amenizar o discurso, mas também uma certa adequação ao gênero discursivo.

No tocante à escolha da EI, dentre outros modos equivalente para registrar a informação, pode-se cogitar ao menos duas razões mais aparentes. A primeira seria uma tentativa de modalizar o ato de desistência de Hanói, capital do Vietnã, para ser sede dos jogos, tendo em vista o alto investimento necessário, criando um eufemismo para isso e emprestando um sentido menos negativo à decisão. A segunda seria uma estratégia para não repetir o lexema “desistência” já utilizada no início do excerto, assim como em lugar de repetir o referente Vietnan, utilizou-se “Hanói”, nome da capital do país. Conforme Santos (2015), a repetição não é proibida, nem tampouco obrigatória, em um texto proficiente, sendo apenas e de fato necessária, desde que cumpra propósitos/intencionalidades. Nesse caso, optou-se pela não repetição de um dos objetos discursivos, Vietnan, e da designação da ação por ele realizada. Tendo em vista que tanto *desistência* quanto *tirar o cavalo da chuva* vinculam-se ao mesmo referente, não haveria motivo para uma modalização, senão a simples opção pela não repetição.

Evidentemente, tais escolhas produzem efeitos no discurso. Nota-se, na estruturação do discurso, que primeiro fala-se do resultado (*desistência*) para depois se falar da ação (*tirar o cavalo da chuva*). Esse percurso atua diretamente no processo de compreensão do discurso, uma vez que coloca em evidência o resultado – tratado de maneira direta, por meio de escolha lexical objetiva –, em relação à ação – que se vale de estrutura subjetiva para expressão. Assim, caso a EI não compusesse o vocabulário ativo ou passivo do leitor, sua competência léxico-gramatical poderia conduzi-lo a estabelecer a rede de associações entre a expressão e outros elementos lexicais do discurso que permitisse chegar ao entendimento da informação. Ademais, diferentemente de Hanói, anáfora direta de Vietnan, que apenas toma a parte (capital) para referir-se ao todo (país), a substituição que se vale da EI acaba por amenizar o efeito pejorativo da desistência. Ao designar a atitude tomada como uma desistência, fica marcada, de forma mais taxativa, a posição do país. Na segunda ocorrência, porém, após uma explicação/justificativa – a menção dos valores que teriam de ser despendidos para a montagem da estrutura necessária para receber os jogos –, utilizou-se a EI, não apenas codificando a informação, mas dando à própria expressão a função de eufemizá-la.

			no rosto, largou a bolsa na cadeira como se fosse a coisa mais natural do mundo e ali ficou esperando a hora de ir embora. Saíram juntos. Naquele momento eu já sabia que não podia nem pensar em colocar o cavalo na chuva. Ia me poupar o trabalho de tirar ele de lá depois. [...] ” (ESCRITO A TINTA, 2010)
			elementos do discurso “ela entrou na sala do chefe”; “saíram juntos”; “me poupar o trabalho de tirar depois”
		sentido da EI no contexto discursivo	por ser impossível de se alcançar certo objetivo, melhor nem tentar realizá-lo para não precisar se dar ao trabalho de desistir

Fonte: elaboração própria

O texto apresenta-se sob o gênero discursivo crônica para registrar um fato do cotidiano, transcorrido em um escritório, cujo discurso “[...] busca ordenar e organizar cotidianamente os acontecimentos, mostrando as diferentes versões dos fatos, mas nunca diferente do que foi relatado” (MARIANI, 1998, p. 94), marcando, portanto, um ponto de vista particular daquele que vivencia ou observa o acontecido. Segundo Andrade (2004, p. 67), esse gênero possui dupla filiação, pois emprega um tratamento literário a temas jornalísticos, de modo que: “Tem do jornal a concisão e a pressa e da literatura, a magia e a poeticidade que recriam o cotidiano”. Embora narre um fato, a crônica o faz de modo subjetivo, sob a óptica pessoalizada daquele que narra, emprestando ao discurso traços de parcialidade, afetividade e subjetividade.

Ao reorganizar os elementos apresentados, pode-se tomar como EI para análise a construção *nem pensar em colocar o cavalo na chuva para poupar de tirar de lá depois*. Embora inabitual, a forma nitidamente deriva da EI referência *tirar o cavalo da chuva*, mantendo nítidos os traços dessa ligação que pode ser vista tanto na forma – porque conserva praticamente os mesmos elementos da referência, acrescida de outros – quanto no conteúdo – porque o significado original é parte do sentido da variante, mas também se expande para que atenda às intenções discursivas. Assim, a expressão pode ser tipificada como EI variante ocasional, uma vez que as alterações são específicas para esta ocorrência e cujo sentido depende, em grande parte, desse contexto específico da qual emerge para se constituir.

Considerando o conjunto da variante ocasional, pode-se considerar que o nível de opacidade aumenta comparado ao da EI referência, tendo em vista que aquela cria um conceito diferente, baseado em outro conceito, também figurado, criado anteriormente. Entretanto, a variante ocasional é motivada quando se toma como parâmetro a EI referência – é possível perceber qual a EI que motivou a variante –, mas é desmotivada quando se toma como parâmetro a metáfora que motivou a EI referência, uma vez que esse percurso cognitivo se tornou ainda mais distante. O domínio fonte da metáfora produzida por essa EI variante ocasional desdobra-

se em duas etapas: (i) a experiência cotidiana de recolher o cavalo ao estábulo porque não será utilizado em curto prazo; e (ii) a figurativização produzida pela EI referência com base em (i) que resulta no significado de algo como “desistência”. Note-se que, tendo em vista a EI referência ser uma estrutura consagrada, ela própria torna-se um domínio fonte conceitual: passa a integrar o conjunto de conhecimentos prévios e estruturados, social e culturalmente produzidos, além de ser relativamente estável a ponto de poder ser identificada e evocada em determinados eventos discursivos podendo abrir-se à derivação, flexão, alteração, reformulação de acordo com as necessidades do discurso. O domínio alvo, nesse caso, constrói-se pela conjugação dos dois domínios fonte, resultando não apenas na desistência de um intento, mas, a desistência da tentativa de um intento a fim de que se preserve da decepção de ter de desistir.

No que se refere à forma, o verbo *tirar* foi deslocado para o fim na variante que se inicia com o conjunto *nem pensar em colocar*, o que traz uma ideia de uma situação que antecede a posterior retirada – aquilo que foi retirado fora antes colocado. A construção *cavalo na chuva* foi conservada e estabelece a ligação lexical idiomática, com a EI referência. Por fim, a estrutura variante encerra-se com *para poupar de tirar depois*, trazendo o verbo *tirar*, mais um elemento de ligação com a forma consagrada. Em primeira instância, é possível dizer que houve uma reorganização dos elementos da EI referência, mas não apenas isso. Houve o acréscimo de novos elementos, registrando a noção de antecedente e sequente (sequência dos eventos) e de temporalidade, criando uma espécie de enredo. A forma variante dá-se em atendimento ao sentido pretendido pelo discurso, o que permite verificar a relação de dupla influência: do discurso sobre a EI e da EI sobre o discurso.

Ainda que a expressão tenha sido fracionada e apresentada em dois blocos separados por ponto, é possível encontrar exatamente os mesmos constituintes da EI referência na variante ocasional, isto é, esta última conserva todos os lexemas daquela, havendo tão somente um rearranjo de suas partes e a inserção de novos lexemas, mantendo-se uma vinculação lexical e conceitual entre ambas. Esse registro corrobora a hipótese de que esse tipo de expressão não poderia ser considerada uma nova EI, mas uma derivação da referência que, neste caso específico, nasceu e sobreviveu apenas neste contexto discursivo, dada a inexorável ligação entre uma e outro.

Quanto às características-gerais, a EI variante ocasional tem mantido seu aspecto idiomático. Ainda que a forma variante possa ter registro apenas no contexto discursivo do qual emergiu, sua decodificação apenas é possível graças à ligação que mantém com a EI referência. Embora no todo mantenha-se o caráter de não composicionalidade, é preciso ressaltar que os novos

elementos trazem consigo aspectos que devem ser considerados na formulação do sentido. A variante, apresentada em fragmentos, deixa clara a possibilidade de flexibilidade e desafixação dessas construções, que não somente foi sintaticamente reorganizada, mas também acrescida de novos elementos. A estrutura variante – composta por duas partes – pode ser considerada uma unidade lexical, pois, mesmo que mais complexa em relação à referência, condensa de modo figurativo uma ideia, amplificada pelas nuances de sentido trazidas por sua expansão.

Todavia, se por um lado, o uso corrente e a convencionalidade da EI referência tenham sido os aspectos que possibilitaram a derivação na variante, por outro, esta decorreu de uma necessidade local muito específica o que torna mais improvável e difícil sua reproduzibilidade, propagação e sustentabilidade. Disso decorre que o resultado desse processo de flexibilização da estrutura tornou-se algo bastante particular no contexto discursivo ao qual pertence, ressaltando uma das principais características desse tipo de EI: sua origem, existência e sentido estão atrelados ao contexto discursivo do qual fazem parte. Isso faz com que sua convencionalidade e institucionalidade ocorram de modo situado, neste e para este contexto discursivo. A variante mantém seu caráter polilexical, mesmo que as partes estejam desmembradas. Mantém também a figuratividade, porque deriva de uma EI metaforizada. Além disso, é informal e relativamente proverbial porque descreve de modo coloquial uma situação cotidiana.

Do ponto de vista do discurso, há dois aspectos principais a serem considerados. O primeiro diz respeito às condições que fizeram com que a EI referência fosse alterada a fim de atender às intenções discursivas, convertendo-se em uma EI variante ocasional. Já o segundo, é que a EI variante ocasional resultante produziu um efeito no discurso diverso do que aquele que teria sido provocado pela EI referência. Desse modo, o contexto discursivo traz os elementos que provocam a alteração ao mesmo tempo em que esses também contribuem para a compreensão da estrutura variante. Entretanto, uma vez que a variante se constrói com base na referência, o entendimento daquela apenas será plenamente alcançado se o interlocutor conhecer o significado da EI referência, sendo necessário um processo de decodificação em dois níveis: (i) reconhecer de qual EI decorre a variante e (ii) (re)formular o sentido a partir do significado da referência, somado às informações do contexto discursivo e dos elementos inseridos.

O contexto discursivo apresenta-se, portanto, como um fator ativo e passivo nessa equação. Ativo ao impor/determinar/condicionar a variação em favor das intenções discursivas, que não teriam sido igualmente atendidos pela EI referência. Passivo porque acaba por ter seu sentido

global afetado pela expressividade, pelo “colorido” diferenciado emprestado por essa escolha lexical, moldada ou adequada especialmente para esse texto. Nesse sentido, Bolinger (1976³³, p. 1 *apud* SCHMALE, 2013 p. 28) afirma:

[...] nossa linguagem não espera que construamos tudo a partir de madeira, pregos e planta, mas nos fornece um número incrivelmente grande de casas pré-fabricadas, que têm a propriedade mágica de persistir mesmo quando separamos algumas delas e colocá-los juntos de maneiras imprevisíveis.

Em outras palavras, todo discurso edifica-se com base em discursos anteriores, valendo-se de vocabulário que se estruturou com base em usos anteriores. Essa noção também apoia a ideia de que a EI referência atingiu um nível tal de estabilidade, convencionalidade e institucionalidade que permite ser base para refazimentos. Assim, tudo aquilo que é dito e escrito é feito tomando-se ocorrências anteriores como ponto de partida, as quais se é capaz de reconhecer em maior ou menor escala. Ao notar uma estrutura que tenha como parte *cavalo na chuva*, o interlocutor irá buscar em suas experiências anteriores ocorrências, literais e figuradas, que irão dar início ao percurso de compreensão.

Segundo Ilari (2001, p. 122-123): “Negamos toda vez que excluímos uma possibilidade. [...] A negação interage com outras operações, determinando diferentes possibilidades de interpretação”. Mais do que apresentar uma variante – desconstruída e reformulada – a variante cria um novo sentido que, a seu turno, constitui-se tendo em conta o contexto discursivo no qual se insere. A negação, na variante, apresenta-se pela estrutura *nem pensar em*, o que reforça a ideia de não agir para não ter de desistir porque o objetivo da ação seria improvável ou impossível de ser atingido.

Desse modo, de *desistir* passa-se a *nem pensar tentar para não ter que desistir*, de modo que fica mais evidente a noção da situação que se desenhava, que antecipava o provável resultado de decepção – *Ia me poupar o trabalho de tirar ele [o cavalo] de lá [da chuva] depois e, portanto, o melhor era nem agir – não podia nem pensar em colocar o cavalo na chuva*. À vista disso, considerando o contexto discursivo e a estrutura da variante ocasional, o sentido que se constrói seria algo como: por ser impossível alcançar certo objetivo, melhor nem tentar realizá-lo para não precisar se dar ao trabalho de desistir ou, em resumo, melhor não tentar para não precisar ter o trabalho de desistir.

³³ BOLINGER D. Meaning and Memory, *Forum Linguisticum* .1, 1976, p. 1-14.

			cilada, e no fim aposto que o foco maior ficará em vídeos, principalmente nas matérias de interpretação de texto, e infográficos. Se por um momento você tinha o sonho de ir fazer o ENEM com seu Dual Shock*, pode tirar o potrinho da chuva . [...]” (sic) (COMUNIDADE SONIC RAINBOW, 2019)
		elementos do discurso	“games e vídeos”; “Se por um momento você tinha o sonho”; “fazer o ENEM com seu Dual Shock”
		sentido da EI no contexto discursivo	desistir de/abandonar uma ideiazinha que passou pela mente

* Controle de vídeo game.

Fonte: elaboração própria

O texto estrutura-se por meio do gênero discursivo *post*. Conforme assevera Bakhtin (1997), os gêneros se ampliam de acordo com a complexidade das esferas da sociedade. O *post* decorre justamente da popularização e digitalização dos meios de comunicação e pode ser caracterizado por apresentar um conjunto de aspectos existentes em sua função, por conter hipertextualidade – que oferece possibilidades diversas de integração de textos, por meio de suas formas semióticas (textos, sons, imagens, emojis, *stickers*) – e pelas formas e ambientes em que estão situados e pelos quais podem ser acessados (GAROFALO, 2018). Diferentemente de um jornal ou uma revista que possuem uma versão digital, por meio da qual são reproduzidos os mesmos textos (e gêneros) publicados nas versões impressas, seguindo a mesma linha editorial, os *posts* podem ser adaptados a uma enorme gama de plataformas como portais de notícias, *blogs*, redes sociais – como Facebook, Instagram, LinkedIn –, dentre outras, o que dá a esse gênero grande liberdade na escolha do nível da linguagem, do conteúdo, do tema, do estilo, os quais se adaptam em função dos objetivos pretendidos e/ou ao público a que se destina.

O *post* do qual se extraiu o excerto destacado foi publicado em uma página destinada a *gamers* (*gameplayers*) – jogadores de vídeo game – e noticia a possibilidade de adaptação da prova do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) ocorrer de modo digital. Embora o *post* divulgue informações reais e verídicas, vale-se de linguagem coloquial e acessível ao público-alvo, utilizando termos e gírias modernas, comuns no meio *gamer*, como: *Dual Shock* (ver nota “a” abaixo do Quadro 4) e IMO (abreviação da frase em inglês *in my opinion*), utilizada para registrar a manifestação de uma opinião pessoal. Em contrapartida, também registra (*pode*) *tirar o potrinho da chuva*, derivada de uma estrutura fraseológica cuja origem possivelmente remonta a época muito anterior ao nascimento da maioria do público a que o *post* se destina.

Conforme estabelecido, *tirar o cavalo da chuva* é a EI referência. Urbano (2018) e Mello (2009) registram a variante que utiliza *cavalinho* sem que haja distinção de significado entre ambas.

Assim, segundo os critérios estabelecidos, essa variante pode ser classificada como sendo do tipo frequente: a constância no uso da alternativa fez com que fosse dicionarizada. Contudo, tomando-se a ocorrência em análise – *tirar o potrinho da chuva* –, pode-se classificá-la como EI variante ocasional, que se vincula mais diretamente à variante frequente – *tirar o cavalinho da chuva* –, mas também à referência. Pode-se também dizer que se trata de uma EI opaca, posto que deriva, conceitual e estruturalmente, de uma EI referência opaca. Todavia, considerando o percurso de construção em etapas – uma EI que claramente deriva de outra –, a variante ocasional é também transparente, posto que conserva evidente a motivação da derivação.

Acerca das características-gerais, a EI variante ocasional guarda aspectos de idiomaticidade porque descende de construção com essa característica e a ela mantém-se vinculada. A substituição do lexema nominal por um sinônimo demonstra que a estrutura original foi desafixada, havendo, por conseguinte, alteração no sentido. A variante mantém-se como uma unidade léxico-semântica, pois condensa um conceito, embora ganhe outros traços semânticos trazidos pelo elemento substitutivo. O uso corrente, a institucionalidade e a convencionalidade da EI referência possibilitaram a derivação, mas, pelo fato de a variante atender a certa necessidade local, perderia sua característica de reproduzibilidade, propagação e sustentabilidade. No entanto, tendo em vista que *potrinho* é um sinônimo relativamente acessível, não se pode descartar que a mesma ocorrência pudesse emergir em outros contextos. Esta variante ocasional, portanto, guarda potencialidade para se tornar uma variante frequente, se viesse a ser utilizada com frequência, por diferentes falantes, acionando sua convencionalidade e institucionalidade. A forma variante conserva o caráter polilexical, bem como a figuratividade. E, embora a variante apresente uma unidade lexical mais erudita, continua sendo informal e proverbial porque tem caráter notório e descreve de modo coloquial uma situação cotidiana.

No tocante à forma, dois aspectos merecem destaque. O primeiro, mais evidente, é a substituição de *cavalinho* por seu aparente sinônimo *potrinho*. Potrinho é o diminutivo de potro – “Filhote de cavalo com menos de quatro anos; cavalo novo, que ainda não foi domado” (AULETE, 2021, s/p). Um potrinho é um cavalo pequeno, porém nem todo cavalo pequeno é um potrinho: (i) “A égua pariu o *potrinho* nesta madrugada” = “A égua pariu o *cavalinho* nesta madrugada”, todavia, (ii) “Era um *cavalinho* pequeno, embora já fosse adulto” ≠ “Era um ~*potrinho*~ pequeno, embora já fosse adulto” (incoerente). No conjunto (i) *cavalinho* e *potrinho* equivalem-se, já em (ii) a segunda sentença torna-se sem sentido porque um potrinho não é

apenas pequeno, mas invariavelmente um filhote. Do que se pode concluir que se tratam de parassinônimos. O segundo aspecto diz respeito ao uso do diminutivo. Ainda que os referidos dicionários não façam qualquer distinção de significado entre a expressão que usa *cavalo* e a que usa *cavalinho*, entende-se que a adoção dessa forma pode trazer implicações no significado, mas principalmente no sentido. Said Ali (2001) faz duas distinções na adoção da forma diminutiva: associação ao sentimento de carinho – uma vez que se relaciona a seres pequenos, como crianças, crias de animais, objetos de uso comum, delicados e de pequenas proporções – ou assunção de sentimentos pejorativos/depreciativos – nesse caso, associa-se a coisas que não são pequenos, e evocam a ideia de pequenez, de coisa ridícula ou desprezível. A essas, some-se a possibilidade de o diminutivo também poder exprimir “[...] a apreciação, o carinho, a delicadeza, a ternura, a humildade, a cortesia” (MARTINS, 2012, p. 146). No caso da EI, a adoção do lexema no diminutivo, além de acompanhar a morfologia do elemento da variante frequente, também parece acontecer para denotar que se trata de ideia insipiente ou mesmo rápida, um lampejo que passa pela mente.

A substituição de *cavalinho* por *potrinho* equivale-se por inclusão: o significado de uma está incluído no significado de outra, isto é, todos os potrinhos são cavalinhos. A despeito dessa equivalência, não há alteração sem consequências semântico-discursivas, visto que se tratam de unidades lexicais que adquirem valores semânticos diferentes no discurso. Disso decorrem alguns efeitos. O primeiro seria a produção de um tipo de encapsulamento do significado, uma vez que a opção para alteração da EI foi por um lexema mais erudito em relação ao usual, o que provoca também uma diferença de nível do discurso, especialmente considerando o público a que se destina. Assim, para acessar o significado da EI variante ocasional, primeiramente seria preciso que o interlocutor fosse capaz de estabelecer a ligação entre *potrinho* e *cavalinho* como equivalentes. Além disso, note-se que o verbo *poder*, que antecede a EI, cumpre a função de verbo auxiliar modal, ou seja, não acrescenta informação semântica relevante, embora conserve alguns traços semânticos do verbo pleno original – que marca aptidão, possibilidade, competência – e suporta as marcas de número, pessoa, tempo e modo, além de direcionar o escopo da ação para o verbo integrante da EI *tirar*.

Ainda que a forma da EI tenha sofrido alteração por meio da substituição de um de seus elementos, o significado essencial não se distancia sobremaneira do essencial: desistência de um intento. Mesmo assim, o contexto discursivo presta-se à confirmação desse significado, oferecendo os elementos que conduzem ao sentido de “uma ideia a ser demovida”. O primeiro deles pode ser visto na construção “se por um momento você tinha o sonho”, evocando a ideia

de “utopia, imaginação sem fundamento, sequência de ideias vãs e incoerentes” (AULETE, 2021, s/p). Além disso, o emprego do termo técnico *Dual Shock*, que designa um tipo de controle avançado e complexo utilizado por jogadores de *videogame*, prevendo uma ideia que possivelmente teria sido concebida pelo público-alvo potencial, confirma que a realização da prova digital do ENEM não poderia ser nem minimamente equiparada a um dos jogos de ação dos *videogames*, retomando a ideia utópica. Assim, mais do que denotar uma simples desistência, trata-se de abandonar uma ilusão criada, um devaneio momentâneo, uma rápida e não muito bem pensada ideia, um “filhote” de ideia que pode ter passado pela mente, o que, ao mesmo tempo poderia ser apoiado pelo uso de *potrinho* (se cavalo = ideia, cavaleiro/potrinho = pequena ideia), que também justificaria a opção pela alteração, em lugar de *cavalo* (ou mesmo *cavaleiro*). Isso não quer dizer, contudo, que esse sentido somente poderia ser produzido por esta forma. Observe-se o que ocorre no texto a seguir:

Em abril de 2015, o veterano Gene Ha iniciou uma campanha no Kickstarter com o intuito de financiar seu projeto autoral. [...] Mae conta a história das irmãs Fortell, Abbie e Mae. A primeira, sumida por sete anos, finalmente retorna ao condado de Raintree, onde Mae ficou durante este tempo todo tendo que cuidar de um pai doente e administrar os negócios da família. O que ninguém sabe é que Abbie esteve vivendo as mais estranhas aventuras em outra dimensão este tempo todo. Agora, as criaturas com as quais conviveu neste período estão no nosso plano de existência. [...] Para quem espera uma primeira edição recheada de criaturas esquisitas e mundos fantásticos, *pode tirar o “unicórnio da chuva”*. Gene Ha, em vez de bombardear o leitor com uma mitologia fantasiosa clichê logo de cara, resolve ir na contramão do que se espera deste tipo de publicação. O foco das quase 40 páginas da edição de estreia está na própria Mae. (TAVARES, 2016, s/p, *grifo nosso*)

O texto trata da notícia da produção autoral do autor Gene Ha que abordará assuntos mais prosaicos, diferentemente do que se poderia esperar do autor que, aparentemente, costumava valer-se da temática fantástica. Esse dado parece justificar a substituição de *cavalo* por *unicórnio*, “animal mitológico, símbolo da virgindade e da pureza, com corpo de cavalo, barba de bode e um só chifre no meio da testa” (AULETE, 2021, s/p). O significado é essencialmente mantido – desistir de um intento –, porém, assim como ocorreu em *tirar o potrinho da chuva*, esta outra variante ocasional minimizaria a ruptura nas escolhas lexicais que o uso das EI costumam provocar no discurso. Assim, ao realizar a substituição, produz-se um efeito de equilíbrio lexical, que não seria alcançada pela EI referência.

Entretanto, no contexto de *tirar o potrinho da chuva* a motivação para a substituição não fica tão aparente e mantém a estranheza lexical com o restante das escolhas do texto. Ademais, é possível dizer que *cavaleiro* e *potrinho* são parassinônimos e pertencem ao mesmo campo

			elementos do discurso	“não vai pra outro lugar”; “conto da sereia”
		sentido da EI no contexto discursivo	não poder voltar atrás de uma decisão, amargar as consequências de uma decisão que não pode voltar atrás	

Fonte: elaboração própria

O texto do qual faz parte a EI estrutura-se sob o gênero discursivo comentário *on-line* sobre uma notícia publicada em um site especializado em futebol, o qual definido como “um site feito por torcedores, para torcedores. [...] Às vezes nos damos conta que, no fundo, fizemos um site para nós, mas perdemos o controle da nossa criação” (O GOL, s/d). O estilo da notícia contém uma linguagem mais informal e pessoal e apresenta pontos de vista e opiniões mais passionais do que se esperaria ler em notícias de teor não esportivo. Por ter o futebol como tema, o público é composto essencialmente por torcedores que podem interagir por meio de comentários.

Levando-se em conta a concepção dialógica da linguagem, ao escrever ou falar, o locutor faz escolhas considerando uma espécie de suposição de réplica antecipada – discurso-resposta futuro (BAKHTIN, 1997) –, embora, em certos casos, em certos gêneros, pode-se nunca saber o efeito provocado no interlocutor. Santos (2018, p. 27) menciona que as novas formas de comunicação e interação proporcionaram “[...] o surgimento de novos gêneros capazes de atender a novas necessidades de um público que não mais se ajusta a uma mídia que tem o leitor apenas como consumidor”. O comentário *on-line* é um desses novos gêneros discursivos e permite que o efeito provocado no outro seja materializado. Além disso,

[...] enriquece o potencial informativo (crítico-analítico) da notícia, haja vista que o comentador traz, para esse espaço, informações não contempladas na notícia, além de externar suas valorações apreciativas e pontos de vista acerca dos acontecimentos noticiados, influenciando também o ponto de vista de outros leitores. (SANTOS, 2018, p. 27)

Os comentários, gênero do tipo opinativo (BARBOSA, 2016), integram a notícia ao oferecer uma interpretação acerca da informação noticiada. Cunha (2014, p. 15) define que o comentário *on-line* é uma prática discursiva com propósito e regras próprias “[...] a partir de um texto fonte, o leitor constrói novos discursos, (re)acentuando diferentemente os aspectos temáticos, os sentidos múltiplos, explícitos ou subentendidos, ou introduzindo deslocamentos e mudanças de temas em função do seu ponto de vista [...]”. De modo geral, o comentário *on-line* organiza-se como uma réplica ou reação-reposta (SANTOS, 2018) àquilo que foi dito na notícia e não tem compromisso com uma linha editorial. Embora possam ser regulados por um moderador – a fim de evitar palavras de baixo calão, ofensas e afins –, a linguagem vincula-se muito mais ao comentador do que ao nível da notícia comentada e podem expressar valorações apreciativas

de modo mais subjetivo, opinativo e pessoal. No caso do comentário destacado para a análise, a presença de duas EI – (i) *cair no conto da sereia* e (ii) *ficar com o cavalinho na chuva* – é uma das marcas da informalidade, reforçada pelo emprego de gíria – utilizada na metáfora “coma esse porco!”, em alusão à mascote não oficial do time do Palmeiras.

Ainda que a EI (i) também apresente variação de forma – *conto* em lugar de *canto* –, tratar-se-á apenas da variante ocasional *ficar com o cavalinho na chuva*. Como visto, a EI referência supostamente funda-se na ideia de que em caso da permanência longa de um visitante, o melhor a ser feito seria recolher o cavalo ao estábulo, guardando-o das intempéries. A partir desse domínio fonte, chega-se ao domínio alvo de que, diante de uma longa espera, que de tão longa pode nem chegar a concretizar-se, o melhor seria desistir, *tirando o cavalo da chuva*. Note-se que nessa estrutura o verbo *tirar* integra o núcleo semântico da EI e, portanto, qualquer alteração implica a mudança de significado. Ao *tirar o cavalo da chuva*, manifesta-se a desistência de que algo se concretize em médio ou longo prazo. Contudo, o que significaria *ficar* com esse cavalo na chuva? Na variante ocasional, *cavalinho* parece aludir a uma ideia ruim, uma decisão mal tomada e a *chuva* acrescentaria um aspecto negativo que pioraria uma situação ruim: pior do que esperar longamente por algo, seria fazê-lo na chuva (junto do cavalinho). Cumpre ressaltar que a variante ocasional se constrói a partir da variante frequente que utiliza *cavalinho*, ficando evidente a motivação da qual se deriva, mas mantendo opaca sua metáfora de origem, tal como verificado nos demais exemplos explorados até aqui. Ademais, o emprego do diminutivo, tendo em vista o contexto discursivo, alude a seu aspecto pejorativo.

No tocante às características-gerais, a EI variante ocasional, assim como as demais, mantém sua idiomaticidade. Não se pode considerar que haja inflexibilidade/fixidez, pois, o verbo integrante foi alterado por um que não possui equivalência conceitual, ao contrário, possui semântica antonímica por meio dos pares reversivos (POLGUÈRE, 2018) *tirar* x *ficar* que acarreta na oposição de sentido da EI como um todo. No caso analisado, mais uma vez o uso corrente e a convencionalidade da EI variante frequente ofereceram os aspectos que possibilitaram a derivação na variante ocasional. Como consequência, a princípio, perde-se a reproduzibilidade, propagação e sustentabilidade. Por outro lado, a convencionalidade e institucionalidade ocorrem localmente, em função do contexto discursivo específico. O aspecto polilexical é mantido, assim como a figuratividade. É, conforme explicado, opaca – em relação à metáfora de origem –, mas também transparente – considerando a evidente ligação com a EI da qual descende. Baseada na EI variante frequente, conserva-se a informalidade e

proverbialidade na variante porque também descreve de modo coloquial uma situação cotidiana.

Nessa construção não composicional, bem como nas demais analisadas e na EI referência, pode-se admitir que *cavalo* evoca a noção de intento, projeto, propósito, ideia; já *chuva* aludindo à noção de clima ruim, mal tempo, evocaria a período transcorrido – curiosamente *tempo* é o lexema homônimo que tanto se associa às condições climáticas quanto ao prazo, período, temporalidade. Já o verbo *tirar*, sendo um verbo locativo, ancora a proposição estabelecendo a relação de movimento entre um objeto e um lugar ocupado por esse objeto – *cavalo* e *chuva* (lugar exposto ao clima). A mudança de *tirar* para *ficar* acarreta a alteração do cerne da proposição, que passa a ser de permanência e não mais de locomoção. A EI integrada ao contexto pelo conjunto antecessor composto pela forma composta “vai ter” + “que” modaliza a EI dando um tom de obrigatoriedade, necessidade. Tal estrutura – *vai ter que ficar com o cavaleiro na chuva* – reforça a necessidade ou mesmo obrigatoriedade da permanência. Disso, tem-se que a variante ocasional, resultante do contexto discursivo, apresenta um sentido bastante diverso em relação ao da EI referência e variante frequente. Ao tirar uma ideia da cabeça, desistir de uma ideia, ocorre um movimento de abandono. Por outro lado, (ter que) ficar com essa ideia (decisão) implica a assunção das consequências. Há, nesse caso, lexemas que denotam valores opostos em uma escala de valores (POLGUÈRE, 2018). O antônimo contíguo de *tirar* seria *colocar*, sendo *ficar*, uma etapa intermediária, portanto.

Assim, ao invés de mudar de ideia por meio de sua desistência, denota-se manutenção ou permanência – sem a possibilidade de desistência – e conduz ao sentido de arcar com as consequências de decisões as quais não se pode simplesmente desistir. Note-se que a construção do sentido da EI, bem como do discurso como um todo vincula-se ao discurso da notícia. Para entender ao que o comentador se refere quando diz “Doe o dinheiro pra mim e seja feliz”, “não adianta que não vai pra outro lugar”, “agora vai ter que ficar com cavaleiro na chuva” é preciso recuperar informações da notícia como “jogador Lucas Barrios”, “futuro indefinido”, “insatisfeito no clube” “aguarda propostas no mercado”, “Barrios não sairá do Palmeiras”. É somente a partir da recuperação e ligação desses elementos que o comentário e a EI ganham sentido, sendo possível entender que a decisão foi ter assinado contrato com o clube onde não tem sido bem sucedido, mas de onde não poderá sair antes do fim desse contrato. Assim, o sentido que a EI constrói no contexto discursivo seria algo como: não poder voltar atrás de uma decisão, amargar as consequências de uma decisão que não pode voltar atrás.

Por meio da análise dos exemplos apresentados neste grupo, pôde-se verificar que, estando uma estrutura historicamente cristalizada e seu significado convencionalizado e institucionalizado na língua, é possível que haja seu descongelamento que permite não apenas acréscimo ou substituição de elementos, mas até mesmo seu desmembramento e rearranjo. Evidentemente, como visto, cada uma dessas alterações não ocorre sem consequências ao significado e/ou ao sentido. Entretanto, também foi possível averiguar que tais consequências são esperadas e propositalmente produzidas para atender às intenções discursivas. Assim como uma gota de tinta que cai em um copo d'água colore a água, mas também se dilui nela, a EI em uso sofre alterações para atender às demandas do discurso, mas também produz efeitos de sentido nesse discurso.

8.2 Grupo II – A vaca ir para o brejo

Este grupo toma “a vaca ir para o brejo” como EI referência. Urbano (2018) registra também a forma “a vaca ir pro brejo”, utilizando a contração da preposição + artigo, sendo esta o que, por escolha metodológica, classificada como EI variante frequente. Não haveria elementos semânticos suficientes para que houvesse uma distinção de significado, estando a variante frequente – *a vaca ir pro brejo* – ligada tão somente a questões fonéticas. Portanto, para fins metodológicos, a primeira será tomada como EI referência, embora, como dito, não haveria implicações semânticas entre uma e outra neste caso.

Isso posto, o primeiro quadro do grupo analisa a EI referência a fim de reunir elementos para cotejo com as ocorrências seguintes: *a vaca continua no brejo*; *a vaca saiu do brejo*; e *a vaca voltou do brejo*. Note-se que, diferentemente do primeiro grupo, este centra suas variações apenas no elemento verbal. No entanto, serão apresentados também exemplos de variação nominal, paralelamente àqueles dispostos no modelo de análise a fim de corroborar alguns argumentos.

Na linha que desmembra o sentido literal, as colunas do artigo “a”, da preposição “para” e do artigo “o” não possuem conteúdo que os descrevam, mas apenas estão preenchidas com um asterisco (*), seguindo o critério de apenas analisar as palavras lexicais em sentido literal. Ademais, este primeiro quadro, em virtude de descrever a EI referência, também não preenche

do discurso de outrem; além disso, na medida em que esses esquemas assumiram uma forma e uma função na língua, eles exercem uma influência reguladora, estimulante ou inibidora, sobre o desenvolvimento das tendências da apreensão apreciativa, cujo campo de ação é justamente definido por essas formas.

Assim, assume-se que as opiniões e avaliações proferidas são de responsabilidade do enunciador, muito embora, geralmente essas enunciações sejam apenas recortes de discursos maiores. A escolha do fragmento que será inserido na notícia já denota o direcionamento pretendido, o ponto de enfoque que deve nortear a notícia. Mesmo quando a notícia utiliza o discurso indireto, é praxe explicitar que as afirmações pertencem ao enunciador – “[...] divulgou [...] vídeo pelas redes sociais no qual afirma [...]”, “considerou”, “lembrou e repetiu”. Tais estratégias discursivas criam aparente isenção e imparcialidade por parte do veículo (e também do jornalista).

Dentre os trechos relatados, por meio do discurso direto, está o que contém a EI *a vaca foi para o brejo*. Nesse caso, a escolha por uma EI esteve a critério do enunciador, não havendo, em tese, uma quebra na linguagem direta da notícia em si. Entretanto, ao trazer para a notícia justamente esse fragmento da fala do enunciador, junto dela veio não apenas a informação, mas o tom hiperbólico da declaração que reverbera em todo o discurso com objetivo de chamar atenção aos fatos narrados e à solução apresentada, corroborada pelos trechos: “após as denúncias divulgadas contra o presidente Michel Temer (PMDB) e o senador Aécio Neves (PSDB-MG) [...] Requião considerou as denúncias, publicadas pelo jornal O Globo, como ‘um impacto brutal e pesado’”; “A solução é eleição direta, diretas já, em todos os níveis”.

A EI *a vaca foi para o brejo*, tomada como referência, pode ser classificada como transparente. Note-se que a metáfora na qual se baseia a EI é bastante imagética e possibilita o acesso à sua motivação, portanto. Mesmo para aqueles que vivem em regiões mais urbanas, não é difícil estabelecer o percurso entre o domínio fonte e o domínio alvo dessa metáfora, entre a imagem que associa um animal do porte de uma vaca atolado em um terreno pantanoso e uma situação cuja solução será de difícil alcance, uma vez que se perdeu o controle. Considerando os sentidos literais das partes, *vaca* é a fêmea do boi, “animal mamífero do gênero *Bos*, da família dos *bovídeos*, ruminantes, de chifres pares, ocos e pontiagudos, e dos quais há raças domesticadas [...] e largamente utilizadas pelo homem para produção de carne, couro e para execução de trabalhos agrícolas” (AULETE, 2021, s/p) e *brejo* é um tipo de terreno alagadiço a ser evitado por animais de grande porte, tendo em vista as chances de atolamento. O verbo *ir*, embora copulativo, possui carga semântica que conduz à ideia de movimento, deslocamento no espaço,

portanto, evoca a ideia de algo ou alguém que se dirige em direção a um lugar. Nenhuma das partes possui registro dicionarizado de sentido figurado, portanto, este é adquirido quando no conjunto não composicional em que *vaca* passa a evocar, metaforicamente, situação, enquanto *brejo*, problema de difícil (improvável ou impossível) solução.

No que tange às características-gerais, considerando ser esta uma EI referência, as seguintes podem ser identificadas:

- (i) **universalidade:** sendo as EI um fenômeno universal e utilizando a mesma ideia de encontrar-se em situação sem solução, em que tudo foi posto a perder, o inglês possui algumas alternativas equivalente a *a vaca ir para o brejo*, dentre as quais: (i) *have a lock on* – “ter um bloqueio inquebrável ou sobre o qual não se tem controle” –, (ii) *bite the dust* – “estar morto, falhar” e (iii) *go to the dogs* – “deterioram-se de forma chocante, especialmente no comportamento ou na moral” (SIEFRING, 2004, p. 26, 176, 82, respectivamente). Em alemão, há o equivalente *unter die Räder kommen* – em uma tradução literal, seria algo como “entrar sob as rodas”, e é utilizada para referir-se a situações de deterioração, fracassadas, malsucedidas.
- (ii) **polilexicalidade:** a expressão é composta por três palavras lexicais e três gramaticais;
- (iii) **não composicionalidade:** trata-se de estrutura não composicional, uma vez que o significado individual das partes não mantém relação com o significado global;
- (iv) **convencionalidade:** embora a metáfora que deu origem à expressão seja relativamente visível e acessível, por convenção, passou-se a associar a missão (praticamente impossível) de retirar uma vaca de um terreno brejoso a qualquer situação cuja solução ou reversão seria de tão difícil (ou impossível) quanto;
- (v) **institucionalidade/ uso corrente/:** a expressão é consagrada e compõe o vocabulário cotidiano;
- (vi) **inflexibilidade / fixidez / gramaticalidade / coesão interna/ unidade sintática:** os dicionários registram apenas as variantes *para o* e *pro*, contudo, os exemplos levantados nos Quadros 7, 8 e 9 exemplificam que, em uso, a EI abre-se a variações, havendo certos graus de variação de sentido ou produzindo diferentes efeitos de sentido; além desses, outros registros trarão exemplos de variação nominal, deixando evidente que todos os elementos da expressão estão sujeitos à desafixação, ao descongelamento de sua estrutura canônica;
- (vii) **unidade léxico-semântica:** o conjunto polilexical condensa um conceito;
- (viii) **figuração (figuratividade) / sentido figurado:** a EI constrói-se por meio da metáfora que associa a ida de uma vaca para o brejo a uma situação que saiu do controle e cuja solução se torna dificultosa;
- (ix) **opacidade/ desmotivação x transparência/motivação:** a expressão mantém acessível a motivação da metáfora, podendo ser classificada como transparente;
- (x) **proverbialidade:** trata-se de EI de caráter notório e descreve uma situação do cotidiano;

- (xi) **reproduzibilidade:** a EI referência tem estrutura léxico-semântica que pode ser aprendida e repetida sem dependência restrita do contexto discursivo;
- (xii) **propagação e sustentabilidade:** a EI é amplamente utilizada mesmo por aqueles que não têm qualquer contato como meio rural, ou seja, mesmo por aqueles que nunca vivenciaram a situação literal;
- (xiii) **informalidade / afetividade / efeito de oralidade:** a EI foi utilizada no relato para dar efeito de exagero, intensidade e expressividade à situação de modo mais informal e passional;
- (xiv) **idiomaticidade:** a expressão possui aspectos de idiomaticidade, tendo em vista que se constrói de maneira particular à língua portuguesa.

Em uso, no contexto discursivo, a EI passou por adequações modo-temporais – indicativo do pretérito perfeito – e número-pessoais – terceira pessoa do singular. O modo indicativo exprime uma ação ou fato real, já o tempo pretérito perfeito “representa o fato como concluído e o situa num intervalo de tempo anterior ao presente ou ao futuro” (AZEREDO, 2000, p. 107), assim, a EI trata de algo já ocorrido e concluído: a situação já aconteceu, o problema é um fato consumado. A expressão traz um complemento posposto, também figurado: “e levou a corda”. Se uma vaca está atolada no brejo, uma medida para um possível salvamento seria amarrar uma corda ao animal para tentar puxá-lo para fora. No contexto, ao mencionar que “a vaca foi para o brejo e levou a corda”, quer dizer que a situação, além de ser de quase impossível solução, foi agravada por perder uma das únicas ferramentas para isso. O complemento, portanto, “hiperboliza a hipérbole” e produz um efeito que fortalece, agrava, a situação, tornando-a praticamente irreversível. Para isso, utilizou-se um elemento da própria cena figurativa ampliando e reforçando a narrativa metafórica, como agente intensificador da EI, cuja função, por si, já era dar intensidade e expressividade à situação.

Assim, a escolha da EI visou a expressar a gravidade do fato narrado, do cenário no qual o país se encontrava após o chamado processo de *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff, reforçado por construções como “Só temos uma saída”, “a solução é eleição direta, diretas já, em todos os níveis” “impacto brutal e pesado”. Evidentemente, a fala do então senador Roberto Requião passou por um processo de retextualização (MARCHUSCHI, 2010; ALVES, 2015), tendo em vista que foi proferida oralmente e reproduzida graficamente na reportagem. Todavia, é possível identificar traços da oralidade no texto, dentre os quais se destaca o encadeamento das orações principal e subordinada adverbial causal que suprime a conjunção causal: “[OP→] Só temos uma saída [conjunção causal subentendida → porque] [OS adv. Causal →] a vaca foi para o brejo”. A EI, portanto, apresenta a causa que resultou no fato de restar apenas uma saída, de modo que o efeito focalizou a solução que se apresentou adiante – como sendo “única”.

			elementos do discurso	“deferiu liminar”; “investigação sobre propinas”; “continuará preso”; “há outros mandados”
		sentido da EI no contexto discursivo	manutenção da situação desfavorável	

Fonte: elaboração própria

O texto organiza-se sob o gênero discursivo *post*, gênero digital veiculado por meio de um *blog*, uma plataforma de publicações de conteúdos diversos na internet. O *blog* ao qual pertence o texto que contém a EI em análise trata, segundo a própria autora, de história antiga, museologia, pesquisas, política, música, cinema e artes. No tocante ao domínio discursivo, o *blog* é pessoal e não institucional. Disso decorre que o conteúdo produzido está vinculado às visões pessoais da autora, sem que haja o filtro de uma linha editorial institucional. O texto produzido possui características do gênero notícia e tema jornalístico, uma vez que os “gêneros emergentes nessa nova tecnologia [internet] são relativamente variados, mas a maioria deles tem similares em outros ambientes, tanto na oralidade como na escrita” (MARCUSCHI, 2005, p. 13). Contudo, diferentemente do que se espera encontrar em notícias veiculadas por grandes veículos de comunicação institucionalizados³⁴, fica muito evidente a opinião da autora já na abertura – título – e também no encerramento do texto.

O título (manchete) tem como função chamar a atenção do leitor para o conteúdo da notícia (DIAS, 1996), além de sintetizar as informações que serão explanadas, estabelecendo uma correlação entre essas estruturas. No caso em análise, a EI tem a função de título e seu sentido condensa o teor da notícia e também traz a opinião da autora em relação ao que é noticiado, já que as EI em si condensam conceitos de modo a deixar marcada certa intenção valorativa:

O que preferencialmente os fraseologismos lexicalizam são, no chamado léxico mental, as emoções, as atitudes, as interpretações subjetivas, os comportamentos frequentemente com pendor negativo. Isso equivale a dizer, a nomeação por meio das fraseologias traz sempre uma marca: mesmo que já haja uma nomeação por meio de signos primários, o fraseologismo ou nomeia de forma mais expressiva, ou reforça a expressividade se ela já existir lexicalizada de outra forma. (VILELA, 2002, p. 191)

Ao figurar já no título, a EI prenuncia a conclusão a que se chega, considerando os fatos noticiados. Além disso, a escolha da EI empresta intensidade e expressividade à ideia daquilo que se põe em destaque. Ademais, a EI é antecidida por uma conjunção adversativa: *mas a vaca continua no brejo*, o que faz dessa construção uma oração coordenada sindética

³⁴ Nesses casos, as opiniões da linha editorial ficam, de modo geral, mais discretamente diluídas.

adversativa. Por extensão, o texto seria a ideia com a qual se estabelece relação de oposição. Sobre isso, Bechara (2009) ensina que mais do que a função de juntar duas orações, as conjunções marcam em uma camada inferior, como membro de outra oração, cada qual contendo termos determinantes ou argumentais complexos que exercem funções distintas, mas complementares na construção do discurso. Ocorre no caso em análise, uma inversão da construção argumentativa canônica (introdução-desenvolvimento-conclusão), uma vez que a conclusão que expressa opinião antecede a notícia, embora esta fique subentendida no título e somente seja acessada como tal quando finda a leitura do texto.

Tal arquitetura, juntamente com a intenção pretendida, justificaria a alteração do verbo da EI de *ir* para *continuar*. A variação, então, é o ajuste necessário para construir a ideia que se pretende expressar e cuja EI referência não o faria a contento. Uma consequência sintática da mudança do verbo foi a alteração da preposição que o acompanha, portanto, de *para o* para *no* (*em+o*), que tão somente contribui para indicação de lugar. Disso decorre, considerando a tipologia estabelecida, que se trata de uma EI variante ocasional, visto que a modificação ocorre para atender a uma intenção local para construção das intenções argumentativo-discursivas. Tendo em vista estar evidente a relação com a EI referência, pode-se classificar a variante ocasional não apenas transparente em relação àquela, mas também relativamente transparente quanto à metáfora da qual decorre e que pode ser acessada com facilidade, mesmo que para isso seja preciso primeiramente conhecer a expressão que inspirou a derivação.

A alteração na forma da EI ocorre por meio da substituição de seu verbo, isso quer dizer que, embora aparentemente sutil, a estrutura inovadora ganha um novo direcionamento semântico à medida que o verbo ancora a proposição e dá à sentença uma noção aspectual, isto é, informações acerca da duração do processo verbal, a despeito da época em que esse processo ocorre – momentânea ou contínua, eventual ou habitual, completa ou incompleta (AZEREDO, 2000). O verbo *continuar* significa “dar seguimento, prosseguimento a, em, com; seguir adiante em (ação); prosseguir em; manter (qualidade ou estado); ter prosseguimento; perdurar; vir em seguida a; suceder; estender(-se), prolongar(-se)” (AULETE, 2021, s/p). Embora em algumas acepções divirja do significado do verbo original *ir* – que denota o movimento de deslocamento de um lugar para outro –, há pontos de convergência com a noção de *seguir adiante*. É justamente o contexto que determinará qual, dentre as opções, representa a ideia pretendia.

Assim, o significado contido no verbo da EI referência seria de descolamento, já na variante ocasional seria de permanência, continuidade, perpetuação de uma condição – e não de vir em

seguida ou seguir adiante. Nesse sentido, considerando que o texto se coordena ao título e que este tem função sintática adversativa, pode-se entender que a ideia com a qual estabelece contrariedade é o próprio texto, que traria a ideia de uma situação ocorrida e cujo desfecho foi ruim – *a vaca foi para o brejo* – e, a despeito dos novos fatos aparentemente favoráveis – liminar de soltura de Eduardo Cunha –, a situação mantinha-se ruim e Eduardo Cunha continuaria preso porque havia outros mandados contra ele –, logo, *a vaca* [a situação] *continua no brejo* [problema].

No que tange às características-gerais, a EI variante ocasional mantém sua idiomaticidade, ainda que a adequação tenha sido feita para atender uma necessidade discursiva situada, liga-se a uma EI referência e dela carrega também essa característica. Sendo compreensível, a estrutura variante comprova que a expressão referência era apenas relativamente fixa já que foi alterada, assim como seu sentido. Também se mantém como uma unidade léxico-semântica não composicional, já o que a construção como um todo condensa um conceito. Quanto ao uso corrente, não se pode descartar que isso possa vir a acontecer, mas é importante lembrar que, sendo uma variante ocasional, a estrutura altera-se em função de um contexto específico para atender a uma necessidade local. Para que haja sustentabilidade e reproduzibilidade, seria preciso que a convenção produzida fosse adotada pelos falantes da língua e utilizada a ponto de consagrar a variante. Por outro lado, mantém-se a característica da figuratividade, pois se liga à metáfora da EI referência e deixa evidentes domínios fonte e alvo da metáfora. Além disso, é informal, emprestando efeito de oralidade ao texto, e proverbial porque descreve de modo coloquial uma situação cotidiana.

Do ponto de vista do discurso, o primeiro aspecto a ser destacado é o fato de ter emergido das necessidades discursivas a causa da alteração da EI que, embora integre o título, poderia ser a última sentença do texto: a conclusão. Essa inversão provoca um efeito inusitado no texto: ao trazer para o título a conclusão a que se chega, o leitor tem seu percurso de compreensão guiado por essa ideia inicialmente proposta, condensada e expressa pela EI variante ocasional, cumprindo a tendência dos falantes de “economizar o seu esforço” (LAPA, 1984, p. 72). Este exemplo corrobora a hipótese aventada de que o contexto discursivo é um fator ativo e passivo no que se refere aos efeitos sofridos e provocados pela EI: ativo ao motivar a alteração, passivo por sofrer efeitos de sentido por essa escolha lexical.

Considerados os pontos destacados acerca da forma e do discurso, a EI variante ocasional ganha o seguinte sentido: manutenção da situação desfavorável, a despeito de fatores que poderiam mudar o cenário de difícil solução, persiste a condição da qual se tinha inicialmente.

O quadro a seguir também traz um registro de variante ocasional, cuja alteração recai sobre o elemento verbal da estrutura, o que produz outro sentido.

Quadro 8 – A vaca saiu do brejo

		Expressão Idiomática referência					
		A vaca ir para o brejo					
		A	vaca	ir	para	o	brejo
		*	a fêmea do boi (AULETE, 2021, s/p)	dirigir-se a; locomover-se (AULETE, 2021, s/p)	*	*	terreno alagadiço, pantanoso; pântano; (AULETE, 2021, s/p)
Texto 7 – A vaca saiu do brejo	sentido literal	significado da EI referência		malograr-se, dar tudo errado (URBANO, 2018, p. 302); fracassar (algo); deteriorar-se (situação), ir tudo a perder.; (AULETE, 2021, s/p)			
		campo semântico de associação/ hipótese de origem		Associa-se à ideia da impossibilidade de salvar uma vaca, animal de grande porte, de um terreno brejoso. Logo, a EI é utilizada para referir-se a situações sem alternativa, sem salvação ou cuja solução seria de extrema dificuldade ser alcançada.			
	sentido não literal	em contexto discursivo		EI variante		A vaca saiu do brejo	
				efeito de sentido da EI referência/variante		expressividade e certo sarcasmo à ideia de que afastar-se de uma situação de dificuldade (embora sem muito merecimento)	
				“ A VACA SAIU DO BREJO [título] O futebol tem dessas coisas. De repente, o que parecia certo está errado. Durante um bom tempo, os são paulinos ficaram preocupados com a possibilidade de queda do time para a segunda divisão do Brasileirão. [...] Quando estava tudo certo e a queda parecia irreversível, vem o Corinthians e atrapalha a festa, perdendo de 4 a zero para o São Paulo. A partir daí a sorte estava selada: não tinha mais como o time conseguir a façanha de cair, nem que para isso se esforçasse muito, com bicho em dobro e tudo. [...] Mas bonito mesmo fez a Seleção Brasileira. Não porque os jogadores tenham feito alguma coisa sozinhos, mas porque, com a ameaça concreta do time não se classificar, a CBF tomou vergonha na cara e contratou um técnico de futebol para dirigir o time [...] A seleção hoje é a Seleção. A seleção do Dunga era um amontoado de jogadores, reunidos em volta de uma camisa, sem saber por quê, pra onde ou para quê. Agora, temos objetivo, padrão de jogo e jogadores comprometidos, instruídos para fazerem bem feito. O resultado está aí e é bem melhor do que o do São Paulo.” (sic) (PMEC, 2016)			
				elementos do discurso		“possibilidade de queda”; “trabalho absolutamente incompetente”; “Corinthians e atrapalha a festa, perdendo de 4 a zero para o São Paulo”; “A seleção do Dunga era um amontoado de jogadores”; “Agora, temos objetivo, padrão de jogo e jogadores comprometidos”	
		sentido da EI no contexto discursivo		situação difícil sem salvação que se reverte			

Fonte: elaboração própria

O texto cujo título contém a EI objeto de análise organiza-se sob o gênero discursivo crônica. As crônicas, como visto, prestam-se a um registro dos fatos do cotidiano de um modo geral. Dentre esses, o universo esportivo, mais precisamente o futebolístico, que tem sido fonte perene como tema desse gênero. Acerca dessa temática, Marques (2000, p. 17) registra:

O percurso percorrido pelo futebol entre o amadorismo e o profissionalismo tem sua similaridade na trajetória da imprensa esportiva. Até o início da década de 40, o cronista esportivo ocupava a posição mais baixa na hierarquia dos jornais. Com a atuação de Mário Filho, houve a valorização do *métier* do analista e do repórter esportivo, a partir de seu trabalho com a promoção de competições, eventos, notícias e fatos – em suma, do próprio espetáculo. A invenção do profissional, donde temos uma múltipla simbiose: o jornal a criar a demanda para a produção do evento, e este a fornecer elementos para a atuação do homem da imprensa esportiva.

Embora haja toda uma ala profissional que se nutra desse esporte para geração de informação e conteúdo, por tratar de entretenimento tido como “paixão nacional”, a temática futebolística permeia as mais variadas esferas da sociedade. A crônica analisada foi escrita na forma de *post* na página digital de um escritório de advocacia que possui uma seção destinada à publicação de crônicas e artigos. O texto apresenta uma avaliação sobre dois fatos ocorridos no mundo do futebol: a virada são paulina que, apesar da fraca campanha, acabou não sofrendo o rebaixamento para a segunda divisão do Campeonato Brasileiro de Futebol; e também trata da contratação do então novo técnico para a seleção brasileira masculina de futebol. Duas situações, teoricamente, de dificuldade. Além de apresentar as informações, o autor a faz criticando e opinando por meio de ironias, sarcasmos, clichês e frases de efeito, marcando seu posicionamento valorativo: “não fez pior porque não dava para contratar um especialista do Vasco da Gama para prestar consultoria”; “trabalho absolutamente incompetente”; “não tinha mais como o time conseguir a façanha de cair”; “jogo imprevisível como a vida, viciante como cigarro, improvável como o amor”.

A EI, assim como no exemplo anterior, também figura no título do texto, entretanto, sem qualquer complementação, é ela própria a estrutura completa que intitula esse texto. No tocante à classificação tipológica: trata-se de um EI variante ocasional, construída em função da necessidade local de dar outra forma para que se chegue ao sentido pretendido. Nesse caso, a variação ocorre por meio da substituição do verbo *ir* da EI referência para *sair*. A despeito da alteração, conserva-se a motivação, primeiramente ligando a variante à EI referência da qual deriva e, depois, mantendo acessível a metáfora de domínio fonte.

Quanto às características-gerais, é possível dizer que a EI variante ocasional, assim como as demais, mantém seu aspecto idiomático, posto que se (re)codifica a partir de uma visão particular dos falantes do português do Brasil que, com base em uma expressão consagrada, redefiniu a situação metafórica de modo a servir às intenções de um dado discurso. Apesar desse caráter relativamente particular da estrutura, em virtude de sua descendência, não poderia ser traduzida palavra a palavra em outra língua. Ademais, mesmo estruturas idiomáticas de outras línguas, equivalentes à EI referência, talvez não possam ser adaptadas de modo tal a expressar conceito igual ou semelhante ao contido na variante.

A partir dessa observação, é possível inferir que as EI variantes ocasionais fundam-se no domínio dos mecanismos e sistemas da língua e reforçam seu idiomatismo. Todavia, ainda que a variante possa ser reproduzida em outros contextos, somente o intenso uso corrente e propagação permitiriam a sustentabilidade, fazendo dessa uma EI referência. Aqui, vale o destaque de que não poderia ser uma variante frequente tendo em vista alterar-se sobremaneira o significado entre a referência e a variante: *a vaca foi para o brejo* = fracassar; pôr tudo a perder e *a vaca sair do brejo* = solucionar um problema; reverter uma situação difícil. Em vista de ser variante, não se pode tratar de inflexibilidade/fixidez, mesmo que tenha havido alteração do significado. Isso porque a EI referência, ao ser descongelada, abriu-se a uma forma variante e, por conseguinte, um novo significado que, apesar de diferente, mantém um vínculo semântico com aquela da qual deriva. A convencionalidade ocorre localmente, em função do contexto discursivo específico, mas conserva-se a informalidade e proverbialidade da variante porque também descreve de modo coloquial uma situação cotidiana. O aspecto polilexical é mantido, assim como a figuratividade. Por fim, mantém-se transparente, porque deriva de uma EI com tais características e o faz por meio do uso de um verbo contíguo que apenas muda a direção da ação da metáfora, mas conserva a cena de modo geral.

As únicas alterações que ocorrem na forma são o verbo, de *ir* para *sair* e, por conseguinte, a preposição que o acompanha, passando a ser *de* acompanhada do artigo definido *o*, por força de regência. Mantêm-se, portanto, os dois elementos nominais que localizam cognitivamente o domínio fonte da metáfora de modo que se possa chegar pelo menos a meio caminho do domínio alvo. Assim se diz porque sendo o verbo o cerne da proposição, o interlocutor precisa compreender que houve uma mudança naquilo que se tinha na forma consagrada. Se, originalmente, a ideia da metáfora, construída a partir do conseqüente atolamento de uma vaca em um terreno alagadiço, configura em um problema de solução praticamente impossível, o verbo *ir* evoca justamente a ideia de que algo (a situação) partiu, deslocou-se, foi na direção da

quase impossibilidade de solução (*brejo*). Por outro lado, o verbo da expressão sendo substituído por *sair*, que, a seu turno, evoca, dentre diversas possibilidades – uma vez tratar de verbo de abundantes acepções – a ideia de “passar de dentro para fora, ir para fora, ou deixar um lugar; [...] livrar-se ou desvencilhar-se; chegar ao fim de, ou concluir” (AULETE, 2021, s/p), o resultado dessa nova imagem metafórica, em associação àquela criada inicialmente, passa a aludir ao deslocamento do ponto original – o *brejo* – para outro. Se *brejo* figurativiza uma situação difícil, *sair* dele seria deixar, abandonar, mover-se dessa para outra qualquer.

Da perspectiva da sintaxe, *a vaca saiu do brejo* encontra-se na voz ativa, uma vez que *sair* é intransitivo. Conforme ensina Azeredo (2000, p. 109), “cada sintagma nominal que se vincula a um verbo não só trava com ele uma relação sintática, mas ainda recebe dele um papel semântico a desempenhar”. Nesse caso, o sujeito pratica a ação, do que se pode concluir que a vaca saiu do brejo por iniciativa, do contrário, teria sido tirada, passando à voz passiva e ganhando o papel sintático de paciente da ação. Disso decorreriam duas consequências: (i) seria necessário o uso de outro verbo, um transitivo direto ou direto e indireto, como *tirar* – *a vaca foi tirada do brejo*; e (ii) a forma variante ocasional capaz de expressar essa ideia teria de converter de ativa para passiva a voz da expressão.

Considerando o texto, pode-se dizer que, no caso do problema enfrentado pelo São Paulo Futebol Clube – a possibilidade de rebaixamento para a segunda divisão do Campeonato Brasileiro de futebol masculino em consequência de seu fraco desempenho –, o fato que reverteu a situação resultou da ação do próprio time – que ganhou de quatro a zero do time do Corinthians – e, portanto, cabe a voz ativa da EI, trazida pelo título da crônica.

Entretanto, o mesmo não ocorre na segunda situação apresentada: a contratação de um novo técnico para a Seleção Brasileira masculina de futebol. Se a contratação ocorreu por iniciativa da Comissão Brasileira de Futebol (CBF), a Seleção recebeu ação, foi, por conseguinte, paciente dessa ação. Desse modo, para expressar de maneira sintaticamente adequada, a EI variante ocasional deveria ser *A vaca [Seleção] foi tirada do brejo [pela CBF]*, muito embora, na função de título, a EI parece cumprir o papel semântico de resumir a ideia geral da crônica como um todo, servindo-se de licença poética (ou, mais precisamente, sintática) para este último caso.

Por fim, com base no contexto discursivo e na própria estrutura da expressão, o sentido resultante da variante ocasional seria: deixar/abandonar uma situação difícil, sem salvação, afastando-se dela por meio de uma reversão do cenário inicial.

Segundo Marcuschi (2003, p. 9), “todo gênero tem um suporte³⁵, mas a distinção entre ambos nem sempre é simples e a identificação do suporte exige cuidado. Para isso é necessário definir categorias e considerar aspectos limítrofes na relação gênero-suporte”. O texto no qual se encontra a EI em análise deixa evidente como o meio digital mescla e funde características de diferentes gêneros gestando categorias que, por vezes, é de difícil classificação única e permite que desses decorram outros subgêneros e haja consequências para o próprio gênero. O texto é um *post* publicado em um *blog* que possui características de crônica, portanto, o *post* seria o gênero discursivo, hibridizado pelas características do gênero crônica, que se materializa por meio do suporte *blog*. O mesmo autor lembra que o suporte é fundamental para que o gênero circule na sociedade e que este exerce alguma influência na natureza do gênero que carrega, mas, ainda que não determine o gênero, “há casos complexos em que o suporte determina a distinção que o gênero recebe”, além disso, “os gêneros têm preferências e não se manifestam na indiferença a suportes” (MARCUSCHI, 2003, p. 9 e 12). Com base no exemplo, pode-se dizer que o conteúdo poderia não mudar muito se fosse publicado em um livro ou jornal (físico ou digital) ou como *post* em um *blog*, mas nitidamente este último suporte permite maior acesso e circulação social do gênero. Ademais, possibilita que qualquer pessoa seja um escritor amador, dispensando a aprovação de um editor, de um conselho editorial, além do contrato com uma editora ou um jornal. Também não se submete a uma editoria formal ou qualquer força institucional, que faz com que tema, conteúdo composicional e estilo sejam livres.

A EI em análise aparece em dois momentos diferentes, de duas formas diferentes. A primeira ocorrência está no título: *A vaca voltou do brejo*. No tocante à tipologia, a forma é variante ocasional à medida que a substituição do verbo da EI referência ocorre para atender à intenção discursiva. A segunda, (re)inova a forma alterada ao aparecer preenchida por outros elementos resultando na forma *Quando a vaca parecia que tinha ido para o brejo, resolveu voltar*. Trata-se de uma EI variante ocasional que deriva da primeira variante ocasional. Cria-se, assim, um percurso em duas etapas para acesso ao domínio fonte: (i) identificação da EI referência e (ii) identificação da EI variante ocasional na qual se baseia. Ainda em relação à segunda forma, o desdobramento, cria duas ações distintas: *parecia que tinha ido* e *resolveu voltar*, o que evoca a ideia de que a situação – a *vaca* – encaminhava-se para um desfecho de complicada solução

³⁵ Para Marcuschi (2003), suporte é um lugar físico ou virtual, cuja materialidade é incontornável e imprescindível; tem formato específico e produzido para portar textos, ainda que possa ocorrer de forma eventual e não convencional; e que serve para fixar e mostrar o texto a fim de torná-lo acessível e com objetivo comunicativo.

– o *brejo* –, mas por iniciativa – *resolveu* – solucionou-se e reverteu o resultado. Todo esse movimento é resumido pelo título.

O texto constrói um processo de referenciação com base na EI no trecho “Se a vaca lusitana deitar no Mirassol, não quero nem pensar o que nos reserva no futuro”, deslocando uma de suas unidades lexicais – *vaca* – que perde completamente seu sentido literal e cria um sentido não literal atrelado àquele adquirido no grupo não composicional. Na EI, *vaca* ganha o sentido figurado de *situação* que se complica ou vem a ser um problema (*brejo*). Nesse texto, a unidade lexical carrega essa significação e une-se à *lusitana*, outro instrumento da referenciação que se vincula ao time da Portuguesa Futebol Clube, afetivamente apelidada de *lusa* e, por isso, ser *vaca lusitana*, o que garante uma espécie de ancoragem ao objeto referenciado. Da expressão, usa-se apenas o substantivo *vaca*, não havendo menção a *brejo* que, por alusão à EI, é representado explicitamente por *Mirassol*, time com o qual a Portuguesa teria o próximo confronto no campeonato. Ademais, o resultado pretensamente negativo é registrado de maneira figurativa: *não quero nem pensar o que nos reserva o futuro*. Destaque-se a escolha verbal que constrói essa imagem: *deitar*. Uma vaca que deita em um brejo, que nem se esforça para tentar sair de lá, implica um agravamento da situação ruim não apenas por esta ser ruim, mas também porque denota um estado de inação para mudá-la. Disso, resulta que o processo de compreensão precisa agregar não apenas os elementos extratextuais para, por exemplo, compreender as EI variantes, mas também os textuais. Trata-se da construção de uma convencionalidade local para o uso figurado de *vaca* que em outros contextos, não conduziria à compreensão do texto – “Estou com uma ~vaca~ para resolver”. Isso ocorre porque, fora desse contexto específico, não é possível acessar o conteúdo informacional do lexema (POLGUÈRE, 2018) tal como figura no sistema.

Quanto às características-gerais, considerando as duas ocorrências, ambas mantêm seu aspecto idiomático. Uma vez sendo variantes, fica evidente que, desde que guardada a ligação no plano da forma e/ou do conteúdo com a EI referência, o descongelamento para derivações e rearranjos é possível. Conserva-se a característica da polilexicalidade e da unidade léxico-semântica, uma vez que os conjuntos possuem mais de dois lexemas e condensam um conceito. O uso corrente não pode ser verificado e apenas a reprodução constante poderia perpetuar as formas, sendo mais provável que ocorresse com aquela que mais se aproxima da EI referência – *a vaca voltou do brejo*. Disso decorreria a necessidade de convencionalizar a construção variante para transmitir a ideia de reversão de situação difícil. A construção rearranjada e preenchida por outros elementos fica muito mais atrelada ao contexto discursivo do qual emergiu, o que reduz

consideravelmente as chances de que venha a ser reproduzida fora desse contexto específico. Vale lembrar que foi a convencionalidade que permitiu, inclusive, que um dos elementos da EI fosse deslocado e utilizado fora do conjunto idiomático, porém com o sentido adquirido na EI. A proverbialidade, informalidade e figuratividade são mantidas.

Considerando as três formas figuradas utilizadas no texto – a EI no título, no texto e a unidade lexical descolada da EI –, propõe-se a seguir sua disposição em um *continuum* entre a máxima transparência e a máxima opacidade, preenchido por outras possíveis ocorrências:

Figura 10 – *Continuum* transparência e opacidade

Fonte: elaboração própria

A variante ocasional *a vaca voltou do brejo* mantém-se transparente em relação à EI da qual deriva e à metáfora, cujo domínio fonte pode ser acessado com facilidade. Já a segunda forma, preenchida por outros elementos, distancia-se um pouco mais da metáfora que a motivou, ainda que esta possa ser acessada se empreendido algum esforço para desenhar o percurso percorrido. Por fim, vale observar que a ocorrência *vaca lusitana* torna-se bastante opaca e desmotivada e seu sentido apenas pode ser acessado se forem consideradas as informações contextuais e extratextuais, isto é, o conjunto isolado não evoca um sentido figurado e seu sentido é plenamente dependente do entorno discursivo.

A EI variante ocasional foco – *a vaca voltou do brejo* – constrói-se com base na ideia projetada pelo verbo *voltar*, de acepções variadas, dentre as quais: “chegar de volta; retornar; regressar; recuar (ao ponto de partida ou a um ponto anterior); retornar (a um lugar, estado ou circunstância anterior); mover(-se) (em certa direção); virar(-se); [...]” (AULETE, 2021, s/p). Em contraste com a EI referência, pode-se, a princípio, dizer que a ideia principal seria a de que uma situação esteve em estágio de grande dificuldade, porém, houve uma reversão que permitiu

que não apenas esse cenário mudasse, mas que retornasse a um ponto inicial: a vaca não apenas saiu do brejo, mas voltou de lá. Considerando sua aplicação no contexto discursivo, entende-se que a ida não chegou ao destino final – o brejo, o ápice da dificuldade –, mas tão somente se esteve a caminho e de certo ponto regressou – o que dá margem a pensar que ao dizer que a vaca foi para o brejo não quer dizer necessariamente que ela chegou lá, apenas se encaminhou, entendimento este que dependerá do contexto, portanto. Esse sentido fundamenta-se no desdobramento da expressão que menciona que parecia que tinha ido – tudo dava a entender que a vaca tinha ido para o brejo –, no entanto, resolveu voltar. Desse modo, o sentido construído no e pelo contexto discursivo pode ser entendido como “a situação, que parecia ser difícil e de improvável solução, reverteu-se antes que o pior acontecesse”. Ademais, a escolha da EI variante ocasional, além de condensar a informação no título e figurativizar a situação narrada pelo texto, também produz efeito de humor para tratar do tema de forma leve e divertida.

De uma perspectiva geral, este grupo analisou um conjunto de EI cujas variantes construíram-se por meio da mudança do verbo integrante da referência. Tendo em vista que os verbos utilizados eram basicamente locativos e que estes estabelecem uma relação de localização entre um objeto e um ponto no espaço, o principal efeito produzido pelas mudanças foi que o espaço que a *vaca* ocupava em relação ao *brejo* dava a medida da situação em relação ao problema. Ainda que a mudança tenha sido de apenas um elemento, alterou-se a noção de movimento, o que empresta mais um dado à composição do sentido global de cada versão da EI e demonstra que qualquer alteração traz implicações semânticas.

Embora já se tenha findado o conjunto de quadros a serem analisados por este grupo, cumpre apresentar duas outras ocorrências de variação que trazem dados interessantes a esta pesquisa. Em ambos os casos, a mudança ocorre no primeiro elemento nominal da EI:

O boi foi pro brejo! [título] É mais uma conquista das mulheres! Depois do feminino de presidente cunhado pela ‘presidenta’ Dilma, a expressão idiomática ‘bode expiatório’ ganhou nova versão de gênero gramatical no discurso da pré-candidata a ‘vice-presidenta’ Marina Silva, que acusa o governo de buscar nela, ambientalista de carteirinha, uma “cabra expiatória” para o desabastecimento hidrelétrico. Isso quer dizer o seguinte: está aberta a porteira para o uso de fêmeas em figuras de linguagem tradicionalmente protagonizadas por machos. Exemplos: matar uma leoa por dia; engolir sapa; comprar gata por lebre; cor de burra quando foge; a égua dada não se olha os dentes; à noite todas as gatas são pardas; quem não tem cadela caça com gata; mais vale uma pássara na mão que duas voando; memória de elefanta; dar pérolas às porcas; abraço de ursa; macaca em cristaleira; vaca de piranha; dar

com as burras n'água; passarinha que come pedra... Enfim, as cachorras ladram e a caravana passa! (VASQUES, 2014)

O texto é metalinguístico, trata das próprias EI e das variantes ao mesmo tempo que traz a discussão acerca da equidade de gêneros (feminino e masculino). Note-se que, no caso da EI *A vaca ir para o brejo*, vaca não é um referente que se vincula a um ser, uma pessoa, mas a uma situação, portanto, não caberia a concordância de gênero. No entanto, uma vez que o texto tem como tema subjacente questão de gênero – mesmo que o faça de modo bastante irônico – propõe a concordância de gênero em EI, de modo que ao referir-se a situações no masculino, a expressão deveria trazer a flexão de gênero *o boi foi para o brejo*. Os aspectos políticos e filosóficos que subjazem a questão, embora relevantes, ultrapassam os propósitos desta pesquisa, cumprindo apenas dar atenção ao fato de que as EI nada mais são do que um recorte histórico-cultural (mas também político e social, por conseguinte) e a adoção ora do feminino e ora do masculino para denotar determinadas situações do cotidiano reflete o pensamento predominante da época na qual surgiram e perpetuam-se. Assim, o grande risco da reprodução de estruturas pré-fabricadas, especialmente aquelas desmotivadas, é não rever valores que provavelmente não se enquadrem na sociedade contemporânea, que se propõe à evolução ou que perpetuem, como no exemplo, a subjetividade identitária da mulher na língua (LAKOFF, 1973). Isso posto, retornando ao exemplo, se levar-se em consideração o contexto discursivo – não o situacional –, aparentemente, o significado da EI pode ser acessado sem grandes problemas sendo o sentido adquirido mais político-social do que propriamente linguístico. Contudo, isso pode ser diferente em outro contexto em que a mesma forma variante é aplicada:

O boi foi para o brejo [título]

A JBS liderou as perdas na Bolsa. As ações ordinárias (JBSS3) fecharam cotadas a R\$ 11,20, uma queda de 10,04%.

O motivo óbvio é o envolvimento dos irmãos Joesley e Wesley Batista na Operação Greenfield, lançada hoje pela Polícia Federal para investigar suspeitas de gestão fraudulenta em fundos de pensão.

Joesley e Wesley foram levados, nesta manhã, pela Polícia Federal para depor sobre o caso. À tarde, o juiz federal Vallisney Oliveira determinou que eles se afastem da direção de suas empresas.

A ordem é uma das sete medidas cautelares baixadas pelo magistrado aos 40 envolvidos nesta fase. (O FINANCIISTA, 2016)

Sendo a EI o título da notícia, a primeira inferência possível é que ela sintetiza a informação desenvolvida no texto que segue. O significado geral da expressão mantém-se: pôs-se tudo a perder. No entanto, ainda que a mudança do elemento nominal de *vaca* para *boi* aparentemente tenha ocorrido apenas para que houvesse a concordância de gênero com os sujeitos tratados na

notícia – os irmãos Joesley e Wesley Batista. Todavia, se assim o fosse, dever-se-ia ocorrer também a concordância de número, resultando em *os bois foram para o brejo*. Para se chegar ao sentido dessa EI variante ocasional é preciso extrapolar o contexto discursivo e buscar informações hipertextuais. A empresa da qual os irmãos são donos, a JBS, é uma multinacional brasileira do ramo alimentício, cujas principais marcas estão ligadas ao beneficiamento de subprodutos resultantes do abate de bois. Assim, o sentido da EI variante ocasional resulta do conceptismo moderno que joga com as palavras e as ideias, estabelecendo uma cadeia de intertextualidades: o negócio (o empreendimento) de beneficiamento de bois (dentre outros) está em situação de difícil solução em virtude das ações de seus donos (foram para o brejo). Para se chegar a isso, é preciso acessar essas informações externas para compreender o discurso como um todo e a própria EI variante ocasional.

Este grupo, somado aos dois exemplos adicionais, demonstraram não somente que qualquer alteração na forma traz implicações para a construção do sentido da EI, mas também que, dependendo da classe gramatical do elemento alterado, a mudança pode ocorrer no modo de ligação entre domínio fonte e domínio alvo da metáfora que constitui a expressão. Além disso, em certos casos, pode estabelecer em que grau se dará a dependência entre o contexto discursivo (ou mesmo situacional) e o sentido da estrutura variante.

8.3 Grupo III – Fazer cara de paisagem

Este grupo toma “fazer cara de paisagem” como EI referência. O núcleo semântico básico *cara de paisagem* comumente é utilizado com os verbos *estar*, *ter* e *fazer*. Uma vez que “simbolizam nossa experiência do mundo como representações dos modos de existência dos seres expressos como predicação” (AZEREDO, 2000, p. 82), cada um desses verbos ao ligarem-se à estrutura idiomática alteram, por meio do estado e da duração do processo verbal, o sentido da EI e do discurso: “Ele *esteve com cara de paisagem o dia todo*”; “Ele *tem cara de paisagem* constante, é um ótimo jogador de póquer”, “Ele *fez cara de paisagem* para não ter que se posicionar”. Ainda que *estar* seja essencialmente um verbo instrumental de ligação, é inegável que ao acompanhar *cara de paisagem*, empresta a essa estrutura um sentido de estado passageiro, diferente de *ter*, que denota uma condição permanente de alguém sem expressão, e diferente de *fazer*, uma habilidade que permite que alguém faça e desfaça a *cara de paisagem*.

Ademais, da perspectiva da discursividade, as marcas de tempo, modo, pessoa e aspecto dão-se por meio dos verbos que, portanto, são indispensáveis à expressão que cada situação discursiva intenta. A esse respeito, Abrahão (2018, p. 46) lembra que “essas construções fazem parte não apenas de estratégias argumentativas, mas de organização sistêmicas que estruturam os discursos de um tempo, de um local, que estruturam, enfim, ‘formas da vida’, como diria Wittgenstein”. Além desses motivos, sendo a construção do sentido um dos focos principais desta pesquisa, parece coerente trazer para o escopo da análise aquele elemento dotado de aspecto. Assim, adota-se como EI referência *fazer cara de paisagem*, a fim de analisar, neste grupo não os efeitos de sentido produzidos pela variação de verbo – como verificado no Grupo II e no Grupo VI –, mas especialmente as mudanças nominais nas ocorrências: *fazer face de paisagem*, *fazer fuça de paisagem*, *fiz cara de horizonte*. No modelo de análise, apenas a preposição “de” não possui conteúdo que a descreva, por isso a linha referente a seu sentido literal está preenchida com um asterisco (*). Seguindo o paradigma estabelecido, o primeiro quadro analisa a EI referência e, por essa razão, não está preenchida a linha referente à variante.

Quadro 10 – Fazer cara de paisagem

Texto 9 - Fazer cara de paisagem nos livros de muitos problemas!		Expressão Idiomática referência			
		Fazer cara de paisagem			
		fazer	cara	de	paisagem
	sentido literal	criar, elaborar, produzir; dar existência a alguma coisa; construir, fabricar, manufaturar; pôr em prática; executar; realizar; atuar em ou como; interpretar; fingir-se; (AULETE, 2021, s/p)	parte frontal da cabeça, onde se localizam os olhos, o nariz e a boca; rosto; O conjunto dos traços do rosto (a forma e disposição dos olhos, do nariz, da boca etc.), esp. quando considerados como próprios de um indivíduo; feições; fisionomia; semblante; aparência, estado momentâneo da cara (2) ou alteração de alguns de seus elementos, que reflete a condição em que está a pessoa, ou indica seus sentimentos, pensamentos, sua disposição etc. (cara triste, cara séria, cara cansada); expressão; fisionomia; semblante (AULETE, 2021, s/p)	*	espaço que pode ser alcançado pelo olhar; vista; panorama; pintura, desenho, fotografia etc. que mostra paisagem (AULETE, 2021, s/p)
	sentido não literal	significado da EI referência	fazer/ter cara de quem está distraído, distante, pensativo, alheio ao que se passa em volta, absorto, com pensamento em outro lugar (MELLO, 2009, p. 117); fazer de conta que nada aconteceu, especialmente se o acontecido teve sua participação (DI, s/d)		
		campo semântico de associação/ hipótese de origem	A ideia relaciona-se ao fato de que paisagens são estáticas, mudam muito sutil e lentamente de maneira quase imperceptível a não ser por contraste no tempo. Também pode estar associada à feição que se faz quando se está admirando uma paisagem: olhar para o horizonte, pensamento distante, com feição estática.		
		em contexto discursivo	EI variante	*	
			efeito de sentido da EI referência/variante	eufemismo e positividade da atitude, não exatamente positiva, de não manifestar/demonstrar reação	

			<p>“Fazer cara de paisagem nos livra de muitos problemas! [título] Um dos maiores favores que poderemos fazer a nós mesmos, nos casos em que alguém se encarrega de pesar o ambiente com fofoca e outros tipos de maldade gratuita, sempre será lutarmos contra a nossa vontade de explodir, para que não nos desequilibremos por conta de quem não merece nada de nós. [...] Quanto mais esquentarmos a cabeça, quanto mais tentarmos esbravejar e mostrar descontentamento, menos fortalecidos ficaremos, uma vez que o esgotamento emocional acaba por trazer danos também ao nosso físico. [...] Leva muito tempo para nos acalmarmos, após termos entrado em meio a tempestades que não foram por nós provocadas, ou seja, sabermos nos desviar dos contratempos que envolvem inverdades sobre nós, enquanto mantemos o semblante em estado de serenidade, é a atitude mais adequada a ser tomada. Não tem outro jeito, aliás, não existe nada melhor do que voltarmos olhos serenos na direção dos redemoinhos em que os próprios infelizes se afogam sozinhos.” (CAMARGO, 2017)</p>	
			<p>elementos do discurso</p>	<p>“ambiente com fofoca”; “lutarmos contra a nossa vontade de explodir”; “esgotamento emocional”; “sabermos nos desviar dos contratempos”; “voltarmos olhos serenos na direção dos redemoinhos”</p>
		<p>sentido da EI no contexto discursivo</p>	<p>não expressar, nem esboçar reação diante daquilo que não vale a pena; manter a serenidade, não ser reativo diante do que não trará benefícios</p>	

Fonte: elaboração própria

O texto estrutura-se como gênero discursivo *post*, assumindo as características do gênero jornalístico coluna, cujo conteúdo não precisa ser necessariamente de cunho jornalístico. No caso em análise, trata-se de coluna cuja temática aborda assuntos variados, com foco em comportamento.

A EI aparece no título da coluna em sua forma canônica, portanto, segundo a tipologia, trata-se de EI referência, considerando a metodologia. Como visto em outras ocorrências, o título tem, dentre outras, a função de atrair a atenção do leitor para o texto. Assim, além de condensar as informações que serão desenvolvidas no texto, o título deve ser expressivo. Não à toa, as EI são comumente acionadas para exercer essa função, seja sozinha ou compondo uma estrutura mais desenvolvida. Nesse caso, a EI tem a função sintática de sujeito, predicado pelo verbo transitivo direto e indireto *livrar*. Conforme ensina Azeredo (2000, p. 110): “Cada sintagma nominal que se vincula a um verbo não só trava com ele uma relação sintática, mas ainda recebe dele um papel semântico a desempenhar”. Sendo este sujeito a EI, seu papel sintático e semântico é de agente da ação de “livrar nos de muitos problemas”, ou seja, fazer uso da habilidade de não demonstrar reação é a saída para não ter certos problemas, especialmente nas relações sociais.

De acordo com o levantamento dos sentidos literais das partes que compõem a expressão, o verbo *fazer* significa “criar, elaborar, produzir; dar existência a alguma coisa, de maneira voluntária [...]” (AULETE, 2021, s/p). *Cara*, por sua vez, é lexema de abundante campo

semântico, possuindo acepções literais e figuradas (URBANO, 2020). Neste momento, dentre as opções, interessam aquelas que remetam a rosto, face, feição, aparência. Já *paisagem* alude a espaço geográfico, imagem ambiente captada pelo olhar (AULETE, 2021, s/p). Ao conjugarem-se na construção não composicional que resulta na EI, o sentido figurado decorrente não se distancia sobremaneira desses sentidos literais, do que se pode concluir que se trata de EI relativamente transparente porque mantém aparente sua motivação de origem. Isso porque, *fazer cara de paisagem* significa, de modo geral, fazer de conta que não está a par do que está acontecendo: “cara de quem está distraído, distante, pensativo, alheio ao que se passa em volta, absorto, com o pensamento em outro lugar” (MELLO, 2009, p. 117). Com base nessas informações, pode-se pensar no seguinte percurso no processo de metaforização: alguém fica absorto quando observa uma paisagem, por isso, cara de quem observa paisagem e, finalmente, (estar com/ ter/ fazer) cara de paisagem.

Além disso, sendo o rosto a parte do corpo humano que demonstra mais evidentemente as reações (expressões faciais), a EI utiliza a *cara* para estruturar a figuratividade. Ademais, é possível acessar a metáfora que associa a inexpressividade simulada a uma paisagem que não muda (*cara como uma paisagem*) ou à expressão que se faz ao observar uma paisagem. A imagem criada seria a de uma pessoa com feição estática ou que não expressa emoção – nem alegre, nem triste ou surpreso. Assim, *cara* representaria *expressão*, que é um atributo do rosto, face, da cara; e *paisagem*, em sentido figurado, associa-se à ideia de beleza, nesta construção relaciona-se, por contiguidade, à postura corporal, especificamente, à facial, representando o que não muda ou aquilo para onde se olha por um tempo estendido. O verbo *fazer* indica a habilidade de fazer-desfazer, não sendo algo permanente. Note-se que o excerto a seguir vale-se da relação de complementação reversiva entre o referido par de verbos que torna compreensível a EI variante ocasional: “– Não foi sua culpa! – Ino, ainda atordoada por tudo, apressou-se em falar - Se tem algum culpado aqui, alguém que realmente merece sentar nessa cadeira e ser obrigado a responder perguntas é o.../ – Nara! - Ibiki apontou para o rapaz que na mesma hora *desfez a cara de paisagem*” (LAVINIACRIST, s/d). Desse modo, quem faz também seria capaz de desfazer a cara de paisagem, ou seja, pode passar da falta de expressão a expressão de emoções e vice e versa.

Em relação às características-gerais da EI referência, tem-se:

- (i) **universalidade:** a habilidade em manter-se impassível diante de certas situações parece ser de extensão universal, alterando-se tão somente a metáfora que expressa essa habilidade. Em inglês, registra-se: *poker face (poker-faced)*– “feição

inexpressiva; uma pessoa que tem ou deliberadamente assume uma *poker face* [feição sem expressão]” (DICTIONARY, s/d)³⁶ em alusão à necessidade de os jogadores de póquer não esboçarem reações que entreguem seus jogos aos adversários; em espanhol também se adota *cara de poker*. Em francês, encontram-se registros do uso da expressão em inglês *poker face* ou *comme si de rien n’était* [como se nada tivesse acontecido];

- (ii) **polilexicalidade:** a expressão é composta por três palavras lexicais e uma gramatical;
- (iii) **não composicionalidade:** embora o significado da EI conserve ligação com o significado das partes, trata-se de construção cuja significação resulta do conjunto;
- (iv) **convencionalidade:** por convenção, embora a motivação seja mais ou menos evidente, passou-se a associar a habilidade de não demonstrar reações à ideia de uma pessoa que parece uma paisagem imóvel ou que está olhando uma paisagem;
- (v) **institucionalidade/ uso corrente:** a expressão é consagrada e compõe o vocabulário cotidiano;
- (vi) **inflexibilidade / fixidez / gramaticalidade / coesão interna/ unidade sintática:** os dicionários registram possíveis variantes frequentes cuja alteração recai sobre o verbo que encabeça a EI. Os exemplos levantados nos Quadros 11, 12 e 13 demonstrarão que, em uso, é possível também a variação de seus elementos nominais, havendo, por conseguinte, a desafixação da EI referência;
- (vii) **unidade léxico-semântica:** o conjunto não composicional e polilexical condensa um conceito;
- (viii) **figuração (figuratividade) / sentido figurado:** a EI metaforiza a inexpressividade por meio da comparação indireta com uma paisagem ou com quem observa uma paisagem;
- (ix) **opacidade/ desmotivação x transparência/motivação:** a motivação da metáfora pode ser acessada o que a torna relativamente transparente;
- (x) **proverbialidade:** a EI tem aspecto notório e descreve uma situação do cotidiano;
- (xi) **reproduzibilidade:** a EI referência tem estrutura léxico-semântica que pode ser aprendida, repetida e compreendida, sem que haja dependência restrita com o contexto discursivo;
- (xii) **propagação e sustentabilidade:** trata-se de expressão amplamente utilizada e, portanto, passível de manter propagação e sustentabilidade;
- (xiii) **informalidade / afetividade / efeito de oralidade:** a EI ressalta e empresta expressividade à atitude de inexpressividade;
- (xiv) **idiomaticidade:** a expressão possui aspectos de idiomaticidade, tendo em vista que se constrói de maneira particular à língua portuguesa.

A aplicação no contexto discursivo não acarretou adequações do verbo ou de outras partes da EI, em termos de forma. O verbo manteve-se no infinitivo, mas nominalizou-se na função de

³⁶ A expressão não possui registro no *Oxford Dictionary of Idioms*, de 2004.

sujeito. Segundo Amado e Rodrigues (2010, p. 46), “o infinitivo é a forma menos marcada do verbo, também chamada de ‘nome do verbo’, podendo inclusive assumir a função de substantivo, por resumir de forma mais ampla a significação do verbo, sem implicar noções gramaticais de tempo, modo ou aspecto”. Nesse sentido, volta-se a atenção à habilidade e não em quem ou quando ela foi ou poderia ser aplicada.

O texto sucedido pelo título discorre sobre diversas situações do dia a dia que acarretam em desequilíbrio emocional, situações estas provocadas por pessoas cujo objetivo, aparentemente, é tão somente tornar o ambiente negativo e dificultar a convivência. O conselho que se dá, com a finalidade de barrar os efeitos prejudiciais desse tipo de situação, segundo a coluna, seria manter a calma e “o ar de que não percebemos nada nem nos importamos”, ou seja, *fazer cara de paisagem*. Note-se que, embora a referida EI tenha cunho geralmente pejorativo, associando-se a atitudes dissimuladas, nesse contexto, parece assumir uma nuance positiva.

Assim, a escolha pela forma mais subjetiva e indireta produz um efeito de eufemização à atitude de não esboçar reação, por vezes dissimulando emoções latentes. Ao não reagir ou esboçar reação diante de situações negativas, a teoria exposta é que o processo de proliferação dessas atitudes será interrompido ou, no mínimo, permitirá que não afete as pessoas com sentimentos negativos advindos dessas ações. *Fazer cara de paisagem*, em um ambiente negativo, passa a ser um comportamento positivo, assertivo e não dissimulado, sonso ou fingido, uma vez que acaba por livrar aquele que a usa de muitos problemas, conforme anuncia o título.

Com base no significado da EI e no contexto discursivo, o sentido construído passa a ser uma ação benéfica: não expressar, nem esboçar reação diante daquilo que não vale a pena; manter a serenidade, não ser reativo diante do que não trará benefícios. Com base nisso, fica evidente que, mesmo não havendo variações na forma – nem mesmo as aspectuais, trazidas pela conjugação do verbo que compõe ou acompanha a EI –, a aplicação no contexto discursivo traz informações que afetam a compreensão e, portanto, o sentido dessa estrutura – além do efeito de expressividade provocado no discurso pelo uso da EI. Do que se pode inferir que a manutenção da forma não implica que o significado será simplesmente convertido em sentido, sem variações. Ao integrar o discurso, o significado da EI alimenta-se das informações contextuais para compor seu sentido.

As demais ocorrências que serão analisadas apresentam variações na forma, mais precisamente na alteração de um dos elementos nominais da EI referencial, de modo que será possível verificar como e em que dimensão isso traz implicações para o sentido, ainda que o elemento substitutivo

seja um sinônimo (ou parassinônimo) do elemento original. Ademais, comprova-se a hipótese de que qualquer alteração implica em alteração, em maior ou menor escala, do sentido da EI.

Quadro 11 – Fazer a típica face de paisagem

		Expressão Idiomática referência			
		Fazer cara de paisagem			
		fazer	cara	de	paisagem
Texto 10 - A mulher e a auto estima na ditadura da beleza	sentido literal	criar, elaborar, produzir; dar existência a alguma coisa; construir, fabricar, manufaturar; pôr em prática; executar; realizar; atuar em ou como; interpretar; fingir-se; (AULETE, 2021, s/p)	parte frontal da cabeça, onde se localizam os olhos, o nariz e a boca; rosto; O conjunto dos traços do rosto (a forma e disposição dos olhos, do nariz, da boca etc.), esp. quando considerados como próprios de um indivíduo; feições; fisionomia; semblante; aparência, estado momentâneo da cara (2) ou alteração de alguns de seus elementos, que reflete a condição em que está a pessoa, ou indica seus sentimentos, pensamentos, sua disposição etc. (cara triste, cara séria, cara cansada); expressão; fisionomia; semblante (AULETE, 2021, s/p)	*	espaço que pode ser alcançado pelo olhar; vista; panorama; pintura, desenho, fotografia etc. que mostra paisagem (AULETE, 2021, s/p)
		significado da EI referência	fazer/ter cara de quem está distraído, distante, pensativo, alheio ao que se passa em volta, absorto, com pensamento em outro lugar (MELLO, 2009, p. 117); fazer de conta que nada aconteceu, especialmente se o acontecido teve sua participação (DI, s/d)		
	sentido não literal	campo semântico de associação/ hipótese de origem	A ideia relaciona-se ao fato de que paisagens são estáticas, mudam muito sutil e lentamente de maneira quase imperceptível a não ser por contraste no tempo. Também pode estar associada à feição que se faz quando se está admirando uma paisagem: olhar para o horizonte, pensamento distante, com feição estática.		
		em contexto discursivo	EI variante	fazer a típica face de paisagem	
			efeito de sentido da EI referência/variante	ironia para expressar a exigência social imputada às mulheres para que não esbocem reações, mantendo-se plácidas	
			“[...] O que dez anos atrás era o padrão de beleza já não voga mais. As moças magérrimas agora cederam lugar às moças saradas das academias. E pouco se fala em se conhecer e se valorizar como se é. Além de sarada, você deve ter padrões físicos para ser considerada “bela”. Além de ter todos estes atributos você tem que ser dinâmica e polivalente. Além de ser bonita, dinâmica e polivalente você tem que ser carismática, e fazer o sorriso bonito e a típica ‘face de paisagem’ , e até o interior se sistematizou. E propagou a insatisfação geral da mulher.” (FONSECA, 2017)		
			elementos do discurso	“ditadura da beleza”; “padrões de beleza aceitáveis para o mundo”; “entupir os ouvidos da mulher de conceitos”; “busca exagerada, exacerbada e dolorosa”; “o que realmente é necessário para você, para a saúde, para a sua felicidade interior”	
		sentido da EI no contexto discursivo	acionar/produzir a habitual feição que não esboça reações		

Fonte: elaboração própria

O texto ao qual pertence a EI estrutura-se sob o gênero discursivo *post*, publicado na página eletrônica de um Spa³⁷ e possui características de gênero artigo de opinião, cujo conteúdo temático alude a assuntos polêmicos, controversos, de importância ou relevância social. No caso em análise, o artigo trata das imposições sociais que produzem a “ditadura da beleza”, que cria e estabelece padrões inatingíveis, amplamente difundidos pela mídia, e faz da busca pela perfeição estética mais um produto de consumo a ser comercializado e rentabilizado. O texto constrói-se sob a argumentação de que para combater a ditadura da beleza, as melhores ferramentas seriam o autoconhecimento e o autocuidado. O público-alvo a quem se dirige, em tese, seriam as/os clientes do spa, ambiente frequentado por pessoas de certo poder aquisitivo.

A EI aparece como um dos elementos de uma lista de atributos que deveriam ser alcançados para que a mulher atingisse os “padrões de beleza aceitáveis”: ser sarada, bela/bonita, dinâmica, polivalente, carismática; fazer sorriso bonito, fazer a típica “face de paisagem”, sistematizar o interior. Essa lista é composta por requisitos não apenas físicos e, portanto, externos, mas também por características de personalidade – dinamismo, polivalência, carisma, interior sistematizado³⁸ –, evidenciando que o padrão exigido vai além do estético e envolve aspectos do comportamento e da personalidade. Assim, além ocupar-se de alcançar aos requisitos estéticos, as mulheres também são cobradas para que dissimulem exteriormente qualquer manifestação interior: não importa se esteja feliz ou triste, satisfeita ou insatisfeita, se concorda ou discorda, a mulher bela, segundo os valores patriarcais, não deve manifestar reações e manter um semblante plácido, acompanhado de um sorriso bonito. Sorriso este que não se abre simples e naturalmente, mas deve ser criado, produzido bonito, não sendo permitido, por conseguinte, um sorriso espontâneo, sem que seja controlado pelo intencional fazimento.

Note-se que a própria construção “fazer sorriso” chama atenção porque subverte a expectativa lexical de associação. Comumente, espera-se *abrir sorriso*, *esboçar sorriso*, *sorrir*, mas, ao usar o verbo *fazer*, a autora sobrepõe a necessidade à espontaneidade, o que estabelece uma coerência entre a abordagem do tema e as escolhas e construções lexicais. Também como

³⁷ “Estabelecimento, ger. situado em área campestre, onde as pessoas se hospedam para relaxar e combater o estresse e para receber cuidados referentes à estética (dieta alimentar, exercícios) e ao bem-estar físico e mental (massagens, banhos, relaxamento etc.)” (AULETE, 2021, s/p).

³⁸ Sobre isso, pode-se entender que seja uma referência às cobranças patriarcais para que a mulher seja, esteja ou aparente ser ou estar sempre equilibrada e serena, não se sobrepondo às necessidades dos homens (LAKOFF, 1973).

*necessidade*³⁹, a autora elenca a de não demonstrar reações e, para isso, adapta uma EI, resultando em: *fazer a típica face de paisagem*.

Tendo em vista advir de uma necessidade local, a construção resultante pode ser tipificada como sendo uma EI variante ocasional. A estrutura conta com a inserção de *a típica* e pela troca de uma *face* em lugar de *cara*. Típico é o “que se pode tomar como tipo, como característica de uma pessoa, grupo, situação, ofício, cidade, região, país etc.; que tem caráter simbólico ou alegórico (sentido típico)” (AULETE, 2021, s/p), mas, nesta construção, parece ganhar o sentido de *habitual* porque, sendo uma necessidade imposta por forças socioculturais, a tipicidade resulta do hábito, da constância de fazer essa (in)expressão. Por ter o artigo definido *a* como antecedente, o adjetivo é substantivado, e, conforme ensina Bechara (2009, p. 131),

o artigo definido identifica o objeto designado pelo nome a que se liga, delimitando-o, extraindo-o de entre os objetos da mesma classe, como aquele que já foi (ou será imediatamente) conhecido do ouvinte – quer através do discurso (que dele faz menção), quer pela “dêixis” (que o mostra, ordenando-o espacial e temporalmente), quer pelo contexto idiomático, no qual a palavra é, quando não ulteriormente determinada, nome de conceito ou de toda uma classe de objetos [...].

Desse modo, *a típica* é aquela conhecida das/dos interlocutores que, no caso de serem mulheres inseridas na mesma sociedade patriarcal, conhecem bem, sem que sejam necessárias grandes explicações, a que face típica a autora se refere, mesmo que venha codificada por pela construção *face de paisagem*, que recodifica *cara de paisagem*. O que leva ao exame da alteração de *cara* para *face*.

Em sentido *lato*, os lexemas *cara*, *rosto* e *face* são sinônimos contíguos, ou seja, representam as relações entre significados intimamente ligados, ocupando um domínio semântico restrito e bem definido e exibindo certos contrastes bem marcados (NIDA, 1979). Embora pertençam ao mesmo campo lexical e, portanto, possuam traços semânticos análogos, produzem efeitos de sentido diversos e são intercambiáveis apenas em certa medida, ou seja, são parassinônimos em função do registro linguístico adotado e do discurso ao qual pertencem. O primeiro, bastante informal e muito recorrente na linguagem coloquial com acepções variadas; o segundo é também recorrente, mas um pouco menos informal e está presente na linguagem geral, possui acepção mais restrita em relação ao primeiro; o último é mais formal, possui acepções inclusive na linguagem de especializações.

³⁹ Registre-se a preferência por nomear como *necessidade* e não como *habilidade*, porque a primeira evoca “aquilo que não se pode evitar” (AULETE, 2021, s/p) que parece ser mais adequado ao conteúdo.

No que se refere ao campo semântico, *cara* e *face* possuem acepções diversas, tendo em comum aquela que conceitua a parte frontal da cabeça. Aparentemente, a opção por *face* tem relação com as demais escolhas lexicais que se adaptam, primeiramente ao gênero discursivo, uma vez que “cada gênero presume um contrato específico pelo ritual que define” (MAINGUENEAU, 1997, p. 34) e, em seguida, ao público, ao grupo social, a que se destina.

Considerando as demais escolhas lexicais, é notável a preferência pela opção daquelas unidades lexicais ligadas a um registro mais culto, caso de *bela*, *vogar*, *aspirações*, *metódico* dentre outras, sendo uma exceção o uso da gíria *sarada* que, embora mais informal, possivelmente integre o vocabulário ativo ou passivo do público-alvo. Outro uso que poderia ser considerado informal/coloquial seria a própria EI que, tendo seu elemento constituinte mais informal substituído, ganhou uma nuance mais formal, muito embora, ainda pertença ao vocabulário popular. Do que se pode inferir que a alteração decorre por força do contexto discursivo a fim de produzir o efeito pretendido, qual seja: certa ironia para tratar de uma imposição ao comportamento feminino. Por outro lado, o discurso, ao utilizar um elemento codificado, parece particularizar o diálogo, gerando proximidade, apesar de o texto não apresentar outras marcas típicas da oralidade – além da EI – parece desenvolver-se em afinidade com os interlocutores.

Quanto às características-gerais, a EI variante ocasional mantém seu caráter idiomático. Não há grande distanciamento em termos de forma e significado em relação à EI referência, o que faz com que se conserve a relativa transparência da variante ocasional, apenas acrescentando a etapa que remete primeiramente àquela estrutura da qual derivou, para então acessar a metáfora original. A estrutura descendente mantém-se polilexical e amplia seus elementos pela inserção do conjunto *a típica*. Semanticamente, é figurativa, coloquial e proverbial. É uma unidade léxico-semântica porque condensa um conceito. Mais uma vez, confirmando o que se desenha como uma constante, embora o uso corrente e a convencionalidade da EI referência tenham sido os aspectos que possibilitaram a derivação, não é possível assegurar que a variante ocasional venha a ser reproduzida, propagada e sustente-se ao longo do tempo exatamente como figura neste contexto específico – talvez *fazer face de paisagem* possa aparecer em outros contextos, tendo em vista a contiguidade existente entre *cara* e *face*, mas o conjunto exato, provavelmente tenha nascido e morrido no texto apresentado. A principal implicação dessa efemeridade é que origem e sentido se vinculam ao discurso do qual emergem.

Por fim, a partir da forma e do significado da EI referência, nota-se que a variante ocasional além de afetar e ser afetada pelo contexto discursivo, construiu um sentido intertextual que

precisa acionar outras referências de mundo para compreendê-la. Assim, originalmente o significado possui valoração negativo, uma vez que se vinculava à habilidade de uma pessoa dissimular suas emoções e reações, até mesmo com a finalidade de desviar-se da assunção de responsabilidade ou eximir-se de responsabilidades. No caso da EI variante ocasional, o sentido construído, primeiramente, ganhou certa nuance de refinamento para adequar-se ao público-alvo e também adquiriu peso negativo ainda maior ao atribuir como típica/habitual aquele semblante que é social, cultural e politicamente imposto às mulheres para que sejam consideradas verdadeiramente belas, associando esse semblante a uma forma estética padronizada, bem como outros comportamentos considerados aceitáveis.

Mais do que uma habilidade de fazer e desfazer quando conveniente, a EI nesta forma variante ocasional, aplicada neste contexto discursivo, produz um efeito de sentido de ironia para tratar dessa exigência social imputada às mulheres, de modo que seu próprio sentido passa a ser: acionar/produzir a habitual feição que não esboça reações e que é aceitável como padrão. Note-se que a conjugação entre forma e contexto discursivo pode produzir alterações muito significativas no sentido e no efeito de sentido produzido.

A seguir, a alteração na forma demonstrará a substancial diferença no sentido produzido.

Quadro 12 – Faz fuça de paisagem

Texto 11 – Nem o PT dá mais a mínima para Dilma. Só falta renunciar e ir pra Porto Alegre, tchau! problemas!		Expressão Idiomática referência			
		Fazer cara de paisagem			
		fazer	cara	de	paisagem
	sentido literal	criar, elaborar, produzir; dar existência a alguma coisa; construir, fabricar, manufaturar; pôr em prática; executar; realizar; atuar em ou como; interpretar; fingir-se; (AULETE, 2021, s/p)	parte frontal da cabeça, onde se localizam os olhos, o nariz e a boca; rosto; O conjunto dos traços do rosto (a forma e disposição dos olhos, do nariz, da boca etc.), esp. quando considerados como próprios de um indivíduo; feições; fisionomia; semblante; aparência, estado momentâneo da cara (2) ou alteração de alguns de seus elementos, que reflete a condição em que está a pessoa, ou indica seus sentimentos, pensamentos, sua disposição etc. (cara triste, cara séria, cara cansada); expressão; fisionomia; semblante (AULETE, 2021, s/p)	*	espaço que pode ser alcançado pelo olhar; vista; panorama; pintura, desenho, fotografia etc. que mostra paisagem (AULETE, 2021, s/p)
	sentido não literal	significado da EI referência	fazer/ter cara de quem está distraído, distante, pensativo, alheio ao que se passa em volta, absorto, com pensamento em outro lugar (MELLO, 2009, p. 117); fazer de conta que nada aconteceu, especialmente se o acontecido teve sua participação (DI, s/d)		
		campo semântico de associação/	A ideia relaciona-se ao fato de que paisagens são estáticas, mudam muito sutil e lentamente de maneira quase imperceptível a não ser por contraste no tempo. Também pode estar associada à feição que		

		hipótese de origem	se faz quando se está admirando uma paisagem: olhar para o horizonte, pensamento distante, com feição estática.	
		em contexto discursivo	EI variante	faz fuça de paisagem
			efeito de sentido da EI referência/variante	disfemismo para expressar a ideia de não esboçar reações (devidas ou esperadas)
			<p>“A Câmara dos Deputados impôs na noite desta terça-feira (24) uma nova derrota ao governo e aprovou uma regra para garantir a execução da lei que troca o indexador das dívidas dos Estados e municípios. A proposta segue para análise dos senadores e foi aprovada pelos deputados com 389 votos favoráveis e duas abstenções. Líderes de todos os partidos, inclusive o PT, partido da presidente Dilma Rousseff, e o PC do B, fiéis aliados, deram aval ao projeto. [...]Comentários: ANÔNIMO</p> <p>25 de março de 2015 08:35 Isso é que é não ter desconfiômetro, nem vergonha na cara. É com essa cara de pau, que todo petista rouba o que é dos outros, e faz fuça de paisagem, como se não fosse com ele e ninguém tivesse percebido nada. Gentilha do submundo do crime, trabalhar nem pensar, só sabem fazer trapanças e roubar. Como essa ORCA assassina tem coragem de continuar no cargo, obrigando os brasileiros a suportá-la! FORA IMPOSTORA, POSTE EM CURTO CIRCUITO, QUADRILHEIRA” (BLOG DO CORONEL, 2015)</p>	
			elementos do discurso	<p>“garantir a execução da lei” “nova derrota ao governo”; “Líderes de todos os partidos, inclusive o PT, partido da presidente Dilma Rousseff”; “não ter desconfiômetro”; “todo petista rouba”; “Gentilha do submundo do crime”; “ORCA assassina”</p>
		sentido da EI no contexto discursivo	ser dissimuladamente indiferente a algo, a despeito da gravidade	

Fonte: elaboração própria

O texto no qual figura a EI estrutura-se sob o gênero discursivo comentário *on-line*. Conforme verificado anteriormente, trata-se de um gênero que, de modo geral, apresenta forte intertextualidade, uma vez que se alicerça no texto ao qual se liga. Também depende dessa relação para ser compreendido em suas dimensões argumentativas, já que é um subproduto desse texto, além de ser a compreensão responsiva acerca daquilo que esse comentarista leu. Aqui, vale lembrar as palavras de Chartier (1998, p. 77): “o texto não tem de modo algum, ou ao menos totalmente – o sentido que lhe atribui seu autor, seu editor ou seus comentadores”, isto é, a leitura atual permeia-se de leituras anteriores e contamina-se por pontos de vista e opiniões que conduzem a uma compreensão particular e local, mas também histórica, social e ideológica, fundada nas experiências anteriormente vivenciadas.

Ademais, pode-se dizer que o comentário *on-line* não se presta à isenção. Conforme ressaltam Santos (2018, p. 57), “o autor enquanto sujeito dialógico não reconhece passivamente a voz e

avaliação do outro. Ele atualiza os sentidos, a partir de uma compreensão responsiva, que exige dele uma tomada de posição que é inerente ao ato de compreender e responder”. Por ser um gênero desvinculado de uma linha editorial, a expressão da opinião subjaz o tema, ficando mais evidente a divergência ou convergência em relação à valoração acerca do que se comenta, sendo possível perceber a posição adotada frente ao outro e a si mesmo. O resultado disso, são textos opinativos que demonstram mais ou menos como o comentador enxerga o mundo.

O *post* sobre o qual se vincula o comentário em destaque apresenta uma notícia sobre um fato político. Em suma, trata de decisão da Câmara dos Deputados sobre a necessidade de cumprimento da lei que trata da indexação de dívidas de Estados e Municípios, cuja aprovação contou com votos favoráveis do próprio partido da então presidenta Dilma Rousseff, bem como de partidos aliados, demonstrando aquilo que se considerou como demonstração de enfraquecimento do governo. Alguns comentários seguem-se ao *post*, dentre os quais aquele que contém a EI e cuja autoria é “anônima”.

Acerca dessa autoria, registre-se que, assumir o anonimato como identidade implica algumas consequências para o discurso. Bakhtin (1976) e Foucault (1969) não se depararam com gêneros digitais e, por isso, qualquer paralelo com suas teorias sobre autoria são apenas observações especulativas. Embora não se possa tratar o comentarista como um autor-criador, um elemento da obra. Nos termos de Bakhtin, talvez seja possível estabelecer uma ligação com o conceito de autor-pessoa, um componente da vida, sem a noção do princípio criador, mas um elemento do acontecimento ético e social da vida. Nesse sentido, é possível caracterizar o comentário, de modo geral, como uma manifestação linguística de caráter valorativo, saturado das vivências sociais, culturais, políticas, culturais e ideológicas. Sobre a figura do autor, Gregolin (1997, p. 215) recorda que

Na sua origem, o conceito de autor traz embutida a ideia de “aquele que se eleva diante dos outros”. Dessa ideia deriva outra, a da autoridade. O poder da autoridade é obtido, pelo autor, através de seu saber. Enquanto detentor do conhecimento, o autor tem a autoridade para legitimar o seu texto e construir a verdade. Assim, nessa primeira concepção de autor, ele se eleva diante de todas as outras vozes: através do seu olhar, da sua subjetividade são organizados os sentidos e criado o sentido verdadeiro do texto.

Essa autoridade assumida pelo autor é pessoal e corroborada ou não pelos que o leem, assumindo como verdadeira aquela maneira de interpretar o mundo que não é necessariamente a verdade, mas tão somente uma coincidência ideológico-interpretativa da(s) (ir)realidade(s). Conforme lembra Foucault (1969, p. 73), “o autor não é exatamente nem o proprietário nem o

responsável por seus textos; não é nem o produtor nem o inventor deles”, isto é, a enunciação e os discursos são reproduções de discursos anteriores que visam a construções responsivas posteriores. Ao imputar que o autor é aquele a quem se atribui o que foi dito ou escrito (FOUCAULT, 1969), assume-se, por conseguinte, que aquele discurso emana de alguém, seja este alguém nomeado ou não, seja uma repetição, seja uma reformulação de outras vivências.

Note-se, entretanto, que, além de autonegar-se como anônimo, o autor do comentário em destaque elabora seu discurso com base em uma série de explícitos linguísticos pré-fabricados – “[não tem] vergonha na cara”, “essa cara de pau”, “faz fuça de paisagem”, “submundo do crime”, “orca assassina”, “poste em curto circuito” – cuja origem, geralmente não pode ser acessada – portanto, construções elaboradas previamente por autores que não se conhece ou não se tem mais acesso e cuja reproduzibilidade ao longo do tempo permitiu que se tornasse parte do inconsciente linguístico coletivo, tomado como “verdade”, uma vez que é parte da “sabedoria popular” – *vox populi vox deus*. Ao lançar mão desse tipo de escolha lexical, o comentarista busca revestir de verdade suas declarações, ao mesmo tempo em que as coloca em “bocas coletivas” como se aquilo que diz fosse uma verdade coletiva, um entendimento geral, estabelecendo um forte caráter relacional do discurso, além de subjetivo.

Dentre os pré-fabricados utilizados no comentário está a *EI faz fuça de paisagem*. A estrutura, que pode ser tipificada como sendo variante ocasional, uma vez que as alterações na forma visam a atender demandas locais do discurso, traz a substituição de *cara* por *fuça*, que vem a ser “a parte anterior da cabeça de certos animais; focinho, tabaqueira; *pejorativo* (geralmente no plural) o rosto humano; cara, focinho” (MICHAELIS, 2021, s/p). Refere-se, assim, à fronte dos animais e, se associado a pessoas, a unidade lexical ganha cunho pejorativo e abre espaço à zoomorfização (animalização) do ser humano. Nesse caso, não se usa a alegoria com intuito estético ou em referência ao zoomorfismo mitológico, tendo em vista os dados do próprio contexto discursivo e demais escolhas lexicais. Como se pode perceber, a escolha tem finalidade depreciativa que coloca o animal como espécie inferior à humana.

De acordo com Bakhtin (2002, p. 140), “toda enunciação compreende antes de mais nada uma orientação apreciativa. É por isso que, na enunciação viva, cada elemento contém ao mesmo tempo um sentido e uma apreciação”. Ao escolher *fuça* em lugar de *cara* na construção da *EI* variante ocasional, não se trata de caracterizar uma conduta humana por meio de aspectos do comportamento animal, mas aparentemente se limita à fisiologia, ao feio, ao grotesco, confirmado pela sequência de achincalhes, dentre os quais dois remetem à animalização: *faz*

“*fuça* de paisagem” e “*orca assassina*”. A estrutura variante advém da intenção de criar um efeito de disfemismo a fim de evidenciar a depreciação, não apenas para referir-se à atitude de não esboçar reação, mas também de atribuir ao ser – ou aos seres, “todo petista” – uma valoração negativa. Aqui, cumpre mencionar mais uma observação acerca da unidade lexical empregada. Embora haja certa contiguidade nessa aparente sinonímia, é preciso lembrar que o efeito que produz carrega a força ideológica que age sobre o sentido. Isso porque,

Todo signo está sujeito aos critérios de avaliação ideológica (isto é, se é verdadeiro, falso, correto, justificado, bom etc.) [...]. A realidade ideológica é uma superestrutura situada imediatamente acima da base econômica. A consciência individual não é o arquiteto dessa superestrutura ideológica, mas apenas um inquilino do edifício social dos signos ideológicos. Preliminarmente, portanto, separando os fenômenos ideológicos da consciência individual nós os ligamos às condições e às formas da comunicação social. A existência do signo nada mais é do que a materialização dessa comunicação. É nisso que consiste a natureza de todos os signos ideológicos (BAKHTIN, 2002, p. 32).

A consciência individual está sujeita a superestrutura ideológica à qual se liga por meio do enunciador que, a seu turno, está sócio-historicamente situado e cuja materialização realiza-se pelo signo, o qual reflete sua visão da realidade e refrata o que pode de fato vir a ser a realidade, sendo a linguagem, nos termos de Jacques Derrida, parte da realidade social e não seu espelho. Assim, a mudança não se dá pelo fruto do acaso, mas é uma escolha cuidadosa de termos para animalizar a(s) figura(s) a que se liga(m), nesse caso refletindo uma realidade interpretada pelo emissor, filtrada por suas ideologias. Desse modo, a EI variante ocasional adiciona um atributo ideológico ao sentido que coloca foco naquele que realiza a feição. Não obstante, a despeito da nuance adquirida, conserva-se sua transparência, uma vez que o elemento lexical empregado na substituição é de uso corrente na linguagem do dia a dia e pode ser facilmente associada à *cara*, mantendo, portanto, a ligação com a EI referência que, a seu turno, também é transparente.

Quanto às demais características-gerais, a EI variante ocasional mantém seu aspecto idiomático. A própria ideia de variação já indica a possibilidade de descongelamento da estrutura, mantendo aparente o elo formal ou semântico com a EI referência. A despeito da alteração, mantém-se como uma unidade léxico-semântica não composicional e polilexical, uma vez que o conjunto complexo condensa um conceito, expresso por outra forma que lhe agrega nuances de sentido. O mesmo se pode dizer acerca da figuratividade – uma vez que fica mantida a metaforicidade –, bem como a proverbialidade e a informalidade (chula). Já a convencionalidade, dependendo do sentido, pode vincular-se em maior ou menor escala àquele significado (mais amplo) da EI referência. Quanto à reproduzibilidade, propagação e sustentabilidade, uma vez que a variante

constrói-se usando um sinônimo contíguo, cujo sentido pode ser (re)definido pelo contexto discursivo, não se pode descartar a possibilidade de ocorrência da mesma estrutura variante em outros textos, podendo, consoante a recorrência que possa vir a ter, passar ao uso corrente e tornar-se uma variante frequente. O exemplo a seguir traz o registro da mesma estrutura, contudo, com sentido diverso:

Figura 11 – Fuça de paisagem

Fonte: Missy Luh (2019)

Por meio desse conjunto multimodal, que reúne imagem e texto, é possível verificar a mesma estrutura variante ocasional. Todavia, nesse contexto, o sentido produzido é completamente diverso daquele verificado anteriormente. Ao vincular a EI variante ocasional à imagem de um gato, não se pode falar de animalização – ao contrário, ao dar “voz” ao gato, ocorre um processo de humanização –, de modo que se perde a conotação ofensiva e o sentido adquirido passa a ser “um ar *blasé*” – outro atributo humano.

Por outro lado, o sentido da EI variante ocasional *faz fuça de paisagem*, construído no contexto discursivo do comentário apresentado, reveste-se da densidade pejorativa do discurso como um todo fazendo com que, ao significado da EI referência, acrescente-se o aspecto valorativo do elemento substitutivo, de modo que o sentido passa a ser: ser dissimuladamente indiferente a algo, a despeito da gravidade, denotando valoração negativa.

			elementos do discurso	“campanha em ‘defesa linguística’ dos animais” “Se pegam você fazendo isso, melhor não ter nascido”; “não convém provocar o Matozo”; “matava pardais com estilingue”; “preferi não contar”; “mordi a língua”
		sentido da EI no contexto discursivo		não esboçar reação para não se comprometer; manter a feição neutra, distante de qualquer polêmica

Fonte: elaboração própria

O texto estrutura-se sob o gênero discursivo coluna, com características de crônica, publicada na versão digital de um jornal. As crônicas, segundo Andrade (2004, p. 67), “podem apresentar pequenos contos, artigos, ensaios ou poemas em prosa, ou seja, tudo aquilo que informe o leitor sobre os acontecimentos diários”. A coluna/crônica consiste na conversa entre dois amigos, sendo um deles defensor ardoroso dos animais (Matozo) e cujo intento mais recente consiste na “defesa linguística dos animais”, com objetivo de que se pare de criar associações de comportamentos humanos com animais, que nada têm a ver com tais comportamentos, geralmente social e moralmente questionáveis. A EI *fiz cara de horizonte* aparece quando o narrador se refere a sua reação, ou melhor, à falta dela, com intuito de não deixar transparecer qualquer traço de contrariedade ao que o amigo declarara um pouco antes ou que revelasse seu passado de maus-tratos contra animais – pardais, mais especificamente – o que possivelmente enfureceria Matozo.

Considerando a tipologia, a ocorrência pode ser classificada como EI variante ocasional, porque há a substituição de um dos elementos *paisagem* por *horizonte*. Nesse caso, mantém-se a vinculação entre as duas ocorrências em virtude da relação sinonímica de complementação entre as unidades lexicais: toda paisagem contém um horizonte. Embora *horizonte* ganhe um sentido figurado no conjunto da EI, interessa observar que este não se conecta aos sentidos figurados arrolados nos dicionários: “perspectiva de futuro; área de alcance, de atuação (de indivíduo ou grupo)” (AULETE, 2021, s/p) e “limite ou âmbito de ideias, de conhecimento ou experiência de uma pessoa; perspectiva ou possibilidade de melhoria, de futuro melhor de uma pessoa ou de algo” (MICHAELIS, 2021, s/p), sendo mais possível a aproximação com alguns aspectos de seus sentidos literais: “linha que parece, ao observador, em *campo aberto*, separar o céu da terra ou do mar, limitando o *alcance visual*; toda a *faixa* de céu, terra ou mar, próxima a essa linha, *avistada* por um observador em campo aberto” (AULETE, grifos nossos); “linha circular onde termina a *vista* do observador sem nenhuma obstrução e na qual parece que o céu se junta com a Terra ou com o mar; círculo celeste no qual a esfera aparente do céu toca a superfície da Terra; extensão ou espaço que a *vista alcança ao ar livre*, sem obstáculos”

(MICHAELIS, grifos nossos). Assim, *horizonte* leva para a EI os traços semânticos que se associam à *paisagem* e evocam a ideia de algo distante, para onde o olhar se direciona. Ademais, considerando a proximidade semântica entre os elementos original e substitutivo, pode-se considerar que a EI variante ocasional mantém-se transparente.

Quanto às características-gerais, pode-se dizer que a EI variante ocasional, em virtude da complementaridade do elemento substituto, mantém a proximidade de forma com a EI referência e, portanto, também é idiomática. Como consequência da proximidade formal com a EI referência, destaca-se ainda a manutenção da transparência, desde que se entenda que as unidades lexicais original e substituta pertencem ao mesmo campo lexical. Ademais, mantém-se a característica polilexical e a unidade léxico-semântica, porque condensa um conceito. Além disso, tem caráter figurativo e proverbial. Embora provável, em vista de o elemento substituto ser de uso corrente na linguagem do dia a dia, não é possível assegurar que essa variante ocasional possa vir a ser reproduzida e propagada, a ponto de sustentar-se ao longo do tempo e vir a tornar-se uma variante frequente.

Conforme lembra Ullmann (1963, p. 55), “a substituição lexical produz diferentes significados de frase” e, por extensão, pode-se admitir que o mesmo ocorre nas EI. Embora *paisagem* e *horizonte* pertençam o mesmo campo lexical, a estrutura variante parece trazer o dado de longa distância, amplitude. Tendo em vista as informações trazidas pelo contexto discursivo, não demonstrar reações que pudessem suscitar qualquer questionamento por parte de Matozo era de muito interesse do narrador, assim, aparentemente *horizonte* empresta, além do efeito de humor produzido, também certa ênfase ao significado da EI, cujo sentido passa a ser: não esboçar reação para não se comprometer ou ter de dar explicações sobre algo que iria gerar polêmica; manter a feição neutra, distante de qualquer polêmica.

Por fim, encerrando as análises deste grupo, é válido mencionar que as ocorrências analisadas se referem a reações faciais, mais especificamente às humanas – ou humanizadas, no caso do gatinho –, de modo que *fazer cara de paisagem* refere-se à habilidade de não esboçar reações, sendo que as variações aqui elencadas atuaram no modo como isso ocorreria: intencionalmente, dissimuladamente, deliberadamente e assim por diante. A valoração mais positiva ou mais negativa depende e vincula-se ao contexto discursivo no qual está aplicada. Em outras palavras, os registros aqui arrolados demonstram que, não apenas o contexto discursivo influencia na forma das EI, provocando alterações que resultam em variações, mas também dele emana o

juízo avaliativo positivo ou negativo que se juntará ao significado para produzir o sentido da EI e do discurso como um todo.

8.4 Grupo IV – Dar uma colher de chá

Este grupo toma “dar uma colher de chá” como EI referência. Urbano (2018, p. 97 e 113) registra “dar (uma) colher de chá” e “ser uma colher de chá”, já Mello (2009, p. 131) traz apenas “colher de chá”, embora seu exemplo seja “É muita colher de chá o grupo preparar o trabalho para você”. Conforme exposto anteriormente, mantém-se a opção por considerar a estrutura acompanhada de verbo, posto que esse elemento expressa o processo pelo qual se pode chegar a significados diversos: *ser* uma colher de chá $\neq$ *dar* uma colher de chá $\neq$ *ter* uma colher de chá $\neq$ *comprar* uma colher de chá $\neq$ *adicionar* uma colher de chá. Ademais, cumpre observar que mesmo acompanhada do verbo a construção pode adquirir sentido diversos, considerando o contexto no qual se aplica: “Esta *é* a última colher de chá que te dou neste semestre. Chega de arredondamento de notas!” $\neq$ “Esta *é* a última colher de chá de sal do pote. Melhor comprar mais.”; “*Deu* uma colher de chá de xarope para a criança” $\neq$ “*Deu* uma colher de chá à travessura da criança”. Assim, tendo em vista comportar mais de um verbo, dentre as opções, elegem-se as construções a partir de *dar*, sendo *dar uma colher de chá* a EI referência.

No modelo de análise, não possui conteúdo que descreva – indicado com um asterisco (*) – apenas a preposição “de” que, no sentido literal teria a função semântica de indicação de conteúdo. Quanto a “uma”, embora seja uma palavra gramatical, sua presença ou ausência, bem como a classe gramatical que assume pode trazer consequências semânticas à EI e ao discurso, por isso, seu sentido literal será preenchido.

Mais uma vez, respeitando o paradigma estabelecido, o primeiro quadro analisa a EI referência e, por isso, a linha referente à variante não será preenchida neste primeiro quadro. Com base nos elementos verificados e analisados nessa ocorrência, será possível realizar o cotejo com os outros três quadros trazem ocorrências variantes: *deu uma concha de chá*; *dar colher de sopa*, *de café*, *de chá*; $\emptyset$ *colherão de chá*. Esta última, como se nota, não traz o verbo expresso, mas subentendido, de acordo com o contexto discursivo que compõe, por isso, no lugar desse elemento, há o símbolo de “vazio” ($\emptyset$).

O texto organiza-se sob o gênero discursivo notícia, publicado na versão digital de um jornal. Além de o gênero exercer uma força coercitiva sobre as escolhas lexicais e a ordenação das ideias (MAINGUENEAU, 1997), é preciso também levar em conta que o tema abordado impõe certas especificidades lexicais à enunciação. Desse modo, ainda que sejam mantidas as características do texto jornalístico como a informação de um recorte da realidade, presando pela veracidade, o uso de linguagem clara e objetiva, dentre outras, o conteúdo temático esportivo, mais precisamente, futebolístico, permite que outros aspectos mais subjetivos sejam agregados, como um tom mais despojado e informal, o que produz um efeito de proximidade entre aquele que escreve e aqueles que leem. Contudo, não se trata de um discurso livre de diretrizes editoriais, uma vez que é publicado em um jornal, de modo que o conteúdo temático acaba por afetar o estilo, mas não necessariamente a construção composicional.

Considerando o sentido literal das partes que compõem a EI tem-se: *dar*, que significa “ceder, transferir (bens, posses, algo que se tem à disposição) sem remuneração; doar” (AULETE, 2021, s/p) e evoca a ideia de algo que se possui e pode ser transferido, entregue do possuidor para outrem; *uma* possui algumas possibilidades de significação: “quantidade correspondente à unidade; indica algo de forma indeterminada, não identificável” (AULETE, 2021, s/p); “de caráter único; uma coisa; algo” (MICHAELIS, 2021, s/p); *colher*: “talher com cabo e concha rasa na ponta, usado para misturar ou servir alimentos, ou comer alimentos líquidos ou pastosos” (AULETE, 2021, s/p), sendo um substantivo concreto e de uso comum no dia a dia, talvez a primeira ideia evocada seja a do próprio objeto por meio de “associações lógica ou culturalmente motivadas, segundo o conhecimento que temos do mundo dos objetos, do papel sociocultural e utilidade do conceito designado pela base” (AZEREDO, 2000, p. 54); por fim, *chá* significa “árvore ou arbusto originário da China e da Índia, de cujas folhas (verdes ou torradas) se prepara uma infusão aromática muito apreciada como bebida; [...] a infusão preparada com folhas dessa planta” (AULETE, 2021, s/p) e talvez a primeira ideia que venha à mente diante dessa palavra seja a de uma bebida quente. O conjunto *colher de chá* possui, além de sentido figurado, também um sentido literal: um tipo específico de colher, a segunda menor dentre aquelas do jogo de talheres, sendo, na ordem da menor para a maior colher de café, de chá, de sobremesa e de sopa. Em sentido literal, *uma colher de chá* designa uma unidade de medida correspondente a cinco mililitros. Diante dessas informações, pode-se chegar a uma primeira inferência: em vista de possuir campo semântico abrangente, seja um a um dos elementos, sejam eles agrupados nos arranjos possíveis, o significado específico, bem como o sentido dependem do contexto discursivo para que se alcance alguma precisão semântica.

No caso do sentido figurado, a EI referência constrói-se por meio: (i) da metonímia que se vale do continente pelo conteúdo (colher cujo conteúdo é chá) e, a partir dessa ideia, (ii) a metáfora que ressignifica a ideia de que uma unidade desta medida contendo chá ajudaria ou facilitaria—considerando a hipótese de origem elencada por Urbano (2018) – a cura de uma enfermidade, a recuperação; ou (iii) da metáfora que ressignifica mais diretamente a ideia de que a partir de uma unidade dessa medida – colher de chá – ter-se-ia oportunidade de cura de uma enfermidade, de sua recuperação; neste caso, o conteúdo desta colher de chá (unidade de medida) poderia ter sido uma elipse em sua origem, cujo acesso ao conteúdo omitido, que era facilmente subentendido, perdeu-se ao longo do tempo. Por convenção, *dar uma colher de chá* passou a designar dar uma chance, uma oportunidade, facilitar algo. Entretanto, a ligação entre o domínio fonte e o domínio alvo não pode ser facilmente percebida, sendo a EI, portanto, opaca.

Por se tratar da EI referência, muitas das características-gerais podem ser identificadas:

- (i) **universalidade:** utilizando mais ou menos o mesmo conceito, pode-se encontrar, no inglês, *cut someone some slack* “permitir a alguém alguma margem de manobra; faça concessões ao comportamento de alguém” (SIEFRING, 2004, p. 265) que, de certo modo, talvez se aproxima mais da ideia de *quebrar o galho* que, a seu turno, guarda contiguidade de sentido, dependendo do contexto. Já em espanhol, usa-se *dar mascado*, muito próxima de *dar/entregar mastigado/de mão beijada*, que ganha intensidade em relação à ideia evocada por *dar uma colher de chá*, mas se registra a ocorrência de construções figurativas de conteúdo semelhante em outras línguas, confirmando a característica da universalidade;
- (ii) **polilexicalidade:** a expressão é composta por três palavras lexicais e duas gramaticais;
- (iii) **não composicionalidade:** o significado da EI pode ser considerado não composicional, uma vez que o significado individual das partes se distancia do significado global;
- (iv) **convencionalidade:** a opacidade da EI confirma que o significado emerge de convenção, por meio da qual se associa *dar uma colher de chá* à ideia de *dar uma oportunidade/chance*;
- (v) **institucionalidade/ uso corrente:** a expressão é consagrada e compõe o vocabulário cotidiano;
- (vi) **inflexibilidade / fixidez / gramaticalidade /coesão interna/ unidade sintática:** identifica-se apenas o registro da variante com ou sem *uma*; contudo, os exemplos levantados nos Quadros 15, 16 e 17 trazem exemplos de ocorrências de variantes, implicando certos graus de variação de sentido ou produzindo diferentes efeitos de sentido;
- (vii) **unidade léxico-semântica:** o conjunto polilexical condensa um conceito;
- (viii) **figuração (figuratividade) / sentido figurado:** a EI constrói-se por meio de metonímia e/ou metáfora;

- (ix) **opacidade/ desmotivação x transparência/motivação:** a construção figurada não deixa evidente a ligação com a imagem/situação que a motivou, podendo ser classificada como opaca/desmotivada;
- (x) **proverbialidade:** descreve uma situação do cotidiano;
- (xi) **reproduzibilidade:** a EI referência tem estrutura léxico-semântica que pode ser aprendida e repetida, sem que haja dependência restrita com o contexto discursivo; ademais, conforme verificado, mesmo se perdendo a motivação, a estrutura se perpetua;
- (xii) **propagação e sustentabilidade:** a EI é amplamente utilizada na linguagem do dia a dia, o que também permite que se perpetue;
- (xiii) **informalidade / afetividade / efeito de oralidade:** a EI é informal e acrescenta expressividade ao discurso no qual se insere;
- (xiv) **idiomaticidade:** a expressão possui aspectos de idiomatidade, tendo em vista que se constrói de maneira particular à língua portuguesa.

A EI aparece em dois momentos no discurso e de duas formas diferentes: (i) no título “Clube dos 13 pensa em *dar ‘colher de chá’* para o Gama”; e (ii) no corpo do texto, abrindo o texto, “podemos *dar uma colher de chá* para eles”, por meio de uma citação de discurso direto atribuída ao vice-presidente do Vasco da Gama Futebol Clube, Eurico Miranda, figura tão folclórica quanto polêmica no meio futebolístico. Esse detalhe situacional justificaria o destaque dado a sua fala em dois momentos: no título e no corpo do texto. No título, a EI figura o que poderia ser classificada como sendo do tipo variante frequente, sem a presença de *uma*, como uma “reconstrução” baseada na fala atribuída a Eurico, na qual se registra a segunda ocorrência como EI referência.

Embora, como visto, o título resuma o conteúdo da notícia, anunciando aquilo que será expandido em seguida, esse elemento textual fornece os dados que esclarecem dúvidas que podem advir da leitura da primeira sentença: “podemos dar uma colher de chá para eles”: nós quem? – o Clube dos 13 do qual Eurico Miranda faz parte – e eles quem? – o time do Gama, restando para a notícia esclarecer a que se refere essa *uma colher de chá*, o que aparentemente não ocorre, uma vez que a notícia, embora pareça depender do entendimento de acontecimentos que vinham se desenvolvendo anteriormente, não traz elementos suficientes à compreensão a não ser por aqueles que pudessem completar as lacunas intertextuais. Nesse caso, apenas conhecer o significado da EI não contribui para que se chegue a um sentido plausível da estrutura e do discurso como um todo, uma vez que persistiriam as dúvidas: que tipo ajuda? Que tipo de favorecimento? Facilitar em quê e de que forma?

Com base em outras fontes, foram reunidos os dados apresentados resumidamente a seguir. Em virtude da descoberta do descumprimento do regulamento vigente à época, o time do Botafogo foi à justiça desportiva reivindicar os pontos que haviam sido ganhos pelo time do São Paulo em disputa entre os dois. Tendo obtido ganho de causa, o Botafogo ascendeu, judicialmente, da Série B do Campeonato Brasileiro, para a qual havia sido rebaixado, para a Série A. Consequentemente, movida uma peça, moveram-se outras e a mudança acarretou que o time do Gama, que havia ascendido, futebolisticamente, à Série A, conquistando a última vaga dessa primeira divisão, fosse novamente rebaixado. Sentindo-se injustiçado, este último time recorreu à justiça comum – e não à desportiva – para que fosse mantida sua posição na Série A do Campeonato Brasileiro do ano de 2000. O Clube dos 13 - entidade que defende os interesses políticos e comerciais dos principais clubes brasileiros, 13 em sua origem e 20 na atualidade - contrariado pela decisão judicial recolocava o Gama na Série A, que passaria a ter 21 times disputando o campeonato daquele ano, recebeu da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), a responsabilidade de organizar o campeonato nacional daquele ano, já que fora impedida de fazê-lo, por decisão da justiça. O Clube dos 13, então, valeu-se desse estratagema e criou a Copa João Havelange que visava, a princípio, a deixar de fora o time do Gama. Em nova incursão à justiça, este time teve assegurado, após acordo entre o Gama, a CBF e o Clube dos 13, seu direito de participar do campeonato nacional – rebatizado naquele ano de Copa João Havelange – no denominado “módulo principal” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2013; WIKIPÉDIA, s/d).

Preenchidas as lacunas discursivas, é possível entender que ao dizer “podemos *dar uma colher de chá* para eles” refere-se à possibilidade de o Clube dos 13 fazer um acordo para que o Gama participe da Copa João Havelange. Note-se que o verbo *poder* antecede a EI, o que modaliza a declaração dando-lhe valor hipotético ou dubitativo (AZEREDO, 2000), de sorte que se trata de possibilidade e não de certeza. Ademais, reforça o efeito de sarcasmo produzido pela EI, afinal, não se trataria de escolha, mas de acordo judicial. Assim, com base nessas informações, o sentido da EI, construído, não apenas pelo discurso, mas pelo interdiscurso seria: considerar dar uma chance, ponderar fazer um acordo como um favor – não de bom grado, ainda que sob a égide da justiça comum.

As próximas ocorrências trazem diferentes exemplos de quantificação e gradação produzindo diferentes sentidos e efeitos de sentido.

O texto se organiza sob o gênero discursivo post, publicado em um *blog* dedicado a comentar filmes e programas de televisão. Vale-se de características dos gêneros notícia e artigo de opinião: apresenta um fato (ou factóide) e busca comprová-lo por meio de sua opinião, a qual tenta corroborar por meio da citação de outras opiniões que concordam com o ponto de vista do autor. Aparentemente, não há compromisso com objetividade, sendo o texto marcado pela pessoalidade e passionalidade. Os textos transcritos, utilizados para construir a argumentação, não trazem autoria e acompanham a linha de passionalidade e oralidade do autor, o que, traz certa uniformidade ao texto como um todo.

A EI aparece em um desses trechos transcritos na forma *deu uma concha de chá*, substituindo o elemento *colher* da EI referência por *concha*, produzindo efeito de ênfase por meio da metáfora hiperbólica criada, mantendo correlação com as demais escolhas lexicais que denotam comoção, exaltação, exagero: “assustados”, “congelada”, “credibilidade zero”, “messsimo”, “Credibilidade Zero”, “!!!”, “...”. Além disso, os descuidados com a correção ortográfica e gramatical denotam pouco planejamento, fazendo desse um texto gráfico de concepção oral (KOCH; OESTERREICHER, 1985; 2013; URBANO, 2006, ALVES, 2015). A variação, assim, atende a uma necessidade local e pode ser classificada como EI variante ocasional.

Uma vez que mantém nítida a ligação com a EI referência, é possível considerá-la transparente nessa primeira etapa do percurso. Todavia, será tão opaca quanto a referência ao considerar-se a limitação de acesso à metáfora que a originou. Quanto às demais características-gerais, a EI variante ocasional mantém seu aspecto idiomático, porque, embora emerja de uma necessidade local, deriva de uma EI referência que permite que o novo elemento seja compreendido graças a esse elo e ao domínio idiomático. Disso decorre a possibilidade de variação, não havendo total inflexibilidade/fixidez. Mantém-se o aspecto de unidade léxico-semântica, mesmo que seu sentido adquira mais uma camada que lhe agrega complexidade. Não se pode descartar a possibilidade de que possa ocorrer uso corrente – e, por conseguinte, reproduzibilidade, propagação e sustentabilidade –, mas o que se tem é a emergência e uso baseados em necessidades locais. Quanto à convencionalidade e institucionalidade, pode-se dizer que foi a partir dessas características, herdadas da EI referência, que a forma variante pode começar a ser compreendida. A variante ocasional conserva a polilexicalidade, bem como a figuratividade. Ademais, a estrutura permanece informal e proverbial porque descreve de modo coloquial uma situação cotidiana.

No que se refere à forma, a variação se deu por meio da substituição de um elemento pertencente ao mesmo campo lexical do original *colher* por *concha*, quando se refere a item de utensílio doméstico. Quando tomada no conjunto, *colher de chá*, à parte de qualquer contexto, é possível que se trate de: (i) uma colher preenchida com chá; (ii) uma unidade de medida de 5ml – ambas em sentido literal; (iii) parte da EI que denota oportunidade, facilitação, se acompanhadas dos verbos *ser* ou *dar*. Desse modo, o campo semântico dessa construção possibilita alguns significados, cujo sentido específico somente será acessado se e quando em contexto discursivo. O campo semântico de *concha* alude aos seguintes significados: “envoltório calcário, curvo e rígido de certos moluscos [...]; qualquer objeto ou utensílio com esse feito; [...] espécie de talher côncavo, grande e fundo para servir sopa e outros alimentos líquidos; o conteúdo desse talher; [...] concavidade do corpo; casa, residência” (AULETE, 2021, s/p). Portanto, isolado de qualquer contexto discursivo ou situacional, *colher* e *concha* designam coisas diferentes no mundo, mas que se aproximam por meio de certos traços semânticos.

A associação de *concha* + *de chá*, remete à ideia do utensílio concha preenchido de chá. Embora também se possa entender *concha* como uma unidade informal de medida, não se trata de uma unidade léxico-semântica (pensando no sentido literal), isto é, o conjunto *concha de chá* não condensa um conceito literal como ocorre com *colher de chá*, além de denotar uma ideia de estranheza e desproporcionalidade – não há situações corriqueiras nas quais se possa pensar em conchas sendo usadas para servir chá, por exemplo. Quando se pensa no sentido não literal de *concha*, Aulete e Michaelis registram “casa, moradia, residência”. Ainda que ambos os dicionários citem construções compostas, não composicionais, nenhum deles menciona (*dar*) *uma concha de chá*, uma vez que se trata de uma construção ocasional. Disso decorre que o sentido figurado assumido por *concha* no conjunto da EI não se liga aos sentidos figurados do lexema isolado, mas ganha nova acepção não literal no conjunto que se liga àquele adquirido por *colher*, qual seja, elemento que indica a proporção da ajuda, facilitação, oportunidade, favor (representado por *chá*). Dessa feita, a ideia que se constrói na variante diz respeito a uma grande medida de ajuda dada a qual se avalia sendo estranhamente desproporcional, fazendo um cruzamento com o estranhamento causado pelo sentido literal. Cumpre ressaltar que não se trata apenas de um simples aumentativo – que poderia ser expresso por *colherão*, *colherada*, *colheraço* –, mas sobretudo a construção parece visar à focalização do exagero na medida daquilo que foi dado. Para Cacciari (1993, p. 33)

qualquer modificação adjetival de uma expressão idiomática irá produzir uma mudança em direção ao significado literal da sequência (se houver) ou um

comentário metalinguístico sobre o idiomatismo como uma unidade (por exemplo, *ela ou ele chutou o balde proverbial*⁴⁰), onde o escopo da modificação abrange toda a sequência e não, como na linguagem literal, apenas o constituinte à direita do adjetivo.

Note-se, entretanto, que a modificação adverbial provoca esse efeito capaz de abranger a expressão como um todo. O caso em análise, por meio da alteração de um substantivo, com valor semântico de quantificação produziu um efeito expressivo aumentativo à toda a estrutura, uma vez que *concha*, embora seja um substantivo, ao acomodar-se na EI passa a evocar intensidade. Por fim, no que diz respeito à construção do sentido, considerados os traços semânticos agregados à EI como um todo, por meio do emprego da unidade lexical substitutiva, além das informações fornecidas pelo contexto discursivo, avaliou-se como “escandaloso” o benefício dado pelo apresentador à participante. Assim, pode-se dizer que o sentido da EI no contexto discursivo passa a ser: dar uma ajuda desproporcionalmente grande, um favorecimento exagerado, gritante, com uma valoração negativa.

Nesta ocorrência, pôde-se analisar o tipo de efeito que uma substituição pode promover na estrutura da EI e do discurso como um todo, ainda que essa alteração seja nominal. A seguir, será exposta uma ocorrência cujo efeito semelhante pode ser alçado por meio de outro tipo de intervenção na forma.

Quadro 16 – Dar colher de sopa, de café, de chá

Texto 15 – “Lula lá” e outras cinco notas de Carlos Brickmann		Expressão Idiomática referência				
		Dar (uma) colher de chá				
		dar	uma	colher	de	chá
	sentido literal	ceder, transferir (bens, posses, algo que se tem à disposição) sem remuneração; doar (AULETE, 2021, s/p)	quantidade correspondente à unidade; indica algo de forma indeterminada, não identificável (AULETE, 2021, s/p); de caráter único; uma coisa; algo (MICHAELIS, 2021, s/p)	talher com cabo e concha rasa na ponta, usado para misturar ou servir alimentos, ou comer alimentos líquidos ou pastosos (AULETE, 2021, s/p)	*	árvore ou arbusto originário da China e da Índia, de cujas folhas (verdes ou torradas) se prepara uma infusão aromática muito apreciada como bebida; folhas dessa planta, preparadas para infusão: secas, cortadas, aromatizadas etc.; a infusão preparada com folhas dessa planta (AULETE, 2021, s/p)
		talher pequeno				
	significado da EI referência	unidade de medida culinária equivalente a 5ml				
		ajudar, favorecer, facilitar, dar uma oportunidade (MELLO, 2009, p. 153); facilitar, mostrar interesse por alguém, dar confiança, dar chance, dar oportunidade, descuidar-se, bobear (URBANO, 2018, p. 94); oferecer oportunidade (a algo ou alguém); facilitar algo, favorecer (AULETE, 2021, s/p)				

⁴⁰ No original, em inglês: “kick the bucket proverbial”.

	sentido não literal	campo semântico de associação/ hipótese de origem	Associa-se com os referentes “caldo de galinha”, “sopa de galinha” correspondentes à variação “Dar (uma) canja”, uma vez que se tratam de alimentos de fácil deglutição, não precisam ser mastigados; assim como o chá (URBANO, 2018, p. 94).	
		em contexto discursivo	EI variante	dar colher de sopa, de café, de chá
			efeito de sentido da EI referência/variante	sarcasmo e ênfase por gradação, continuidade para expressar a ideia de benefícios concedidos
			<p>“Lula lá’ e outras cinco notas de Carlos Brickmann</p> <p>A expectativa de prisão de Lula foi levantada por petistas (e reforçada, naturalmente, pelo conjunto da obra): quem deu a notícia de que o risco era real e iminente foi um blogueiro paulista, Eduardo Guimarães, que aproveitou a oportunidade para convocar os correligionários a uma vigília em frente à casa de seu líder. Nada deu certo: a vigília reuniu umas vinte pessoas, 30 no máximo, e o Japonês da Federal não apareceu por lá.</p> <p>Lula será preso? Talvez; mas não é obrigatório que a prisão ocorra. Pode acontecer até que ele seja condenado num dos três processos a que por enquanto responde e o juiz lhe dê o direito de recorrer em liberdade. [...]Comentado por: irs 20 out 2016 - 13h02 Fiquei engasgada, preciso falar. Sr. Carlos, me desculpe, mas não precisava dizer tantas coisas boas para o Lula se animar, precisamos é reforçar que ele não vale nada. Chega de tanta colher de chá pra esse homem que não merece o respeito dos brasileiros por todo o estrago que ele e sua companheira fizeram ao país, e que não sabemos quantos anos ainda serão necessários para consertar um pouco da destruição que ele causou também aos brasileiros. [...]Claro, tem sempre ainda a ajuda de amigos para alimentar as suas mentiras, exemplo também, como já disse várias vezes, pesquisas falsas tentando lhe dar colher de sopa, de café, de chá, ignorando que ele é o pior ser que existe na terra. Como pode uma última pesquisa, e sempre é 1/4 dos brasileiros, ou seja, os mesmos pesquisados, chega ser engraçado, dizer que Lula não ganha no segundo turno, mas lidera, é bom demais, é o primeiro da fila, e que absurdo,! pois a situação que o Brasil atravessa com tantos escândalos de políticos, ninguém quer saber de candidato nenhum, enquanto não souber do seu envolvimento na lava jato, e muito menos quem vai ganhar a eleição hoje, mas o Lula é líder. [...]” (NUNES, 2016)</p>	
			elementos do discurso	“Lula será preso? Talvez; mas não é obrigatório que a prisão ocorra”; “não precisava dizer tantas coisas boas para o Lula se animar”; “tem sempre ainda a ajuda de amigos para alimentar as suas mentiras”;
		sentido da EI no contexto discursivo	reiteradas tentativas de dar chances, oportunidades, facilidades	

Fonte: elaboração própria

O texto do qual faz parte a EI estrutura-se por meio do gênero comentário *on-line*, que se liga à coluna de uma revista, em sua edição digital. Entretanto, embora notadamente haja ligação entre os dois textos, como é típico dos comentários, o tratamento temático do assunto é sobremaneira diferenciado. Se por um lado, a coluna possui certa preocupação em atenuar posicionamentos e tendências de opinião, mantendo relativa objetividade; por outro, os

comentários, de modo geral, são marcados pela subjetividade, por um tom mais emotivo e passional, que visa à autoexpressão de opiniões.

Uma primeira evidência da diferenciação na tratativa do tema em um e no outro gênero pode ser percebida por meio das marcas linguístico-estilísticas. Dentre essas, destacam-se os processos de referenciação utilizados por cada um dos textos para produção de efeitos de sentido no texto, por meio de anáforas e de dêixis. Para se referir ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a coluna elege: Lula, líder, lhe, ex-presidente, lo e líder petista. Já o comentário traz, nesta ordem: Lula, ele, esse homem que não merece o respeito dos brasileiros, o comandante máximo de toda roubalheira, o protagonista de todos os escândalos, Luiz Inácio, o comandante maior de toda lambança já havida no Brasil, ex-poderoso, o espertalhão, chefão da roubalheira, o pior ser que existe na terra, chefão, o cara mais envolvido em corrupção do país, espertalhão, tadinho, DESMIOLADO [em caixa alta], seu Lula. Tais elementos, combinam-se a outros os quais operam na construção de uma contração dialógica de contraposição, que sucessivamente busca refutar quaisquer outros pontos de vista em relação ao tema, cerrando o discurso a posicionamentos alternativos e arrogando-se o caráter de verdade àquilo que é escrito (MARTIN; WHITE, 2005), quando não passa de opinião contrária àquilo que traz a coluna.

Dentre as escolhas lexicais que edificam o posicionamento discursivo de valoração negativa – maracutaia, lambança, roubalheira, xilindró, tramoia –, está a EI que aparece em dois momentos e de duas formas: “chega de [dar] tanta colher de chá” e “tentam dar colher de sopa, de café de chá”. No primeiro caso, o verbo *dar* está subentendido, em contrapartida, recebeu o acréscimo de *tanta*, “expressão alusiva a um número não conhecido ou que não se queira explicitar” (BECHARA, 2009, p. 170) em substituição a *uma*, que tanto denotaria quantidade (uma unidade) quanto indeterminação (uma dentre várias, indicação imprecisa), de modo que ficasse desfeita a ambiguidade entre as opções possíveis. E, tal como se pôde perceber no processo de referenciação, produzido em um crescente de atributivos ora irônicos/sarcásticos, ora desqualificantes, a EI também sofreu um processo que pode ser entendido como de gradação, embora não siga uma ordem lógica do maior para o menor, que ocorre de duas maneiras: em relação à versão anteriormente utilizada (*dar tanta colher de chá*) e dentro da própria expressão utilizada de nova forma (*dar colher de sopa, de café de chá*).

Segundo Dubois *et al.* (2002, p. 41), “alguns termos são graduados de forma implícita, como pequeno, grande, poucos, muitos, o que implica um ponto de comparação não explicitado (norma da experiência da comunidade sociocultural) [...]”. Em sentido literal, o lexema *sopa*

significa: “alimento líquido que consta de um caldo [...]; Pedaco de pão molhado em líquido; coisa muito molhada” (AULETE, 2021, s/p). Em sentido figurado, “algo que se pode fazer, obter ou vencer facilmente; facilidade” (AULETE, 2021, s/p), sendo que, para isso, deve estar posposto aos verbos *ser* ou *estar*. Já a construção *colher de sopa* não possui registro de sentido figurado, portanto, a princípio, refere-se: (i) ao maior talher do conjunto de faqueiros, utilizado para ingestão de alimentos líquidos e pastosos, e (ii) também a uma unidade de medida que equivale a 15 mililitros. O lexema *café* significa: “fruto do cafeeiro; cafeeiro; porção de sementes secas e torradas desse fruto; produto resultante do beneficiamento [...]; a bebida que se faz desse fruto, depois de seco, torrado e moído; porção dessa bebida na xícara ou no copo, em dose para consumo individual” (AULETE, 2021, s/p). Seu sentido figurado, porém, constrói-se associado ao adjetivo *pequeno* formando a EI (*ser*) *café pequeno*: “coisa (tarefa, pessoa, acontecimento) fácil, ou sem importância” (AULETE, 2021, s/p). Junto do lexema *colher*, não possui sentido figurado registrado, referindo-se: (i) ao menor talher do conjunto de faqueiros, utilizado quase exclusivamente para misturar substância adoçante ao café, quando em xícaras de café, e (ii) também a uma unidade de medida equivalente a dois mililitros. Assim como a colher de chá, as de sopa e café podem ser consideradas como unidades de grandeza e talvez seja a partir dessa concepção literal que se funda o sentido figurado de *tentam dar colher de sopa, de café, de chá*. Ainda que não se tenha adotado uma ordem crescente ou decrescente convencional, é possível verificar uma tentativa de expressão progressiva do pensamento que se coaduna ao tom emotivo do texto. Aliás, cumpre destacar que a EI apenas reforça o efeito sarcástico do texto como um todo, não produzindo, portanto, uma quebra no tom, mas um reforço deste.

A forma variante pode ser classificada como sendo do tipo EI variante ocasional, uma vez que se baseia na EI referência, sofrendo alterações em função das intenções e objetivos impostos pelo contexto discursivo a fim de dar ao discurso o efeito de sentido esperado. Ao adotar lexemas pertencentes ao mesmo campo lexical, não se estabelece um grande distanciamento semântico da estrutura da qual deriva. Assim, como as demais ocorrências de EI variantes ocasionais até aqui registradas, mantém-se transparente a ligação com a EI referência, embora esta última seja opaca em relação à metáfora que a motivou.

Além dos elementos de quantificação, a EI variante ocasional pospõe-se ao verbo *tentar*, cuja função na estrutura é modalizar o verbo principal *dar*. A função do modalizador é “determinar com mais rigor o modo como se realiza ou se deixa de realizar a ação verbal: [neste caso] tentativa ou esforço; às vezes com o sentido secundário depreendido pelo contexto, de que a

tentativa acabou em decepção.” (BECHARA, 2009, p. 192). O efeito produzido no contexto seria expressar que, por mais que houvesse a tentativa, o resultado que se obteve não foi o pretendido. Ainda no tocante à forma, os referidos elementos quantificadores são separados por vírgula, sem uso de síndeto antecedendo o último elemento, produzindo um efeito de velocidade no discurso, além da impressão de que os elementos estão mais próximos ou misturados. No caso dos elementos elencados na EI variante ocasional, considerando a aparente falta de critério na ordenação, parece que se menciona um a um aquilo que veio à mente, sem ordem. Não se trata, portanto, do tamanho das oportunidades, mas de sua variedade, marcando reiteração.

Quanto às características-gerais, a EI variante ocasional mantém sua idiomaticidade. Os novos elementos que se acrescentam aos já existentes não apagam, mas reforçam a ligação com a expressão de origem, uma vez se tratarem de unidades lexicais semanticamente afins. Embora a EI referência possa ser tida como uma unidade sintática, sendo a EI variante ocasional perfeitamente compreensível, não se pode assumir que haja completa inflexibilidade/fixidez da estrutura. Mantém-se o aspecto de unidade léxico-semântica, ainda que seu sentido tenha sido acrescido pelos traços semânticos dos elementos inseridos, emprestando-lhe complexidade. No tocante ao uso corrente, convencionalidade e institucionalidade, por um lado, foram as propriedades que permitiram que uma EI pudesse abrir-se à derivação. Por outro lado, reproduzibilidade, propagação e sustentabilidade ficam comprometidas, uma vez que as alterações se baseiam em necessidades locais que podem ou não virem a ser repetidas. A variante ocasional conserva a polilexicalidade, bem como a figuratividade. Além de ser informal e proverbial porque descreve de modo coloquial uma situação cotidiana.

Do ponto de vista do discurso, além dos pontos já abordados, pode-se também dizer que o efeito da escolha da EI variante ocasional visa a reforçar a ideia, construída ao longo do texto, de que Lula gozava de uma rede de ajuda (“amigos”) da qual faziam parte as empresas de pesquisa que falseariam resultados em benefício do ex-presidente, não apenas uma, mas repetidas vezes. Desse modo, ao mesmo tempo em que a EI presta-se à expressividade objetivada, ela tem sua estrutura alterada para que atinja o nível pretendido. Em vista dessa dupla influência, o sentido que se constrói seria: houve reiteradas tentativas de dar chances, oportunidades, facilidades, ficando evidentes os aspectos da ocorrência de mais de uma vez, em proporções diferentes, embora, aparentemente, nenhuma tenha sido bem sucedida, uma vez terem sido tentativas.

Embora já neste caso se tenha tido oportunidade de verificar a ocorrência de um exemplo que se vale da elipse de um dos elementos da EI, seus efeitos não foram explorados. Por isso, no

O texto constrói-se por meio do gênero discursivo notícia, portanto, apresenta fatos da realidade em linguagem clara e objetiva. Uma vez que os gêneros discursivos estão em constante processo de adequação a fim de comportar novos modos de expressar a realidade, até mesmo aqueles gêneros mais consagrados e estáveis como notícias estão sujeitos a novas apresentações. De acordo com Bakhtin (1997, p. 285-286),

a ampliação da língua escrita que incorpora diversas camadas da língua popular acarreta em todos os gêneros (literários, científicos, ideológicos, familiares, etc.) a aplicação de um novo procedimento na organização e na conclusão do todo verbal e uma modificação do lugar que será reservado ao ouvinte ou ao parceiro, etc., o que leva a uma maior ou menor reestruturação e renovação dos gêneros do discurso.

No caso da notícia na qual consta a EI de interesse, a inovação dá-se pelo uso de subtítulos a cada parágrafo, os quais trazem temas que se correlacionam uns aos outros de uma perspectiva macro, embora cada um apresente diferentes informações de modo ora muito sucintas, ora sucintas. Nesse sentido, esses subtítulos não apenas anunciam o teor da subnotícia, sintetizando-a, mas atuam como parte estratégica de sua construção argumentativa. Menegassi e Chaves (2000, p. 32) defendem que “o título é um estímulo inicial que ativa os esquemas do leitor, proporcionando os cálculos cognitivos, quando é pertinente ao texto, ou melhor, quando é uma macro proposição de nível mais alto”. Desse modo, espera-se que o título apresente elementos textuais que aludem ao texto. Contudo, tal expectativa não é alcançada neste caso específico, primeiro porque qualquer ligação com o texto dá-se não em nível textual, mas semântico-interpretativo, segundo porque não exatamente sintetiza o texto, antes disso, traz um posicionamento acerca do que é apresentado na notícia que antecede, além de apoiar-se naquilo que é apresentado em outras subnotícias de modo exofórico. É justamente em um desses subtítulos que figura a EI *Ø colherão de chá*.

No que se refere à tipologia, a forma pode ser classificada como sendo uma EI variante ocasional, uma vez que atende às necessidades locais que afetam sua forma, muito embora a alteração sofrida decorra de flexão de grau que mantém transparente a ligação com a EI referência – ainda que esta seja opaca. O dispositivo utilizado e que resultou na variação da expressão foi o emprego do sufixo derivacional *-ão*, talvez o mais comumente utilizado pela linguagem coloquial (AZEREDO, 2000) para designar o grau aumentativo, muitas vezes tomados pejorativa ou afetivamente (BECHARA, 2009).

O grau aumentativo, assim como o diminutivo, presta-se a várias conotações de modo que o sentido primeiro se esvazia e pode designar “aumento exagerado, deformidade, ridículo,

depreciação, desprezo, falta de medida, violência, utilizando a proporção em vários níveis, ampliando a ideia original” (PEREIRA, 2014, p. 11). Na expressão, a adoção do aumentativo, não obstante atue sobre um substantivo concreto, é preciso lembrar que este perdeu seu valor semântico original, de tal maneira que o efeito resultante deixa de ser o de tamanho e passa a ser de intensidade.

Expostas as primeiras considerações acerca da estrutura *colherão de chá*, cumpre justificar e explicar a escolha pela exposição de uma estrutura desacompanhada de verbo, tendo em vista ser o elemento que carrega os dados aspectuais de pessoa, número, modo e tempo e, portanto, expressam não apenas a noção de cronologia – que caracteriza objetivamente o verbo (AZEREDO, 2000) –, mas também o liga ao sujeito executor da ação/estado que manifesta. Este último exemplo em análise não traz o verbo expresso, mas de algum modo fica subentendido, justificando a opção pelo uso do símbolo de vazio (Ø) no lugar onde deveria constar um verbo que direcionaria o conjunto figurado.

Ademais, a ausência desse elemento também traz implicações para o sentido do discurso como um todo, tendo em vista que “o implícito desempenha um papel essencial: dizer nem sempre é dizer explicitamente, a atividade discursiva entrelaça constantemente o dito e o não dito” (MAINGUENEAU, 1996, p. 89). As EI, por excelência, “dizem pelo não dito⁴¹”, mas para isso valem-se de sentidos figurados que subjazem os sentidos literais em arranjos léxico-semânticos inusitados de significados convencionalizados e consagrados pelo uso.

A construção em análise, todavia, tal como se apresenta, parece propositadamente deixar o elemento verbal implícito. Para Maingueneau (1996), o implícito é uma estratégia indireta do enunciador que aciona o trabalho de interpretação dos enunciados pelo co-enunciador e podem ser:

- (i) **pressupostos** – captáveis pelo co-enunciador por meio de inferência inscrita no enunciado e, portanto, estável, dando conteúdo à margem do discurso, pretendendo tirar do destinatário o direito de encadear a partir dele, já que compreende um conteúdo posto e outro pressuposto; disso decorre seu valor pragmático (*no* discurso), estruturado por pressuposicionais (verbos factíveis ou contrafactíveis

⁴¹ Conforme anuncia o título da obra de Antenor Nascentes Filho: *O dito pelo não dito: dicionário de expressões idiomáticas*, de 2006.

subjetivos, verbos ou marcadores aspectuais, nominalizações, descrições definidas, dentre outras); ou

- (ii) **subentendidos** – não estão inscritos na estrutura do enunciado, independentemente de seus contextos, e dependem do raciocínio do interlocutor em torno do enunciado para que se chegue a uma compreensão (contexto singular, existência incerta).

Desse modo, conteúdos implícitos são construções inferenciais que dependem da competência linguística do co-enunciador (interlocutor), do conhecimento das leis do discurso e de certo saber enciclopédico para que se possa alcançar e compreender o texto não textualizado. No caso, o elemento implícito sendo o verbo, ficam subentendidas, além das informações modo-temporais (quando ocorreu? Em que circunstâncias?), também as número-pessoais (quem fez?).

Embora “as noções de número e pessoa não [sejam] inerentes ao verbo, mas um reflexo da pessoa e número do sujeito da oração” (AMADO; RODRIGUES, 2010), no caso do verbo ligado a uma EI em uso, traria esses dados, uma vez que a pessoa pronominal do sujeito se apresenta por meio da relação sintática de concordância na frase. Esse jogo de implícito faz com que não se saiba exatamente se o *colherão de chá* foi *dado* – *deram/o governo deu* um colherão de chá –; ou *recebido* – *a empreiteira recebeu* um colherão de chá –, de sorte que, não se pode saber ao certo qual é o foco dessa declaração. Apesar de subentendido (na subnotícia) e pressuposto (nas demais subnotícias) que se trate do governo, ambas as leituras seriam possíveis, ao sabor da interpretação do leitor. O subtítulo, assim, opina sobre a subnotícia, mas por meio da valoração atribuída pelo leitor.

Quanto às características-gerais, a EI variante ocasional conserva seu aspecto idiomático, porque deriva de uma EI referência, que mantém a motivação acessível, mesmo que a metáfora que a inspira tenha perdido sua motivação. Ademais, a variação vale-se de operação sintática que conserva a raiz da unidade lexical original. A EI variante ocasional sofreu flexão de grau em um de seus elementos, portanto, não se pode assumir que se trate de estrutura inflexível/fixa. Mantém-se também o aspecto de unidade léxico-semântica, uma vez que o conjunto condensa um conceito. Quanto ao uso corrente, convencionalidade e institucionalidade, tendo em vista a variação ter ocorrido por meio de operação sintática acessível e reproduzível seria possível que ocorressem, embora não se possa afirmar com certeza, havendo, para isso, a necessidade de que houvesse uma assimilação desse conceito expandido, possibilitando a reproduzibilidade, propagação e sustentabilidade, já que sua ocorrência poderia se dar em outros contextos compatíveis ao sentido adquirido. A variante ocasional conserva a polilexicalidade, apesar de

ter um de seus elementos implícitos. Ademais, conserva seu caráter figurativo, além de ser informal e proverbial porque descreve de modo coloquial uma situação cotidiana.

Por fim, considerados os elementos estruturais e discursivos, a EI, no contexto discursivo, passa a ter um sentido de: oportunidade injustificada, impunidade cometida, tendo em vista não haver elementos que justifiquem uma empresa com tantos indícios de irregularidades cometidas, além de provas e confissões de culpa, não ser classificada como inidônea, ou seja, foi classificada como idônea: “muito honesto, confiável, correto; que é considerado apto técnica e moralmente para ocupar certo cargo ou desempenhar determinada função” (AULETE, 2021, s/p). Pode-se inferir, portando, que não se trata de mera oportunidade ou facilitação, sendo que o aumentativo que traz um efeito hiperbólico com valor semântico de intensidade.

Encerra-se aqui a análise deste quarto grupo que, de modo geral, não apresentou acentuado nível de inovação na forma, de modo que as distanciasse sobremaneira da EI referência. Entretanto, por meio de substituição, inserção e supressão de elementos demonstrou-se que se podem produzir não somente formas variantes, mas, quando aplicadas no discurso, também sentidos diametralmente diversos e mais complexos, a partir dos significados. Ademais, os exemplos arrolados demonstraram que até mesmo a EI referência estabelece uma relação de dependência com o contexto discursivo para que se chegue a seu sentido.

Essa relação entre discurso e produção de sentido acentua-se quando são consideradas as EI variantes ocasionais, primeiramente porque é do contexto discursivo que advêm os fatores que impõem a variação, depois porque, em maior ou menor escala, a estrutura provavelmente apenas será compreendida naquela dada existência discursiva. No entanto, em certos casos, não se pode descartar a possibilidade de a mesma estrutura tipificada como variante ocasional vir a ser utilizada em outros contextos, com sentidos ou nuances de sentidos diversas, mas com estrutura igual ou semelhante. Isso porque, a despeito de emergirem de situações discursivas específicas, verifica-se a presença de uma linha lógica que circunscreve as inovações a parâmetros linguísticos, lexicais, semânticos e discursivos inerentes a todas elas, de modo que se produzam estruturas criativas, mas não ininteligíveis em absoluto.

8.5 Grupo V – Bater as botas

Este grupo toma “bater as botas” como EI referência. Neste caso, a EI traz o verbo como parte integrante de seu núcleo semântico. Isso quer dizer que aqueles aspectos denotados pelo verbo atuam diretamente na estrutura da própria EI. Uma vez que a estrutura apresenta apenas dois elementos lexicais, dentre os quais o verbo integrante, parece que eles carregam e conservam todo o “DNA” semântico da expressão, de modo que quaisquer alterações podem alterar sobremaneira o significado ou mesmo prejudicar a ligação com a EI referência e, por conseguinte, comprometer a compreensão de uma variante. Se *bater as botas* significa *morrer*, *pendurar as botas*, estaria mais próximo de significar *aposentar-se* – variante do português europeu para a brasileira *pendurar as chuteiras* – do que de *morrer*: “Esteve em cinco Mundiais e agora *pendurou as botas* [título da notícia] – Mexicano Rafael Márquez anuncia fim de carreira como futebolista. Foi duas vezes campeão europeu e tem quatro títulos de campeão espanhol no palmarés” (DN, 2018). Quaisquer assemelhados semânticos do verbo *bater* como *dar pancadas*, *esbarrar*, *chocar*, *trombar*, dentre alguns, parece não manter o mesmo significado, produzindo sentidos sobremaneira atrelados ao contexto discursivo: “O magnata mal *triscara as botas* e os herdeiros já discutiam a partilha de seus bens”.

Nessa perspectiva, talvez seja possível asserir que há casos em que certas partes da EI são mais facilmente substituíveis do que outras. Isso quer dizer que, de modo geral, algumas EI possuem partes cuja manutenção asseguraria a ligação com a forma e/ou conteúdo da EI referência, de modo que essa possa ser acessada para que o significado e o sentido da variante possam ser formulados. Em alguns casos, ora varia uma parte, ora outra e, como neste grupo, uma das partes se mantém e a outra varia. Investigar os motivos e a abrangência/limitação dessa condição pode ser um ponto de partida para pesquisas que se dediquem a aprofundar o estudo das variações das EI. Em virtude do recorte estabelecido nesta pesquisa, não se enfocará esse ponto, ficando a abordagem como sugestão para estudos futuros.

De acordo com o paradigma adotado, o primeiro quadro analisa a EI referência. Em virtude disso, as linhas referentes à variante não serão preenchidas neste primeiro quadro. Em todos os quadros, apenas o artigo definido plural *as* não trará sentido literal preenchido no modelo, por isso, consta apenas um asterisco (*). Os Quadros 19 e 20 apresentarão ocorrências com variação de forma – *bateu as botinhas nipônicas* e *bateu os scarpins* – e o Quadro 21 trará um exemplo

de manutenção da forma – *bateu as botas* – e variação de sentido, em função do contexto discursivo no qual se insere.

Quadro 18– Bateu as botas

		Expressão Idiomática referência		
		Bater as botas		
		bater	as	botas
	sentido literal	Dar pancadas em (objeto ou pessoa) (AULETE, 2021, s/p)	*	Calçado de couro, borracha ou plástico que cobre o pé e parte da perna, por vezes cobrindo tb. parte da coxa. (AULETE, 2021, s/p)
Texto 17 – Batendo as botas	sentido não literal	significado da EI referência	morrer (URBANO, 2018, p. 80; MELLO, 2009, p. 84, AULETE)	
		campo semântico de associação/ hipótese de origem	Associa-se à ideia do movimento feito pelas botas dos soldados que, ao serem atingidos, batiam uma bota na outra ao caírem mortos.	
		em contexto discursivo	EI variante	*
			efeito de sentido da EI referência/variante	eufemismo e sarcasmo para tratar da morte de figura não muito querida
			“Batendo as botas [título da coluna] [...] Moniz Aragão fez chegar a Costa e Silva uma carta com acusações de corrupção e nepotismo, que provocou no destinatário uma crise de hipertensão. Nosso tirano também era um poço de doenças intratadas ou cuidadas com displicência. [...] O chanceler Magalhães Pinto, ao sair de uma audiência com o marechal, foi categórico: “Não é gripe”. Um jaleco do Planalto insistia: “É só estafa”. Logo o ditador estaria mudo e paraplético para sempre. Que cenas burlescas não podiam ser criadas a partir das jogadas políticas dos milicos que, quais abutres, serviam de interface entre o presidente (ou o que dele sobrevivia vegetativamente) e a imprensa e o eleitorado. Uns queriam protelar sua presença no cargo, outros, mais sensatos ou pragmáticos, preferiam sua substituição imediata, mas não pelo civil Pedro Aleixo, o vice decorativo. Todos, sem exceção, queriam o trono do moribundo marechal. Afinal substituído por uma troica fardada, representando as três Forças Armadas, Costa e Silva nunca se recuperou e bateu as botas em 17 de dezembro de 1969, 108 dias depois de afastado do poder. Tinha 70 anos.” (AUGUSTO, 2018)	
			elementos do discurso	“provocou no destinatário uma crise de hipertensão”; “o que dele sobrevivia vegetativamente”; “moribundo marechal”; “nunca se recuperou”
		sentido da EI no contexto discursivo	morrer	

Fonte: elaboração própria

O texto se organiza sob o subgênero jornalístico coluna. De acordo com Barbosa (2016), esse é um tipo de texto com teor opinativo, conhecido por ser assinado e possuir um espaço fixo em um jornal ou revista. Além disso, o autor destaca que as colunas costumam trazer assuntos do cotidiano e podem englobar todos os outros gêneros: editorial, crônica, comentário, artigo, resenha, carta. As colunas possuem, assim, características híbridas e, embora tragam uma opinião vinculada a conteúdo jornalístico, essas são menos contundentes e radicais posto que são geralmente publicadas em veículo da chamada “grande mídia” (BARBOSA, 2016). Na coluna da qual se examina a EI, pode-se identificar características de uma crônica político-histórica cujo tema principal é a morte de grandes tiranos da história mundial, incluindo o ditador brasileiro Costa e Silva.

A EI apresenta-se em dois momentos: no título – *batendo as botas* – e no corpo do texto – *bateu as botas*. Em ambos os casos, considerando a manutenção dos elementos e tendo havido apenas as flexões de número, pessoa, tempo e modo, confirma-se a tipologia de EI referência. Contudo, cumpre mencionar que assim a toma, para fins metodológicos, em detrimento de outro registro: *bater a bota* (URBANO, 2018, p. 80), que então seria a EI variante frequente.

Considerando as partes que a compõem, *bater* possui campo semântico abundante e dentre os significados possíveis, destacam-se dois mais relevantes neste momento: um de sentido literal “dar pancadas em (objeto ou pessoa)” (AULETE, 2021, s/p) e um de sentido figurado “repetir inúmeras vezes; repisar” (MICHAELIS, 2021, s/p). Já de *bota*, seleciona-se o seguinte sentido literal: “calçado de couro, borracha ou plástico que cobre o pé e parte da perna, por vezes cobrindo também parte da coxa” (AULETE, 2021, s/p) e o figurado: “obra feia e malfeita” (MICHAELIS, 2021, s/p). Na construção da EI, note-se que foram selecionados os sentidos literais como ponto de partida à aquisição de novos sentidos figurados adquiridos pelo conjunto. É com base nisso que se tece a afirmação nesta pesquisa de que, a despeito de o significado global da EI não resultar da exata soma dos sentidos literais das partes, é evidente que, por meio do exame dos exemplos até aqui arrolados, a convenção de significado adquirida pelo conjunto não é arbitrária, mas baseada em traços semânticos das partes. Traços estes advindos do sentido literal e não do figurado, como se poderia mais facilmente supor. Em outras palavras, alguns aspectos dos sentidos literais das partes fornecem elementos semânticos que contribuem na produção do sentido figurado do conjunto idiomático que, a seu turno, geralmente se diferem do sentido figurado das partes tomadas isoladamente. No caso de *bater as botas*, cujo significado é *morrer*, não se pode dizer que haja qualquer ligação entre a acepção figurada de repetir e de modo malfeito. Por outro lado, investigando a origem da situação que possivelmente

resultou no convencionalismo metafórico, chega-se à hipótese de remeter à imagem de um soldado que, ao cair abatido – morto –, bateria suas botas em última saudação em “posição de sentido” que, dentre outros gestos, implica a junção dos tornozelos e o bater das botas. Entretanto, Urbano (2018, p. 339) registra:

JRF, ao comentar *esticar as canelas*, explica uma trajetória etimológica para chegar a “botas”, dizendo que “*calças* tinha outrora sentido diferente e mais etimológico (como está em Viterbo) e correspondia a vestes e cobertura inferior, ao que chamamos hoje *meias* e *sapatos* ou *botas*.” (...) “*Deixar as calças* era e foi sinônimo de morrer; no francês diz-se *laisser ... ses bottes...* e no italiano *tirar le calze* e ainda em português, no Brasil pelo menos, *deixar ou esticar as botas* (e esticar as canelas) tem o mesmo sentido de *morrer*.”

Seja qual for o real domínio fonte que originou essa metáfora que se convencionou na EI, o fato é que tanto *bater* quanto *bota* remetem aos sentidos literais de cada um desses lexemas e não a seus sentidos figurados e juntos, produzem outro sentido figurado que em nada se liga àquele.

Ainda com apoio das hipóteses de origem da expressão, pode-se concluir que se trata de EI localizada mais ao polo da opacidade, se considerado o *continuum* entre máxima transparência e máxima opacidade, uma vez ter se distanciado tanto de sua motivação que resta apenas especulações divergentes as quais, embora sejam capazes de justificar a metáfora, não podem ser seguramente comprovadas.

No tocante ao significado, trata-se de algo objetivo: *morrer*. A morte, sendo um tabu, possui infindáveis eufemismos e modos de dizer aquilo que nem sempre quer ser dito posto que evoca a finitude, o mistério antônimo à vida. A criatividade da língua cria imagens que tentam captar, explicar, amenizar, humorizar, ironizar um dos grandes temores das culturas ocidentais que veem a morte como fim.

Acerca das características-gerais, as seguintes podem ser identificadas:

- (i) **universalidade:** sendo as EI um fenômeno linguístico universal e sendo o tema da morte igualmente universal, pode-se encontrar, um grande número de ocorrências que figurativiza o fim da vida, em diversas línguas; como não poderia deixar de ser, em virtude das diferenças e semelhanças culturais, o que se verificam são diferentes metáforas utilizadas para tratar do tema. Por exemplo, no inglês, destaque-se: *kick the bucket* que encontra correspondente de forma no português *chutar o balde*. Embora haja exata equivalência de forma (ressalvadas as transposições de uma língua para outra), no inglês a ideia é que “O balde nesta frase pode ser um balde no qual uma pessoa que comete suicídio pode se levantar, chutando-o antes de se enforcar. Outra sugestão é que se refere a uma viga na qual algo pode ser pendurado; no dialeto de *Norfolk*, a viga na qual um porco é abatido era suspenso pelos calcanhares pode ser chamada de *pail*” (SIEFRING, 2004, p. 159). No português, entretanto, a metáfora que a expressão figurativiza é de alguém que se enfurece e

sai chutando o que vê pela frente: “revoltar-se, desistir” (URBANO, 2018, p. 65). Em francês, uma das expressões que remetem à morte é *rendre l'âme*, que, de uma forma mais poética, trata da “entrega da alma” como fim da vida;

- (ii) **polilexicalidade**: a expressão é composta por duas palavras lexicais e uma gramatical;
- (iii) **não composicionalidade**: o significado da EI é não composicional, uma vez que o significado individual das partes se distancia do significado global;
- (iv) **convencionalidade**: a opacidade da EI confirma que o significado emerge de convenção, por meio da qual se associa *bater as botas* à última ação antes da morte;
- (v) **institucionalidade/ uso corrente**: a expressão é consagrada, de caráter notório, e compõe o vocabulário cotidiano;
- (vi) **inflexibilidade / fixidez / gramaticalidade / coesão interna/ unidade sintática**: identifica-se apenas o registro em dicionário da variante *bater a bota*, contudo, os exemplos levantados nos Quadros 19 e 20 trazem exemplos de ocorrências de variantes ocasionais;
- (vii) **unidade léxico-semântica**: o conjunto polilexical condensa um conceito;
- (viii) **figuração (figuratividade) / sentido figurado**: a EI constrói-se por meio de metáfora;
- (ix) **opacidade/ desmotivação x transparência/motivação**: a construção figurada não deixa evidente o percurso que liga a imagem que a motivou ao significado que se convencionou vincular, podendo ser classificada como opaca/desmotivada;
- (x) **proverbialidade**: descreve uma condição do cotidiano;
- (xi) **reproduzibilidade**: a EI referência tem estrutura léxico-semântica que pode ser aprendida e repetida, sem que haja dependência restrita com o contexto discursivo;
- (xii) **propagação e sustentabilidade**: a EI é amplamente utilizada na linguagem do dia a dia, o que também permite que se perpetue;
- (xiii) **informalidade / afetividade / efeito de oralidade**: a EI é informal e ameniza uma condição de difícil trato;
- (xiv) **idiomaticidade**: a expressão possui aspectos de idiomatidade, tendo em vista que se constrói de maneira particular à língua portuguesa.

No que se refere às ocorrências trazidas pelo exemplo, tome-se primeiramente *batendo as botas*. Decat (1999) propõe o conceito de unidade informacional “para a caracterização de certo tipo de orações subordinadas de ocorrência ‘independente’ no português escrito” as quais chama de “orações desgarradas”, isto é, “aquelas que representam opções de organização do discurso, não se caracterizando, portanto, como integradas estruturalmente em outra, e mantendo, com o discurso precedente, uma relação adverbial” (DECAT, 1999, p. 172). Ao constituir-se como parte relativamente autônoma do texto, o título pode ser considerado como uma unidade informacional, uma vez que se apresenta descolado do bloco textual, mas, ao mesmo tempo, vincula-se discursivamente a esse texto que nomeia, condensa e antecipa o conteúdo sequente.

Sendo uma de suas funções atrair o interlocutor à leitura, é comum que os títulos apresentem construções criativas e expressivas, por isso é usual a escolha de EI para essa função, como ocorre no caso em análise – assim como em outras ocorrências já citadas nesta pesquisa – que traz a construção *batendo as botas*.

A construção traz o verbo em sua forma nominal, no gerúndio, que confere valor aspectual progressivo, algo que se estende no tempo (AZEREDO, 2000). Embora possa parecer estranho pensar na morte – e quaisquer que sejam as formas adotadas para expressar essa ocorrência – como um processo progressivo, se tomada como circunstância particular do indivíduo, pode ser considerada como um decurso que, de modo mais estrito, tem início a partir do momento que se nasce e, nesse sentido, é um ato em progresso que se finda com a cessação da vida. Daí fazer sentido pensar-se na morte como um processo contínuo. Tomada coletivamente, assim como nascem pessoas a todo momento, também morrem, de modo que se pode considerar como um ato progressivo ao longo da história da humanidade (e de todos os seres vivos). Conforme destaca Braga (2007, p. 179), “as construções gerundiais também podem ser utilizadas como um artifício para a obtenção da atenção do interlocutor [...]”, o que vem ao encontro da intenção discursiva do título, somada à escolha lexical para isso. Assim, se é possível pensar-se em morte como processo progressivo – *morrendo* –, da mesma forma se pode estender a: *batendo as botas*, *subindo no telhado*, *abotoando o paletó de madeira*, dentre outras. Por fim, por não trazer os dados aspectuais de modo e tempo, o gerúndio, quando desacompanhado de um verbo auxiliar que carregaria esses dados, expressa tão somente a ideia de processo contínuo.

A EI aparece na forma *bateu as botas*, no corpo do texto, para referir-se à morte de Artur Costa e Silva, ex-presidente do Brasil durante o período de ditadura, após o golpe militar de 1964, no período de 15 de março de 1967 a 31 de agosto de 1969, e cujo processo de morte findou-se em 17 de dezembro de 1969. Processo porque dos primeiros sintomas até a morte, houve um longo período transcorrido. Por tratar-se de militar, a escolha dessa EI, dentre tantas outras, parece coadunar-se ao contexto em dois níveis: primeiro porque corresponde ao tom jocoso do texto; depois porque, ao se referir precisamente ao ex-ditador brasileiro, cujo uniforme oficial era composto por botas, estabelece-se uma ligação entre esse elemento extratextual e o texto. Sintaticamente, não há dados adicionais para além do esperado pretérito perfeito do indicativo, denotando ato ocorrido e concluído pontualmente no passado.

Ainda que trate de um tema tabu, o discurso todo se constrói, como dito, em tom jocoso, de modo que *bater as botas* ganha um sentido muito próximo ao significado, qual seja, *morrer*,

porém, com nuances eufemísticas que conduzam à risibilidade, colocando a figura de Costa e Silva, cujo governo deu início à fase mais brutal do período militar, em um lugar quase cômico, assim como as demais figuras citadas na coluna, tirando deles a respeitabilidade indevida. Assim, embora não haja propriamente uma variação de sentido, o que se nota é que o contexto discursivo a EI no discurso trouxe ao sentido notas irônicas e de humor.

As duas próximas ocorrências trazem variações de forma cuja alteração recai sobre o elemento nominal.

Quadro 19 – Bateu as botinhas nipônicas

		Expressão Idiomática referência		
		Bater as botas		
		bater	as	botas
	sentido literal	Dar pancadas em (objeto ou pessoa) (AULETE, 2021, s/p)	*	Calçado de couro, borracha ou plástico que cobre o pé e parte da perna, por vezes cobrindo tb. parte da coxa. (AULETE, 2021, s/p)
Texto 18 – A vida é um upa	sentido não literal	significado da EI referência	morrer (URBANO, 2018, p. 80; MELLO, 2009, p. 84, AULETE)	
		campo semântico de associação/ hipótese de origem	Associa-se à ideia do movimento feito pelas botas dos soldados que, ao serem atingidos, batiam uma bota na outra ao caírem mortos.	
		em contexto discursivo	EI variante	bateu as botinhas nipônicas
			efeito de sentido da EI referência/variante	eufemismo para tratar da morte
			“A vida é um upa [título da crônica] Para Cristiano Castilho, depender de alguém para continuar a viver é pior que morrer. A morte de um velho não é uma tragédia. Missao Okawa tinha 117 anos quando bateu as botinhas nipônicas , na última quarta-feira. Ela nasceu no século 19 e morreu no século 21. Num asilo. Sozinha. Na cadeira de rodas. E longe dos três filhos, dos quatro netos e dos seis bisnetos. Quando o tempo é muito, até o amor padece.” (CASTILHO, 2015)	
			elementos do discurso	“a vida é um upa”; “morrer”; “a morte de um velho”; “Missao Okawa”; “117 anos”
		sentido da EI no contexto discursivo	morrer	

Fonte: elaboração própria

O texto se organiza por meio do gênero discursivo crônica, publicado em um jornal em sua versão digital. Conforme lembra Urbano (2009, p. 96), “as crônicas se caracterizam, entre outros aspectos, por serem textos circunstanciais, ligeiros, leves, fluentes e, sobretudo, moldados em tom coloquial”. A crônica explora o tema da morte na velhice de uma perspectiva

que a coloca como sendo mais do que um aspecto natural da própria vida, mas como algo até mesmo positivo, ao encerrar o “sofrimento silencioso” do corpo em falência em um “prolongamento inescrupuloso da vida”.

O discurso constrói-se de tal modo a mostrar os aspectos negativos de viver uma vida muito prolongada, sujeita às limitações impostas pela idade avançada. Um dos recursos utilizados para amenizar a dureza do tema foi o emprego de uma EI para referir-se à morte de Missao Okawa, aos 117 anos. Apesar de esse recurso linguístico já ser, por si, um eufemismo à “indesejada das gentes”, como nomeou Manuel Bandeira, o autor da crônica empregou recursos para reforçar esse efeito.

Desse modo, *bater as botas* foi ainda mais amenizada para *bater as botinhas nipônicas*, sendo esta uma EI variante ocasional, tendo em vista que as mudanças decorrem de necessidades locais. Ademais, embora se mantenha evidente a motivação que a liga à expressão da qual deriva, sendo possível identificar facilmente sua descendência, a variante é também opaca se considerada em relação à metáfora de origem.

No tocante à forma, não houve substituição do elemento, mas tão somente a flexão de grau. Nesse caso, a adoção do diminutivo, ao mesmo tempo em que parece fazer uma alusão literal a um dos possíveis calçados da senhora, também traz à estrutura um atributo afetivo, além de contribuir para construção de uma imagem de delicadeza e fragilidades que se espera de uma idosa mais do que centenária, que não calçaria botinas de soldado, mas graciosas botinhas. Ademais, acresceu-se o adjetivo pátrio *nipônicas* que especifica, particulariza e ancora a referência àquela sobre quem se trata: a senhora Missao, de origem japonesa, ao que tudo indica.

Mais uma vez, nota-se o efeito que o contexto discursivo pode provocar em EI. Evidentemente, nesse caso em análise, não seriam obrigatórias quaisquer adequações, até porque, o significado não se altera, mas a EI parece se assentar mais apropriadamente ao contexto discursivo que a recebe quando passa por esses ajustes. Com base nisso, pode-se inferir, que a adoção da EI não teve tanto o intuito da expressividade, nem tampouco de impacto lexical, mas, como dito, de amenização. Desse modo, a EI, um elemento estranho às associações lexicais, parece imbuir-se de traços que a familiarize nesse contexto discursivo que passa a integrar. Em troca, empresta um colorido que ajuda o discurso a realizar-se de acordo com seu intento.

Ainda sobre a escolha lexical dessa EI em lugar de *morrer* ou mesmo de outras tantas formas idiomáticas de dizer mais ou menos a mesma mensagem, *bater as botas* parece também se

encaixar à figura a quem se refere, criando uma imagem relativamente coerente do bater de delicadas botinhas nipônicas, em lugar de *abotoar o paletó* (ou *o quimono*) *de madeira*, por exemplo.

No que se refere às características-gerais, a EI variante ocasional conserva seu aspecto idiomático, pois deriva de um idiomatismo consagrado pelo uso. Uma vez que a variante ocasional tenha sofrido flexão de grau em um de seus elementos, além da inserção de um especificador, não se pode imputar a essa estrutura, em relação à referência, a característica de inflexibilidade/fixidez. Mantém-se também o aspecto de unidade léxico-semântica, uma vez que o conjunto condensa um conceito, além de trazer um dado semântico de amenização desse conceito. Quanto ao uso corrente, convencionalidade e institucionalidade, assim como ocorre em outras variações que se valem de operação sintática acessível e reproduzível – no caso do emprego do diminutivo – seria possível que ocorresse em outros contextos, não considerando o uso do atributivo especificador, muito particular ao contexto discursivo que suscitou esse elemento. Ademais, por se tratar de forma muito próxima à versão original, é aceitável considerar a possibilidade de reproduzibilidade, propagação e sustentabilidade, tendo em vista que, desconsiderado o gentílico, a variação não se limita e vincula apenas ao contexto que a originou. A variante ocasional é polilexical, reforçada pela inserção do adjetivo pátrio. Além disso, conserva seu caráter figurativo, uma vez que se dá por meio de metáfora. É informal e proverbial porque, além de conservar seu caráter notório, descreve de modo coloquial uma situação cotidiana.

Por fim, pode-se dizer que a variação não altera o significado essencial que corresponde a *morrer*, entretanto, o uso do diminutivo na variação acrescenta não apenas um dado de afetividade e amenização, mas também representa a fragilidade da pessoa idosa que, juntamente com o especificador *nipônica* reforça a ligação com o referente, coadunando-se ao ambiente discursivo. O sentido, assim, mantém-se tal qual o significado “morrer”, mas envolto nos citados efeitos de sentido.

A próxima ocorrência traz registro semelhante ao recém analisado, no entanto, o efeito produzido difere-se sutilmente deste em virtude das informações trazidas pelo contexto discursivo.

Quadro 20 – Bateu os scarpins

		Expressão Idiomática referência		
		Bater as botas		
		bater	as	botas
	sentido literal	Dar pancadas em (objeto ou pessoa) (AULETE, 2021, s/p)	*	Calçado de couro, borracha ou plástico que cobre o pé e parte da perna, por vezes cobrindo tb. parte da coxa. (AULETE, 2021, s/p)
Texto 19 – Anna Nicole movie	sentido não literal	significado da EI referência	morrer (URBANO, 2018, p. 80; MELLO, 2009, p. 84, AULETE)	
		campo semântico de associação/ hipótese de origem	Associa-se à ideia do movimento feito pelas botas dos soldados que, ao serem atingidos, batiam uma bota na outra ao caírem mortos.	
		em contexto discursivo	EI variante	Bateu os scarpins
			efeito de sentido da EI referência/variante	humor, descontração para tirar o foco do assunto tabu
			“Lembraaaam da Anna Nicole Smith ex kenga stripper que casou com um vovozinho ficou milionária com o dinheiro dele e morreu ano passado deixando uma nenezinha liiinda?! Então, mal a moça “bateu os scarpins” e já tão ganhando dinheiro às custas dela! O filme já tinha sido comentado, mas só agora saiu o trailer da obra prima estrelando Willa Ford (ex projeto de Britney Spears).” (COUTINHO, 2008)	
			elementos do discurso	“ex- kenga stripper”; “ficou milionária”; “moça”
		sentido da EI no contexto discursivo	morrer	

Fonte: elaboração própria

O texto organiza-se por meio do gênero discursivo *post*, publicado em um *blog* que aborda temas variados sobre moda, beleza e *lifestyle*, na seção de “fococas internacionais”. O texto propõe-se a noticiar uma informação e o faz em apenas dois parágrafos curtos. Embora escrito, o texto é permeado de características típicas da oralidade (URBANO, 2006), tais como: tendência de frases curtas, simples ou coordenadas, de sintaxe pouco elaborada; encadeamento textual realizado por meio de marcador conversacional (Então); prolongamento vocálico (Lembraaaam, liiinda); corte de palavra (-tão ganhando); simulação de estratégia de reformulação (ex ~~kenga~~ stripper); e uso de EI (*bateu os scarpins*). Todas essas marcas conferem ao texto efeitos de humor, proximidade, intimidade como se a autora estivesse conversando com pessoas de seu círculo de amizades.

Considerando a tipologia estabelecida, a forma *bateu os scarpins* pode ser classificada como sendo uma EI variante ocasional, visto que a modificação ocorre para atender a uma intenção discursiva local. Isso se dá por meio da substituição do elemento *botas* por *scarpins*⁴² que cria uma vinculação lexicalmente marcada entre um sujeito socialmente situado e o predicado, trazendo para a expressão um elemento mais próximo da realidade desse sujeito. Note-se que o processo metafórico de construção da EI referência que era conceitual adquire um aspecto episódico ao ter um de seus elementos alterados para um que identifica a pessoa a quem se refere, assim como visto no exemplo anteriormente analisado. Com efeito, acrescenta-se assim uma camada afetivo-conotativa ao tratar da morte de Anna Nicole Smith, mas também parece marcar a intenção de não repetir o uso do verbo *morrer*, já empregado no parágrafo anterior “morreu ano passado deixando uma nenezinha liiinda”, o que empresta mais criatividade no texto e certa marca de elaboração prévia, fazendo desse um texto híbrido com marcas de oralidade e escrituralidade (URBANO, 2011).

Segundo o princípio da não composicionalidade, as EI não devem ser interpretadas tendo em conta cada um de seus componentes semânticos, portanto, elas só podem ser consideradas unidades lexicais complexas e completas, ou seja, fornecidas antecipadamente com um significado a elas associado por convenção (ANSCOMBRE, 2011). Embora prevaleça e se conserve esse princípio mesmo nas estruturas variantes, uma das implicações da não composicionalidade, associada à unidade sintática seria que disso resultaria a impossibilidade de variações paradigmáticas. Neste ponto, contudo, já é possível reconhecer que, ao menos nas EI do português falado no Brasil, essas estruturas consagradas abrem-se a variações perfeitamente compreensíveis, graças à herança marcada e que podem afetar, em maior ou menor escala, seu sentido, uma vez que se acrescentam camadas semânticas, trazidas por esses novos elementos substituídos ou acrescentados.

Em exemplos anteriores, pôde-se verificar os efeitos produzidos por essas alterações no sentido global da expressão ou dando-lhe nuances apenas. No grupo em análise, porém, as três ocorrências conservaram seu sentido próximo ao significado, sendo que as alterações vistas em *bateu as botinhas nipônicas* e *bateu os scarpins* tão somente personalizam e pessoalizam a expressão, como se o elemento nominal tivesse como função estabelecer essa ligação semiótica e extratextual entre sujeito e predicado. Note-se que esse traço pessoal pode ser verificado

⁴² Um tipo de sapato feminino fechado, que pode ter bico fino, quadrado ou redondo e salto de alturas e espessuras variadas.

também em: (i) “[...] Neymar foi se enfraquecendo no mundo do esporte. [...] Em fins de 2018, depois de longas tentativas para parar de cair, não resistiu à SCA [Síndrome da Cambalhota Adquirida] e bateu as chuteiras” (AQUI JAZ/ OBTUÁRIOS, 2018, *grifo nosso*); (ii) “bateu os mocassins???” [título de *post* de um *blog* que noticiava a morte cerebral do estilista Clodovil Hernandez] (DESATRELÂNDIA, 2009).

Entretanto, uma vez alterada a forma canônica, fica instaurada a maior vinculação com o contexto discursivo que irá, inclusive, determinar, se a estrutura é figurada ou literal, como ocorre em: “– O que foi? cessou *batendo as pantufas* no chão, ainda se encontrava de pijama e não era uma escolha [...]” (RAPOSARED1967, s/d). Neste caso, fica evidente, por meio do contexto discursivo, que se trata do sentido literal, o ato de tocar os calçados no chão, sem qualquer alusão à morte. Já na ocorrência em destaque no Quadro 20, *bateu os scapins*, em virtude da substituição ocorrida e da consequente maior aproximação da imagem com a realidade da pessoa a quem se refere, a EI resultante desse processo, realçada por aspas, indica e reforça – já que o lexema *morte* já havia sido empregado – que se trata de aplicação figurada do conjunto.

Quanto à motivação, pode-se considerar que se trata de construção transparente se considerada a ligação evidente que se conserva com a EI referência da qual descende. Não obstante, sendo esta última opaca, a variante ocasional também herda a desmotivação em relação à metáfora que deu origem à expressão.

Sintaticamente, é possível observar que o verbo da expressão se apresenta no pretérito perfeito do indicativo, denotando que se trata de ação iniciada e concluída. Contudo, a conjunção adverbial *mal* que antecede a expressão – “mal a moça ‘bateu os scarpins’” – acrescenta um dado que “permite a variação interna do tempo que constitui o aspecto verbal” (AZEREDO, 2000, p. 148). Isso provoca um efeito no sentido global do discurso, tendo em vista que marca um posicionamento opinativo valorativo por parte da autora em relação aos fatos que decorreram logo após a morte de Anna Nicole Smith. Isso reforça o tom de intimidade estabelecido e revela o vivenciamento ativo do eu como atividade axiológica (BAKHTIN, 1997)

No tocante às características-gerais, a forma variante conserva seu aspecto idiomático. Ainda que o contexto discursivo forneça dados à construção do sentido, primeiramente é preciso que a vincule à EI referência. Em certa medida, em um nível semântico e não gramatical, é possível que a variação possa ser considerada também como forma de flexão de gênero, assim, *botas*

		em contexto discursivo	efeito de sentido da EI referência/variante	hipérbole e personificação para tratar de um dano definitivo a um equipamento
			“@Nathalia, A diferença de classe é a velocidade de leitura e escrita do cartão sd(classe 10= 10mb/s, classe 4= 4mb/s). A memória interna do aparelho é considerada classe 10, por isso senti deiferença quando mandei os apps pro cartão sd que comprei que é um classe 4. Pesquise na internet "cartão sd classe 10" que você verá que normalmente eles são coloridos e vem umas palavras tipo ultra/super, etc./ @GatoHerus Comprei o meu logo que estava disponível para venda no site da fastshop, paguei 940 em 10 parcelas. A principio não queria ele branco não, mas como meu celular bateu as botas precisei comprar ele rápido, mas hoje até gosto dele branco, é bonito.” (sic) (TAZTUMAS, 2012)	
			elementos do discurso	“não queria ele branco não”; “precisei comprar ele rápido”
		sentido da EI no contexto discursivo	quebrou; parou de funcionar; danificou-se de modo irreversível	

Fonte: elaboração própria

Neste exemplo, verifica-se outro tipo de possibilidade de variação: a de sentido, sem influência de qualquer alteração da forma, em função do contexto discursivo no qual se insere. Nesses casos, a partir do significado, somado a informações do contexto discursivo, a EI ganha uma nova acepção, ampliando seu halo de significações, seu campo semântico. Em virtude de não haver variação de forma, também não se preencheu no Quadro 21 a linha “EI variante” e, na análise que segue, não serão abordadas as características-gerais, já que não há intervenção formal, mas tão somente semântica.

O texto no qual se insere a EI organiza-se sob o gênero discursivo comentário *on-line* registrado em um fórum de discussão. Os fóruns, a seu turno, são um gênero que, segundo Marcuschi (2005, p. 56) não possuem temas fixos, “mas existe algo assim como um enquadre geral de temas que podem ser falados pelos participantes dessas listas. Elas não são definidas pelos números de participantes e sim pela natureza da participação e pela identidade do participante”. Outra característica que define o gênero é que os participantes são identificados “[...] ou pelo seu nome ou pelo endereço eletrônico” (MARCUSCHI, 2005, p. 56). Os fóruns prestam-se à discussão de temas (denominados tópicos) estabelecidos por quem dá início à troca de ideias. No caso em análise, o tópico propõe a discussão e manifestação de opiniões acerca de um novo modelo de telefone celular. Dentre os comentários, destaca-se aquele que traz a EI em análise. No que concerne ao discurso, é sabido que os comentários mantêm forte relação de interdependência com a unidade discursiva que comenta, mas também com outros comentários.

O destaque, além de ser uma resposta a um comentário anterior, conserva a ligação com o tema proposto pelo tópico e constrói-se por meio de dois parágrafos que são respostas, cada qual uma resposta a outros dois comentários, identificados pelos vocativos antecedidos por @, de modo que cada um dos interlocutores possa saber que recebeu uma resposta. Apesar de conciso, “o comentário, por mais curto que seja linguisticamente, será um gênero porque revela o acabamento do todo, ou seja, o acabamento composicional marcado externamente pela alternância dos sujeitos, isto é, pela possibilidade de construção de outro enunciado” (SANTOS, 2018, p. 159) e assim os comentários não apenas se encadeiam com o tópico, notícia ou quaisquer textos de origem, mas também entre si.

De modo geral, o tema centra-se em um modelo de celular, do que se pode concluir que ao utilizar a EI *bateu as botas*, não se faz referência à morte como cessação da vida humana ou de outros seres vivos, a menos que houvesse um desvio do tema, o que não é o caso. Ao verificar o sujeito a que se liga a EI, tem-se *meu celular*, portanto, objeto inanimado desprovido de vida. Morte e vida ligam-se, em um primeiro nível, por oposição: a morte é, por excelência, a ausência de vida. Todavia, o conceito de morte pode ser muito mais abrangente e seu campo semântico registra inúmeros significados, dentre os quais Aulete elenca: “cessação definitiva da vida ou da existência; o desaparecimento ou o fim de qualquer coisa; dor acerbada, grande pesar ou sofrimento; destruição, perdição, termo; ruína; divindade mitológica representada por um esqueleto humano armado de uma foice”. No baralho de tarô, que reúne em suas 78 cartas os arquétipos da vida humana, a carta da Morte representa “a figura permanente e final do ciclo da vida. Quando mudamos, uma nova atitude ou circunstâncias novas podem surgir, mas o caminho anterior está morto e nunca mais voltará à forma original” (SHARMAN-BURKE; GREENE, 2012, p. 80). A morte, portanto, não trata apenas do fim da vida, mas se constitui, em muitos outros níveis, como metáfora conceitual de fim de ciclo – que pode ser inclusive ser o da própria vida – para o início de outro, mudança de paradigma em relação ao *status* anterior.

Em virtude da riqueza conceitual da temática, não apenas o campo semântico apresenta vasta quantidade de elementos, mas também o campo lexical, composto por lexemas em sentido literal, como *falecer* e *sucumbir* e tantos outros em sentido figurado como *expirar*, *partir*, *bater as botas*, *subir no telhado*, *abotoar o paletó de madeira*, *esticar as canelas*, *cantar para subir/descer*, *fazer a passagem/travessia*, *dormir o sono eterno*, *comer capim pela raiz*, *ir para a última morada*, *entregar a alma a deus/ao diabo*, *ir às malvas*, *ir às favas*, *ir para a cova*, *ir para a terra da verdade*, *ir para o beleléu*, *virar estrelinha*, *deixar a vida*. Por extensão, pode-se entender que, ao integrar o campo lexical da morte, cada um desses lexemas passa a designar,

além do conceito de cessação de vida, também os demais que compõem o campo semântico, guardados os devidos limites contextuais. Isto é, uma EI como *bater as botas* tem como significado primeiro *morrer*, como inclusive registram os dicionários (URBANO, 2018; MELLO, 2009; AULETE; MICHAELIS), mas carregam a potencialidade de todo o campo semântico como herança léxico-semântica.

Diante disso, é possível asserir que embora um telefone celular seja um objeto inanimado, ao estender o entendimento de que, ao danificar-se de modo definitivo, o aparelho *morreu*, podem-se utilizar as EI designativas de morte: meu celular *bateu as botas*, *esticou as canelas*, *virou estrelinha*. Nesse caso, o sentido adquirido pela EI no contexto discursivo abordado no Quadro 21 passa a ser algo como “quebrou-se de vez; parou de funcionar; danificou-se de modo irreversível”. Diferentemente do que ocorre em: (i) “foi aí que Judas jogou fora as botas (pode-se dizer que *bateu as botas* pq de certa forma renasceu), botou as 30 moedas na lata dos cegos e saiu de rolê como um homem livre porque tinha acabado de aprender a ética avassaladora do amor pela causa” (sic) (WHITEMAN, 2012), cujo sentido adquirido no uso, neste contexto discursivo específico, passa a ser o de morte simbólica, como encerramento de uma etapa da vida para um recomeço; e em (ii) “Tá tudo meio ~morto~. A copa já *bateu as chuteiras*, é hora de ‘reanimar’ as coisas! Alguém a fim de episódio novo? (PODTERROR, 2014, *grifo nosso*), cujo sentido passa a ser de chegar ao fim, encerrar-se. Esses exemplos adicionais corroboram a ideia de herança semântica e vinculação dos campos lexicais e semânticos mesmo por estruturas complexas como as EI.

Note-se que o sentido adquirido se constrói pelo agregado informacional trazido pela estrutura lexical, pelo contexto discursivo e pelo conhecimento extratextual. Com base nisso, é possível assumir que mesmo não havendo variação na forma da EI, o contexto discursivo no qual se aplica será determinante para a construção do sentido, de modo que, *bater as botas* significa *morrer*, mas, no contexto apresentado, vale-se desse significado para acessar seus campos lexical e semântico e então construir o sentido ocasional de *quebrar-se*. Nesta medida, pode-se inclusive asserir que todo sentido seria de certo modo ocasional, pois se vincula ao discurso que, por sua vez, é a materialização da enunciação, manifestação única, na perspectiva bakhtiniana, e reflexo da dialética viva inerente ao ser humano. Por esse ponto de vista, a compreensão entre diferentes interlocutores dar-se-ia no nível das convergências sociais, históricas e culturais dos falantes de uma língua que garantiriam uma comunicação mais ou menos efetiva, mas não garantiria a uniformização do entendimento, posto que cada indivíduo lê o mundo por meio de seus filtros que são únicos. Disso decorre a possibilidade de variação

de sentido mesmo de formas consagradas como EI, assim como pode ocorrer com qualquer outro item do quadro lexical de uma língua.

8.6 Grupo VI – [...] pedra no sapato

Este grupo, diferentemente dos demais, adota apenas um núcleo idiomático como a EI referência, desacompanhado de um verbo básico que a anteceda. Embora essa opção seja um desvio dos critérios metodológicos estabelecidos, o registro de ao menos uma estrutura que aceita a companhia de uma gama bastante variada de verbos é relevante ao estudo das EI. Para isso, este último grupo elege “pedra no sapato” como referência, de modo que a cada um dos quatro quadros será tratado como variante frequente – quando se tratar da manutenção da forma do núcleo somada a um verbo – ou variante ocasional – quando houver alteração da forma do núcleo. Entretanto, vale reforçar que a classificação variante frequente, neste caso, refere-se tão somente a uma escolha metodológica, uma vez que se considera como referência apenas o núcleo, o que implica que qualquer forma que considere o verbo seria uma variante, por extensão do entendimento. Além disso, também será apresentado o registro de duas variantes de forma cuja alteração recai sobre o núcleo, reforçando que o processo variacional pode atingir os conjuntos nucleares, conforme verificado em outros grupos, inclusive.

Essa estrutura usualmente aparece posposta aos verbos *ter*, *ser* e *estar*. Urbano (2018, p. 239) registra a forma nuclear *com uma pedra no sapato*, cujo significado seria “estar em uma situação desconfortável, permanentemente incomodadora, de indecisão, desconfiança, prevenido” e elenca os verbos *ser*, *estar*, *ficar*, *viver*, *andar*, *ter* como possíveis acompanhantes. Mello (2009, p. 219 e 379) registra a forma *pedra no sapato*, a cujo significado se chega após remissivas: “espinha na garganta” → “espinha atravessada na garganta”, para a qual se tem: “coisa, pessoa ou fato incômodo, perturbador”. Aulete, no verbete *pedra*, na relação de formas compostas, registra *pedra no sapato*, em sentido figurado, significando “dificuldade, estorvo, incômodo”, e *ser uma pedra no sapato* “ser um incômodo, um estorvo”. Semelhantemente, Michaelis também elenca duas formas, ambas em sentido figurado: *pedra no sapato* “algo que incomoda constantemente; estorvo” e *com a pedra no sapato* “desconfiado contra qualquer surpresa; abalado ou ressentido por algo”.

A estrutura *pedra no sapato* possui campo semântico amplo, mas, de modo geral, sempre vinculado a algo sobressalente àquilo que seria confortável o que gera, por conseguinte, incômodo, desconforto: em sentido literal (objeto real) ou em sentido figurado (metáfora para aquilo que provoca esse incômodo, desconforto). A diversidade nas possibilidades de significado faz com que o contexto discursivo seja determinante não apenas para a seleção do significado mais apropriado e do sentido (literal ou não literal), mas também para a escolha do verbo que irá encabeçar a expressão, dentre as opções, dando-lhe os traços aspectuais necessários para revelar as intenções discursivas.

É importante observar que estruturas idiomáticas como *pedra no sapato* parecem ter um núcleo semântico tão forte que pode conservar seus traços de significado essenciais mesmo acompanhado de tantos outros verbos. Entretanto, isso não quer dizer que os verbos não acrescentem traços semânticos consideráveis que atuem até mesmo nesse núcleo. Ao contrário, o verbo alimenta e direciona o significado da proposição e contribui para a construção do sentido da EI e do discurso como um todo. Esse processo, assim como outros, corrobora a hipótese da existência de uma interdependência entre o contexto discursivo, a estrutura da EI e a construção de seu sentido.

Em virtude da peculiaridade deste grupo, em relação aos demais, os quatro quadros analisarão, cada um, uma estrutura que parte do núcleo *pedra no sapato*, deixando em aberto o preenchimento do verbo, uma vez que mesmo os dicionários – e não apenas o uso (criativo) – preveem a possibilidade de comportar diversas opções. Serão, assim, analisadas as ocorrências: *tornou-se uma pedra no sapato*; *virar uma pedra na sandália*; *representava – e ainda representa – um pedregulho no sapato*; *andava com a pedra no sapato*. Por disso, a estrutura na linha que traz a EI referência traz a sinalização “[...]”, indicando a disponibilidade de preenchimento com diversos verbos. Mais uma vez, é relevante retomar a ideia da necessidade do verbo para estabelecimento e confirmação do sentido não literal do grupo posposto, pois o sentido de “*achar uma pedra no sapato*” difere-se de “*ser uma pedra no sapato*”. Por outro lado, o contexto discursivo deverá ser acionado para definir essa distinção em casos como “*andar com uma pedra no sapato*”, uma vez que apenas o conteúdo semântico do verbo não dá conta de resolver a questão, assim: “Como estava muito atrasado, teve que *andar com uma pedra no sapato* até chegar ao trabalho e conseguir se sentar para tirá-la dali” ≠ “Ela teve de *andar com uma pedra no sapato* até perceber que o divórcio era a melhor alternativa”.

			são frágeis, morosas ou injustas, mude-se as leis, mas um juiz também tem o dever de cumpri-las, aliás, mais do que isto, é quem deve dotá-las de legitimidade. Se nem estes se sentem coagidos pela força da Lei, como esperar que os demais o sejam? [...]” (sic) (BUGALHO, 2019)
			<div> <div>elementos do discurso</div> <div> “A imprensa é um agente de fiscalização e transparência”; “diante de qualquer deslize, seus abusos e crimes serão expostos”; “A Lava Jato foi a promessa de justiça”; “havia suspeição, questionava-se a ausência de imparcialidade dos julgamentos”; “conversas entre o ex-juiz Sérgio Moro e o procurador da República Deltan Dallagnol realizados pelo portal The Intercept”; “Esta não será a primeira nem a última vez que a missão do jornalismo responsável atravessa os caminhos dos poderosos inescrupulosos” </div> </div>
		sentido da EI no contexto discursivo	entreve; dificuldade (dificultador) que surgiu, algo (alguém) que veio a se configurar como um incômodo

Fonte: elaboração própria

O texto estrutura-se sob o gênero discursivo notícia e a EI figura em seu título. Tendo em vista que o objetivo essencial do título é sintetizar o texto que encabeça e que a EI sintetiza um conceito mais amplo, pode-se dizer que já o título apresenta um discurso – unidade informacional (DECAT, 1999) –, pois “estabelece vínculos com informações textuais e extratextuais, e contribui para a orientação da conclusão à que o leitor deverá chegar” (MENEGASSI; CHAVES, 2000, p. 28). Nesse sentido, o título já traz um posicionamento valorativo que pode influenciar a tomada de posição do leitor acerca do assunto que será exposto. Note-se que mesmo a notícia, teoricamente, não se preste à exposição de opinião – o que estaria reservado aos editoriais e artigos de opinião, elementos como os verificados no título demonstram que o posicionamento valorativo pode aparecer mais ou menos explicitamente, mas, sendo os sujeitos seres socialmente situados, as escolhas de mundo sempre emergem no discurso, sendo a imparcialidade da notícia apenas um mito que não se pode constituir em verdade (BARBOSA, 2016).

A EI referência soma-se ao verbo *tornar-se* resultando na EI variante frequente *tornar-se uma pedra no sapato*. O verbo selecionado é instrumental e, portanto, não faz qualquer exigência quanto à classe e ao conteúdo do sujeito da respectiva oração, além de contribuir para a expressão do aspecto (AZEREDO, 2000). Isso quer dizer que esse verbo é bastante versátil quanto à vinculação a predicados verbais ou nominais, que podem não significar por si sós, emprestando ao predicado as noções de pessoa, tempo, modo e aspecto. Quanto à significação, denota, nesse caso, a ideia de algo que saiu de um estado anterior, resultando em outro: “[...] vir a ser; transformar(-se); fazer sofrer ou sofrer transformação” (AULETE, 2021, s/p). Ligando-se à *pedra no sapato*, constrói-se a ideia de algo ou alguém que já existia, mas, depois

de um dado evento ou motivo, transformou-se/converteu-se em um problema, um incômodo, um obstáculo àquilo que se fazia ou era antes disso. Evoca-se, portanto, a ideia de estado anterior e posterior.

Com enfoque especialmente no conjunto considerado como a EI referência, estas características-gerais podem ser identificadas:

- (i) **universalidade:** uma vez que as EI são um fenômeno universal, é de se supor que outras línguas encontrem maneiras criativas de figurativizar a ideia do incômodo que surge, transforma-se e acaba tomando conta de uma situação. Em inglês, por exemplo, a imagem que metaforiza essa ideia é *a thorn in someone's side (or flesh)* – “uma fonte de aborrecimento ou problema contínuo” (SIEFRING, 2004, p. 290). As hipóteses de origem para tais metáforas são registradas da seguinte forma pelo dicionário: “O espinho ao lado vem do livro bíblico de Números (33:55), ‘aqueles que deixardes ficarem serão picadas nos vossos olhos e espinhos nas vossas costelas, e vos atormentarão na terra em que habitais’. Um espinho na carne cita 2 Coríntios 12:7: ‘E para que eu não fosse exaltado acima da medida pela abundância das revelações, foi-me dado um espinho na carne, o mensageiro de Satanás para me esbofetear, para eu não ser exaltado acima da medida’” (*ibidem*, p. 291). Já o francês utiliza a mesma metáfora que a língua portuguesa: *caillou dans la chaussure*, o que demonstra que, de algum modo, também os recortes metafóricos para condensar uma ideia em sentido figurado podem ser universais ou, ao menos, coincidentes em diferentes culturas.
- (ii) **polilexicalidade:** a expressão é composta por duas palavras lexicais e uma gramatical;
- (iii) **não composicionalidade:** o significado da EI pode ser considerado não composicional porque é do conjunto que resulta o significado, muito embora, em virtude de sua evidente motivação, os sentidos literais das partes alimentam o sentido figurado do todo idiomático;
- (iv) **convencionalidade:** por convenção, mas também por certa lógica, associa-se a presença de uma pedra no sapato a uma situação incômoda;
- (v) **institucionalidade/ uso corrente/:** a expressão possui caráter notório, é consagrada e compõe o vocabulário cotidiano;
- (vi) **inflexibilidade / fixidez / gramaticalidade /coesão interna/ unidade sintática:** conforme mencionado, os dicionários registram formas básicas diferentes e Urbano (2018) enumera alguns dos verbos que podem encabeçar a expressão, demonstrando que o núcleo semântico pode se somar a um grande número de formas verbais que podem alterar mais ou menos o sentido da EI; além desses, veremos que outros podem se ligar à expressão base; ademais, os Quadros 23 e 24 trarão formas variantes que recaem sobre o núcleo base, de modo que, em uso, não se pode assumir a invariabilidade dessa característica;
- (vii) **unidade léxico-semântica:** embora se abra a variações, o conjunto polilexical atua como uma unidade lexical de sentido porque condensa um conceito;
- (viii) **figuração (figuratividade) / sentido figurado:** a EI, claramente, constrói-se por meio de uma metáfora;

- (ix) **opacidade/ desmotivação x transparência/motivação:** a expressão mantém bastante acessível a motivação da metáfora que lhe dá origem, podendo ser classificada como transparente (ainda que possa perder parte dessa transparência dependendo do verbo com o qual se associa);
- (x) **proverbialidade:** descreve uma situação do cotidiano;
- (xi) **reproduzibilidade:** a EI tem estrutura que, mesmo acompanhada de diferentes verbos, pode ser aprendida e repetida, sem que haja dependência restrita com o contexto discursivo;
- (xii) **propagação e sustentabilidade:** a EI é amplamente utilizada; tendo em vista a transparência da metáfora, uso e interpretação são relativamente acessíveis;
- (xiii) **informalidade / afetividade / efeito de oralidade:** a EI acrescenta expressividade às situações as quais se refere;
- (xiv) **idiomaticidade:** mesmo que possa ser verificada forma semelhante em línguas como o francês, a expressão possui aspectos de idiomaticidade, tendo em vista que se constrói de maneira particular à língua portuguesa, valendo-se da figurativização.

Tomando-se apenas o conjunto *pedra no sapato* em sentido figurado, idiomático, pode-se facilmente identificar a motivação da metáfora que, inclusive, se aproxima sobremaneira do próprio sentido literal. Entretanto, junto do verbo e de seus traços semânticos – *tornou-se uma pedra no sapato* –, o conjunto expandido perde um pouco de sua transparência, não chegando ser opaca, mas ao menos não se pode mais visualizar/imaginar tão claramente o processo, pois seria mais improvável que algo, a partir do zero, transformasse-se em uma pedra dentro de um sapato (em sentido literal). Note-se, assim, que a escolha do verbo interfere não apenas na construção do sentido da EI – e, evidentemente, do discurso como um todo –, mas também na relação de aproximação e distanciamento entre domínio fonte e domínio alvo da metáfora.

No tocante aos aspectos discursivos, pode-se dizer que a escolha da EI no título coloca em evidência a ideia de, mais do que ser ou simplesmente se tratar de um obstáculo que pode ser facilmente transposto, aquilo, ou melhor, aquele que *se tornou pedra no sapato* ganha uma dimensão que extrapola “o dono do sapato” e passa a ser o ponto de questionamento à relativa unanimidade que, até então, a Operação Lava Jato tinha frente à opinião pública e a chamada “grande mídia” (BARBOSA, 2016). Há também um efeito hiperbólico à ação de um jornalista em relação aos desdobramentos posteriores. O jornalista Glenn Greenwald, ao vazar conversas que evidenciavam o enviesamento das investigações e julgamentos da referida operação, assim, passa a ser (transforma-se, *torna-se*) um problema, um obstáculo, uma *pedra no sapato* do então juiz do Ministério Público que, pouco depois, viria a se tornar ministro da Justiça – apelidado de “superministro” – do governo do opositor àquele denunciado pela Lava Jato. A escolha do verbo *tornar-se* ressalta a ideia de algo que veio a ser um problema, algo com o qual não se

O texto ao qual pertence a EI estrutura-se sob o gênero discursivo coluna. Barbosa (2016, p. 17) explica que o texto da coluna “[...] possui teor opinativo e é publicada com certa periodicidade em qualquer veículo, impresso ou não, pelo colunista. É conhecida por ser um texto assinado e que possui espaço fixo em um jornal. Costuma trazer assuntos do cotidiano e pode englobar todos os outros gêneros descritos anteriormente”. A coluna em questão destina-se à abordagem dos bastidores do mundo artístico e, valendo-se de linguagem informal, permeada de traços típicos da oralidade, apresenta textos curtos de leitura ágil, subdivididos em diferentes assuntos que tratam de vários episódios dessa esfera da vida, entrecortados por subtítulos que vão direcionando a construção argumentativa. O trecho da coluna que traz a EI foco desta análise instiga certa polêmica trazendo à tona fatos de intriga entre duas celebridades, os quais são contestados por comunicado da empresa envolvida no caso, sobre a qual a coluna apresenta réplica.

É nesse contexto de “pseudopolêmicas” que se aplica a construção *virar uma pedra na sandália*, antecedida de *acaba de*, formando *acaba de virar uma pedra na sandália*. Bechara (2009), dentre as subcategorias verbais arroladas por Coseriu, trata da “fase”, que seria “a relação entre o momento da observação e o grau de desenvolvimento da ação verbal observada”, dentre as quais interessa a “egressiva”, que considera a ação após o término e vale-se da estrutura *acabar de + infinitivo*. No caso em análise, a estrutura é utilizada para denotar instante, momento em que o fato acaba de acontecer. A coluna tem um tom de certo sensacionalismo – “Estilo jornalístico caracterizado por intencional exagero da importância de um acontecimento, na divulgação e exploração de uma matéria, de modo a emocionar ou escandalizar o público” (BARBOSA; RABAÇA, 2002, p. 666) – e a construção, tal como se apresenta, evoca a ideia de fato instantaneamente apurado e repassado ao público. A EI, assim, empresta efeito de expressividade e sarcasmo reforçando a suposta rivalidade – desmentida pelo comunicado da empresa – ao colocar Cicarelli como uma nova concorrente que desbancou Galisteu do protagonismo publicitário da marca.

Além da estrutura verbal, a EI apresenta variação na forma, em relação à referência, ao alterar *sapato* por *sandália*. Resulta disso uma EI variante ocasional, tendo em vista que a alteração ocorre para coadunar-se com o contexto situacional e com o ambiente linguístico no qual se insere, aproximando a construção a elementos presentes no discurso. Esse tipo de adaptação já havia sido registrado no grupo anterior e, tal como verificado lá, esse procedimento não acarreta em alteração direta do significado, mas aparentemente presta-se ao equilíbrio lexical por meio desse jogo de palavras, pois: “Sendo o uso da linguagem lugar de conflito, ele situa também

negociações, modificações, recusas. Isso torna inevitáveis as inovações [...]” (PINTO, 2012, p. 72), mesmo em construções de formas consagradas, conforme se vê.

Método semelhante pode ser identificado em: (i) “Os clubes do interior paulista (leia-se Santo André, Paulista e Marília) são uma pedra na *chuteira* do Sport. Todas as vezes que o Leão enfrenta esses times, acumula alguma decepção.” (ANDRADE, 2006, s/p, *grifo nosso*); (ii) “Este Julian Wilson é uma pedra no *chinelo* do Gabriel Medina!” (SPORTV, s/d, s/p, *grifo nosso*); e (iii) “‘Spartacus não estava mentindo quando falei com ele’, refletiu Crassus. ‘Ele é um homem a ser considerado. Pena não ter sido derrotado naquele dia em Cápua. Seria só história agora, e não uma pedra na *sandália* de Roma.’ [...]” (KANE, 2014, p. 84, *grifo nosso*). Todas essas ocorrências podem ser consideradas EI variantes ocasionais já que as mudanças na forma ocorrem por demanda local, sendo formalmente situada. Em (iii), note-se a coincidência da forma variante ocasional em relação àquela apresentada no Quadro 23, desta vez, em alusão ao tipo de calçado utilizado na época sobre a qual se refere o texto. Esses exemplos confirmariam que as escolhas para produzir inovações nas EI não são aleatórias e mantêm ligações, seja com o contexto histórico, situacional e/ou discursivo, de modo a ancorar essas escolhas que, de certo modo, estabelecem uma manutenção no fluxo lexical.

De volta ao exemplo em foco, pode-se dizer que, na prática, em sentido literal, uma pedra em uma sandália poderia ser facilmente retirada, porém, essa facilidade parece não ser carregada para o sentido figurado, uma vez que o incômodo criado não foi (facilmente) retirado. Nessa perspectiva, fica evidente, pelo contexto discursivo, que a escolha do elemento substitutivo não visa a acrescentar dados semânticos à situação metafórica, mas tão somente, estabelecer uma ligação lexical com o contexto situacional o que, por fim, produz também um efeito de humor à cena. Ademais, as escolhas de verbo e de construção verbal – *acaba de virar* – reforçam a imagem metafórica de mais improvável ligação com a realidade, uma vez ser pouco provável que, do zero se venha a “acabar de virar” uma pedra. Em vista da aparente incoerência criada, pode-se assumir que a variante ocasional ganha traços de opacidade em relação à metáfora, muito embora permaneça evidente a motivação, bem como a ligação com a EI referência da qual desce. Em outras palavras, a escolha do verbo, somada aos aspectos da estrutura composta, interfere não apenas na construção do sentido da EI e do discurso como um todo, mas também impõe certo distanciamento entre domínio fonte e domínio alvo da metáfora, ainda mais se considerada a questão da facilidade da retirada (literal) de uma pedra de uma sandália – tipo de “calçado com solado preso ao pé por meio de tiras” (AULETE, 2021, s/p) e aberto dos lados.

No que tange às características-gerais, a EI variante ocasional conserva seu aspecto idiomático. Dada a alteração de um dos elementos do núcleo semântico, evidencia-se a possibilidade de descongelamento, conservada a ponte léxico-semântica que liga a forma variante àquela que a originou. Mantém-se a particularidade de ser uma unidade léxico-semântica, pois o conjunto condensa um conceito, além de trazer um dado semântico por meio da composição verbal e uma ligação com o contexto discursivo por meio da substituição do elemento nominal. Não tendo havido acentuada alteração no significado, conserva-se a convencionalidade que associa a pedra no calçado – qual seja – à incômodo. Já no que se refere à institucionalidade e ao uso corrente, não é possível assegurar que a mesma forma venha a se tornar uma variante frequente, mas, por meio dos exemplos (i) a (iii), especialmente deste último, foi possível perceber que a mesma variante ocasional pode ser empregada em diferentes contextos discursivos, sob a condição da conveniência. Do que se pode inferir que são possíveis a reproduzibilidade – confirmada pelo exemplo (iii) – e a propagação, sendo a sustentabilidade uma decorrência. A variante ocasional é polilexical, conserva seu caráter figurativo, informal e proverbial.

No contexto discursivo, a EI evoca não apenas a ideia de um incômodo. Mais do que isso, conforme propõe o subtítulo, indica que a sequência de acontecimentos afeta o ego e a imagem daquela que foi supostamente desbancada. Isso sugere a ideia de preocupação, uma vez que a troca de uma por outra parece ter acarretado prejuízo financeiro, além de afetar a exposição e a autopromoção, ações caras às celebridades. Assim, pode-se dizer que o sentido da EI construído no e pelo contexto discursivo é: transformar-se em um motivo de incômodo e de preocupação, com consequente prejuízo financeiro, de modo que os elementos (con)textuais trazem tão somente nuances ao significado essencial.

A seguir, será visitada mais uma variação de forma, para além da escolha verbal, com implicações no sentido.

características de outros gêneros. No caso desta da qual faz parte a EI foco, trata-se de uma coluna com características de artigo de opinião que visa a analisar as “entrelinhas” de acontecimentos políticos recentes à época.

Ao descrever os fatos e as personagens envolvidas, constroem-se posicionamentos de valoração negativa. Embora a linguagem seja majoritariamente objetiva, o texto é permeado de marcas linguísticas mais subjetivas e parciais, além de, por vezes coloquiais seja em construções mais complexas, seja em escolhas lexicais: “malícia, esperteza e acuidade de raposão saltam aos olhos”; “Cunha serviu de bode expiatório”; “atiram Cunha aos leões”; “escondidas - provisoriamente - debaixo do tapete”; “É assim que a banda toca”; “Toma lá dá cá”; “O jogo, no entanto, está no intervalo. O segundo tempo promete forte reação”; “enlameada”; “ladroagem”; “tramoia”. É dentre essas construções que figura a construção “[Cunha] representava – e ainda representa – um pedregulho no sapato”.

Considerando a tipologia, pode-se classificá-la como EI variante ocasional, não apenas pela substituição de um dos elementos, mas também pela maneira de considerar a ação verbal apresentada em dois tempos: pretérito imperfeito do indicativo – conteúdo imperfectivo, não concluído – e presente do indicativo – conteúdo não concluído, localizando a ação em um intervalo de tempo simultâneo ou posterior ao presente, reforçado pelo advérbio de tempo *ainda* que o antecede. Essa composição atende a uma necessidade local do discurso que situa a enunciação que, além de marcar, também confere ênfase à ideia de que ação não concluída, persistente até aquele momento, sem previsão de conclusão, confirmada pelo desfecho do texto “O jogo, no entanto, está no intervalo. O segundo tempo promete forte reação de Cunha...”.

O texto desenvolve-se em torno de três imagens/conceitos principais: (i) fauna e flora – para descrever Eduardo Cunha com características de um animal ardiloso e uma erva indesejada: “Sua malícia, esperteza e acuidade de raposão”; “Cunha é um exemplar da fauna composta de ervas daninhas”; (ii) combate – para colocar Cunha em uma posição de vítima de uma conspiração: “jogou o peemedebista na arena, temperado e ao gosto das feras de plantão”; “atiram Cunha aos leões”; e (iii) jogo – central, para estabelecer a ideia de que os fatos políticos ocorrem como em um jogo (de conspirações): “O nome do jogo”; “Jogo feito, senhores”; “O jogo, no entanto, está no intervalo. O segundo tempo promete forte reação de Cunha...”. Posta a ideia de jogo como central – reforçada pelo título da coluna –, parece justificada e adequada a escolha do verbo que compõe a EI variante ocasional: *representar*, cujo campo semântico abarca grande variedade de acepções:

Ser a imagem ou a reprodução de; figurar como emblema, imagem ou *símbolo*; aparecer em outra forma diferente da habitual; *fazer ou tornar presente ou evidente*; denotar, patentear, revelar, *significar*; dar ares de; *desempenhar papel*, função ou qualidade de; aparentar, figurar; *fazer as vezes de*; apresentar-se no lugar de; suprir a falta de; substituir; *ser procurador* ou mandatário de; ser ministro ou embaixador de; exibir em teatro; *encenar*; desempenhar papel em produção teatral ou cinematográfica; *interpretar*; expor por escrito ou verbalmente; dirigir uma representação; expor uma queixa; oferecer-se ao espírito; apresentar-se. (MICHAELIS, grifos nossos)

Nesse contexto, o verbo parece acionar: *figurar como símbolo, tornar-se evidente, significar, desempenhar um papel (encenar, interpretar), fazer as vezes de*. Assim, Eduardo Cunha seria, ao mesmo tempo, o símbolo, mas também uma encenação de tudo que era – e ainda é (naquele tempo) – problemático ao governo de Dilma Rousseff. Símbolo porque, sendo o presidente da Câmara: “Além do imenso poder político, é o presidente da Câmara quem conduz os trabalhos do Plenário e decide quais propostas serão colocadas em votação. O cargo é o segundo na linha sucessória da Presidência da República, depois do vice-presidente” (VIANNA; NORONHA, s/d). Ele, portanto, representa um grupo e, mais do que isso, preside-o e direciona aquilo que será pautado e votado, o que significa que poderia ajudar ou atrapalhar os planos da então presidenta. Ademais, ao tratar-se de um “jogo”, Cunha também encenaria um papel, no caso, o de nó górdio do governo petista.

A substituição de *pedra* por *pedregulho* também traz algumas implicações semânticas e discursivas à expressão em si e ao discurso como um todo. Primeiramente, ressalte-se que *pedregulho* deriva de *pedra*, o que garante e mantém claro o elo com a EI referência. No que se refere ao significado, “pedra grande; penedo; pequena pedra arredondada que se tira do fundo dos rios; calhau; seixo; grande quantidade de pedras pequenas” (AULETE, 2021, s/p), sendo o último classificado como “brasileirismo” pelo dicionário: “palavra, locução, expressão idiomática ou modismo típicos da língua portuguesa do Brasil”. De certo ponto de vista, seria possível atribuir este último significado se considerar-se que os problemas, incômodos e obstáculos foram se acumulando ao longo do tempo. Todavia, o mais provável é que o lexema tenha sido escolhido como mecanismo gramatical de quantificação morfológica, uma vez que a desinência sufixal nominal *-ulho* denota amontoado, agitação e, por vezes, aumentativo. Esta última designação parece atender à ideia mais popularmente evocada por *pedregulho*. Se por um lado, é possível caminhar com uma pedra pequena no sapato, por outro, é difícil ou mesmo impossível andar com uma pedra grande, um pedregulho no sapato, de modo que a EI variante ocasional passa assim a denotar uma dimensão hiperbólica do entrave que seria um fator praticamente impeditivo da continuidade governista. No discurso, essa nova dimensão

justificaria a dita “tramoia” que teria colocado Cunha no centro das atenções, retirando-se o foco do governo.

Vale mencionar que a ideia de quantificação ou dimensionamento da pedra pode ser utilizada de forma oposta, embora o efeito produzido dependa do contexto no qual a EI variante ocasional se aplica, como se verifica no exemplo a seguir: “KincaJr (15-03-2013 17:47) O que está acontecendo com o orkut, o meu esta deserto?/ LuckinhaSan (15-03-2013 18:29): *Um pequeno pedrisco no sapato*, chamado FACEBOOK!” (sic) (XTIBIA.COM, 2013, *grifo nosso*). Levando-se em conta que pedrisco é “cascalho miúdo, pedras pequeninas” (AULETE, 2021, s/p), seria de se supor que se trataria de um pequeno incômodo, mas o contexto, apoiado por informações extratextuais, indicam que se trata de emprego irônico da variante ocasional que denota o oposto: algo enorme, uma vez que se refere à gigante empresa Facebook.

A EI referência, como dito, é transparente. A EI variante ocasional *representar um pedregulho no sapato*, a seu turno, percorre duas trajetórias. A primeira que a leva à expressão da qual descende e a segunda ao domínio fonte. Em relação àquela, pode-se dizer que a expressão é transparente, uma vez que está evidente sua motivação. Já a esta última, a expressão ganha certa opacidade em virtude dos atributos semânticos trazidos pelo verbo que a acompanha e, por conseguinte, torna a ação mais simbólica, conotativa, figurada do que, por exemplo, *ter/sentir/perceber* um pedregulho no sapato. Ademais, a dimensão atribuída ao elemento que simboliza a situação torna mais improvável a situação literal.

A escolha da EI, diferentemente do que se pode observar em diversos dos demais exemplos arrolados em que essa estrutura estabelece uma ruptura na sequência lexical do discurso, aqui parece coadunar-se com tantas outras escolhas metafóricas e subjetivas. No que tange ao efeito produzido no discurso, além da expressividade, acrescenta efeito de intensidade à expressão de haver grande (enorme) motivo de preocupação representado por Eduardo Cunha. Note-se que não se trata apenas de hiperbolismo, mas, para além disso, da tentativa de demonstrar a magnitude do obstáculo representado pelo ex-presidente da Câmara.

Quanto às característica-gerais, a variante ocasional mantém seu aspecto idiomático, reforçado pelo relativo distanciamento do domínio fonte que o constitui. Uma vez que o elemento substitutivo traz a noção de quantificação, é possível entender que se trata de uma flexão de grau. Ademais, considerando que o verbo que se une à forma de base resulta em alterações nos traços semânticos do significado global da EI, pode-se assumir a abertura para flexibilidade/descongelamento. Mantém-se o aspecto de unidade léxico-semântica, já que o

conjunto condensa um conceito. Uma vez que a forma traz um elemento substitutivo derivado daquele que substitui, não é descartável a ideia de que essa mesma forma possa vir a ser utilizada em outros contextos, até mesmo acompanhada do mesmo verbo. No entanto, não se pode garantir que seu uso possa vir a ser corrente e institucionalizado, por decorrência disso. Por extensão, poder-se-ia entender que a variante convencionalizaria o mesmo conceito acrescido de um grau aumentativo. Por fim, a variante ocasional conserva a polilexicalidade, bem como seu caráter figurativo, além de ser informal e proverbial porque descreve de modo coloquial uma situação cotidiana, ainda que se tenha um traço semântico de quantificação.

Considerando, o contexto discursivo no qual se insere e a forma sobre a qual se apresenta, a EI variante ocasional empresta ao discurso não apenas a subjetividade que se coaduna com outras ocorrências, mas também acrescenta efeito de expressividade ao atribuir mais esse qualificativo à personagem de destaque da coluna. Expressividade esta acentuada pela alteração da forma, o que comprova a ação da intenção discursiva sobre a forma da EI. No que se refere ao sentido construído, a partir dos significados possíveis, somados à forma adquirida – que inclui não apenas um elemento substitutivo, mas também o verbo em duas etapas – os elementos do discurso, seria: alguém que simboliza um agrupado de problemas, um grande incômodo que se perpetuava, tornando-se um empecilho aos planos estabelecidos.

O último quadro, encerrando este último grupo, traz o único registro de ocorrência de uma EI empregada no português de Portugal. Embora se trate de forma utilizada também no português do Brasil, o (con)texto europeu aciona um significado incomum ao uso corrente brasileiro. Este exemplo demonstrará que, mesmo a forma base não sofrendo variação – a despeito do verbo que a acompanha –, o contexto discursivo é responsável por fornecer os elementos que determinarão qual, dentre as opções de significados, é o mais adequado naquele momento.

inerentes ao processo de interação verbal de acordo com as finalidades de cada práxis humana” (CAMPOS-TOSCANO, 2009, p. 35). Conforme mencionado, a ocorrência em análise foi extraída de um romance Português, cuja primeira edição data de 1877, o que traz, além do registro europeu da EI, também um dado histórico de seu uso, demonstrando a perenidade desse tipo de construção linguística.

A EI aparece sob a forma *andava com a pedra no sapato* e, portanto, uma variante frequente, considerando os critérios adotados. Antecede o grupo idiomático o advérbio de tempo *já*, cuja função exprime posição “relativamente a um ponto convencional na linha do tempo” (AZEREDO, 2000, p. 90). No contexto, perde-se o caráter de subitaneidade acional do verbo, de modo que a marcação desse advérbio deixa de ser específica – naquele momento – e passa a expressar anterioridade, um tempo anterior sobre o qual se diz: aquela condição já existia.

Ademais, estando o verbo no pretérito imperfeito do indicativo, marcando conteúdo imperfectivo, “representando o fato como não concluído, situa-o num intervalo de tempo simultâneo a passado ou ainda anterior a futuro” (AZEREDO, 2000, p. 104), reforça-se a ideia de início e conclusão em tempo não sabido. Ainda no tocante às partes que compõem a estrutura, o verbo *andar*, escolhido para acompanhar a EI referência, traz para o conjunto força de ambiguidade. Isso porque, antes que algum elemento discursivo confirme o sentido figurado, pode-se acessar seu sentido literal, tendo em vista que a construção também é denotativa: é perfeitamente plausível – mesmo que incômodo – alguém a andar com uma pedra no sapato. O campo semântico do verbo *andar* engloba os seguintes significados:

deslocar-se (um ser animado) no solo, mediante o movimento coordenado dos membros; dar passos; *caminhar*; percorrer (certa distância, extensão, lugar); usar (certa peça do vestuário); frequentar; tomar parte (em certa atividade por determinado período); ter como companhia, frequentemente ou por hábito; manter relação amorosa (com alguém); atingir aproximadamente (certa idade, quantidade, valor, preço etc.); *comportar-se*, agir, *proceder*; progredir, avançar, prosperar; seguir os trâmites, as etapas naturais ou previstas; transcorrer, decorrer, passar (tempo); apressar-se, aviar-se, despachar-se; maneira de andar; andadura; ritmo em que um processo se desenvolve; andamento; em prédio ou construção, cada um dos níveis superpostos; pavimento; piso; camada (de coisas superpostas); nível ou altura da vegetação; qualquer dos passos ensinados aos cavalos (baixo, meio, esquipado). (AULETE, grifos nossos)

Trata-se, portanto, de verbo bastante polissêmico cujo halo de significações tanto pode se referir a movimento, deslocamento, como a comportamento. Some-se aos significados a ideia de estado trazida pelo verbo e seu aspecto durativo da ação, reforçado pelo tempo e modo empregados na EI em análise, cuja construção, em particular, produz um jogo de ideias até

então não verificado nas demais ocorrências. Isso porque escolhe um verbo que se coaduna semanticamente com um dos elementos da EI – *sapato* – dando uma primeira impressão de ser um sentido literal. Nesse ponto, o contexto discursivo se faz indispensável para: (i) confirmar o sentido figurado da construção; (ii) selecionar qual, dentre os significados possíveis da EI, é o mais adequado ao discurso; (iii) contribuir para a construção do sentido da EI. Quanto à (ii), vale lembrar que mesmo em estado de dicionário as EI podem oferecer mais de um significado e, antes da formulação do sentido, é preciso que se faça essa primeira seleção.

Considerando o contexto discursivo, é possível perceber que a EI traz um efeito de expressividade para descrever o que sentia a personagem referida como “empregado do correio”. Em resumo, João Esteve e Olinda têm um romance – aos moldes do fim do século XIX – ainda em segredo da sociedade, visando a resguardar a boa imagem da moça. João, contudo, por motivo de certas situações, andava enciumado de Olinda. Por isso, em certa noite, apareceu no estabelecimento de sua tia, onde, na parte superior, também morava Olinda. Era um estabelecimento de licorista – um equivalente ao botequim – frequentado por muitos estudantes e trabalhadores. Ao entrar, viu de relance Olinda terminando de subir as escadas que dava para o andar de cima e, ali embaixo, ficou João “afectando de distraído”, surpreso por imaginar que Olinda havia estado entre tantos rapazes. Assistindo à cena, estava o tal funcionário do correio que, aparentemente, notara já anteriormente àquele episódio, indícios de haver um romance entre João e Olinda. Para expressar essa emoção do perspicaz funcionário do correio, usa-se: (*já*) *andava com a pedra no sapato*.

A construção evoca ao menos três possibilidades de sentido: (i) já caminhava com a pedra no sapato (literal); (ii) já vinha sentindo um certo incômodo; e (iii) já vinha com uma desconfiança. São informações e elementos do contexto discursivo que permitem compreender que aquela que melhor se enquadraria à situação discursiva seria a terceira opção, tendo em vista que, como se nota no decorrer do texto, ele não estava incomodado com algo, mas desconfiado de que algo acontecia discretamente.

Embora os dicionários tragam o registro da EI *pedra no sapato* tanto com o significado de problema, obstáculo quanto desconfiança, este último, considerando o levantamento realizado para esta pesquisa, parece não ser mais frequentemente ou facilmente acionado. Ao menos no português do Brasil, parece que a construção preferida para a acepção de desconfiança seria: *estar/andar com a pulga atrás da orelha* – “desconfiar, suspeitar, ter dúvidas de alguém ou de algo” (URBANO, 2018, p. 258). Evidentemente, há de se considerar o recorte diatópico e

diacrônico da ocorrência, o que impossibilita afirmar se prevalece o significado de *desconfiança* para a expressão *andar com a pedra no sapato*, se convivem os dois significados ou se, assim como no Brasil, esse o primeiro foi preterido em favor de *incômodo*.

A despeito da prevalência ou não, outros sentidos podem ser formulados no discurso: “Ninguém está condenado a nada. Tento me lembrar disso toda vez que me pego suspirando por algo que não vai bem. Temos a tendência de *andar com a pedra no sapato*, sofrendo e se irritando, em vez de parar tudo e lidar com o problema” (FARIA, 2008, *grifo nosso*). Conforme se verifica, nessa ocorrência, o sentido, considerando o contexto discursivo, passa a ser de sofrimento voluntário: ao identificar uma pedra no sapato, é possível parar e retirá-la, literalmente. O mesmo também poderia ser feito quando essa pedra fosse uma metáfora para um problema e, ao identificá-lo, seria possível e recomendável que se o resolvesse, para que se pudesse seguir sem esse sofrimento.

Quanto às características-gerais, a EI variante frequente conserva seu aspecto idiomático. A estrutura, considerando o verbo, é transparente porque mantém evidente sua motivação. Contudo, tomando-se especificamente o significado que acionado, pode-se considerar certo grau de opacidade uma vez que a ligação entre domínio fonte e domínio alvo deixa de ser evidente. Ademais, é uma unidade léxico-semântica porque condensa um conceito expansível. Adotada a construção como variante frequente, não se pode considerar pertinente a característica da inflexibilidade/fixidez, posto que notadamente se abre a outras possibilidades morfossemânticas, desde que seja possível estabelecer uma genealogia que a vincule à expressão de origem. Quanto à convencionalidade, cumpre mencionar que, no Brasil, embora seja possível encontrar o significado de *andar com a pedra no sapato* como equivalente conceitual de *desconfiança*, talvez se possa asserir que aqui se convencionalizou, provavelmente por recorrência de acionamento ou associação, à *problema* ou *incômodo*.

A convencionalidade, assim, implica também a escolha que poderá eleger um ou mais significados preferidos dentre outros que podem cair em desuso, como ocorre com lexias simples, comprovando a constante movimentação do léxico de uma língua seja na forma, seja no conteúdo. Também o uso corrente e a institucionalidade podem ser identificados quanto à forma, que se perpetua tanto no Brasil quanto em Portugal, todavia, o mesmo não se pode afirmar quanto aos significados possíveis. A variante frequente conserva a polilexicalidade, a figuratividade, bem como a informalidade e a proverbialidade, pois descreve de modo coloquial uma situação cotidiana – mesmo que acione um significado menos evidente. Por fim, a própria

datação do texto do qual se extraiu o excerto que contém a EI é um indicativo de sua reproduzibilidade, propagação e sustentabilidade ao longo do tempo.

No que diz respeito ao sentido construído, fica evidente que este se dá no e pelo contexto discursivo. Apesar de esta forma ter sido classificada como sendo do tipo variante frequente, notadamente, apenas o verbo escolhido para acompanhar o núcleo semântico tomado como EI referência variou em relação aos demais, de modo que a estrutura de base foi mantida. Entretanto, o que também se pôde verificar em termos de variação foi aquela que recaiu sobre o sentido que emergiu pelo uso.

Talvez, para um leitor português do século XIX, contemporâneo ao texto, a leitura e compreensão do trecho acontecesse em um fluxo corrente e contínuo, associando simultaneamente sequências sonoras/gráficas e a seus significados, incluindo a EI. O intervalo temporal e espacial que se põe entre esse leitor e o leitor brasileiro no século XXI, no entanto, faz com que a leitura – não apenas no trecho que contém a EI, mas em diversos outros – seja detida para que o processo de compreensão possa ser bem sucedido (KOCK; ELIAS, 2012). Com base nos elementos do contexto discursivo, em um primeiro momento, espera-se que se identifique ser esta uma estrutura figurada – uma vez que há homônima literal –, para então, em um segundo momento, buscar a formulação do sentido: não cabendo *problema/incômodo*, mesmo que não se recorra a um dicionário, é possível entender que o sentido produzido é: já vinha tendo uma desconfiança.

Para encerrar a análise deste último grupo, vale destacar aquilo que o diferiu em relação aos demais: um núcleo semântico que ganha atributos por meio dos verbos que o antecede, os quais servem de “molde” ou “matriz” para a construção de sentenças, além de transmitir informações por meio de suas flexões (ILARI; BASSO, 2008). Não apenas neste grupo, mas ao longo de toda a etapa de análises desta pesquisa ressaltou-se de algum modo a relevância de considerar-se o verbo como parte, mais ou menos integrante, mas integrante da EI. Isso porque se entende e se defende que as noções trazidas pelo verbo são relevantes ao direcionamento semântico de uma dada unidade lexical ou conjunto de unidades lexicais. Vale retomar o exemplo já utilizado para ilustrar essas ideias: *ter* um gato é diferente de *fazer* um gato e é diferente de *ser* um gato, que, a seu turno, pode ganhar diferentes sentidos dependendo do contexto no qual se insere – “Aquele rapaz é um gato” ≠ “Miau é um gato”.

Assim, considerando os exemplos arrolados neste grupo, seria possível dispor as ocorrências em um *continuum* que possa demonstrar como a escolha do verbo adotado para acompanhar a

estrutura nuclear pode interferir no acesso à motivação da estrutura resultante. Observe-se, para isso, a figura a seguir:

Figura 12 – *Continuum* transparência x opacidade – verbo + *pedra no sapato*

Fonte: elaboração própria

Dessa perspectiva, a adoção de diferentes verbos para acompanhar um núcleo semântico tomado como EI referência não produziu necessariamente sentidos diametralmente diferentes, mas trouxe diferentes nuances ao sentido. Note-se que, em um nível semântico, parte-se de um núcleo semântico transparente que, ao unir-se a diferentes verbos, ganha informações tais que ajudam a construir imagens metafóricas diferentes que conservaram ou perderam transparência, o que confirma a importância da consideração do verbo para o estudo, análise e compreensão das EI, mesmo que esses não sejam tradicionalmente ligados a elas. Em um nível discursivo, a partir do sentido construído, a expressão poderá ser mais transparente ou mais opaca. Esse é o caso de *andar com a pedra no sapato* que tanto pode ter sentido literal quanto figurado e, neste último caso, significando *problema*, mais transparente, ou poderia ser considerada mais opaca quando significar *desconfiança* ou *dúvida*.

9 ANÁLISE-GERAL

As EI são um tipo de estrutura complexa não apenas no que se refere a sua forma e significado, mas também a seu comportamento no discurso: os efeitos que produzem, o sentido que adquirem, ou as variações que podem sofrer para atender às intenções desse discurso, por vezes, contrariando até mesmo suas próprias características definidoras, são alguns dos fenômenos verificados nas ocorrências estudadas e que reforçam a natureza instigante desses itens lexicais.

Embora a cristalização da forma seja um dos princípios basilares que caracteriza as EI, o levantamento e a análise até aqui realizados foram capazes de demonstrar que esse pode ser um ponto de partida à variação de forma e/ou conteúdo. Se, por um lado, uma dada estrutura figurada pode ser tida como EI quando se cristaliza naquela forma e passa a ser reproduzida como tal, por outro, é a partir dessa estabilidade e regularidade que se abre à possibilidade de variação. Dessa forma, apesar de ser uma unidade sintática, ou seja, de possuir uma estrutura morfossintática estável, em função do discurso (e, por conseguinte, do contexto discursivo), uma EI pode sofrer, conforme verificado, alterações morfológicas seja por meio de substituição, inserção ou supressão de elementos ou mesmo pela alteração de sua sintaxe.

Todas as alterações verificadas demonstram que, apesar de serem tidas como estruturas essencialmente fixas, as EI podem passar por processos variacionais que ultrapassam as meras adequações número-pessoais e/ou modo-temporais, sem que deixem de ser EI e sem que deixem de fazer sentido, uma vez que, de algum modo, mantêm-se pistas capazes de levar à EI de origem. Pôde-se perceber que são justamente a cristalização e a fixidez das formas primitivas – EI referência – que permitem que essas estruturas complexas e figurativas se abram a derivações e reformulações que se desdobram em sentidos diversos alimentados e influenciados pelo contexto discursivo. Ademais, ainda que a forma permaneça tal como figura nos dicionários, o sentido que se constrói em uso pode ser inovador e, até mesmo, particular àquele uso, considerando o contexto discursivo no qual se insere a EI.

Com base na observação das 24 ocorrências do *corpus*, somadas às complementares, citadas ao longo desta tese, foi possível levantar uma série de ocorrências e fenômenos comuns que serão elencadas a seguir.

9.1 Levantamento de fenômenos/ocorrências

Se por um lado, as EI conferem expressividade e outros efeitos ao discurso que integram, por outro, o discurso exerce uma força tal sobre essas estruturas capaz de desafixá-las, a fim de atender às intenções pretendidas por esse discurso. No entanto, essa variação não ocorre de modo desorganizado ou arbitrário, ao contrário, mesmo as variações mais criativas guardam traços de sua genética que permitem o rastreo até a EI de origem. Além disso, de algum modo, passam a ligar-se lexicalmente também àquele discurso que motivou a variação. Desse modo, ao observar as EI em uso, pôde-se perceber que, mesmo quando variam, o fazem dentro de certos parâmetros, ainda que estes sejam de difícil delimitação em termos de abrangência e possibilidades, esta seção relaciona os fenômenos e ocorrências verificados no *corpus*. Contudo, não se pretende que tal levantamento seja exaustivo. O que se propõe é tão somente que este seja um levantamento preliminar com possibilidades de expansões e revisões por pesquisas que deem continuidade a essa linha de investigação.

Primeiramente, pôde-se notar ao menos dois tipos de presença no texto, seja para EI referência, variante frequente ou variante ocasional:

- (i) **EI autônomas** – quando aparecem no texto sem qualquer tipo de explicação sobre seu significado, como estrutura consolidada ou derivada de uma estrutura consolidada e cujo sentido se formula com base no significado da EI referência – no caso de variantes –, no contexto discursivo e no conhecimento do interlocutor;
- (ii) **EI seguidas de paráfrases** – ocorrências seguidas ou antecedidas de paráfrase ou elementos parafrásticos que refazem, explicam ou auxiliam na construção de seu sentido ou conduzem ao entendimento do sentido pretendido, seja por estabelecimento de relação lógica, no caso de paráfrases conceituais, ou relação exata (não introduzindo nuances de sentido) ou relação aproximativa (afastando-se ligeiramente do sentido por meio de uma estrutura comunicativa diferente), sendo estas duas últimas relações do tipo semânticas (paráfrases linguísticas).

Também com base na observação das ocorrências, pôde-se averiguar que as partes que compõem o conjunto idiomático não composicional adquirem sentidos figurados que podem ser mais ou menos ligados aos sentidos literais dessas partes e que, geralmente, são substancialmente diversos dos sentidos figurados das partes. Em outras palavras: os sentidos

figurados das partes não produzem sentidos idiomáticos que, a seu turno, ligam-se em maior ou menor escala ao sentido literal das partes que compõem as EI. As EI produzem outros e novos sentidos figurados para as partes no conjunto, os quais diferem daqueles sentidos figurados consagrados das partes isoladas. Confirma-se, assim que, embora o significado figurado das EI não decorra da soma dos sentidos literais das partes – corroborando a característica da não composicionalidade –, nota-se que o sentido figurado adquirido se liga, de alguma forma, por meio do acionamento de alguns de seus traços semânticos, ao sentido literal das partes.

Além disso, é possível asserir que, de modo geral, embora criem cenas figurativas da realidade, as escolhas dos lexemas que textualizam essas cenas não são aleatórias ou arbitrárias, mas ocorrem considerando ao menos alguns dos traços semânticos literais que produzem sentidos figurados diversos daqueles das partes. Assim sendo, diferentemente do que seria mais naturalmente esperado, o significado figurado global das EI, próprio dessas estruturas, não decorre do acionamento do sentido figurado das partes, mas de novo significado convencionalizado do conjunto que mantém ligação com o sentido literal das partes.

Considerando mais especificamente as EI variantes, verifica-se sempre haver marcas de ligação de forma e/ou conteúdo com a EI referência. No caso das variantes frequentes, a própria frequência e recorrência de uso garantem que o significado seja acessado mais ou menos facilmente, além de contar com a possibilidade de consulta a dicionários, uma vez que esse tipo, assim como as EI referência, é, em grande parte, dicionarizado. Já no caso das EI variantes ocasionais, essas ligações podem ser mais ou menos explícitas, sendo o limite mínimo a necessidade de permitir o acesso à estrutura da qual deriva, de modo que se possa, a partir da EI referência e seu significado, começar a delinear o significado e o sentido da variante.

Com base nas ocorrências, também foi possível averiguar que as EI variantes ocasionais decorrem de necessidades discursivas e somente podem ocorrer graças à estabilidade semântica e morfológica alcançadas pelas EI referência a ponto de poderem se abrir a mudanças na forma e/ou no conteúdo consagrados. Isso quer dizer que, para atender às demandas expressivas de um determinado discurso, uma EI referência é apenas um ponto de partida que pode sofrer modificações para que atinja o grau expressivo esperado para comunicar o que se pretende. Diferentemente da origem das EI referência, que nascem de uma metáfora ou metonímia a partir do mundo, as variantes ocasionais nascem de uma estrutura já figurativizada, gerando um redesenho dessa captura da realidade a partir da sobreposição de imagens metafóricas ou metonímicas, reforçando, suavizando ou alterando alguns de seus traços. Isso implica que a

estrutura variante não seja exatamente nova, primeiramente porque se liga a outra, depois porque não se trata de nova convenção, mas tão somente de um novo olhar sobre essa convenção: uma lente diferente olhando para uma mesma imagem.

Ademais, pode-se dizer que origem, significado e sentido de EI variantes ocasionais nascem em função de uma demanda discursiva local e podem morrer nesse discurso do qual emergem. Em vista de sua efemeridade, as EI variantes ocasionais não poderiam ser consideradas como novas EI, mas tão somente decorrentes/descendentes de uma EI existente e consagrada. Isso não impede que essas estruturas possam se repetir. Porém, em casos mais específicos, a repetição dependeria da reprodução de ambiente linguístico similar àquele que deu origem à variação ou, ao menos, que haja elementos que justifiquem aquela dada forma, ainda que o sentido seja diferente. No caso de alterações lexical e semanticamente mais previsíveis, é possível ocorrer a reprodução em outros textos de uma mesma variante ocasional, mas, apenas o uso corrente garantiria sua elevação ao *status* de variante frequente. Com base nessas inferências, entende-se que, quanto mais específicas forem as alterações, mais vinculadas essas estruturas estarão ao contexto discursivo e, conseqüentemente, menores serão as chances de que a mesma estrutura possa vir a ser reproduzida em outro contexto.

Em virtude da ligação que mantêm com as EI referência, foi possível conceber que as variantes ocasionais têm seu aspecto idiomático fortalecido, uma vez que seu significado se vincula ao da estrutura de origem que, a seu turno, já é idiomático. Vale reforçar que mesmo o sentido de uma EI referência está sujeito ao contexto discursivo para sua constituição, posto que resulta da soma do significado – e, no caso de abranger mais de um, a seleção de um dentre alguns – e dos elementos do discurso que emprestam os traços semânticos complementares.

Se as EI variantes ocasionais surgem em resposta às demandas discursivas, ressalte-se que é graças ao fato de as estruturas das quais descendem serem tão consagradas que se podem abrir a variações de forma e, por decorrência, de sentido. Assim, características como uso corrente, sustentabilidade, reproduzibilidade e convencionalidade podem ser destacadas como sendo as responsáveis não apenas pela possibilidade de variação, mas também pela compreensão da variante. Aliás, compreender uma EI variante ocasional implica: (i) perceber que se trata de estrutura figurada; (ii) reconhecer de qual EI descende; (iii) formular o significado e, então, (iv) chegar ao sentido.

Notadamente, a formulação do sentido de uma EI referência demanda acessar o significado convencionalizado e os elementos do discurso que podem acrescentar nuances. Já no caso de

uma EI variante ocasional, essa formulação ganha uma etapa adicional no percurso que primeiro deve estabelecer a ligação com a estrutura primitiva da qual deriva. Disso decorre que, diferentemente das EI referência, que são mais opacas ou mais transparentes em relação à metáfora que as motiva, as variantes ocasionais podem ter, de modo geral, seu nível de opacidade ou transparência construído em duas etapas. A primeira remete à EI referência da qual descende e a segunda à metáfora à qual se liga, podendo ser: (i) transparente e transparente, respectivamente; ou (ii) transparente e opaca, respectivamente. Considerando o *corpus* principal e as demais ocorrências complementares, não se identificou qualquer ocorrência que fosse opaca e opaca. Talvez a explicação para isso seja a necessidade de que se mantenha evidente a ligação da variante com a referência, ou seja, se não for possível perceber a qual EI referência a variante ocasional se liga, provavelmente a formulação do sentido ficará comprometida.

Embora não se possam estabelecer limites no que se refere aos processos pelos quais operam a formulação de EI variantes ocasionais, com base nas ocorrências arroladas, pôde-se verificar certa recorrência. Assim, as variantes ocasionais podem ser formuladas:

- (i) **por substituição de elementos** – a substituição pode ocorrer em pelo menos um de seus elementos, mas não em todos, de modo que sejam mantidas marcas que permitam a identificação de ligação com a EI referência:
 - (a) **elemento nominal** – a substituição de elementos nominais pode ocorrer por meio do uso de **sinônimos** – mantendo o sentido geral e acrescentando nuances ao conteúdo a fim de atender necessidades locais que pode ser, dentre outras, para estabelecer ligação com o referente ou equiparação nas escolhas lexicais; **antônimos** – estabelecendo uma relação de oposição, negação ou contrariedade do sentido da variante em relação à EI referência; **unidade lexical relacional** – escolha de elemento substitutivo que pertença ao mesmo campo lexical ou campo semântico; ou, ainda, por unidade lexical que não se relaciona com o elemento substituído da EI, mas que possua alguma relação lexical, semântica, referencial ou discursiva com o contexto discursivo no qual a EI se insere;
 - (b) **elemento verbal** – a substituição de elementos verbais pode ocorrer por meio do uso de verbos **sinônimos** – conservando parte do significado original, mas trazendo outros traços semânticos próprios do substitutivo, produzindo, portanto, alterações no sentido; **antônimos** – alterando

significado e sentido, produzindo um efeito de oposição, negação ou contrariedade no processo acional; **contíguos** – dando a impressão de temporalidade, continuidade, movimento à EI. Esse tipo de substituição pode ocorrer tanto nos verbos internos quanto nos externos às EI, isto é, aqueles integram o núcleo semântico da EI e aqueles que encabeçam a EI, cada qual produzindo um tipo de efeito à estrutura variante.

- (ii) **por inserção de novos elementos** – a inclusão de elementos pode ocorrer por uma série de necessidades estilístico-discursivas para produzir diferentes efeitos, para além daqueles provocados pela EI em si, tais como ênfase, precisão, exagero, amenização, gradação, dentre outros, podendo estes ser **nominais** ou **verbais** e ocorrer:

(ii.i) **por motivação sintática** – nesse caso, a EI referência seria submetida a processos sintáticos que implicariam variações e podem ser por:

- (a) **determinação** – dando à EI efeito de especificação por meio de quantificadores, artigos indefinidos e numerais. Conforme verificado nas ocorrências, a ideia de quantificação pode ser alcançada também por meio do emprego de lexemas que emprestem ideia quantificadora à EI;
- (b) **qualificação** – particularizando ou restringindo a significação da EI por meio de lexemas que denotem tais ideias como adjetivos pátrios ou quaisquer outras características que vinculem aquela EI variante àquele ou àquilo a que se liga; ou
- (c) **explicitação** – revelando um tipo de propriedade, por meio de uma marca específica, tomada como inerente àquele conceito que se pretende denotar pela EI variante.

(ii.ii) **por motivação morfológica** – produzindo alterações na forma de um ou mais elementos da EI que implicam variação e, por conseguinte, mudança de significado e sentido. Tais alterações podem se dar por meio do acréscimo de sufixos e prefixos. No caso de sufixos como -inho e -ão, por exemplo, em virtude de serem polissêmicos, o efeito produzido pode resultar em diferentes efeitos semânticos os quais deverão ser analisados em função, primeiramente, da EI e, depois, do contexto discursivo que integram.

- (iii) **por supressão de elementos** – a supressão de elementos pode ocorrer para atender a uma intenção discursiva de deixar um elemento subentendido a fim de intencionalmente produzir ambiguidade ou não deixar determinado, por exemplo, o alvo a que ou quem se refere o conceito trazido pela EI; ou, ainda, pode ocorrer por crença na ideia de que se compartilha o conhecimento da EI em questão com o(s) interlocutor(es). No caso de uma interação oral do tipo face a face, qualquer falha na compreensão pode ser corrigida por solicitação do interlocutor. Já nos textos escritos, corre-se o risco de a EI, cujo elemento foi suprimido, não ser entendida, ocasião na qual o contexto discursivo deverá contribuir para reconstituição dos elementos faltantes, desde que possam ser presumidos ou subentendidos.
- (iv) **por quebra da unidade sintática** – essa movimentação, em virtude de alterar a unidade sintática da EI referência, demanda o conhecimento, por parte do interlocutor, da estrutura original para identificação e compreensão da estrutura variante ocasional. Tal alteração ocorre com intenção discursiva que visa a produzir um efeito que altera o foco original, dando um novo enredo ao processo de construção do sentido que pode diferir sobremaneira do significado da referência, ainda que seus elementos sejam conservados. Pode ocorrer por:
- (a) **movimentação de elementos** – embora as teorias acerca das EI centrem-se em sua unidade sintática, em uso, a partir de uma estrutura consagrada, foi possível observar ocorrências nas quais houve a movimentação de elementos com a finalidade de mudar a topicalização da expressão e, por conseguinte, do discurso.
 - (b) **quebra na estrutura** – também interferindo na unidade sintática da EI, verificou-se que, para que outros elementos do discurso – não necessariamente da EI – fossem postos em destaque ou, ainda, para que o argumento fosse construído a contento, a estrutura idiomática passou por uma fragmentação que desloca seus elementos – até mesmo em orações distintas – de modo que o efeito provocado pelo uso da EI passasse a ser, ao mesmo tempo, de diluição de uma estrutura de construção pré-estabelecida e de destaque para a estranheza provocada pelos elementos incomuns ao conjunto léxico-discursivo total.

Esses processos não ocorrem todos ao mesmo tempo, mas, como visto, podem conjugar-se na mesma ocorrência, sem que se percam os limites mínimos de ligação entre a variante e a

referência, de outro modo, criar-se-ia uma estrutura tão codificada que não poderia ser compreendida.

Embora as teorias diverjam acerca da consideração dos verbos periféricos aos núcleos semânticos idiomáticos como parte das EI, esta pesquisa adotou como pertencentes à EI mesmo os verbos instrumentais, uma vez que carregam informações relevantes à sua aplicação e compreensão no discurso. Assim, quanto ao verbo, foram verificados ao menos dois tipos básicos de ocorrências:

- (i) **verbo integrado à EI** – nesse caso, o verbo possui conteúdo semântico altamente relevante e faz parte da estrutura básica – núcleo semântico idiomático – e quaisquer alterações nesse elemento decorrem de sinonímias que conservam grande parte do significado ou recorrem a alternativas inovadoras que produzem variantes ocasionais com alteração substancial do significado;
- (ii) **verbo periférico ao núcleo semântico idiomático** – nesse caso, o verbo, no geral, possui baixo conteúdo semântico e nem sempre é considerado parte da EI justamente porque não traz informação diretamente idiomática; esse verbo estrutura o predicado sem que seja o próprio predicator; pertence a uma gama relativamente limitada de opções que poderiam ser alterados entre si implicando, entretanto, em mudança no significado da EI que acompanha; disso decorre a relevância de sua consideração como parte da EI; ademais, a despeito do baixo conteúdo semântico, esses verbos periféricos são responsáveis pela confirmação do sentido literal ou figurado da estrutura sequente que acompanham e, portanto, fornecem informações que direcionam o significado e o sentido;

No que tange ao discurso, verificou-se que, muito além de provocar alterações na forma, ele também é responsável por fornecer os elementos que se unem ao significado das EI para produzir o sentido destas últimas. Assim, mesmo quando se trata de EI referência cujo sentido não se distancie demasiadamente do significado, o contexto discursivo sempre será responsável por essa confirmação, além de fornecer indícios que podem dar diferentes nuances de sentido. Ademais, fornecem as pistas que contribuem para a compreensão seja das EI referência das quais não se conhece o significado, seja das EI variantes ocasionais cujo significado deve ser construído localmente para então chegar-se ao sentido.

Por outro lado, as EI conferem ao discurso efeitos de sentido que não poderiam ser alcançados pelos equivalentes conceituais de sentido literal. Pôde-se averiguar que os discursos que contam

com EI dentre suas escolhas lexicais ganham, além da expressividade própria do uso dessas estruturas, uma camada de subjetividade, um traço valorativo mais implícito e indireto, que precisam ser acessados pelo interlocutor para que se possa chegar à compreensão do todo. Essa camada de subjetividade pode, assim, trazer níveis de valoração que ficam mais ou menos evidentes, mesmo em gêneros discursivos dos quais se espera mais objetividade e que serão mais ou menos perceptíveis ao interlocutor. O uso de EI empresta ao discurso uma marca de oralidade que pode resultar em efeitos de descontração, intimidade, informalidade, afetividade que, de maneira mais ou menos deliberadamente intencional, visa a uma aproximação com o interlocutor. Além disso, as EI emprestam efeitos de humor, ironia, sarcasmo, exagero, eufemismo, disfemismo ao discurso. Efeitos estes que não seriam tão eficazmente alcançados por escolhas lexicais mais objetivas e/ou literais.

Por meio da observação e análise das ocorrências arroladas na amostra, foi possível notar que, diferentemente do que se percebe dessas estruturas tomadas em “estado de dicionário”, quando em uso desafixam-se, descongelam-se, variam, quebram-se, movem seus elementos. Evidentemente, é preciso reforçar que o recorte feito limita as hipóteses, inferências e resultados às EI da língua portuguesa falada Brasil⁴³, o que reforça a particularidade própria desse tipo de estrutura a cada comunidade de falantes de uma língua. Embora as teorias mais universais sirvam para caracterizar as EI brasileiras, é preciso que se leve em conta, além das particularidades, também a criatividade dos falantes que, como verificado, atua mesmo em estruturas tidas como congeladas quando postas em uso.

⁴³ Excetua-se a ocorrência registrada no Quadro 25, que utiliza exemplo do português europeu.

__conclusões__

CONCLUSÕES

Esta tese buscou investigar a construção do sentido das Expressões Idiomáticas (EI) – parte da fraseologia de uma língua que atua como um vocabulário figurado complementar na linguagem do dia a dia – e as eventuais relações e implicações que decorrem de sua aplicação no contexto discursivo para a construção de seu sentido. Em virtude do enfoque e abordagem propostos, não se adotou uma única corrente de estudos linguísticos, uma vez que o recorte proposto pode encontrar sustentação em diversas linhas de pesquisa. Assim, ora o estudo se apoia na dialética marxista, posto que considera a produção de sentidos como um processamento social, portanto, vinculado ao sujeito – agente construtor da história; ora também encontra suporte na pragmática funcionalista, ao considerar o uso como um fator determinante para realização da linguagem.

Embora as EI sejam tradicionalmente tidas como estruturas cristalizadas/ congeladas/ fixas, assumiu-se como premissa desta pesquisa que, quando em uso, isto é, quando aplicadas em um discurso, as EI sofrem influências do contexto discursivo no qual se inserem, produzindo alterações em sua forma e/ou conteúdo, em favor dos objetivos pretendidos pelo discurso, que podem ultrapassar as meras adequações número-pessoais, modo-temporais. Ademais, embora as EI “[...] possuam significados estabelecidos que são fáceis de conceber em termos de conceitos semânticos armazenados, eles exploram simultaneamente os sentidos das palavras, a estrutura subjacente ao seu agrupamento em um idioma e, possivelmente, também modelos conceituais [...]” (CACCIARI, 1993, p. 37). Isso porque o sentido não está apenas nas palavras de quem diz, mas também nas palavras que são recebidas e percebidas por quem as ouve/lê, considerando a leitura de mundo inerente ao sujeito. Assim, entende-se que quem diz apenas pode intencionar um sentido, que pode coincidir em maior ou menor medida com aquele elaborado por quem ouve/lê. O contexto discursivo também contribui com dados que constituem uma penúltima camada na estruturação do sentido desse tipo de composição fraseológica complexa, cabendo ao interlocutor o último estágio de sentido por meio de seu processo de compreensão/interpretação.

Diferentemente da maioria dos estudos que tem as EI como objeto e adota uma perspectiva lexicológica e/ou lexicográfica de análise, esta pesquisa enfocou os efeitos, relações e implicações da aplicação de uma EI no discurso. Para isso, a tese organizou-se em duas partes principais: a primeira, teórica, com seis seções, retomou os pressupostos teóricos que

alicerçaram a pesquisa, desde os mais gerais: Lexicologia, Semântica, Discurso e contexto discursivo, até o mais específico: expressões idiomáticas. A segunda parte, prática, com três seções, apresentou a metodologia, aplicação e análise do *corpus*.

Assim, a primeira seção dedicou-se à revisitação e revisão de alguns conceitos e termos abordados ao longo da pesquisa a fim de estabelecer os parâmetros terminológicos que seriam seguidos, uma vez que há grande diversidade de termos por vezes conflitantes entre si. Estabeleceu-se, por exemplo, a adoção de lexema como unidade abstrata do léxico, situando-se no plano do sistema (*langue*) e unidade lexical como palavras dotadas de conteúdo e atualizadas no uso, portanto, situadas no plano do discurso (*parole*).

Em seguida, passou-se a desenhar um percurso que teve início no estudo da palavra – lexema/ unidade lexical –, ente de nomeação da realidade, constituída de significação e sentido, desde as palavras simples até as EI, ente complexo que captura um modo figurado de interpretação da realidade. Dessa feita, a segunda seção dedicou-se à Lexicologia com foco no léxico propriamente dito, isto é, o eixo paradigmático da língua e repositório de idiossincrasias, aberto e em permanente expansão que constitui o acervo vocabular que busca organizar o mundo extralinguístico de uma língua, do qual o discurso se serve para sua realização, que será bem sucedida graças à competência lexical que faz desse um sistema funcional à expressão, envolvendo não apenas o conhecimento de lexemas isolados, mas também seu comportamento e funcionamento aplicado ao discurso.

Por se tratar de um sistema dinâmico, o movimento do léxico faz com que haja a possibilidade unidades lexicais passem do uso ao desuso e vice-versa. Tendo em vista que os falantes de uma língua são sujeitos-agentes, a maneira como usam-na opera como uma força que contribui no processo de perpetuação, (re)elaboração e prescrição de unidades lexicais. Isso constitui um fluxo de permanente criação, ativação, desativação, reativação, conforme as necessidades desses falantes, fazendo com que novos lexemas sejam criados, lexemas existentes ganhem novas acepções – convivendo em concomitância ou uma prevalecendo sobre a outra – ou trazendo ao vocabulário comum de uma comunidade linguística um lexema desusado com o mesmo ou com novo significado.

A seção seguinte trouxe a Semântica à discussão, uma vez ser seu conteúdo é indissociável ao estudo da palavra. A ciência do significado, ao longo de sua trajetória assumiu diferentes perspectivas de investigação. Se o ponto de partida for o lexema, pode-se entender que o referente seria um conceito universal e encontra-se no mundo, sendo externo à linguagem,

isento dos efeitos de quaisquer aspectos históricos, sociais e/ou culturais. Se, pelo contrário, o referente deslocar-se para o falante e sua compreensão do mundo, o significado estaria sujeito a diferentes visões de mundo, evidenciando o ponto de vista ao invés do próprio objeto, resultando em diferentes entendimentos acerca do mundo por diferentes falantes de uma mesma comunidade linguística, por exemplo. Não obstante, a despeito do ponto de vista adotado, a referência deve ser preexistente no universo social, de modo que se possa estabelecer uma comunicação efetiva. Também da perspectiva semântica, não apenas o significado de lexemas deve ser conhecido e compreendido, mas também o do discurso, tendo em vista ser constituído de segmentos significativos que produzem um sentido geral a ser compreendido globalmente.

A correlação entre forma e conteúdo são constantes e, a esta pesquisa, são muito caras, já que as EI nada mais são do que formas individuais que se conjugam por determinados motivos e passam a carregar um novo conteúdo específico a esse conjunto. Em outras palavras, o dinamismo e a adaptabilidade do sistema léxico permitem que não apenas um mesmo lexema adote uma nova acepção necessária que passa a integrar seu halo de significações, mas também que lexemas, em conjuntos próprios, ganhem um significado particular a esse conjunto. Por isso, a quarta seção buscou tratar das “Relações léxico-semânticas”, abordando temas basilares como campo lexical – lexemas que nomeiam um conjunto de experiências correlatas em algum traço de significação – e campo semântico – possibilidades conceituais que um lexema oferece, ao conjunto de possíveis significações; sinônimos – conceitos que possuem vários nomes – e antônimos – ideia de oposição de significados.

O estudo dessas noções teóricas evidenciou a volatilidade a que estão sujeitos os lexemas quando deixam o sistema, em seu “estado de dicionário”, e passam a servir à expressão da linguagem. Essa mobilidade permite, por exemplo, que lexemas de campos lexicais bastante distintos passem a compor um mesmo conjunto se um deles ganha um novo significado em uma EI. Por exemplo, *bota*, pertence ao campo lexical dos calçados, mas também passa a compor o campo lexical da *morte* quando no conjunto *bater as botas*. No primeiro caso, o lexema é tomado em sentido literal – denotativo, constituído pelo significado concebido objetivamente apenas como tal – e no segundo, no conjunto idiomático, passa a ter sentido não literal – ou figurado, conotativo –, que expressa valores subjetivos ligados ao signo, decorrentes de sua forma e função.

Destaque-se que, embora os termos *significado* e *sentido* sejam considerados intercambiáveis por alguns autores, esta pesquisa adotou-os como termos distintos. Por isso, dedicou algumas

subseções ao estabelecimento das distinções, sendo, em suma, o significado tido como uma instância do sistema – *langue* – e o sentido, uma instância do discurso – *parole*. Este último, portanto, parte do primeiro somando-se às informações, traços e nuances do discurso para chegar ao segundo. Portanto, considerando o objeto central desta pesquisa, uma dada EI possui um significado registrado em dicionário que será a base para a construção do sentido quando esta estiver integrando um discurso, levando em conta também aquelas informações e traços semânticos que o contexto discursivo informa.

Abordados os conceitos essenciais acerca dos lexemas de modo abrangente, na quinta seção já havia um cenário teórico suficiente para apoiar a apresentação de algumas teorias, conceitos e características das EI de modo específico. Apesar de compor o vocabulário popular e corrente do cotidiano dos falantes de uma língua, as EI são um tipo de fraseologia de árdua definição. Isso porque, até mesmo as fronteiras entre as diversas fraseologias – EI, ditos populares, provérbio, frases feitas – são de difícil identificação e distinção entre si. Contudo, não sendo objetivo desta pesquisa estabelecer uma definição precisa e conclusa de seu objeto, capaz de pôr fim às divergências existentes entre os estudiosos desse tema, adotou-se como parâmetro um conceito-geral de base, suficiente e eficiente.

Estabelecidos os parâmetros mais gerais que identificam as EI, as subseções ligadas à quinta, ocuparam-se dos detalhamentos de algumas das principais características dessas estruturas, de seus processos de figurativização, de algumas das funcionalidades desempenhadas no discurso, bem como os efeitos de uso que produzem. Ainda, a última subseção dessa unidade trouxe à discussão o aspecto da (relativa) fixidez das EI e, com base no pressuposto de que, ao serem aplicadas a contextos discursivos, tais lexias complexas podem sofrer alterações em sua forma e/ou conteúdo que vão além daquelas previstas como possíveis – adequações número-pessoais, modo-temporais –, apresentou-se uma proposta de tipificação que agrupa as EI em três grupos principais, quanto à sua forma: (i) EI referência – aquela cuja forma foi consagrada, sendo mais canônica e comumente utilizada e, por isso, registrada em dicionários; (ii) EI variante frequente – aquela cuja forma variante, graças à frequência de uso, passou a coexistir com a EI referência e cuja alteração ou alterações de forma traz(em) alguma nuance de sentido; e (iii) EI variante ocasional – aquela cuja forma variante decorre de uma necessidade discursiva local e específica, para atender a intenções e efeitos pretendidos, elaborada com base em uma EI referência ou EI variante frequente, mantendo evidente a(s) marca(s) dessa ligação. Cumpre mencionar que tais ideias são inovadoras e, como tal, estão sujeitas a revisões e aprimoramentos futuros, mas também trazem à luz uma perspectiva de estudo até então muito pouco explorada.

Na sequência, concluindo a primeira parte, a sexta seção tratou de temas concernentes ao discursivo e ao contexto discursivo. O primeiro, de modo geral, tido como a língua em uso que se dá por meio de enunciações concretas realizadas pelos falantes de uma língua as quais, além de ser realizado por alguém, destina-se a alguém. Como consequência desse processo dialógico e de a língua ser um fenômeno socialmente construído por meio da interação verbal, pode-se destacar que todo discurso carrega as marcas ideológicas e intenções daquele que o produz. O contexto discursivo, a seu turno, seria o ambiente verbal pelo qual o discurso se insere na sociedade. É no discurso, por meio do contexto discursivo, que as unidades lexicais adquirem sua dimensão de sentido, de modo que deixem de apenas significar individualmente e passem a integrar um todo semântico-discursivo passível de interpretação e compreensão.

O sentido global do discurso, por sua vez, relaciona-se, dentre outros fatores, com as escolhas lexicais que atendam às intenções pretendidas, feitas a partir de um repertório, levando em consideração não apenas experiências e vivências, mas também a adequação ao gênero pelo qual o discurso será expresso. Assim, a compreensão envolve “o conjunto de procedimentos necessários à articulação significativa das unidades do texto em função de seu significado global” (AZEREDO, 2000, p. 22) e, portanto, elementos de coerência (articulação significativa que depende de algum conhecimento externo ao texto) e coesão (articulação que se baseia no conhecimento das unidades presentes no texto – competência pragmático-textual). Sendo as EI um tipo de estrutura que marca um ponto de ruptura na frequência lexical, seu emprego, por um lado, pode prejudicar o entendimento e a compreensão do texto, caso o interlocutor não acesse o significado da EI, por outro, ainda assim chama a atenção para aquele ponto da construção discursiva cuja compreensão pode ser auxiliada por dados do próprio contexto discursivo, justificando-se, assim, seu emprego em favor da expressividade.

Ademais, a escolha de EI traz consigo marcas de valoração para o discurso, uma vez que são um recorte particular da realidade e acabam por revelar, mesmo que por meio de suas entrelinhas, a visão de mundo de quem as escolhem. As EI, como parte do repertório do falante, são acionadas visando a propósitos não apenas de expressividade, mas também de subjetividade, emprestando ao discurso efeitos de humor, ironia, sarcasmo, exagero, eufemismo, disfemismo. Ao mesmo tempo em que produzem esses efeitos no discurso, as EI sofrem influências em maior ou menor grau pelo contexto discursivo que passam a compor, podendo tais influências atingir tão somente seu conteúdo, agregando-lhes nuances a seu sentido, ou, ainda, motivando alterações em sua forma.

Finda a revisitação aos conceitos basilares, passou-se à segunda parte da tese, cujo propósito foi a aplicação da teoria para confirmação de hipóteses, até então aventadas, por meio da análise da amostra reunida que compõe o *corpus* da pesquisa. Primeiramente, na sétima seção, foram apresentados os critérios utilizados para recolha do *corpus*, considerando o recorte adotado. Assim, em vista dos propósitos da pesquisa, as EI deveriam ser indispensavelmente observadas em uso – de modo que houvesse elementos contextuais discursivos para observação –, optando-se por textos escritos, em sua grande maioria publicados na internet, organizados por meio de diferentes gêneros discursivos, confirmando a amplitude de emprego dessas estruturas quando se visa a efeitos de oralidade. Além disso, deveriam ser de uso relativamente abrangente e, por conseguinte, terem significado conhecido. Após refino da seleção, chegou-se ao seguinte elenco básico: (i) *tirar o cavalo da chuva*; (ii) *a vaca ir para o brejo*; (iii) *ter/fazer cara de paisagem*; (iv) *dar uma colher de chá*; (v) *bater as botas*; e (vi) [...] *pedra no sapato*. A partir desse elenco, foram pesquisadas ocorrências não apenas em sua forma canônica – EI referência –, mas também em variações que poderiam abranger a forma e/ou o conteúdo – EI variante frequente e EI variante ocasional. Chegou-se, assim, a 24 textos, divididos em seis grupos, formados por quatro ocorrências cada: a primeira trazendo uma EI referência, seguida por outras três, podendo ser variantes frequentes ou variantes ocasionais.

Todavia, embora já houvesse uma amostra a ser estudada, considerando o objeto, bem como os objetivos da pesquisa, notou-se a necessidade de instrumental adequado a uma análise que fizesse jus à complexidade das EI. Propôs-se, para isso, um modelo experimental de análise capaz de abarcar e sistematizar os elementos estudados. O referido modelo foi criado com vistas a permitir o desenho de um percurso que considerasse uma EI desde os sentidos literais de suas partes, passando pelo conjunto idiomático, considerando seu significado, campo semântico de associação ou hipótese de origem (quando se tivesse acesso), sua aplicação no contexto discursivo – havendo a possibilidade de ocorrência de variação de forma –, o efeito de sentido produzido e o sentido construído pelo contexto discursivo, trazendo o excerto do discurso ao qual pertence e os elementos do discurso que corroborariam o sentido alcançado.

O modelo, replicado para cada uma das 24 ocorrências do *corpus*, mostrou-se fundamental ao mapeamento desse percurso e permitiu uma visão abrangente do processo como um todo, permitindo que se verificasse, por exemplo, que, embora o significado de uma EI não decorra da soma dos significados de suas partes, as escolhas que compõem o conjunto figurado não são aleatórias e trazem consigo traços de seus sentidos literais para compor um sentido figurado global, a despeito de ser não composicional. Ademais, também foi possível perceber que as EI

variantes ocasionais ocorrem por força do contexto discursivo que, por sua vez, fornece elementos para compreensão e formulação de seu sentido.

Feitas as análises individuais e de cada grupo ao longo da oitava seção, chegou-se à nona e última seção desta pesquisa cujo objetivo foi realizar uma análise-geral, seguida de um levantamento de fenômenos e ocorrências que, de modo geral, ofereceu elementos capazes de corroborar as hipóteses motivadoras desta pesquisa. Desse levantamento destacam-se: os tipos de presença no texto – EI autônomas ou seguidas de paráfrase –, os processos pelos quais operam a formulação de EI variantes ocasionais – por substituição de elementos; por inserção de novos elementos; por supressão de elementos; por quebra da unidade sintática – e os tipos básicos de ocorrências do verbo em relação a sua posição na EI. Além de inferências a que se pôde chegar, nos limites desta pesquisa, deixando margem para a continuidade de investigações.

Ao longo de toda a pesquisa, desde a etapa teórica, quando já foram arrolados inúmeros exemplos de EI, até a etapa prática, que analisou mais minuciosamente as ocorrências que compuseram o *corpus*, bem como aquelas complementares que contribuíram na sustentação dos argumentos construídos, ficou evidente que as EI em uso estão sujeitas a variações em diferentes níveis, desde substituição de elementos por sinônimos ou unidades lexicais pertencentes ao mesmo campo lexical, até aquelas mais engenhosas que inserem elementos à estrutura fundamental ou mesmo que rompe sua unidade sintática, desmembrando a estrutura em diferentes partes ou mesmo etapas. Tudo isso em consequência da aplicação no discurso, para atender às demandas pretendidas pelo discurso. Desse modo, é patente o papel do contexto discursivo não apenas como força motivadora à variação das EI – especialmente as variantes ocasionais –, mas também à própria construção de seu sentido que, a partir do significado – ou do conjunto de significados possíveis –, seleciona o mais adequado e se reveste de nuances informadas pelo entorno discursivo. O processo de compreensão, portanto, torna-se interdependente: é preciso compreender a EI para compreender o discurso, bem como compreender o discurso contribui para a compreensão da EI, especialmente se esta for uma variante ocasional.

Fillmore *et al.* (1988) advogam que inflexibilidade lexical das EI é sua característica central e, por conseguinte, que qualquer substituição acarretaria na perda de seu caráter idiomático. Entretanto, após os estudos realizados nesta pesquisa, pode-se inferir que a forte estabilidade léxico-semântica das EI na verdade permitem, primeiro, que ocorram variações e, segundo, que

essas sejam compreendidas ao se recodificarem com base em uma estrutura idiomática cuja ligação deve ficar acessível. Desse modo, defende-se que uma EI que sofreu variação de forma e/ou conteúdo não perde, mas reforça seu caráter idiomático, uma vez que sua decodificação exige não apenas o conhecimento da EI referência, mas o domínio do idioma para compreender a variante e sua vinculação com o contexto discursivo. Do que se pode depreender que, se as EI, de modo geral, são construções semânticas por natureza, as EI variantes, ocasionais principalmente, seriam construções semântico-discursivas, por conseguinte.

No tocante à proximidade ou distanciamento entre o significado das partes e do todo não composicional, pôde-se perceber que, de modo geral, quanto mais evidentes os traços que o sentido figurado da EI acessa do sentido literal de algum de seus elementos, mais acessível e motivada fica a figuracidade da metáfora ou da metonímia, resultando em um EI mais transparente, sendo que o contrário tornaria a EI mais opaca.

Embora expostas à criatividade, é possível afirmar que as EI não variam ilimitada e arbitrariamente, mas ocorrem de modo lógico, consciente, motivado e justificável no e pelos contextos situacional e/ou discursivo. Entende-se, portanto, que aquilo que deriva de uma EI é uma também uma EI, cuja longevidade e perpetuação na língua pode encontrar restrições mais ou menos acentuadas, na medida da maior ou menor dependência com o contexto discursivo para sua compreensão. Assim, pode-se concluir que as variações: (i) ocorrem para atender a uma demanda do discurso; (ii) possuem alterações que se vinculam semântica e/ou lexicalmente ao contexto discursivo; (iii) mantêm marcas de ligação com a EI referência que deixa acessível a identificação da estrutura da qual se originou; (iv) encontram seu limite na necessidade de manutenção de ligação semântica e/ou lexical com a EI referência.

Estudar EI é encontrar mais perguntas do que respostas, o que torna tão interessante o olhar científico para esse objeto de pesquisa. Embora as fraseologias, de um modo geral, reflitam um recorte da realidade em um determinado momento, é preciso ter clareza que também refratam tantos outros aspectos que ficam de fora desse recorte. Talvez esse fato justifique o impulso pelas adequações da forma às intenções pretendidas quando se formula um discurso do qual fará parte uma EI, uma vez que estas não apenas são um fenômeno linguístico, mas também cognitivo, pois se dão por meio de um processo mental inerente ao sistema conceitual humano.

Talvez, uma análise mais ortodoxa poderia não classificar aquilo que nesta pesquisa se convencionou chamar de EI variante ocasional, uma vez que irrompe as barreiras do congelamento e do idiomatismo consagrado. Mas, o que seriam essas estruturas, então, senão

EI? As EI variantes ocasionais são o resultado de um processo derivacional que parte de uma estrutura complexa, figurada e consagrada e, por meio de mecanismos gramatical, lexical ou semanticamente identificáveis descendem, permitindo que seja estabelecida a ligação entre derivador e derivante. Assim, “[...] pode-se dizer que a produtividade é sistemática e coletiva, ao passo que a criatividade é idiossincrática e particular” (AZEREDO, 2000, p. 49). É por isso que as EI variantes ocasionais, de modo geral, são transparentes em relação a sua matriz de origem, ainda que esta seja opaca em relação a sua própria metáfora de origem. Há notadamente uma relação entre os elementos que substituem ou se somam aos originais, muito embora não se possa prever ou sistematizar as variações. Do que se pode depreender que as EI cristalizadas tornam-se modelos criativos produtivos, geradores de outras EI que podem vir a se consagrar ou não, como qualquer outra formação lexical criativa. Assim, em maior ou menor escala, haverá também uma vinculação e/ou dependência com o contexto discursivo no qual se insere a forma inovadora para construção do sentido.

Por fim, entende-se que esta tese tenha contribuído para o estudo das EI, trazendo para o bojo das discussões aspectos até então pouco abordados. Ademais, espera-se que este seja um ponto de partida para outras abordagens que considerem essas estruturas complexas em uso, uma vez que, como visto, esse movimento do sistema ao discurso provoca evidentes efeitos em ambos: na própria EI e no discurso que a recebe.

____referências____

REFERÊNCIAS

A MENTE É MARAVILHOSA. **A arte de não perder a calma durante uma discussão**. 8 jul. 2020. Disponível em: <https://amenteemaravilhosa.com.br/arte-de-nao-perder-a-calma-discussao/>. Acesso em: 19 mai. 2021.

ABRAHÃO, V. B. B. **Semântica, enunciação e ensino**. 1ª ed. Vitória: Edufes, 2018. [e-livro]. Disponível em: http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/6979/1/Sem%C3%A2ntica,%20enuncia%C3%A7%C3%A3o%20e%20ensino_vers%C3%A3o%20digital.pdf. Acesso em: 09 jan. 2020.

ALVAREZ, M. L. O. Entre (linhas) e palavras: o nível semântico das expressões idiomáticas. In: OLIVEIRA, E. G.; SILVA, S. (orgs.). **Semântica e Estilo**: dimensões atuais do significado e do estilo. Homenagem a Nilce Sant'Anna Martins. Campinas: Pontes Editores, 2014.

_____. Expressões idiomáticas e campos semânticos: significado ana(lógico). **Guavira Letras**. Três Lagoas/MS, v. 14, n. 27, p. 47-61, maio/ago. 2018.

ALVES, F. DE O. **Retextualização**: da escrita para a fala e da fala para a escrita - o caso das atas. Dissertação (Mestrado em Letras). Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (DLCV, FFLCH, USP). São Paulo: FFLCH/USP, 2015. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-29072015-130238/pt-br.php>. Acesso em: 1º ago. 2020.

_____. Efeitos da oralidade na escrita possíveis abordagens para o tratamento da oralidade na escrita. In: LEITE, M. Q. L. (org.). **Oralidade e ensino**. [recurso eletrônico]. São Paulo: FFLCH/USP, 2020a.

_____. Expressões idiomáticas: contribuições e implicações do contexto discursivo para a forma e construção do sentido. In: GONÇALVES-SEGUNDO, P. R. *et al.* **Discurso e poder: teoria e análise**. [recurso eletrônico]. São Paulo: FFLCH/USP, 2020b.

ALVES FILHO, F. “Sua casinha é meu palácio”: por uma concepção dialógica de referenciação. **Linguagem em (Dis)curso**. Palhoça, SC, v. 10, n. 1, p. 207-226, jan./abr. 2010.

AMADO, R. S.; RODRIGUES, R. A flexão do verbo no Português. In: LIMA-ERNANDES, M. C.; CHULATA, K. A. (Orgs.) **Língua Portuguesa em foco**: ensino-aprendizagem, pesquisa e tradução. Lecce-It.: Pensa Multimedia, 2010. p. 45-71.

ANDRADE, M. L. DA C. V. DE O. As escolhas lexicais e o desenvolvimento do tópico discursivo nos diálogos do NURC/SP. In: PRETI, D. (org.) **Léxico na língua orla e na escrita**. São Paulo: Humanitas, 2003, v. 6, p. 103-117.

_____. O gênero crônica e a prática escolar. **Filologia e Linguística Portuguesa**. n. 6, 2004, p. 267-279.

ANDRADE, M. R. Imposto de Renda: a hora de acertar as contas com o Leão. **Blog Conta Azul**. 09 mai. 2016. Disponível em: <https://blog.contaazul.com/imposto-de-renda-a-hora-de-acertar-as-contas-com-o-leao/>. Acesso em: 22 jun. 2020.

ANDRADE, R. Pedra na chuteira. **Blog do torcedor**. 09 set. 2006. Disponível em: <https://blogs.ne10.uol.com.br/torcedor/2006/09/09/pedra-na-chuteira/>. Acesso em: 19 abr. 2021.

ANIME HUNTER. **Pokémon é anime**. Anime Hunter - Anime. s/d. Disponível em: <https://animehunter.com.br/pokemon-e-anime/1489-7-a>. Acesso em: 14 jan. 2020.

ANSCOMBRE, J.-C. Figement, idiomaticité et matrices lexicales. In: ANSCOMBRE, J.-C.; MEJRI, S. (éds). **Le figement linguistique**: la parole entravée, Paris: Honoré Champion, 2011. p. 17-40.

AQUI JAZ/ OBTUÁRIOS. **Neymar Jr. foi fenômeno da bola e da acrobacia**, 15 dez. 2018. Disponível em: <https://medium.com/@obituario/cai-cai-jr-foi-fen%C3%B4meno-da-bola-e-da-acrobacia-75c0eaea5b39>. Acesso em: 18 set. 2019.

ARQUIVO PÚBLICO DE UBERABA. Curiosidades - Termo “Pé-Rapado”. **Arquivo Público de Uberaba**. Superintendência do Arquivo Público de Uberaba. 9 jul. 2018. Disponível em: <https://arquivopublicouberaba.blogspot.com>. Acesso em: 2 ago. 2020.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO. Dr. Antônio, José Borges e Daniel levam a novidade do poço para moradores. **Portal Folha Regional**. 17 jun. 2010. Disponível em: <https://jfolharegional.com.br/mostra.asp?Noticias=6928>. Acesso em: 19 mai. 2021

ASSIS, M. DE. **Memórias póstumas de Brás Cubas**. Obra Completa. vol. I, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, [1880] 1994.

_____. **O alienista**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

AUGUSTO, S. Batendo as botas. Colunista. **O Estado de S. Paulo**. [versão *on-line*]. 17 mar. 2018. Disponível em: <https://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,batendo-as-botas,70002230689>. Acesso em: 05 abr. 2021.

AULETE, C. **Aulete** – Dicionário *on-line*. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/saideira>. Acesso em: 2018; 2019; 2020; 2021.

AZEREDO, J. C. DE. **Fundamentos de gramática do português**. São Paulo: Zahar, 2000.

BAKHTIN, M. M.; VOLOCHINOV, V. N. **Discurso na vida e discurso na arte** – sobre poética sociológica. Carlos Alberto Faraco e Cristóvão Tezza (Trads.). mimeo, [1926]1976.

_____. **Estética da criação verbal**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 10ª ed. São Paulo: Annablume/Hucitec, [1929] 2002.

_____. Problemas da poética de Dostoiévski. 5. ed. revista/ 5ª reimpressão. [Trad. de Paulo Bezerra]. Rio de Janeiro: Forense Universitária, [1963] 2018.

BALAIIO BURITISENSE. Mais um capítulo da saga Roni X Leomar: O strike de Roni Irmãozinho. **Balaio Buritisense**. 14 set. 2020. Disponível em: <https://www.balaioburitisense.com/2020/09/mais-um-capitulo-da-saga-roni-x-leomar.html>. Acesso em: 06 dez. 2020.

BARBOSA, A. (coord. e org.). **Jornalismo em gêneros**: volume 2. [recurso digital]. Eca/USP, São Paulo, 2016. Disponível em:

<http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/126/105/534-1>. Acesso em: 06 abr. 2021.

BARBOSA, G.; RABAÇA, C. A. **Dicionário de Comunicação**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora Campus-Elsevier, 2002.

BARBOSA, M. A. Lexicologia, lexicografia, terminologia, terminografia: objeto, métodos, campos de atuação e de cooperação. In: XXXIX SEMINÁRIO DO GEL. **Anais...** Franca, UNIFRAN, 1991, p. 182-189.

BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37ª ed. [atualizada pelo novo Acordo Ortográfico]. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BENVENISTE, E. **Problemas de linguística geral II**. Campinas, SP: Pontes, 1989.

BERGEN, B. K.; CHANG, N. Embodied Construction Grammar in simulation-based language understanding. In: ÖSTMAN, J.O.; FRIED, M. (eds.). **Construction Grammar(s): Cognitive and Cross-Language Dimensions**. Johns Benjamins, 2005.

BERTONHA, F. H. DE C.; ZAVAGLIA, C. Dinamismo lexical nas redes sociais: contribuições para a Lexicografia. **Calidoscópio**. v. 15, n. 3, p. 407-416, Unisinos, set./dez. 2017.

BIDERMAN, M. T. C. Léxico e vocabulário fundamental. **Revista Alfa**. São Paulo, v. 40, 1996. p. 27-46.

_____. A face quantitativa da linguagem: um dicionário de frequências do léxico do português contemporâneo. **Revista Alfa**, v. 42, n. Esp. São Paulo, 1998, p. 161-181.

_____. **Teoria linguística: teoria lexical e linguística computacional**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001a. [coleção leitura e crítica].

_____. Léxico. In: OLIVEIRA, M. P. P. DE; ISQUERDO, A. N. (orgs.). **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia**. 2ª ed. Campo Grande: Editora UFMS, 2001b.

_____. Unidades complexas do léxico. In: RIO-TORTO, G.; FIGUEIREDO, O. M; SILVA, F. (org.). **Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Mário Vilela**. 1ª ed. Porto, Portugal: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, v. II, p. 747-757.

BLOG DO CORONONEL. **Nem o PT dá mais a mínima para Dilma. Só falta renunciar e ir pra Porto Alegre, tchau!** terça-feira, 24 mar. 2015. Disponível em: <http://coturnonoturno.blogspot.com/2015/03/nem-o-pt-da-mais-minima-para-dilmaso.html>. Acesso em: 13 set. 2019.

BONDE. **Jogos Asiáticos 2018**. Beirada Nipônica. Bonde, 26 de agosto de 2018, 09h04. Disponível em: <https://www.bonde.com.br/blogs/beirada-niponica/calendar/20180826/>. Acesso em: 12 set. 2019.

BORBA, F. S. **Organização de dicionários: uma introdução à Lexicografia**. São Paulo: UNESP, 2003.

BRAGA, M. L.; CORIOLANO, J. Construções do gerúndio no português do Brasil. **Alfa**, São Paulo, n. 51, v. 1, p. 175-187, 2007.

BRÉAL, M. **Ensaio de Semântica: ciência das significações**. [Trad. de Aída Ferrás *et al.*]. São Paulo: EdUC, [1897] 1992.

BRITO, A. M. **Gramática: história, teorias, aplicações**. Fundação Universidade do Porto: Faculdade de Letras, 2010.

BUGALHO, H. Como um jornalista se tornou a pedra no sapato do “superministro”. **Carta Capital**. Opinião. 27 de junho de 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniaao/como-um-jornalista-se-tornou-a-pedra-no-sapato-do-superministro/>. Acesso em: 21 set. 2019.

CACCIARI, C. The place of idioms in a literal and metaphorical world. In: CACCIARI, Cristina.; TABOSSI, Patrizia. *Idioms: processing, structure, and interpretation*. Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 1993.

CALVIN, W. H; BICKERTON, D. **Lingua ex machina: reconciling Darwin and Chomsky with the human brain**. Crambridge, Massachussets/ London, England: MIT Press, 2001.

CAMARGO, M. Fazer cara de paisagem nos livra de muitos problemas! **O segredo**, 25 de fevereiro de 2017. Disponível em: <https://osegredo.com.br/fazer-cara-de-paisagem-nos-livra-de-muitos-problemas/>. Acesso em: 12 ago. 2019.

CAMPOS-TOSCANO, A. L. F. **O percurso dos gêneros do discurso publicitário: uma análise das propagandas da Coca-Cola** [recurso online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/pr4v9/pdf/campos-9788579830112-02.pdf>. Acesos em: 01 mai. 2021.

CASTILHO, C. A vida é um upa. **Gazeta do povo**, 04 de abril de 2015. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/caderno-g/colunistas/cristiano-castilho/a-vida-e-um-upa-dmygpgj3263h1jfzr131h8j2y/>. Acesso em: 18 set. 2019.

CELCE-MURCIA, M. *et al.* Communicative Competence: A Pedagogically Motivated Model with Contents Specifications. **Issues in Applied Linguistics**, v. 6, n. 2, p. 5-35, 1995.

CHARTIER, R. **A Aventura do Livro** – do leitor ao navegador. São Paulo: Unesp, 1998.

COELHO, B. J. Antônimos – mais do que palavras de sentidos contrários. **Linguagem** – Estudos e Pesquisa. v. 8-9, UFG – *Campus* Catalão, 2006, p. 42-83.

COMUNIDADE SONIC RAINBOW. **Prova digital e o ENEM**, 03 de julho de 2019, 05h31. Disponível em: <https://sonicrainboom.com.br/Thread-Prova-Digital-e-o-ENEM>. Acesso em: 12 set. 2019.

CONTEÚDO ESTADÃO. 'A vaca foi para o brejo', diz Roberto Requião após denúncias contra Temer. **Época Negócios**. 17 mai. 2017. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2017/05/epoca-negocios-a-vaca-foi-para-o-brejo-diz-roberto-requiao-apos-denuncias-contratemer.html>. Acesso em: 06 mar. 2021.

CONTIERO, E.; FERRAZ, A. P. A neologia de empréstimos na LDP: uma abordagem a partir dos atos discursivos. In: SIMÕES, D.; OSÓRIO, P. (orgs.). **Léxico: investigação e ensino**. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2014.

CORPAS PASTOR, G. **Manual de fraseología española**. Madrid: Gredos, 1996.

CORREIA, M. Homonímia e polissemia: contributos para a delimitação dos conceitos. **Palavras**. nº 19, Lisboa: Associação dos Professores de Português, 2000, p. 57-75.

COUTINHO, C. Anna Nicole movie. Fofoca Internacional. **Garotas estúpidas**, 05 de março de 2008. Disponível em: <https://www.garotasestupidas.com/anna-nicole-movie/>. Acesso em: 18 set. 2019.

CRUSE, D. A. Polyssemy and related phenomena. In: SAINT-DIZIER, P; VIEGAS, E. (eds.). **Computational lexical semantics**. Cambridge, United Kingdom: Cambridge University Press, 1995.

_____. **Meaning in language** - an introduction to semantics and pragmatics. UK: Oxford University Press, 2000.

CUNHA, D. A. C. Reflexões sobre o ponto de vista e a construção discursiva de comentários de leitores na web. **Revista Investigações** - Linguística e Teoria Literária, v. 25, n. 2. Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco. Pernambuco, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/INV/article/view/338/283>. Acesso em: 05 mar. 2021.

_____. Reflexões sobre o ponto de vista e a construção discursiva de comentários de leitores na web. In: **Comentários na internet**. 1 ed. Imperatriz: UDUFMA, 2014, p. 11-22.

CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. **Nova Gramática do português contemporâneo**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

DECAT, M. B. N. Por uma abordagem da (in)dependência de cláusulas à luz da noção de “unidade informacional”. **Scripta** (Linguística e Filologia), v. 2, n. 4, Belo Horizonte: PUC Minas, 1º sem. 1999, p. 23-38.

DESASTRELÂNDIA. Bateu os mocassins??? **Blog Desastrelândia**. Disponível em: <http://desastrelandia.blogspot.com/2009/03/bateu-os-mocassins.html>. Acesso em: 10 abr. 2021.

DI - DICIONÁRIO INFORMAL. **Dicionário Informal on-line**. Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/>. Acesso em: 13 set. 2019.

DI FANTI, M. da G.; BRANDÃO, H. N. (orgs.). Discurso, atividade e produção de sentidos: perspectivas teóricas e práticas. **Discurso** – tessituras de linguagem e trabalho. São Paulo: Cortez, 2018.

DIAS, A. R. F. **O discurso da violência** - as marcas da oralidade no jornalismo popular. São Paulo: Cortez, 1996.

DIAS, J. S. **Histórias contemporâneas às mães**. Capítulo II [trecho]. [1877] 2017 [Edição Especial] p. 23-24. Disponível em: <https://pt.calameo.com/books/0053306628928647742b2>. Acesso em: 01 mai. 2021.

DICTIONARY. Poker face. **Dictionary.com**. s/d. Disponível em: <https://www.dictionary.com/browse/poker-face>. Acesso em: 20 mar. 2021.

DINHEIRO DA REDAÇÃO. Gigantes com pés de barro. Isto é Dinheiro. [11 jan. 2012] 01 dez. 2016 [atualizada]. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/noticias/dinheiro-da-redacao/20120111/gigantes-com-pes-barro/2208>. Acesso em: 25 out. 2019.

DN – DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Esteve em cinco Mundiais e agora pendurou as botas. **Diário de Notícias**. Desportos. Disponível em: <https://www.dn.pt/desportos/estteve-em-cinco-mundiais-e-agora-pendurou-as-botas-9623764.html>. Acesso em: 05 abr. 2021.

DT. **Dicionário Terminológico para consulta em linha**. Governo de Portugal – Ministério da Educação e Cultura – Direção-Geral de Educação. s/d. Disponível em: <http://dt.dge.mec.pt/>. Acesso em: 06 out. 2020.

DU MARSAIS, C. C. (dir.). **Traité des tropes** – Des Tropes ou des différents sens dans lesquels on peut prendre un même mot dans une même langue. Paris: Flammarion, [1730]1988.

DUARTE, M. S. de A. **As Expressões Idiomáticas na língua e no discurso** – um olhar sobre as crônicas de Miguel Esteves Cardoso. Dissertação (Mestrado em Linguística Portuguesa – Linguística Aplicada ao Ensino do Português). Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, 2006. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/14674/2/DissertaoSusanaDuarte000075170.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2019.

DUBOIS, J. *et al.* **Dictionnaire de linguistique**. Paris: Larousse-Bordas/VUEF, [1973] 2002.

DUCROT, O. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987.

DÜRSCHIED, C. Medienkommunikation im Kontinuum von Mündlichkeit und Schriftlichkeit. Theoretische und empirische Probleme. In: **Zeitschrift für Angewandte Linguistik**, n. 38, 2003, p. 37-56.

ERMAN, B.; WARREN, B. The idiom principle and the open choice principle. **Text**. n. 20, v. 1, p. 29-62. Fox: Gwyneth, 2000.

ESCRITO A TINTA. **A filha do chefe**. 21. out. 2010. Disponível em: <https://escritoatinta.wordpress.com/category/rascunhos/>. Acesso em: 25. dez. 2018.

ESTADÃO CONTEÚDO. “A vaca foi para o brejo”, diz Roberto Requião após denúncias contra Temer. **Época Negócios**. [edição digital]. 17 mai. 2017, 22h06 [atualizado em 17 mai 2017 - 22h09]. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2017/05/epoca-negocios-a-vaca-foi-para-o-brejo-diz-roberto-requiao-apos-denuncias-contratemer.html>. Acesso em: 9 mai. 2021.

EXPRESSIO.FR. **Les expressions françaises décortiquées** - explications sur l'origine, signification, exemples, traductions. s/d. Disponível em: <https://www.expressio.fr/recherche/vielle>. Acesso em: 24 fev. 2021.

FARACO, C. A. **Linguagem & diálogo**: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

FARIA, R. Somos quem podemos ser. **Revista Sorria para ser feliz agora**. 02 mai. 2008. Editora Mol. Disponível em: <https://issuu.com/revistasorria/docs/sorria02>. Acesso em: 20 set. 2019.

FEBRE FILMES. Erro coloca credibilidade de BBB12 em maus lençóis. **Blog Febre Filmes**. 27 mar. 2012. Disponível em: <http://febrefilmes.blogspot.com/2012/03/erro-coloca-credibilidade-de-bbb12-em.html>. Acesso em 13 abr. 2021.

FELTRIN, R. Daniella Cicarelli desbanca Galisteu e vira nova musa de campanha publicitária. Coluna Ooops! **Folha de S. Paulo**, 13 de outubro de 2004. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/colunas/ooops/ult340u846.shtml>. Acesso em: 20 set. 2019.

FERRAZ, A. P. Os neologismos no desenvolvimento da competência lexical. In: HENRIQUES, C. C; SIMÕES, D. (orgs.). **Língua Portuguesa, Educação e Mudança**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Europa, 2008, p. 146-162.

FERREIRA, J. L. Falemos da deputada Beth Sáhão. Opinião. **O regional**. fev. 2020. Disponível em: <https://oregional.com.br/opinioao/falemos-da-deputada-beth-sahao/>. Acesso em: 08 ago. 2020.

FERREIRA, M. C. Campos léxico-semânticos e o ensino de vocabulário de segunda língua. **Revista Prolíngua**. v. 2, n. 2, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/prolingua/article/view/13430>. Acesso em: 02 out. 2020.

FILLMORE, C. J. On the organization of the semantic information in the lexicon. In: FARKAS, D.; JACOBSEN, W. M.; TODRYS, K. W. (Eds.). **Papers from the parasession on the lexicon**. Chicago: Chicago Linguistic Society, p. 148-173, 1978.

FILLMORE, C. J. *et al.* Regularity and idiomaticity in grammatical constructions: the case of let alone. **Language**. n. 64, p. 501–538, 1988.

FINEGAN, E. **Language**. Its structure and use. 17th ed. Philadelphia: Harcourt, 2013.

FIORIN, J. L. **Em busca do sentido**: estudos discursivos. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 2011.

FOLHA DE LONDRINA. Clube dos 13 pensa em dar “colher de chá” para o Gama. Esportes. **Folha de Londrina**, 21 de março de 2000. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/esporte/clube-dos-13-pensa-em-dar-colher-de-cha-para-o-gama-272015.html>. Acesso em: 16 set. 2019.

FOLHA DE S. PAULO. **Cotidiano**. Mortes. [versão on-line] 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/mortes/mortes.shtml>. Acesso em: 19 jan. 2021.

FONSECA, J. B. A mulher e a auto estima na ditadura da beleza. **Vida leve Spa**, 12 de maio de 2017. Disponível em: <https://vidalevespa.com/auto-estima/mulher-beleza-e-auto-estima/>. Acesso em: 20 mar. 2021.

FOUCAULT, M. O que é um autor? **Bulletin de la Société Française de Philosophie**, 63º ano, n. 3, julho-setembro de 1969, p. 73-104. (Société Française de Philosophie, 22 de fevereiro de 1969; debate com M. de Gandillac, L. Goldmann, J. Lacan, J. d'Ormesson, J. Ullmo, J. Wahl.). Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/179076/mod_resource/content/1/Foucault%20Miche%20-%20O%20que%20%C3%A9%20um%20autor.pdf. Acesso em: 25 mar. 2021.

FRANCO, E. Empreender: está difícil achar estágio? Empreenda on-line! **Blog Engenheiro Eco** – negócios digitais. s/d. Disponível em: <https://engenheiroeco.com/empreender-esta-dificil-achar-estagio-empreenda-online/>. Acesso em: 29 dez. 2020.

FREITAS, L. O nome do jogo. **Diário Popular**. Análise - Entrelinhas, 23 de agosto de 2015. Disponível em: <https://www.diariopopular.com.br/opiniao/entrelinhas-102913/>. Acesso em: 21 set. 2019.

G1. **MST invade terra produtiva no TO e pressiona Incra a comprar área**. Do G1 Tocantins, com informações da TV Anhangüera. 06 mar. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2014/03/mst-invade-terra-produtiva-no-e-pressiona-incra-comprar-area.html>. Acesso em: 17 ago. 2020.

G1. **Jornal Globonews**. “‘Foi cena de terror; a ficha ainda não caiu’, diz morador de Brumadinho”. [Manchete de reportagem em vídeo], 26 jan. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/globonews/jornal-globonews/video/foi-cena-de-terror-a-ficha-ainda-nao-caiu-diz-morador-de-brumadinho-7330716.ghtml>. Acesso em: 19 jan. 2020.

GALISSON, R.; COSTE, D. (Dir.). **Dictionnaire de didactique des langues**. Paris: Hachette, 1976.

GARCIA, K.; STOHL, M. **Dezenove luas** [recurso eletrônico]. [trad. Regiane Winarski]. Rio de Janeiro: Galera Record, 2013.

GARCIA, O. M. **Comunicação em prosa moderna**: aprenda a escrever, aprendendo a pensar. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986.

GAROFALO, D. Como usar os gêneros digitais em sala de aula. **Nova Escola** [edição digital]. 13 jun. 2018. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/11857/como-usar-os-generos-digitais-em-sala-de-aula>. Acesso em: 02 mar. 2021.

GENOUVRIER, E.; PEYTARD, J. **Linguística e ensino do português**. Coimbra: Almedina, 1974.

GIBBS JR., R. W. Skating on thin ice: Literal meaning and understanding idioms in conversation, **Discourse Processes**, v. 9, i. 1, 1986. p. 17-30.

_____. Why idioms are not dead metaphor. In: CACCIARI, C.; TABOSSI, P. **Idioms**: processing, structure and Interpretation. New York: Psychology Press, 1993. p. 57-78

GIBBS JR., R. W. Figurative thought and figurative language. In: GERNSBACHER, M. A. (Ed.). **Handbook of psycholinguistics**. p. 411-446. San Diego: Academic Press, 1994.

GIL, B. D. A pluridimensionalidade do léxico em práticas de ensino de português. Entremeios - Revista de Estudos do Discurso, Seção Estudos, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem (PPGCL), Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS), Pouso Alegre (MG), vol. 15, p. 13-30, jul. - dez. 2017, p. 13-30. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20337/ISSN2179-3514revistaENTREMEIOSvol15pagina13a30>. Acesso em: 03 jun. 2020.

GIMATE-WELSH, A. S. Metáfora y metonimia en el discurso político. Metropolitan Autonomous University, 1993. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/277990659>. Acesso em: 27 dez. 2020.

GLOBOESPORTE.COM. Ibra diz que Mou o fez “jogar como um leão” e ninguém vale € 100 mi. **Futebol Internacional**. Londres, 11 set. 2013. Disponível em: <http://globoesporte.globo.com/futebol/futebol-internacional/noticia/2013/09/ibra-diz-que-jogou-como-leao-com-mou-e-diz-que-bale-nao-vale-100-mi.html>. Acesos em: 21 jun. 2020.

GLUCKSBERG, S. Beyond literal meanings: the psychology of allusion. **Paper presented at the annual meeting of the American Psychological Association**. Boston, 1990.

GONÇALVES-SEGUNDO, P. R. Caminhos para um ensino funcional de gramática orientado ao texto: pronomes pessoais e adjetivos em perspectiva intersubjetiva. **Trabalhos em Linguística Aplicada**. Campinas, n. 56, v. 1, p. 139-162, jan./abr. 2017.

GREGOLIN, M. R. V. A tipologia textual e a construção da referencialidade no discurso jornalístico. In: **Anais do XV Congrs International ds Linguistiques**, 15, 1997, Paris: Minuit, 1997. p. 213-219.

GREIMAS, A. J.; COURTS, J. **Dicionrio de Semitica**. [trad. Alceu Dias Lima *et al.*]. So Paulo: Cultrix, 1979.

GRIFFO, C.; COSTA VAL, M. DA G. Palavra. **Glossrio Ceale**. s/d. Disponvel em: <http://ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioceale/verbetes/palavra>. Acesso em: 28 out. 2019.

GRYZINSKI, V. Boris conseguir vender seu peixe ou perder eleio ganha? **Revista Veja**. Mundialista. 11 dez. 2019. Disponvel em: <https://veja.abril.com.br/blog/mundialista/boris-conseguira-vender-seu-peixe-ou-perder-eleicao-ganha/>. Acesso em: 28 jan. 2021.

GROSS, M. Les limites de la phrase fige. **Langages**. 23 anne, n. 90, 1988, p. 7-22.

GUIMARES, E. O papel do contexto no processo de constituio do texto. In: AQUINO, Z. G. O.; BENTO, E. J.; OLIVEIRA, A. D.; OLIVEIRA, M. A.; PONTES, V.; SANTOS, T. J. F. (Orgs.). **Linguagem, Estratgia e (Re)Construo**. [recurso eletrnico] So Paulo: Editora Paulistana, 2014. Disponvel em: <http://eped.fflch.usp.br/>. Acesso em: 16 jan. 2021.

GUIRAUD, P. **Les Locutions franaises**. Paris: Presses universitaires de France. [coll. Que sais-je?], 1961.

_____. La semantica. 2 edicin em espanol [traduccin Juan A. Hasler]. Mexico: Breviarios del Fondo de Cultura Econmica [primera edicin em francs 1955] 1976.

HALL, S. **Da dispora**: identidade e mediaes culturais. [org. Liv Sivik; trad. Adelaine La Guardia Resende *et al.*]. Belo Horizonte, Editora UFMG, Braslia, representao da Unesco no Brasil, Humanitas, 2003.

HEIDERMAN, W.; WEININGER, M. J. (Orgs.). **Wilhelm von Humboldt**: linguagem, literatura e bildung. Ed. bilngue. Florianpolis: UFSC, 2006.

HJELMSLEV, L. **Prolegmenos a uma teoria da linguagem**. Srie Estudos. So Paulo: Perspectiva, 1961.

HUMBERTO, C. Empreiteiras da Lava Jato ainda so “idneas”. **Folha de Londrina**. 25 de agosto de 2017. Disponvel em: <https://www.folhadelondrina.com.br/colunistas/colunistas/claudio-humberto/claudio-humberto-986817.html>. Acesso em: 16 set. 2019.

IBARRETXE-ANTUANO, I. Vision metaphors for the intellect: are they really cross-linguistic? **Atlantis**. Journal of the Spanish Association of Anglo-American Studies. 30.1, p. 15-33, jun. 2008.

- ILARI, R. **Introdução à semântica** – brincando com a gramática. São Paulo: Contexto, 2001.
- _____. **Introdução ao estudo do léxico** – brincando com as palavras. São Paulo: Contexto, 2002.
- ILARI, R.; BASSO, R. M. O verbo. *In*: CASTILHO, A. T. (org.); ILARI, R.; NEVES, M. H. **Gramática do português culto falado no Brasil**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.
- ISTOÉ. Após ser chamado de ‘maçã podre’, Felipe Melo responde Chiellini: ‘É um covarde’. **Istoé Esporte** – Estadão Conteúdo. 09 mai. 2020. Disponível em: <https://istoe.com.br/apos-ser-chamado-de-maca-podre-felipe-melo-responde-chiellini-e-um-covarde/>. Acesso em: 15 jun. 2020.
- JOHNSON-LAIRD, P. N. Foreword. *In*: CACCIARI, C.; TABOSSI, P. **Idioms: processing, structure and Interpretation**. New York: Psychology Press. p. 7-10, 1993.
- JOTA, Z. DOS S. **Dicionário de linguística**. Rio de Janeiro: Presença, 1976. [Coleção Linguagem].
- KATZ, J. J. The scope of semantics. *In*: KATZ, J. J. **Semantic theory**. New York: Harper & Row, 1972.
- KANE, B. **Spartacus: o gladiador**. 1 ed. [tradução Carolina Caires Coelho]. Rio de Janeiro: Agir, 2014, p. 84.
- KOCK, I. G. V. **A inter-ação pela linguagem**. 11ª ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- KOCK, I. G.V.; ELIAS, V. **Ler e compreender os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2012.
- KOCH, P.; OESTERREICHER, W. Sprache der Nähe – Sprache der distanz. Mündlichkeit und Schriftlichkeit im Spannungsfeld von Sprachtheorie und Sprachgeschichte. *In*: **Romanistisches Jahrbuch**. Berlin/ New York: Walter de Gruyter, 1985.
- KOCH, P.; OESTERREICHER, W. Linguagem da imediatez – linguagem da distância: oralidade e escrituralidade entre a teoria da linguagem e a história da língua. [Trad.: Hudinilson Urbano e Raoni Caldas]. **Revista Linha D’Água**, n. 26, v.1, p. 153-174, 2013.
- KRIEGER, M. da G. **Dicionário em sala de aula: guia de estudos e exercícios**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2012.
- LAGE, N. **Estrutura da notícia**. 3 ed. São Paulo: Ática, 1993.
- LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Metáforas da vida cotidiana**. [coordenação de tradução de Mara Sophia Zanotto]. Campinas, Mercado de Letras; São Paulo: EDUC, [1980] 2002.
- LAKOFF, R. Language and woman’s place. **Language in Society**, vol. 2, n. 1, apr. 1973, p. 45-80. Cambridge University Press.
- LAPA, M. R. **Estilística da Língua Portuguesa**. Coimbra: Coimbra Editora, 1984.

LAVINIACRIST. Capítulo 30 - Dia de Cravos Brancos. Crime das Flores. **Spirit Fanfics e Histórias**. s/d. Disponível em: <https://www.spiritfanfiction.com/historia/crime-das-flores-11770421/capitulo30>. Acesso em: 20 mar. 2021.

LEME, A. DA C. **Idiomaticidade e composicionalidade das expressões idiomáticas da língua inglesa**: o significado na interface semântico-pragmática-etimológica. Tese (Doutorado em Letras). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

LOPES, A. L. Quais atores já morreram durante filmagens? **Revista Super Interessante**. Mundo Estranho. Versão *on-line*. [18 abr. 2011] atualizada em 04 jul. 2018. Disponível em: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/quais-atores-ja-morreram-durante-filmagens/>. Acesso em: 19 jan. 2021.

LOPES, E. **Fundamentos da Lingüística contemporânea**. São Paulo: Cultrix, 1976.

MAINGUENEAU, D. **Pragmática para o discurso literário**. [trad. Marina Appenzeller; revisão da trad. Eduardo Brandão]. [Coleção Leitura Crítica]. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

_____. **Novas tendências em Análise do Discurso**. [Trad. Freda Indursky]. 3ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

_____. **Análise dos textos de comunicação**. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

_____. A aforização proverbial e o feminino. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. (orgs.). **Fórmulas discursivas**. São Paulo: Contexto, 2011, p. 41-53.

_____. **Discurso e análise do discurso**. São Paulo: Parábola, 2015.

MARCUSCHI, L. A. A questão do suporte dos gêneros textuais. **Revista DLCV – Língua, Linguística e Literatura do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Universidade Federal da Paraíba**. v. 1. n. 1, João Pessoa, out. 2003. p. 9-40. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/dclv/search/search>. Acesso em: 14 mar. 2021.

_____. Gêneros textuais emergentes no contexto da tecnologia digital. In: MARCUSCHI, L. A.; XAVIER, C. (Orgs.). **Hipertexto e gêneros digitais**: novas formas de construção do sentido. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

MARCUSCHI, L. A. **Da fala para a escrita**: atividades de retextualização. 10. Ed. São Paulo: Cortez, [2000] 2010.

MARI, H. **Os lugares do sentido**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, UFMG, 1991. (Cadernos de Pesquisa\NAPq, 1).

MARIANI, B. **O PCB e a imprensa**: os comunistas no imaginário dos jornais, 1922-1989. Rio de Janeiro: Revan, Campinas (SP): Ed. da Unicamp, 1998.

MARQUES, J. C. **O Futebol em Nelson Rodrigues**. São Paulo: Educ/Fapesp, 2000.

MARTIN, J. R.; WHITE, P. R. R. **The language of evaluation**: appraisal in English. London: Continuum, 2005.

MARTÍNEZ, I. P. **La enseñanza de las unidades fraseológicas**. Madrid, Arco Libro, 1999.

MARTINS, N. S. **Introdução à estilística**: a expressividade na língua portuguesa. 4ª ed. São Paulo: Edusp, 2012.

MEL'CUK, I. A. **Semantics from meaning to the text**. vol. 3. [edited by Beck, D. and Polguère, A.]. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2015.

MELLO, N. C. **Conversando é que a gente se entende**: dicionário de expressões coloquiais brasilienses. São Paulo: Leya, 2009.

MENDES, P. H. A. Metáfora/metonímia e discurso político. *In*: PAIVA, V. L. M. DE O. E (org.). **Metáforas do cotidiano**. Belo Horizonte: Editora do Autor/UFMG, 1998.

MENEGASSI, R. J.; CHAVES, M. I. A. O título e sua função estratégica na articulação do texto. **Linguagem & Ensino**. v. 3, n. 1, 2000. p. 27-44

MICHAELIS. **Michaelis**: Dicionário *on-line*. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/>. Acesso em: 2018; 2019; 2020; 2021.

MISSY LUH. **Vou fazer fuça de paisagem, aí tu bate a foto, tia!!!** Joinville. 9 ago. 2019. Instagram. @missyluh. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B09GF79hmXc/>. Acesso em: 26 mar. 2021.

MOLON, N. D.; VIANNA, R. O Círculo de Bakhtin e a Linguística Aplicada. **Bakhtiniana**. ano 7, v. 2, jul.-dez. 2012. p. 142-165.

MOON, R. **Fixed expressions and idioms in English** - a corpus-based approach. New York: Clarendon Press Oxford, 1998.

MOTA, V. Leitor tem renda e escolaridade altas - Pesquisa de opinião revela que visão liberal predomina entre os leitores da Folha. Tudo sobre a Folha – quem é o leitor da Folha. **Folha de S. Paulo**. Folha 80 anos. [edição *on-line*]. s/d. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/quem_e_o_leitor.shtml. Acesso em: 26 jan. 2021.

NIDA, E. A. A componential analysis of meaning: an introduction to semantic structures. *In*: SEBEEK, T. A. (ed.). **Approaches to semiotics**. Paris, New York: Mouton Publishers, [1975]1979.

NIKLAS-SALMINEN, A. **La lexicologie**. Paris: Colin, 1997.

NUNBERG, G.; SAG, I.; WASON, T. Idioms. **Language**. Stanford, v. 70, n. 3, p. 491-538, 1994.

O ESTADO DE SÃO PAULO. Em 1999, Gama foi à justiça comum após descenso. O Estado de São Paulo. Esportes. Futebol. [versão digital] 18 dez. 2013. Disponível em: <https://esportes.estadao.com.br/noticias/futebol,em-1999-gama-foi-a-justica-comum-apos-descenso,1109784>. Acesso em: 28 mar. 2021.

O FINANCISTA. **O boi foi pro brejo**, 05 de setembro de 2016, 19h41. Disponível em: <https://www.oantagonista.com/o-financista/o-boi-foi-pro-brejo/>. Acesso em: 12 set. 2019.

O GOL. **Mercado atacante tem situação indefinida no Palmeiras**, 28 de junho de 2016, 15h33. Disponível em: <https://www.ogol.com.br/news.php?id=177173&redirm=1>. Acesso em: 10 set. 2019.

O GOL. **Quem somos.** s/d. Disponível em: <https://www.ogol.com.br/quemsomos.php>. Acesso em: 04 mar. 2021.

OESTERREICHER, Wulf. Lo hablado em lo escrito. Reflexiones metodológicas y aproximación a una tipología. In: KOTSCHI, Thomas; OESTERREICHER, Wulf; ZIMMERANN, Klaus (Eds.). **El español hablado y la cultura oral em España y Hispanoamérica.** Madrid: Vervuert, 1996.

OLANO, C. O. **Lexicografía y semántica léxica.** Teoría y aplicación a la lengua española, Madrid: Ediciones Académicas S.A., 2004.

PAWLEY, A.; SYDER, F. H. Two puzzles for linguistic theory: Nativelike selection and nativelike fluency. In: RICHARDS, J. J. C.; SCHMIDT, R. R. W. (eds.). **Language and Communication.** 1983. p. 191-225.

PEREIRA, M. T. G. A ludicidade verbal em Monteiro Lobato: processos de formação de palavras. In: SIMÕES, D.; OSÓRIO, P. (orgs.). **Léxico: investigação e ensino.** Rio de Janeiro: Dialogarts, 2014.

PETRI, M. J. C. **Manual de Linguagem Jurídica.** São Paulo: Saraiva, 2008.

PIAUÍ. Maria vai com as outras. **Revista Piauí.** s/d. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/radio-piaui/maria-vai-com-as-outras/>. Acesso em: 26 jan. 2021.

PIETROFORTE, A. V. S.; LOPES, I. C. Semântica lexical. In: FIORIN, J. L. (org.). **Introdução à linguística II: princípios de análise.** 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.

PINTO, J. P. Pragmática. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. (orgs.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras.** 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 55-79.

PIRES, A. A. Contra a estatística. **Diário Popular.** Opinião. 1º dez. 2014. Disponível em: https://www.diariopopular.com.br/opiniaop/contra-a-estatistica-92951/?n_sistema=4127&type=janela&var1=Contra%20a%20estat%EDstica&var2=01/12/2014. Acesso em: 03 set. 2020.

PMEC – PENTEADO, MENDONÇA E CHAR ADVOCACIA. **A vaca saiu do brejo,** 23 de novembro de 2016. Disponível em: <https://www.pmec.com.br/wp/cronicas/a-vaca-saiu-do-brejo-2/>. Acesso em: 07 jan. 2019.

PODTEROR. @PodTerror, 11 de julho de 2014. Disponível em: <https://twitter.com/PodTerror/status/487599479894573056>. Acesso em: 18 set. 2019.

POLGUÈRE, A. **Lexicologia e Semântica Lexical: noções fundamentais.** [tradução de Sabrina Pereira de Abreu]. Contexto: São Paulo, 2018.

PORTO DESIGN. Revestimentos de pedras naturais. **Blog Porto Design.** 1º de abril de 2013. Disponível em: <http://www.portodesign.com.br/blog/revestimentos-de-pedras-naturais/>. Acesso em: 10 dez. 2018.

POTTIER, B. **Linguistique générale.** Théorie et description. Paris: Klincksieck, 1974.

PULMAN, S. G. The Recognition and Interpretation of Idioms *In*: CACCIARI, C.; TABOSSI, P. **Idioms**: processing, structure, and interpretation. Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 1993.

RACY, S. Economia fez cara de paisagem para a crise política. Direto da fonte. **Estadão**. [edição *on-line*] 07 dez. 2015. Disponível em: <https://cultura.estadao.com.br/blogs/direto-da-fonte/economia-fez-cara-de-paisagem/>. Acesso em: 20 mar. 2021.

RAPOSARED1967. Capítulo 146 - Tyler o centro. **História incógnita das borboletas**. Spirit Fanfics. s/d. Disponível em: <https://www.spiritfanfiction.com/historia/incognita-das-borboletas-10511098/capitulo146#Pagina1-ComentarioId97502665>. Acesso em: 10 abr. 2021.

RAYNER, K. Eye Movements in Reading and Information Processing: 20 Years of Research University of Massachusetts at Amherst in Psychological. **Bulletin Psychological Bulletin**, v. 124, n. 3, p. 372-422, 1998.

RECLAME AQUI. **Recuperar linha cancelada Nextel**. 03 jul. 2020. Disponível em: <https://www.reclameaqui.com.br/nextel/recuperar-linha-cancelada-nextel -EZdlv6FUCBZo4WQ/>. Acesso em: 23 jul. 2020.

REY-DEBOVE, J. Léxico e dicionário. Trad. de Clóvis Barleta de Moraes. **Revista Alfa**. São Paulo, v. 28 (supl.), 1984. p. 45-49

RIBEIRO, C. G.; PAULA, M. H. DE. O uso do dicionário na escola. *In*: SIMÕES, D.; OSÓRIO, P. (orgs.). **Léxico**: investigação e ensino. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2014.

RICHARDS, J. The role of vocabulary teaching. **TESOL Quarterly**. v. 10, n. 1, mar. 1976. p. 77-89.

RIGBY, A. Como eliminar a psicologia do efeito manada do trabalho. **Blog do Trello para equipes**. 16 mai. 2019. Disponível em: <https://blog.trello.com/br/psicologia-efeito-manada#:~:text=A%20psicologia%20do%20efeito%20manada%20%28tamb%C3%A9m%20conhecido%20como,as%20regras%20ou%20correr%20o%20risco%20de%20expuls%C3%A3o>. Acesso em: 26 jan. 2021.

RIO-TORTO, G. O léxico: semântica e gramática das unidades lexicais. *In*: ATHAYDE, M.F. **Estudos sobre léxico e gramática**. Coimbra: CIEG/FLUC, 2006. 11-34. Disponível em: <http://docplayer.com.br/1788780-O-lexico-semantica-e-gramatica-das-unidadeslexicais.html>. Acesso em: 03 jun. 2020.

RIVA, H. C.; RIOS, T. H. C. Correspondência idiomática intra e interlínguas. **Revista brasileira de linguística aplicada**, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-63982002000200006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 06 ago. 2020.

RODRIGUES, L. A. O Ministro Celso de Mello: Com a faca e o queijo na mão? **Conteúdo jurídico**. 24 set. 2013. Disponível em: <https://www.conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/36696/o-ministro-celso-de-mello-com-a-faca-e-o-queijo-na-mao>. Acesso em: 22 jul. 2020.

ROGENSKI, R. McDonald's espalha seus apelidos pelo Brasil. **Meio & Mensagem – Comunicação**. 11 set. 2019. Disponível em:

<https://www.meioemensagem.com.br/home/comunicacao/2019/09/11/mcdonalds-espalha-seus-apelidos-por-todo-o-brasil.html>. Acesso em: 13 jun. 2020.

ROMERO, C. Fala quem sabe: a vaca foi pro brejo. Colunas. **Tribuna de Minas**, 14 jan. 2018 às 07h30 [Atualizada 12 jan. 2018 às 22h00]. Disponível em: <https://tribunademinas.com.br/colunas/cesar-romero/14-01-2018/fala-quem-sabe-vaca-foi-pro-brejo.html>. Acesso em: 07. jan. 2019.

ROTH, W. A Semântica Histórica: um campo abandonado da Linguística. **Revista Filologia e Língua Portuguesa**. n. 2, 1998, p. 61-79. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/flp/article/view/59659>. Acesso em: 15 ago. 2020.

SÁ, B. Tá na estante: 'Dezenove Luas' #141. **Segredo entre amigas**. 17 out. 2013. Disponível em: <https://www.segredosentreamigas.com.br/2013/10/ta-na-estante-dezenove-luas-141.html>. Acesso em: 25 out. 2020.

SAID ALI, M. **Gramática histórica da língua portuguesa**. 8ª ed melhorada e aumentada. São Paulo, Melhoramentos, 2001.

SANTOS, E. P. dos. **O gênero comentário on-line**: um enfoque axiológico-dialógico do estilo. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Letras – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2018.

SANTOS, L. W. dos. Referenciação: leitura de textos midiáticos. In: AZZOPARDI, S.; SARRAZIN, S. (ed.). **Langage e dynamiques du sens**: études de linguistique ibéro-romanique. Berne: Peter Lang, 2015. p. 97-108.

SAPIR, E. **Language**: an introduction to the study of speech. New York, Harcourt: Brace, 1921.

SAUSSURE, F. DE. **Curso de Linguística-Geral**. [organizado por Charles Bally, Albert Sechehaye; com a colaboração de Albert Riedlinger; prefácio da edição brasileira Isaac Nicolau Saïum; tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes, Izidom Blikstein]. 27ª ed. São Paulo: Cultrix, [1916] 2006.

_____. **Escritos de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 2004.

SCHMALE, G. Qu'est-ce qui est préfabriqué dans la langue? – Réflexions au sujet d'une définition élargie de la préformation langagière. **Dans Langages**. n. 189, v. 1. 2013. p. 27-45. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-langages-2013-1-page-27.htm?contenu=article>. Acesso em: 18 jun. 2020.

SHARMAN-BURKE, J.; GREENE, L. **O tarô mitológico**. [trad. Fúlvio Lubisco]. São Paulo, Madras, 2012.

SHOULDER. **Dia do amor Shoulder** – ousada, prafrentex. 2020. Disponível em: https://www.shoulder.com.br/busca/dia-do-amor/ousada?O=OrderByBestDiscountDESC&dito=1&drfc=6250229355195826&fq=H:546&utm_campaign=253765&utm_content=Dito_253765_6251109&utm_medium=email&utm_source=dito. Acesso em: 10 jun. 2020.

SIEFRING, J. **The Oxford dictionary of Idioms**. 2th ed. Oxford, New York: Oxford University Press Inc., 2004.

SILVA, A. R. DA. A síndrome de Elias. **Instituto Jetro**. 13 abr. 2007. Disponível em: <http://www.institutojetro.com/artigos/3/reflexao/298/a-sindrome-de-elias>. Acesso em: 24 dez. 2018.

SILVA, M. C. P. Lexicografia bilíngue: uma verificação dos substantivos mais frequentes em dicionários bilíngues francês –português e português –francês. In: LONGO, B. N. de O.; SILVA, B. C. D. da. **A construção dos dicionários e de bases de conhecimento lexical**. Araraquara: Cultura Acadêmica Editora, 2006.

SOUSA, R. Demarcação de terras indígenas. Geografia humana do Brasil. **Mundo Educação**. s/d. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/demarcacao-terras-indigenas.htm>. Acesso em: 17 ago. 2020.

SOUZA, J. F. de. **O trem do morimbundo**. 1ª ed. Pelotas, 2018. Disponível em: <https://rl.art.br/arquivos/6500073.pdf>. Acesso em: 30 set. 2019.

SPORTV. **Mundial de surf** – Etapa de Teahupoo - ao vivo. 13 de agosto s/d. Disponível em: <http://sportv.globo.com/site/eventos/mundial-de-surfe/teahupoo-taiti-cobertura.html>. Acesso em: 21 set. 2019.

STREHLER, R. G. Fraseologismos e cultura. **Trabalhos em Linguística Aplicada**. Campinas, n. 48, v. 1, p. 9-21, jan-jun. 2009.

SUZUKI JR., M. Lá em Quito, deu a maior Eme... lec-a. **Folha de S. Paulo**. Esporte. [versão on-line] 11 mar. 1995. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/3/11/esporte/6.html>. Acesso em: 26 jan. 2021.

TABOSSI, P.; ZARDON, F. The activation of idiomatic meaning in spoken language comprehension. In: CACCIARI, Cristina.; TABOSSI, Patrizia. **Idioms: processing, structure, and interpretation**. Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 1993.

TAGNIN, S. E. O. **O jeito que a gente diz: combinações consagradas em inglês e português**. São Paulo: Disal, 2013.

TAMBA-MECZ, Irène. **La Semantica**. [trad. Emma Jiménez]. México: FCE, 2004.

TAVARES, I. Mae #1. Gene Há. **Terra Zero**, 28 de junho de 2016, 18h25. Disponível em: <http://www.terrazero.com.br/2016/06/jab-mae-1-de-gene-ha/>. Acesso em: 12 set. 2019.

TAZTUMAS. Tópico: Samsung Galaxy S Duos S7562 [OFFICIAL THREAD]. **Tudo celular**. 25 out. 2012. Disponível em: <https://www.tudocelular.com/forum/threads/961-Samsung-Galaxy-S-Duos-S7562-OFFICIAL-THREAD/?p=112040&viewfull=1>. Acesso em: 18 set. 2019.

TEIXEIRA, H. Como Escapar do Efeito “Maria-Vai-Com-As-Outras” na Bolsa de Valores. **Senhor mercado**. s/d. Disponível em: <https://www.senhormercado.com.br/o-tragico-efeito-maria-vai-com-as-outras/>. Acesso em: 26 jan. 2021.

TEIXEIRA, M. A vaca voltou do brejo. **Blog das torcidas**, 13 de março de 2012. Disponível em: <http://blog-das-torcidas.blogspot.com/2012/04/vaca-voltou-do-brejo.html>. Acesso em: 11 fev. 2019.

TEZZA, C. Matoso e os animais. **Gazeta do povo**, 01º de set. 2014. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/colunistas/cristovao-tezza/matoso-e-os-animais-ecwv2vvfsdu54wwmmdtm883f2/>. Acesso em: 04 mai. 2018.

ULLMANN, S. **The principles of semantics**. 3th edition. Oxford. Jackson: Basil Blackwell, Glasgow: Son & Co. [1957] 1963.

_____. **Semântica**: uma introdução à ciência do significado. 3ª ed. [trad. J. A. Osório Mateus], Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1964.

_____. **Significado y estilo**. Madrid. [Colección: Cultura e Historia] Madrid: Editorial Aguilar, 1979.

UMA GOTA NO OCEANO. **Do fogo na floresta ao óleo no mar: é preciso agir logo**. 11 out. 2019. Disponível em: <https://umagotanooceano.org/do-fogo-na-floresta-ao-oleo-no-mar-e-preciso-agir-logo-2/>. Acesso em: 21 jan. 2021.

URBANO, H. Usos da linguagem verbal. In: PRETI, D. (org.). **Oralidade em diferentes discursos**. São Paulo: Humanitas, v. 8, p. 19-55, 2006.

_____. Da fala para a escrita: o caso dos provérbios e expressões populares. **Investigações: Linguística e Teoria Literária**, Recife, v. 21, n. 2, p. 31-56, jul. 2008.

_____. Recursos fraseológicos populares em crônicas. In: PRETI, D. (org.). **Oralidade em textos escritos**. São Paulo: Humanitas, v. 10, p. 95-130, 2009.

_____. **A frase na boca do povo**. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Dicionário brasileiro de expressões idiomáticas e ditos populares**: desatando nós. São Paulo: Cortez, 2018.

_____. O sentido não literal de palavras numa conversação: uma contribuição ao ensino. In: LEITE, M. Q. (org.). **Oralidade e ensino**. Projetos Paralelos – NURC/SP: v. 14 [recurso eletrônico], 2020.

VALIO, L. Mas a vaca continua no brejo. **Blog da Luiza Valio**, sexta-feira, 29 de junho de 2018, 14h40. Disponível em: <http://blogdaluizavalio-segundotempo.blogspot.com/2018/06/mas-vaca-continua-no-brejo.html> . Acesso em: 11 jan. 2019.

VAN DIJK, T. A. **Estructuras y funciones del discurso**: una introducción interdisciplinaria a la lingüística del texto y a los estudios del discurso. México, España, Argentina, Colombia: Siglo Veintiuno Editores, 1980.

_____.; KINTSCH, W. **Strategies of discourse comprehension**. New York; Toronto: Academic Press, 1983.

_____. **Discurso e contexto**: uma abordagem sociocognitiva. [trad. Rodolfo Ilari]. São Paulo: Contexto, 2012.

VASQUES, T. O boi foi pro brejo! **Blog Tutty Vasques**, 15 de março de 2014, 06h23. Disponível em: <https://brasil.estadao.com.br/blogs/tutty/o-boi-foi-pro-brejo/>. Acesso em: 07 mai. 2019.

VAZ, R. P. Reprovada em concurso público por estar obesa. **Blog Mulherão**. [comentário de Francisco Osires]. 12 de março de 2014, 22h39. Disponível em: <https://bit.ly/3wuCVtr>. Acesso em: 14 fev. 2019.

VAZ, S. Vidas Amargas, de Elia Kazan. **CineZen**. s/d. Disponível em: <http://cinezencultural.com.br/site/2015/01/12/vidas-amargas-de-elia-kazan/>. Acesso em: 14 set. 2019.

VCR? – VOCÊ REALMENTE SABIA? **Humor**: nota de falecimento. 28 ago. 2013. Disponível em: <http://humor.vocerealmentesabia.com/2013/08/humor-nota-de-falecimento.html>. Acesso em: 19 jan. 2021.

VEREZA, S. “Metáfora é que nem...”: cognição e discurso na metáfora situada. **Signo**. Santa Cruz do Sul, v. 38, n. 65, p. 2-21, jul. dez. 2013. Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/signo>. Acesso em: 16 jun. 2020.

VIANNA, M.; NORONHA, C. Conheça as atribuições do presidente da Câmara. Coberturas Especiais - Programas da TV Câmara. **Câmara dos Deputados**. s/d. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/tv/207989-conheca-as-atribuicoes-do-presidente-da-camara/?pagina=>. Acesso em: 25 abr. 2021.

VIARO, M. E. A produtividade dos sufixos do ponto de vista diacrônico. In: LOBO, T.; CARNEIRO, Z.; SOLEDADE, J.; ALMEIDA, A.; RIBEIRO, S. **Rosae**: linguística histórica, história das línguas e outras histórias. Salvador: EDUFBA, 2012, p. 275-292.

VILELA, M. **Ensino da Língua Portuguesa**: Léxico, dicionário, gramática. Coimbra: Almedina, 1995a.

_____. **Léxico e gramática**. Coimbra: Almedina, 1995b.

_____. O léxico do português: perspectivação geral. **Filologia e Linguística Portuguesa**. n. 1. São Paulo: Humanitas - FFLCH/USP, 1997, p. 31-50.

_____. As Expressões Idiomáticas na língua e no discurso. **Actas do Encontro Comemorativo dos 25 anos do CLUP**. CLUP, v. 2, p. 159-189, Porto, 2002.

WIKIPÉDIA. **Copa João Havelange**. s/d. Disponível em: <https://bit.ly/3gD6X7n>. Acesso em: 28 mar. 2021.

WHITEMAN, V. **Sobre as botas de Judas**, 03 de abril de 2012. Disponível em: <https://bityli.com/HxJ7E>. Acesso em: 18 set. 2019.

XATARA, C. M. O campo minado das expressões idiomáticas. **Revista Alfa**. ILCSE/UNESP, São Paulo, v. 41 esp, p. 147-158, 1997.

_____. O Resgate das Expressões Idiomáticas. **Revista Alfa**. ILCSE/UNESP, São Paulo, v. 39, p. 169-176, 1998.

XATARA, C. M.; SANTOS, M. M. O. DOS. A variação intralinguística nas expressões idiomáticas sinônimas em português do Brasil e francês da França. **Revista Domínios de Linguagem**. p. 413-421, v. 8, n. 1, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem>. Acesso em: 27 out. 2019.

XAVIER, M. F.; MATEUS, M. H. M. (Orgs.). **Dicionário de termos linguísticos**. Lisboa, Cosmos, v. II, 1992.

XTIBIA.COM. Fórum. **Xtibia.com** - a sua comunidade de Tibia e OTBserver! 15 de março de 2013. Disponível em: <https://bityli.com/pFLM0>. Acesso em: 20 de set. 2019.

ZWAAN, R. A. Mental simulation in language comprehension and social cognition. **European Journal of Social Psychology**, v. 39, 7, p. 1142-1150, dez. 2009.

_____anexos_____

ANEXOS⁴⁴

GRUPO I – EI referência: “tirar o cavalo da chuva”

Texto 1 – tirou o cavalo da chuva

<https://www.bonde.com.br/blogs/beirada-niponica/calendar/20180826/>

Beirada Nipônica

Jogos Asiáticos 2018

26/08/2018 – 09h04

Depois da desistência do Vietnã, a Indonésia foi eleita para sediar os jogos, que ocorrem nas cidades de Jacarta e Palembang. São 46 países que disputam 42 modalidades, entre elas, algumas que quase ninguém ouviu falar. Alguém sabe como se pratica Kabaddi, Sampo, Sepktakraw, Wushu, Bridge ou Pencaksilat?

Outros esportes são conhecidos mas não como esportes olímpicos como: boliche, golfe, jet ski, paragliding, patinação de velocidade e soft tênis.

A infraestrutura dos jogos é simples, pois tudo teve que ser construído ou reformado às pressas, pois foi apenas em julho de 2014 que a Indonésia foi definida como país-sede, depois que Hanói percebeu que teria que gastar aproximadamente 300 milhões de dólares, e **tirou o cavalo da chuva**.

Os jogos também são interessantes porque participam países sem nenhuma tradição esportiva, e ver seus atletas se esforçando ao máximo mesmo sabendo que não possuem a menor chance de vitória, torna esses jogos “mais humanos”, um pouco distante dos Jogos Olímpicos de Verão onde vemos atletas totalmente preparados apenas para vencer.

Países pouco conhecidos esportivamente como Butão, Laos, Maldivas, Síria, Mianmar, Paquistão e Palestina levaram seus atletas para desfilar na abertura do evento.

Nada de lances esportivos computadorizados em núvens coloridas ou alguém descendo de algum foguete transparente. Tudo na simplicidade típica dos indonésios, que pelo jeito se esforçaram muito para fazer desses jogos alguma coisa inesquecível para o país.

Na abertura, até o presidente mostra sua simplicidade, chegando numa moto para a abertura da solenidade. Aqui na Ásia as coisas são diferentes, não é mesmo?

Texto 2 – nem pensar em colocar o cavalo na chuva para poupar de tirar depois

<https://escritoatinta.wordpress.com/category/rascunhos/>

Nocaute.

Em Busca do Amor – parte 5

Publicado: 21 de outubro de 2010 em Rascunhos, Textos

A filha do chefe

O começo do fim. Eu já tinha me adaptado a regra citada no capítulo anterior, tratava minhas colegas de trabalho normalmente, não olhava com segundas intenções, não flertava nem nada. Era um ambiente puramente profissional. Aí eu reparei nela.

A sala do chefe era um quadrado de vidro no canto da sala onde eu trabalhava. Ele ficava o dia todo de costas para mim. Nunca consegui pegar ele vendo pornografia na tela do PC. Seria uma boa, caso fosse necessário algum tipo de chantagem no futuro.

⁴⁴ Todos os textos são reproduzidos tal como publicados, conservando falhas de digitação e incorreções gramaticais.

Um dia, do nada, reparei em uma linda moça. Cabelos lisos, compridos e castanhos. Olhos grandes, também castanhos. Nariz perfeito e sorriso aberto. Ela caminhava no corredor como se fosse o tapete vermelho da entrega do Prêmio da Academia. Fui obrigado a fazer minha pesquisa de campo. Nome, cargo, algo de útil para puxar uma conversa. Consegui algumas informações valiosas. No fim do expediente ela entrou na sala do chefe. Fiquei curioso. Beijou o chefe no rosto, largou a bolsa na cadeira como se fosse a coisa mais natural do mundo e ali ficou esperando a hora de ir embora. Saíram juntos.

Naquele momento eu já sabia que **não podia nem pensar em colocar o cavalo na chuva. Ia me poupar o trabalho de tirar ele de lá depois.**

Foi para falar com uma colega de trabalho mais velha que ela chegou perto de mim a primeira vez. Eu pensava que ia ser fácil, era só pensar nela como mais uma e tudo bem. Mas ela foi chegando e, em vez de entrar na sala do pai, passou reto e veio falar com a colega.

Fiquei nervoso, suei, tremi, o rosto mais vermelho que tomate maduro. Não consegui nem dar oi. Era uma mulher de personalidade. Esse tipo de visita foi tornando-se recorrente. E dessa forma fomos nos aproximando. Um chimarrão aqui, uma conversa acolá, um flerte aqui e outro ali. Mas nada. E para me ajudar o ex dela trabalhava em um setor vizinho.

Construímos uma bonita amizade. Um tempo após eu sair do trabalho e de ficarmos um tempo sem nos falar ela me procurou no msn. Retomamos o contato, começamos a nos ver, chimarrão na redenção, conversa vai, conversa vem. Flerte vai, flerte vem e ela não cedia nem um beijo.

Comecei a ficar irritado. Nunca fui muito fã de mulher que não consegue esconder seus desejos e fica se fazendo para entrar no jogo. Mas aquela era diferente. Eu comecei a pensar que era ela. Eu tinha tudo. Apoio, admiração, compreensão. Então, por que não? Então começamos a namorar. E foi ótimo. Pra mim.

Naquele tempo eu ainda tinha muito do velho eu mas não me dava conta disso. Ela vinha de outra cidade, ficava na minha casa, não reclamava. Mas ela tinha uma particularidade inusitada. Adorava uma discussão, uma pequena briga ou, em casos mais leves, um simples confronto de opiniões. Ela gostava daquilo, eu conseguia ver. E no fim até me divertia.

Nós acabamos por minha culpa. O pior é isso. Eu sei disso. E eu sabia que ela é o tipo que não acredita em segundas chances. E não sei se foi o velho eu, representado na forma do medo de estar em um relacionamento e estar gostando dessa situação, ou se foi apenas um descontrole de minha parte, atirando palavras nela como se tivesse atirando balas em nazistas na Segunda Guerra, que culminou no fim.

Na minha humilde opinião foram as duas coisas. E ainda mais.

Texto 3 – tirar o potrinho da chuva

<https://sonicrainboom.com.br/Thread-Prova-Digital-e-o-ENEM>

Comunidade Sonic Rainbow

Prova Digital e o ENEM

Quarta-feira, 3 Julho, 2019, 05:31 PM

Para quem não sabe, o plano é que ano que vem comece a ser adotado uma possibilidade para que algumas pessoas façam uma prova digital do ENEM. A pessoa ainda terá que ir ao local da prova onde computadores serão disponibilizados para o exame.

Como aqui deve ter uma boa quantia de pessoas que ainda farão o ENEM, algumas informações relevantes:

Games e vídeos em uma prova são interessantes, mas vídeos e games podem ser muito longos, além de que eles terão que produzir games diferentes para cada prova.

Parece uma cilada, e no fim aposto que o foco maior ficará em vídeos, principalmente nas matérias de interpretação de texto, e infográficos.

Se por um momento você tinha o sonho de ir fazer o ENEM com seu Dual Shock, pode **tirar o potrinho da chuva**.

Mas a coisa mais interessante, IMO, é isso:

De um lado é ótimo ter mais aplicações da prova em um ano, assim se você for mal em uma, ou acabar perdendo o prazo, o impacto negativo é menor.

Pelo outro o motivo de você só poder usar o ENEM mais recente é porque a média das notas varia muito entre provas diferentes, então quem fizer uma prova em um período pode ter azar de pegar uma prova com média geral menor do que outra em um período futuro, e ter que competir por uma vaga com as pessoas que fizeram essa prova com média menor. Ou seja, resolve-se um problema, mas cria-se outro.

E vocês, o que acham das prováveis mudanças? Como acham que jogos poderiam ser aplicados em provas de modo eficiente e sem tomar muito tempo do candidato?

Texto 4 – ficar com o cavalinho na chuva

<https://www.ogol.com.br/news.php?id=177173&redirm=1>

oGol

MERCADO ATACANTE TEM SITUAÇÃO INDEFINIDA NO PALMEIRAS

Barrios ainda tenta se entender com Cuca, mas só sai se for para fora do país 2016/06/28 15:33

O futuro do atacante Lucas Barrios no Palmeiras ainda segue indefinido. Enquanto tenta se acertar com o técnico Cuca, o atacante, insatisfeito no clube, aguarda propostas no mercado. O próprio atleta já afirmou que não está à vontade com a atual situação: não se apresenta na forma física ideal para conquistar a confiança e um lugar no time de Cuca. “Não quero jogar no Palmeiras sem entrar em campo, recebendo salário e não ser útil ao time. Eu sou um cara que veio aqui porque queria jogar. Eu sou um cara, claro, que gosta de passar a verdade à imprensa, à torcida”, disse o paraguaio ao canal Sportv. Também ao Sportv, o treinador garantiu respeitar a posição do jogador, mas deixou claro: Barrios não sairá do Palmeiras por empréstimo para outro clube brasileiro. “Respeito a opinião que ele externou de não estar feliz, não estar com sorte. Mas eu conto com ele aqui, não empresto ele para nenhum time no Brasil. Ele se machucou e não teve sequência. Ele é um jogador grande, demora mais para recuperar”, afirmou. Cuca havia afirmado que Barrios tinha recebido propostas de outras equipes, fato negado pelo atacante. O Palmeiras chegou a avaliar uma possível saída do atleta com a Crefisa, patrocinadora que levou o atleta ao clube. A transferência é mais provável se chegar uma boa proposta do futebol do exterior. Por enquanto, Cuca relacionará o atleta para a partida contra o Figueirense, quinta-feira (30), mas, antes disso, deve se reunir com o atacante e o presidente, Paulo Nobre. Sobre a reunião, Barrios não deu nenhuma garantia. “O que for melhor para o Palmeiras vai ser o melhor pra todo mundo. Está acima de todo mundo”.

Comentários

Coma esse porco!

2016-06-28 16h22m por ZACH

Doe o dinheiro pra mim e seja feliz. . . ou então melhor devolve pro clube enquanto você não está jogando. . . mas não adianta que não vai pra outro lugar. . . foi no conto da serei de agente. . agora vai ter que **ficar com cavalinho na chuva**.

GRUPO II – EI referência: “a vaca ir para o brejo”

Texto 5 – a vaca já foi para o brejo

<https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2017/05/epoca-negocios-a-vaca-foi-para-o-brejo-diz-roberto-requiiao-apos-denuncias-contratemer.html>

‘A vaca foi para o brejo’, diz Roberto Requião após denúncias contra Temer

“A solução é eleição direta, diretas já, em todos os níveis”, afirmou

17.5.2017 |

Estadão Conteúdo

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) divulgou nesta quarta-feira (17/05) um vídeo pelas redes sociais no qual afirma que a única saída para o país, após as denúncias divulgadas contra o presidente Michel Temer (PMDB) e o senador Aécio Neves (PSDB-MG), é a eleição direta em todos os níveis. “Só temos uma saída, **a vaca foi para o brejo** e levou a corda. A solução é eleição direta, diretas já, em todos os níveis. Diretas no Senado, para deputado, para o presidente da República (...) para que os brasileiros digam o que querem fazer com nosso país”, disse o senador em um vídeo transmitido ao vivo e feito em um aeroporto.

Requião considerou as denúncias, publicadas pelo jornal O Globo, como “um impacto brutal e pesado”, lembrou e repetiu as frases ditas por ele mesmo durante a votação do processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff. “Canalhas, canalhas, canalhas”, repetiu.

“E eu era única oposição verdadeira ao governo da Dilma no Congresso Nacional”, completou ele, que votou contra a cassação da ex-presidente, mesmo sendo do mesmo partido de Temer. O senador completou: “esse Congresso não está representado o povo brasileiro, ele vive em outra dimensão e está na hora de passarmos tudo a limpo” e considerou como “maravilhoso o trabalho do Ministério Público com essa delação do Joesley (Batista) da JBS”.

Texto 6 – a vaca continua no brejo

<http://blogdaluiavalio-segundotempo.blogspot.com/2018/06/mas-vaca-continua-no-brejo.html>

Postado por LUIZA VALIO às 14:40 - sexta-feira, 29 de junho de 2018

MAS A VACA CONTINUA NO BREJO

Marco Aurélio concede HC para Eduardo Cunha.

O ministro Marco Aurélio, do STF, deferiu liminar para o ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha, preso por determinação da JF/RN em investigação sobre propinas em troca de favorecimento à Odebrecht e OAS nas obras do estádio Arena das Dunas, em Natal, para a Copa do Mundo de 2014.

Eduardo Cunha continuará preso porque há outros mandados contra ele, decretados pela JF no Paraná e no DF.

Na decisão, o ministro Marco Aurélio afirmou que Cunha está preso desde junho do ano passado sem culpa formada, o que configuraria excesso de prazo.

“Privar da liberdade, por tempo desproporcional, pessoa cuja responsabilidade penal não veio a ser declarada em definitivo viola o princípio da não culpabilidade. Concluir pela manutenção da medida é autorizar a transmutação do pronunciamento mediante o qual implementada, em execução antecipada de pena, ignorando-se garantia constitucional.”

A defesa de Cunha é patrocinada pelo escritório Figueiredo & Velloso Advogados Associados.

Texto 7 – a vaca saiu do brejo

Fonte: <http://www.pmec.com.br/wp/cronicas/a-vaca-saiu-do-brejo-2/>

em 23/11/16

A VACA SAIU DO BREJO

O futebol tem dessas coisas. De repente, o que parecia certo está errado. Durante um bom tempo, os são paulinos ficaram preocupados com a possibilidade de queda do time para a segunda divisão do Brasileirão.

Queda que não só era justa, como coroaría todo um trabalho absolutamente incompetente, de responsabilidade integral da diretoria, que não fez pior porque não dava para contratar um especialista do Vasco da Gama para prestar consultoria.

Quando estava tudo certo e a queda parecia irreversível, vem o Corinthians e atrapalha a festa, perdendo de 4 a zero para o São Paulo. A partir daí a sorte estava selada: não tinha mais como o time conseguir a façanha de cair, nem que para isso se esforçasse muito, com bicho em dobro e tudo.

Nada que não seja parte viva do futebol, justamente a que dá graça, tornando o jogo imprevisível como a vida, viciante como cigarro, improvável como o amor.

Mas bonito mesmo fez a Seleção Brasileira. Não porque os jogadores tenham feito alguma coisa sozinhos, mas porque, com a ameaça concreta do time não se classificar, a CBF tomou vergonha na cara e contratou um técnico de futebol para dirigir o time.

Se uma coisa é uma coisa e outra coisa é outra coisa, nada como a comparação entre o trabalho de um profissional e o de um amador, como ficou claro na mudança do Dunga pelo Tite.

A seleção hoje é a Seleção. A seleção do Dunga era um amontoado de jogadores, reunidos em volta de uma camisa, sem saber por quê, pra onde ou para quê. Agora, temos objetivo, padrão de jogo e jogadores comprometidos, instruídos para fazerem bem feito. O resultado está aí e é bem melhor do que o do São Paulo.

Texto 8 – a vaca voltou do brejo

<http://blog-das-torcidas.blogspot.com/2012/04/vaca-voltou-do-brejo.html>

13 de abril de 2012

A vaca voltou do brejo

Postado por Marcos Teixeira

Nesta quinta-feira fui ao Canindé assistir ao jogo de volta entre Portuguesa e Juventude, pela Copa do Brasil. Dadas as últimas atuações do time de Jorginho, minha expectativa era a pior possível. Afinal, a Lusa teria que desfazer uma vantagem de dois gols dos gaúchos. Não que o time do Juventude seja lá essas coisas, o que, definitivamente, não é, mas a nau lusitana não tem navegado em águas calmas.

O começo do jogo foi complicado e feio. A Portuguesa tentava atacar, mas faltava profundidade para criar hipóteses e o Juventude se defendia mal e porcamente e sequer ameaçava a meta novamente defendida pelo seguríssimo guardarredes Wéverton. Tudo dentro do previsto.

Mas aí a Lusa achou, na raça, um pênalti duvidosíssimo, para não chamar de inexistente. Ricardo Jesus foi chamado à prova e não falhou, faturando a primeira da noite. No segundo tempo viriam outras duas, e até o normalmente ruim Rai marcou o dele.

Apesar da falta de qualidade do adversário, a postura da Portuguesa foi diferente, sobretudo no segundo tempo. Foi um time confiante, forte, que dominou completamente as ações durante quase todo o jogo. Contra o Linense, o time não foi mal e só não venceu por conta de falhas individuais.

Assim a Lusa segue sua inacreditável sina de ser a Associação Improvável de Desportos. Quando a vaca parecia que tinha ido para o brejo, resolveu voltar. Domingo, porém, é vida ou morte. Se a vaca lusitana deitar em Mirassol, não quero nem imaginar o que nos reserva o futuro.

Texto 9 – fazer cara de paisagem

<https://osegredo.com.br/fazer-cara-de-paisagem-nos-livra-de-muitos-problemas/>

Fazer cara de paisagem nos livra de muitos problemas!

Marcel Camargo • 25 de fevereiro de 2017

Um dos maiores favores que poderemos fazer a nós mesmos, nos casos em que alguém se encarrega de pesar o ambiente com fofoca e outros tipos de maldade gratuita, sempre será lutarmos contra a nossa vontade de explodir, para que não nos desequilibremos por conta de quem não merece nada de nós.

Fazer cara de paisagem nos livra de muitos problemas!

Com menor ou maior frequência, sempre haverá aqueles dias em que desejaremos jamais ter saído da cama, em que nada parecerá dar certo, em que nada do que dissermos será entendido como queríamos, em que nada nos fará sorrir. Muito do que nos acontece é resultado de nossas próprias ações, mas também seremos importunados por todo tipo de gente que não fará outra coisa a não ser perturbar a paz de qualquer um.

Um dos maiores favores que poderemos fazer a nós mesmos, nesses casos em que alguém se encarrega de pesar o ambiente com fofoca e outros tipos de maldade gratuita, sempre será lutarmos contra a nossa vontade de explodir, para que não nos desequilibremos por conta de seres desprezíveis. Quanto mais esquentarmos a cabeça, quanto mais tentarmos esbravejar e mostrar descontentamento, menos fortalecidos ficaremos, uma vez que o esgotamento emocional acaba por trazer danos também ao nosso físico.

Tentar argumentar com quem não ouve ninguém além de si mesmo sempre será uma tarefa inglória e qualquer batalha que tentarmos travar contra suas maledicências não surtirá resultados dignos, uma vez que essas pessoas só trazem sujeira e inverdade aos ambientes, pois é somente isso que possuem dentro de si, é somente isso que têm a oferecer. Jamais conseguirão assumir o mal que carregam, simplesmente porque não possuem caráter suficiente para arcar com o que dizem e/ou fazem.

Apesar de se tratar de um esforço sobre-humano, manter a calma, o ar de que não percebemos nada nem nos importamos com as tramoias alheias nos poupará de muitos dissabores e de atitudes inúteis de tentar por em ordem a desordem moral de quem age sem pensar nos sentimentos de ninguém. Porque quem age de forma vil e antiética tem o coração vazio, sendo incapaz de demonstrar arrependimento e de pedir desculpas a quem quer que seja, afinal, posam como se nunca fossem culpados de nada.

Leva muito tempo para nos acalmarmos, após termos entrado em meio a tempestades que não foram por nós provocadas, ou seja, sabermos nos desviar dos contratempos que envolvem inverdades sobre nós, enquanto mantemos o semblante em estado de serenidade, é a atitude mais adequada a ser tomada. Não tem outro jeito, aliás, não existe nada melhor do que voltarmos olhos serenos na direção dos redemoinhos em que os próprios infelizes se afogam sozinhos.

Texto 10 – fazer a típica face de paisagem

<https://www.vivermagazine.com/online/a-ditadura-da-beleza-e-a-autoestima-feminina/#:~:text=As%20mulheres%20s%C3%A3o%20o%20alvo,conceito%20de%20beleza%20%C3%A9%20relativo>

AUTO ESTIMA Mulher, Beleza e Auto Estima

12 de maio de 2017 Júnia Sher 0 Comment

Mulher, beleza e auto estima

A mulher e a Auto Estima na Ditadura da Beleza

A mulher, beleza e auto estima são três coisas que estão intimamente ligadas. É necessário falar da ditadura da beleza, tão retratada por tantos canais. Tudo ouvimos, concordamos, e amanhã, estamos atrás dos “padrões de beleza aceitáveis” para o mundo, tentando com isso melhorar a auto estima.

Vou lhes dizer uma coisa. Infelizmente, temos um mundo para entupir os ouvidos da mulher de conceitos que muitas vezes não são absolutamente a verdade, ou pelo menos não deveriam ser.

Daí a busca exagerada, exacerbada e dolorosa pelo emagrecimento, pela definição do corpo, pela perfeição dos cabelos. Isso é a ditadura da beleza. E onde fica o que realmente é necessário para você, para a saúde, para a sua felicidade interior?

Eu trabalho com beleza, saúde, bem estar, auto estima da mulher. E continuo assistindo aos equívocos diários. Parece que todas nós temos que ter cabelo comprido, a barriga chapada, as coxas torneadas pela musculação. E quem vai na contramão paga o preço de ser diferente.

Mudanças que trazem Ansiedade

O que dez anos atrás era o padrão de beleza já não voga mais. As moças magérrimas agora cederam lugar às moças saradas das academias. E pouco se fala em se conhecer e se valorizar como se é.

Além de sarada, você deve ter padrões físicos para ser considerada “bela”. Além de ter todos estes atributos você tem que ser dinâmica e polivalente. Além de ser bonita, dinâmica e polivalente você tem que ser carismática, e **fazer** o sorriso bonito e a típica “**face de paisagem**”, e até o interior se sistematizou. E propagou a insatisfação geral da mulher.

Penso que antes de ir atrás dos padrões de beleza físicos e comportamentais, uma mulher precisa para ser feliz, saber quais são suas aspirações, do que a move em sua existência. A profunda aceitação de si, em todos os níveis, permite que cresça, que dê asas às suas habilidades, desenvolva dentro de suas capacidades naturais. Isso sim, elevará sua auto estima.

Fórmula do Amor Próprio

Primeiro, ame seu tipo físico, seus traços, seu corpo, como você é. Todo mundo é belo em sua individualidade. Deus nunca repetiu a melodia. Não existem dois iguais, você é uma obra de arte.

Se há algo que você acha que pode melhorar (sempre dentro do seu tipo físico, nada de acompanhar ditadura da beleza), analise primeiro o benefício para a saúde e o bem estar, depois faça.

Cultive a paz interior, através da meditação diária. Aprenda o valor infinito da respiração correta, oxigenando o corpo, o cérebro, te ajudando a dominar a ansiedade e o medo.

Aprenda a ser uma questionadora e ter seus próprios conceitos sobre beleza e estética, pense em você: “Meu castelo, minhas regras”.

Trabalhe muito sobre a sua auto estima, temos muitos artigos no blog sobre este tema. Garanto que lhe será muito útil se você tem algum problema com auto estima.

Aceitação de si é fundamental, então siga aprendendo a desenvolver esta aceitação.

Suas Capacidades e Habilidades

Trabalho: Você pode escolher sim. Faça o que te move e te agrada. Não se submeta a ocupações que não são suas. Quando se trabalha com o que se gosta, o trabalho se torna lazer, e desta forma a vida fica muito mais leve.

Saiba quais são as suas habilidades.

Detecte quais são as atitudes alheias que suscitam medo e insegurança em você. Corte o processo. Não permita que a força dos pensamentos negativos dominem a sua mente. Procure estar em paz com você, com o outro, com o mundo.

Dentro do que VOCÊ julga que precisa para ficar melhor física e emocionalmente, adote seus rituais diários e metódicos. Busque saúde com bem estar, beleza com felicidade.

Sim, ame-se muito, e faça seus rituais de cuidados e beleza. É tão bom! Se sentir amada por si mesma. O corpo agradece e o mundo reflete amor. Mas faça tudo o que fizer, respeitando quem você é. Seu corpo, sua mente, sua forma de ser.

Sim busque trabalhar no que gosta, estenda assim o prazer pela vida.

Você é uma bela mulher, do seu jeito, na sua individualidade. Não somos comprimidos da Bayer, para sermos todas iguais.

Grande e carinhoso abraço!

Texto 11 – faz fuça de paisagem

<http://coturnonoturno.blogspot.com/2015/03/nem-o-pt-da-mais-minima-para-dilmaso.html>

Nem o PT dá mais a mínima para Dilma. Só falta renunciar e ir pra Porto Alegre,tchau!

TERÇA-FEIRA, 24 DE MARÇO DE 2015 ÀS 23:23:00

(Folha) A Câmara dos Deputados impôs na noite desta terça-feira (24) uma nova derrota ao governo e aprovou uma regra para garantir a execução da lei que troca o indexador das dívidas dos Estados e municípios. A proposta segue para análise dos senadores e foi aprovada pelos deputados com 389 votos favoráveis e duas abstenções. Líderes de todos os partidos, inclusive o PT, partido da presidente Dilma Rousseff, e o PC do B, fiéis aliados, deram aval ao projeto.

Nesta terça, a presidente a presidente Dilma Rousseff chegou a afirmar que não tem condições de bancar a troca do indexador devido às turbulências econômicas. “Estamos fazendo um imenso esforço fiscal. Achamos importantíssimo tratar a questão da dívida dos Estados, mas não podemos fazer essa despesa. [...] O governo federal não pode dizer para vocês, porque seria inconsequente da nossa parte, que temos espaço fiscal para resolver esse problema”, afirmou.

O texto estabelece que o governo tem o prazo de 30 dias para assinar os aditivos contratuais com os novos índices. Se essa etapa não for cumprida neste período, os Estados e municípios ficam autorizados a aplicar automaticamente o novo indexador. Em novembro de 2014, a presidente Dilma Rousseff sancionou a lei que muda o índice de correção das dívidas de Estados e municípios com a União. O texto foi permite que as dívidas contraídas antes de 2013 sejam recalculadas, de maneira retroativa.

Com a nova lei, o indexador das dívidas passa a ser o IPCA, o índice oficial de inflação, mais 4% ao ano, ou, se esta for menor, a taxa básica de juros definida pelo Banco Central. Atualmente, os débitos são corrigidos pelo IGP-DI mais juros de 6% a 9%. Ao todo, 180 municípios serão favorecidos pela nova lei. A maior beneficiada é a cidade de São Paulo, que tem dívida de R\$ 62 bilhões com a União. Com a mudança dos índices de correção, o valor deve ser reduzido para R\$ 36 bilhões, de acordo com projeções feitas pela prefeitura.

Comentários

ANÔNIMO

25 de março de 2015 08:35

Isso é que é não ter desconfiômetro, nem vergonha na cara.

É com essa cara de pau, que todo petista rouba o que é dos outros, e **faz fuça de paisagem**, como se não fosse com ele e ninguém tivesse percebido nada. Gentilha do submundo do crime, trabalhar nem pensar, só sabem fazer trapanças e roubar.

Como essa ORCA assassina tem coragem de continuar no cargo, obrigando os brasileiros a suportá-la!

FORA IMPOSTORA, POSTE EM CURTO CIRCUITO, QUADRILHEIRA.

Texto 12 – fiz cara de horizonte

<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/colunistas/cristovao-tezza/matozo-e-os-animais-ecwv2vvsdu54wwmdtm883f2/>

Home Vida e Cidadania Colunistas Cristovão Tezza

Cristovão Tezza + VER MAIS COLUNISTAS

Matozo e os animais

01/09/2014 21h03

Meu amigo Matozo quer abrir uma campanha em “defesa linguística” dos animais. “Veja”, ponderou ele, “hoje em dia não dá mais pra amarrar buscapé em rabo de gato e se divertir como um idiota. Se pegam você fazendo isso, melhor não ter nascido”. **Fiz cara de horizonte** não convém provocar o Matozo. Envergonhado, lembrei que, quando criança, matava pardais com estilingue, ou “funda”, como diziam na minha terra natal, mas preferi não contar. Ele adivinhou: “Antigamente você saía por aí matando passarinho e não acontecia nada. Era até motivo de orgulho”. Continuei quieto, até que a moça depositou nossas xícaras de café no balcão. Pensei em perguntar o que ele tinha achado da Copa do Mundo, para mudar de assunto, mas ele foi mais rápido.

“Tudo isso é ótimo, os tempos mudaram. Agora, há uma área em defesa dos animais que permanece impune: a linguagem.”

“Como assim?”

“Bem, todo mundo continua livre para ofender os animais como quiser. O espírito politicamente correto, que muda a realidade sem mudá-la, mantendo a aparência, que é a base da vida social, não chegou ao reino animal. Você chama alguém de burro, anta ou hiena, e não acontece nada. Você pode, por exemplo, dizer que Fulano come como um cavalo, e que Beltrano tem estômago de avestruz, e esses absurdos passam em branco. São expressões ofensivas se, ao contrário, o avestruz e o cavalo comessem como um ser humano, não teriam sobrevivido como espécies. As comparações são todas preconceituosas. Agressões puras mulher galinha, homem veado, sem o menor respeito pela opção sexual dos animais. Ouvimos essas grosserias o tempo todo: Fulano chorou lágrimas de crocodilo. Quer dizer, o sujeito é que é um falso, e o crocodilo o tipo de ser de uma honestidade escancarada, ele abre a boca e você já sabe imediatamente do que se trata leva a fama. Dia desses li que cinco deputados saíram de uma comissão, e alguém condenou: Os ratos abandonam o navio. Coitados dos ratos. Eles abandonam o navio que afunda porque são inteligentes, não porque são covardes.”

Matozo tirou um papel do bolso.

“Vou propor uma lei de controle da linguagem referente a animais. Falar em rato, pense no gato é sinônimo de ladrão e leva o nome até de pirataria de tevê a cabo. Quer ofender uma mulher? Fulana é uma vaca. As vacas são os animais mais doces e úteis do planeta Terra. Enfim, não há maldade humana no mundo que não se esconda covardemente atrás de um pobre de um bicho indefeso. Confira as expressões: abraço de urso, parte do leão, papagaio de pirata, sutil como um elefante, sujo como um porco, amigo da onça, vida de cachorro, mulher tanajura nem formiga escapa da covardia e do escárnio humanos. E agora os argentinos inventaram os tais fundos abutres. O que os coitados dos abutres têm a ver com agiotas? O que você acha do meu projeto?”

Quase disse “ideia de jerico”, mas mordi a língua.

GRUPO IV – EI referência: “dar uma colher de chá”

Texto 13 – dar uma colher de chá

<https://www.folhadelondrina.com.br/esporte/clube-dos-13-pensa-em-dar-colher-de-cha-para-o-gama-272015.html>

Esporte

HOME ESPORTES MAR. 21, 2000

Clube dos 13 pensa em dar “colher de chá” para o Gama

“Podemos **dar uma colher de chá** para eles”, afirmou. O vice-presidente do Vasco, Eurico Miranda, no entanto, manteve a posição de criar uma liga, caso o Gama ganhe na Justiça Comum.

A questão deve ser decidida em reunião do Clube dos 13 ainda a ser marcada. Segundo o presidente da entidade, Fábio Koff, o encontro vai ocorrer antes do Conselho Técnico, que define a fórmula do Campeonato Brasileiro. “Vamos fazer votação e o que a maioria decidir será a posição do Clube dos 13”, disse, afastando a possibilidade de racha entre os grandes clubes. “Não sei se vamos acatar o que a CBF decidir em relação ao Gama.”

Edmundo Santos Silva afirmou que não existe proposta para a criação da liga. “Todo mundo fala em liga, mas ninguém apresentou um projeto concreto”, explicou. Ele garantiu que não haverá modificação no número de participantes do Brasileiro este ano. “Serão 20 como foi estabelecido antes.” Neste ponto, Koff concorda com Edmundo. “Existem regras estabelecidas para este ano e elas não vão mudar”, afirmou. O presidente do Palmeiras, Mustafá Contursi, não quis dar uma posição sobre o assunto. “Não falo sobre hipótese.”

Sobre o fato de o Gama ter entrado na Justiça, Koff disse que a CBF errou ao aceitar que o caso fosse decidido em foro impróprio. “Essa questão não deveria ter sido decidida pela Justiça, mas agora a CBF terá de ir até o fim”, contou.

Embora admita que o Gama continue na Primeira Divisão, Edmundo acredita que o clube agiu errado ao recorrer a Justiça. “Eles deveriam ter esgotado os recursos na Justiça Desportiva”

explicou. O dirigente defendeu uma punição ao time brasileiro.

Discussão - O primeiro debate do Plano de Modernização do Futebol Brasileiro, da Fundação Getúlio Vargas, foi marcado por discussão entre Eurico Miranda, o presidente da Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro, Eduardo Viana, e a economista Elena Landau. Os dirigentes ficaram nervosos com as declarações de Elena em sua palestra, de que os clubes brasileiros estavam falidos.

Aos gritos, Eurico interrompeu a palestra e desqualificou a economista. “Ela não é do ramo”, irritou-se. Abalado, Eurico revelou, pela primeira vez, o valor do contrato do Vasco com o Nations Bank. Ele informou que o clube tem a garantia de receber US\$ 20 milhões por ano.

Por Rodrigo Mattos Rio, 20 (AE)

Divergências entre integrantes do Clube dos 13 podem beneficiar o Gama. O presidente do Flamengo, Edmundo Santos Silva, admitiu a possibilidade de incluir o Gama na Série A do Campeonato Brasileiro. “Como vai mudar tudo no próximo ano”.

Texto 14 – deu uma concha de chá

<http://febrefilmes.blogspot.com/2012/03/erro-coloca-credibilidade-de-bbb12-em.html>

terça-feira, 27 de março de 2012

Erro coloca credibilidade de BBB12 em maus lençóis

O programa de maior credibilidade da Rede Globo o BBB12, que talvez tenha sido o BBB de maior popularidade por causa da marcante presença de todos os participantes, errou gravemente na última prova do Líder (26/03/2012) em momento de decisão. Muitas pessoas indignadas com a prova e com o resultado dela nos sites de relacionamento brasileiro. Vejam os comentários?

“Atenção, todos que gostam e assistem BBB, coloquem pressão, junto a TV GLOBO, pois se a prova era de velocidade de resposta e pensamento, porque que a Fabiana, numa prova de alto grau de decisão, teve a chance de ter as alternativas de respostas repetidas e ainda teve a chance de ficar pensando... Tv Globo, pense que vcs terão que anular essa prova. Por que que vcs só dão a resposta de liderança, no dia seguinte... Claro que ontem, tinha um cronograma para ser cumprido, mas o erro ficou bastante claro e não se pode fazer injustiças aos dois outros participantes...”

“È isso mesmo ... Fala sério... onde é que já se viu... A própria (Fabiana) jogadora simplesmente parou o Bial na contagem regressiva da resposta e ele REPETIU as opções... Tem que refazer a prova...”

“Concordo !! Tempo pra Fabiana pensar, lembrar das coisas e ainda repetir as opções.”

“acho que o povo tem que reclamar em todos os sites inclusive no Twitter”

“no twitter eu postei assim #PÀRAOBBI12 teve maracutaia a Fabiana simplesmente parou o Bial na contagem regressiva da resposta e ele REPETIU as opções... Tá errado!”

“bom se ela ganhar o bbb ai eu vou achar que teve maracutaia, mas pode ser que eles estejam dando corda pra essa cobra se enforca. por ela nao merece nem esta lâ falsa igual nota de 15 reais hahahahah”

“PROVA DEVE SER CANCELADA!!!

1- quando o fael respondeu antecipadamente ao bial dizer "já", a questão NAO FOI ANULADA, e a Fabiana se beneficiou da resposta do fael, e respondeu a questão certamente (po...nto ilegal)

2- quando a Fabiana respondeu a questão antecipadamente ao bial dizer "já", a questão foi ANULADA. (por que usaram um criterio DIFERENTE ao usado anteriormente???)

3 - na ULTIMA questão ela não lembrava nem as alternativas.... e pediu para o BIAL repetir.... o Bial disse muito CLARAMENTE no começo da prova "somente apertem o botão se souberem as questões, caso contrario, se errarem, perderão pontos".

Ou seja, ela não poderia ter a ajuda do bial repetindo a questão!..”

“... estamos assustados!!! Bial deu uma concha de chá para a piriguete, repetiu as opções Credibilidade Zero messsimo, estou congelada.beijocas”

“Gente vamos votar para o Jonas ficar , assim a Fabiana não vai com o Fael para a final ,pois e o que ela sempre falou.”

Estas são as palavras de quem acompanha 24 horas o programa... Pedimos a produção do Programa que reveja a decisão da prova e dê ao público justiça aos participantes e ao seu publico fiel... e continue fazendo desse programa o que ele se consagrou durante todas esses anos de existencia... um fenômeno... Pedro Bial... não deixe o programa cair na falta de credibilidade... o público merece essa revisão da prova.

Texto 15 – dar colher de sopa, de café, de chá

<https://veja.abril.com.br/blog/augusto-nunes/8220-lula-la-8221-e-outras-cinco-notas-de-carlos-brickmann/>

“Lula lá” e outras cinco notas de Carlos Brickmann

Lula será preso? Talvez; mas não é obrigatório que a prisão ocorra. Pode acontecer até que ele seja condenado e o juiz lhe dê o direito de recorrer em liberdade

Por Branca Nunes access_time 8 fev 2017, 08h39 - Publicado em 19 out 2016, 05h58

Publicado na coluna de Carlos Brickmann

A expectativa de prisão de Lula foi levantada por petistas (e reforçada, naturalmente, pelo conjunto da obra): quem deu a notícia de que o risco era real e iminente foi um blogueiro paulista, Eduardo Guimarães, que aproveitou a oportunidade para convocar os correligionários a uma vigília em frente à casa de seu líder. Nada deu certo: a vigília reuniu umas vinte pessoas, 30 no máximo, e o Japonês da Federal não apareceu por lá.

Lula será preso? Talvez; mas não é obrigatório que a prisão ocorra. Pode acontecer até que ele seja condenado num dos três processos a que por enquanto responde e o juiz lhe dê o direito de recorrer em liberdade.

E que fará o ex-presidente enquanto a máquina da Justiça avança para triturá-lo? Breno Altman, jornalista ligado a Lula, editor do site Opera Mundi, diz que uma coisa é certa: o líder petista não sai do Brasil, não pede asilo em nenhuma Embaixada e já comunicou a decisão aos companheiros. Acha que se exilar, ou asilar, enfraqueceria sua defesa, deixaria o PT mais frágil e seria um mau exemplo. E se for preso? “Irá enfrentar, pelas ruas e instituições do país, contando sempre com a solidariedade internacional, a perseguição da qual é vítima. Não se renderá nem fugirá. Se vier a ser preso, será do calabouço que continuará lutando contra o arbítrio e o golpismo, liderados pelos setores mais reacionários da PF, do MPF e do Poder Judiciário”.

Comentado por: 20 out 2016 - 13h02 irs

Fiquei engasgada, preciso falar.

Sr. Carlos, me desculpe, mas não precisava dizer tantas coisas boas para o Lula se animar, precisamos é reforçar que ele não vale nada. **Chega de tanta colher de chá** pra esse homem que não merece o respeito dos brasileiros por todo o estrago que ele e sua companheira fizeram ao país, e que não sabemos quantos anos ainda serão necessários para consertar um pouco da destruição que ele causou também aos brasileiros.

Como pode acontecer que o comandante máximo de toda roubalheira deste país possa ser condenado e o juiz dê o direito de recorrer em liberdade? Se entendi, não concordo. Quem lê logo o início do texto do jornalista, e não conhece o protagonista de todos os escândalos, não irá imaginar nunca que foi Lula, que sempre arquitetou tudo de podridão na maior corrupção do nosso país. Eu acho que seria mais coerente, o jornalista dizer o contrário, começando a dizer que seu Luiz Inacio tem de ser preso sim, já que é o comandante maior de toda lambança já havida no Brasil, e que hoje quase todos os brasileiros já conhecem os seus podres, e ele não tem como fugir da prestação de contas.

Tantos por muito menos já foram presos e porque só Lula poderá responder em liberdade, quando na verdade já deveria estar no xilindró há muito tempo? .

Eu prefiro concordar com quem diz o óbvio, e são muitos, um deles: As alegações para a prisão de Cunha são café pequeno comparadas as acusações contra Lula, por isso confio no juiz Moro, e que as suas alegações para prender o ex-poderoso são muito mais graves, e todos sabemos, e muitas ainda que talvez claro, nem sabemos ainda, diante de tantas tramoias onde o espertalhão se envolveu, e bota espertalhão nisso, claro, para as coisas ruins, porque boas, ele desconhece.

São por essas e outras, que a gente vê o chefão da roubalheira ainda dizer: Se me prenderem viro herói, se me deixarem solto, viro presidente do Brasil. E quanta canalhice!

Claro, tem sempre ainda a ajuda de amigos para alimentar as suas mentiras, exemplo também, como já disse várias vezes, pesquisas falsas tentando lhe **dar colher de sopa, de café, de chá**, ignorando que ele é o pior ser que existe na terra.

Como pode uma última pesquisa, e sempre é 1/4 dos brasileiros, ou seja, os mesmos pesquisados, chega ser engraçado, dizer que Lula não ganha no segundo turno, mas lidera, é bom demais, é o primeiro da fila, e que absurdo,! pois a situação que o Brasil atravessa com tantos escândalos de políticos, ninguém quer saber de candidato nenhum, enquanto não souber do seu envolvimento na lava jato, e muito menos quem vai ganhar a eleição hoje, mas o Lula é líder.

Pesquisa boazinha com o chefão, não ganhar no segundo turno e liderar a pesquisa, para o cara mais envolvido em corrupção do país, onde mexe, ele tá lá como principal, é o mesmo que ele ganhar uma medalha de ouro bem pesada.

Que bela enganação! vai ver , é porque acham que ainda somos idiotas. É isto que o espertalhão quer, reforçar o seu discurso de doido, e lá na ONU, insistir que o juiz Moro o persegue, e que ele outros interessados não querem que ele seja presidente de novo, e diz ainda, provavelmente, podem observar: as pesquisas me dão como preferido.

Não podemos esquecer que algumas pesquisas são mesmo um perigo, pois não são informações verdadeiras, e enganam muita gente, temos um exemplo da pesquisa Vox Populi, que está sendo investigada na lava jato, onde consta que o instituto recebeu de João Santana uma grana danada para fazer pesquisas satisfatórias ao PT, ou seja, mentir nos números favorecendo, sei lá, Lula, DILMA e outros, claro. Alguém duvida? Eu, há muito tempo não duvido.

E, quando Lula será preso?

Tadinho está sempre fora da realidade, é o que convém pra ele porque não admite a sua grande derrota e que ele foi o responsável por afundar o país, e quer voltar pra quê companheiro, ACORDA DESMIOLADO!

E, assim seguem grandes jornais, cometendo atos irresponsáveis ainda hoje querendo aliviar a barra do seu Lula desinformando a população, com a mentira sobre as suas maracutais e querendo dar um valor que ele não tem, portanto, presidente da república só na cabeça do Lula, dos companheiros unidos na tristeza e na alegria, e da mídia camarada que não fala a verdade que interessa aos brasileiros.

Uma pergunta: Será que algum brasileiro decente duvida de armação de Lula pra se defender do indefensável, para se colocar acima de todos, sendo que , tudo de errado , todos os absurdos que vemos hoje, lá está ele em primeiro lugar, e porque não pode estar nas pesquisas também, não é mesmo?

É uma situação complexa: a prova dos nove.

Texto 16 – colherão de chá

<https://www.folhadelondrina.com.br/colunistas/colunistas/claudio-humberto/claudio-humberto-986817.html>

Folha de Londrina – O jornal do Paraná - 25 de agosto de 2017

Empreiteiras da Lava Jato ainda são ‘idôneas’

Cláudio Humberto

Empreiteiras da Lava Jato ainda são idôneas

Apesar de todas as provas reveladas pela operação Lava Jato, levando à condenação de dezenas de executivos das maiores empreiteiras do Brasil, nenhuma delas foi considerada inidônea pelo governo. Apenas duas, Engevix e Galvão Engenharia, figuram no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mas por outras fraudes cometidas em licitações alheias à roubalheira perpetrada na Petrobras.

Manobra

Empreiteiras da Lava Jato como Odebrecht e Andrade Gutierrez firmaram acordos de leniência com a Justiça para se livrar de punição.

Até 2018

A Galvão Engenharia foi suspensa até dezembro de 2018 de contratar com o governo por irregularidades na execução de obras da Eletrosul.

Idem

A Engevix, vendida por R\$ 2 após a Lava Jato, está impedida de atuar para o governo devido a irregularidades em Furnas e na Eletrosul.

Colherão de chá

Nem mesmo a Odebrecht, com quase uma centena de confissões de culpa e bilhões obtidos de maneira criminoso, foi considerada inidônea.

Distribuidoras acusadas de crime de lesa-pátria

Produtores de etanol do Nordeste denunciaram à Câmara de Comércio Exterior, sexta (25), manobra lesiva ao País de distribuidoras, inclusive estrangeiras, pedindo licença de importação de álcool podre americano (muito poluente, à base de milho), antes de o Diário Oficial publicar a resolução dos ministros da Camex, quarta (23), fixando taxa de 20% de importação após 600 milhões de litros com 0% de imposto. A manobra vai parar na Justiça, inclusive com acusação de crime de lesa-pátria.

Monopolistas em ação

As distribuidoras, algumas produtoras no Sudeste, pretendem inundar o País com álcool podre com imposto zero. E quebrar rivais nordestinos.

Nomes aos tubarões

Só uma distribuidora Raizen, controlada pela americana Shell e a brasileira Cosen pediu licença para importar 400 milhões de litros.

Denúncia coletiva

A manobra das distribuidoras foi denunciada pelos presidentes de sindicatos de produtores (Sindaçúcar) de todo o Nordeste.

Buuuuuu!

Lula não sente apenas ódio por jornalistas, ele os teme. Na contestada passagem por Alagoas, fugiu de entrevistas como o diabo da cruz. Só falou com a rádio Gazeta, mas a distância, em “segurança”, ao telefone.

Tudo sob controle

Lula tem tanto medo de comunicador que o locutor dos comícios, em Maceió, foi do MST. Deve temer que um profissional, sincero, diga ao microfone o que pensa do ex-presidente condenado por roubar o País.

E tá todo mundo solto

Novos cálculos da Receita Federal dão conta de que a grana faturada com a compra e venda de dólares e ações pela JBS/J&F, no dia após a divulgação da delação de Joesley & cia., passa dos R\$ 2 bilhões.

Aqui, seria assaltado

Amado pelos portugueses, o presidente Marcelo Rebelo de Sousa foi flagrado quinta (24) à noite na fila do caixa eletrônico pagando contas. Discretamente, sem seguranças e sem ser incomodado. O flagrante, em vídeo, foi feito por um cliente do restaurante “Manolo”, em Cascais.

Precisa de tantos?

O governo lançou o Painel Estatístico de Pessoal, sobre cargos e gastos. Por isso dá para constatar que nunca o governo empregou tanto: são 656.298 servidores a um custo de R\$ 29,54 bilhões por mês.

Verdadeiro embaixador

O chanceler Aloysio Nunes emocionou o advogado Fernando Tibúrcio, herói da defesa de perseguidos na ditaduras Maduro, Morales etc. Ao receber a procuradora-geral cassada (e caçada) Luisa Ortega, Nunes o chamou de “verdadeiro embaixador informal do Brasil na Venezuela”.

Sempre na nossa conta

O deputado federal que ocupar o cargo de líder ou vice-líder recebe um adicional de R\$ 1.353,04 por mês, além do salário de R\$ 33.763,00, do “cotão” de até R\$45 mil em “ressarcimento de despesas”. Todas.

Cândida lavanderia

Para Ivan Valente (PSOL-SP), seriam ilegais sorteios e bingos para arrecadar recursos nas campanhas, proposto por Vicente Cândido (PT-SP): “Permitiria lavagem de dinheiro e estabeleceria a jogatina”.

Pensando bem...

...nada mais malandro que chamar auxílios e bônus de “rendimentos”, para burlar o limite do teto salarial dos servidores públicos.

PODER SEM PUDOR

Política da vez

O governador Adhemar de Barros tinha uma maneira peculiar de lidar com a base política, em São Paulo. Certa vez ele recebeu um correligionário do PSP, que insistia em ser candidato a prefeito no interior, mas Adhemar já havia feito a sua escolha. Ao receber o homem, perguntou, matreiro:

- Como vai a sua campanha para vereador?

O homem não “captou” a mensagem e lembrou que queria mesmo era ser candidato a prefeito. Adhemar o despachou assim:

- No futuro você pode ser candidato a prefeito. Mas em política tem uma coisa que se chama vez. E esta não é a sua. Passe bem.

GRUPO V – EI referência “bater a(s) bota(s)”

Texto 17 – bateu as botas

<https://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,batendo-as-botas,70002230689>

Batendo as botas

Nem todos os tiranos morrem mal. Franco e Pinochet morreram no aconchego do lar

Colunista - Sérgio Augusto, O Estado de S.Paulo

17 de março de 2018 | 02h00

Os brutos também amam, mas nem todos os tiranos morrem mal. Vários imperadores romanos, Hitler, Mussolini, Ceausescu, Hussein morreram como mereciam, porém Franco e Pinochet morreram na cama, no aconchego do lar e da família. Franco, aliás, demorou tanto a desencarnar, que Chevy Chase passou semanas abrindo o humorístico telejornal do Saturday Night Live com a seguinte manchete: “Espanha. O premier espanhol Francisco Franco permanece seriamente morto”.

Camarada Stalin também morreu na cama. Teve um treco na noite de 1.º de março de 1953, estava sozinho no quarto de sua dacha em Kuntsevo. Como de lá não saísse, sua camareira e um segurança, tomados de coragem, invadiram o aposento e o encontraram em decúbito dorsal, sem sentidos, a calça do pijama encharcada de urina. Forte gripe, diagnosticou o médico oficial do czar vermelho, convocado com menos pressa que os atônitos cardeais do Kremlin (Molotov, Malenkov, Beria, Kruchev, etc.), que não sabiam como nem por quanto tempo esconder da população o piripaque do sucessor de Lenin.

Armou-se um tremendo perrengue. Primeiro, porque não era uma gripe, e sim um AVC, amadoristicamente tratado com ventosas, compressas e clister de leite de magnésia. Segundo, porque os melhores médicos do país haviam sido executados ou estavam presos, por conta de um novo surto de perseguições a supostos inimigos do governo. Terceiro, porque a criação de vácuo no poder atizaria, como atizou, as ambições políticas dos mais graduados cortesãos do ditador.

Fiz esta semana um streaming do filme A Morte de Stalin (The Death of Stalin), ainda sem data para estrear no Brasil. Dirigido pelo escocês Armando Iannucci (da telessérie Veep), é uma sátira desabrida ao que aconteceu entre o jantar que precedeu o insulto cerebral do velho e desgastado Koba (apelido de Stalin) e sua morte, cinco dias depois, aos 67 anos. O ogro do Kremlin tinha tão sérios problemas de saúde que a justificável suspeita de assassinato por envenenamento não se sustentou por muito tempo. Do povão esconderam até o lugar onde de fato tombara o “Guia Supremo” da União Soviética. Era preciso manter a ilusão de que ele não só vendia saúde como varava a madrugada dando expediente em palácio.

Menos escrachada do que resultaria nas mãos do Mel Brooks de Primavera para Hitler ou do Tarantino de Bastardos Inglórios, a sátira de Iannucci fica ali entre o sarcasmo de Kubrick (Doutor Fantástico) e o deboche de Lubitsch (Ninotchka, Ser ou Não Ser) e Billy Wilder (Cupido Não Tem Bandeira).

As ótimas caracterizações, sobretudo de Simon Russell Beale como Beria e Steve Buscemi como Kruchev, e o afiado roteiro de quem se adestrou em telecomédias de situações, como Iannucci e David Schneider, injetam a dose certa de humor no caos que se instalou no Kremlin após o derrame de Stalin. A tragédia transfigura-se em comédia de erros, com situações e tiradas hilárias.

Estafado pelo esforço de tirar Stalin de cima do tapete e depositá-lo em superfície mais apropriada, Malenkov desabafa: “Preciso de uma vodca”. Ao que Bulganin, enojado com a urina do enfermo, retruca: “E eu preciso de água pra tomar um banho”. Em outra cena, quando o filho de Stalin faz uma exigência (“Quero discursar no funeral de meu pai”), Kruchev replica com outra impossibilidade: “E eu quero comer a Grace Kelly”.

No filme, é o agressivo bilhete de uma jovem pianista que desestabiliza Stalin. Outra licença poética. Maria Yudina existiu de verdade, teve o pai assassinado pela repressão soviética, bateu de frente com o stalinismo até morrer (em 1970), mas não confrontou o algoz de seu pai com uma imprecisão por escrito.

Enquanto assistia ao filme, ocorreu-me a ideia de que algo análogo poderia ser feito com a invalidez e a morte do segundo ditador que nos impôs o golpe de 1964, o marechal Costa e Silva. Similaridades não faltam. Desde minudências possivelmente irrelevantes, como o fato de Stalin e o marechal apreciarem faroestes, até coincidências mais substanciais, como o AVC de que ambos foram vítimas, a cortina de fumaça em torno do estado de saúde dos dois (*modus operandi* de todo regime fechado) e a encarniçada luta sucessória nos bastidores da ditadura, com eventuais lances de pura patuscada, como na sátira de Iannucci.

Se Maria Yudina não enviou a Stalin aquele ou qualquer outro bilhete fatídico, aqui o general Moniz Aragão fez chegar a Costa e Silva uma carta com acusações de corrupção e nepotismo, que provocou no destinatário uma crise de hipertensão. Nosso tirano também era um poço de doenças intratadas ou cuidadas com displicência. Hipertenso, frequentemente resfriado, deu vários alertas neurológicos, como súbitas afasias e brancos de memória, tratados como sintomas de gripe pelo entourage médico da presidência. O chanceler Magalhães Pinto, ao sair de uma audiência com o marechal, foi categórico: “Não é gripe”. Um jaleco do Planalto insistia: “É só estafa”. Logo o ditador estaria mudo e paralítico para sempre.

Que cenas burlescas não podiam ser criadas a partir das jogadas políticas dos milicos que, quais abutres, serviam de interface entre o presidente (ou o que dele sobrevivia vegetativamente) e a imprensa e o eleitorado. Uns queriam protelar sua presença no cargo, outros, mais sensatos ou pragmáticos, preferiam sua substituição imediata, mas não pelo civil Pedro Aleixo, o vice decorativo. Todos, sem exceção, queriam o trono do moribundo marechal. Afinal substituído por uma troica fardada, representando as três Forças Armadas, Costa e Silva nunca se recuperou e bateu as botas em 17 de dezembro de 1969, 108 dias depois de afastado do poder. Tinha 70 anos.

O segundo volume (A Revolução Escancarada) da história da ditadura militar, escrita por Elio Gaspari, é uma mina de incidentes ridículos envolvendo os galões do ministro do Exército Lyra Tavares, do chefe do Gabinete Militar Jaime Portela e de outros linhas-duras, como Albuquerque Lima, Syseno Sarmento e Antonio Carlos Muricy.

E ainda havia, de bônus, a figura folclórica de dona Yolanda Costa e Silva. Ela teria dado um sabor especial à vida de Stalin e tornado a sátira de Iannucci ainda mais divertida.

Texto 18 – bateu as botinhas nipônicas

<https://www.gazetadopovo.com.br/caderno-g/columnistas/cristiano-castilho/a-vida-e-um-upa-dmygpqi3263h1jfr131h8j2y/>

Cristiano Castilho – 04/04/2015 – 3h00

A vida é um upa

Para Cristiano Castilho, depender de alguém para continuar a viver é pior que morrer

A morte de um velho não é uma tragédia. Missao Okawa tinha 117 anos quando **bateu as botinhas nipônicas**, na última quarta-feira. Ela nasceu no século 19 e morreu no século 21. Num asilo. Sozinha. Na cadeira de rodas. E longe dos três filhos, dos quatro netos e dos seis bisnetos. Quando o tempo é muito, até o amor padece.

Sempre ouvi meus pais dizerem que não querem ser dependentes de ninguém na velhice. Deus o livre um derrame, um escorregão no banheiro, o estilhaçar de um baço ou de um fêmur. Concordo. Depender de alguém para continuar a viver é pior do que morrer.

No documentário Eduardo Coutinho, 7 de Outubro, o cineasta diz que só existimos de fato quando cultivamos um passado. Que assim nos tornamos menos inconsequentes. O que nos faz planejar o futuro. A velhice – que dá as caras na forma de reflexos vagarosos e nostalgia recorrente – é aquele momento em que temos mais memórias a compartilhar do que vida a percorrer. É por isso que velhinhos são bons contadores de história.

Fico imaginando os netos da senhora Missao em visitas ao asilo. Devem, em algum momento, ter sentido uma culpa inexplicável por mantê-la viva, num sofrimento silencioso – uma foto recente revela a decrepitude: a língua para fora, imexível; a pálpebra do olho direito caída, como se Missao Okawa fosse uma personagem dos Looney Tunes. Envelhecer tem limite.

O IBGE diz que o Brasil tem hoje 14,9 milhões de pessoas com mais de 65 anos (7,4% do total). Em 2060, o número de vetustos deve ser de 58,4 milhões (26,7%). A longevidade é um privilégio conquistado. Ponha na conta da medicina, do avanço tecnológico, das mudanças de hábitos socioculturais. Há que se comemorar. Mas o prolongamento inescrupuloso da vida faz a morte parecer coisa de outro mundo.

Em um ensaio brilhante chamado Uma Vida que Merece se Encerrar, o jornalista Michael Wolff relata a convivência com a mãe, idosa e portadora de Alzheimer. Ele duvida que a continuidade da vida, naquela situação, seja boa para ela ou para quem quer que seja. “O que você faz com a sua mãe quando ela não consegue fazer nada – nada mesmo – para si própria? A questão, para começo de conversa, não é como você lida com as necessidades dela – é onde você a põe”, escreveu.

É um caso limite, mas todo mundo conhece alguém que conhece alguém com Alzheimer. Há quem veja na doença um desequilíbrio entre a saúde física e o vigor mental. Como se a cabeça já estivesse morta, enquanto o corpo, turbinado por comprimidos, footings e suco de couve com agrião, resista.

O papo (está muito tétrico?) lembra Paulo Leminski, que morreu de tanto viver. “Ninguém vivia pra sempre. Afinal, a vida é um upa. Não deu pra ir mais além. Mas ninguém tem culpa.”

Texto 19 – bateu os scarpins

<https://www.garotastupidas.com/anna-nicole-movie/>

Anna Nicole movie.

05/03/08 FOFOCA INTERNACIONAL | POR CAMILA COUTINHO

Lembraaaaam da Anna Nicole Smith ex ~~kenga~~ stripper que casou com um vovozinho ficou milionária com o dinheiro dele e morreu ano passado deixando uma nenezinha liiinda?!

Então, mal a moça “bateu os scarpins” e já tão ganhando dinheiro às custas dela! O filme já tinha sido comentado, mas só agora saiu o trailer da obra prima estrelando Willa Ford (ex projeto de Britney Spears).

Texto 20 – bateu as botas

<https://www.tudocelular.com/forum/threads/961-Samsung-Galaxy-S-Duos-S7562-OFFICIAL-THREAD/?p=112040&viewfull=1>

10-25-2012, 02:59 PM

Tudocelular.com – o site brasileiro de telefonia

Tópico: Samsung Galaxy S Duos S7562 [OFFICIAL THREAD]

Tazumas

@Nathalia, A diferença de classe é a velocidade de leitura e escrita do cartão sd (classe 10= 10mb/s, classe 4= 4mb/s). A memória interna do aparelho é considerada classe 10, por isso senti diferença quando mandei os apps pro cartão sd que comprei que é um classe 4. Pesquise na internet “cartão sd classe 10” que você verá que normalmente eles são coloridos e vem umas palavras tipo ultra/super, etc.

@GatoHerus Comprei o meu logo que estava disponível para venda no site da fastshop, paguei 940 em 10 parcelas. A principio não queria ele branco não, mas como meu celular **bateu as botas** precisei comprar ele rápido, mas hoje até gosto dele branco, é bonito.

GRUPO VI – EI referência: “[...] pedra no sapato”

Texto 21 – se tornou a pedra no sapato

<https://www.cartacapital.com.br/opiniao/como-um-jornalista-se-tornou-a-pedra-no-sapato-do-superministro/>

Carta Capital

Opinião

Como um jornalista se tornou a pedra no sapato do ‘superministro’

HENRY BUGALHO 27 DE JUNHO DE 2019

Esta não será a primeira nem a última vez que a missão do jornalismo responsável atravessa os caminhos dos poderosos inescrupulosos

Que a imprensa livre e independente é um dos pilares essenciais de democracias sólidas já deveria ser óbvio. A imprensa é um agente de fiscalização e transparência, revelando à população aquilo que fazem os poderosos e, mais do que isto até, tornando visível as sujeiras que estes mesmos poderosos querem esconder.

Talvez o conceito central aqui seja o de poder. Todos sabemos que o poder embriaga. Em seu livro *The Dictator’s Handbook*, ou o Manual do Ditador, os autores Bruce Bueno de Mesquita e Alastair Smith contestam a afirmação clássica de que o “poder corrompe”. Segundo eles, mais que corromper, o poder atrai os corruptos. Portanto, se aceitarmos esta conclusão, poder, corrupção e corruptos formam uma receita catastrófica e inerente à política. E um dos principais antídotos contra isto é a transparência, é que os poderosos sempre a flertar com a corrupção saibam que os olhos estão voltados para eles e que, diante de qualquer deslize, seus abusos e crimes serão expostos e que, ainda mais importante, eles serão punidos.

E foi justamente por isto que a Lava Jato conquistou tão facilmente o imaginário do brasileiro. Para muita gente, passava-se a impressão de que pela primeira vez na história do país havia alguma justiça, de que aqueles corruptos na cúpula do poder não eram intocáveis, que poderiam ser atingidos, julgados e condenados, que a prisão não estava destinada apenas aos pobres e marginalizados, segmento, aliás, que causa tanta repulsa ao brasileiro médio quanto os políticos corruptos.

A Lava Jato foi a promessa de justiça, de um genuíno desejo de enfrentamento do câncer da corrupção cujas consequências podem ser observadas no dia a dia dos brasileiros, já que os bilhões movimentados entre a elite política e econômica jamais servirão para melhorar a vida daqueles que realmente precisam, mas contribuirão apenas para consolidá-los ainda mais no poder.

No entanto, o poder tem esta força magnética de atrair os corruptos, mesmo quando estes erguem hipocritamente a bandeira da luta contra a corrupção. E o poder embriaga. Em algum momento, os procuradores da Lava Jato consideraram que, para realizarem seu trabalho de modo mais eficaz, a lei era um entrave. Se quisermos ir mais longe, precisamos dar um passo além e para fora da trilha, e, para isto, devemos jogar pelas nossas próprias regras.

Foi deste modo que a Lava Jato operou e tem operado há anos. Muitos denunciaram isto antes, havia suspeição, questionava-se a ausência de imparcialidade dos julgamentos. Entretanto, somente agora, mediante os vazamentos de conversas entre o ex-juiz Sérgio Moro e o procurador da República Deltan Dallagnol realizados pelo portal *The Intercept*, que obtivemos, enfim, a comprovação de como isto se deu e qual foi a natureza da relação entre o Ministério Público e o então juiz responsável pelos casos.

É neste ponto que o papel da imprensa se torna essencial e transformador. Nesta terça-feira 25, Glenn Greenwald esteve numa comissão da Câmara para falar sobre os vazamentos e, mais uma vez, foi obrigado a dar explicações sobre qual é o papel dele enquanto jornalista. Publicar tais informações, independentemente de qual for a fonte e de quais sejam as intenções desta, é a obrigação do jornalista comprometido com os fatos e, acima de tudo, com o interesse público. Este não é um princípio que motiva apenas o Glenn, um

jornalista mundialmente reconhecido e premiado; esta é a essência da profissão jornalística, integra a própria ética da profissão.

Esta não será a primeira nem a última vez que a missão do jornalismo responsável atravessa os caminhos dos poderosos inescrupulosos. Não importa se você viola a lei pensando estar fazendo algo bom, em busca do bem comum. Se as leis são frágeis, morosas ou injustas, mude-se as leis, mas um juiz também tem o dever de cumpri-las, aliás, mais do que isto, é quem deve dotá-las de legitimidade. Se nem estes se sentem coagidos pela força da Lei, como esperar que os demais o sejam?

Texto 22 – virar uma pedra na sandália

<https://www1.folha.uol.com.br/folha/colunas/ooops/ult340u846.shtml>

Colunas

Ooops! - Ricardo Feltrin

13/10/2004

Daniella Cicarelli desbanca Galisteu e vira nova musa de campanha publicitária

Leitora, Leitor, Criançinha...

Toooooo mundo corre para a frente do computador às quintas, para ler Ooops! Na firma, a leitora bonitona (e com “aquele” decotão) chegou a dar tapas no micro tentando apressar sua inicialização e utilizando linguajar impróprio para uma milady:

“Saco de micro %\$%`#@! lerdo! Porcaria de %\$#@\$#! de Bill Gates!”

Do outro lado da cidade, o leitor ansioso por informações exclusivas sobre famosos corre para pegar um cafezinho enquanto se loga na rede.

“Puf! Puf! Puf! Tenho que voltar correndo!”

As criancinhas (dois irmãos) se estapearam e choraram logo pela manhã em Moema porque uma queria ler a coluna antes da outra (a mãe teve de intervir às pressas).

“Ara, tio! Foi ele que começou!”

Já o Leitor Rabugento... ..estava com coceira na mão para usar seu violão interino, agora que a Chefe Maligna está em férias.

:!-(

Egos, mercado e imagem

A modelo Daniella Cicarelli, noiva do craque Ronaldo, acaba de **virar uma pedra na sandália** de Adriane Galisteu. A Grendene acaba de trocar de estrela. Sai a campanha com Galisteu (retirada do ar após poucas semanas de veiculação no Sul e Sudeste), entra a de Cicarelli --que estreou com pompa no intervalo do “Fantástico” (Globo), no último domingo, sem data prevista para sair do ar...

Como enlouquecer a concorrente

Na nova propaganda, Cicarelli dá dicas de como enlouquecer um homem, posando de mulher fatal. Outros detalhes: a sandália assinada por Galisteu tem preço sugerido de R\$ 19,90, enquanto o tamanquinho anunciado por Cicarelli custa R\$ 5 a mais. A empresa explica: a sandália de Galisteu é “sofisticada, mas simples”, enquanto a de Cicarelli “tem um solado maior e mais alto”...

Em baixa...

Para fechar a troca, a Grendene também diz que agora “vai atualizar seu site”, dando destaque ao comercial da noiva de Ronaldinho --e limando Galisteu do espaço nobre.

Ao autor, o que lhe pertence

Toda esta história bacana e exclusiva é do jornalista Sérgio Ripardo, da editoria de Dinheiro da Folha Online e da Folhanews.

Outro lado

Sobre a nota acima, a assessoria de imprensa da Grendene enviou o seguinte comunicado:

“Houve um grande engano a começar pelo título: Daniela Cicarelli não desbancou a Adriane Galisteu, como foi colocado. O comercial da Adriane Galisteu saiu do ar por que acabou a campanha dela. A Daniella Cicarelli fez a propaganda da Grendha, assim como a Carolina Dieckmann e o Reynaldo Gianechinni. A Daniella é apenas garota-propaganda enquanto Galisteu assina e ganha royalties sobre suas sandálias. Não houve nenhuma substituição, mesmo porque são dois produtos diferentes. Gostaria que a Folha Online colocasse no ar uma errata pois uma notícia destas, que não corresponde à verdade, pode causar a nós e até mesmo à Grendene sérios problemas.”

Réplica

Não há erro algum. A coluna Oops! deixa claro que são dois produtos diferentes. A assessoria apenas dá sua interpretação a respeito do episódio. Em todo caso, substituímos “garota-propaganda” (que estava entre aspas) por “estrela”, afinal Galisteu está lá no site da Grendene fazendo propaganda para a grife, e não apenas recebendo royalties, como a assessoria informa. Por fim, a entrevista com a assessora foi gravada.

Texto 23 – representava – e ainda representa – um pedregulho no sapato

<https://www.diariopopular.com.br/opiniao/entrelinhas-102913/>

Diário popular

Opinião

Análise – Entrelinhas – 23 DE AGOSTO DE 2015 – Luiz Carlos Freitas

O NOME DO JOGO

Presidente da Câmara, deputado Eduardo Cunha, é uma figura política repulsiva. Ao nível dos piores que há, houve e haverá. Da estirpe enlameada do senador e ex-presidente Fernando Collor, também denunciado por corrupção pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot. Basta observar Cunha atentamente. Sua malícia, esperteza e acuidade de raposão saltam aos olhos. Está na cara, nos gestos, na postura, na voz pausada, no sorriso irônico, às vezes, na seriedade que destila meias verdades, quase sempre. Cunha é um exemplar da fauna composta de ervas daninhas que compõe grande parte do contexto político nacional. Mas é preciso analisar a denúncia contra ele sem viseira, fechando a janela à indução da grande mídia, das redes sociais e das manifestações de gente situacionista. O fato: Cunha serviu de bode expiatório para amenizar a crise política. Acordo espúrio de bastidores jogou o peemedebista na arena, temperado e ao gosto das feras de plantão.

A conspiração - só não vê quem não quer - envolveu o Palácio do Planalto, o presidente do Senado, Renan Calheiros, e Rodrigo Janot. A trama: Cunha **representava** - e ainda representa - **um pedregulho no sapato** do governo Dilma Rousseff, do PT e demais partidos da situação. Calheiros consta como suspeito de receber propina advinda da ladroagem na Petrobras. Janot precisa do Senado para ser referendado no cargo em segundo mandato. Toma lá da cá: interlocutores do governo cooptam Calheiros com a promessa de que o procurador irá “aliviar” a barra dele. Em troca, ele assegura a aprovação do nome de Janot na votação no Senado. Ao mesmo tempo, atiram Cunha aos leões, “movimentos sociais” vão às ruas e direcionam o tiroteio contra o presidente da Câmara... Jogo feito, senhores! O foco saiu de cima da administração dilmista, as sacanagens socioeconômicas e políticas foram escondidas - provisoriamente - debaixo do tapete, acusações de malfeitos contra o pessoal do PT e do governo esquecidas momentaneamente, dando fôlego aos suspeitos, Cunha - coadjuvado por Collor, figura emblemática da corrupção no Brasil - tornou-se alvo de tudo e de todos. É assim que a banda toca. Sobretudo quando há convergência de interesses políticos e econômicos. O jogo, no entanto, está no intervalo. O segundo tempo promete forte reação de Cunha...

MOTIVAÇÃO

Movimentos sociais, aliciados ou habituados a orbitar em torno do PT, ficaram animados com o “sucesso” dos protestos de quinta-feira. Os manifestantes brandiram bandeiras e palavras de apoio a Dilma Rousseff e

contra Eduardo Cunha. Líderes petistas e de entidades como a CUT, UNE e similares prometem parar o Brasil. Pra quê?

BASTA

Se é fato que representa o povo, a Assembleia Legislativa não deve aprovar o aumento de impostos proposto pelo governador José Ivo Sartori. A sociedade gaúcha não suporta tantos encargos, é injusto e descabido colocar mais esta carga sobre os ombros da população. Políticos e gestores têm o dever de encontrarem alternativas.

DESRESPEITO

A metade do 13º dos aposentados, depositada junto com o salário de agosto, será parcelada em duas vezes, segundo proposta do Ministério da Fazenda. Em outubro, 25%, novembro, 25% e em janeiro (2016) os 50% restantes. Mais um tabefe do governo na cara de aposentados e pensionistas. Sem dó, respeito e temor à moralidade.

RETÓRICA

Por mais boa vontade que se tenha, é impossível levar a sério a presidente Dilma. As contradições e mentiras são gritantes - irritantes. A última dela: “Não vamos apertar o cinto em programas sociais”, disse, referindo-se às demandas da população mais carente. A realidade, os fatos e as maldades do governo desmentem a presidente.

CAOS

O desemprego, a inflação, a criminalidade e o papo torto dos políticos batem à porta dos brasileiros com insistência. O desempenho dos três níveis de governo - federal, estadual e municipal - é pífio, desalentador, precariamente sustentado pela propaganda enganosa. Pior: gestores acreditam que conseguem ludibriar a população. Erro crasso.

Texto 24 – andava com a pedra no sapato

DIAS, J. S. **Histórias contemporâneas às mães**. Capítulo II [trecho]. [1877] 2017 [Edição Especial] p. 23-24. Disponível em: <https://pt.calameo.com/books/0053306628928647742b2>. Acesso em: 20 set. 2019.

“[...]”

– Deus me perdoe!

Entre o mostrador e a entrada, no vão da outra porta que nunca se abria, um grupo de estudantes com as suas batinas abertas, deixando ver os amarrotados peitinhos das camisas, bebiam *cognac*, e fumavam regaladamente, ora dando ruidosos estalos com a língua no céu-da-boca, ora rufando nos pratos com a ponta dos dedos ou com o cabo dos garfos, ora dizendo com velhacaria alguma frase duvidosa, que obrigava a Sra. Teresa a esconder a cara com a ponta do avental, ou a retirar-se por um pouco, espirrando uns gritinhos secos.

Um antigo empregado do correio, que ali estava tomando *grogs* em companhia de um colega, quando os estudantes entraram, uniu-se logo à malta e fez súcia. Também era conhecido do Esteves por ter ceado várias vezes com ele a diferentes horas da noite e em casas de toda a qualidade. O empregado reparava que João, afectando de distraído, relanceava amiudadamente os olhos para o alto da escada que dava serventia interna para o andar superior. Ele já **andava com a pedra no sapato** e agora mais se confirmava nas suspeitas que trazia.

Quis tirar, contudo, a prova real e enchendo de genebra o cálice de João, acrescentou aproximando-se-lhe do ouvido:

– A Olinda.

– Não sei quem é - respondeu o rapaz que sentiu um frio agudo traspasar-lhe a espinha dorsal.

– Descobriste o jogo - tornou o empregado triunfante - Ah! Maroto!

Neste momento um dos estroinas que tinha saltado ao mostrador com intenção de realizar um passo de equilíbrio, assaz arriscado para quem acaba de beber grander porções de aguardente de cana, caiu com grande fragor e ao som de estrpitosas gargalhadas sobre a desgraça de Teresa que se deu por muito feliz em se lhe partir só um copo. O candeeiro veio arrastado na queda.

Restabeleceu-se enfim a ordem e momentos depois a numerosa *troupe* saiu camabaleando. João Esteves saía também cochichando com o empregado do correio, quando a locorista chamando-o de parte lhe disse ao ouvido:

– Não soube?!...

– Volto já, não feche. - E foi reunir-se ao grupo. [...]”

“[...] Na realidade, todo leitor é, quando lê, o leitor de si mesmo. A obra não passa de uma espécie de instrumento óptico oferecido ao leitor a fim de lhe ser possível discernir o que, sem ela, não teria certamente visto em si mesmo.”

Em busca do tempo perdido – o tempo redescoberto
Marcel Proust (1948)